



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

**ESPACIALIZAÇÃO DE CLASSES NO BRASIL:
UMA NOVA DIMENSÃO PARA ANÁLISE DA ESTRUTURA
SOCIAL**

Alexandre Gori Maia

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Economia Aplicada, área de concentração em Economia Social e do Trabalho, sob orientação do Prof. Waldir José de Quadros.

Campinas, 2006

*Dedico
aos meus pais,*

Dona Mirtela e Seu Batista

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer ao meu orientador Waldir Quadros e à Tânia de Mattos, pessoas que sempre acreditaram em meu trabalho.

Agradeço ainda aos professores(as) Angela Kageyama, Eugênia Troncoso Leone e Rodolfo Hoffmann, cujas sugestões e excelências acadêmicas foram fonte de inspiração para este trabalho de pesquisa.

Os valiosos comentários feitos pelos demais participantes da banca, professores Herve Thery, João Manuel Cardoso de Mello e Paulo Januzzi, serão também essenciais na continuidade deste projeto de pesquisa.

Foi uma honra poder contar com a amizade e receber uma real lição de amor à vida da paraibana Aninha Carmen e do Vinícius Garcia, que é corintiano, mas é meu amigo.

Este trabalho foi ainda mais gratificante com o apoio da leal companheira Esther Menezes, sempre presente, nos bons e maus momentos.

Também não posso deixar de mencionar o incentivo e inestimável amizade do pontepretano Álvaro Gallette; do primo Boanerges Gori; dos companheiros Carlos Alves e Soraia Cardozo; dos colegas de trabalho do CESIT, em nome do prestativo Licério Siqueira; dos parceiros de orientação e pesquisa (Adriana Rocha, Alice Remy, Daniel Hofling, Hipólita Siqueira, Josiane Falvo, Marília Patelli, Máira Cunha, “Nanda” Cardoso de Mello e Patrícia Vicentin); dos velhos colegas de Itatiba; do economista ecológico João de Andrade; do meu irmão e parceiro de viagem “Juca” Gori Maia; dos colegas de doutorado Carlos Henrique, Ricardo Azevedo, Marlon Gomes, Epaminondas Borges e Humberto Miranda; do ilustre casal caboclo-itatibense “Mara” Gori Maia e Thiago de Mello; da estatística Rosangela Ballini; do gênio indomável Zé Maria da Silveira; e do sertanista “Zuza” Camelo Filho.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – TIPOLOGIA DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL.....	5
1.1 – INTRODUÇÃO.....	5
1.2 – CLASSES SOCIAIS SEGUNDO MARX E WEBER.....	7
1.3 – A NOVA CLASSE MÉDIA.....	9
1.4 – TIPOLOGIAS DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL.....	13
1.4.1 – O ESQUEMA DE CLASSES DE ERIK OLIN WRIGHT	14
1.4.2 – A CLASSIFICAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA BRITÂNICA.....	19
1.5 – TIPOLOGIA DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA.....	24
1.5.1 – ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL FAMILIAR.....	28
1.5.2 – MUDANÇAS METODOLÓGICAS NA PNAD.....	36
1.5.3 – EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL.....	41
1.6 – CONCLUSÃO.....	45
CAPÍTULO 2 – DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTOS E ESTRATOS SOCIAIS.....	49
2.1 – INTRODUÇÃO.....	49
2.2 – DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DAS CLASSES OCUPACIONAIS.....	50
2.2.1 – METODOLOGIA DE ANÁLISE.....	50
2.2.1.1 – DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS NAS PESQUISAS DOMICILIARES.....	50
2.2.1.2 – DEFLACIONAMENTO DOS RENDIMENTOS NOMINAIS.....	54
2.2.1.3 – ESCOLHA DA VARIÁVEL DE ANÁLISE DO NÍVEL DE BEM-ESTAR.....	55
2.2.2 – DISPERSÃO E FORMATO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.....	57
2.2.3 – MEDIDAS DE DESIGUALDADE.....	65
2.2.3.1 – RENDA RELATIVA.....	76
2.3 – ESTRATOS SOCIAIS.....	80
2.3.1 – ESTRUTURA SOCIAL BRASILEIRA.....	85
2.4 – CONCLUSÃO.....	90

CAPÍTULO 3 – PADRÕES DE RELACIONAMENTOS DA ESTRUTURA SOCIAL.....	95
3.1 – INTRODUÇÃO.....	95
3.2 – INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.....	97
3.2.1 – CARACTERÍSTICAS DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DAS CAMADAS SOCIAIS.....	102
3.2.2 - - ANÁLISE DE RELACIONAMENTOS MÚLTIPLOS ENTRE CAMADAS SOCIAIS E CARACTERÍSTICAS DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.....	107
3.2.2.1 – ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA.....	107
3.2.2.2 – ANÁLISE DE CLUSTER.....	110
3.2.2.3 – TIPOLOGIAS DE ASSOCIAÇÕES ENTRE CAMADAS SOCIAIS E CARACTERÍSTICAS DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.....	111
3.3 – INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	117
3.3.1 – INDICADORES DE INFRA-ESTRUTURA DOMICILIAR.....	117
3.3.1.1 – CARACTERÍSTICAS DE INFRA-ESTRUTURA DOMICILIAR DAS CAMADAS SOCIAIS.....	120
3.3.1.2 – INDICADOR SINTÉTICO DE INFRA-ESTRUTURA DOMICILIAR.....	123
3.3.1.2.1 – ANÁLISE FATORIAL.....	125
3.3.1.2.2 – FATORES DE INFRA-ESTRUTURA DOMICILIAR.....	127
3.3.1.3 – MODELO DE RELACIONAMENTOS MÚLTIPLOS ENTRE ISIED E CAMADAS SOCIAIS.....	130
3.4 – CONCLUSÃO.....	136
CAPÍTULO 4 – ESPACIALIZAÇÃO DE CLASSES NO BRASIL.....	141
4.1 – INTRODUÇÃO.....	141
4.2 – METODOLOGIA DE ANÁLISE.....	143
4.2.1 – COMPATIBILIZAÇÃO DA METODOLOGIA DE ANÁLISE DA PNAD À BASE DE MICRODADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO 2000.....	144
4.2.2 – TÉCNICAS DE AGRUPAMENTO.....	150
4.2.3 – ANÁLISE ESPACIAL DE ÁREAS.....	152
4.2.3.1 – MAPAS COROPLÉTICOS.....	155
4.2.3.2 – ESTIMADOR DE INSTENSIDADE.....	156
4.3 – TIPOLOGIAS MUNICIPAIS.....	158
4.3.1 – PERFIS SOCIAIS.....	158

4.3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO PERFIS SOCIAIS..	167
4.3.1.1.1 – REGIÃO NORTE.....	170
4.3.1.1.2 – REGIÃO NORDESTE.....	172
4.3.1.1.3 – REGIÃO SUDESTE.....	175
4.3.1.1.4 – REGIÃO SUL.....	179
4.3.1.1.5 – REGIÃO CENTRO-OESTE.....	181
4.3.1.2 – INTENSIDADE POPULACIONAL.....	184
4.3.2 – ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS DAS TIPOLOGIAS MUNICIPAIS.....	189
4.3.2.1 – CARACTERÍSTICAS DE CONCENTRAÇÃO DE RENDA.....	191
4.3.2.2 – CARACTERÍSTICAS DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.....	197
4.3.2.3 – CARACTERÍSTICAS DE INFRA-ESTRUTURA DOMICILIAR.....	202
4.4 – CONCLUSÃO.....	207
CONCLUSÕES FINAIS.....	213
BIBLIOGRAFIA.....	217

LISTA DE FIGURAS

CAPÍTULO 1

FIGURA 1.1 – PERCENTAGEM DE OUPADOS NOS ESTADOS UNIDOS SEGUNDO O ESQUEMA DE CLASSES DE ERIK OLIN WRIGHT – 1980.....	16
FIGURA 1.2 – PERCENTAGEM DE OCUPADOS NO BRASIL SEGUNDO OS SEGMENTOS DE CLASSES DE FIGUEIREDO SANTOS – 1996.....	17
FIGURA 1.3 – PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO EM IDADE DE TRABALHO NO REINO UNIDO SEGUNDO A NS-SEC – 2003.....	23
FIGURA 1.4 – PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO SEGUNDO CLASSES OCUPACIONAIS – BRASIL 2004.....	32
FIGURA 1.5 – PERCENTAGEM DE RENDA ACUMULADA SEGUNDO CLASSES OCUPACIONAIS– BRASIL 2004.....	32
FIGURA 1.6 – PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO EM CADA GRUPO SOCIAL – BRASIL 1981 A 2004.....	44
FIGURA 1.7 – RENDA PER CAPITA SEGUNDO CLASSES OCUPACIONAIS – BRASIL 1981 A 2004.....	45

CAPÍTULO 2

FIGURA 2.1 – DISTRIBUIÇÃO ACUMULADA DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA SEGUNDO CLASSES OCUPACIONAIS – BRASIL 2004.....	62
FIGURA 2.2 – DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA PARA RENDA FAMILIAR PER CAPITA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA SEGUNDO CLASSES OCUPACIONAIS – BRASIL 2004.....	63
FIGURA 2.3 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA CONCENTRAÇÃO DE RENDA DE UMA POPULAÇÃO.....	66
FIGURA 2.4 – CURVA DE LORENZ SEGUNDO CLASSES OCUPACIONAIS– BRASIL 2004.....	67
FIGURA 2.5 – EVOLUÇÃO DA MASSA APROPRIADA PELOS RELATIVAMENTE POBRES, RELATIVAMENTE RICOS E ÍNDICE DE GINI – BRASIL 1981 A 2004.....	70
FIGURA 2.6 – EVOLUÇÃO DO T DE THEIL DENTRO E ENTRE AS CLASSES OCUPACIONAIS – BRASIL 1981 A 2004.....	75
FIGURA 2.7 – RAZÃO DE RENDA APROPRIADA SEGUNDO CLASSES OCUPACIONAIS – BRASIL 1981 A 2004.....	79

CAPÍTULO 3

FIGURA 3.1 – DIMENSÕES DE CORRESPONDÊNCIAS ENTRE CARACTERÍSTICAS DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO, CLASSES OCUPACIONAIS E ESTRATOS SOCIAIS – BRASIL 2004.....	115
FIGURA 3.2 – DENDOGRAMA DE AGRUPAMENTOS COM DUAS PRINCIPAIS DIMENSÕES DA ACM – BRASIL 2004.....	116

CAPÍTULO 4

FIGURA 4.1 – ESTIMADOR DE INTENSIDADE	157
FIGURA 4.2 – COEFICIENTE DE DISSIMILARIDADE (R^2 SEMIPARCIAL) SEGUNDO NÚMERO DE CLUSTERS.....	160
FIGURA 4.3 – DIMENSÕES DE CORRESPONDÊNCIAS ENTRE MUNICÍPIOS E ESTRATOS SOCIAIS.....	161
FIGURA 4.4 – TOTAL DE MUNICÍPIOS SEGUNDO PERFIL SOCIAL E GRANDE REGIÃO.....	168
FIGURA 4.5 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO PERFIL SOCIAL.....	169
FIGURA 4.6 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE SEGUNDO PERFIL SOCIAL.....	172
FIGURA 4.7 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORDESTE SEGUNDO PERFIL SOCIAL.....	175
FIGURA 4.8 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDESTE SEGUNDO PERFIL SOCIAL.....	179
FIGURA 4.9 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL SEGUNDO PERFIL SOCIAL.....	181
FIGURA 4.10 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE SEGUNDO PERFIL SOCIAL.....	183
FIGURA 4.11 – MAPA DE INTENSIDADE POPULACIONAL PARA MUNICÍPIOS URBANOS PROFISSIONAIS (GRUPO 1).....	187
FIGURA 4.12 – MAPA DE INTENSIDADE POPULACIONAL PARA MUNICÍPIOS URBANOS OPERÁRIOS (GRUPO 2).....	187
FIGURA 4.13 – MAPA DE INTENSIDADE POPULACIONAL PARA MUNICÍPIOS RURAIS URBANIZADOS (GRUPO 3).....	188
FIGURA 4.14 – MAPA DE INTENSIDADE POPULACIONAL PARA MUNICÍPIOS RURAIS TRABALHADORES (GRUPO 4).....	188

FIGURA 4.15 – MAPA DE INTENSIDADE POPULACIONAL PARA MUNICÍPIOS RURAIS CONTA-PRÓPRIA (GRUPO 5).....	189
FIGURA 4.16 – MAPA DE INTENSIDADE POPULACIONAL PARA MUNICÍPIOS RURAIS AUTOCONSUMO (GRUPO 6).....	189
FIGURA 4.17 – TOTAL DE MUNICÍPIOS SEGUNDO GRUPOS DE CONCENTRAÇÃO DE RENDA E GRANDE REGIÃO.....	197
FIGURA 4.18 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO GRUPOS DE CONCENTRAÇÃO DE RENDA.....	197
FIGURA 4.19 – TOTAL DE MUNICÍPIOS SEGUNDO GRUPOS DE DESEMPREGO E GRANDE REGIÃO.....	202
FIGURA 4.20 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO GRUPOS DE DESEMPREGO.....	202
FIGURA 4.21 – TOTAL DE MUNICÍPIOS SEGUNDO GRUPOS DE INFRA-ESTRUTURA DOMICILIAR E GRANDE REGIÃO.....	207
FIGURA 4.22 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO GRUPOS DE INFRA-ESTRUTURA DOMICILIAR.....	207

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO 1

TABELA 1.1 – TIPOLOGIA DE CLASSES DE ERIK OLIN WRIGHT.....	15
TABELA 1.2 – ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL FAMILIAR – BRASIL 2004.....	31
TABELA 1.3 – ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL FAMILIAR SEGUNDO METODOLOGIA DE CLASSIFICAÇÃO DE OCUPADOS – BRASIL 1992.....	39
TABELA 1.4 – ESTRUTURA SÓCIO-OCUPACIONAL FAMILIAR – BRASIL 1981 E 2004.....	42

CAPÍTULO 2

TABELA 2.1 – QUANTIS DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA SEGUNDO CLASSES OCUPACIONAIS – BRASIL 2004.....	60
TABELA 2.2 – RENDA APROPRIADA E ÍNDICE DE GINI INTERNACIONAIS – 2004.....	69
TABELA 2.3 – ÍNDICES DE DESIGUALDADE SEGUNDO CLASSES OCUPACIONAIS – BRASIL 1981 E 2004.....	72
TABELA 2.4 – MÉDIAS RELATIVAS DAS CLASSES OCUPACIONAIS – BRASIL 1981 E 2004.....	78
TABELA 2.5 – ESTRATOS ECONÔMICOS SEGUNDO FAIXAS DE RENDA FAMILIAR – BRASIL 2004.....	81
TABELA 2.6 – FAIXAS DE RENDA PER CAPITA SEGUNDO REGIÕES GEOGRÁFICAS..	82
TABELA 2.7 – FAIXAS DE RENDA PER CAPITA PADRONIZADA SEGUNDO REGIÕES GEOGRÁFICAS.....	84
TABELA 2.8 – ESTRUTURA SOCIAL – BRASIL 2004.....	87
TABELA 2.9 – ESTRUTURA SOCIAL – BRASIL 2004.....	89

CAPÍTULO 3

TABELA 3.1 – CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS INDIVIDUAIS.....	101
TABELA 3.2 – PERCENTAGEM DE PESSOAS EM CADA CAMADA SOCIAL SEGUNDO CARACTERÍSTICAS DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO – BRASIL 2004.....	106
TABELA 3.3 – DIMENSÕES DE ANÁLISE E CONTRIBUIÇÃO PARA A INÉRCIA TOTAL – BRASIL 2004.....	113
TABELA 3.4 – INDICADORES DE INFRA-ESTRUTURA DOMICILIAR.....	119

TABELA 3.5 – PERCENTAGEM DE PESSOAS SEGUNDO ACESSO À INFRA-ESTRUTURA DOMICILIAR E CAMADA SOCIAL – BRASIL 2004.....	122
TABELA 3.6 – MATRIZ DE CORRELAÇÕES LINEARES ENTRE INDICADORES DE INFRA-ESTRUTURA DOMICILIAR – BRASIL 2004.....	124
TABELA 3.7 – PRIMEIRO FATOR COMUM DE RELACIONAMENTO COM INDICADORES SIMPES DE INFRA-ESTRUTURA DOMICILIAR – BRASIL 2004.....	128
TABELA 3.8 – VARIÁVEIS BINÁRIAS REPRESENTATIVAS DAS CLASSES OCUPACIONAIS.....	131
TABELA 3.9 – VARIÁVEIS BINÁRIAS REPRESENTATIVAS DOS ESTRATOS SOCIAIS..	131
TABELA 3.10 – ANÁLISE DE VARIÂNCIA PARA A EQUAÇÃO (3.14).....	132
TABELA 3.11 – ANÁLISE DE VARIÂNCIA PARA $\text{Ln}(\text{ISIED}) = \beta_0 + \beta_1 \text{Ln}(\text{RNDPCAP}) + \beta_2 \text{ANOS} \text{ESC} + \text{E}.$	133
TABELA 3.12 – PARÂMETROS ESTIMADOS E TESTES DE SIGNIFICÂNCIA PARA COEFICIENTES DA EQUAÇÃO (3.14).....	134
CAPÍTULO 4	
TABELA 4.1 – POPULAÇÃO BRASILEIRA SEGUNDO ESTRATOS SOCIAIS.....	150
TABELA 4.2 – POPULAÇÃO SEGUNDO PERFIL SOCIAL DO MUNICÍPIO – BRASIL 2000.....	162
TABELA 4.3 – CARACTERÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO PERFIL SOCIAL – BRASIL 2000.....	166
TABELA 4.4 – VARIÁVEIS BINÁRIAS REPRESENTATIVAS DOS ESTADOS E GRANDES REGIÕES.....	190
TABELA 4.5 – VARIÁVEIS BINÁRIAS REPRESENTATIVAS DOS PERFIS SOCIAIS.....	191
TABELA 4.6 – INDICADORES DE CONCENTRAÇÃO DE RENDA SEGUNDO PERFIL SOCIAL – BRASIL 2000.....	193
TABELA 4.7 – ANÁLISE DE VARIÂNCIA.....	196
TABELA 4.8 – PARÂMETROS ESTIMADOS E TESTE DE SIGNIFICÂNCIA.....	196
TABELA 4.9 – PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO DOS PERFIS SOCIAIS SEGUNDO CARACTERÍSTICAS DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO – BRASIL 2000.....	199
TABELA 4.10 – ANÁLISE DE VARIÂNCIA.....	201
TABELA 4.11 – PARÂMETROS ESTIMADOS E TESTE DE SIGNIFICÂNCIA.....	201
TABELA 4.12 – PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO DOS PERFIS SOCIAIS SEGUNDO ACESSO A INFRA-ESTRUTURA DOMICILIAR E ISIEU ^C – BRASIL 2000.....	203

TABELA 4.13 – FATOR COMUM DE RELACIONAMENTO COM INDICADORES SIMPLES DE INFRA-ESTRUTURA DOMICILIAR.....	204
TABELA 4.14 – ANÁLISE DE VARIÂNCIA.....	206
TABELA 4.15 – PARÂMETROS ESTIMADOS E TESTE DE SIGNIFICÂNCIA.....	206

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é propor uma nova configuração para o espaço territorial brasileiro, fornecendo uma nova e relevante dimensão para análise das desigualdades sociais brasileiras. A hipótese central é que a estrutura social, uma conjugação entre inserção no mercado de trabalho (classe ocupacional) e faixa de renda *per capita* (estrato social) das famílias brasileiras, é capaz de identificar padrões sociais que cumprem papel essencial nas análises sobre as condições de vida da população. Para cumprir tal objetivo, este trabalho foi estruturado em quatro capítulos: i) no primeiro capítulo, será exposta a metodologia de estratificação sócio-ocupacional, identificada conforme segmento ocupacional do integrante familiar melhor remunerado; ii) definida as classes ocupacionais, serão analisadas suas heterogêneas distribuições de rendimentos e incorporada uma segunda metodologia de classificação, segundo faixas de renda *per capita*; iii) combinando as duas metodologias de classificação, serão analisadas as características sócio-econômicas da estrutura social para dar maior validade à metodologia de trabalho; iv) por fim, propõe-se uma nova configuração para o espaço territorial brasileiro a partir da distribuição das estruturas sociais municipais, trazendo novos e importantes elementos para analisar o quadro das extremas diferenças regionais brasileiras.

ABSTRACT

The main purpose of this work is to propose a new configuration of Brazilian territorial space, providing a new and relevant dimension to the analysis of Brazilian social inequalities. The central hypothesis is that the social structure, which consists of a combination between job market (socio-occupational class) and *per capita* income band (socioeconomic segment) of Brazilian families, is capable of identifying social patterns which has an essential role in analysis of the life conditions of population. To reach such purpose, this work is structured in four chapters: i) in the first chapter, the methodology of socio-occupational segmentation is presented, identified according to the occupational segment of the best remunerated family member; ii) once defined the occupational segments, the heterogeneity of their income distributions is analyzed and incorporated into a second methodology of classification based on per capita income bands; iii) through the combination of the two methodologies of classification, the socioeconomic characteristics of social structure are analyzed in order to provide greater validity to the methodology of work; iv) finally, a new Brazilian territorial configuration is proposed from the distribution of social structures in cities, providing new and important elements to the analysis of the extreme differences within Brazilian regions.

APRESENTAÇÃO

Acompanhando as transformações da economia mundial, o Brasil apresentou nas últimas décadas profundas alterações na estrutura de seu mercado de trabalho. Até os anos 70, a indústria de transformação e construção civil eram os alicerces da economia nacional. Nos anos 80, houve uma ligeira proteção do emprego industrial e uma expansão dos serviços públicos sociais e dos serviços produtivos voltados para o consumo de alta renda. A partir da década de 90, evidencia-se uma rápida abertura do mercado nacional, afetando radicalmente a capacidade de geração e o nível de emprego dos diversos setores econômicos (DEDECCA, 1996). Entretanto, essa reestruturação não foi capaz de modificar o quadro de extrema exclusão social existente no Brasil: mesmo ocupando a 14ª posição da economia mundial em 2004¹, o país ainda apresenta um dos piores índices de concentração de renda do planeta e um índice de desenvolvimento humano pouco condizente com sua vitalidade econômica².

A retomada do crescimento econômico seria essencial para contornar esse quadro excludente, recuperando o nível de emprego e melhorando as condições sociais da população. Após quase 50 anos de intenso crescimento econômico, a economia brasileira mergulhou em uma dura estagnação econômica na década de 80, sendo observável desde então a extremamente preocupante redução do número de pessoas com empregos em estabelecimentos minimamente estruturados, num país que vislumbra um rápido crescimento da população ativa por ainda um bom período de tempo (BALTAR, 1998). Para se ter uma idéia, a população em idade ativa brasileira cresceu a uma taxa anual de 2,3% entre 1982 e 2004, no mesmo período em que a população desempregada atingiu respeitáveis taxas de crescimento de 6,1% ao ano³. Nessas circunstâncias, é ainda mais emergencial a necessidade de adequação do mercado de trabalho, com um crescimento econômico suficiente para, ao menos, absorver a crescente demanda por emprego da população.

O desejável crescimento econômico não pode, entretanto, desconsiderar a capacidade de suporte do meio ambiente, que impõe limites quando suas atividades não são

¹ Fonte: Banco Mundial (Disponível em:

<http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GDP.pdf>. Acessado em 13 de março de 2006).

² Segundo informações do relatório da Organização das Nações Unidas, HDR (Human Development Report) de 2005, a desigualdade brasileira, medida pelo índice de Gini, era apenas inferior àquelas observadas em 7 países do mundo. Pelo mesmo relatório, o Brasil ocupava a 63ª posição em índice desenvolvimento humano.

³ Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Detalhes sobre a estimativa dos indicadores serão apresentados no capítulo 3.

acompanhadas por uma política de desenvolvimento sustentável. O crescimento descontrolado da população e a expansão das grandes indústrias, baseada no uso abusivo dos combustíveis fósseis, abriram caminho para uma expansão inédita da escala das atividades humanas, pressionando a base limitada e cada vez mais escassa dos recursos naturais do planeta (MELLO, 1991).

Uma das discussões correntes desde a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (UNCED), realizada em 1992 no Rio de Janeiro, é a mensuração do desenvolvimento sustentável, uma solução que busca conciliar crescimento econômico ao uso sustentável dos recursos naturais. E uma das condições necessárias para a sustentabilidade é a elaboração de estatísticas capazes de fornecer informações mais evidentes sobre a relação entre desenvolvimento econômico, condições sociais da população e uso ou degradação do meio ambiente. É uma maneira de descrever a interação entre as atividades humanas e espaço regional, fornecendo referências para políticas sociais, de preservação ambiental e de desenvolvimento econômico.

O emprego conjunto das análises sociais, econômicas e ambientais tornou-se ferramenta essencial para o estabelecimento de políticas públicas e uma das propostas mais recorrentes da literatura é a ordenação dessas múltiplas dimensões de análise por meio do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE). A divisão política e administrativa do país deixou de ser a única configuração para o diagnóstico de tendências e prioridades de desenvolvimento. Novas relações entre municípios, estados e regiões podem ser construídas a partir da análise conjunta de diversos tipos de variáveis. Além de um importante estudo das condições ecossistêmicas e socioeconômicas de uma região, o ZEE tornou-se um instrumento fundamental de negociação e ajuste entre diversas propostas de desenvolvimento (VEIGA *et al*, 2001).

Neste contexto metodológico, a dimensão sócio-econômica pode ser analisada sob vários enfoques, sendo freqüente a ordenação do território segundo informações associadas, por exemplo, à distribuição de renda da população (como a % de pobres), à inserção dos indivíduos no mercado de trabalho (como a taxa de desemprego) e à infra-estrutura dos domicílios familiares (como acesso à água canalizada e esgotamento sanitário), além dos tradicionais indicadores de saúde e demografia (taxa de mortalidade e densidade demográfica, por exemplo). Entretanto, pouca atenção têm sido dedicada à ordenação do território segundo

indicadores associados ao estilo de vida das famílias, que corresponde a uma aproximação para o comportamento de classes de uma sociedade.

Configurar o espaço territorial brasileiro a partir da distribuição da estrutura de classes de sua sociedade traria novos e importantes elementos para compreender o quadro de exclusão social e de extremas diferenças existentes entre as regiões brasileiras, além de fornecer uma nova dimensão para a análise das relações entre ambiente, espaço e desenvolvimento sócio-econômico. Assim como os condicionantes históricos, culturais e ambientais influenciam o grau de desenvolvimento sócio-econômico de uma região, os diferentes estágios de desenvolvimento regional determinam distintas estruturas de classes, exercendo papel fundamental na distribuição geográfica da população e, portanto, na configuração espacial da sociedade.

Para viabilizar esta análise, é necessário, antes de tudo, adotar uma metodologia de estratificação condizente ao complexo panorama social brasileiro. Inspirado na obra de MILLS (1979), o pesquisador Waldir Quadros propõe uma metodologia de estratificação social baseada na inserção dos integrantes familiares no mercado de trabalho, bens e produtos, uma *proxy* para o estilo de vida e dos níveis de bem-estar das famílias brasileiras. A partir dessa proposta metodológica, este trabalho tem como objetivo central elaborar uma nova configuração para o território brasileiro, fornecendo uma nova e relevante dimensão para a análise da estrutura social brasileira.

Primeiramente, serão apresentadas as principais dificuldades para identificar classes em uma sociedade notadamente conhecida pelas extremas desigualdades sociais. Como será apresentada nas análises dos dois primeiros capítulos, a idéia central é a de que grupos sociais com estilos de vida relativamente homogêneos podem ser obtidos a partir do cruzamento entre a posição ocupacional do integrante familiar melhor remunerado (tema do primeiro capítulo) e os níveis de renda familiar *per capita* (tema do segundo capítulo). Em outras palavras, o que define a posição social dos integrantes familiares não seria apenas a inserção destes no mercado consumidor, mas também as diversas possibilidades de prestígio e poder proporcionadas pela ocupação do integrante familiar melhor remunerado.

A segunda questão está relacionada à validade da metodologia de estratificação social, ou seja, se esta é realmente capaz de identificar grupos da população com estilos de vida relativamente homogêneos. Limitado, sobretudo, às informações disponibilizadas pelas

pesquisas domiciliares do IBGE e à subjetividade que o tema oferece, impondo sérias limitações empíricas à mensuração, no terceiro capítulo é estimado o grau de associação entre a estrutura social proposta e as características associadas ao padrão social dos integrantes familiares, entre elas: sexo, cor ou raça, escolaridade, condição de atividade, acesso a segurança social e infra-estrutura domiciliar.

Após descrever e avaliar a consistência da metodologia de estratificação, o quarto e último capítulo proporá, finalmente, uma nova configuração territorial brasileira, identificando *clusters* espaciais de desenvolvimento a partir da composição das estruturas sociais municipais. Da mesma forma que a configuração proposta colaborará, em certa medida, para identificar os diferentes graus de desenvolvimento social que surgem da simples caracterização do espaço em áreas urbanas e rurais, permitirá ainda analisar o quadro de extremas desigualdades regionais brasileiras. Relacionando os grupos municipais obtidos a uma série de indicadores sócio-econômicos, será possível estimar a magnitude das principais diferenças existentes entre municípios de grupos relativamente homogêneos, boa parte devida à região de procedência do domicílio familiar.

Em síntese, este trabalho espera contribuir para o debate sobre as diversas formas de configuração do espaço, fornecendo uma nova dimensão para análise das diferenças sociais brasileiras. Ao mesmo tempo, é descrita uma nova metodologia de estratificação social e explorado o uso de técnicas estatísticas multivariadas para estimar o grau de associação entre múltiplas categorias de análise.

Capítulo 1 - Tipologia de estratificação social

1.1. Introdução

Do sistema de castas egípcias aos estamentos feudais e à sociedade capitalista moderna, a população tem sofrido alterações em seu modo de viver, relacionar-se com a sociedade, com o mercado de trabalho e o mercado de produtos. As sociedades modernas evoluíram de uma estrutura social rígida, com ínfimas perspectivas de mobilidade social, onde o destino era marcado por elementos religiosos e sagrados, para uma estrutura extremamente complexa, definida mais por elementos econômicos e sociais.

Pode-se também afirmar que estes elementos sócio-econômicos que definem a nova posição social evoluíram da simples posse ou não de propriedade - opressores versus oprimidos - para características mais complexas, definidas por combinações de possibilidade de geração de renda, prestígio social e poder político. A forma como o poder sobre os meios de produção se distribui, ou mesmo o poder de delegar tarefas aos subordinados, gera conseqüências significativas na vida dos indivíduos e na dinâmica das instituições.

Identificar grupos sociais homogêneos formados pelas inúmeras combinações de renda, prestígio e poder, torna-se, portanto, essencial para definir a estrutura social da população e enriquecer análises relativas à exclusão social, estudos sobre concentração de renda, pobreza, desigualdade, mobilidade social, pesquisas de mercado, entre outros⁴.

O elemento marcante na formação da estrutura social das sociedades capitalistas modernas foi o surgimento de uma importante massa de assalariados. Embora a composição deste grupo social tenha apresentado processos históricos distintos de formação, todas as sociedades capitalistas modernas alcançaram um estágio evoluído de fragmentação entre os pólos mais antagônicos de suas estruturas sociais. Enquanto a Europa enfrentou cinco séculos de lutas contra a aristocracia feudal e a sociedade norte-americana foi desde o início constituída nos moldes do liberalismo e baseada na pequena propriedade, atualmente ambas evidenciam um estágio evoluído de fragmentação da estrutura social e estão, juntas, adaptando-se rapidamente à recente onda de globalização, informatização e flexibilização no mercado de trabalho.

⁴ ROSE & PEVALIN (2001) mostram que a estratificação social já era largamente utilizada e de fundamental importância no Reino Unido desde 1913, em estudos de desigualdades na saúde da população.

O Brasil acompanhou de certa forma este processo de transformação da estrutura social, contando atualmente com dois segmentos característicos (SINGER, 1977): um capitalista, onde prevalecem as condições de assalariamento formal e informal; outro autônomo, composto por empreendimentos individuais cujo produto se destina ao mercado. O próprio setor capitalista é composto por um segmento moderno, onde prevalecem relações formais de assalariamento, políticas sociais de bem-estar e uma estrutura de ocupações mais profissionalizada, enquanto o informal se caracteriza pela desproteção social e baixa profissionalização das ocupações (PRETECEILLE & RIBEIRO, 1999). Da mesma forma, o setor autônomo é também integrado por dois segmentos opostos: os profissionais liberais e as ocupações de caráter irregular e transitório.

Para ajudar a compreender este complexo universo das relações sociais, este capítulo propõe-se a apresentar alguns dos principais elementos históricos do processo de formação e transformação da estrutura social moderna. O objetivo central será justificar a adoção de uma tipologia de estratificação social, elaborada por Waldir Quadros, orientador desta tese de doutorado, que se baseia na divisão social do trabalho. A tipologia de estratificação social proposta será aplicada às duas principais pesquisas domiciliares do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios) e o Censo Demográfico.

Para cumprir tais objetivos, este capítulo foi dividido em quatro seções principais: i) primeiramente apresenta-se a noção de classe social segundo dois dos maiores pensadores de nossa era, Marx e Weber, estudos essenciais para se compreender a estrutura social moderna; ii) em uma análise mais contemporânea, será mostrado o processo de formação de um novo e importante grupo social, formado essencialmente por empregados de escritórios, do comércio e dos serviços - os chamados colarinhos brancos -, base da nova classe média nas sociedades capitalistas modernas; iii) com vistas ao processo de transformação social, são apresentadas duas experiências internacionais em estratificação social, tipologias alternativas que irão fornecer uma base para melhor compreensão analítica da estrutura adotada neste trabalho; iv) para finalizar, será então apresentada a proposta de estratificação sócio-ocupacional brasileira aplicada às pesquisas domiciliares brasileiras.

1.2. Classes sociais segundo Marx e Weber

Assim como o trabalho vitalício ou o caráter hereditário das profissões em algumas sociedades resultou num sistema de castas e o modelo de produção feudal definiu os estamentos, a produção capitalista moderna definiu o que Marx denomina de classes sociais.

Numa célebre passagem de o *Manifesto Comunista*, Karl Marx (1998, p. 4) afirma que “a história de todas as sociedades até hoje é a história das lutas de classes”. Abstraindo os determinantes históricos e as especificidades de cada sociedade, chega-se à premissa universal da luta de classes entre grupos sociais antagônicos, ou seja, opressores versus oprimidos.

Este antagonismo não exclui, entretanto, a existência de grupos intermediários ou temporários. A hipótese central é que a estrutura de classes seria um fenômeno histórico social e transitório determinado pelo sistema de produção, apresentando um estágio mais avançado de formação justamente nas sociedades capitalistas mais avançadas (HIRANO, 2002).

A posição ocupada por cada indivíduo nos diferentes setores de produção social e em seus desdobramentos resultantes da divisão social do trabalho é o que define sua posição de classe social. Em *A Ideologia Alemã*, MARX (1973, p.60) afirma que “*idênticas condições, idênticas antíteses e idênticos interesses necessariamente tinham que provocar, em todas as partes, com a mesma amplitude, idênticos costumes*”. E ainda:

“...os diferentes indivíduos somente formam uma classe enquanto se vêem obrigados a sustentar uma luta contra outra classe, e, além disso, enfrentam-se reciprocamente, hostilmente, no plano da concorrência. De outro lado, a classe se substantiva, por sua vez, ante os indivíduos que a formam, de tal modo que estes já se encontram com suas condições de vida predestinadas, recebendo de sua classe uma posição determinada na vida e, ao mesmo tempo, a trajetória de seu desenvolvimento pessoal, ficando sujeitos a todas as contingências da classe a que pertencem.” (MARX, 1973, p. 60)

Seguindo esta premissa, a simples caracterização empírica das classes de uma sociedade em um determinado estágio de desenvolvimento pouco significaria. O importante para Marx é a tendência do sistema de produção capitalista, onde se acentua a distância entre meios de produção e o trabalho, com uma crescente concentração dos meios de produção em grupos cada vez mais fortes. Esta tendência levaria à formação dos dois grupos antagônicos, tendo a concentração do capital e da propriedade de um lado e, do outro lado, a conversão do trabalho em trabalho assalariado com crescente incorporação dos demais grupos sociais.

Enquanto Marx baseia sua análise em fatores histórico-sociais, Weber interpreta a estrutura de classes a partir de fatores essencialmente econômicos, representados sob as condições dos mercados de produtos e de trabalho. Para Weber, a palavra classe, em seu sentido mais genérico, refere-se a qualquer grupo de pessoas que se encontra na mesma situação de mercado, ou situação de classe, que pode ser expressa pela:

“...oportunidade típica de uma oferta de bens, de condições de vida exteriores e experiências pessoais de vida e, na medida em que essa oportunidade é determinada pelo volume e tipo de poder (ou pela falta deles), de dispor de bens ou habilidades em benefício da renda de uma determinada ordem econômica”.(WEBER, 1971, p. 212)

Para Weber, a categoria posse de bens econômicos é o instrumental avaliador da situação de classe dos diferentes grupos sociais (HIRANO, 2002). As distinções, ou limites de cada classe, ocorrem no âmbito da distribuição e será definida pela posse ou ausência de propriedade e pela probabilidade de valorização de bens e serviços no mercado -, realizados por meio de contratos de troca e exploração racional.

A totalidade de situações de classe geradas pela posse ou não de propriedade e pela probabilidade de valorização de bens no mercado define, portanto, tipos sociais diversos. Mas uma nova hierarquia econômica, definida não só pela situação de classe, como também pelo intercâmbio pessoal e pela sucessão de gerações é o que define classe social em seu sentido mais específico. Desta maneira, Weber conceitua classe social a partir de três componentes básicos: i) situação de classe (situação no mercado); ii) prestígio ou status (intercâmbio pessoal); iii) poder político (sucessão de gerações).

Importante também destacar que esta categorização não pressupõe articulação dinâmica entre os pólos da sociedade. Para Weber, a conduta homogênea das classes ocorre em algumas situações específicas⁵, mas esta classificação nem sempre conduz a lutas de classes, podendo até ocorrer solidariedade entre elas⁶.

⁵ A conduta homogênea das classes ocorre com máxima facilidade nas situações de imediatos rivais de interesse, em situações de classe tipicamente semelhantes e em massa (comunidades de trabalho localmente determinadas, e direção com objetivos muito claros).

⁶ Max Weber ressalva que a oposição entre as classes dicotômicas pode até levar a lutas revolucionárias, que não se propõem necessariamente a uma transformação da ordem econômica, mas sim um acesso à propriedade e à distribuição da mesma (HIRANO, 2002).

Estas rápidas menções a dois dos maiores pensadores de nossa história, Karl Marx e Max Weber, apresentam as dificuldades inerentes a qualquer tentativa de caracterização dos indivíduos a partir de conceitos dados por inúmeras condições histórico-sociais. Sem querer seguir o caminho de uma longa discussão sociológica, este projeto centrará seus esforços na delimitação e análise empírica de grupos familiares relativamente homogêneos segundo características sócio-econômicas obtidas nas pesquisas domiciliares do IBGE, que serão aqui denominados *classes ocupacionais*.

Para melhor compreender a metodologia de definição das classes ocupacionais, será inicialmente apresentada uma rápida análise do processo de formação de uma importante massa de assalariados de escritório, comércio e prestação de serviços, como bem descreve o sociólogo norte-americano Wright Mills (1979).

1.3. A nova classe média

“... a idéia de que a fazenda familiar é uma fonte de virtudes num mundo de homens livres constitui, hoje, apenas um sonho nostálgico de cidadãos mal informados.” (Wright Mills, 1951)

Mais que um simples grupo intermediário entre os pólos dicotômicos de uma estrutura de classes, a classe média se tornou o grupo mais heterogêneo e influente do capitalismo contemporâneo. Foi durante muito tempo o símbolo do sucesso e independência econômica para as camadas inferiores, conquistou prestígio e poder político, sofreu profundas transformações estruturais na passagem do século XX e, recentemente, tem sido uma das principais afetadas pelas transformações econômicas mundiais.

Embora cada país apresente processos distintos de formação de sua classe média, todas as sociedades capitalistas modernas presenciaram, em um curto espaço de décadas, a proliferação de uma nova massa de assalariados de escritórios, comércio e serviços - os chamados *colarinhos brancos*. Com processo de formação mais acentuado nas economias capitalistas avançadas⁷, os colarinhos brancos são os novos empregados que deixam de manipular máquinas e objetos para “manipular” papéis, símbolos e pessoas em seus demiurgos administrativos.

⁷ Para se ter uma idéia, a percentagem de trabalhadores colarinhos brancos nos Estados Unidos passou de menos de 18% em 1900, para mais de 60% em 2002. Fonte: U.S. Department of Commerce, Bureau of the Census, Historical Statistics of the U.S., Colonial Times to 1970, 1975; U.S. Department of Labor, Bureau of Labor Statistics, Current Population Survey, 2003. (Dados disponíveis em: <<http://www.bls.gov>>).

Neste contexto, a chamada antiga classe média - pequenos proprietários rurais e urbanos - iniciou um intenso processo de definhamento⁸. O pequeno proprietário perdeu renda e prestígio para os altos dirigentes das grandes empresas. Passou a ser mais atraente ao pequeno proprietário se engajar como empregado de uma grande empresa multinacional a se aventurar no universo instável de uma pequena empresa, já que, de símbolo da liberdade e segurança econômica, a pequena propriedade virou símbolo da incerteza e vítima impotente perante as freqüentes oscilações econômicas. Embora muitos pequenos proprietários ainda possam manter certo poder político local, principalmente nas regiões menos desenvolvidas, perderam há tempos seu poder econômico e acabam pertencendo, por tradição e cultura, às camadas inferiores da estrutura social⁹.

A própria economia mundial favoreceu, principalmente a partir da II Revolução Industrial no último quarto do século XIX, o movimento de crescente concentração e centralização do capital. Entre as principais causas deste movimento, é importante destacar a chamada administração científica do trabalho, que trouxe, das linhas de montagem aos escritórios, a racionalização do processo de trabalho, o desenvolvimento da produção em massa e o aumento da produtividade. E, embora a generalização da cadeia semi-automática permitira a evolução do consumo em massa, elevou consideravelmente a participação do capital aplicado em equipamentos e dificultou a atuação do pequeno investidor.

Por outro lado, uma nova relação salarial sofisticada garantiu uma série de direitos aos empregados, transformando o assalariado em consumidor de bens duráveis menos essenciais e garantindo seu acesso à uma série de serviços públicos e ao que se pode chamar de *propriedade social*¹⁰. A segurança econômica deixou de ser exclusividade da propriedade, sendo gradativamente substituída pelo emprego e garantia da propriedade social. Até mesmo parte da classe dominante ingressou, no nível mais alto, no mercado assalariado, onde, muitas vezes, os novos acionistas dirigentes são também assalariados de suas empresas.

⁸ Segundo MILLS (1979, p. 37), os pequenos proprietários agrícolas eram cerca de 3/4 da população ocupada norte-americana no início do século XIX e, já na metade do século XX, não representavam mais que 1/8 da população ocupada: "A propriedade democrática, explorada pelo próprio dono, cedeu lugar à propriedade de classe, que outros são contratados para explorar e dirigir. Em vez de ser a condição de trabalho do proprietário, a propriedade de classe é uma condição de não trabalho".

⁹ Interessante destacar que os membros das camadas superiores costumam avaliar a classe das pessoas pelo status ou prestígio, enquanto os membros das camadas baixas são mais levados pela renda e aparência (MILLS, 1979).

¹⁰ Segundo CASTEL (1995), a propriedade social se constitui em algo que não se pode comprar no mercado e que depende de um sistema de direitos e obrigações. Talvez o melhor exemplo seja a aposentadoria, algo que não se pode vender e, uma vez conquistada, cabe ao Estado garanti-la.

Nesta nova estrutura social o empregado depende da grande empresa para manter sua segurança no emprego e evitar sua desfiliação e, assim como os operários do capitalismo contemporâneo, a nova classe média também depende da grande propriedade para a segurança de seus empregos e acesso à propriedade social.

O surgimento deste novo assalariamento burguês trouxe novos valores à estrutura dos assalariados, mas, ao contrário do que se podia esperar, a racionalização científica do trabalho não provocou uma homogeneização integral nesta nova estrutura social. Como aponta MILLS (1979), há distinções de valores sociais e posições salariais que garantem uma melhor posição social aos colarinhos brancos e mantêm os operários e trabalhadores agrícolas na base da chamada pirâmide social¹¹. Embora estejam na mesma situação dos operários – *colarinhos azuis* - quanto à posse de propriedade, os colarinhos brancos estão em situações heterogêneas de renda, prestígio e poder. O prestígio das relações sociais, poder (mesmo que seja uma autoridade lhes atribuída por outros), relacionamento com autoridades, maneira de se vestir, grau de escolaridade, raça e outros fatores, diferenciam-nos na nova estrutura social. Particularismos nos modos de vida, das formas de sociabilidade e do próprio sentimento de subordinação também impedem que a classe operária se introduza nas classes médias.

A racionalização da estrutura de trabalho trouxe ainda novas hierarquias ao universo dos colarinhos brancos. A evolução tecnológica e a administração científica do trabalho foram responsáveis por uma longa onda de fragmentação e especialização nos mais variados setores econômicos. Nas grandes empresas capitalistas, a racionalização fez surgir um sistema complexo de hierarquias formado por gerentes, especialistas e funcionários. Mesmo as mais tradicionais ocupações, como médicos ou mecânicos, foram afetadas pelo processo de racionalização e cercadas por inúmeros assistentes¹². Graduações mínimas substituem estruturas mais homogêneas, havendo, em muitas situações, mais níveis de prestígio que níveis salariais.

¹¹ Como também relata CASTEL (1995, p. 417), “*se todo mundo, ou quase, é assalariado, é a partir da posição ocupada na condição de assalariado que se define a identidade social. Cada assalariado se compara a todos, mas também se distingue de todos; a escala social comporta uma graduação crescente em que os assalariados dependuram sua identidade, sublinhando a diferença em relação ao escalão inferior e aspirando ao estrato superior. A condição operária ocupa sempre, ou quase sempre, a base da escala*”.

¹² O antigo clínico geral foi substituído pelo médico especialista que trabalha numa instituição hospitalar assistido por enfermeiras e outros tantos profissionais especializados. A antiga figura do mecânico geral também foi sendo substituída por uma série de especialistas em elétrica automotora, injeção eletrônica, retífica de motores, radiadores, pneus e amortecedores, entre outros.

Já o surpreendente avanço tecnológico iniciado na década de 70 nos Estados Unidos, que automatizou as indústrias e reorganizou a estrutura das empresas, permite hoje que os processos produtivos sejam interconectados e o capital seja transportado de um lado para outro em curtíssimo espaço de tempo. A flexibilização da produção, desconcentração industrial, busca de qualidade total, formas transitórias de produção e outros tipos de desregulações estão cada vez mais presentes nas indústrias, que buscam se adaptar às novas formas de produção e à lógica do mercado mundial. Nesta nova sociedade informacional o conhecimento científico e tecnológico é uma das principais propriedades do ser humano e, ao mesmo tempo em que se reduz o tempo físico do trabalho no processo produtivo e do trabalho manual direto, amplia-se o trabalho intelectual. As grandes empresas informacionais procuram agora manter os empregados mais qualificados importando insumos das áreas de mais baixo custo (CASTELLS, 1999). Há subcontratação de parte do trabalho para seus estabelecimentos transnacionais, generaliza-se a utilização de mão-de-obra temporária e, ao mesmo tempo, busca-se o consentimento da força de trabalho para a reversão de contratos sociais mais benéficos aos trabalhadores.

O impacto no mercado de trabalho foi imediato. Em algumas áreas os trabalhadores se tornaram mais qualificados, como o supervisor e o vigilante de um processo produtivo, enquanto houve desqualificação em outros setores, como na metalurgia, onde a habilidade do trabalhador foi substituída pelo simples papel de operador de máquinas semi-automáticas. A automação acentuou o processo de eliminação do emprego rural, redução do emprego industrial e, por outro lado, fez crescer o peso do setor de serviços na estrutura social, principalmente serviços pessoais.

A informatização e reorganização das empresas afetam os colarinhos brancos e a massa trabalhadora, introduzindo a individualização e a fragmentação do trabalho no processo produtivo. Ao mesmo tempo, há uma expansão generalizada do trabalho temporário e do trabalho de meio-expediente. E, como sugere ANTUNES (2000), ao contrário de *desproletarização*, há uma significativa *subproletarização* do trabalho em virtude de diversas formas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal e ao setor de serviços.

Estas transformações – entre outras não aqui mencionadas, como aumento do desemprego, crescimento da população ativa e maior participação feminina no mercado de

trabalho -, provocaram profundas alterações neste e afetaram distintamente as estruturas sociais das sociedades modernas. Analisar de que forma os diferentes grupos de uma sociedade foram afetados por estas transformações é mais um importante desdobramento analítico a ser viabilizado por uma metodologia consistente de estratificação social.

1.4 Tipologias de estratificação social

A possibilidade de vender seus serviços no mercado de trabalho, não mais a compra e venda lucrativa de uma propriedade e suas produções, é o que hoje determina a vida da maioria dos indivíduos da classe média e define as novas relações sociais. Ao mesmo tempo em que a concentração da propriedade dificultou o acesso à propriedade independente, a segurança da pequena propriedade foi substituída pela segurança de um emprego em uma grande empresa e transformou o emprego, não mais a propriedade, na principal fonte de renda da maioria dos indivíduos na sociedade.

A ocupação das pessoas se tornou o fator fundamental para definir a nova estrutura social, sem, obviamente, deixar de considerar as diferentes posições sociais que podem surgir desta definição. Como fontes de renda, as ocupações estão ligadas à situação de classe e, como normalmente acarretam uma certa dose de prestígio, são também relevantes para o status do indivíduo. Implicam também determinados graus de poder sobre os outros, seja diretamente sobre os subordinados de uma empresa, ou indiretamente em outras áreas da vida social, como o pequeno proprietário de uma pequena cidade do interior que exerce ainda algum poder político na sua região, ou o professor universitário que influencia o pensamento de uma nova geração da classe média que ingressa na universidade.

Neste contexto, no início do século XX já aparecem as primeiras experiências de estratificação social baseadas na inserção dos indivíduos no mercado de trabalho (ROSE & PEVALIN, 2001). Entre as principais referências da literatura internacional em estratificação social, este trabalho irá destacar: i) o esquema neo-marxista de classes de Erik Olin Wright; ii) a nova classificação sócio-econômica britânica, uma atualização do tradicional esquema de classes de *Goldthorpe*¹³.

¹³ Não se pode, entretanto, deixar de mencionar a importância das demais metodologias de estratificação não abordadas neste trabalho, como as categorias sócio-profissionais francesas (PRETECEILLE & RIBEIRO, 1999) e o índice de *status* socioeconômico das ocupações elaborado por VALLE SILVA (1985). A escolha pelas experiências norte-americana e britânica se deu, sobretudo, pela maior proximidade metodológica.

1.4.1 O esquema de classes de Erik Olin Wright

Erik Olin Wright se empenhou em desenvolver um esquema de classes capaz de mapear as constâncias e as variações estruturais de classes das sociedades capitalistas modernas. Como afirma FIGUEIREDO SANTOS (2002), a formação do pensamento do autor se deu em contraponto às insuficiências do pensamento marxista contemporâneo para interpretar a emergência de posições referidas como de classes média dentro da estrutura de classes.

Wright parte de uma formulação neo-marxista para elaborar uma estrutura de classes sociais baseada na exploração material, fruto de um desequilíbrio na distribuição dos ativos produtivos. O autor argumenta que a exploração gera interesses antagônicos, onde o bem-estar material dos exploradores é obtido às custas da privação de interesses materiais por parte dos explorados. Esta exploração se mantém pela própria expropriação do acesso a determinados recursos produtivos, o que acaba gerando vantagens materiais aos exploradores na medida em que permite a apropriação da força de trabalho dos explorados.

Duas categorias de classes intermediárias surgem desta lógica de exploração polarizada (WRIGHT, 1985):

1 – **A chamada antiga classe média:** posições de classe que possuem capital suficiente para adquirir seus ativos relevantes, mas que não são exploradores, tampouco explorados, dentro das relações capitalistas. É formada, por exemplo, pelos pequenos burgueses e produtores conta-própria.

2 - **A nova classe média:** posições de classe que, dentro das complexas relações de exploração das sociedades, qualificam-se como exploradoras em uma dimensão e explorados em outra dimensão. Os profissionais qualificados são um bom exemplo: são explorados pela ausência de ativos produtivos e exploradores segundo suas qualificações profissionais privilegiadas.

O autor propõe uma tipologia de estratificação destinada aos ocupados e baseada nas complexas relações de exploração que surgem na sociedade capitalista. São propostas doze estruturas de classes: três estruturas de proprietários de ativos produtivos e nove para os não-proprietários. Os proprietários são subdivididos segundo o capital exigido na produção,

distinguido, sobretudo, pelo tamanho do empreendimento. Os não proprietários são subdivididos segundo seus níveis de autoridade e qualificações profissionais. As distinções da estrutura de classes proposta por Erik Olin Wright está esquematizada na Tabela 1.1.

Tabela 1.1 – Tipologia de classes de Erik Olin Wright

	Proprietários dos meios de produção	Não-proprietários (Trabalhadores Assalariados)			
Possuem capital suficiente para empregar trabalhadores e não trabalhar	1 Burguesia	4 Gerentes Especialistas	7 Gerentes Qualificados	10 Gerentes Não Qualificados	+
Possuem capital suficiente para empregar trabalhadores mas precisam trabalhar	2 Pequenos Empregadores	5 Supervisores Especialistas	8 Supervisores Qualificados	11 Supervisores Não-qualificados	>0
Possuem capital suficiente apenas para se auto-empregarem	3 Pequena Burguesia	6 Trabalhadores Especialistas	9 Trabalhadores Qualificados	12 Trabalhadores Não-qualificados	-
		+	>0	-	
		Relação com Qualificação			

Para mensurar as 12 categorias propostas pela análise, especificamente as 9 subcategorias formadas pelas inúmeras relações com a autoridade e a qualificação ocupacional, o autor elaborou um questionário específico para os conceitos teóricos propostos pela tipologia, onde era possível captar com maior precisão o tipo e grau de autoridade e qualificação das ocupações. A Figura 1.1 apresenta uma síntese do resultado obtido pelo autor em seu único estudo de caso, realizado em 1980, quando comparou a estrutura social norte-americana à sueca.

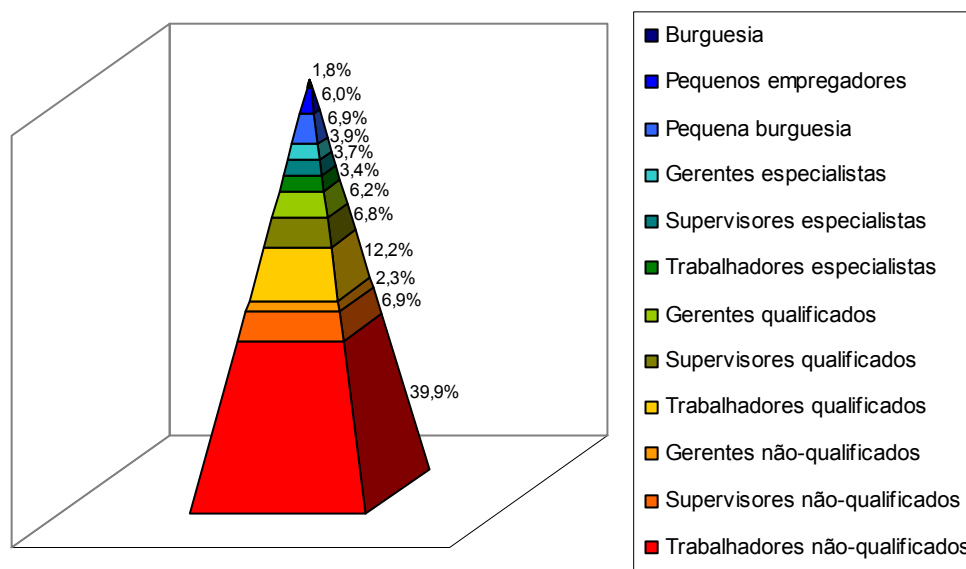


Figura 1.1 – Percentagem de ocupados nos Estados Unidos segundo o esquema de classes de Erik Olin Wright – 1980

Fonte: WRIGHT (1985)

FIGUEIREDO SANTOS (2002) desenvolveu um importante esforço analítico ao compatibilizar a estrutura de classes de Wright à metodologia das pesquisas domiciliares aplicadas pelo IBGE, gerando uma nova proposta de estratificação social brasileira. Além das inerentes especificidades sociais brasileiras, outras dificuldades metodológicas surgiram durante o processo de adaptação da tipologia. As pesquisas populacionais não são originalmente concebidas para o propósito da análise de classes de Wright e não permitem, por exemplo, uma clara caracterização do que o autor chama de classe burguesa, pequena burguesia, ou da escala tricomizada sobre o tipo e grau de autoridade e qualificação das ocupações¹⁴.

Figueiredo Santos classificou como *capitalistas* os empregadores com mais de 10 empregados e substituiu a denominação de *pequena burguesia* pela de *auto-empregados*, mais

¹⁴ Antes da implementação da nova Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2000) e sua adoção pela PNAD em 2002 e Censo Demográfico em 2000, não havia na PNAD, por exemplo, uma clara distinção entre gerentes (que possuem, além da autoridade sobre seus subordinados, posição estratégica na tomada de decisões da empresa empregadora) e supervisores (que possuem autoridade sobre os subordinados mas não estão envolvidos na tomada de decisão da organização), sendo que, muitas vezes, apareciam classificados na mesma situação ocupacional, como gerente, subgerente, superintendente, vice-diretor, vice-presidente e supervisor de uma indústria de transformação.

condizente às inúmeras possibilidades sociais que surgem desta categorização, onde se pode encontrar desde o legítimo pequeno burguês na visão marxista (aqueles que possuem capital suficiente para se auto-empregarem mas não para empregar trabalhadores assalariados) até categorias precárias de trabalho informal. E, para melhor captar as importantes distinções que surgem nas posições de classes de pequenos empregadores, auto-empregados e trabalhadores proletarizados, Figueiredo Santos propôs uma subcategorização da tipologia de Wright em 16 segmentos de classes, apresentada na Figura 1.2 com as respectivas percentagens da população brasileira ocupada no ano de 1996.

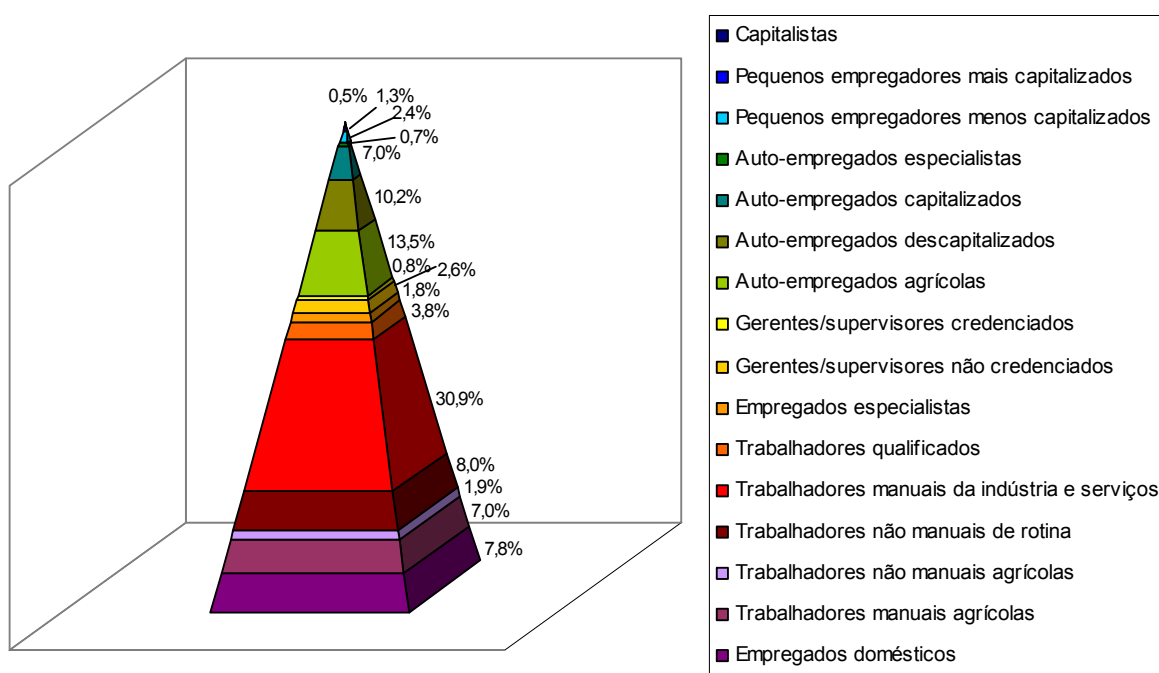


Figura 1.2 – Percentagem de ocupados no Brasil segundo os segmentos de classes de Figueiredo Santos - 1996

Fonte: FIGUEIREDO SANTOS (1996)

Os pequenos empregadores foram sub-classificados entre *menos capitalizados* e *mais capitalizados* segundo a dimensão do capital investido no negócio. Para identificar estas categorias na PNAD, foram utilizadas as informações referentes ao número de empregados da empresa (1 a 2, ou 3 a 10 respectivamente) e ao local de estabelecimento do empreendimento (sem instalações específicas, ou local próprio como loja, oficina, fábrica ou escritório, respectivamente).

Entre os auto-empregados, há os típicos profissionais liberais que atuam de forma independente, classificados como *especialistas*; os auto-empregados com controle sobre as instalações e equipamentos (loja, oficina, escritório, ou mesmo veículo automotor), classificados como *capitalizados*; os *descapitalizados*, cujo local de estabelecimento do empreendimento consiste no domicílio em que a pessoa morava, no domicílio do sócio ou freguês, em local designado pelo cliente ou mesmo em local público; e os *auto-empregados agrícolas*, que inclui, além dos pequenos proprietários conta-própria, trabalhadores não remunerados agrícolas e na produção autoconsumo.

Entre as posições de classe média assalariada, Figueiredo Santos classificou como *gerentes/supervisores credenciados* os empregados como gerentes ou supervisores que possuem curso superior completo; como *gerentes/supervisores não credenciados* aqueles com 14 anos ou menos de estudo¹⁵; e como *empregados especialistas* os assalariados titulares de profissões credenciadas e qualificações escassas acerca dos sistemas peritos (médicos, engenheiros, auditores, professores de nível superior, analistas programadores, advogados, entre outros).

Por fim, há a classificação dos *trabalhadores qualificados* (trabalhadores notadamente de ofício, como professores do ensino fundamental, secundário e técnicos de nível médio) e a sub-categorização da *massa trabalhadora proletária*, na visão neo-marxista de Erik Olin Wright, em cinco novos segmentos, segundo as divisões de trabalho agrícola/não agrícola, manual/não manual e as condições típicas da categoria dos *empregados domésticos*.

Nota-se tanto no esquema de classes de Wright, quanto na respectiva derivação proposta por Figueiredo Santos, uma clara preocupação em identificar segmentos sociais a partir das inúmeras combinações que surgem do processo de exploração no mercado de trabalho. Surgem daí diversas segmentações formadas pelos níveis de qualificação e grau de autoridade das categorias ocupacionais, como, por exemplo, as categorias de trabalhador especialista, qualificado, manual e não manual da classe trabalhadora.

¹⁵ Embora haja uma distinção entre gerentes e supervisores tanto em relação à qualificação quanto ao grau de autoridade, a PNAD não permite identificar esta diferenciação.

1.4.2 – A classificação sócio-econômica britânica

Uma das referências mais importantes na literatura sobre estratificação social se remete indubitavelmente à experiência britânica que, segundo ROSE & PEVALIN (2001), iniciou os estudos de estratificação e classificação social a partir de 1913, com o RGSC - *Registrar General's Social Class*. O RGSC, uma classificação da sociedade em grupos hierárquicos, ordenados segundo as qualificações ocupacionais dos indivíduos, foi amplamente utilizado em estudos de análise social, estatísticas oficiais e pesquisas de mercado, até sofrer algumas adaptações e ser rebatizado em 1990 como SC - *Social Class based on occupation*.¹⁶

Ao supor apenas as qualificações ocupacionais como determinante único na definição de grupos sociais, algumas características individuais importantes que pudessem diferir dentro de cada grupo acabavam sendo ignoradas, como graus de prestígio e poder social, ou mesmo o nível de instrução dos indivíduos. As críticas oriundas desta forma simplista de classificação social, que considerava apenas os tipos ocupacionais como fator de diferenciação social, fomentou uma série de estudos e culminou em uma nova forma de estratificação social, incorporando conceitos sociológicos aos princípios operacionais básicos da RGSC. O esquema de *classes de Goldthorpe* (GOLDTHORPE, 1980) requeria informações sobre as ocupações dos indivíduos, status do emprego e o tamanho do estabelecimento para criar uma estrutura que os sociólogos acreditavam possuir uma base teórica e conceitual mais elaborada. Estabelecia distinções básicas entre empregadores, autônomos e empregados, que, embora hoje seja algo elementar em qualquer estrutura social baseada nas instituições de propriedade privada e no mercado de trabalho, não era até então contemplada pela RGSC (ROSE & PEVALIN, 2001)¹⁷.

Paralelamente ao RGSC e ao esquema de classes de *Goldthorpe*, outros critérios de estratificação sociais foram utilizados como referência pela literatura britânica e européia, como a escala de Hall-Jones, a escala de Hope-Goldthorpe e a escala de Cambridge¹⁸. O esquema *Goldthorpe* acabou, entretanto, sendo a base para a adoção de um padrão oficial de

¹⁶ Os grupos ocupacionais formados eram: (I) Ocupações profissionais; (II) Gerentes e ocupações técnicas; (III) Ocupações qualificadas não manuais – N – e manuais – M; (IV) Ocupações parcialmente qualificadas; (V) Ocupações não qualificadas;

¹⁷ As sete categorias básicas formadas pelo esquema de classes de Goldthorpe eram: (I) Classe de serviços de alto nível; (II) Classe de serviços de baixo nível; (III) Empregados em atividades não manuais rotineiras; (IV) Pequenos proprietários; (V) Técnicos de baixo nível e supervisores; (VI) Empregados em atividades manuais qualificadas; (VII) Empregados em atividades manuais pouco ou não qualificadas;

¹⁸ Para maiores detalhes ver ROSE & PEVALIN (2001).

estratificação social no Reino Unido, numa tentativa de harmonização das análises estatísticas utilizadas em pesquisas sociais. Em 1994 a agência responsável pelas estatísticas oficiais britânicas – Office for National Statistics – autorizou um conselho nacional – Economic and Social Research Council (ESRC) – a revisar as estatísticas de classificação social em busca de um novo padrão. Como resultado, o ESRC recomendou a utilização de uma nova estrutura de classificação social, a SEC – Socio-Economic Classification – aprimorada e rebatizada em 2000 como NS-SEC – National Statistics Sôcio-economic Classification (ver ROSE & O'REILLY, 1997 e 1998; ROSE *et al*, 1997; ROSE & PEVALIN, 2001).

O NS-SEC é uma estratificação baseada na classificação ocupacional da população britânica – Sôcio-Ocupational Classification (SOC) - e, da mesma forma que o esquema de *Goldthorpe*, obtida a partir de características tais como o tipo de ocupação, posição na ocupação e tamanho do estabelecimento empregador. O enfoque desta tipologia de classificação é a diferenciação das posições do mercado de trabalho em termos das *relações de emprego*, que são basicamente três: i) **relacionamento de serviço** (*service relationship*), presente nas posições mais qualificadas, ocorre quando o empregado presta “serviços” ao empregador, recebendo em troca uma compensação imediata em forma de salário e garantias de segurança e oportunidades de carreira em longo prazo; ii) **contrato de trabalho** (*work labour*): relação típica das posições menos qualificadas, onde o empregado vende quantias discretas de trabalho em troca de um salário calculado pelo montante oferecido, ou pelo tempo trabalhado; iii) **relações intermediárias**: combina situações das duas relações anteriores.

A *Office for National Statistics* produz informações anuais baseadas na classificação social da NS-SEC, assim como uma extensa descrição metodológica sobre a tipologia de estratificação. É uma tipologia flexível, permitindo agregações ou desagregações das categorias de acordo com a disponibilidade de informações ou o enfoque analítico da pesquisa. As oito principais categorias sociais serão descritas a seguir, com as respectivas participações sobre a população britânica em idade de trabalho (16 a 64 anos). Já a Figura 1.3 apresenta a distribuição das classes sob a forma de uma pirâmide social.¹⁹

1- Grandes empregadores, altos dirigentes e profissionais altamente qualificados: grandes empregadores são aqueles que empregam 25 ou mais ocupados para

¹⁹ A metodologia de classificação pode ser encontrada em NATIONAL STATISTICS (2006).

delegar suas tarefas; altos dirigentes possuem envolvimento amplo no planejamento e supervisão geral das operações de um empreendimento; e os profissionais altamente qualificados assalariados ou conta-própria são pesquisadores, engenheiros, estatísticos, analistas de sistema, médicos, arquitetos, professores universitários, entre outros, que prestam um *relacionamento de serviço* com seus empregadores. Este grupo representava 11% da população britânica em 2003;

2- Baixos dirigentes, profissionais qualificados e altos supervisores: é o grupo predominante na sociedade britânica, com 22% da população em 2003. Todas as posições deste grupo possuem um atenuado grau de relacionamento de serviço com o empregador. Há os baixos dirigentes, que são as posições nas quais os empregados geralmente planejam e supervisionam operações de uma empresa sob a direção de um gerente sênior; os profissionais qualificados e altas ocupações técnicas, que são posições assalariadas ou conta-própria alocadas de acordo com o status das ocupações, entre as quais pode-se citar os professores de ensino médio e fundamental, funcionários públicos administrativos, artistas, técnicos de laboratório, entre outros; altos supervisores são posições que cobrem ocupações intermediárias classificadas no grupo 3;

3- Ocupações intermediárias: posições intermediárias técnicas, administrativas, de comércio e serviços, que não envolvem poderes de planejamento ou supervisão geral. As posições deste grupo representam 10% da população e se apresentam em um estágio intermediário entre o relacionamento de serviços e o contrato de trabalho. Como exemplo, há policiais, assistentes administrativos, secretárias, vendedores, entre outros;

4- Pequenos empregadores e trabalhadores conta-própria: pequenos empregadores, agrícolas ou não agrícolas, que empregam menos que 25 trabalhadores e que mantêm, em sua maioria, as funções de direção e gerência do empreendimento. Nas posições conta-própria a pessoa está envolvida em atividades relacionadas ao comércio, serviços pessoais, ocupações semi-

rotineiras ou rotineiras, sem nenhum empregado além dos próprios integrantes familiares. Representavam 8% da população;

5- Baixos supervisores e ocupações técnicas: categoria que representava, em 2003, 9% da população britânica. Baixos supervisores são posições com uma forma *modificada* de contrato de trabalho, envolvendo uma formal e imediata supervisão de ocupações técnicas, semi-rotineiras e rotineiras; as ocupações técnicas também apresentam uma forma especial de contrato de trabalho, já que possuem maior autonomia de trabalho em relação às posições semi-rotineiras e rotineiras. São típicas ocupações técnicas o mecânico, eletricista, carpinteiro, florista, auxiliar de enfermagem, entre outros;

6- Ocupações semi-rotineiras: posições reguladas por um contrato de trabalho suavemente modificado, caracterizado por um contrato temporário e uma relação direta entre esforço e remuneração. Há ocupações semi-rotineiras no comércio (vendedores), serviços (cozinheiros, governantas, caseiros), técnicas (pintores de veículos, alfaiates, vidraceiros), operativas (operadores na indústria metalúrgica, de plásticos, alimentos), na agricultura (trabalhadores agrícolas, horticultor, motoristas de máquinas agrícolas) e no escritório (serviços elementares), além das babás. Este grupo representava 13% da população;

7- Ocupações rotineiras: posições onde os ocupados estão engajados em atividades rotineiras e são regidos pelo mais básico contrato de trabalho, ou seja, sem qualquer grau de arbítrio por parte do empregado. Há ocupações rotineiras no comércio e serviços (guias turísticos, vigias de crianças, garçons, balconistas), na produção (empacotadores, telhadores, operadores de processos têxteis), técnicas (soldadores, encanadores, pedreiros), em atividades operativas (estivadores, domésticas, trabalhadores industriais) e na agricultura (ocupações rotineiras relacionadas à agricultura e pesca). Representava 10% da população em 2003;

8- Desempregados: posições que envolvem exclusão involuntária do mercado de trabalho. Correspondiam a 16% das situações;

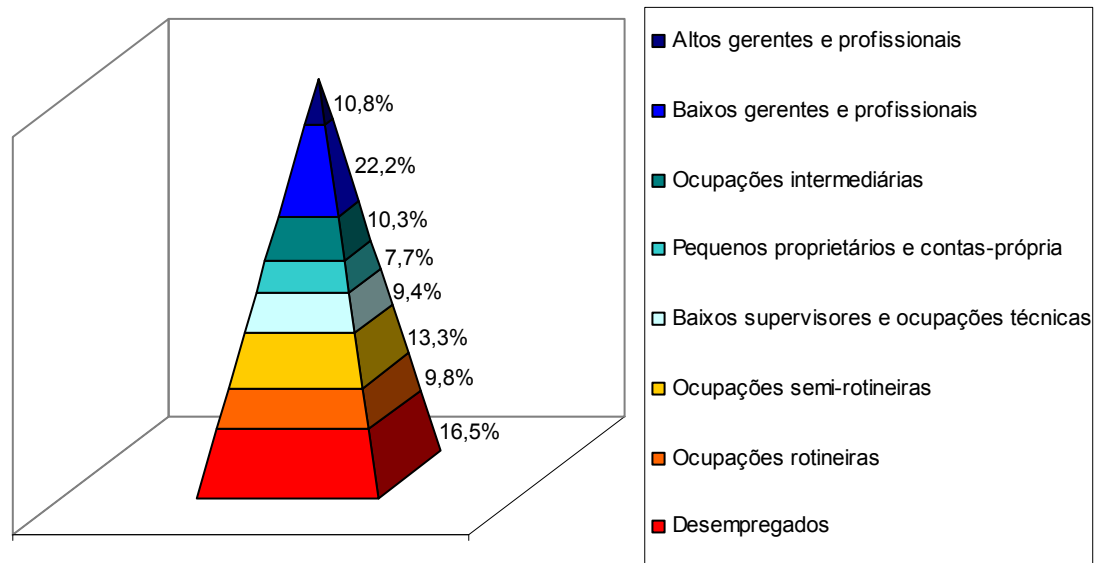


Figura 1.3 – Percentagem da população em idade de trabalho¹ no Reino Unido segundo a NS-SEC - 2003

¹ Homens entre 16 e 64 anos, mulheres entre 16 e 59 anos de idade

Fonte: Labour Force Survey, Office for National Statistics

A NS-SEC é uma tipologia de estratificação social baseada nas relações de emprego, não nas habilidades profissionais. As categorias funcionais formadas pelas combinações destas relações de emprego representam uma variedade de posições do mercado de trabalho e acabam refletindo o status das ocupações.

Uma das grandes virtudes da NS-SEC é a versatilidade proporcionada pela metodologia de estratificação. É possível obter três formas funcionais (cheia, reduzida ou simplificada) dependendo da disponibilidade de informações sobre o status das ocupações ou mesmo do nível de detalhamento analítico desejado. Há, entretanto, diferenças quanto à forma de hierarquização social que impedem uma perfeita adaptação às estruturas de países menos desenvolvidos, como o caso brasileiro. Não há na NS-SEC, por exemplo, uma distinção entre a massa trabalhadora agrícola e não agrícola, ambas classificadas nos grupos das ocupações britânicas rotineiras e semi-rotineiras. A NS-SEC também procurou identificar contas-própria e pequenos empregadores na mesma categoria social, por considerar que estes últimos, embora possuam empregados, desenvolvam funções e tenham relações de emprego muito semelhantes à do trabalhador conta-própria, um pequeno empreendedor que possui, muitas vezes, a ajuda

de seus familiares no empreendimento. É uma situação muito distinta da brasileira, onde o trabalho conta-própria encobre, muitas vezes, a informalidade e precariedade da ocupação.

1.5 Tipologia de estratificação social brasileira

Fazendo uso de sua larga experiência em análise da sociedade, o pesquisador Waldir Quadros (1985; 1991; 2003) vem trabalhando há décadas numa proposta de estratificação social brasileira baseada na inserção dos integrantes familiares no mercado de trabalho. Inspirada na obra de MILLS (1979), a estrutura proposta por QUADROS (2003) pode, em primeiro momento, ser representada por treze *classes ocupacionais individuais*, que correspondem a diferentes padrões sócio-ocupacionais individuais captados a partir das pesquisas domiciliares do IBGE²⁰. Para definir estes grupos, os ocupados na semana (ou desocupados que já trabalharam) são inicialmente classificados segundo suas (ex-)ocupações, (ex-)posições na ocupação (empregador, empregado, doméstico, conta-própria e não remunerado) e tamanho do estabelecimento (no caso de empregador), enquanto os não ocupados com alguma fonte de rendimento são classificados como *sem ocupação com renda*.

A seguir será apresentada uma síntese descritiva das treze principais classes ocupacionais individuais propostas por QUADROS (2003), que podem ainda ser agrupadas conforme a especificidade analítica. As ocupações mais freqüentes em cada classe ocupacional, para o ano de 2004, podem ser consultadas no ANEXO A. Seguindo o padrão do IBGE, adotou-se a denominação *agrícola* para representar as atividades incluídas no ramo da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca, piscicultura ou outros serviços auxiliares deste ramo, bem como o termo *não agrícola* para representar as demais atividades.

A-1 Empregadores (>10): empreendedores, dos mais variados setores agrícolas (4%) e não agrícolas (96%), que empregam mais de 10 assalariados. As pesquisas domiciliares do IBGE utilizadas nesta pesquisa (PNAD e CENSO) não permitem a categorização de empregadores com mais de 10 empregados, impedindo uma classificação mais apurada dos grandes empregadores.

²⁰ A versão da estrutura social apresentada neste trabalho é uma adaptação para permitir a comparabilidade intertemporal dos dados das pesquisas domiciliares do IBGE. A versão original era composta por dezesseis classes ocupacionais individuais (ver QUADROS, 2003).

A-2 Empregadores (<=10): pequenos empreendedores, dos setores agrícolas (17%) e não agrícolas (83%), que empregam até 10 assalariados.

C Profissionais autônomos: profissões do tipo liberal, colarinho branco e prestadoras de serviços, que são típicas de classe média e exercidas de forma independente pelo ocupado. Grupo composto, em sua maioria, por profissionais do comércio (só os vendedores e demonstradores representam 46% deste grupo), supervisores (7%), representantes comerciais (6%) e inúmeras outras profissões onde prevalece o caráter técnico e superior das atribuições exercidas de forma independente.

D Profissionais assalariados: profissões do tipo liberal, colarinho branco e prestadoras de serviços, que são típicas de classe média e exercidas de forma assalariada. Além da também expressiva participação dos vendedores e demonstradores (14%), há profissionais do demiurgo administrativo (21% de auxiliares, recepcionistas, almoxarifes, atendentes, escriturários e contínuos), professores do ensino médio e fundamental (7%), gerentes na prestação de serviços (6%) e outras profissões onde prevalecem o caráter técnico e superior das atribuições exercidas de forma assalariada.

F Trabalhadores autônomos: ocupações não agrícolas de perfil operário ou assemelhado popular, que são exercidas de forma independente. O crescimento da informalidade nos últimos anos transformou este grupo em refúgio para boa parcela dos excluídos do mercado de trabalho legal, representando também uma ameaça crescente ao sistema público de previdência social, já que 88% destes ocupados (quase 9 milhões de pessoas) não contribuem para qualquer tipo de plano de previdência ou seguro social. As ocupações que mais se destacam são as de vendedores ambulantes (cerca de 1,4 milhões de pessoas, representando 15% do total do grupo), trabalhadores da construção civil (13%), prestadores de serviços nas áreas de higiene e estética corporal (8%), além de inúmeras outras ocupações de caráter popular relacionadas à prestação de serviços, ao comércio, à produção de bens e serviços industriais.

G Trabalhadores assalariados: ocupações não agrícolas de perfil operário ou assemelhado popular, que são exercidas de forma assalariada. Representam a massa operária assalariada, grupo predominante da estrutura social brasileira. Embora possuam rendimento médio inferior ao dos trabalhadores autônomos, a maioria apresenta uma série de garantias sociais proporcionadas pela carteira profissional assinada (60% dos trabalhadores deste grupo) e contribuição previdenciária oficial (68%). Destacam-se inúmeras ocupações de serviços, comércio, produção de bens e serviços industriais, entre elas, zeladores e ascensoristas (10%), ajudantes de obras (6%), guardas e vigias (5%), cozinheiros (5%), caminhoneiros (4%), garçons e barmen (4%).

I Trabalhadores domésticos: trabalhadores do serviço doméstico remunerado. Segundo a legislação, empregado doméstico é aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas (Art. 1º da Lei 5.859 de 11/12/1972). São considerados como empregado doméstico: cozinheiro, governanta, babá, lavadeira, faxineira, motorista particular, enfermeira do lar, jardineiro, copeiro e caseiro (desde que o sítio ou local de trabalho não possua finalidade lucrativa). Entretanto, a participação destes “domésticos legais” é mínima neste grupo, onde prevalece o trabalho informal das diaristas sem carteira de trabalho assinada (74%).

J-1 Trabalhadores não remunerados não agrícolas: ocupados não remunerados que trabalhavam pelo menos uma hora na semana como membro da unidade domiciliar, como ajuda à instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo, como aprendiz ou estagiário em atividades não agrícolas, ou em atividade relacionada à construção para o próprio uso, sem qualquer forma de excedente de capital que possa ser convertido em renda para o trabalhador (IBGE, 1995). A grande parcela de ocupações deste grupo corresponde a vendedores de lojas e ambulantes (37%), garçons (8%), trabalhadores em atividade de autoconstrução (5%), auxiliares

administrativos (2%) e outras atividades relacionadas à prestação de serviços em auxílio à pequena propriedade familiar.

H-1 Proprietários agrícolas conta-própria: profissões ligadas à pequena produção no ramo da agricultura (80%) ou pecuária familiar (20%), realizadas sem o emprego de mão-de-obra assalariada. É o grupo majoritário (50%) do conjunto das atividades agrícolas (massa trabalhadora agrícola).

H-2 Trabalhadores agrícolas autônomos: profissões agrícolas exercidas de forma autônoma. Encontram-se pescadores e caçadores (52%), atividades ligadas ao extrativismo florestal (31%) e uma série de outras ocupações agropecuárias exercidas em parceria com o proprietário (16%).

H-3 Assalariados agrícolas: profissões agrícolas exercidas de forma assalariada permanente ou temporária. São trabalhadores ocupados em empreendimentos de exploração agrícola (51%), pecuária (25%), agropecuária em geral (18%), extrativismo florestal (3%), caça e pesca (1%). Conforme a especificidade analítica, este grupo social pode ainda ser dividido entre aqueles que exercem suas atividades com contrato de trabalho sem término pré-estabelecido (permanente) e, em situação mais precária, aqueles que trabalham em caráter temporário, contratados para um tempo determinado ou para executar um trabalho específico.²¹

J-2 Trabalhadores não remunerados agrícolas: ocupados não remunerados que trabalhavam pelo menos uma hora na semana como membro da unidade domiciliar, como aprendiz ou estagiário em atividades relacionadas ao ramo agrícola, ou em atividade relacionada à produção para o próprio consumo, sem qualquer forma de excedente de capital que possa ser convertido em renda para o trabalhador (IBGE, 1995). São ocupados em atividades agrícolas (44%), de autoconsumo (30%), da pecuária (12%) ou da agropecuária em geral (11%) como ajuda à pequena propriedade rural.

Sem ocupação com renda: grupo formado por pessoas que possuam alguma fonte de rendimento e que não estejam ocupadas na semana de referência. É o grupo

²¹ Dependendo da região, o trabalhador temporário pode também ser chamado de bóia-fria, volante, calunga, turmeiro, peão de trecho, clandestino, entre outros (IBGE, 1995).

mais disperso e heterogêneo da estrutura social, pois abrange praticamente todos os grupos sociais acima mencionados, na sua maioria, em recente situação de inatividade decretada pela aposentadoria.

Enquanto a posição na ocupação declarada como conta-própria ou empregado define a classificação ocupacional de autônomo (C, F, H-1 e H-2) ou assalariado (D, G e H-3), respectivamente, a distinção entre as classes dos profissionais (C e D) e trabalhadores não agrícolas (F e G), tanto entre proprietários agrícolas conta-própria (H-1) e trabalhadores autônomos agrícolas (H-2), foi feita considerando-se, essencialmente, o *status* das ocupações. Algumas distinções são claras, como o advogado que é um profissional e o garçom que é um trabalhador. Outras ocupações com prestígio social não tão evidente, como vendedores (C e D) e repositores no comércio (F e G), foram classificadas considerando também o comportamento dos rendimentos médios individuais em vários períodos de análise²².

Uma importante consideração deve ser feita em relação ao trabalho não remunerado. Até 1990 a PNAD considerava apenas como ocupados não remunerados as pessoas que trabalhavam 15 horas ou mais na semana. O Censo Demográfico adotou a mesma consideração até 1991. A partir de 1992 a PNAD aumentou a abrangência para o trabalho não remunerado, considerando também as atividades exercidas em pelo menos 1 hora na semana. O Censo adotou a mesma abrangência a partir de 2000.

Em um primeiro momento, este capítulo irá apenas focar a análise da estrutura sócio-ocupacional de 2004, utilizando a base de microdados da PNAD mais recente até o término desta pesquisa. Análises históricas devem, entretanto, considerar possíveis impactos na estrutura sócio-ocupacional causado pela inclusão dos ocupados não remunerados com jornada inferior a 15 horas na semana a partir de 1992, como será discutido mais detalhadamente no tópico 1.5.2.

²² O elaborador desta metodologia de estratificação social reserva-se, entretanto, no direito de manter o sigilo da tabela de codificações, que será divulgada em momento oportuno.

1.5.1 Estrutura sócio-ocupacional familiar

Obtida a classificação individual dos ocupados, desocupados que já trabalharam e não ocupados com renda, um segundo estágio de análise obterá a classificação familiar a partir da posição do melhor integrante familiar. Cada família será classificada no segmento ocupacional do integrante melhor remunerado, obtendo, desta forma, sua *classe ocupacional familiar*, ou simplesmente *classe ocupacional*. Isto quer dizer que os integrantes familiares com os piores rendimentos irão herdar a classe ocupacional individual do melhor remunerado da família, como, por exemplo, a esposa que é costureira *free lancer* (classe F) e os filhos menores de idade (sem classificação) que são socialmente classificados pela posição do marido, que é vendedor de uma grande loja de autopeças (classe D) e possui o maior rendimento da família; ou o marido que é um mecânico de automóveis recém-desempregado (classe G) e é socialmente classificado como trabalhador doméstico (I), herdando a classificação da nova responsável pela família, a esposa que é diarista e passou a apresentar o maior rendimento individual. As famílias onde todos os integrantes não possuam classificação individual²³ serão classificadas como *sem ocupação sem renda*, criando, desta maneira, mais uma classe nesta *estrutura sócio-ocupacional familiar*.

Classificando as famílias, não os indivíduos, Quadros estabelece uma importante distinção em relação aos freqüentes trabalhos de estratificação social. Parte do pressuposto que o estilo de vida e as características sociais dos indivíduos são, em grande medida, definidas no âmbito das relações familiares, não das posições individuais. Considera, desta maneira, a interação social entre indivíduos de uma mesma família mais importante que a interação entre indivíduos de um mesma classe ocupacional individual. Em outras palavras, uma jovem estudante que trabalha como guia turístico nos finais de semana e vive com seus pais estatísticos apresenta, por exemplo, o mesmo padrão social de seus pais, profissionais (D), não de trabalhador autônomo (F) como constaria por sua ocupação individual.

Outro importante resultado desta classificação familiar é a incorporação dos inativos sem rendimentos na estrutura sócio-ocupacional. Sem a classificação familiar não seria possível, entre outras coisas, considerar o número de dependentes dos rendimentos dos ocupados em cada classe ocupacional, bem como analisar o impacto imediato na estrutura sócio-ocupacional das progressivas alterações nas taxas de natalidade e mortalidade da

²³ Todos os integrantes sejam não ocupados sem rendimentos.

população. Isto porque, as famílias das classes mais baixas costumam apresentar maior número de crianças e jovens não remunerados²⁴, que, desconsiderados, estariam gerando uma subestimação da população destas classes.

É possível ter uma idéia inicial da pirâmide social analisando os padrões sociais e a renda apropriada por cada classe ocupacional. Como propõe MILLS (1979), no ponto mais alto se encontram as famílias de empregadores de altos negócios, seguidos pelas famílias de pequenos negociantes e profissionais liberais. A seguir, as famílias de colarinhos brancos ordenados pela magnitude dos salários e, no nível mais baixo, os dependentes de trabalhadores não-especializados, não agrícola e agrícola. As categorias definidas pelo trabalho não remunerado surgem na base da pirâmide social e representam a parcela de excluídos da sociedade. A Figura 1.4 sintetiza uma primeira aproximação da hierarquização da estrutura sócio-ocupacional brasileira sob a forma de uma pirâmide social, apresentando a percentagem da população em cada classe no ano de 2004. A Tabela 1.2 complementa a análise, com mais informações sobre a estrutura sócio-ocupacional brasileira e uma nova proposta de agrupamento das classes ocupacionais, cujo objetivo é simplificar a análise dos resultados: empregadores (A-1 e A-2); profissionais (C e D); massa trabalhadora não agrícola (F, G e I); trabalhadores não remunerados não agrícolas (J-1); massa trabalhadora agrícola (H-1, H-2 e H-3); trabalhadores não remunerados agrícolas (J-2); sem ocupação com renda (SO); e sem ocupação sem renda (SOF).

²⁴ A percentagem de crianças e jovens nas classes ocupacionais será estudada com mais detalhes no capítulo 3.

Tabela 1.2 – Estrutura Sócio-Ocupacional Familiar – Brasil 2004

Estrutura Sócio-Ocupacional Familiar			Pessoas		Número Famílias	Tam Méd Fam	Rnd Méd Fam Real	Rnd Per Cap Real	% Rnd Total
			Número	%					
Ocupados	Empregadores	A-1 Empregadores (> 10)	1.000.267	0,5	290.178	3,45	8.076,2	2.342,9	3,3
		A-2 Empregadores (<= 10)	7.645.187	4,2	2.223.960	3,44	3.233,7	940,7	10,1
		Total	8.645.454	4,7	2.514.138	3,44	3.792,7	1.103,0	13,4
	Profissionais Trabalhadores	C Profissionais Autônomos	8.359.910	4,6	2.576.878	3,24	2.068,2	637,6	7,5
		D Profissionais Assalariados	37.296.536	20,5	11.719.435	3,18	2.012,4	632,4	33,0
		Total	45.656.446	25,1	14.296.313	3,19	2.022,4	633,4	40,5
	Massa Trabalhadora Não Agrícola	F Trabalhadores Autônomos	18.829.353	10,3	5.465.341	3,45	1.000,4	290,3	7,7
		G Trabalhadores Assalariados	40.914.936	22,5	11.645.104	3,51	863,7	245,8	14,1
		I Trabalhadores Domésticos	7.555.154	4,1	2.627.414	2,88	481,6	167,5	1,8
		Total	67.299.443	37,0	19.737.859	3,41	850,7	249,5	23,5
	J-1 Não Remunerados Não Agrícolas		335.785	0,2	129.650	2,59	986,8	381,0	0,2
	Massa Trabalhadora Agrícola	H-1 Proprietários Conta Própria	11.506.784	6,3	3.028.846	3,80	727,0	191,4	3,1
		H-2 Trabalhadores Autônomos	933.982	0,5	243.852	3,83	497,8	130,0	0,2
		H-3 Trabalhadores Assalariados	10.347.218	5,7	2.739.129	3,78	499,3	132,2	1,9
		Total	22.787.984	12,5	6.011.827	3,79	614,0	162,0	5,2
	J-3 Não Remunerados Agrícolas		3.304.663	1,8	1.081.094	3,06	505,2	165,3	0,8
Sem Ocupação		SO Sem Ocupação Com Renda	26.481.336	14,5	10.168.517	2,60	1.085,9	417,0	15,5
		SOF Sem Ocupação Sem Renda	3.674.301	2,0	1.506.194	2,44	0,0	0,0	0,0
Ignorado			3.874.696	2,1	1.133.791	3,42	1.441,9	550,3	1,1
Total			182.060.108	100,0	56.579.383	3,22	1.277,1	397,6	100,0

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

Valores em janeiro de 2005 (INPC corrigido para a PNAD - IPEA)

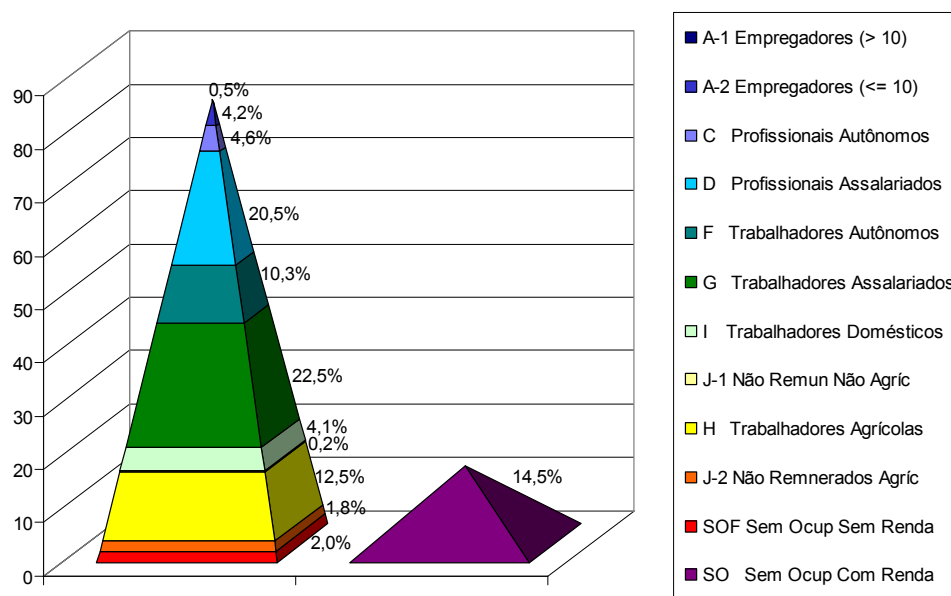


Figura 1.4 – Percentagem da população segundo classes ocupacionais– Brasil 2004¹

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

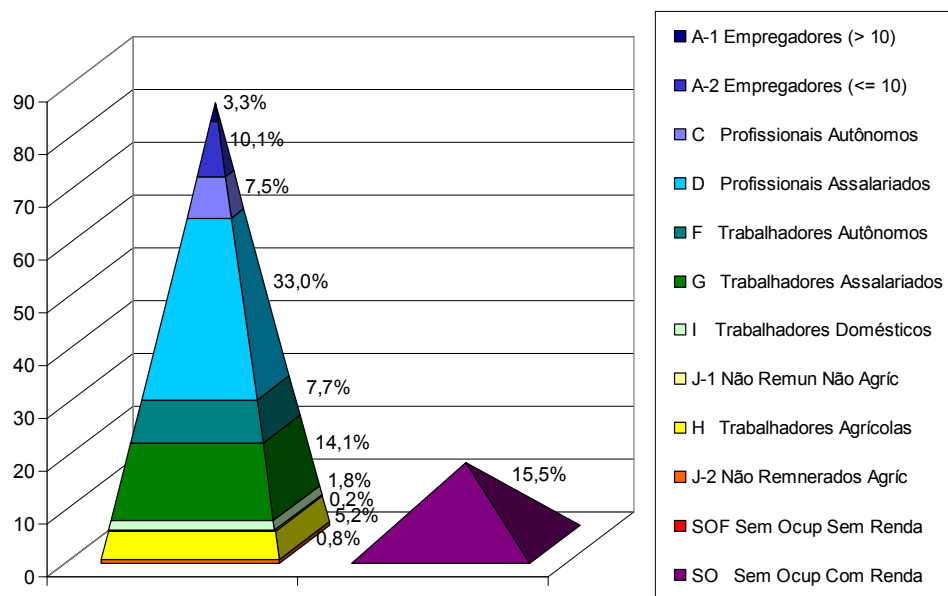


Figura 1.5 – Percentagem da renda apropriada segundo classes ocupacionais– Brasil 2004¹

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

A classe formada pelas pessoas de famílias sem ocupação com renda (14,5% da população) representa mais um conjunto disperso de pequenos grupos que uma categoria social única, podendo ser melhor compreendida se analisada paralelamente. Não são como os profissionais autônomos, ou trabalhadores assalariados, que podem ser considerados agrupamentos sociais, cada um, com oportunidades relativamente semelhantes de geração de renda, prestígio e poder político. Os aposentados, responsáveis por parcela majoritária das famílias desta classe, não possuem uma origem comum, tampouco o mesmo destino social. Como as chances de vida de um aposentado e sua família dependem, além da posse ou não de propriedade e ao acesso a uma série de direitos sociais, da ocupação em que se aposentou²⁵, o ideal seria sua classificação segundo sua antiga posição ocupacional. Entretanto, o Censo Demográfico ainda não permite identificar a posição ocupacional dos aposentados e a PNAD identifica apenas daqueles que pararam de trabalhar a menos de 4 anos, restringindo sua classificação a um grupo genérico aqui denominado sem ocupação com renda.

Portanto, deve-se destacar que a denominação de classe ocupacional aos sem ocupação com renda se deu, sobretudo, para facilitar a análise dos resultados, além de não deixar de considerar este expressivo conjunto da sociedade (14,5% da população) na estrutura sócio-ocupacional. Os integrantes deste grupo mereceriam, entretanto, um estudo paralelo à estrutura de classes ocupacionais, que não está entre os objetivos deste trabalho.

As extensas áreas de pastagens e agricultura do território brasileiro (correspondem a 35% do espaço²⁶) contrastam com os baixos valores dos produtos agropecuários (representavam apenas 10% do PIB brasileiro em 2005²⁷) e a pouca mão-de-obra empregada. As classes associadas às posições agrícolas representam apenas 12,5% da estrutura sócio-ocupacional familiar, contra ampla maioria das classes não agrícolas: 62% de profissionais e trabalhadores não agrícolas; além de 5% de empregadores, onde o predomínio também é de integrantes de famílias de trabalhadores em atividades não relacionadas ao ramo agrícola.

Representando mais de 1/3 da população, a massa trabalhadora não agrícola é a classe majoritária da estrutura sócio-ocupacional, onde os assalariados representam 22%, os

²⁵ MORRIS & SCOTT (1996).

²⁶ Fonte: Revista VEJA, Editora Abril, outubro de 2005.

²⁷ Fonte: Anuário Estatístico 2005. Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior, Secretaria do Desenvolvimento da Produção. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/indestatistica/anuestatistico/indgerais.xls>> . Acessado em: jan. 2006.

autônomos 10% e os trabalhadores domésticos 4%. O subespaço definido pelas classes autônomas exige, entretanto, um estudo à parte, dada a diversidade de sua composição. Embora composto predominantemente por integrantes de famílias relacionadas às pequenas unidades varejistas e prestadoras de serviços, esconde um universo de dependentes de ocupações irregulares, ilegais e transitórias, que integram o chamado *desemprego disfarçado*, onde inexistia um sistema de proteção social (PRETECEILLE & RIBEIRO, 1999).

A classe dos profissionais assalariados e autônomos representa outra parcela significativa da população brasileira, com 28% das pessoas em 2004. Assim como ocorre entre os trabalhadores autônomos, a classe dos profissionais autônomos esconde um complexo universo de dependentes de ocupações irregulares como forma de ocultação do desemprego, merecendo um estudo mais detalhado sobre o tema. Deve-se também considerar as brutais diferenças regionais que surgem dentro desta configuração social, principalmente em um país de extremas desigualdades. Espera-se, por exemplo, que estes profissionais trabalhadores estejam concentrados nos centros urbanos mais desenvolvidos, enquanto que, por exemplo, o trabalho agrícola predominaria nas regiões menos favorecidas sócio-economicamente²⁸.

No topo da pirâmide social, há uma pequena parcela de integrantes de famílias de empregadores, que representam cerca de 5% da população brasileira e onde, dos 8,6 milhões de pessoas deste grupo, 7,6 milhões são dependentes de pequenos empregadores (A-2). É um grupo com uma pequena parcela da população, mas significativa relevância na participação da renda acumulada (13%).

Analisar a parcela de renda apropriada por cada classe ocupacional é, justamente, uma das maneiras de evidenciar a hierarquia implícita às classes ocupacionais. A Figura 1.5 mostra que as classes mais próximas ao topo da pirâmide concentram, relativamente, a maior parcela da renda total brasileira, formando uma espécie de *pirâmide invertida*. Os integrantes de famílias de empreendedores (A-1), por exemplo, representavam apenas 0,5% da população em 2004, mas concentravam 3,3% da renda total. Ou seja, a parcela da renda apropriada por este estrato era seis vezes superior à sua participação na população. Em contrapartida, a classe dos trabalhadores agrícolas se apropriava de uma parcela de renda 2,4 vezes inferior à sua participação na população²⁹.

²⁸ Analisar a distribuição espacial dos municípios brasileiros segundo a composição das classes ocupacionais será o foco do quarto e último capítulo deste trabalho.

²⁹ A distribuição de renda entre e dentro das classes ocupacionais será analisada com mais detalhes no capítulo 2.

Na base da pirâmide social há cerca de 3,7 milhões de pessoas que vivem em famílias na mais absoluta miséria: não há nenhum integrante ocupado, tampouco qualquer fonte de rendimento na família. Pouco acima destes, também é significativa a participação dos trabalhadores não remunerados agrícolas (3,3 milhões de pessoas ou 1,8% da população), que representam as pessoas associadas às famílias onde prevalece a atividade agrícola de subsistência, com baixos rendimentos oriundos de fontes não relacionadas ao trabalho (renda *per capita* de 165 reais). Interessante destacar a diferença deste último grupo ao dos não remunerados não agrícolas. Com rendimentos relativamente elevados (381 reais), boa parcela dos integrantes não remunerados não agrícolas tem origem na pequena propriedade, colaboram na atividade não remunerada, mas acabam herdando posições sociais mais privilegiadas, já que possuem rendimentos provenientes de fontes não relacionadas ao trabalho (herança, investimento, doação, etc.).

Pelas Figuras 1.4 e 1.5 é também possível constatar a quase igualdade entre a parcela de renda apropriada pela classe dos sem ocupação com renda (15,5%) e sua respectiva participação na população (14,5%). Esta similaridade reforça a idéia de que este grupo social funcione como uma estrutura paralela, como uma pequena amostra independente da população que herda a mesma heterogeneidade social interna da estrutura dos economicamente ativos³⁰.

Para finalizar esta análise, vale a pena destacar que a hierarquização proposta pela pirâmide social não representa uma escala social medindo a capacidade de mercado de diferentes setores da sociedade, mas sim uma aproximação do estilo de vida determinado pela classificação ocupacional dos integrantes familiares. Por se tratar de uma representação das relações sociais, não há entre as classes ocupacionais uma hierarquização linear, ou seja, embora algumas classes estejam subordinadas a outras, não é possível quantificar esta subordinação. A estruturação permite, entretanto, classificar as diferentes relações da sociedade e do mercado de trabalho latentes às classes ocupacionais. Sabe-se, por exemplo, que os integrantes da classe dos profissionais autônomos (C) estão em uma posição privilegiada da pirâmide social em relação aos trabalhadores assalariados (G), embora não seja possível quantificar esta diferença.

³⁰ A análise da heterogeneidade interna e externa dos estratos sociais será feita com mais detalhes no próximo capítulo.

A estrutura sócio-ocupacional brasileira é um importante fator a considerar ao se estudar a já conhecida exclusão social brasileira. Não deve, entretanto, ser o único instrumental analítico pois, como afirma QUADROS (2003), a definição das classes esconde as heterogeneidades dentro de cada grupo, típico de uma sociedade desigual como a brasileira. Não se deve enxergar cada classe ocupacional como um conjunto plenamente homogêneo, já que dentro de uma mesma classe pode haver famílias dos mais distintos padrões sociais. Considera-se, entretanto, razoável a prevalência de um certo padrão social formado por oportunidades relativamente semelhantes de geração de renda, poder, e prestígio social.

1.5.2 Mudanças metodológicas na PNAD

Antes de analisar a evolução histórica das classes ocupacionais, serão descritas algumas mudanças metodológicas implementadas na PNAD nestes últimos 24 anos. Neste primeiro capítulo serão discutidas apenas as características associadas especificamente à classificação ocupacional da população. Temas adicionais serão abordados nos próximos capítulos.

A PNAD é uma pesquisa domiciliar de caráter amostral implementada gradativamente no Brasil a partir de 1967. O objetivo central era suprir a falta de informações básicas da população durante os períodos intercensitários, fornecendo informações mais regulares sobre uma série de características sociais, demográficas e econômicas da população (IBGE, 1995). Enquanto o Censo Demográfico permitia uma maior cobertura e abrangência espacial, coube à PNAD uma maior complexidade e abrangência das variáveis exploradas (DEDECCA, 1998).

Entre 1967 e 1970 a PNAD era realizada trimestralmente e limitava-se às áreas das Regiões Nordeste, Sudeste e Sul e, ainda, do Distrito Federal. Passou a ser realizada anualmente a partir de 1971 e, após ser interrompida nos anos de 1974 e 1975 para a realização da Pesquisa Especial denominada Estudo Nacional de Despesa Familiar (IBGE, 1995), incorporou em 1976 as áreas urbanas das Regiões Norte e Centro-Oeste. Entre 1981 e 2003³¹ a PNAD aumentou a ainda mais sua abrangência, passando a considerar, com exceção das áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, todas as

³¹ A PNAD foi interrompida nos anos de 1991 e 2000 para realização dos Censos Demográficos e em 1994 por razões excepcionais.

demais áreas do território nacional. Finalmente, em 2004, passou a abranger todo o território nacional.

Inicialmente de caráter suplementar, algumas características sócio-econômicas foram sendo incorporadas definitivamente ao questionário básico ao longo dos anos, como o quesito cor ou raça em 1984³² e a posse de rádio e televisão nos domicílios em 1988. Mas a mudança mais significativa ocorreu em 1992, quando o questionário básico da PNAD passou por uma completa reformulação, aumentando principalmente a abrangência do tema mercado de trabalho e incluindo uma nova definição para ocupação.

Como descreve DEDECCA (1998), o conceito de ocupação aplicado pela PNAD até a década de 80 se baseava tanto nas sugestões da 8ª e 11ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1954 e 1966, respectivamente, quanto nas orientações sobre Contas Nacionais formuladas pela Organização das Nações Unidas (ONU), constando a noção de ocupação associada ao trabalho remunerado ou trabalho não remunerado com uma jornada mínima de 15 horas semanais.

Seguindo as novas orientações formuladas pela OIT na 13ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho de 1982, a partir de 1992 a PNAD passou a incorporar na situação de ocupação a produção para o autoconsumo, a atividade de autoconstrução e o trabalho não remunerado, todos com jornada igual ou superior a 1 hora na semana. Esta guinada metodológica fez surgirem novos 2,6 milhões de ocupados em 1992, aumentando a População Economicamente Ativa (PEA) de 45,7% para 47,5% da população total³³.

No que se refere à estrutura sócio-ocupacional, os integrantes de famílias cujo maior rendimento estava associado às atividades relacionadas ao autoconsumo e autoconstrução foram classificados, a partir de 1992, nas classes ocupacionais dos não remunerados agrícolas (J-2) e não agrícolas (J-1), respectivamente. A Tabela 1.3 apresenta uma simulação da estrutura sócio-ocupacional familiar para o ano de 1992 considerando as duas metodologias de definição de ocupação: a utilizada na década de 80 e a nova metodologia adotada a partir da década de 90. Observa-se que a inclusão de ocupados não remunerados com jornada inferior a 15 horas na semana (inclusive em atividades de autoconsumo e autoconstrução) em 1992

³² O quesito cor ou raça foi questionado experimentalmente na PNAD de 1982, passando a ser incorporado definitivamente a partir de 1984. Entretanto, nos anos de 1984 e 1985 a questão não era obrigatória e não foi declarada pela maioria dos entrevistados (Fonte: PNAD, microdados, IBGE).

³³ A PEA foi aqui estimada como a percentagem da população total que estava ocupada na semana, ou procurando emprego no período de referência de 1 mês.

reclassificou cerca de 1 milhão de pessoas entre os trabalhadores não remunerados (J-1 e J-2), que antes eram classificadas, principalmente, entre os sem ocupação com renda (671 mil). Há, de forma geral, pequenas alterações nas demais classes ocupacionais justificadas pela inclusão de um novo membro ocupado na família (J-1 ou J-2) que, mesmo sem rendimentos, acabou assumindo a posição de referência na família como maior rendimento familiar. Parece contraditória esta hipótese, mas se justifica pelas situações familiares onde os integrantes ocupados declaram posição ocupacional remunerada mas, contraditoriamente, declararam rendimentos nulos. Nestas circunstâncias, a classificação familiar acabou sendo dada pela hierarquia na posição familiar: pessoa de referência; cônjuge; filho; outro parente; agregado. Entretanto, as reclassificações ocorridas na estrutura sócio-ocupacional representavam apenas 0,7% da população total, julgando-se razoável considerá-las insignificantes no que se refere a qualquer comprometimento das análises históricas para as décadas de 80 e 90.

DEDECCA (1998) ainda aponta duas outras fontes de preocupação para as PNADs anteriores a 1992: i) em 1982 a PNAD adotou um período de referência de quase três meses, dificultando a análise destes rendimentos face à situação inflacionária do período³⁴; ii) mediante o cancelamento do Censo Demográfico em 1990, a PNAD foi implementada *às pressas*, sem o devido planejamento, o que pode ter comprometido a qualidade das informações.

³⁴ Detalhes sobre deflacionamento dos rendimentos serão abordados no capítulo 2.

Tabela 1.3 – Estrutura Sócio-Ocupacional Familiar segundo metodologia de classificação de ocupados – Brasil 1992

Estrutura Sócio-Ocupacional Familiar			Metodologia 80		Metodologia 90	
			Pessoas		Pessoas	
			Número	%	Número	%
Ocupados	Empregadores	A-1 Empregadores (> 10)	7.487.295	5,1	844.550	0,6
		A-2 Empregadores (<= 10)			6.633.329	4,6
		Total	7.487.295	5,1	7.477.879	5,1
	Profissionais Trabalhadores	C Profissionais Autônomos	7.545.817	5,2	7.533.670	5,2
		D Profissionais Assalariados	29.447.595	20,2	29.439.884	20,2
		Total	36.993.412	25,4	36.973.554	25,4
	Massa Trabalhadora Não Agrícola	F Trabalhadores Autônomos	15.416.292	10,6	15.416.344	10,6
		G Trabalhadores Assalariados	35.483.760	24,4	35.477.755	24,4
		I Trabalhadores Domésticos	4.530.402	3,1	4.526.877	3,1
		Total	55.430.454	38,1	55.420.976	38,1
	J-1 Não Remunerados Não Agrícolas		333.717	0,2	396.921	0,3
	Massa Trabalhadora Agrícola	H-1 Proprietários Conta Própria	12.878.947	8,9	12.719.026	8,7
		H-2 Trabalhadores Autônomos	1.418.186	1,0	1.418.186	1,0
		H-3 Trabalhadores Assalariados	11.067.874	7,6	11.056.812	7,6
		Total	25.365.007	17,4	25.194.024	17,3
	J-3 Não Remunerados Agrícolas		1.795.411	1,2	2.738.782	1,9
Sem Ocupação	SO Sem Ocupação Com Renda		15.172.593	10,4	14.501.434	10,0
	SOF Sem Ocupação Sem Renda		2.746.383	1,9	2.621.766	1,8
Ignorado			123.219	0,1	122.155	0,1
Total			145.447.491	100,0	145.447.491	100,0

Fonte: PNAD, microdados, IBGE – elaboração do autor

Valores em janeiro de 2005 (INPC corrigido para a PNAD - IPEA)

Outra importante fonte de preocupação para as classificações ocupacionais se refere à alteração na forma de codificação das ocupações realizada pela PNAD em 2002. Segundo DEDECCA & ROSANDISKI (2003), desde 1970 o Brasil vinha convivendo com duas classificações de ocupações: i) uma codificação própria do IBGE para as pesquisas domiciliares; ii) a CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), sob as diretrizes da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO) da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além de serem responsáveis por limitações analíticas, estas duas classificações se tornaram obsoletas face às profundas mudanças ocorridas no cenário cultural, econômico e social do país nos últimos anos. Uma nova metodologia de classificação ocupacional (a CBO 2000) foi então elaborada pela Comissão Nacional de Classificações

(CONCLA), órgão federal instituído em 1995 com o objetivo de padronizar e monitorar as normas de classificações oficiais.

A partir do Censo Demográfico de 2000 e da PNAD de 2002, o IBGE adotou a nova CBO como padrão de classificação ocupacional, permitindo o uso integrado de suas informações com as provenientes de outras fontes de dados oficiais. Entretanto, criou-se uma certa dificuldade de comparação das atuais ocupações (CBO 2000) com as utilizadas pelo IBGE anteriormente: novas ocupações surgiram, outras foram extintas ou se converteram em novas categorias ocupacionais.

Não houve, entretanto, maiores dificuldades para compatibilização da estrutura sócio-ocupacional à nova CBO. Como as classes ocupacionais se baseiam em grupos de ocupações relativamente bem definidos, não foi necessário o dispendioso e nem sempre eficiente processo de equivalência de antigos com novos códigos de ocupações. Houve apenas um novo agrupamento para os códigos de ocupações da CBO 2000 se ajustarem às já definidas classes ocupacionais. Acredita-se, desta forma, que a mudança metodológica implementada em 2002 pouco tenha comprometido a comparabilidade dos resultados, como poderá ser observado com maiores detalhes na evolução histórica da estrutura sócio-ocupacional a ser apresentada no próximo tópico.

Enfim, é importante informar que o número absoluto de pessoas estimado para as PNADs de 1981, 1982, 1983, 1985, 1988, 1997 e 1998 foram corrigidos por uma estimativa simples de crescimento geométrico entre anos consecutivos³⁵ e, desta maneira, não conferem com os resultados divulgados pelo IBGE. Estas correções são usualmente disponibilizadas pelo IBGE após a recontagem populacional realizada, usualmente, nos Censos Demográficos³⁶. Entretanto, sem uma justificativa oficial, estas correções não foram fornecidas para os anos em questão.

A seguir será apresentada a estrutura sócio-ocupacional de 1981 e 2004, onde informações adicionais sobre as mudanças metodológicas ainda poderão ser observadas.

³⁵ O autor agradece a ajuda da bolsista Patrícia Dallarme Vicentim nas novas estimativas das populações e na correção dos pesos amostrais.

³⁶ Em 1996 também houve a Contagem Populacional.

1.5.3 Evolução da estrutura sócio-ocupacional

A Tabela 1.4 apresenta a estrutura sócio-ocupacional brasileira para os anos 1981 e 2004. Os moradores das áreas rurais dos Estados Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá foram excluídos em 2004 para compatibilizar a abrangência geográfica com as informações procedentes de 1981.

De maneira geral, constata-se que a análise de Mills sobre a proliferação da nova classe média na estrutura de classes se fez ainda presente no Brasil nas duas últimas décadas. Entre 1981 e 2004 houve um crescimento de 3,4 pontos percentuais na participação relativa da classe dos profissionais na estrutura sócio-ocupacional, sendo 3 pontos percentuais devido exclusivamente ao aumento da participação de integrantes de famílias de assalariados. As outras classes com maiores crescimentos em pontos percentuais foram: sem ocupação com renda (5,8 pontos percentuais); trabalhadores domésticos (2,2 pontos percentuais) e os trabalhadores não remunerados agrícolas (1,7 pontos percentuais). Este último devido, sobretudo, à mudança metodológica implementada no início da década de 90.

A diferenciação entre empregadores segundo tamanho do estabelecimento (A-1 e A-2) se tornou viável apenas a partir das mudanças metodológicas implementadas na PNAD de 1992 e, de maneira geral, constata-se apenas uma relativa estabilidade no número de integrantes de famílias de empregadores entre 1981 e 2004.

A pequena redução da classe da massa trabalhadora não agrícola no período (1,2 pontos percentuais) esconde importantes variações internas deste grupo majoritário da população. Os integrantes de famílias associadas ao trabalho assalariado não agrícola (G) reduziram em 4 pontos percentuais sua participação na estrutura de classes, passando de 27% da população em 1981 para 23% em 2004. Há, em contrapartida, um crescimento de 2 pontos percentuais na participação dos integrantes de famílias de empregados domésticos e de 1 ponto percentual para integrantes de famílias de trabalhadores autônomos. Embora não seja possível identificar precisamente o movimento das pessoas entre as classes ocupacionais, já que tanto a PNAD quanto o Censo não captam a ocupação anterior do ocupado na semana, além da classificação ocupacional estar associada ao maior rendimento familiar, estas variações relativas sugerem, em certa medida, a idéia do movimento crescente dos trabalhadores formais a diversas formas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado e vinculados à economia informal, como bem destaca ANTUNES (2000).

Tabela 1.4 – Estrutura Sócio-Ocupacional Familiar – Brasil 1981 e 2004¹

Estrutura Sócio-Ocupacional Familiar			1981					2004				
			Pessoas		N Famílias	Rnd Méd Fam	Rnd Per Cap	Pessoas		N Famílias	Rnd Méd Fam	Rnd Per Cap
			Número	%				Número	%			
Ocupados	Empregadores	A-1 Empregadores (> 10)	5.587.347	4,7	1.248.913	3.850,6	854,0	999.391	0,6	289.959	8.075,6	2.343,0
		A-2 Empregadores (<= 10)						7.472.180	4,2	2.180.206	3.254,8	949,7
		Total	5.587.347	4,7	1.248.913	3.850,6	854,0	8.471.571	4,8	2.470.165	3.820,9	1.114,1
	Profissionais Trabalhadores	C Profissionais Autônomos	5.063.800	4,3	1.166.765	2.150,0	491,9	8.240.935	4,6	2.544.857	2.078,5	642,0
		D Profissionais Assalariados	21.051.423	17,8	5.383.859	2.810,1	714,0	37.047.260	20,8	11.655.196	2.016,9	634,6
		Total	26.115.223	22,1	6.550.624	2.692,5	670,9	45.288.195	25,4	14.200.053	2.027,9	636,0
	Massa Trabalhadora Não Agrícola	F Trabalhadores Autônomos	11.364.442	9,6	2.536.664	1.233,7	273,6	18.562.996	10,4	5.401.995	1.002,8	291,8
		G Trabalhadores Assalariados	32.004.649	27,0	7.131.104	1.057,8	234,1	40.479.809	22,7	11.534.464	864,8	246,4
		I Trabalhadores Domésticos	2.238.832	1,9	1.134.202	300,6	152,2	7.452.476	4,2	2.593.885	483,0	168,2
		Total	45.607.924	38,5	10.801.970	1.019,6	240,0	66.495.281	37,3	19.530.344	852,2	250,3
	J-1 Não Remunerados Não Agrícolas		44.959	0,0	24.524	754,0	409,7	332.911	0,2	128.921	992,4	384,3
	Massa Trabalhadora Agrícola	H-1 Proprietários Conta Própria	15.559.676	13,1	3.017.619	715,1	137,9	10.114.606	5,7	2.696.778	730,0	194,6
		H-2 Trabalhadores Autônomos	848.043	0,7	170.161	550,4	109,9	786.941	0,4	214.203	505,7	137,6
		H-3 Trabalhadores Assalariados	11.838.791	10,0	2.476.631	527,8	109,8	9.855.993	5,5	2.613.325	501,3	132,9
		Total	28.246.511	23,9	5.664.410	628,3	125,3	20.757.540	11,6	5.524.306	613,1	163,2
	J-3 Não Remunerados Agrícolas		96.002	0,1	35.950	42,1	15,7	3.132.499	1,8	1.026.750	516,6	169,3
Sem Ocupação	SO Sem Ocupação Com Renda	10.383.790	8,8	3.530.156	977,1	331,0	26.283.571	14,7	10.105.165	1.089,5	418,9	
	SOF Sem Ocupação Sem Renda	1.460.525	1,2	493.539	0,0	0,0	3.642.992	2,0	1.493.215	0,0	0,0	
Ignorado			871.278	0,7	193.550	1.826,1	441,7	3.833.679	2,2	1.124.661	1.443,9	551,7
Total			118.413.557	100,0	28.543.637	1.429,6	342,7	178.238.239	100,0	55.603.580	1.286,6	402,1

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

¹ Não inclui a população das áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Valores em janeiro de 2005 (INPC corrigido para a PNAD - IPEA)

Mesmo considerando a fragilidade da PNAD em retratar com precisão o universo das ocupações agrárias, dependentes diretamente do efeito sazonal da produção agrícola, é notória a redução na participação da classe agrícola na estrutura sócio-ocupacional. Como impacto direto da mecanização agrícola³⁷, os integrantes de famílias cujo maior rendimento estava associado a este tipo de trabalho passaram de 24% da população em 1981 para 12% em 2004. Entre estes, os mais afetados foram integrantes de famílias associadas à pequena propriedade conta-própria (H-1), com uma redução de 7 pontos percentuais na estrutura de classes. A acelerada redução das ocupações agrícolas impulsionou o êxodo rural ao longo das últimas décadas que, sem a devida compensação pelo crescimento das ocupações não agrícolas, foi um dos grandes responsáveis pela explosão do desemprego nos grandes centros urbanos.

A Figura 1.6 apresenta a evolução pontual com a participação relativa dos sete principais agregados ocupacionais em cada ano de análise. Como se pode observar, a implementação da nova metodologia de pesquisa da PNAD em 1992 colaborou para uma maior participação dos não remunerados agrícolas na estrutura social. Verifica-se também uma tendência progressiva de crescimento da classe dos profissionais e dos sem ocupação com renda na estrutura sócio-ocupacional brasileira. Da mesma forma, aparece uma significativa massa de miseráveis da classe dos sem ocupação sem renda, que em 2004 já representava cerca de 3,6 milhões de brasileiros, enquanto há uma progressiva redução da classe dos trabalhadores agrícolas, principalmente após a segunda metade da década de 80.

³⁷ BELIK *et al* (2003) citam o impacto das novas colhedoras sobre o nível de demanda de mão-de-obra agrícola, como, por exemplo, uma colhedora na cultura de algodão que substitui o trabalho de 80 a 150 pessoas; uma colhedora automatizada na cultura de café que elimina o trabalho de até 160 pessoas; e uma colhedora na cultura da cana-de-açúcar ou de feijão que elimina o trabalho de 100 a 120 pessoas.

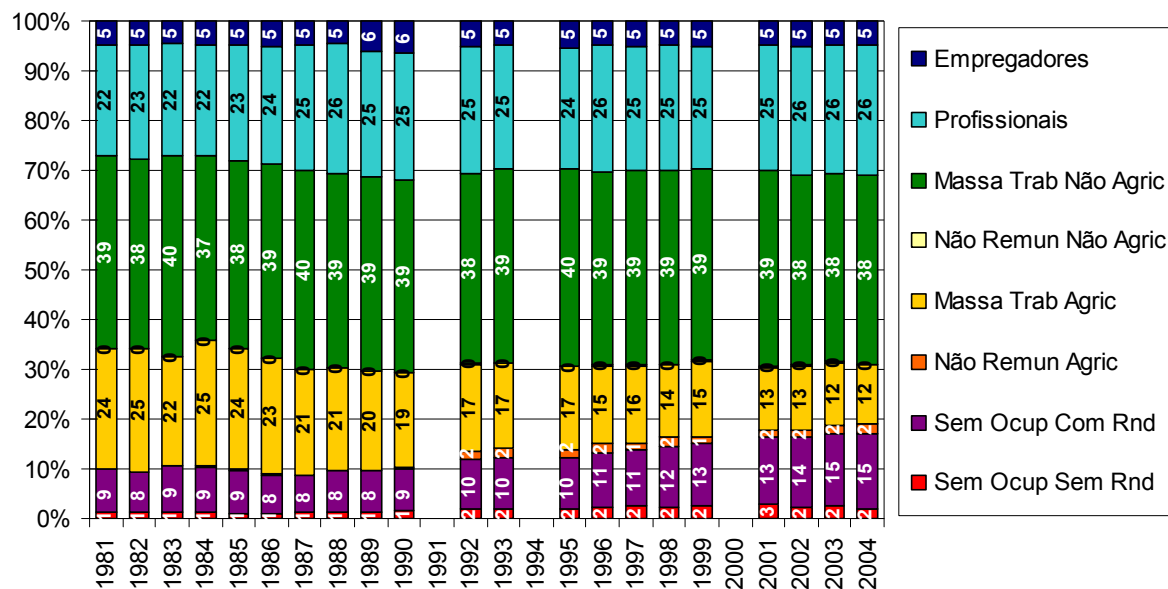


Figura 1.6 – Percentagem da população em cada grupo social – Brasil 1981 a 2004¹

¹ Não inclui a população das áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, além da classe ocupacional ignorada.

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

Os integrantes de famílias de empregadores chegam a 2004 com os mesmos 5% da população de 1981, embora tenham reduzido ligeiramente sua participação na estrutura sócio-ocupacional em 1992, já que seus rendimentos foram particularmente afetados pela crise do Governo Collor no período (Figura 1.7). Entre 1989 e 1992, houve uma redução de 31% nos rendimentos *per capita* da classe dos empregadores, a queda mais significativa da estrutura sócio-ocupacional. É, entretanto, a classe ocupacional que apresenta o maior ganho *per capita* entre 1981 e 2004 (29%).

Da mesma forma que aumentou a participação dos sem ocupação com renda na estrutura sócio-ocupacional, esta classe também apresentou ganhos *per capita* significativos entre 1981 e 2004 (29%), sugerindo a importância dos rendimentos de aposentadoria para a manutenção do padrão de vida destas famílias brasileiras.

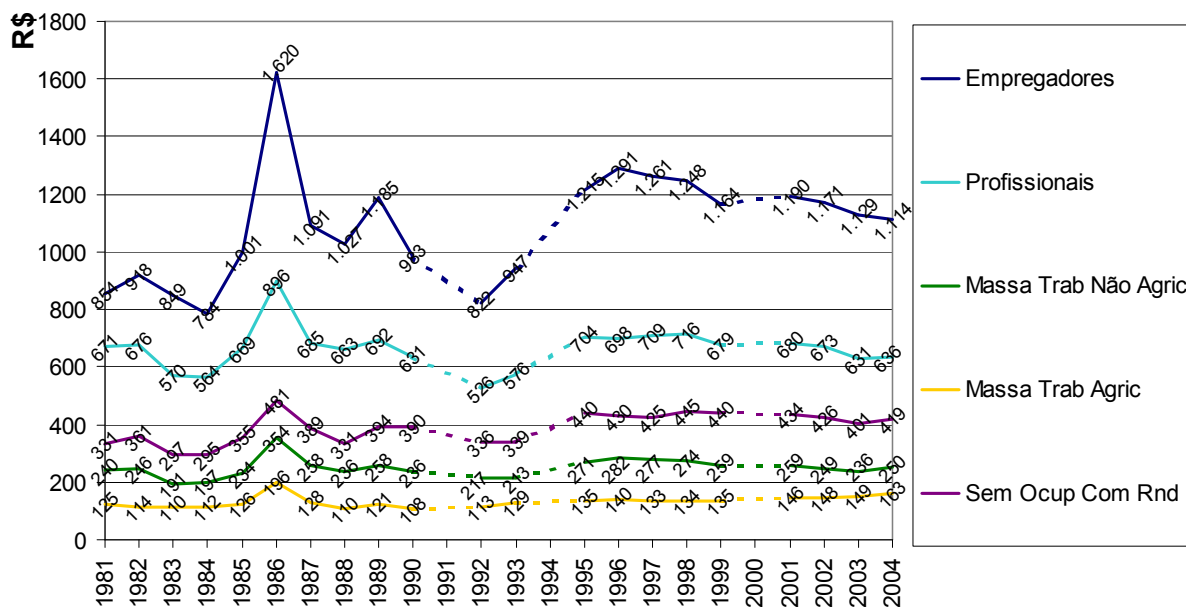


Figura 1.7 – Renda *per capita* segundo classes ocupacionais – Brasil 1981 a 2004¹

¹ Não inclui a população das áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

Valores em janeiro de 2005 (INPC corrigido para a PNAD - IPEA)

Mas a verdade é que extrema desigualdade social brasileira limita a análise dos rendimentos médios quando se desconhece o grau de desigualdade distributiva dentro das classes ocupacionais. Em outras palavras, os valores médios podem estar sendo mais ou menos afetados por valores extremos da distribuição de rendimentos, não refletindo a situação da maioria dos integrantes de cada classe ocupacional. Uma análise mais apurada do grau de desigualdade e a evolução dos padrões de bem-estar das classes ocupacionais será tema principal do próximo capítulo.

1.6. Conclusão

Enquanto estudos focalizados de identificação da pobreza dominam grande parte das discussões sobre políticas sociais, com inúmeros trabalhos baseados em classes de renda da população, a estratificação de uma sociedade segundo padrões sociais homogêneos pouca atenção tem merecido da literatura. Como alternativa às propostas de estratificação por faixas de renda da população - seja a partir das rendas individuais, rendas *per capita*, rendas familiares, percentis de renda ou posse de bens duráveis – propõem-se as tipologias de *estratificação social*, baseadas não só na oportunidade de geração de renda dos indivíduos e

seus familiares, mas também em conceitos sociais relacionados ao estilo de vida das pessoas, uma aproximação para o comportamento de classes de uma sociedade.

Neste contexto teórico, este capítulo apresentou uma tipologia de estratificação onde o enfoque não está simplesmente nos rendimentos individuais ou familiares, mas sim na inserção dos integrantes familiares melhor remunerados no mercado de trabalho. A idéia central é que a ocupação, além de definir, em grande medida, a probabilidade de geração de renda dos indivíduos, está também relacionada ao *prestígio* e ao *poder* proporcionado pela posição ocupacional: o prestígio das relações sociais, seja pela simples maneira de se vestir aos relacionamentos com as autoridades; e o poder de exercer sua vontade e autoridade, seja diretamente sobre os subordinados de uma empresa, ou indiretamente sobre seu círculo social.

Enquanto a renda pessoal ou familiar define a inserção dos indivíduos no mercado de bens e produtos de uma sociedade, não pode ser vista como fator delimitador do estilo de vida dos indivíduos. Os garçons conta-própria que ganham em média mais de 1.100 reais na região metropolitana de São Paulo, havendo até quem ganhe mais de 7 mil reais por mês³⁸, não possuem o mesmo prestígio e influência política de um professor universitário, que em muitas situações, chegam a ganhar menos de mil reais mensais. Da mesma forma, um médico recém formado que se sujeita a ganhar menos de 1.000 reais mensais possui mais prestígio social que um caminhoneiro com rendimento superior a 2.000 reais mensais, havendo até quem ganhe mais de 10 mil reais mensais. Portanto, o que distingue as ocupações não é unicamente a renda, mas também os diversos estágios de estabilidade de sua fonte de renda e emprego, além de diferentes expectativas de futuro sócio-econômico que definem o estilo de vida dos ocupados.

A estrutura sócio-ocupacional proposta por QUADROS (2003) seria, desta forma, uma conciliação entre os conceitos sociológicos relacionados ao prestígio e poder político, com a classificação puramente econômica, definida pela oportunidade de geração de renda dos integrantes familiares. Não se trata de medir o poder de compra de mercado em diferentes setores da sociedade, mas sim definir estilos de vida razoavelmente semelhantes baseado na experiência do autor em análise da sociedade brasileira.

A estratificação social adotada neste trabalho não é, entretanto, exclusiva no que se refere à segmentação da população a partir da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho.

³⁸ Todos as informações apresentadas aqui se referem a valores observados na PNAD de 2003.

Uma revisão da literatura internacional apresentou as principais tipologias de estratificação social, com destaque para: i) a proposta neo-marxista de WRIGHT (1985), inspirada nas inúmeras combinações que surgem do processo de exploração do mercado de trabalho e baseada nas diversas categorias formadas pelos níveis de qualificação e grau de autoridade das categorias ocupacionais; ii) a classificação sócio-econômica britânica (NS-SEC) baseada nas relações de emprego (relacionamento de serviço, contrato de trabalho e relações intermediárias), uma *proxy* do *status* das ocupações. Há ainda as categorias sócio-profissionais francesas que, embora não mencionadas neste trabalho, expressam as relações sociais de produção e reprodução, cuja identificação é dada, sobretudo, pela combinação de posição da divisão social do trabalho, qualificação e escolaridade necessária, natureza estatutária do emprego, setor de atividade, entre outros (PRETECEILLE & RIBEIRO, 1999)³⁹. A análise destas propostas alternativas identificou as principais características de cada tipologia de estratificação, o que não permite, entretanto, afirmar que uma tipologia seja mais ou menos eficiente que outra, já que também devem ser consideradas as especificidades sociais locais e, sobretudo, os propósitos de cada pesquisa.

A adoção de um padrão nacional de estratificação, como há no Reino Unido e na França, seria, entretanto, um passo fundamental para enriquecer as análises nas mais variadas áreas de pesquisa social. Embora a análise de estratos sociais não pressuponha obrigatoriamente o reconhecimento da primazia da estrutura de classes como um princípio explicativo generalizado, reafirma a idéia de que classe persiste como um determinante significativo e, às vezes, poderoso de muitos aspectos da vida social. Analisar, por exemplo, a participação de negros na sociedade, sem considerar a evolução histórica da estrutura de classes entre as raças, traria distorções analíticas relevantes.

O uso de pesquisas domiciliares (PNAD e Censo Demográfico) para retratar a estrutura de uma sociedade exige, entretanto, cuidados especiais face às limitações dos dados e às recorrentes mudanças metodológicas implementadas ao longo dos anos. A falta de informações sobre as ocupações dos aposentados a mais de 4 anos exigiu, por exemplo, a criação de um grupo residual denominado *sem ocupação com renda*, que abrange integrantes das mais diversas categorias sociais. As mudanças implementadas na PNAD ao longo dos

³⁹ Maiores informações sobre as categorias sócio-profissionais francesas (CSP) podem ser obtidas no endereço do INSEE - *Institut National de la Statistique et des Études Économiques* (Disponível em: <<http://www.insee.fr>>).

anos permitem, por exemplo, que somente a partir de 1992, com a reformulação do questionário básico da PNAD, seja possível identificar algumas importantes categorias não remuneradas (autoconsumo, autoconstrução e ocupados não remunerados com jornada semanal entre 1 e 15 horas semanais), assim como a adoção de uma nova tabela de codificações das ocupações (CBO 2000) em 2002 exigiu a reclassificação dos grupos sociais. Após as devidas adaptações na metodologia de classificação, a análise histórica da estrutura sócio-ocupacional identificou que a comparabilidade das informações não foi significativamente comprometida.

Também foi possível observar que, enquanto aumentou a participação da classe dos domésticos, profissionais e, acima de tudo, dos sem ocupação com renda, houve entre 1981 e 2004 uma significativa redução dos integrantes de famílias onde o maior rendimento estava associado ao assalariamento não agrícola e, sobretudo, ao trabalho agrícola (principalmente pequenos proprietários conta-própria). O comportamento observado na estrutura de classes nada mais é que um reflexo das transformações ocorridas no mercado de trabalho, entre as quais pode-se destacar: mecanização agrícola, automatização das indústrias, reorganização da produção e crescimento de subcategorias de emprego.

A classe dos empregadores apresentou o maior ganho real *per capita* entre os principais agregados sociais no período de 1981 e 2004, mesmo com uma tendência de queda após 1996. Por outro lado, há redução nos rendimentos *per capita* entre integrantes das famílias de profissionais, principalmente profissionais assalariados. Embora estes resultados indiquem tendências dos rendimentos em cada grupo social, a análise dos rendimentos médios fica limitada quando se desconhece o grau de desigualdade distributiva das classes ocupacionais, ou seja, se os valores médios de fato representam os padrões de bem-estar da maioria dos integrantes de cada segmento populacional.

A questão central é que, embora a estrutura sócio-ocupacional seja um importante indicador do estilo de vida das pessoas, não se pode desconsiderar os diferentes padrões de bem-estar que surgem dentro de cada classe ocupacional, típicos de uma sociedade extremamente heterogênea como a brasileira. Analisar a distribuição dos rendimentos das classes ocupacionais seria, portanto, fundamental para uma análise mais apurada dos níveis de bem-estar, tema principal do próximo capítulo.

Capítulo 2 – Distribuição de rendimentos e estratos sociais

2.1 Introdução

A tipologia de estratificação social apresentada no primeiro capítulo parte do pressuposto que grupos sociais com estilos de vida relativamente homogêneos podem ser obtidos a partir da inserção do integrante familiar melhor remunerado no mercado de trabalho. Em outras palavras, as inúmeras combinações de prestígio social, poder político e possibilidade de geração de renda poderiam ser codificadas a partir das posições ocupacionais dos integrantes familiares, obtendo-se, desta maneira, uma representação hierárquica da sociedade baseada em classes ocupacionais.

Embora as classes ocupacionais sejam um importante indicador do estilo de vida das pessoas, não podem ser desconsideradas significativas distinções no nível de bem-estar das famílias que surgem dentro de cada um destes grupos sociais. Esta desigualdade é ainda mais acentuada pelo fato de estarmos analisando uma sociedade notadamente heterogênea como a brasileira, onde mesmo em grupos sociais com oportunidades relativamente homogêneas, é comum encontrar significativas desigualdades distributivas.

Enquanto o estilo de vida está relacionado aos costumes e a maneira de se viver da população, com características associadas, por exemplo, à cultura, influência política e prestígio social, o bem-estar pode ser visto com conceito mais específico, relacionado ao acesso à bens e serviços públicos e mercantis. Como afirma ROCHA (2002, p. 1), *“apesar dos conhecidos problemas conceituais e metodológicos a serem necessariamente enfrentados quando se trata de mensurar a renda, ela é reconhecidamente a melhor proxy de bem-estar, pelo menos no que diz respeito àquele que deriva do consumo no âmbito privado”*. E, à medida que se generaliza o acesso a bens e serviços públicos, mais a renda assumiria o papel diferenciador no nível de bem-estar da população.

A partir destes pressupostos teóricos, um dos objetivos centrais deste segundo capítulo será avaliar os padrões de bem-estar da população brasileira, identificando a magnitude das diferenças existentes entre as classes ocupacionais e mesmo dentro destes grupos relativamente homogêneos. Utilizando os rendimentos *per capita* dos integrantes familiares como *proxy* dos níveis de bem-estar das classes ocupacionais, será realizada uma exaustiva análise de suas distribuições de rendimentos, explorando técnicas de análises gráficas e

algumas das principais medidas estatísticas de dispersão, formato e indicadores de desigualdade distributiva encontradas na literatura.

Após este relato descritivo, será apresentada uma metodologia de segmentação por faixas de renda *per capita* que pretende identificar grupos sociais mais ou menos condizentes aos complexos padrões de bem-estar das famílias brasileiras. Combinando a estrutura de classes ocupacionais à metodologia de segmentação por faixas de renda, será obtida uma nova tipologia de estratificação social, capaz de captar com mais eficiência os diferentes padrões sócio-econômicos da população, que será aqui denominada *estrutura social brasileira*.

2.2 Distribuição de renda das classes ocupacionais

Todos os estudos de distribuição de renda no Brasil constataam a desigualdade extrema e elevados níveis de pobreza (BARROS *et al*, 2000; HOFFMANN, 2001; HOFFMANN, 2002). Entretanto, se as classes ocupacionais de fato definem grupos relativamente homogêneos, seria esperado que as diferenças fossem mínimas entre integrantes de um mesmo grupo, e máximas entre integrantes de grupos diferentes.

Para identificar o grau de desigualdade distributiva dentro e entre as classes ocupacionais, esta análise foi dividida em 3 partes principais: i) metodologia de análise; ii) dispersão e formato da distribuição dos rendimentos *per capita*; iii) desigualdade de renda.

2.2.1 Metodologia de análise

Antes de analisar as diferenças distributivas das classes ocupacionais, serão identificadas as principais dificuldades e limitações que surgem em estudos utilizando fontes de dados provenientes dos inquéritos domiciliares do IBGE, particularmente em relação à PNAD e ao Censo demográfico.

Serão aqui abordados problemas referentes a autodeclaração das questões, deflacionamento dos rendimentos nominais, escolha da variável de análise do nível de bem-estar e a metodologia de definição das famílias.

2.2.1.1 Declaração de rendimentos nas pesquisas domiciliares

Desde a criação da PNAD em 1967, a captação do rendimento dos indivíduos passou por algumas transformações até ser consolidado nas duas últimas décadas, permitindo uma

análise intertemporal abrangente e confiável do poder de consumo e do nível de bem-estar das pessoas. Atualmente, tanto o Censo demográfico quanto a PNAD distinguem três fontes principais de rendimento das pessoas com 10 anos ou mais de idade:

Rendimento do trabalho principal: valor do rendimento mensal em dinheiro, em produtos, ou mercadorias que a pessoa normalmente recebia no trabalho remunerado que tinha na semana de referência;

Rendimento de outros trabalhos: valor do rendimento mensal em dinheiro, em produtos, ou mercadorias que a pessoa normalmente recebia em outros trabalhos remunerados que tinha na semana de referência;

Outras fontes de rendimentos: valor do rendimento mensal que a pessoa recebia normalmente proveniente de aposentadoria, pensão alimentícia, fundo de pensão, abono de permanência (popular *pé-na-cova*), aluguel, doação, juros de caderneta de poupança, dividendos e outros rendimentos;

Todos estes rendimentos referem-se a valores *normalmente* recebidos em dinheiro ou espécie no mês de referência, ou seja, um estimativa para tentar eliminar eventuais excepcionalidades que possam surgir de maneira atípica e afetar significativamente o rendimento médio mensal da pessoa. Não são considerados, portanto, rendimentos esporádicos como abonos salariais, parcelas do 13º salário, adiantamento de férias, vendas eventuais de bens móveis e imóveis, ganhos ocasionais de jogos, entre outros.

Entretanto, surgem algumas limitações na captação de rendimentos precisos quando estes são autodeclarados pelos entrevistados, como ocorre nas pesquisas domiciliares do IBGE. Entre as principais limitações, pode-se destacar: i) subestimação; ii) não declaração; iii) falta de identificação.

A autodeclaração provoca uma subestimação nos rendimentos que varia de intensidade de acordo com o poder econômico do declarante, tipo de ocupação e fonte do rendimento (HOFFMANN, 1977; ROCHA, 2002). A subdeclaração é maior, por exemplo, entre os mais ricos, entre as ocupações informais e, principalmente, entre os rendimentos de capital. HOFFMANN (1999) compara, por exemplo, o agregado dos rendimentos declarados na PNAD com a participação do PIB no rendimento nacional entre os Estados brasileiros e

constata que a diferença entre estas variáveis cresce à medida que aumenta o PIB *per capita*⁴⁰. Ou seja, a subdeclaração é maior justamente nos estados mais ricos, onde se concentram as grandes fortunas e os maiores rendimentos do mercado de trabalho.

Os rendimentos não declarados são outra fonte de incerteza que podem comprometer a validade das estimativas. Podem tanto ser frutos da incerteza na estimativa média dos valores mensais quanto da omissão intencional, motivada muitas vezes pela desconfiança dos propósitos da pesquisa⁴¹. Este fato tem aumentado a preocupação dos pesquisadores em elaborar técnicas estatísticas de imputação da renda dos moradores com base nas características sócio-econômicas identificadas⁴².

Já a falta de identificação está relacionada à dificuldade dos entrevistados em observar alguns importantes fatores na composição de seus rendimentos mensais. Custos de produção são, por exemplo, dissociados com muita dificuldade dos rendimentos de pequenos empregadores e contas-própria, da mesma forma que não são incorporados nas estimativas dos rendimentos provenientes das atividades relacionadas ao autoconsumo e à autoconstrução. O valor do aluguel corresponde, muitas vezes, a uma parcela significativa no orçamento das famílias mais pobres e também não é considerado nestas estimativas líquidas dos rendimentos individuais. Muitos executivos e profissionais altamente qualificados recebem benefícios em espécie que constituem grande parcela da renda real recebida e que, certamente, não são incluídos nas auto-declarações espontâneas. Entre estes benefícios pode-se citar: aluguel, automóvel, motorista, telefone celular, seguro, e até mesmo pagamento de escola para os filhos (HOFFMANN, 1998a).

Enquanto os problemas acima apresentados são considerados desvios não amostrais, já que se referem a fatores alheios ao planejamento amostral, eventuais desvios amostrais também podem comprometer a confiabilidade e validade das estimativas. Desvios amostrais são usualmente decorrentes da insuficiência do tamanho da amostra - principalmente quando se analisa segmentos muito desagregados -, má qualidade do desenho amostral, recusa e conseqüente substituição do entrevistado. A recusa com substituição do informante é, entre

⁴⁰ Enquanto a diferença é praticamente nula nos estados mais pobres, o valor dos rendimentos declarados chega a ser 40% inferior nos estados mais ricos (HOFFMANN, 1999).

⁴¹ Em 2004 havia 2.977 rendimentos (de todas as fontes) não declarados, o que correspondia a aproximadamente 1% das declarações dos brasileiros de 10 anos de idade ou mais.

⁴² O Censo Demográfico 2000, por exemplo, adotou a técnica de *Árvores de Regressão* para imputar as variáveis de rendimento não declaradas (IBGE, 2002).

estes, o ponto que usualmente mais preocupa nos inquéritos domiciliares do IBGE⁴³. Qualquer que seja a pesquisa de campo, é notória a dificuldade enfrentada por um entrevistador para ser recepcionado em um domicílio de alto padrão. Geralmente quem atende o interfone é a empregada doméstica com ordens expressas e pouca margem de negociação. Se for considerado que a recusa não se trata de um fator aleatório na população, mas uma atitude intencional entre famílias com específicas características sociais, ela pode estar provocando uma importante falta de representatividade da população estudada.

POCHMANN *et al* (2004) também destacam a dificuldade das pesquisas domiciliares em identificar os mais ricos do Brasil e apresentam uma comparação entre os dois principais inquéritos do IBGE. Em comparação à PNAD, o Censo Demográfico apresenta uma captação mais apurada nos estratos mais ricos da sociedade, com estimativas dos rendimentos individuais médios do último centil da população significativamente superiores em praticamente todos os estados brasileiros⁴⁴.

É, portanto, importante considerar, antes de qualquer análise da distribuição de renda de uma população, possíveis fontes de vieses que podem surgir tanto do caráter autodeclarativo das repostas que subestimam significativamente os rendimentos, quanto dos desvios amostrais, provocados principalmente pela recusa dos responsáveis domiciliares, que podem estar dificultando a identificação das grandes fortunas da sociedade. Isto não quer dizer, entretanto, que estes possíveis desvios coloquem sob suspeita as pesquisas domiciliares do IBGE, que fornecem uma fonte periódica e confiável para análises sócio-econômicas, sem as quais as pesquisas deste país estariam seriamente comprometidas. Apenas sugere-se maior atenção na análise dos resultados para que as conclusões não saiam demasiadamente distorcidas.

⁴³ Dos 139.157 domicílios amostrados em 2004, em 973 destes houve recusa em receber o entrevistador, após esgotados todos os esforços do entrevistador e do supervisor para convencer os moradores a prestar as informações. Embora seja uma pequena fração do total de domicílios, é uma parcela significativa se for considerada a proporção das poucas mas volumosas fortunas do território brasileiro que poderiam estar associadas a esta recusa.

⁴⁴ Devidamente deflacionados, os rendimentos médios individuais para o centil superior no Estado de São Paulo é 41% maior no Censo de 2000 em relação à PNAD 2001, 32,6% superior no Rio de Janeiro, e 156,2% superior no Estado de Minas Gerais (POCHMANN *et al*, 2004).

2.2.1.2 Deflacionamento dos rendimentos nominais

Para permitir a comparação de rendas obtidas em diferentes instantes do tempo é necessária a utilização de um índice de preços que considere o poder de compra em cada momento econômico. A escolha do deflator assume importância fundamental em uma análise de longo prazo, já que taxas de inflação altas e variáveis tornam o cálculo dos rendimentos sensíveis às hipóteses implícitas no processo de deflação (NÉRI, 1996). O INPC costuma ser o índice mais indicado para o deflacionamento dos rendimentos das pessoas por apresentar a maior abrangência territorial⁴⁵ e se basear na cesta de consumo das famílias mais pobres, com rendimentos familiares entre 1 a 8 salários mínimos⁴⁶, mais sensíveis a pequenos ajustes econômicos.

Segundo CORSEUIL & FOGUEL (2002), o ideal também seria considerar o poder de compra das famílias no momento exato em que a renda é recebida. Supondo o trabalho como a principal fonte de renda declarada em pesquisas domiciliares⁴⁷, seria, portanto, desejável utilizar um índice centrado na semana de referência das declarações. O período de referência dos inquéritos da PNAD costuma se aproximar da última semana de setembro, com exceções das PNADs de 1981, que adotou a segunda semana de novembro como referência; e 1982, que teve um período de referência de quase três meses, entre final de setembro e metade de dezembro. Para os rendimentos de 1981 e 1982 (este último apenas por simplificação metodológica) seria então aconselhável um deflator centrado no dia 15 de novembro, ficando os demais anos da PNAD com um deflator centrado no dia 1º de outubro.

O INPC era tradicionalmente calculado a partir de informações sobre preços coletados no período compreendido entre os dias 15 de dois meses consecutivos. Dessa forma, o índice acabava centrado no dia primeiro do segundo mês considerado. No entanto, em março de 1986 o IBGE passou a coletar as informações mencionadas entre os dias 1 e 30, fazendo com que o índice passasse a ser centrado no dia 15 desse mês. Para deflacionamento dos rendimentos da

⁴⁵ Abrange as regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, além do Distrito Federal e do município de Goiânia (Fonte: IBGE, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/informet.shtm>. Acessado em: nov. 2005).

⁴⁶ São consideradas apenas as famílias cujos chefes são assalariados da zona urbana (Fonte: IBGE, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/informet.shtm>. Acessado em: nov. 2005).

⁴⁷ Em 2004, a renda de todos os trabalhos equivalia a aproximadamente 78% do total de rendimentos de todas as fontes declarados pela população (Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor).

PNAD, CONSERUIL & FOGUEL (2002) sugerem, portanto, uma transformação na série centrada no dia 15 para gerar uma nova série centrada no dia 1, operando uma média geométrica entre os valores de dois meses consecutivos.

Outro problema refere-se à variação nos preços dos produtos não captada pelo INPC e pela maioria dos indicadores de inflação em julho de 1994. Entre 1986 e 1994, as mudanças presenciadas pelo Brasil em suas unidades monetárias limitavam-se a cortes de zero, ou seja, transformação de mil unidades antigas para uma nova unidade monetária. Entretanto, com a implementação do Plano Real em julho de 1994, o país conviveu por um determinado período com duas unidades monetária - a URV (Unidade Real de Valor) e o CR\$ (Cruzeiro Real) –, que foram substituídas pela nova unidade monetária, o Real (R\$), segundo duas taxas de conversão: i) 2.750 CR\$/R\$; ii) 1 URV/R\$. Como os índices de inflação se baseiam na comparação dos preços de dois meses consecutivos, estas transformações trouxeram algumas complicações para a estimativa de duas unidades monetárias diferentes no mês de julho de 1994. Variações de preços em CR\$ acabaram não sendo captadas pela maioria dos indicadores de inflação, sendo que, para corrigir esta deficiência, CONSERUIL & FOGUEL (2002) sugerem a incorporação de um percentual adicional de 22,25% à variação reportada no INPC.

Tanto a correção temporal para o dia 1º do mês, quanto a incorporação de 22,25% no índice de inflação em julho de 1994 foram adotadas neste trabalho, criando-se uma nova série de deflatores, aqui denominada *INPC corrigido para a PNAD*, pela qual todos os valores apresentados nesta análise foram deflacionados para o mês base de janeiro de 2005⁴⁸. Procedimento análogo foi adotado para o deflator referente aos rendimentos provenientes da base de microdados do Censo Demográfico 2000 (*INPC corrigido para o Censo Demográfico*), corrigindo o índice para o 1º dia do mês de agosto, período de referência da pesquisa.

2.2.1.3 Escolha da variável de análise do nível de bem-estar

A análise do nível de bem-estar das famílias pode ser vista sob dois ângulos principais: renda total familiar e renda *per capita*. Embora o rendimento *per capita* seja amplamente utilizado para analisar o nível de bem-estar das famílias, já que seus membros costumam

⁴⁸ Para atualizar a base do deflator o autor elaborou uma nova série a partir da metodologia descrita por CONSERUIL E FOGUEL (2002). Os valores dos deflatores da PNAD com base em janeiro de 2005 recalculados pelo autor estão disponíveis no ANEXO B.

compartilhar o rendimento familiar (HOFFMANN, 2000), não podem ser desconsideradas importantes implicações deste tipo de análise. Se, por um lado, a renda familiar não capta com exatidão o nível de bem-estar individual, já que desconsidera o tamanho das famílias, por outro lado, a renda *per capita* desconsidera a existência de benefícios crescentes em escala.

Considerar até que ponto os benefícios crescentes em escala, ou seja, benefícios sociais que mais do que dobram quando se dobra a renda familiar, superam o custo de consumo de um integrante familiar adicional é uma questão que não pode ser facilmente generalizada. Sabe-se por exemplo, que muitas famílias dependem do rendimento familiar agregado para alcançarem um padrão de bem-estar mais elevado. É o caso, por exemplo, de famílias que dependem do rendimento familiar total para alugarem domicílios mais confortáveis e melhor localizados. Nestas circunstâncias, uma renda familiar de 1.000 reais para um casal, seria, por exemplo, melhor que uma renda de 600 para uma família individual. Um fato implícito nesta análise é que os benefícios associados ao luxo da residência, segurança, qualidade social e ambiental da região de procedência do domicílio mais que superam a redução no consumo familiar *per capita* de bens não duráveis. Por outro lado, uma renda familiar de 1.000 reais para um casal, seria, por exemplo, melhor que uma renda de 1.500 reais para uma casal com três filhos. Este tema polêmico exige, entre outros estudos, uma análise mais apurada sobre o tipo de família (família individual, casal sem filhos, casal com filhos, mãe e filhos, etc.), que não está entre os objetivos deste trabalho⁴⁹.

A escala *adulto equivalente* tenta, de certa forma, corrigir uma destas distorções analíticas, oferecendo informações mais precisas sobre a contribuição de cada integrante no consumo familiar. A prática comum é estabelecer as necessidades de consumo de um particular integrante familiar segundo sexo e idade como uma percentagem de um padrão individual, usualmente um adulto do sexo masculino (BUSE & SALATHE, 1978). Mas como os gastos de consumo de homens e mulheres variam demasiadamente em função das especificidades sociais e dos diferentes estágios de crescimento da pessoa (TEDFORD *et al*, 1986), a falta de precisão nas ponderações acaba sendo um forte empecilho à difusão da técnica. Muitas vezes é irreal pensar, por exemplo, que jovens de classe média consumam menos que adultos, considerando gastos referentes ao ensino particular, clube poli-esportivo, vestuário, alimentação, telefone celular, lazer, entre outros.

⁴⁹ O autor agradece, entretanto, as sugestões da Profa. Eugênia Troncoso Leone.

Outro ponto que merece destaque na definição dos padrões familiares de bem-estar refere-se à própria definição de família. A classificação adotada neste trabalho diferente da adotada oficialmente pelo IBGE, que considera como família

“o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica (relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família) ou normas de convivência (regras estabelecidas para o convívio de pessoas que morem juntas, sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica), que more na mesma unidade domiciliar; ou pessoa que more só em uma unidade domiciliar” (IBGE, 1995, p.88)

Pela possibilidade de haver mais de uma família habitando um mesmo domicílio, considerou-se também como famílias independentes os pensionistas, pessoas que não são parentes da pessoa de referência na família ou seu cônjuge e pagam hospedagem ou alimentação a algum membro familiar, assim como empregados domésticos e parentes do empregado doméstico que moram com outra família.

Com esta classificação pretende-se identificar mais apuradamente os diferentes padrões que podem surgir dentro de uma mesma unidade domiciliar, já que estes membros não estariam ligados por laços de parentesco ou afetivos com a pessoa de referência na família. Mesmo porque, pensionistas, domésticos e parentes do empregado doméstico, ao serem declarados como moradores do mesmo domicílio, excluem, por definição, a possibilidade de outra unidade domiciliar como local de residência habitual (IBGE, 1995), ou seja, exclui-se a existência de outra família de referência para estes integrantes domiciliares. Não há, entretanto, mudanças significativas na estrutura familiar segundo o critério de classificação familiar adotado que possam comprometer a comparabilidade dos resultados com os apresentados pelo IBGE⁵⁰.

2.2.2 Dispersão e formato da distribuição de renda

Supondo a renda *per capita* como melhor alternativa de análise do nível de bem-estar das pessoas, a Tabela 2.1 apresenta uma síntese da forma de distribuição da população de cada classe ocupacional segundo quantis de rendimentos *per capita*. São apresentadas a menor e

⁵⁰ Segundo o critério de classificação do IBGE, o tamanho médio das famílias em 2004 era de 3,25 integrantes. Considerando pensionistas, e domésticos como famílias individuais, a média passaria para 3,22 (Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor.).

maior renda *per capita* de cada classe, assim como os quantis 10, 25, 50, 75, 90 e 99, que, para fins analíticos, definem respectivamente os grupos formados pelos 10% mais pobres, 25% mais pobres, 50% mais pobres ou 50% mais ricos, 25% mais ricos, 10% mais ricos e 1% mais ricos. Para estimativa da renda *per capita*, dividiu-se o agregado de todas as fontes de rendimentos pelo número total de integrantes familiares, desconsiderando as famílias onde pelo menos um integrante tinha alguma fonte de rendimento e deixou de declará-lo. Das 123.775 famílias identificadas na amostra em 2004, 1.682, ou 1,36% do total, apresentaram algum tipo de rendimento não declarado e foram descartadas nesta parte da análise.

Os dados da Tabela 2.1 evidenciam a má distribuição e baixa magnitude dos rendimentos. Quanto à baixa magnitude, destaca-se a existência de muitos pobres e pouquíssimos *relativamente ricos*, com rendimentos não tão altos, em praticamente todas as classes ocupacionais. Quanto à má distribuição, destaca-se a concentração de famílias em uma pequena amplitude de baixos rendimentos *per capita* e a dispersão dos rendimentos entre os relativamente ricos, o que caracteriza a assimetria da distribuição de renda brasileira.

Pode-se afirmar que o primeiro quarto populacional, limitado pelo baixo valor de 104 reais *per capita*, apresenta precária situação econômica, qualquer que seja a peculiaridade regional. Situação esta agravada pelo fato de os pobres apresentarem as piores condições de acesso a bens e serviços públicos (BELTRÃO & SUGAHARA, 2005). Com rendimentos pouco superiores estão os integrantes do segundo quarto da população, que sobrevivem com um valor *per capita* inferior a 213 reais. Em outras palavras, 50% da população apresenta rendimento *per capita* inferior ao salário mínimo no período de referência da análise – 260 reais em janeiro de 2005. A magnitude destas percentagens pode, muitas vezes, esconder a gravidade da situação, já que são nada menos que 45,5 milhões de miseráveis sobrevivendo com um rendimento *per capita* inferior a 104 reais e 91 milhões de brasileiros com um rendimento *per capita* inferior a 213 reais.

No outro extremo, têm-se os 10% mais ricos da população brasileira com rendimento *per capita* superior a 847 reais e, mais ainda, apenas 1% da população com renda *per capita* superior a 3.050 reais. Como já discutido, identificar as grandes fortunas brasileiras a partir dos inquéritos domiciliares é uma tarefa no mínimo delicada. Pode-se dizer que mesmo o mais alto valor declarado (62 mil reais) não apresenta um valor *per capita* condizente ao padrão de bem-estar de famílias que habitam luxuosos e rigorosamente vigiados condomínios na capital

paulista, ou de ricas famílias alagoanas, que residem em um dos estados mais pobres do país mas possuem luxos palacianos, como deslocar-se de helicóptero para suas mansões de finais de semana à beira mar, em praias paradisíacas e supostamente privadas. Mesmo reconhecendo os problemas de subestimação dos rendimentos, que é maior entre os mais ricos, a análise da distribuição de renda requer muita cautela para não denominar indevidamente a pequena parcela de famílias relativamente mais rica captadas pela PNAD como as grandes fortunas da sociedade brasileira, já que as recusas e os rendimentos não declarados são um fator importante de viés a ser considerado.

Comparando agora a distribuição de renda das classes ocupacionais, pode-se afirmar que tanto a heterogeneidade entre integrantes de uma mesma classe (heterogeneidade *dentro*) quanto entre integrantes de classes distintas (heterogeneidade *entre*) chama atenção. Entre as classes, por exemplo, têm-se praticamente todos os grupos de trabalhadores (F, G, I, J-1, H-1, H-2, H-3 e J-2) com mediana inferior à nacional de 213 reais, enquanto os empreendedores A-1 apresentam uma mediana superior a 1.382 reais.

Dentro das classes, destaca-se, por exemplo, a heterogeneidade dos rendimentos dos integrantes de famílias associadas ao trabalho não remunerado não agrícola. Um quarto da população deste grupo possui rendimento *per capita* nulo e até 50% apresenta rendimento inferior a 177 reais, que é ainda uma das medianas mais baixas da estrutura sócio-ocupacional brasileira. Por outro lado, os 25% mais ricos deste grupo apresentam um quartil de renda *per capita* de 468 reais, valor só superado na classe dos profissionais e empregadores. É mais um indício que neste grupo há desde integrantes de famílias de trabalhadores na mais precária das situações, até parentes de micro e pequenos empregadores que, embora se declarem não remunerados no trabalho principal, recebem razoáveis quantias monetárias de outras fontes de rendimentos. A baixa frequência observada na amostra para esta classe limita, entretanto, a significância da análise.

Tabela 2.1 – Quantis de renda familiar *per capita* segundo classes ocupacionais – Brasil 2004

Estrutura Sócio-Ocupacional Familiar			N Pessoas	Quantis							
				Mín	10	25	50	75	90	99	Máx
Ocupados	Empregadores	A-1 Empregadores (> 10)	1.000.267	152,3	507,7	814,0	1.382,8	2.608,1	4.369,7	15.760,2	62.312,6
		A-2 Empregadores (<= 10)	7.645.187	0,0	169,9	305,0	589,6	1.120,1	2.032,0	5.592,3	51.093,4
		Total	8.645.454	0,0	181,6	338,8	660,0	1.271,3	2.341,5	6.823,3	62.312,6
	Profissionais Trabalhadores	C Profissionais Autônomos	8.359.910	0,0	87,1	162,8	338,9	713,0	1.440,4	4.317,7	24.402,8
		D Profissionais Assalariados	37.296.536	6,8	127,1	206,1	381,3	722,4	1.360,7	4.062,2	26.639,7
		Total	45.656.446	0,0	118,8	203,3	373,5	719,4	1.375,3	4.067,1	26.639,7
	Massa Trabalhadora Não Agrícola	F Trabalhadores Autônomos	18.829.353	0,0	51,0	101,0	193,5	361,3	619,1	1.601,4	9.252,7
		G Trabalhadores Assalariados	40.914.936	0,0	74,2	114,4	189,8	305,2	473,2	1.042,2	6.609,1
		I Trabalhadores Domésticos	7.555.154	0,0	43,0	69,6	127,2	215,8	340,6	714,8	5.185,6
		Total	67.299.443	0,0	63,2	101,7	179,8	306,2	505,2	1.199,1	9.252,7
	J-1 Não Remunerados Não Agrícolas		335.785	0,0	0,0	0,0	176,8	467,7	815,3	3.897,9	7.981,8
	Massa Trabalhadora Agrícola	H-1 Proprietários Conta Própria	11.506.784	0,0	30,5	53,4	110,4	236,5	416,9	1.202,3	8.823,1
		H-2 Trabalhadores Autônomos	933.982	3,0	28,8	44,7	75,7	152,5	254,2	1.003,1	5.083,9
		H-3 Trabalhadores Assalariados	10.347.218	0,0	41,4	61,0	99,1	169,3	264,4	528,7	2.440,3
		Total	22.787.984	0,0	34,6	56,9	101,7	197,9	331,5	945,6	8.823,1
	J-2 Não Remunerados Agrícolas		3.304.663	0,0	0,0	24,6	105,7	223,7	355,3	1.082,9	8.134,3
Sem Ocupação	SO Sem Ocupação Com Renda	26.481.336	1,0	52,9	115,3	237,2	442,3	892,6	3.280,5	26.400,8	
	SOF Sem Ocupação Sem Renda	3.674.301	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Ignorado			3.874.696	0,0	22,9	88,1	213,5	502,2	965,9	2.831,1	6.507,4
Total			182.060.108	0,0	52,6	104,2	213,0	421,4	847,2	3.050,4	62.312,6

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

Valores em Janeiro de 2005 (INPC corrigido para PNAD – IPEA).

A heterogeneidade dos rendimentos *per capita* na classe dos autônomos também se destaca em relação à classe dos assalariados. Os integrantes de famílias de profissionais autônomos, por exemplo, possuem até 3º quartil inferior ao dos integrantes de famílias de profissionais assalariados, mas a partir do 9º decil há um domínio da distribuição da classe dos autônomos, com quantis superiores aos da classe dos assalariados. Em outras palavras, pode se dizer, que os três primeiros quartos de integrantes de famílias de profissionais autônomos são relativamente mais pobres que os três primeiros quartos de integrantes de famílias de profissionais assalariados e, após uma inversão que ocorre entre o 75º e o 90º quantil, os 10% mais ricos da classe dos autônomos são relativamente mais ricos que os 10% mais ricos da classe dos assalariados. Situação semelhante ocorre entre as classes de trabalhadores autônomos e assalariados não agrícolas (F e G).

As informações sobre os quantis de renda sintetizadas na Tabela 2.1 são traduzidas graficamente nas Figuras 2.1 e 2.2 para os principais agregados ocupacionais, permitindo várias formas de análise sobre a distribuição de renda de suas populações.

Pela Figura 2.1 é possível visualizar uma clara hierarquia das classes ocupacionais sob a forma de domínio das distribuições acumuladas de renda *per capita*. A classe dos empregadores, por exemplo, apresenta todos os quantis de renda *per capita* superiores aos da classe de profissionais trabalhadores e assim sucessivamente para a classe da massa trabalhadora não agrícola e agrícola. Isto significa, por exemplo, que o primeiro cento mais pobre de integrantes de famílias de empregadores possui renda *per capita* superior ao primeiro cento mais pobre de integrantes de famílias de profissionais trabalhadores e assim sucessivamente até o cento mais rico. Já a distribuição acumulada da classe dos sem ocupação com renda é muito semelhante à da população total, sendo mais uma evidência da heterogeneidade deste grupo formado por integrantes das mais variadas classes ocupacionais, que acaba gerando uma falta de distinção em relação ao agregado brasileiro.

A linha vertical inserida na Figura 2.1 representa o valor da renda *per capita* nacional de 398 reais (ver Tabela 1.1). Ela mostra que no Brasil há mais de 70% da população com rendimento *per capita* inferior à média nacional, sinalizando uma forte assimetria à direita da distribuição. Esta percentagem é de aproximadamente 80% na classe da massa trabalhadora não agrícola e 95% na classe da massa trabalhadora agrícola. Mesmo entre os integrantes de famílias de profissionais, grupo com supostos padrões característicos de classe média, mais da

metade das pessoas está abaixo da média *per capita* nacional, enquanto que entre os integrantes de famílias de empregadores este percentual é inferior a 30%.

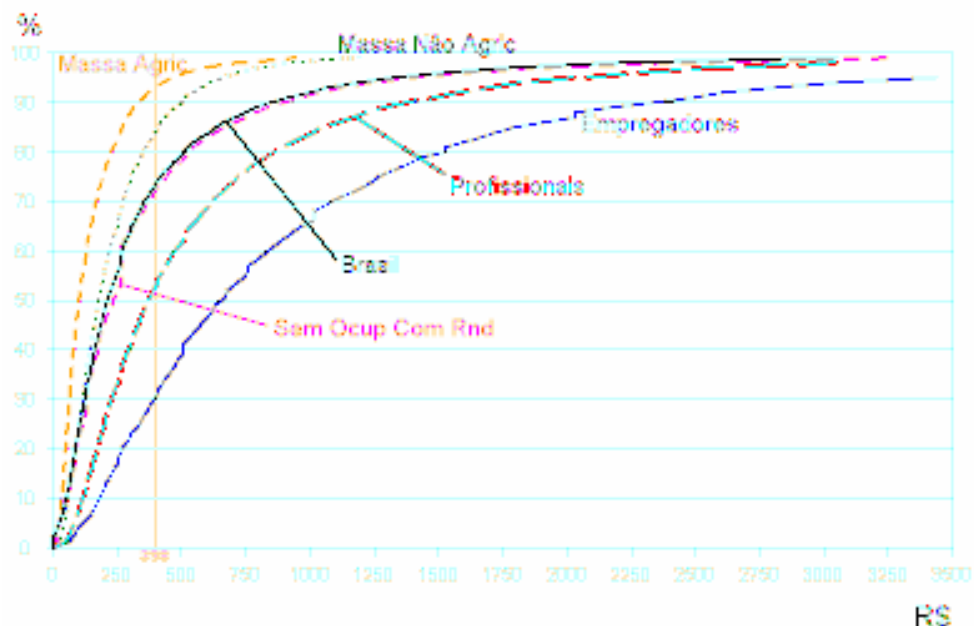


Figura 2.1 – Distribuição acumulada de renda familiar *per capita* da população brasileira segundo classes ocupacionais – Brasil 2004

Valores em janeiro de 2005 (INPC corrigido para PNAD – IPEA)

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

A Figura 2.2 complementa a análise descritiva com a distribuição de frequências da renda *per capita* brasileira para intervalos de 125 reais, permitindo outra visão da forma de distribuição dos valores entre os grupos sociais. Para auxiliar a análise, foram inseridas estatísticas associadas aos quatro primeiros momentos da distribuição de probabilidade, indicando, respectivamente, os valores médios de renda *per capita* (*RPC*), medidas de dispersão relativa, assimetria e curtose de cada uma das distribuições. Todas as estimativas foram elaboradas considerando os pesos amostrais disponibilizados pelo IBGE. A dispersão relativa foi expressa pelo coeficiente de variação (*CV*), uma medida que indica a dispersão média das rendas como uma porcentagem do valor médio⁵¹. O coeficiente de assimetria (*Sk*) indica se a distribuição é simétrica (*Sk*=0), assimétrica à esquerda (*Sk*<0), ou assimétrica à

⁵¹ O coeficiente de variação foi obtido pela expressão $CV = 100s / \bar{x}$, onde *s* é o desvio padrão amostral da variável e $\bar{x}$ é a média familiar *per capita*.

direita ($Sk > 0$)⁵². A natural assimetria à direita da distribuição de rendimentos transforma o coeficiente Sk em uma medida do grau com que a média de cada grupo está sendo inflacionada por valores no extremo superior da distribuição de renda. Já o coeficiente de curtose (K), associado ao quarto momento da distribuição, reflete a forma e o grau de *achatamento* da distribuição em relação a uma suposta *curva normal*: valores normalmente centrados na área ao redor da moda ($K=0$); curva estreita ou valores concentrados na área ao redor da moda ($K > 0$); curva achatada ou valores descentralizados com respeito à moda ($K < 0$)⁵³.

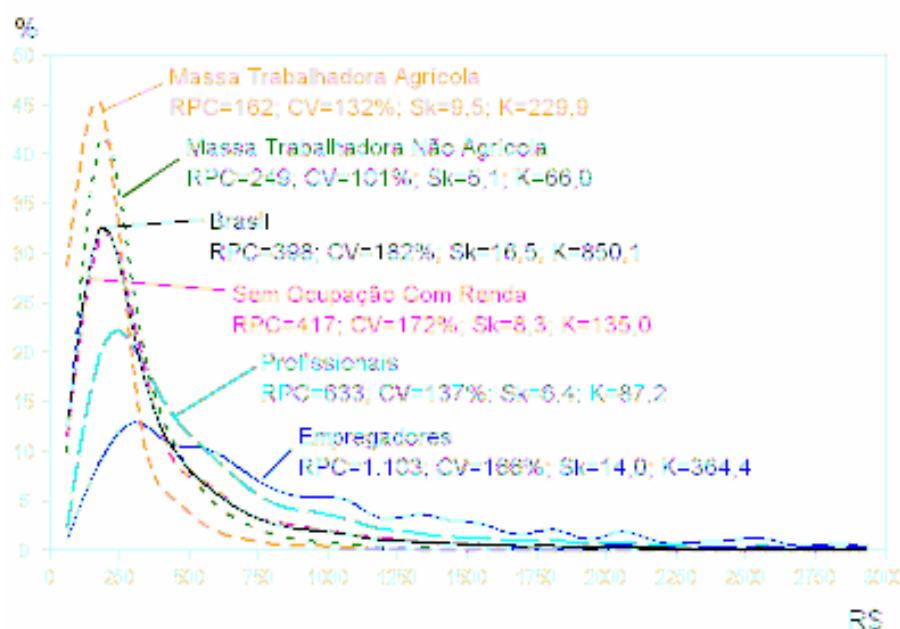


Figura 2.2 – Distribuição de frequência para renda familiar *per capita* da população brasileira segundo classes ocupacionais – Brasil 2004

Valores em janeiro de 2005 (INPC corrigido para PNAD – IPEA)

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor

⁵² O coeficiente de assimetria (*skewness*) Sk foi obtido pela expressão $Sk = \frac{1}{n} \sum w_i^{3/2} \left(\frac{x_i - \bar{x}}{\hat{\sigma}} \right)^3$, onde w_i é o peso amostral da observação.

⁵³ O coeficiente de curtose (*kurtosis*) K foi obtido pela expressão $K = \frac{1}{n} \sum w_i^2 \left(\frac{x_i - \bar{x}}{\hat{\sigma}} \right)^4 - 3$, onde w_i é o peso amostral da observação.

As distribuições de freqüências dos rendimentos das classes ocupacionais apresentadas na Figura 2.2 também mostram uma clara hierarquia sob a forma de concentrações das populações em cada faixa de renda *per capita*. Há uma superposição das distribuições, ou seja, as classes menos privilegiadas (massa trabalhadora agrícola e não agrícola, por exemplo) apresentam maiores freqüências nos valores *per capita* inferiores, o que não exige a existência de integrantes destas classes com rendimentos *per capita* superiores. Da mesma forma, o que diferencia as classes mais privilegiadas (empregadores e profissionais, por exemplo) é a existência de maiores freqüências da população em valores *per capita* superiores, embora seja também significativa as parcelas destas populações em baixos valores *per capita*.

Todas as classes ocupacionais apresentam intervalos modais baixos, entre 0 e 500 reais, com uma também evidente hierarquia sob a forma de concentração das freqüências de rendimentos *per capita*. As classes das massas trabalhadoras agrícolas e não agrícolas concentram-se nas menores rendas *per capita*, enquanto as classes dos profissionais e empregadores apresentam freqüências maiores em valores mais elevados da distribuição de rendimentos.

As classes ocupacionais com as maiores rendas *per capita* são também as mais heterogêneas: os profissionais e empregadores apresentam as maiores rendas *per capita* (633 e 1.103 reais, respectivamente) e maiores dispersões relativas (133% e 145%, respectivamente). No outro extremos, a classe dos trabalhadores agrícolas e não agrícolas apresentam as menores rendas *per capita* (145 e 226 reais, respectivamente) e as menores dispersões relativas (129% e 102%, respectivamente). Já a heterogeneidade da classe dos sem ocupação com renda se reflete na alta dispersão deste grupo, assim como o agregado Brasil, que incorpora a variabilidade de todos os grupos sociais.

Todas as distribuições estão concentradas em baixos valores de renda *per capita*. Os altos valores positivos dos coeficientes de curtose exibidos na Figura 2.2 significam que todas distribuições apresentam caudas mais curtas que o esperado para uma curva normal, indicando que a maioria dos integrantes familiares apresentam rendimentos *per capita* próximos. Em outras palavras, pode-se dizer que a alta variabilidade obtida não se remete a uma população normalmente distribuída, mas sim uma distribuição concentrada em baixos valores, com freqüências esporádicas em valores superiores extremos.

Para finalizar a análise, os coeficientes de assimetria positivos formalizam a influência de valores extremos nas estimativas dos rendimentos médios. Todos os grupos apresentam rendas médias maiores que as medianas, sendo que os dois grupos sociais com renda *per capita* mais inflacionadas por valores extremos são⁵⁴: empregadores, com *Sk* de 14,0; trabalhadores agrícolas, com *Sk* de 9,5.

2.2.3 Medidas de desigualdade

Embora a análise conjunta das medidas de dispersão e formato da distribuição de renda já permita uma idéia do grau de desigualdade distributiva da população, há medidas mais específicas e freqüentemente utilizadas para mensurar o grau de desigualdade ou concentração de renda de uma população. Uma análise detalhada das principais medidas de desigualdade e pobreza da literatura social pode ser encontrada em HOFFMANN (1998a), entre as quais este trabalho irá abordar: a) curva de Lorenz; b) índice de Gini; c) massa de renda apropriada pelos relativamente pobres e relativamente ricos; d) índice T de Theil.

A curva de Lorenz foi desenvolvida pelo economista norte americano Max Lorenz em 1905 e representa graficamente a relação entre as funções acumuladas de renda e população. Imagine toda uma população ordenada de maneira crescente em relação à renda *per capita*, do mais pobre ao mais rico. Numa utópica sociedade totalmente igualitária, onde todos recebam os mesmos rendimentos, os 1% mais pobres teriam exatamente 1% da renda acumulada em suas mãos, os 2% mais pobres os mesmos 2% de renda acumulada e assim sucessivamente até se chegar aos 100% da população recebendo os 100% de renda acumulada. Esta relação perfeitamente linear, denominada *linha da perfeita igualdade*, pode ser observada na Figura 2.3, que representa graficamente a relação entre a percentagem acumulada da população (eixo das abscissas) e a respectiva renda acumulada (eixo das ordenadas).

O que se constata, porém, é que os 1% mais pobres possuem usualmente menos de 1% da renda total acumulada, assim como os 1% mais ricos costumam concentrar muito mais que apenas 1% da renda total acumulada. A hipotética relação linear transforma-se portanto em uma real curva de concentração, denominada *curva de Lorenz*. Quão mais próxima a curva de Lorenz estiver do eixo das abscissas, menor será a renda concentrada pelos mais pobres e maior será a renda concentrada pelos ricos, ou seja, maior será a grau concentração de renda

⁵⁴ Desconsiderando o grupo dos sem ocupação com renda, que é uma síntese dos demais grupos sociais.

da população. Em uma situação de perfeita desigualdade, onde toda a renda de uma população de tamanho n esteja concentrada nas mãos de uma única pessoa, a curva de Lorenz afasta-se o máximo possível da linha de perfeita igualdade. Esta relação, chamada *linha de perfeita desigualdade*, é representada por um polígono aberto, que coincide com o eixo das abscissas nos $n-1$ primeiros elementos e atinge o ponto máximo das ordenadas (100% Rnd) ao atingir o n -ésimo elemento da população (100% Pop), como também ilustra a Figura 2.3.

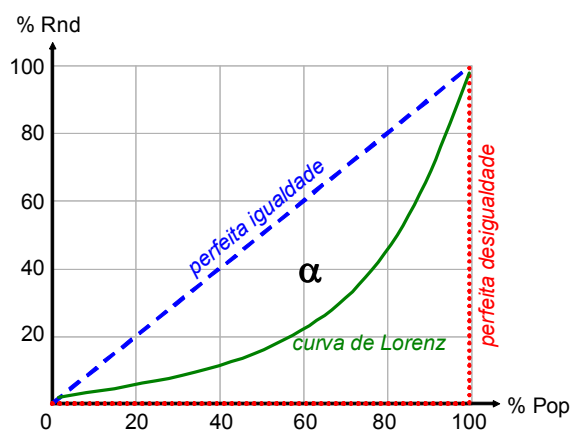


Figura 2.3 – Representação gráfica da concentração de renda de uma população

A representação da curva de Lorenz para cada um dos cinco principais agregados ocupacionais e para o conjunto total da população brasileira pode ser visualizada na Figura 2.4. O que se constata é um evidente domínio das curvas das classes ocupacionais com os menores rendimentos médios, ou seja, as classes com as menores rendas são as mais igualitárias e, entre estas, a massa trabalhadora não agrícola é a menos desigual. O fato é que as classes hierarquicamente superiores (profissionais e empregadores) apresentam as melhores oportunidades de geração de renda, mas estas são também limitadas e acabam concentradas nas mãos de poucas famílias. Uma parcela significativa da população destas classes permanece em posições equivalentes às classes menos privilegiadas, o que justifica sua extrema desigualdade.

Mais uma vez, chama atenção a similaridade da relação de concentração de renda entre o grupo dos sem ocupação com renda e do agregado Brasil, já que ambos, de uma maneira ou de outra, acabam incorporando as desigualdades das demais classes ocupacionais: o primeiro

por ser um grupo independente e heterogêneo; o segundo por ser, por definição, a união de todos as demais classes ocupacionais.

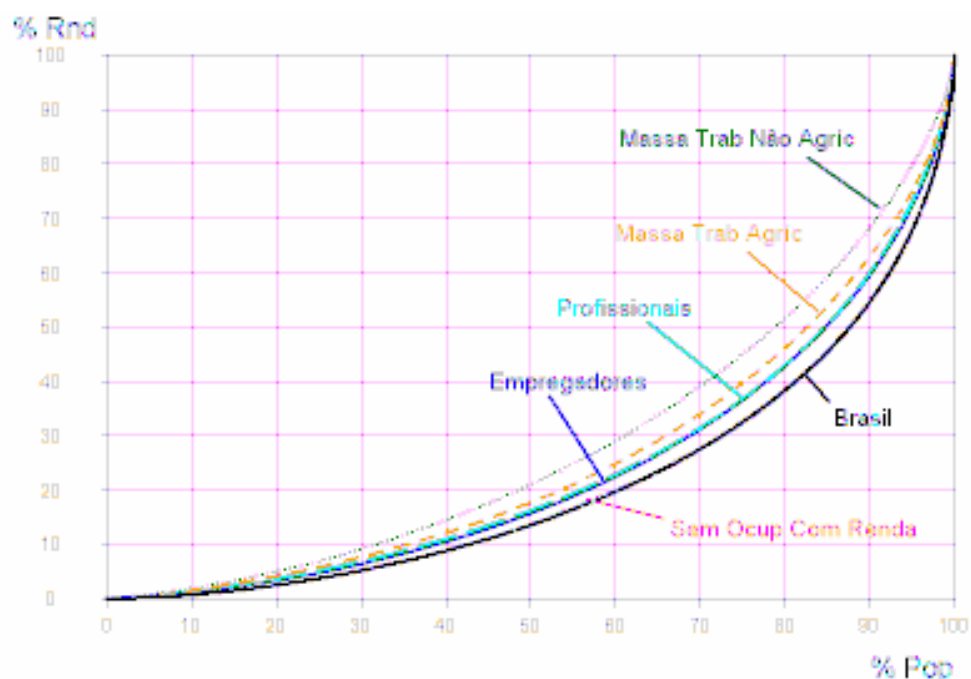


Figura 2.4 – Curva de Lorenz segundo classes ocupacionais– Brasil 2004

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor

Em seu artigo de 1912 intitulado “Variabilità e mutabilità”, o italiano Corrado Gini desenvolveu uma nova medida de desigualdade baseada na relação entre os dois extremos distributivos da curva de Lorenz: a linha de perfeita igualdade e linha de perfeita desigualdade. Quanto mais a curva de Lorenz se aproxima do eixo das abscissas e, conseqüentemente, da linha de perfeita desigualdade, maior será a área formada entre a curva de Lorenz observada na população e a linha de igualdade perfeita - *área de desigualdade* (α) -, indicando um maior grau de concentração da distribuição de rendimentos. O *índice de Gini* padroniza esta relação, estabelecendo uma razão simples entre a área de desigualdade observada (α) e a área de máxima desigualdade ($\frac{100\% \text{ Pop} * 100\% \text{ Rnd}}{2} = 0,5$), que seria formada quando a curva de Lorenz se igualasse à linha de perfeita desigualdade, como indica a expressão (2.1):

$$\text{Índice de Gini} = \frac{\alpha}{0,5} = 2\alpha \quad (2.1)$$

Obtêm, desta maneira, um índice adimensional que oscila entre o mínimo de 0, na situação de perfeita igualdade, ao máximo de $(1-1/n)$, na situação de perfeita desigualdade (HOFFMANN, 1998a).

O índice de Gini é um dos indicadores de distribuição de renda mais freqüentes da literatura e sua principal virtude está na facilidade de compreensão, já que possui uma relação direta com a curva de Lorenz. Satisfaz também algumas propriedades matemáticas interessantes, como o princípio de *Pigou-Dalton*, segundo o qual uma transferência regressiva de renda, ou seja, de uma pessoa mais pobre para outra menos pobre, deverá provocar um aumento da desigualdade⁵⁵.

O Brasil apresenta historicamente uma desigualdade extrema, com índice de Gini próximo a 0,6. Este valor indica uma desigualdade brutal e rara no resto do mundo, já que poucos países apresentam índice de Gini superior a 0,5. A Tabela 2.2 apresenta uma síntese de indicadores do relatório da *Human Development Report* (HDR) – Organização das Nações Unidas (ONU), de 2004, com a classificação de alguns países segundo o índice de Gini de suas distribuições de renda. Dos 127 países presentes no relatório, o Brasil apresenta o 8º pior índice de desigualdade do mundo, superando todos os países da América do Sul e ficando apenas à frente de sete países africanos.

Duas outras medidas de desigualdade podem ser observadas na Tabela 2.2: a massa de renda apropriada pelos relativamente mais pobres e relativamente mais ricos. Não há um critério rígido para definição de relativamente pobres ou ricos, embora seja comum representá-los segundo centésimos da população total: 10%, 20%, 40% ou 50% mais pobres, e 1%, 5% ou 10% mais ricos.

A análise da massa apropriada pelos relativamente pobres e ricos é muito simples e permite uma visualização mais concreta do que se passa nos extremos da distribuição de renda da população. Sabe-se, por exemplo, que os 10% brasileiros mais ricos concentram quase 50% da renda nacional, com uma parcela apropriada de renda 23 vezes superior aos 20% mais pobres. Relação de extrema desigualdade quando comparada a uma nação mais igualitária, como a japonesa, onde os 10% relativamente ricos possuem uma parcela de renda apenas 2 vezes superior à dos 20% mais pobres.

⁵⁵ A recíproca também é válida, ou seja, caso haja uma transferência progressiva de renda, de uma pessoas mais rica para outra menos rica, a desigualdade deve diminuir.

Tabela 2.2 – Renda apropriada e índice de Gini internacionais - 2004¹

Posição	País	% Renda Apropriada		Índice de Gini	Posição	País	% Renda Apropriada		Índice de Gini
		20% mais pobres	10% mais ricos				20% mais pobres	10% mais ricos	
1º	Hungria	7,7	22,8	0,244	101º	Venezuela	3,0	36,3	0,491
2º	Dinamarca	8,3	21,3	0,247	103º	Peru	2,9	37,2	0,498
3º	Japão	10,6	21,7	0,249	109º	Argentina	3,1	38,9	0,522
4º	Suécia	9,1	22,2	0,250	116º	Paraguai	2,2	43,6	0,568
5º	Bélgica	8,3	22,6	0,250	118º	Chile	3,3	47,0	0,571
34º	Índia	8,9	27,4	0,325	119º	Colômbia	2,7	46,5	0,576
75º	EUA	5,4	29,9	0,408	120º	Brasil	2,2	46,3	0,588
85º	Equador	3,3	41,6	0,437	124º	Serra Leoa	1,1	43,6	0,629
88º	Uruguai	4,8	33,5	0,446	125º	Botsuana	2,2	56,6	0,630
90º	China	4,7	33,1	0,447	126º	Lesoto	1,5	48,3	0,632
91º	Bolívia	4,0	32,0	0,447	127º	Namíbia	1,4	64,5	0,707

Fonte: Human Development Report (UNDP, 2004)

¹ Os anos de coletas das informações não coincidem, sendo que a maioria refere-se a meados de 2000.

A Figura 2.5 apresenta a evolução do índice de Gini e da massa apropriada pelos extremos da distribuição de renda *per capita* brasileira entre os anos de 1981 e 2004, adotando agora a análise da renda apropriada pelos 40% mais pobres e 10% mais ricos. Passados 23 anos, o cenário pouco se modificou e os relativamente pobres continuam tão pobres quanto antes: sua parcela de renda apropriada passou de 8% em 1981 para 9% em 2004. Já os relativamente ricos reduziram em apenas 1% a participação na renda apropriada total (de 46% em 1981 para 45% em 2004) e o índice de Gini chega a 2004 igual a 0,58, valor muito próximo aos 0,59 observado em 1981.

Pode-se também constatar que a desigualdade aumenta consideravelmente em períodos de hiperinflação. Os maiores índices de desigualdade são observados no final do governo Sarney em 1989 e no ano de 1993 após o final do desastroso governo Collor. Tanto 1989 quanto 1993 são anos de hiperinflação, com taxas anuais acumuladas iguais, respectivamente, a 1.964% e 2.589%⁵⁶.

⁵⁶ Estimativas realizadas considerando o INPC acumulado em 12 meses a partir de janeiro de cada ano (Fonte: IPEA. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acessado em: nov. 2005).

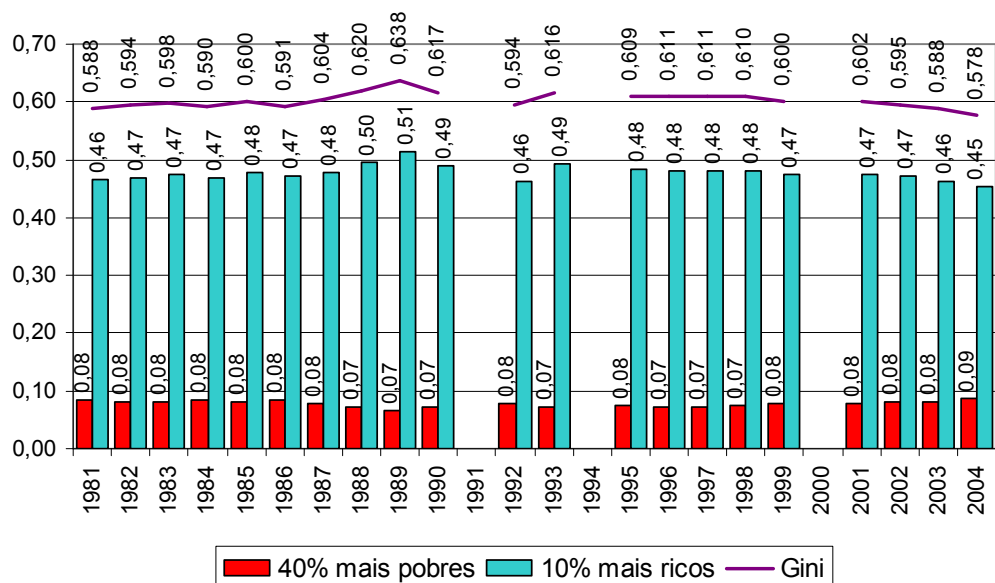


Figura 2.5 – Evolução da massa apropriada pelos relativamente pobres, relativamente ricos e índice de Gini – Brasil 1981 a 2004

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

Enquanto a massa de renda apropriada é um indicador mais sensível ao que se passa nos extremos da distribuição, o índice de Gini reflete mais precisamente o que se passa em termos distributivos nos segmentos de renda média, ou seja, é menos sensível à desigualdade associada à riqueza ou pobreza extremas (JANNUZZI, 2001). Analisando geometricamente a curva de Lorenz, percebe-se que um pequeno deslocamento no centro da distribuição gera uma área de desigualdade maior que um deslocamento proporcional em qualquer dos extremos da distribuição. É também o que se pode constatar comparando a desigualdade japonesa com a húngara. Os 20% japoneses mais pobres apropriam-se de uma parcela de renda superior aos 20% húngaros mais pobres, assim como os 10% japoneses mais ricos apropriam-se de uma parcela de renda inferior aos 10% húngaros mais ricos. Embora os húngaros tenham uma desigualdade significativamente maior nos extremos da distribuição, o Japão apresenta um índice de Gini superior à Hungria já que este acaba sendo influenciado pela maior desigualdade nas parcelas intermediárias da distribuição japonesa.

A massa de renda apropriada e o índice de Gini para todas as classes ocupacionais brasileiras em 1981 e 2004 podem ser observadas na Tabela 2.3. Para facilitar a interpretação dos resultados, foi também incorporada a razão entre a parcela de renda apropriada pelos 10%

mais ricos e 40% mais pobres, aqui denominado Índice de Concentração ($IC = \frac{\% \text{ Renda apropriada pelos } 10\% \text{ mais ricos}}{\% \text{ Renda apropriada pelos } 40\% \text{ mais pobres}}$). Tanto em relação ao índice de Gini

quanto ao IC, as classes dos trabalhadores assalariados agrícolas e não agrícolas são as mais igualitárias em termos distributivos de renda. Por outro lado, os profissionais autônomos e proprietários conta-própria agrícolas apresentam alguns dos piores índices de desigualdade.

Por sinal, o aumento da desigualdade entre 1981 e 2004 foi relativamente maior sobre as classes autônomas (C, F, H-1 e H-2), o que pode ser, em certa medida, justificado pelas mudanças percebidas na composição do mercado de trabalho: a automatização das empresas reduz os postos de trabalho da massa trabalhadora assalariada e aumenta a participação de subocupações informais relacionadas à prestação de serviços (ANTUNES, 2000). Enquanto alguns integrantes de famílias associadas às profissões autônomas mais qualificadas, típicas de classe média, conseguem boas oportunidades de geração de renda, uma crescente massa destes, dependentes de ocupados que encontram no trabalho autônomo um refúgio para o desemprego, continua à margem do mercado de trabalho.

As classes dos trabalhadores não remunerados agrícolas e não agrícolas apresentam os piores índices de desigualdade. Embora estes resultados apontem, mais uma vez, para a extrema heterogeneidade destes grupos, as análises ficam limitadas pela baixa significância das frequências observadas, principalmente para a classe dos não remunerados não agrícolas.

Tabela 2.3 – Índices de desigualdade segundo classes ocupacionais – Brasil 1981 e 2004

Estrutura Sócio-Ocupacional Familiar			1981					2004				
			% Rnd Aprop		IC (B/A)	Índice de Gini	T de Theil	% Rnd Aprop		IC (B/A)	Índice de Gini	T de Theil
			40% + pobres (A)	10% + ricos (B)				40% + pobres (A)	10% + ricos (B)			
Ocupados	Empregadores	A-1 Empregadores (> 10)	9,5	40,8	4,29	0,544	0,556	12,2	40,4	3,32	0,509	0,546
		A-2 Empregadores (<= 10)						11,1	38,0	3,43	0,508	0,483
		Total	9,5	40,8	4,29	0,544	0,556	10,6	40,6	3,85	0,532	0,564
	Profissionais Trabalhadores	C Profissionais Autônomos	9,7	41,8	4,32	0,548	0,566	8,8	43,4	4,93	0,567	0,615
		D Profissionais Assalariados	11,0	37,9	3,46	0,511	0,472	11,4	39,3	3,44	0,512	0,493
		Total	10,5	38,8	3,70	0,522	0,495	10,9	40,1	3,68	0,522	0,515
	Massa Trabalhadora Não Agrícola	F Trabalhadores Autônomos	13,1	34,0	2,60	0,462	0,392	11,8	35,4	3,00	0,488	0,424
		G Trabalhadores Assalariados	14,8	30,6	2,07	0,421	0,311	16,1	29,2	1,81	0,396	0,276
		I Trabalhadores Domésticos	13,3	28,9	2,17	0,430	0,314	14,5	30,4	2,10	0,425	0,313
		Total	14,1	31,9	2,26	0,436	0,340	14,2	31,9	2,24	0,435	0,337
	J-1 Não Remunerados Não Agrícolas		0,0	67,4	-	0,808	1,496	1,8	51,2	28,50	0,686	0,941
	Massa Trabalhadora Agrícola	H-1 Proprietários Conta Própria	12,5	38,2	3,05	0,491	0,490	9,7	39,8	4,11	0,538	0,542
		H-2 Trabalhadores Autônomos	13,6	33,0	2,42	0,443	0,349	11,7	39,5	3,38	0,511	0,534
		H-3 Trabalhadores Assalariados	16,5	28,4	1,72	0,388	0,264	16,2	28,4	1,76	0,397	0,268
		Total	14,0	34,8	2,48	0,454	0,410	12,1	36,9	3,06	0,491	0,457
	J-3 Não Remunerados Agrícolas		0,0	90,7	-	0,918	2,265	5,2	40,8	7,87	0,583	0,661
Sem Ocupação		SO Sem Ocupação Com Renda	7,9	48,8	6,19	0,609	0,751	8,8	45,5	5,16	0,577	0,671
		SOF Sem Ocupação Sem Renda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ignorado			8,7	44,7	5,17	0,577	1,359	7,0	42,5	6,07	0,586	1,716
Total			8,4	46,5	5,53	0,588	0,692	8,7	45,4	5,21	0,578	0,691

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

Uma limitação do índice de Gini refere-se à decomposição da desigualdade, ou seja, quando, a partir de uma população segmentada em grupos independentes, deseja-se decompor a desigualdade total em uma parcela devida à desigualdade dentro dos grupos e outra parcela devida à desigualdade entre os grupos. É o caso, por exemplo, de verificar se a desigualdade total brasileira é apenas um reflexo da desigualdade interna às classes ocupacionais, ou devida principalmente às diferenças entre elas.

O índice de Gini apresenta um complexo processo de decomposição, restando, em geral, uma parcela devida também à superposição dos grupos (HOFFMANN, 1998a). Nestas circunstâncias, o ideal seria utilizar o *índice T de Theil*, que além de satisfazer o mesmo princípio matemático de *Pigou-Dalton*, apresenta a grande vantagem da *decomposição linear*: “se os indivíduos estão segmentados em grupos mutuamente exclusivos e exaustivos, a desigualdade total de uma sociedade pode ser expressa em termos de um componente ocorrendo dentro de cada grupo e um componente ocorrendo entre os grupos” (GALBRAITH & BERNER, 2001, p. 19).

O índice T de Theil originou-se da teoria da informação. Foi uma das medidas de desigualdade desenvolvidas por Henry Theil em seu livro intitulado “Economics and Information Theory” de 1967 (HOFFMANN, 1998a). Theil adaptou os conceitos de *conteúdo informativo* e *entropia* derivados da teoria da informação para criar um índice em escala logarítmica que estima a desigualdade distributiva dos rendimentos: se todos os rendimentos forem iguais, o índice T de Theil será igual a zero; à medida que a dispersão cresce em torno da média, o índice aumenta, atingindo o máximo teórico dado pelo logaritmo natural do número de observações da população quando toda a renda estiver concentrada nas mãos de uma única pessoa.

Seja uma população de tamanho n e massa de rendimentos igual a Rnd , onde cada indivíduo i aproprie-se de uma massa de rendimentos equivalente a Rnd_i . A estimativa do índice T de Theil para esta população será dada pela expressão (2.2):

$$T \text{ de Theil} = \sum_{i=1}^n \frac{Rnd_i}{Rnd} \log n \frac{Rnd_i}{Rnd} \quad (2.2)$$

Enquanto o índice de Gini reflete mais o comportamento das camadas intermediárias da distribuição de renda, o T de Theil é mais sensível ao que ocorre no limite superior da distribuição, ou seja, às mudanças percebidas na renda dos relativamente ricos. Theil também argumentava que o fato do máximo do índice T de Theil ser variável, dependendo do número de pessoas da população, é uma propriedade conceitualmente desejável. Uma população de 2 habitantes, por exemplo, com toda renda concentrada apenas na mão de uma única pessoa, terá desigualdade dada por $T = \log 2$. Outra população, com 1.000 habitantes e renda também concentrada na mão de uma única pessoa, terá uma desigualdade maior, dada por $T = \log 1.000$. Fato perfeitamente razoável já que se trata de uma desigualdade muito mais brutal⁵⁷. Da mesma forma, Theil mostra que se a distribuição de renda é idêntica em duas populações com tamanhos distintos, os valores das desigualdades serão idênticos (GALBRAITH & BERNER, 2001).

Os índice T de Theil para as classes ocupacionais podem também ser visualizados na Tabela 2.3. Comparando a magnitude destes valores aos respectivos índices de Gini, nota-se que o T de Theil é proporcionalmente maior para as classes com as maiores desigualdades no extremo superior da distribuição de renda. Assim, as classes de profissionais autônomos, proprietários e trabalhadores agrícolas conta-própria, bem como trabalhadores não remunerados, destacam-se pela maior desigualdade devida, principalmente, à renda apropriada pelos relativamente ricos.

Mas a maior contribuição desta série do índice T de Theil refere-se à decomposição da desigualdade entre e dentro das classes ocupacionais. A Figura 2.6 apresenta a evolução do índice T de Theil para a distribuição de renda brasileira entre 1981 e 2004, onde é possível observar a parcela de desigualdade interna às classes (T de Theil dentro) e devida às diferenças nas parcelas de renda apropriadas entre elas (T de Theil entre). O comportamento geral do T de Theil é muito semelhante ao constatado para o índice de Gini e massa de renda apropriada (Figura 2.5). Também se observa que a parcela de desigualdade devida às diferenças entre as classes gira em torno de 30% em todo o período analisado, com uma

⁵⁷ Segundo o Prof. Rodolfo Hoffmann, na prática esta propriedade pouco diferencia o T de Theil do índice de Gini. Para uma população de apenas 2 pessoas, o valor máximo para o índice de Gini seria de 0,5, enquanto que para o T de Theil seria de 0,69 ($\log 2$). E, embora o índice de Gini apresente um valor máximo igual a 1, em raríssimas situações se observa um T de Theil superior a 1.

redução mais significativa, de 31% para 27%, entre 1990 e 1992⁵⁸, voltando ao patamar de 31% em 1995. Em 2004, as diferenças existentes entre as classes ocupacionais correspondiam a 29% da desigualdade total brasileira, enquanto os outros 71% correspondiam à própria desigualdade dentro das classes ocupacionais.

Embora não seja possível julgar a eficiência das classes ocupacionais na explicação das desigualdades distributivas, já que não há um critério de segmentação alternativo para comparação, estes resultados sugerem que, mesmo havendo diferenças significativas entre as parcelas de renda apropriadas entre as classes ocupacionais, as maiores diferenças remetem-se à própria desigualdade interna às classes, ou seja, às diferentes parcelas de renda apropriadas pelos indivíduos de uma mesma classe ocupacional. Em outras palavras, sinalizam que as classes ocupacionais ainda são demasiadamente heterogêneas no que se refere à distribuição dos rendimentos *per capita*, diferenças estas que poderiam ser minimizadas com a incorporação de um critério alternativo de segmentação internamente às classes.

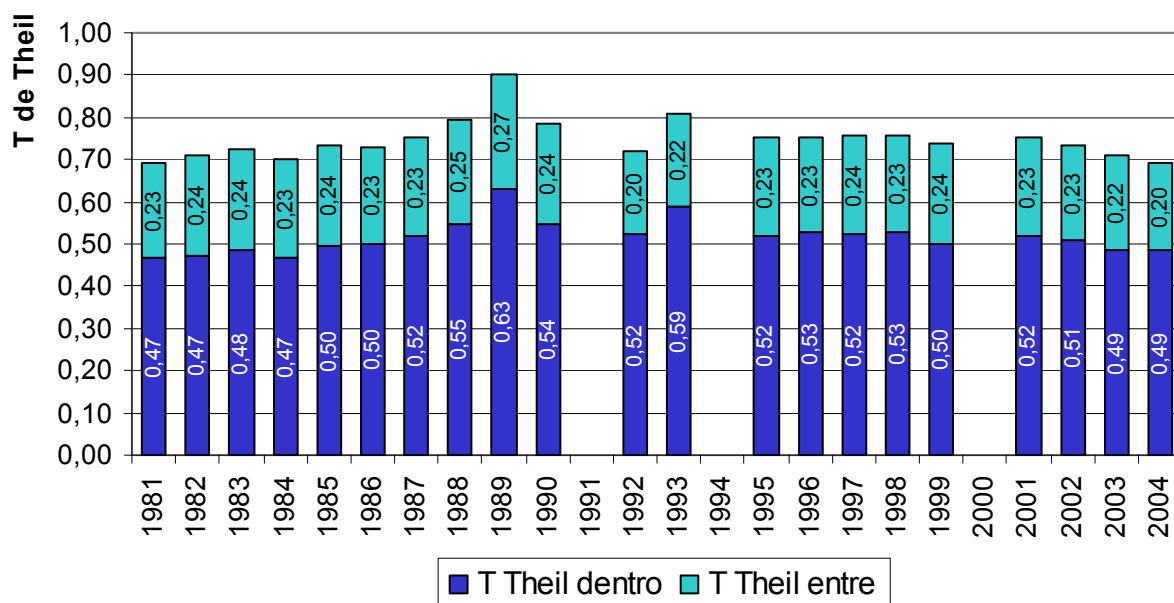


Figura 2.6 – Evolução do T de Theil dentro e entre as classes ocupacionais – Brasil 1981 a 2004

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

⁵⁸ Mudança esta que pode ser creditada, entre outras coisas, às mudanças metodológicas implementadas na PNAD em 1992.

2.2.3.1 Renda relativa

Como último recurso de análise da distribuição dos rendimentos, será apresentada uma medida pontual das diferenças relativas entre as rendas *per capita* das classes ocupacionais. Já se sabe que os índices de Gini e T de Theil sintetizam o comportamento de uma distribuição em uma única medida de desigualdade. Entre estes, o índice T de Theil apresenta a importante propriedade da decomposição linear, permitindo que a desigualdade seja perfeitamente desagregada em uma parcela devida à desigualdade interna aos grupos, e outra devida às diferenças entre estes.

O princípio de desagregação do índice de Theil está na ponderação das contribuições parciais das rendas apropriadas por cada estrato de uma população. Seja uma população com massa de rendimentos igual a Rnd e tamanho igual a Pop . E sejam k estratos desta população, cada um com massa apropriada de rendimentos igual a Rnd_{es} e tamanho igual a Pop_{es} . A estimativa do índice T de Theil para a desigualdade entre os estratos seria dada por:

$$T_{entre} = \sum_{es=1}^k \frac{Rnd_{es}}{Rnd} \log \frac{Rnd_{es} / Rnd}{Pop_{es} / Pop} \quad (2.3)$$

Em outras palavras, pode-se dizer que o a desigualdade T entre os estratos é uma função da proporção de renda apropriada (Rnd_{es}/Rnd) e da proporção da população em cada estrato (Pop_{es}/Pop), ou, como pode ser facilmente demonstrado, uma função das *médias relativas* (μ_{es}^R) de cada estrato es :

$$\mu_{es}^R = \frac{Rnd_{es} / Rnd}{Pop_{es} / Pop} = \frac{Rnd_{es}}{Pop_{es}} * \frac{Pop}{Rnd} = \frac{\mu_{es}}{\mu} \quad (2.4)$$

Onde μ_{es} é o rendimento médio do estrato es e μ é o rendimento médio da população.

Chega-se, portanto, a um estimador do grau de concentração de cada classe ocupacional em relação à população total, ou seja, ao invés de uma estimativa agregada das diferenças distributivas entre os grupos da população, uma estimativa relativa e pontual para cada classe ocupacional. Uma μ_{es}^R unitária indicaria falta de distinção do estrato es em relação à concentração de renda, significando que sua parcela apropriada de renda é idêntica a sua parcela da população ou, em outras palavras, que a renda média do estrato é a mesma da população.

A Tabela 2.4 apresenta a percentagem de renda, percentagem da população e a μ^R para cada classe ocupacional nos anos de 1981 e 2004. As classes que mais concentram renda apresentam índices superiores a 1 e são: empregadores e profissionais. Os empreendedores A-1, por exemplo, possuíam em 2004 uma proporção da renda 6 vezes superior à respectiva proporção da população ou, em outras palavras, uma renda *per capita* quase 6 vezes superior à média nacional. Os integrantes de famílias de empregadores também concentraram os maiores ganhos relativos de renda entre 1981 e 2004, com μ^R que passou de 2,5 para 2,8 no período. Os integrantes de famílias de profissionais assalariados perderam participação na massa de rendimentos total, mas em 2004 ainda mantinham uma concentração de renda 60% superior à população do grupo.

No outro extremo, as classes com renda *per capita* inferior à média nacional apresentam μ^R inferior a 1 e agregam ampla maioria da população (73%). Os integrantes de famílias de assalariados agrícolas, por exemplo, possuem uma renda *per capita* que representa apenas 34% da média nacional.

Tabela 2.4 – Médias relativas das classes ocupacionais – Brasil 1981 e 2004

Estrutura Sócio-Ocupacional Familiar			1981			2004		
			% Rnd	% Pop	□ ^R	% Rnd	% Pop	□ ^R
Ocupados	Empregadores	A-1 Empregadores (> 10)	11,8	4,7	2,51	3,3	0,5	5,97
		A-2 Empregadores (<= 10)				10,1	4,2	2,40
		Total	11,8	4,7	2,51	13,4	4,7	2,81
	Profissionais Trabalhadores	C Profissionais Autônomos	6,2	4,3	1,44	7,5	4,6	1,62
		D Profissionais Assalariados	37,2	17,8	2,09	33,0	20,5	1,61
		Total	43,4	22,1	1,97	40,5	25,1	1,61
	Massa Trabalhadora Não Agrícola	F Trabalhadores Autônomos	7,7	9,6	0,80	7,7	10,3	0,74
		G Trabalhadores Assalariados	18,5	27,0	0,69	14,1	22,5	0,63
		I Trabalhadores Domésticos	0,8	1,9	0,44	1,8	4,1	0,43
		Total	27,1	38,5	0,70	23,5	37,0	0,64
	J-1 Não Remunerados Não Agrícolas		0,0	0,0	1,20	0,2	0,2	0,97
	Massa Trabalhadora Agrícola	H-1 Proprietários Conta Própria	5,3	13,1	0,40	3,1	6,3	0,49
		H-2 Trabalhadores Autônomos	0,2	0,7	0,32	0,2	0,5	0,33
		H-3 Trabalhadores Assalariados	3,2	10,0	0,32	1,9	5,7	0,34
		Total	8,7	23,9	0,37	5,2	12,5	0,41
	J-3 Não Remunerados Agrícolas		0,0	0,1	0,05	0,8	1,8	0,42
Sem Ocupação	SO Sem Ocupação Com Renda	8,5	8,8	0,97	15,5	14,5	1,06	
	SOF Sem Ocupação Sem Renda	0,0	1,2	0,00	0,0	2,0	0,00	
Ignorado			0,5	0,7	0,65	1,1	2,1	0,52
Total			100,0	100,0	1,00	100,0	100,0	1,00

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

A Figura 2.7 apresenta a evolução histórica para a μ^R das cinco principais classes ocupacionais brasileiras entre 1981 e 2004, permitindo uma análise mais pontual dos ganhos e perdas relativas nos períodos econômicos evidenciados. A vantagem desta análise em relação à simples comparação das médias de cada classe ocupacional está na identificação de ganhos relativos e não simplesmente variações absolutas. Em outras palavras, todas as classes podem, por exemplo, perder renda em determinado período histórico, mas uma delas, ao perder menos que as outras, iria apresentar ganho relativo em relação às demais.

A evolução das médias relativas indica que o crescimento da desigualdade entre as classes, observado pelo índice T de Theil entre 1993 e 1995, deve-se, sobretudo, ao maior distanciamento entre a classe dos empregadores e as demais classes ocupacionais. Verifica-se

também uma maior sensibilidade da μ^R da classe dos empregadores frente às oscilações econômicas do período analisado. São os integrantes de famílias de empregadores, por exemplo, os maiores beneficiados com os ganhos econômicos evidenciados no plano Cruzado de 1986 e no período de recuperação econômica pós-Collor entre 1992 e 1996, momentos em que aumentam consideravelmente a concentração de renda em relação aos integrantes das demais classes ocupacionais.

A classe dos profissionais apresenta uma tênue e contínua tendência de redução da concentração de renda desde 1981, apontando para a diminuição do distanciamento entre os integrantes deste grupo, com supostos padrões de classe média, em relação às classes das massas trabalhadoras brasileiras.

Importante também destacar que os sem ocupação com renda se resguardaram em alguns períodos de perdas econômicas, passando a concentrar mais renda na crise do governo Collor entre 1990 e 1992, no segundo mandato do governo FHC e início do governo Lula entre 1999 e 2004. Estes mantêm uma μ^R que oscila entre 0,9 e 1,1 mostrando, de maneira geral, um comportamento médio semelhante ao evidenciado na população, ou seja, não se distinguem em relação à população total.

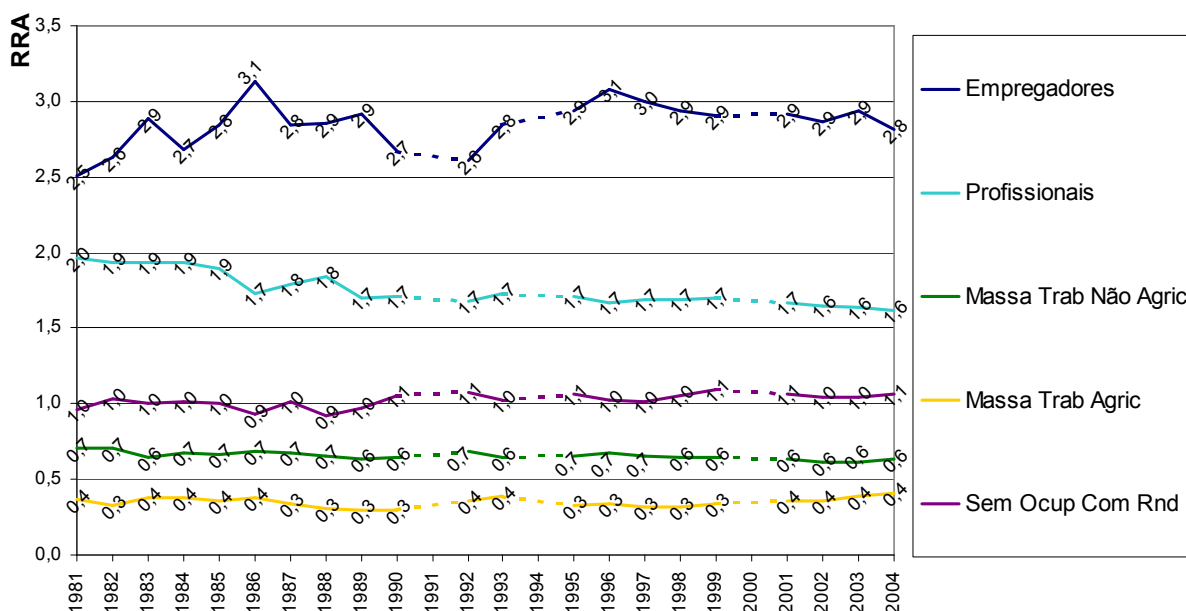


Figura 2.7 – Razão de renda apropriada segundo classes ocupacionais – Brasil 1981 a 2004

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

2.3 Estratos sociais

Ao mesmo tempo que as análises apresentadas na primeira parte deste capítulo forneceram valiosas informações sobre as distribuições de rendimentos das classes ocupacionais, também evidenciaram a necessidade da complementação da metodologia de estratificação social para que esta passe a captar com maior precisão os diferentes padrões de bem-estar das famílias brasileiras. Uma sugestão para reduzir as significativas diferenças observadas nos níveis de bem-estar dos integrantes de uma mesma classe ocupacional seria, pois, a definição de um critério de segmentação destes grupos segundo faixas de renda *per capita*.

Nesta segunda parte do trabalho será apresentada o critério de segmentação por faixas de renda *per capita* proposto por Waldir Quadros, orientador desta tese de doutorado. Não pretende-se, todavia, defender a eficiência desta metodologia em definir limiares de pobreza ou classe média, ou seja, valores acima dos quais as pessoas deixariam de ser consideradas pobres ou passariam a ser consideradas de classe média, respectivamente. Mesmo porque, trata-se de um critério provisório de classificação, em constante aperfeiçoamento, utilizado neste trabalho, sobretudo, para reduzir a heterogeneidade existente dentro das classes ocupacionais.

Embora a classificação dos integrantes familiares seja feita em relação à renda *per capita*, o procedimento pode ser melhor compreendido a partir da situação das famílias em relação à renda familiar. A partir de valores próximos a múltiplos de salários mínimos de janeiro de 2005, período de referência dos valores deflacionados neste trabalho, foram definidas faixas normativas de renda familiar mais ou menos condizentes com distintos padrões de vida de uma família padrão brasileira⁵⁹ que, ao mesmo tempo, discriminassem parcelas diferenciadas da população, próximas aos 40% mais pobres, os 10% e os 5% mais ricos. Assim, a partir de múltiplos de 265 reais, valor aproximado do salário mínimo vigente em janeiro de 2005 (260 reais), foram definidos cinco estratos econômicos para a população brasileira (Tabela 2.5): i) superior; ii) médio; iii) baixo; iv) inferior; v) ínfimo.

⁵⁹ Adotou-se como padrão de análise uma família composta por um casal e dois filhos.

Tabela 2.5 – Estratos econômicos segundo faixas de renda familiar –Brasil 2004¹

Estrato Econômico Familiar	Faixas de Salário Mínimo (SM)	Faixas de Renda Familiar (R\$)	% da População em 2004
Superior	20 SM ou mais	5.300 ou mais	3,5%
Médio	10 — 20 SM	2.650 — 5.300	7,3%
Baixo	4 — 10 SM	1.060 — 2.650	24,6%
Inferior	2 — 4 SM	530 — 1.060	28,4%
Ínfimo	Menos de 2 SM	Menos de 530	36,1%

¹ As percentagens excluem os 2,822 milhões de integrantes familiares com rendimentos *per capita* ignorados.

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

Enquanto os estratos superior, médio e baixo representariam padrões de uma família de classe média brasileira, os estratos inferior e ínfimo estariam mais associados à massa de pobres e miseráveis do país.

Para obter os valores iniciais e finais de cada faixa de renda *per capita* bastaria dividir os limites das rendas familiares pelo tamanho padrão de uma família brasileira. Antes, porém, é necessário considerar a existência de diferenças significativas no que concerne à estrutura de consumo e preços ao consumidor nas diferentes áreas do território brasileiro (ROCHA, 1997, p. 316): “há estudos suficientes (*Endef – Estudo Nacional de Despesa Familiar; POF – Pesquisa de Orçamento Familiar; SNIPC – Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor*) mostrando que estrutura de consumo e preços são bastante diferenciados através do país”.

Identificar padrões familiares distintos para cada região geográfica traria, pois, maior confiabilidade à análise. Isto porque os padrões familiares são mais homogêneos dentro de cada região geográfica e, desta forma, a classificação segundo faixas de renda estaria precisamente relacionada à região de procedência familiar. Limitado sobretudo pelo desenho amostral da PNAD e seu grau de desagregação territorial, foram identificadas três regiões com características razoavelmente semelhantes: A) Região Sudeste e Sul; B) Região Centro-Oeste, Norte e Regiões Metropolitanas do Nordeste; C) demais localidades da Região Nordeste.

Em cada uma destas três regiões geográficas, considerou-se as diferenças nos padrões familiares representadas, neste trabalho, pelo tamanho médio das famílias e pela estrutura de ponderações dos valores de corte das faixas de renda *per capita*. Partindo do pressuposto que os limites de rendas familiares apresentadas na Tabela 2.5 ($RF_1=530$; $RF_2=1.060$; $RF_3=2.650$;

$RF_4=5.300$) representem padrões econômicos predominantes na região A (Sudeste e Sul), as faixas de cada região geográfica podem ser expressas por proporções destes valores, considerando também os respectivos tamanhos médios familiares (TF_A , TF_B ou TF_C), como mostra a Tabela 2.6.

Tabela 2.6 – Faixas de renda *per capita* segundo regiões geográficas

Região Geográfica	Estrato Econômico	Faixas de Renda <i>per Capita</i>	
A) Sudeste e Sul	Superior	RF_4/TF_A	—
	Médio	RF_3/TF_A	— RF_4/TF_A
	Baixo	RF_2/TF_A	— RF_3/TF_A
	Inferior	RF_1/TF_A	— RF_2/TF_A
	Ínfimo	0	— RF_1/TF_A
B) Regiões Centro-Oeste, Norte e Metrópolitanas do Nordeste	Superior	$RF_4/TF_B*0,8750$	—
	Médio	$RF_3/TF_B*0,8750$	— $RF_4/TF_B*0,8750$
	Baixo	$RF_2/TF_B*0,8125$	— $RF_3/TF_B*0,8750$
	Inferior	$RF_1/TF_B*0,7500$	— $RF_2/TF_B*0,8125$
	Ínfimo	0	— $RF_1/TF_B*0,7500$
C) Demais Localidades do Nordeste	Superior	$RF_4/TF_C*0,7500$	—
	Médio	$RF_3/TF_C*0,7500$	— $RF_4/TF_C*0,7500$
	Baixo	$RF_2/TF_C*0,6250$	— $RF_3/TF_C*0,7500$
	Inferior	$RF_1/TF_C*0,5000$	— $RF_2/TF_C*0,6250$
	Ínfimo	0	— $RF_1/TF_C*0,5000$

Segundo a estrutura de ponderações da Tabela 2.6, independentemente do tamanho médio familiar, as regiões geográficas B e C possuem padrões econômicos inferiores ao da região A, que variam de intensidade conforme o estrato econômico. A estrutura de ponderações mostra, por exemplo, que o padrão econômico do nível superior na região B corresponde a apenas 87,5% do padrão superior da região A, enquanto que, na mesma região B, o padrão do estrato baixo corresponde a 81,25% do padrão do estrato médio da região A.

O pressuposto por trás destas diferenças na estrutura ponderações está nos hábitos de consumo das famílias em cada estrato econômico. Para os mais pobres, os itens alimentares teriam maior peso na cesta de consumo das famílias e, como as diferenças dos preços destes produtos entre as regiões seriam maiores, haveria, conseqüentemente, maior diferença entre valores das faixas de renda *per capita* dos estratos inferior e ínfimo. Para os estratos mais

abastados, haveria maior peso para itens não alimentares (vestuário, habitação, transporte, saúde, educação, entre outros), que apresentariam menores diferenças relativas de preços entre as regiões e, conseqüentemente, geram menores diferenças entre valores das faixas de renda *per capita* para os estratos baixo, médio e superior.

Já o tamanho médio familiar funciona como uma espécie de *padronizador* dos limites das faixas de renda *per capita*. É uma maneira de atribuir maior importância à renda familiar na definição dos estratos econômicos, corrigindo as diferenças nos tamanhos médios das famílias entre as regiões para definir os valores de renda *per capita*. Assim, os limites das faixas de renda *per capita* serão maiores nas regiões mais desenvolvidas, onde o tamanho familiar médio é menor. Esta análise parte do pressuposto que, supondo rendas familiares idênticas, as famílias das regiões mais desenvolvidas apresentariam, em média, rendas *per capita* maiores mas, em termos relativos, estariam em posições equivalentes de padrões familiares. Não há, entretanto, diferenças significativas entre a padronização pelos tamanhos médios regionais e um critério absoluto, que adote um tamanho médio único para toda a população, já que a diferença máxima observada entre as médias regionais e a média brasileira era de apenas 11% em 2000⁶⁰.

Resolvendo as expressões da Tabela 2.6 com os tamanhos familiares observados no Censo Demográfico de 2000, a Tabela 2.7 apresenta as faixas de renda *per capita* adotadas neste trabalho como base de análise dos estratos econômicos em cada região geográfica, que passarão a ser aqui denominados *estratos sociais*⁶¹.

⁶⁰ A diferença máxima está na região C, onde o tamanho médio familiar era de 3,84 em 2000, contra uma média nacional de 3,45 integrantes.

⁶¹ Foi adotado o ano de 2000 como base de análise para padronizar os resultados aos apresentados no quarto e principal capítulo deste trabalho.

Tabela 2.7 – Faixas de renda *per capita* padronizada segundo regiões geográficas

Região Geográfica	Tamanho Médio Familiar em 2000	Estrato Econômico	Faixas de Renda <i>per Capita</i>	
A) Sudeste e Sul	3,28	Superior	1.615,9	--
		Médio	807,9	-- 1.615,9
		Baixo	323,2	-- 807,9
		Inferior	161,6	-- 323,2
		Ínfimo	0,0	-- 161,6
B) Centro-Oeste, Norte e Regiões Metropolitanas do Nordeste	3,60	Superior	1.288,2	--
		Médio	644,1	-- 1.288,2
		Baixo	239,2	-- 644,1
		Inferior	110,4	-- 239,2
		Ínfimo	0,0	-- 110,4
C) Demais Localidades do Nordeste	3,84	Superior	1.035,2	--
		Médio	517,6	-- 1.035,2
		Baixo	172,5	-- 517,6
		Inferior	69,0	-- 172,5
		Ínfimo	0,0	-- 69,0

Não se pretende defender neste trabalho o critério de agregação e diferenciação dos padrões econômicos destas regiões geográficas, que são valores normativos definidos pelo pesquisador com base na sua experiência em análise da sociedade. Uma estrutura de ponderações mais precisa poderá ser obtida quando forem analisados os hábitos de consumo das classes populacionais a partir dos dados da POF (Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE), da mesma forma que o emprego de técnicas estatísticas de análise multivariada aplicadas a variáveis sócio-econômicas dos espaços territoriais identificados pela PNAD poderiam obter uma delimitação mais apurada das regiões geográficas e seus padrões relativos de bem-estar familiar⁶². Embora a atribuição de ponderações normativas entre as regiões envolva valores facilmente questionáveis, deve-se considerar que os resultados aqui apresentados constituem apenas uma correção inicial para as brutais desigualdades existentes no território nacional que, caso sejam desconsideradas, estariam gerando ainda maiores distorções analíticas. A proposta apresentada é um primeiro passo da metodologia de análise que se pretende aprimorar em futuros desdobramentos deste trabalho.

⁶² As análises apresentadas no quarto capítulo permitem, também, um retrato mais apurado das regiões relativamente homogêneas do território nacional.

Pode-se também afirmar que as ponderações adotadas entre as regiões são, de certa forma, conservadoras, já que estudos do gênero constataam diferenças ainda mais acentuadas entre as regiões brasileiras no que se refere, por exemplo, à definição de linhas de pobreza com base em estruturas de consumo observadas empiricamente (ROCHA, 1997)⁶³.

2.3.1 Estrutura social brasileira

Ciente que a segmentação segundo faixas de renda *per capita* cumpra um importante papel na distinção dos padrões de bem-estar da população, as classes ocupacionais serão combinadas aos estratos sociais para definir a aqui denominada *estrutura social* da população brasileira. Cada categoria econômica definida pelo cruzamento entre uma faixa de renda *per capita* e uma classe ocupacional será aqui denominada *camada de classe*, ou *camada social*.

Embora a classe ocupacional seja um importante fator de diferenciação da oportunidade de geração de renda da população, não exige o surgimento de significativas distinções no nível de bem-estar de seus integrantes. Como pode ser observado a partir das informações da Tabela 2.8, há, por exemplo, entre integrantes de famílias de empreendedores A-1, quase metade da população (46%) no estrato superior, embora 2% estejam no estrato inferior de pobreza. No outro extremo, os integrantes familiares da massa trabalhadora agrícola são compostos, principalmente, por miseráveis do estrato ínfimo (49% da população), o que não exige a possibilidade de alguns poucos classificados no estrato médio (2%) ou, mais raros ainda, no estrato superior (0,3%).

Fica clara, entretanto, a hierarquia social das classes ocupacionais sob a forma de distribuição entre os cinco estratos econômicos. As classes dos empregadores e profissionais pertencem, majoritariamente, aos três primeiros níveis econômicos, com frequências relativas superiores às médias nacionais nos estratos superior, médio e baixo. Há um predomínio de pobres e miseráveis dos dois últimos estratos econômicos entre integrantes familiares da massa trabalhadora não agrícola. Já a classe dos trabalhadores agrícolas, assim como dos trabalhadores não remunerados, fica na base da pirâmide social, com uma ampla massa de miseráveis do último estrato econômico.

63 ROCHA (1997), por exemplo, estima uma linha de pobreza equivalente a US\$ 62 para as áreas urbanas e US\$ 37 para as áreas rurais da Região Nordeste em 1992, contra uma linha de pobreza equivalente a US\$ 74 para as áreas urbanas não metropolitanas do Estado de São Paulo. Uma diferença de 16% para as áreas urbana e de 50% para as áreas rurais da Região Nordeste em relação às áreas urbana de São Paulo. Se forem comparadas aos valores da região metropolitana de São Paulo a diferença é ainda maior. Neste trabalho, a diferença entre o limite superior do estrato inferior na região C e o limite equivalente na região A, por exemplo, é de 36%.

A heterogeneidade observada entre os rendimentos *per capita* das classes autônomas em relação às assalariadas também se reflete na classificação econômica destes grupos sociais. Embora haja mais relativamente ricos entre integrantes das classes autônomas que entre integrantes das classes assalariadas, há também mais pobres entre autônomos que entre assalariados. Entre os integrantes da classe de profissionais autônomos, por exemplo, há 9,2% da população no estrato superior, contra 8,6% dos integrantes da classe de profissionais assalariados. Por outro lado, 16% dos integrantes da classe autônoma desta categoria estão no estrato ínfimo, contra apenas 10% dos integrantes da classe assalariada.

Tabela 2.8 – Estrutura social – Brasil 2004

Estrutura Sócio-Ocupacional Familiar			Estrato Social						N Pessoas	
			Superior	Médio	Baixo	Inferior	Ínfimo	Ignorado	Total	%
Ocupados	Empregadores	A-1 Empregadores (> 10)	46,1	32,3	19,8	1,8	0,0	0,0	1.000.267	100,0
		A-2 Empregadores (<= 10)	16,2	24,3	39,3	15,7	4,6	0,0	7.645.187	100,0
		Total	19,6	25,2	37,1	14,1	4,1	0,0	8.645.454	100,0
	Profissionais Trabalhadores	C Profissionais Autônomos	9,2	14,9	34,8	25,1	15,9	0,0	8.359.910	100,0
		D Profissionais Assalariados	8,6	15,5	39,3	26,4	10,0	0,1	37.296.536	100,0
		Total	8,7	15,4	38,5	26,2	11,1	0,1	45.656.446	100,0
	Massa Trabalhadora Não Agrícola	F Trabalhadores Autônomos	1,1	5,7	29,2	32,7	31,2	0,0	18.829.353	100,0
		G Trabalhadores Assalariados	0,3	2,2	25,9	41,7	29,9	0,0	40.914.936	100,0
		I Trabalhadores Domésticos	0,1	0,6	14,6	32,7	51,9	0,1	7.555.154	100,0
		Total	0,5	3,0	25,5	38,2	32,7	0,0	67.299.443	100,0
	J-1 Não Remunerados Não Agrícolas		4,3	7,6	25,3	20,1	42,7	0,0	335.785	100,0
	Massa Trabalhadora Agrícola	H-1 Proprietários Conta Própria	0,7	2,8	21,6	31,1	43,9	0,0	11.506.784	100,0
		H-2 Trabalhadores Autônomos	0,2	1,3	10,8	30,9	56,8	0,0	933.982	100,0
		H-3 Trabalhadores Assalariados	0,0	0,3	9,6	35,2	54,8	0,0	10.347.218	100,0
		Total	0,4	1,6	15,7	32,9	49,4	0,0	22.787.984	100,0
	J-3 Não Remunerados Agrícolas		0,3	2,3	20,0	29,2	48,2	0,0	3.304.663	100,0
Sem Ocupação		SO Sem Ocupação Com Renda	4,5	8,4	30,3	30,5	26,2	0,1	26.481.336	100,0
		SOF Sem Ocupação Sem Renda	0,0	0,0	0,0	0,0	95,7	4,3	3.674.301	100,0
Ignorado			3,0	4,6	10,0	6,9	9,2	66,2	3.874.696	100,0
Total			4,1	7,7	27,9	30,6	28,1	1,6	182.060.108	100,0

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

Com o objetivo de resumir e, conseqüentemente, facilitar a apresentação dos resultados, é possível elaborar uma nova classificação dos estratos sociais para que estes identifiquem integrantes que estão abaixo dos padrões econômicos característicos de cada classe ocupacional. O que distingue, por exemplo, os integrantes de famílias de empregadores e profissionais, seriam os padrões de bem-estar próximos aos estratos superior, médio e baixo. Os integrantes destas classes associados aos estratos inferior e ínfimo estariam, pois, abaixo dos padrões característicos destes grupos sociais e serão aqui identificados como, o que convencionou-se denominar, *subclassificados*. Da mesma forma, os integrantes da classe de trabalhadores associados ao estrato ínfimo estariam abaixo dos padrões econômicos característicos deste grupo social, sendo também identificados como *subclassificados*. Por sinal, com exceção dos integrantes de famílias de empregadores, profissionais e sem ocupação com renda, são *subclassificados* somente aqueles pertencentes ao estrato ínfimo, já que prevalecem baixos padrões econômicos na maioria das classes ocupacionais (ver Tabela 2.9).

Desta convenção surgem, portanto, duas categorias econômicas para cada classe ocupacional: i) *classificados*: integrantes que não estão abaixo dos padrões econômicos característicos à classe ocupacional ao qual pertencem; ii) *subclassificados*: integrantes com padrões econômicos abaixo dos característicos à classe ocupacional ao qual pertencem. Além da significativa participação de integrantes com baixos padrões econômicos em todas as classes ocupacionais, representados pelos estratos inferior e ínfimo nas classes dos empregadores, profissionais e sem ocupação sem renda, assim como pelo estrato ínfimo nas demais classes ocupacionais, também destaca-se a hierarquia das camadas sociais sob a forma dos rendimentos médios. Os integrantes dos estratos inferior e ínfimo da classe dos empregadores possuem rendimento *per capita* superior aos mesmos subclassificados da classe dos profissionais. Da mesma forma, integrantes do estrato ínfimo da classe dos trabalhadores não agrícolas apresentam rendimento *per capita* superior em relação aos mesmos subclassificados das classes de trabalhadores agrícolas e não remunerados.

Ao mesmo tempo, ainda é possível observar que os estratos sociais cumprem uma importante função ao discriminarem padrões econômicos significativamente distintos de uma mesma classe ocupacional. Por exemplo, enquanto os integrantes do nível ínfimo na classe dos trabalhadores não remunerados não agrícolas (subclassificados) apresentam o segundo pior rendimento *per capita* da estrutura social (abaixo apenas dos rendimentos nulos da classe dos

sem ocupação sem renda), os integrantes melhor classificados economicamente desta classe (estratos superior, médio, baixo e inferior) apresentam rendimentos *per capita* equiparáveis à classe dos profissionais.

Tabela 2.9 – Estrutura social – Brasil 2004¹

Estrutura Social		Pessoas		N Famílias	Rnd Méd Fam	Rnd Per Cap
		Número	%			
Empregadores	Classificados (1,2,3)	7.076.941	81,9	2.140.500	4.323,7	1.307,7
	Subclassificados (4,5)	1.566.086	18,1	372.971	745,6	177,6
	Total	8.645.454	100,0	2.514.138	3.792,7	1.103,0
Profissionais Trabalhadores	Classificados (1,2,3)	28.592.298	62,6	9.700.148	2.675,8	908,0
	Subclassificados (4,5)	17.022.455	37,3	4.582.952	639,5	172,2
	Total	45.656.446	100,0	14.296.313	2.022,4	633,4
Massa Trabalhadora Não Agrícola	Classificados (1,2,3,4)	45.254.283	67,2	14.425.305	1.030,4	328,5
	Subclassificados (5)	22.017.670	32,7	5.303.345	362,0	87,2
	Total	67.299.443	100,0	19.737.859	850,7	249,5
Não Remunerados Não Agrícolas	Classificados (1,2,3,4)	192.513	57,3	77.870	1.598,4	646,5
	Subclassificados (5)	143.272	42,7	51.780	67,1	24,3
	Total	335.785	100,0	129.650	986,8	381,0
Massa Trabalhadora Agrícola	Classificados (1,2,3,4)	11.531.733	50,6	3.574.185	831,9	257,8
	Subclassificados (5)	11.254.271	49,4	2.437.147	294,5	63,8
	Total	22.787.984	100,0	6.011.827	614,0	162,0
Não Remunerados Agrícolas	Classificados (1,2,3,4)	1.713.027	51,8	663.792	731,9	283,6
	Subclassificados (5)	1.591.636	48,2	417.302	144,6	37,9
	Total	3.304.663	100,0	1.081.094	505,2	165,3
Sem Ocupação Com Renda	Classificados (1,2,3)	11.441.706	43,2	5.147.244	1.744,7	785,1
	Subclassificados (4,5)	15.017.622	56,7	5.012.681	409,4	136,7
	Total	26.481.336	100,0	10.168.517	1.085,9	417,0
Sem Ocupação Sem Renda		3.674.301	100,0	1.506.194	0,0	0,0
Total	Superior (1)	7.433.165	4,1	3.079.252	6.682,1	2.784,0
	Médio (2)	14.102.158	7,7	5.262.960	2.730,9	1.023,4
	Baixo (3)	50.711.376	27,9	17.815.350	1.223,9	431,0
	Inferior (4)	55.763.113	30,6	16.529.548	642,0	190,5
	Ínfimo (5)	51.228.210	28,1	12.997.360	288,6	73,3
	Classificados	105.802.501	58,1	35.729.044	1.753,1	592,1
	Subclassificados	72.287.313	39,7	19.684.372	406,3	110,4
	Total	182.060.108	100,0	56.579.383	1.277,1	397,6

¹ Foram excluídos do corpo da tabela, embora considerados nas percentagens, os integrantes da classe ocupacional e estrato social ignorados.

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

2.4 Conclusão

Definidas as classes ocupacionais a partir da inserção das famílias no mercado de trabalho, este capítulo procurou, inicialmente, descrever as distribuições de rendimentos destes agrupamentos sociais, identificando significativas distinções tanto na magnitude quanto na forma de distribuição. Ao mesmo tempo em que apresentaram valiosas informações sobre a composição das classes ocupacionais, as análises evidenciaram a necessidade de distinção dos integrantes de uma mesma classe em função de seus rendimentos *per capita*.

A conclusão geral deste capítulo é que, embora o estilo de vida familiar definido pela inserção do integrante melhor remunerado no mercado de trabalho seja um importante fator de diferenciação social, há que se considerar significativas diferenças nos níveis de bem-estar que surgem deste padrão de classificação. Estas diferenças são mais evidentes em se tratando de uma sociedade notadamente heterogênea como a brasileira, exigindo a incorporação de uma nova metodologia de diferenciação dos estratos econômicos em cada classe ocupacional.

Em um primeiro momento, buscou-se respaldar as análises identificando as principais limitações que podem surgir em estudos da distribuição de renda da população que utilizam fontes de dados provenientes das pesquisas domiciliares do IBGE, boa parte delas fruto do caráter autodeclarativo das informações. Entre as principais limitações, pode-se citar: subdeclaração dos rendimentos; número significativo de não declarações; falta de acurácia e precisão nas autodeclarações; deflacionamento dos rendimentos em períodos de hiperinflação; e definição da variável de estudo do nível de bem-estar.

A partir da distribuição de rendimentos das classes ocupacionais brasileiras segundo quantis de renda *per capita*, identificou-se a já esperada brutal assimetria das distribuições. Em todas as classes ocupacionais, é notória a concentração da população em estreitas faixas de baixos rendimentos *per capita* e a dispersão de poucos integrantes familiares em uma ampla faixa de rendimentos relativamente elevados. A baixa magnitude dos últimos quantis de renda *per capita* sugere que, mesmo considerando a subestimação dos rendimentos, não se pode afirmar que as grandes fortunas da sociedade estejam identificadas pela PNAD.

Constatou-se a hierarquia das classes sob a forma de domínio das distribuições acumuladas de renda *per capita*, ou seja, os quantis de renda *per capita* são maiores para as classes com maior prestígio social. Entretanto, a heterogeneidade de alguns grupos, principalmente integrantes de famílias de autônomos e de trabalhadores não remunerados, faz

com que esta hierarquia nem sempre seja respeitada. Enquanto algumas das mais respeitadas e especializadas posições ocupacionais são tipicamente do tipo liberal, exercidas de forma autônoma pelos seus ocupados, as recentes transformações no mercado de trabalho vêm incorporando nas classes ocupacionais autônomas uma crescente massa integrantes de famílias cujo maior rendimento está associado a ocupações informais e a subcategorias de emprego. O fato é que muitos responsáveis por famílias que perdem seus empregos assalariados e não conseguem uma nova inserção estável no mercado de trabalho acabam, muitas vezes, submetendo-se à prestação de serviços temporários (*bicos*) ou precários de forma autônoma.

Os rendimentos relativamente elevados de alguns trabalhadores não remunerados também provocam extremas desigualdades nestas classes ocupacionais. Embora significativa parcela destas classes não tenha qualquer fonte de rendimento e se autodeclare na mais absoluta miséria, há famílias de trabalhadores não remunerados que mantêm uma posição relativamente confortável graças aos rendimentos provenientes de fontes não relacionadas ao trabalho principal, tais como: doação, juros de poupança e investimento, aluguel, entre outros.

Em todas as análises, a classe dos sem ocupação com renda apresentou resultados relativamente semelhantes ao conjunto total da população brasileira. Estes resultados confirmam a hipótese que este grupo não se comporta como uma classe distinta, com características relativamente homogêneas, mas sim como um agregado residual gerado pelas limitações dos dados. Dentro deste grupo pode haver, por exemplo, desde dependentes de um simples trabalhador até de um Senador aposentado.

As melhores oportunidades de geração de renda estão também associadas à maior heterogeneidade dos rendimentos. O fato, por exemplo, dos integrantes de famílias de profissionais apresentarem os melhores rendimentos *per capita* não exige a existência de uma significativa massa deste grupo concentrada em baixos rendimentos. Embora as melhores oportunidades do mercado estejam mais acessíveis às classes mais privilegiadas (profissionais e empregadores, por exemplo), estas são limitadas e poucas famílias conseguem alcançá-las.

Para aprofundar a compreensão do comportamento da distribuição de renda, foram apresentados resultados para as principais medidas de desigualdade e concentração de renda encontradas na literatura (HOFFMANN, 1998b), que constataram a extrema desigualdade entre integrantes de classes distintas (desigualdade entre) ou mesmo entre integrantes de uma mesma classe ocupacional (desigualdade dentro). Pelo princípio de desagregação do índice T

de Theil, foi possível constatar que a desigualdade dentro das classes corresponde a cerca de 70% da desigualdade total, o que também sugere a necessidade de distinção dos rendimentos entre integrantes de uma mesma classe ocupacional.

A partir das rendas relativas de cada classe ocupacional (razão entre a massa de renda apropriada por cada classe e sua respectiva participação na população total) ainda foi possível estimar a relação de desigualdade entre as classes ocupacionais. Nesta análise, evidenciou-se que a classe dos empregadores, além de concentrar a maior parcela relativa de renda, ainda apresenta o comportamento mais sensível aos períodos de instabilidade, ou seja, perde e concentra renda com mais destreza que as demais classes ocupacionais. Já a classe dos profissionais perdeu a maior parcela relativa de renda ao longo do período analisado, reduzindo sua diferença em relação às demais classes ocupacionais menos privilegiadas.

As diferenças observadas sob a forma de distribuição de rendimentos dentro das classes ocupacionais apontaram a necessidade de incorporação de uma nova metodologia de classificação da população, capaz de identificar com maior precisão os diversos padrões de bem-estar que surgem entre integrantes de uma mesma classe. Propôs-se, então, a segmentação da população segundo faixas normativas de renda *per capita*, adotando um estrutura de ponderações que buscou atenuar as diferenças regionais na delimitação dos padrões de bem-estar das famílias brasileiras.

Desta forma, cada classe ocupacional pode ainda ser classificada em cinco estratos sociais (superior, médio, baixo, inferior e ínfimo), identificando padrões sociais mais ou menos condizentes à massa de miseráveis (ínfimo), pobres (inferior) e classe média (baixo, médio e superior). A análise da estrutura social, composta pelo cruzamento entre classes ocupacionais e estratos sociais, identificou a prevalência de baixos padrões econômicos em quase todas as classes. Enquanto as classes dos empregadores e profissionais são compostas, majoritariamente, por integrantes pertencentes aos três primeiros estratos sociais, há um predomínio de pobres e miseráveis dos dois últimos estratos econômicos nas demais classe ocupacionais.

Em síntese, acredita-se que a estrutura social seja, enfim, capaz de identificar padrões sócio-econômicos razoavelmente homogêneos da população brasileira. Entretanto, para que esta hipótese seja confirmada, é ainda necessária uma análise mais apurada sobre as características sócio-econômicas das camadas sociais, além da distribuição de rendimentos

apresentada neste capítulo. Ao mesmo tempo que se pretende confirmar o poder discriminatório da tipologia de estratificação social, espera-se que o perfil sócio-econômico das camadas a ser obtido no próximo capítulo forneça uma valiosa base teórica para análise da distribuição espacial de classes no território brasileiro.

Capítulo 3 – Padrões de relacionamentos da estrutura social

3.1 - Introdução

Definida a metodologia de estratificação sócio-econômica, combinando classes ocupacionais aos estratos sociais, o próximo passo é avaliar o poder discriminatório dos segmentos sociais formados, ou camadas sociais, analisando algumas das principais características relacionadas ao padrão social de seus integrantes familiares. Obtendo detalhes sobre a composição sócio-econômica das camadas sociais, pretende-se ainda fornecer elementos para a análise da distribuição espacial das classes entre os municípios brasileiros, a ser realizada no quarto e último capítulo deste trabalho.

Nos dois capítulos anteriores, procurou-se demonstrar como as camadas sociais representam, teoricamente, uma medida válida e confiável de segmentação da população. Estas análises basearam-se nos pressupostos teóricos que o estilo de vida das famílias está diretamente relacionado à inserção do integrante familiar melhor remunerado no mercado de trabalho, assim como o nível de bem-estar pode ser identificado a partir de faixas de renda familiar *per capita*. Entretanto, faz-se ainda necessário um estudo empírico mais apurado sobre o constructo teórico desta metodologia, ou seja, mensurar o grau de associação das camadas sociais a outras características que também estejam teoricamente relacionadas aos estilos de vida e aos níveis de bem-estar da população.

Este tipo de análise é o que a literatura costuma denominar de validade de constructo (CARMINES & ZELLER, 1979). A análise de validade é fundamental a qualquer medida estatística que se proponha a representar uma determinada característica da população. A validade refere-se à exatidão estatística e mede a capacidade de um estimador representar, em média, a característica populacional proposta. Se as camadas sociais se propõem a explicar a heterogeneidade dos padrões sócio-econômicos brasileiros, estas devem ser capazes de representar classes homogêneas da população segundo características associadas a este conceito.

Além da validade de constructo, de uso mais freqüente na literatura social, outras formas de validação são também comuns na análise estatística, como a validade de conteúdo e a validade de critério (EVANS, 1992). A validade de conteúdo relaciona-se à abrangência temática da medida empírica, ou seja, se a medida proposta reflete todas as dimensões analíticas do

problema. O conceito deve estar bem claro para que a análise possibilite verificar se todos os diferentes aspectos teóricos foram identificados. É o que foi feito, em certa medida, no primeiro capítulo, quando se buscou associar o estilo de vida à inserção no mercado de trabalho do integrante familiar melhor remunerado a partir de um breve relato bibliográfico da literatura social.

Por sua vez, validade de critério consiste em definir características relacionadas diretamente ao conceito estudado e verificar seu grau de associação empírica à medida proposta. Se as classes determinam as oportunidades de geração de renda, é de se esperar que o rendimento familiar *per capita* seja um importante critério de validação, como se procurou demonstrar no segundo capítulo.

Os esforços desta terceira parte do trabalho estarão centrados na validação de constructo, identificando o grau de associação entre as camadas sociais e as variáveis relacionadas ao padrão social da população. Como bem descrevem CARMINES & ZELLER (1979), a análise de constructo pode ser dividida em três partes principais: i) especificação teórica de uma possível relação entre a medida de estudo e outras variáveis correlacionadas; ii) determinação do grau de associação empírica entre as variáveis, e iii) interpretação dos resultados para a validação da medida estatística.

Se as camadas sociais definem distintos padrões sociais da população, seria ideal relacioná-las às características associadas à inserção no mercado de trabalho e produtos, prestígio social e poder político dos integrantes familiares. Entretanto, estas análises estão restritas às informações disponibilizadas pelas pesquisas domiciliares do IBGE e à subjetividade do tema, o que impõe sérias limitações empíricas à mensuração. Além da distribuição de renda abordada no segundo capítulo, a PNAD ainda permite interessantes análises sobre outras importantes características associadas ao padrão social dos integrantes familiares, entre elas sexo, cor ou raça, escolaridade, condição de atividade, acesso a seguridade social e infra-estrutura domiciliar.

A partir das informações disponibilizadas pela PNAD de 2004, deseja-se apresentar uma importante descrição do perfil sócio-econômico das camadas sociais. Os resultados fornecerão detalhes sobre a composição das camadas sociais e, ao mesmo tempo, serão um importante instrumento de validação do constructo teórico da metodologia. Algumas técnicas de análise estatística multivariada serão exploradas para viabilizar a análise dos múltiplos

relacionamentos entre as variáveis qualitativas associadas ao padrão social da população e as camadas sociais definidas pela metodologia de segmentação. A compreensão destas técnicas estatísticas será também fundamental para a análise das associações espaciais a serem apresentadas no próximo capítulo

Para cumprir tais objetivos, o capítulo foi dividido em duas partes principais: i) análise das características individuais de inserção das camadas sociais no mercado de trabalho, e ii) análise do padrão de desenvolvimento social dos domicílios familiares.

Na primeira parte, as camadas sociais serão relacionadas às condições de atividade de seus integrantes familiares (ocupado formal e informal, desocupado e inativo) e às características gerais dos indivíduos também associadas à inserção no mercado de trabalho (sexo, cor e escolaridade). Na segunda parte do capítulo, as camadas sociais serão analisadas segundo alguns indicadores de infra-estrutura domiciliar, importantes delimitadores do padrão de desenvolvimento social das localidades de origem dos integrantes familiares.

3.2 Inserção no mercado de trabalho

Antes de apresentar os resultados para a inserção das camadas sociais no mercado de trabalho, será feita uma breve descrição da metodologia de análise. Alguns indicadores foram construídos de modo a permitir a comparabilidade das informações das PNADs das décadas de 80 e 90, bem como àquelas do Censo Demográfico. Embora as análises aqui apresentadas restrinjam-se ao ano de 2004, optou-se por adaptar a metodologia para viabilizar comparações em futuros desdobramentos deste trabalho.

Iniciada nos países desenvolvidos em meados dos anos 60 e acentuada na primeira metade da década de 90, a expansão do desemprego e das formas precárias de inserção na atividade produtiva estimulou uma nova discussão quanto à mensuração das condições de atividade dos indivíduos (HOFFMANN & BRANDÃO, 1996). O contingente da população economicamente ativa tornou-se mais heterogêneo, obrigando as estatísticas a considerarem das novas formas de subemprego ao desemprego de longa duração e aquele oculto por tipos precários de ocupações.

O crescimento de contratos em tempo parcial, trabalhos temporários, esporádicos e irregulares (ANTUNES, 2000; MARSHALL, 1989) exigiu a construção de indicadores de ocupação mais desagregados, capazes de descrever mais precisamente o complexo contingente de ocupados. A operacionalização destes conceitos tornou-se mais delicada, merecendo uma

multiplicidade de estudos e interpretações para traduzir o universo de categorias de subempregos e trabalhos informais (FERREIRA, 1991).

Com o objetivo de obter maior comparabilidade entre as estatísticas internacionais, a 13ª e a 15ª Conferência dos Estatísticos do Trabalho da OIT (Organização Internacional do Trabalho)⁶⁴ definiram algumas recomendações operacionais para a classificação de subemprego e informalidade. Segundo HOFFMANN & BRANDÃO (1996), enquanto a 13ª Conferência recomendava que o subemprego fosse identificado pela diferença entre as horas trabalhadas e a jornada oficial de trabalho, a 15ª Conferência recomendava que o setor informal fosse identificado pelas pequenas unidades produtivas ou prestadoras de serviços onde prevalecessem: i) pequena escala e organização rudimentar; ii) contratação dos empregados baseada em relações familiares ou pessoais e informais; iii) empresa não juridicamente estabelecida, e iv) a não intenção deliberada de infringir as disposições legais vigentes.

Entretanto, ao identificar o subemprego segundo o critério de jornada inferior à legislação, a análise se limitaria aos empregados assalariados, já que empregadores e autônomos usualmente não possuem regras pré-estabelecidas de jornada trabalhista. Uma análise mais abrangente poderia ser obtida, por exemplo, por meio da identificação empírica das jornadas médias de cada categoria ocupacional. Seria possível, desta maneira, identificar aqueles que apresentam jornada muito inferior ou superior à média relativa de sua categoria e que estejam procurando ou disponíveis para trabalhos adicionais. Estas análises exigiriam esforços operacionais que não estão no escopo deste trabalho, ficando apenas como sugestão para estudos posteriores.

A partir de 1992, a PNAD passou também a identificar as subcategorias de trabalho em produção para autoconsumo, autoconstrução e trabalho não remunerado com jornada inferior a 15 horas semanais, permitindo uma maior abrangência e desagregação dos indicadores de ocupação. Entretanto, as estatísticas das décadas de 80, 90 e 00 ficariam incomparáveis caso não fosse adotada a caracterização mais conservadora de ocupação. Desta maneira, nesta parte da análise foram desconsideradas tais subcategorias de emprego e o trabalho não remunerado com jornada inferior a 15 horas semanais, classificando como ocupados apenas os indivíduos que, na semana de referência, tinham trabalho durante todo ou parte desse período (incluindo

⁶⁴ Realizadas, respectivamente, em 1982 e 1993.

as pessoas afastadas por motivo de férias, licença, greve, entre outros)⁶⁵, com conceito de trabalho associado a:

- i) *Ocupação remunerada* em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, entre outros) na produção de bens e serviços (inclusive serviços domésticos);
- ii) *Ocupação sem remuneração* na produção de bens e serviços, realizada durante pelo menos quinze horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar; a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo, ou como aprendiz ou estagiário.

Em relação à informalidade, sua identificação a partir do sistema produtivo ou prestador de serviços familiar pouco estruturado esconderia as recentes transformações no mercado de trabalho. Atualmente, mesmo em médias e grandes empresas plenamente estruturadas, é comum a contratação de empregados assalariados sob forma de prestação de serviços e sem o devido registro em carteira profissional. Este artifício corrente retira dos empregadores o ônus das contribuições previdenciárias, FGTS, férias e outras responsabilidades previstas pela legislação, repassando-o aos próprios contratados que acabam, muitas vezes, abrindo mão destas contribuições.

Para permitir maior abrangência do conceito em relação às posições ocupacionais, este trabalho optou pela identificação da informalidade associada à não contribuição previdenciária oficial⁶⁶. Esta caracterização abrange desde empregados que não possuem registro em carteira (já que esta obriga, por lei, a contribuição previdenciária oficial), até pequenos empregadores e prestadores de serviços que não contribuem para o sistema de previdência pública. A contribuição previdenciária privada não foi considerada para permitir a comparabilidade das informações das décadas de 80 e pós-90, já que somente a partir da PNAD de 1992 esta questão foi incorporada ao questionário. De qualquer forma, as contribuições à previdência

⁶⁵ Dos 84.596.294 (ou 46,5% da população) considerados ocupados em 2004 segundo a metodologia das décadas de 90 e 00, apenas 80.949.265 (ou 44,5% da população) seriam considerados como ocupados segundo a metodologia da década de 80 (Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor).

⁶⁶ O autor agradece a sugestão dada pelo Professor Cláudio Salvadori Dedecca.

privada ainda são mínimas e usualmente utilizadas de forma complementar à contribuição previdenciária pública⁶⁷.

Assim como as recentes transformações no mercado de trabalho exigiram uma certa flexibilização do conceito de ocupação, os indicadores de desemprego também precisaram ser adaptados à nova realidade. Aumentou o desemprego de longa duração e o número de trabalhadores desencorajados a procurar trabalho por considerarem inexistentes as oportunidades, exigindo uma maior abrangência para o prazo de procura por empregos⁶⁸. Durante a década de 80, a PNAD identificava prazos de procura equivalentes a uma semana, um mês, ou dois meses. A partir de 1992, passou também a identificar a procura por até um ano. Para viabilizar a comparabilidade dos indicadores entre as duas décadas de PNAD e aqueles do Censo a serem utilizados no próximo capítulo, foram classificados como desocupados os integrantes de 10 anos ou mais que não tinham trabalho na semana de referência e estavam procurando trabalho em um período inferior a 1 mês.

Além das mencionadas condições de atividade, o perfil das camadas sociais foi também analisado segundo características individuais definidas pelo sexo, cor ou raça e grau de escolaridade, já que estas informações também influenciam, direta ou indiretamente, a forma de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. As categorias analisadas são descritas na Tabela 3.1.

O quesito cor ou raça foi questionado experimentalmente na PNAD de 1982, passando a ser incorporado definitivamente a partir de 1984⁶⁹. De 1982 à PNAD de 1990, as categorias disponíveis eram: branca, parda, amarela e negra. Em 1992 a raça indígena foi dissociada da cor parda, criando uma nova categoria de classificação. Para permitir a comparabilidade das informações das décadas de 80, 90 e 00, os indígenas foram agregados à categoria *negros*, juntamente com os pretos e pardos. Os brancos e amarelos foram classificados como *não negros*.

⁶⁷ Entre os ocupados na semana de 2004, estimava-se em 2.422.110 (ou 2,9% dos ocupados) o número de contribuições a institutos de previdências privadas, sendo que destes apenas 474.289 (ou 19,6% das contribuições previdenciárias privadas) não contribuíam para um instituto de previdência pública (Fonte: PNAD, microdados, IBGE).

⁶⁸ Estas recomendações se fazem ainda mais necessárias quando os meios convencionais de procura de emprego são insuficientes, o mercado de trabalho for desorganizado ou quando há uma absorção insuficiente da mão-de-obra (HOFFMANN & BRANDÃO, 1996).

⁶⁹ Entretanto, no ano de 1984 a questão não foi declarada por 73% da população, e por 88% em 1985 (Fonte: PNAD, microdados, IBGE).

Tabela 3.1 – Características sócio-econômicas individuais

Variável	Indicador	Descrição
Sexo	Mulher	Pessoa do sexo feminino.
Cor	Negro	Pessoa que se autodeclarou da cor ou raça negra, parda, ou indígena.
Grau de Escolaridade	< 10 anos	Pessoa com menos de 10 anos de idade.
	Nunca Frequentou	Pessoa de 10 anos ou mais de idade que nunca frequentou uma escola.
	1º grau	Pessoa de 10 anos ou mais que possui 1º grau de escolaridade completo ou incompleto (1º e 2º ciclo do sistema antigo de ensino).
	2º grau	Pessoa de 10 anos ou mais que possui 2º grau de escolaridade completo ou incompleto (médio 2º ciclo do sistema antigo de ensino).
	3º grau	Pessoa de 10 anos ou mais que possui 3º grau de escolaridade completo ou incompleto.
Condição de atividade	< 10 anos	Pessoa com menos de 10 anos de idade, que ainda não se encontrava em idade ativa.
	Ocupado Formal (PO Formal)	Pessoa em idade ativa que tinha trabalho na semana de referência e contribuía para o INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), para o Instituto de Previdência Social Estadual, Municipal (inclusive os servidores das forças policiais ou militares auxiliares), ou para o Plano de Seguridade Social da União.
	Ocupado Informal (PO Informal)	Pessoa em idade ativa que na semana de referência tinha trabalho, mas não contribuía para qualquer um dos institutos de previdência acima mencionados.
	Desocupado (PD)	Pessoa em idade ativa que na semana de referência não tinha trabalho, e que procurou trabalho em um período inferior a 1 mês.
	Inativo (PNEA)	Pessoa em idade ativa que não estava ocupada na semana e não procurou trabalho em um período de 1 mês.

As categorias dos graus de escolaridade foram obtidas a partir da agregação de diversas combinações de características de educação dos moradores, considerando o grau e série que a pessoa frequentava ou tenha frequentado. Considerando o antigo e o atual sistema de ensino vigente no país, foram definidas 4 categorias básicas de escolaridade para as pessoas com 10 anos ou mais de idade: *nunca frequentou*, aqueles que não frequentam tampouco

tenham freqüentado uma escola na vida; *1º grau* de escolaridade, contendo desde analfabetos até aqueles que freqüentam ou tenham freqüentado o 1º grau no ensino atual, ou médio 1º ciclo no sistema antigo de ensino; *2º grau* de escolaridade, contendo aqueles que freqüentam ou tenham freqüentado o 2º grau no ensino atual, ou médio 2º ciclo no sistema antigo; *3º grau* de escolaridade, para aqueles que freqüentam ou tenham freqüentado o ensino superior. Para que as estatísticas de escolaridade não fossem demasiadamente influenciadas pela presença de crianças entre as camadas sociais analisadas, além de compatibilizar a classificação àquela da população que ainda não se encontra em idade ativa, apenas pessoas com 10 anos de idade ou mais foram classificadas segundo graus de escolaridade⁷⁰. Criou-se, desta maneira, uma categoria adicional, *menor de 10 anos*. Além de isolar boa parte daqueles que não tiveram tempo hábil para se inserirem nas estatísticas de escolaridade, esta nova categoria configura-se como um importante indicador do número de crianças em cada segmento social.

A seguir, será apresentada uma breve análise descritiva das características de inserção no mercado de trabalho para os principais agregados sociais no ano de 2004. Uma análise conjunta das múltiplas associações entre todas as categorias será feita posteriormente com o emprego de técnicas estatísticas multivariadas.

3.2.1 Características de inserção no mercado de trabalho das camadas sociais

Os dados da Tabela 3.2 mostram, de maneira geral, uma clara hierarquia social entre as camadas, definida pela maior prevalência de características associadas às condições de exclusão e precariedade (% negros, baixo grau de escolaridade e informalidade, por exemplo) nos grupos da base da pirâmide social. É também importante destacar a aparente complementaridade dos critérios de classificação ocupacional e econômica por faixas de renda *per capita*, com diferenças visíveis entre os classificados e subclassificados de uma mesma classe ocupacional.

A participação das mulheres nas camadas sociais não permite identificar diferenças significativas, mesmo porque a estrutura refere-se à classificação do integrante melhor remunerado, que não é necessariamente do sexo feminino. Entretanto, pode-se observar que

⁷⁰ Embora o ideal fosse a identificação da escolaridade apenas para aqueles com idade hábil para conclusão do grau máximo de escolaridade (21 anos), adotou-se o limite de 10 anos de idade para padronizar esta categoria de análise àquela derivada da condição de atividade (população em idade não ativa).

estas estão ligeiramente associadas ao recebimento de aposentadorias e pensões na classe dos sem ocupação com renda (56%) e à inatividade no estrato dos sem ocupação sem renda (60%). Mesmo não sendo possível observar a partir das informações da Tabela 3.2, há ainda um contingente de 4,6 milhões de mulheres na classe dos trabalhadores domésticos, representando 61% da população deste grupo, contra apenas 2,9 milhões de homens.

Uma análise mais apurada poderia ser obtida identificando o tipo de família predominante em cada classe ocupacional (famílias individuais, casal sem filhos, casal com filhos, mãe e filhos, entre outros) para estimar tanto a prevalência de mulheres que vivem sozinhas quanto famílias com mãe e sem pai, ou simplesmente identificando as famílias cujo maior rendimento está diretamente associado às ocupações de integrantes do sexo feminino. Por exemplo, a maior participação feminina nas classes dos trabalhadores domésticos deve-se, provavelmente, à maior parcela de famílias individuais e mães com filhos nesta categoria ocupacional. As mulheres também apresentam uma esperança de vida maior, o que explicaria sua maior participação na classe dos sem ocupação com renda, ligada ao recebimento de aposentadorias e pensões. Da mesma forma, muitas desempenham uma importante função familiar com a prestação de serviços domiciliares não remunerados, o que explicaria, em certa medida, a maior prevalência nas classes dos sem ocupação sem renda.

Por sua vez, os negros e indígenas prevalecem na base da pirâmide social. Estimados em 48% da população brasileira em 2004, são majoritários nas classes da massa trabalhadora não agrícola (52%), sem ocupação sem renda (56%) e, sobretudo, nas classes agrícolas: na massa trabalhadora (62%) e não remunerados (62%). Por outro lado, a percentagem de negros é a mais baixa entre os integrantes de famílias de empregadores (28%) e profissionais trabalhadores (38%). Enquanto representam apenas 18% no nível superior, são ampla maioria (61%) no nível inferior.

A distribuição segundo o grau de escolaridade mostra uma hierarquia semelhante entre as camadas sociais. Enquanto os integrantes familiares com 2º e 3º graus de escolaridade estão concentrados nas classes dos empregadores e profissionais trabalhadores, as demais classes ocupacionais possuem ampla maioria da população com menos de 10 anos ou pessoas em idade ativa com não mais que o 1º grau de escolaridade completo. A hierarquia em relação aos estratos sociais é ainda mais evidente, onde os adultos com nível superior são maioria (54%) no estrato superior e insignificantes nos estratos inferior e ínfimo (2% e 1%, respectivamente).

Mais uma vez, destaca-se o já não mais curioso padrão social da parcela de classificados entre os integrantes de famílias trabalhadores não remunerados não agrícolas, com taxas de escolarização somente inferiores às classes dos profissionais e empregadores.

Em relação à condição de atividade, destacam-se os elevados índices de inatividade nas classes dos trabalhadores não remunerados (40% nos não agrícolas e 47% nos agrícolas) e sem ocupação (65% entre os sem ocupação com renda e 38% entre os sem ocupação sem renda). Embora a alta percentagem de inativos entre os sem ocupação com renda possa ser creditada à elevada participação de idosos que recebem pensões e aposentadorias, as demais classes representam algumas das situações de máxima precariedade (sem ocupação sem renda) e subemprego (não remunerados), carregando consigo muitos integrantes familiares inativos involuntariamente, desencorajados pelas condições pouco motivadoras do mercado de trabalho. Há ainda um elevado número de crianças menores de 10 anos entre os subclassificados da classe dos não remunerados (32% nos não agrícolas e 27% nos agrícolas), o que aponta para o agravamento deste quadro social, já que estas crianças teriam pouca ou quase nenhuma expectativa de ascensão social em um país onde essa possibilidade é baixíssima.

Além de 38% da população em condição de inatividade, a classe dos sem ocupação sem renda é um caso extremo de precariedade e ainda apresenta 24% da população desempregada, além de 38% de crianças menores de 10 anos. O desemprego também é elevado na classe dos sem ocupação com renda (8% da população), o que sugere duas possíveis conclusões: i) muitos destes integrantes familiares pertencem a famílias onde o responsável está desocupado mas possui outra fonte de rendimento (seguro desemprego, por exemplo); ii) os rendimentos de aposentaria e pensão na manutenção do padrão de vida das famílias brasileiras são altamente relevantes, na medida que muitos desempregados dependeriam de integrantes familiares aposentados⁷¹. Além disso, o desemprego se mostra diretamente associado às classes não agrícolas e aos estratos sociais menos abastados. Em 2004, os desempregados representavam 6% da população na classe não remunerada não agrícola (ou 13% da PEA deste grupo), 5% da massa trabalhadora não agrícola (ou 10% da PEA) e 4% entre os integrantes de famílias de profissionais (ou 8% da PEA). Representavam

⁷¹ Para uma análise sobre a relação de dependência familiar de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensões, ver DEDECCA, BALLINI E MAIA (2006).

ainda 8% da população do estrato ínfimo (22% da PEA), contra apenas 2% da população do estrato superior (3% da PEA).

A informalidade está também associada aos menores padrões sociais. Os ocupados informais, sem contribuição previdenciária oficial, representam mais da metade da mão-de-obra ocupada do país e mais de 80% dos ocupados nas classes agrícolas. São também maioria entre os ocupados do estrato ínfimo (75%) e apenas 25% entre os ocupados do estrato superior.

As extensas análises obtidas a partir da Tabela 3.2 permitem verificar as principais semelhanças e diferenças entre as camadas sociais no que se refere às características de inserção no mercado de trabalho (tabela de percentagens em relação ao total de cada linha). Não é possível, entretanto, determinar as relações inversas, ou seja, quais as semelhanças e diferenças entre cada uma das características gerais e de inserção no mercado de trabalho em relação às camadas sociais (tabela de percentagens em relação ao total de cada coluna). Além disso, não é possível estabelecer uma análise de relacionamentos múltiplos entre as categorias analíticas, verificando, por exemplo, como a informalidade se associa à cor e à escolaridade dos integrantes familiares. Os inúmeros cruzamentos necessários para estas respostas tornariam a análise demasiadamente extensa e cansativa. A solução proposta é o emprego de técnicas estatísticas multivariadas que sintetizem as diversas categorias da análise em um número reduzido de dimensões independentes e que, a partir de representações gráficas, revelem diferentes tipologias de associações.

Tabela 3.2 – Percentagem de pessoas em cada camada social segundo características de inserção no mercado de trabalho – Brasil 2004

Estrutura Social		% Mulheres	% Negros	< 10 anos	População em Idade Ativa (10 anos ou mais)							
					Grau de Escolaridade				Condição de Atividade			
					Nunca Freq	1º Grau	2º Grau	3º Grau	% PO Formal	% PO Informal	% PD	% PNEA
Empregadores	Classificados (1,2,3)	48,7	23,9	12,0	1,9	32,8	28,5	24,2	33,8	26,6	1,7	25,9
	Subclassificados (4,5)	48,7	47,0	19,7	3,5	56,5	18,2	2,0	10,1	36,8	2,7	30,8
	Total	48,7	28,1	13,4	2,2	37,1	26,6	20,2	29,5	28,4	1,9	26,8
Profissionais Trabalhadores	Classificados (1,2,3)	52,0	31,1	12,2	1,3	25,3	32,7	27,6	43,8	16,4	3,2	24,4
	Subclassificados (4,5)	52,2	50,6	24,1	2,5	42,0	27,5	3,8	22,1	19,5	6,5	27,8
	Total	52,1	38,4	16,6	1,7	31,5	30,8	18,8	35,7	17,6	4,4	25,7
Massa Trabalhadora Não Agrícola	Classificados (1,2,3,4)	49,6	48,2	14,9	3,9	52,8	25,4	3,0	29,5	26,2	4,5	24,9
	Subclassificados (5)	52,0	61,1	30,8	3,4	53,9	11,5	0,3	10,1	22,3	7,3	29,5
	Total	50,4	52,4	20,1	3,7	53,1	20,8	2,1	23,2	24,9	5,4	26,4
Não Remunerados Não Agrícolas	Classificados (1,2,3,4)	50,3	42,9	5,1	4,5	50,5	25,1	14,1	11,8	32,2	4,5	46,3
	Subclassificados (5)	56,9	51,7	31,9	3,0	42,6	19,4	3,1	0,9	28,4	7,6	31,1
	Total	53,1	46,6	16,6	3,9	47,1	22,7	9,4	7,2	30,6	5,8	39,8
Massa Trabalhadora Agrícola	Classificados (1,2,3,4)	44,5	56,5	12,6	13,3	62,7	10,2	1,1	12,0	48,7	1,3	25,4
	Subclassificados (5)	48,1	67,3	29,9	8,6	56,6	4,6	0,1	4,1	36,9	1,7	27,5
	Total	46,3	61,9	21,1	11,0	59,7	7,4	0,6	8,1	42,8	1,5	26,4
Não Remunerados Agrícolas	Classificados (1,2,3,4)	51,7	55,2	4,8	22,2	61,0	9,6	2,0	4,7	33,7	2,3	54,5
	Subclassificados (5)	50,5	68,5	26,6	9,3	57,6	6,0	0,1	0,5	31,0	3,6	38,2
	Total	51,1	61,6	15,3	16,0	59,4	7,9	1,0	2,7	32,4	2,9	46,6
Sem Ocupação Com Renda	Classificados (1,2,3)	57,4	36,5	2,9	11,0	47,5	23,0	15,3	11,5	8,4	4,9	72,4
	Subclassificados (4,5)	55,3	55,3	16,6	15,0	54,8	12,3	1,1	2,4	10,4	10,8	59,8
	Total	56,2	47,2	10,6	13,3	51,6	17,0	7,3	6,3	9,5	8,2	65,3
Sem Ocupação Sem Renda		59,8	55,7	37,5	2,8	37,7	18,2	3,7	0,0	0,0	24,3	38,2
Total	Superior (1)	51,5	18,4	6,9	0,5	15,7	22,0	52,9	45,0	14,8	1,7	31,5
	Médio (2)	51,6	25,5	8,4	1,6	28,2	30,8	30,3	38,9	18,1	2,5	32,1
	Baixo (3)	50,9	40,4	10,1	6,0	44,9	29,6	9,1	31,3	23,4	3,6	31,5
	Inferior (4)	50,8	53,4	17,3	7,3	53,5	20,1	1,8	18,4	25,5	5,2	33,6
	Ínfimo (5)	52,1	61,2	30,2	5,6	52,4	11,1	0,6	6,8	22,1	8,2	32,7
	Classificados	50,5	41,7	12,2	5,2	44,7	25,4	12,2	29,4	24,3	3,6	30,5
	Subclassificados	52,4	57,9	26,1	6,5	51,0	14,8	1,5	9,7	20,8	7,7	35,8
	Total	51,3	48,2	17,7	5,7	47,1	21,2	8,1	21,5	23,0	5,2	32,5

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor.
As percentagens consideram os ignorados

3.2.2 Análise de relacionamentos múltiplos entre camadas sociais e características de inserção no mercado de trabalho

Como recomenda CRIVISQUI (1999), a estrutura de associações de uma tabela de contingência com múltiplas categorias de análise pode ser melhor compreendida com o emprego conjunto das técnicas de análise de correspondência e classificação. A redução da dimensionalidade de uma tabela de contingência pode ser feita pela análise de correspondência, uma técnica de análise exploratória multivariada que permite a representação espacial simultânea e resumida de inúmeras características qualitativas. Já a definição de tipologias de associações pode ser obtida com a análise de *cluster*, uma técnica multivariada de classificação hierárquica que distribui as observações em grupos de comportamento mutuamente exclusivos, de tal maneira que as características sejam homogêneas dentro e heterogêneas entre os grupos formados.

A seguir, será apresentada uma breve síntese metodológica das técnicas multivariadas adotadas nesta parte do trabalho para, posteriormente, serem analisados os principais resultados das associações entre as camadas sociais e as características de inserção no mercado de trabalho.

3.2.2.1 Análise de Correspondência (AC)

A partir de uma tabela de contingência com múltiplas combinações de categorias qualitativas, a AC elimina o uso de informações redundantes e determina o número de dimensões pertinentes a serem consideradas para se compreender a estrutura de associações entre as categorias de análise. A AC se baseia na técnica de componentes principais para simplificar a estrutura dos dados, explicando em um número reduzido de dimensões a maior parcela de informação presente nos dados (CUADRAS, 1981). Após identificar as principais dimensões (componentes) representativas da variação dos dados, a AC viabiliza a representação gráfica da estrutura de associações, facilitando a compreensão das tipologias de associações existentes entre as categorias.

BALTAR (2005) e GREENACRE (1984, 1988) são excelentes referências para quem deseja conhecer detalhes sobre a técnica de análise de correspondência, abrangendo suas implicações teóricas e aplicadas. Uma síntese metodológica pode ser encontrada em HOFFMAN & FRANKE (1986). Este trabalho limitar-se-á a apresentar alguns conceitos-

chave para compreender a análise dos resultados, todos obtidos com o emprego das rotinas PROC CORRESP do sistema SAS. Todas as análises foram ponderadas pelo fator de expansão populacional da PNAD disponibilizado pelo IBGE.

Para entender a AC, suponha inicialmente que se deseja comparar as freqüências relativas das linhas de uma tabela de contingência. Cada uma das L linhas representaria uma subpopulação (por exemplo, classe ocupacional) e cada uma das C_l colunas representaria uma categoria da população (por exemplo, estrato social). A proporção de observações com a j -ésima característica (por exemplo, estrato ínfimo) na subpopulação i (por exemplo, classe dos profissionais) será dada por n_{ij}/n_i , onde n_{ij} é a freqüência absoluta para a j -ésima característica na i -ésima subpopulação e n_i é a freqüência total para a i -ésima subpopulação. O vetor $l=[n_{i1}/n_i, \dots, n_{iC_l}/n_i]$ contendo as freqüências relativas das C_l colunas em relação à i -ésima linha da tabela de contingência é chamado de *perfil linha*.

O objetivo é representar geometricamente as distâncias entre os perfis linha em um espaço euclidiano que, no caso da AC, não serão dadas pela métrica euclidiana convencional, mas pelo que se chama de distâncias qui-quadrado. Seja n a freqüência total da população, a distância entre duas subpopulações, p_i e $p_{i'}$, será dada por (3.1):

$$d(p_i, p_{i'}) = \sum_{j=1}^{C_l} \frac{(n_{ij}/n_i - n_{i'j}/n_{i'})^2}{(n_{.j}/n)} \quad (3.1)$$

Sob a hipótese de homogeneidade das subpopulações, ou seja, independência entre as variáveis qualitativas de análise, os perfis linhas seriam todos iguais aos valores médios observados na população e as distâncias qui-quadrados seriam todas nulas. O vetor $c=[n_{.1}/n, \dots, n_{.C_l}/n]$ contendo as freqüências relativas médias da população é chamado de *perfil linha médio*⁷², ou *centróide linha*, baseando-se sobre este a interpretação geométrica das distâncias qui-quadrado. A medida de distanciamento total das linhas em relação ao centróide linha será dada pela usual estatística χ^2 (3.2), freqüentemente utilizada para testar a hipótese nula de independência entre linhas e colunas de uma tabela de contingência:

⁷² Raciocínio idêntico pode ser feito para o perfil coluna, ou seja, freqüências de cada linha em relação ao total da coluna.

$$\chi^2 = \sum_{i=1}^L \sum_{j=1}^C \frac{(n_{ij} / n - n_{i.} n_{.j} / n)^2}{(n_{i.} n_{.j} / n)} \quad (3.2)$$

A partir dos princípios algébricos da decomposição em valores singulares, segundo os quais a estrutura básica de uma matriz pode ser decomposta em valores e vetores básicos, a AC decompõe a estrutura das distâncias χ^2 em (i) autovalores que representam as contribuições parciais de cada dimensão na variabilidade total, e (ii) autovetores que representam planos de projeção geométrica dos perfis linhas das subpopulações (GREENACRE & HASTIE, 1987). A estatística χ^2/n corresponde ao grau de distanciamento médio das subpopulações em relação ao centróide linha e é chamado de *inércia total*. Os K autovalores $\lambda_1, \dots, \lambda_K$ obtidos pela decomposição da inércia total são chamados de *inércias principais* e correspondem às contribuições parciais das respectivas dimensões. A percentagem da inércia total explicada pelo w -ésimo componente será, portanto, dada por (3.3):

$$P_w = \frac{\lambda_w}{\lambda_1 + \dots + \lambda_k} 100 \quad (3.3)$$

A referência adotada para uma tabela de contingência de dupla entrada também é válida para múltiplas variáveis qualitativas. Em se tratando de relacionamentos múltiplos, deve-se considerar que cada uma das C_1 categorias da população pode ainda ser decomposta em C_2 outras colunas, representando categorias de outra variável qualitativa (por exemplo, grau de escolaridade). E assim sucessivamente, até se chegar à k -ésima variável qualitativa com C_k categorias de análise. Ao final, seriam $C_1 \times \dots \times C_k$ características da população em uma tabela com $L \times C_1 \times \dots \times C_k$ frequências. Os algoritmos para obtenção das dimensões desta análise de correspondência múltipla (ACM) são análogos ao da análise de correspondência simples (ACS), segundo BALTAR (2005) e HOFFMAN & FRANKE (1986), podendo ser obtidos a partir da estrutura da tabela de Burt, uma *hiper-tabela* contendo a justaposição de todas as tabelas de contingência obtidas pelos cruzamentos entre as variáveis tomadas duas a duas.

A dispersão geométrica das categorias no espaço definido pelas dimensões da ACM mostrará a natureza das associações entre as variáveis qualitativas do problema. Grupos de categorias próximas revelam similaridades nas associações, enquanto grupos distantes significam repulsão entre as categorias. Entretanto, as distâncias entre grupos de categorias não podem ser interpretadas quantitativamente, já que estas não se referem a uma escala comum (HOFFMAN & FRANKE, 1986). Categorias próximas à origem das dimensões significam falta de distinção em relação ao centróide, ou seja, perfis com distribuições que não se diferenciam das médias representadas pelo centróide⁷³.

3.2.2.2 Análise de Cluster

A análise de cluster procura definir grupos hierárquicos de observações dentro de uma população. Há uma série de métodos que podem ser empregados neste processo, mas todos se baseiam no mesmo princípio de agrupamentos hierárquicos. No início do processo, cada elemento da amostra representa um cluster. Os dois clusters mais próximos são unidos para formar um novo cluster que os substitui e assim sucessivamente, até que reste apenas um. A diferença entre os métodos está basicamente na maneira como a distância (ou dissimilaridade) entre os clusters é calculada (SAS, 1990).

O método de agrupamento adotado neste trabalho foi o de *Ward*, uma estratégia de agregação baseada na análise das variâncias dentro e entre os grupos formados. O objetivo do método de *Ward* é criar grupos hierárquicos de tal forma que as variâncias dentro dos grupos sejam mínimas e as variâncias entre os grupos sejam máximas (CRIVISQUI, 1999). Como demonstra a teoria estatística, dada uma variável quantitativa X de uma população com n observações e K grupos, onde o número de observações do k -ésimo grupo será dado por n_k , a variabilidade total de X pode ser decomposta em um componente dentro e outro componente entre grupos (3.4):

$$\begin{aligned} \text{Variabilidade total} &= \text{Variabilidade dentro} + \text{Variabilidade entre} \\ \sum_{i=1}^n (X_i - \bar{X})^2 &= \sum_{k=1}^K \sum_{i=1}^{n_k} (X_i - \bar{X}_k)^2 + \sum_{k=1}^K n_k (\bar{X}_k - \bar{X})^2 \end{aligned} \quad (3.4)$$

⁷³ Entretanto, deve-se considerar que uma categoria pode não se distinguir em uma dimensão, mas sim em outra que melhor represente seu comportamento.

Onde $\bar{X}$ é a média de X , e $\bar{X}_k$ é a média do k -ésimo grupo.

Estas variabilidades podem também ser vistas como distâncias euclidianas ao centro de gravidade (valor médio da população) e, supondo agora o caso multivariado, com P variáveis quantitativas, têm-se as seguintes medidas de distanciamento (3.5):

$$\sum_{i=1}^n \sum_{p=1}^P (X_{ip} - \bar{X}_p)^2 = \sum_{k=1}^K \sum_{i=1}^{n_k} \sum_{p=1}^P (X_{ip} - \bar{X}_{kp})^2 + \sum_{k=1}^K \sum_{p=1}^P n_k (\bar{X}_{kp} - \bar{X}_p)^2 \quad (3.5)$$

Para evitar distorções procedentes das diferentes escalas de medidas das P variáveis de análise, estas devem referir-se aos valores padronizados.

O critério de agregação de cada estágio consiste em encontrar a próxima classe que minimize a variabilidade dentro do novo grupo. Para facilitar a compreensão das somas dos quadrados dentro dos grupos (variabilidades dentro), estas costumam ser divididas pela soma total dos quadrados (variabilidade total) para representarem uma proporção da variabilidade máxima (R^2 semiparcial). Um gráfico com o grau de dissimilaridade (R^2 semiparcial) obtido em cada passo da análise, chamado dendograma, facilita a interpretação dos resultados e a escolha da melhor estrutura de agregações.

No início do processo, tem-se um grau zero de generalização (todas as observações são distintas entre si) e ao final do processo temos 100% de generalização (todas as observações são semelhantes entre si). Caberá ao pesquisador decidir entre o número de grupos que pretende definir na pesquisa, ou o grau de generalização que pretende adotar, ou ainda uma interação entre as duas opções, analisando as perdas e ganhos de cada escolha.

Para mais detalhes sobre metodologias de classificação, recomenda-se o didático trabalho de CRIVISQUI (1999), disponível gratuitamente na rede mundial de computadores⁷⁴. Todas as análises de agrupamento deste trabalho foram feitas utilizando-se a rotina PROC CLUSTER do pacote estatístico SAS. As informações foram ponderadas pelos pesos amostrais disponibilizados pelo IBGE.

⁷⁴ Material disponível no sítio eletrônico do *Programme de Recherche et d'Enseignement en Statistique Appliquée* (PRESTA), no endereço eletrônico <<http://www.ulb.ac.be/assoc/presta/Cursos/cursos.html>>.

3.2.2.3 Tipologias de associações entre camadas sociais e características de inserção no mercado de trabalho

As variáveis qualitativas e as respectivas categorias de análise deste estudo (ver Tabela 3.1) são as seguintes: classes ocupacionais (A-1, A-2, C, D, F, G, I, J-1, H-1, H-2, H-3, J-2, SO e SOF); estratos sociais (Superior, Médio, Baixo, Inferior e Ínfimo); sexo (Masc e Fem); cor ou raça (Negro e NNegro); grau de escolaridade (<10, NFreq, 1oG, 2oG, 3oG); condição de atividade (<10, , POFor, POInf, PD, PNEA). Com as categorias propostas, seriam necessárias $14 \times 5 \times 2 \times 2 \times 5 \times 5 = 7.000$ posições de frequências para representar as múltiplas combinações de situações, praticamente inviabilizando qualquer tentativa de interpretação dos resultados. A ACM permite, entretanto, encontrar algumas dimensões quantitativas que resumam o grau de associação entre estas 33 categorias de características qualitativas da população.

A Tabela 3.3 apresenta as contribuições parciais (% inércia) das dimensões obtidas pela ACM. Embora as baixas contribuições observadas pareçam indicar uma certa ineficiência na redução da dimensionalidade das associações, deve-se considerar a multiplicidade de categorias analisadas e a infinidade de associações que podem surgir destas combinações. O fato da hiper-tabela utilizada na ACM (tabela de *Burt*) conter todas as combinações de cruzamentos duplos, inclusive entre as mesmas variáveis, também acaba colaborando para esta situação. Os auto-relacionamentos (relacionamentos entre as mesmas variáveis) presentes na diagonal da tabela acabam indicando uma associação perfeita, inflacionando a inércia total e reduzindo o percentual de inércia explicada por cada dimensão, dando a falsa impressão das dimensões explicarem muito pouco a variabilidade dos dados (BALTAR, 2005).

Seriam necessárias 26 dimensões para explicar a totalidade das situações. As duas principais dimensões são responsáveis por 16% da variabilidade total (inércia) das informações e a dispersão das categorias no espaço euclidiano formado por estas mostrou algumas tendências de associações razoavelmente consistentes com os pressupostos teóricos.

Tabela 3.3 – Dimensões de análise e contribuição para a inércia total – Brasil 2004

Dimensão	Autovalor (λ)	% Inércia	% Inércia Acumulada
1	0,383	8,5	8,5
2	0,325	7,2	15,7
3	0,241	5,4	21,1
4	0,223	5,0	26,0
5	0,206	4,6	30,6
6	0,189	4,2	34,8
7	0,180	4,0	38,8
8	0,173	3,9	42,7
9	0,172	3,8	46,5
10	0,169	3,8	50,2
11	0,167	3,7	54,0
12	0,167	3,7	57,7
13	0,167	3,7	61,4
14	0,167	3,7	65,1
15	0,165	3,7	68,7
16	0,164	3,6	72,4
17	0,158	3,5	75,9
18	0,157	3,5	79,4
19	0,146	3,2	82,6
20	0,141	3,1	85,7
21	0,138	3,1	88,8
22	0,128	2,8	91,6
23	0,111	2,5	94,1
24	0,107	2,4	96,5
25	0,085	1,9	98,4
26	0,074	1,7	100,0
Total	4,500	100,0	

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

A Figura 3.1 ilustra a dispersão das 33 categorias de análise em relação às duas principais dimensões. Os coeficientes de dissimilaridades (R^2 *semiparcial*) associados a cada uma das agregações podem ser observados no dendograma da Figura 3.2, onde uma linha vertical define o ponto de quebra das classificações, ou seja, a dissimilaridade associada ao número de grupos adotado.

Os resultados indicam a formação de quatro tipologias principais, representando padrões relativamente homogêneos segundo classe ocupacional, estrato social, sexo, cor, escolaridade e condição de atividade. Uma possível denominação para estas tipologias é apresentada a seguir:

- I. Classe média alta:** representa as características associadas ao mais alto padrão de classe média da sociedade, ou simplesmente classe média alta. É um padrão que mostra forte associação ao estrato social superior, 3º grau de escolaridade e classe dos empreendedores A-1;
- II. Classe média baixa:** representa o padrão associado à classe média baixa. Possui associação direta com as classe dos micro e pequenos empregadores e profissionais, aos estratos médio e baixo, à formalidade representada pela contribuição previdenciária oficial, ao 2º grau de escolaridade e aos não negros;
- III. Massa trabalhadora:** é o maior grupo da tipologia obtida e representa a base larga da pirâmide social. Na estrutura social, possui padrão associado às massas trabalhadoras agrícola e não agrícola, aos trabalhadores não remunerados, sem ocupação sem renda e aos dois últimos estratos sociais. Está também associado às maiores taxas de desemprego, à inatividade, aos negros e ao baixo grau de escolaridade;
- IV. Inativos:** são os marginalizados da estrutura social. Este grupo está associado à classe dos sem ocupação sem renda e às crianças menores de 10 anos.

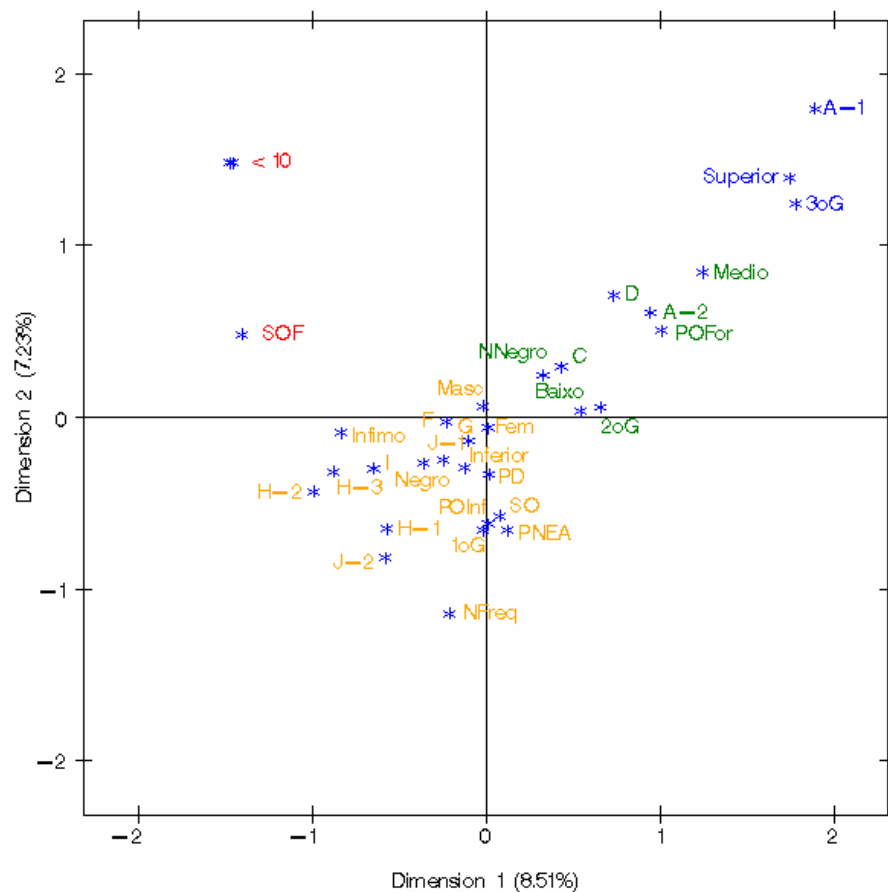


Figura 3.1 – Dimensões de correspondências entre características de inserção no mercado de trabalho, classes ocupacionais e estratos sociais – Brasil 2004

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

É importante destacar que a redução da dimensionalidade acaba privilegiando algumas categorias mais influentes na representação das associações. Uma distinção mais precisa poderia ser obtida se fossem utilizadas dimensões adicionais da ACM. Faltou, por exemplo, maior distinção entre a massa agrícola e não agrícola, embora a análise das duas principais dimensões tenha sido suficiente para evidenciar tipologias de associações coerentes com os pressupostos conceituais.

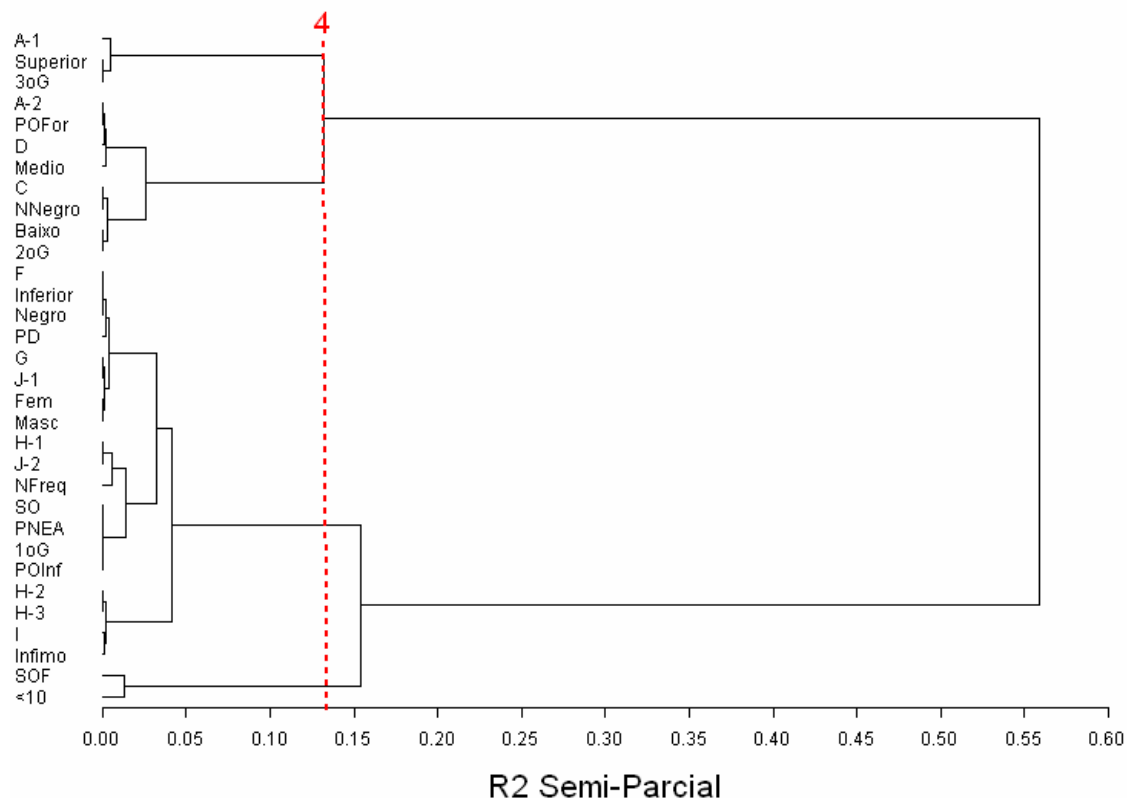


Figura 3.2 – Dendograma de agrupamentos com duas principais dimensões da ACM – Brasil 2004

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

Foram definidos quatro grupos de associações que mostram uma clara hierarquia social quanto à classe ocupacional, estrato social, cor, escolaridade e condição de atividade. Por exemplo, os não negros estão mais associados às classes dos profissionais e empregadores, que por sua vez estão mais associadas aos estratos superiores e aos maiores graus de escolaridade; as classes das massas trabalhadoras agrícola e não agrícola estão mais associadas aos estratos inferiores e a outras situações de precariedade sócio-econômica (negros, inatividade e informalidade).

Para enriquecer a análise do perfil das camadas sociais e dar maior validade ao constructo de estratificação social, informações adicionais que também influenciam o padrão de vida dos integrantes familiares poderiam ainda ser relacionadas à estrutura social, como por exemplo o grau de desenvolvimento social das localidades de origem dos domicílios familiares. É o que será visto no próximo tópico.

3.3 Indicadores de desenvolvimento social

Após descrever o perfil das camadas sociais segundo características individuais de inserção no mercado de trabalho e definir tipologias de associações que refletem distintos padrões sociais dos integrantes familiares, será agora incorporada uma nova dimensão de análise: o grau de desenvolvimento social das localidades de origem dos domicílios.

Como afirma JANUZZI (2001a, p. 15), um indicador social é uma medida em geral quantitativa que se propõe a retratar um conceito social abstrato, informando algo sobre o aspecto da realidade social, ou evidenciando mudanças que nela se processam. É, portanto, *“um elo entre a Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados”*.

A construção de indicadores sociais que possam inferir possíveis descompassos entre crescimento econômico e bem-estar social teve um marco conceitual a partir dos anos 20 e 30, ganhando corpo científico nos anos 60 face ao crescente descompasso entre altos índices de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e o aumento da pobreza e das desigualdades sociais nos países do Terceiro Mundo (JANUZZI, 2001a).

Entretanto, a disponibilidade de indicadores sociais que retratam empiricamente a realidade social brasileira está limitada à disponibilidade das estatísticas públicas. O IBGE assume o papel de principal fornecedor de informações sócio-econômicas oficiais, coletando, compilando e disseminando estatísticas das mais variadas áreas de abrangência.

Os indicadores do grau de desenvolvimento social podem relacionar-se a inúmeras temáticas, entre as quais pode-se mencionar: demografia, educação, saúde, mercado de trabalho, segurança, qualidade de vida, infra-estrutura domiciliar e acesso a bens de consumo duráveis. Baseando-se nas informações da base de microdados da PNAD, este trabalho restringirá a análise aos indicadores de infra-estrutura domiciliar dos integrantes familiares, que também incluem acesso a alguns bens de consumo duráveis.

3.3.1. Indicadores de infra-estrutura domiciliar

Entre as inúmeras propostas de indicadores sociais, a infra-estrutura domiciliar assume papel fundamental na mensuração da qualidade de vida da população. Segundo BELTRÃO & SUGAHARA (2005), a infra-estrutura domiciliar é condição necessária, embora não suficiente, para o desenvolvimento econômico e social. Como sugerem as mesmas autoras, a infra-estrutura básica é parte essencial da qualidade de vida dos cidadãos, devendo constar em

qualquer agenda de discussão sobre metas sociais ao lado de temas como redução da pobreza, melhoria do padrão de vida, educação, saúde, entre outros. É também essencial para o desenvolvimento econômico, na medida em que dinamiza os hábitos de consumo e o aumento da renda da população. O acesso à energia elétrica, por exemplo, estimula o consumo de eletrodomésticos e é essencial para viabilizar a produção de pequenos empreendedores.

Uma série de informações sobre as características dos domicílios foi sendo incorporada na PNAD ao longo dos anos, contendo atualmente desde o material predominante na cobertura domiciliar até a posse de bens de consumo como telefone celular e acesso à rede mundial de computadores. A discriminação das famílias brasileiras segundo padrões de infra-estrutura domiciliar foi inicialmente feita neste trabalho segundo onze indicadores: acesso à água canalizada, luz elétrica, esgotamento sanitário, sanitário de uso privado no domicílio, coleta de lixo, telefone fixo, computador, Internet, geladeira, máquina de lavar e televisão em cores (ver descrição na Tabela 3.4). São todos indicadores dicotômicos, ou seja, assumem valor unitário quando o integrante familiar apresenta uma das características no domicílio em que mora e valor nulo caso contrário. Nas análises, foram consideradas as famílias residentes em todos os tipos de domicílios: particulares permanentes; particulares improvisados e coletivos⁷⁵. Integrantes de famílias independentes que compartilham o domicílio herdaram as mesmas características de infra-estrutura domiciliar.

⁷⁵ O IBGE classifica os domicílios em particulares permanentes, particulares improvisados e coletivos. Pelas definições do IBGE (1995), domicílio particular permanente é aquele localizado em unidade que se destina a servir de moradia (casa, apartamento ou cômodo). Domicílio particular improvisado é aquele localizado em dependência que não seja destinada exclusivamente à moradia (sala comercial, prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta, etc.). E os domicílios coletivos são aqueles destinados à habitação de pessoas em cujo relacionamento prevalecesse o cumprimento de normas administrativas (hotéis, pensões, presídios, cadeias, penitenciárias, quartéis, postos militares, asilos, orfanatos, conventos, hospitais e clínicas – com internação - motéis, camping, etc.). Os domicílios particulares permanentes são, entretanto, ampla maioria na população. Em 2004, foram amostrados 112.530 domicílios particulares permanentes (99,8%), contra 118 domicílios particulares improvisados e 68 domicílios coletivos (Fonte: PNAD, microdados, IBGE).

Tabela 3.4 – Indicadores de infra-estrutura domiciliar

Indicador	Descrição
Água	Se o domicílio familiar possui água canalizada em pelo menos um cômodo, independentemente da proveniência (rede geral, poço, nascente etc.).
Luz Eletr	Se o domicílio familiar possui iluminação elétrica proveniente de rede geral, gerador, conversor de energia solar, etc.
Esgoto	Se o domicílio familiar possui umas das três formas de escoadouro do esgoto domiciliar: rede coletora geral ou pluvial; fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto; fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto.
Sanitário	Quando o banheiro ou sanitário for de uso exclusivo do domicílio familiar.
Coleta Lixo	Se o lixo do domicílio familiar é coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, ou depositado em caçamba, tanque, ou depósito de alguma empresa de limpeza que irá posteriormente recolhê-lo.
Fone Fixo	Se o domicílio familiar possui uma ou mais linhas telefônicas instaladas, inclusive as que sejam partilhadas através de extensão de linha de outra unidade domiciliar ou não residencial.
Computador	Se o domicílio familiar possui microcomputador.
Internet	Se o domicílio familiar possui microcomputador conectado à rede mundial.
Geladeira	Se o domicílio familiar possui geladeira (de uma ou mais portas), mesmo que a gás ou querosene.
Máq Lavar	Se o domicílio familiar possui máquina de lavar roupa que realize as operações de enxágüe e centrifugação. "Tanquinhos" e similares foram desconsiderados.
Tv Cores	Se o domicílio familiar possui televisão em cores.

Importante destacar que a escolha destes indicadores baseou-se, sobretudo, na disponibilidade de informações da PNAD e tem como objetivo apenas captar alguns bens e serviços básicos para um razoável padrão domiciliar, que, ao mesmo tempo, servirão de referência para a mensuração da qualidade de vida dos integrantes familiares. Não se deseja de forma alguma justificar serem estas as únicas características domiciliares definidoras do padrão de vida das famílias (ver KAGEYAMA, 2004a). Há também características domiciliares com aparente baixo poder discriminatório, como o acesso à energia elétrica para 96% da população e banheiro ou sanitário de uso privativo para 92% da população brasileira. Mesmo assim, estas características foram incorporadas na análise por julgarem-se relevantes na definição da qualidade de vida das famílias brasileiras. Análises posteriores encarregar-se-

ção de identificar as variáveis mais influentes na definição do padrão domiciliar dos integrantes familiares.

Nos itens a seguir, será apresentado um breve relato descritivo sobre o acesso à infraestrutura domiciliar dos integrantes de cada camada social em 2004. O estudo dos relacionamentos múltiplos entre as classes ocupacionais, estratos sociais e padrões de infraestrutura domiciliar será feito posteriormente com o emprego das técnicas estatísticas multivariadas de análise fatorial e regressão múltipla.

3.3.1.1 Características de infraestrutura domiciliar das camadas sociais

De maneira geral, o que se observa a partir das informações da Tabela 3.5 é a alta prevalência de integrantes familiares com acesso a luz elétrica no domicílio (96%) e sanitário privativo (92%), enquanto 34% da população ainda não possui acesso a esgotamento sanitário apropriado no domicílio. Há ainda uma clara hierarquia social definida pelos estratos sociais e, enquanto generaliza-se o acesso a serviços básicos de infraestrutura domiciliar, o acesso a itens menos essenciais, como computador e internet, ainda fica restrito aos estratos superiores da estrutura social.

O maior destaque está, entretanto, nas significativas diferenças de acesso a infraestrutura domiciliar entre integrantes de famílias associadas a atividades agrícolas e não agrícolas, com pequenas distinções entre as classes internas a estes dois grupos principais. Enquanto as classes de empregadores e profissionais apresentam os melhores índices da estrutura social, a classe dos trabalhadores remunerados e não remunerados agrícolas competem pelos piores índices de infraestrutura domiciliar. Verifica-se que boa parte das diferenças deve-se à situação do domicílio, urbano ou rural, além da região geográfica, não captada nesta parte da análise. Enquanto as classes ocupacionais podem explicar boa parte da dicotomia urbano e rural, as diferenças regionais exigiriam um tratamento específico, como será visto em detalhes no próximo capítulo.

Embora se tenha constatado que a oportunidade de geração de renda dos integrantes de famílias de profissionais seja inferior à dos empregadores, estes possuem padrões de infraestrutura domiciliar muito semelhantes. Entre os integrantes de famílias de profissionais estão as maiores taxas de acesso à água canalizada (96,5%), luz elétrica (99%), esgotamento sanitário (81%), coleta de lixo (95%), sanitário próprio (98%), geladeira (96%) e televisão em

cores (96%). Os integrantes de famílias de empregadores destacam-se, entretanto, pelo maior acesso a itens menos essenciais: computador (42%), internet (34%) e máquina de lavar (61%). Deve-se também considerar que a participação de famílias agrícolas, mesmo em parcela reduzida na classe dos empregadores⁷⁶, acaba diminuindo as taxas de acesso à infra-estrutura domiciliar desta classe.

Mesmo com a análise limitada pela baixa representatividade amostral, é importante destacar que a classe dos trabalhadores não remunerados não agrícolas apresenta um relativo bom padrão social, com indicadores de infra-estrutura domiciliar superiores à massa trabalhadora não agrícola no que se refere ao acesso à água canalizada (90%), esgotamento sanitário (73%), telefone fixo (61%), computador (17%), internet (12%) e máquina de lavar (36,5%). Mesmo entre os subclassificados deste grupo ocupacional, taxas relativamente altas de acesso a alguns indicadores colocam em dúvida a situação do declarado. É o caso, por exemplo, de 10% de integrantes com acesso a computador na residência. Em outras palavras, mesmo entre integrantes de famílias não remuneradas não agrícolas com baixos rendimentos *per capita*, há pessoas com bons padrões sociais, o que pode ser devido, sobretudo, à subdeclaração dos rendimentos não oriundos do trabalho, uma situação não remunerada provisória (desemprego, por exemplo) ou ainda limitação dos dados para captar a posição ocupacional do integrante familiar.

Os integrantes das famílias sem ocupação com renda apresentam, mais uma vez, índices muito semelhantes à média nacional. Situação semelhante se observa entre os integrantes de famílias sem ocupação sem renda, ou seja, mesmo sendo uma classe na mais extrema das condições econômicas, os padrões de infra-estrutura domiciliar não se afastam muito da média nacional. Estes índices podem ser explicados pelo fato desta classe ser composta, sobretudo, por famílias de desempregados (ver Tabela 3.2), das quais muitas ainda mantêm, mesmo que provisoriamente, as condições básicas domiciliares até conseguirem nova inserção no mercado de trabalho.

⁷⁶ Para mais detalhes, ver composição das classes ocupacionais no capítulo 1.

Tabela 3.5 – Percentagem de pessoas segundo acesso à infra-estrutura domiciliar e camada social – Brasil 2004

Estrutura Social		Água	Luz Eletr	Esgoto	Sani- tário	Coleta Lixo	Fone Fixo	Compu- tador	Inter- net	Gela- deira	Maq Lavar	Tv Cores
Empregadores	Classificados (1,2,3)	97,3	99,1	82,1	98,8	91,9	80,8	49,6	39,8	97,9	69,1	97,9
	Subclassificados (4,5)	80,2	92,4	58,6	89,3	71,9	38,8	8,9	5,3	84,1	26,9	84,9
	Total	94,2	97,9	77,9	97,1	88,3	73,2	42,3	33,6	95,4	61,4	95,5
Profissionais Trabalhadores	Classificados (1,2,3)	98,6	99,8	86,8	99,5	97,7	80,4	46,5	37,5	98,6	64,7	98,3
	Subclassificados (4,5)	92,9	98,8	72,2	96,4	91,2	49,3	11,2	5,8	92,2	31,0	93,1
	Total	96,5	99,4	81,4	98,3	95,3	68,8	33,4	25,7	96,2	52,1	96,3
Massa Trabalhadora Não Agrícola	Classificados (1,2,3,4)	93,8	99,3	73,2	96,6	93,6	51,7	10,6	6,7	93,0	33,3	92,9
	Subclassificados (5)	86,5	98,2	60,8	92,1	87,1	26,5	1,5	0,6	82,9	13,9	84,0
	Total	91,4	98,9	69,2	95,1	91,5	43,5	7,6	4,7	89,7	27,0	90,0
Não Remunerados Não Agrícolas	Classificados (1,2,3,4)	93,4	100,0	80,8	97,7	92,7	77,2	21,5	17,5	96,7	43,0	93,7
	Subclassificados (5)	86,3	94,4	63,1	91,9	85,3	38,5	10,3	5,7	78,6	27,7	79,4
	Total	90,4	97,6	73,2	95,2	89,5	60,7	16,7	12,4	89,0	36,5	87,6
Massa Trabalhadora Agrícola	Classificados (1,2,3,4)	65,3	86,6	27,4	80,3	34,5	11,4	2,4	1,0	68,2	9,6	69,1
	Subclassificados (5)	48,2	76,5	17,1	65,8	25,1	2,8	0,2	0,1	49,3	3,7	50,4
	Total	56,8	81,6	22,3	73,1	29,8	7,2	1,3	0,5	58,8	6,7	59,8
Não Remunerados Agrícolas	Classificados (1,2,3,4)	63,4	88,4	35,8	77,5	44,1	25,4	4,2	2,7	72,3	12,8	72,4
	Subclassificados (5)	40,5	76,2	17,4	61,3	23,4	5,2	0,2	0,1	47,0	2,5	50,5
	Total	52,4	82,6	26,9	69,7	34,1	15,7	2,3	1,5	60,1	7,8	61,8
Sem Ocupação Com Renda	Classificados (1,2,3)	95,1	98,8	80,9	97,5	93,7	73,7	25,2	19,4	94,3	53,0	93,4
	Subclassificados (4,5)	85,4	96,6	61,8	90,8	83,3	33,0	3,3	1,7	80,3	16,9	80,4
	Total	89,6	97,6	70,1	93,7	87,8	50,6	12,8	9,4	86,4	32,5	86,0
Sem Ocupação Sem Renda		86,6	97,1	65,9	91,4	87,8	38,9	8,2	4,7	82,2	25,8	82,9
Total	Superior (1)	99,5	99,8	92,9	99,9	97,9	93,2	72,6	65,8	99,3	83,1	99,4
	Médio (2)	98,7	99,6	88,5	99,4	96,4	85,9	54,1	44,2	98,6	73,5	98,3
	Baixo (3)	94,3	98,5	75,6	97,0	90,1	64,1	21,2	14,7	94,4	45,4	93,6
	Inferior (4)	86,5	96,6	62,4	92,4	81,5	38,9	6,3	3,3	86,3	23,4	86,8
	Ínfimo (5)	76,4	92,2	50,4	85,0	70,9	22,6	2,4	1,1	73,7	12,8	75,0
	Classificados	91,9	97,8	72,7	95,5	87,4	59,0	23,5	18,0	92,0	43,4	91,8
	Subclassificados	80,7	94,0	56,1	88,0	75,9	30,0	4,5	2,3	78,5	17,6	79,4
	Total	87,4	96,2	66,2	92,4	82,8	47,6	16,2	12,0	86,6	33,4	86,8

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

Estas análises preliminares revelam a importância dos dois critérios de classificação na definição dos padrões sociais da população. Também apontam para a existência de outra importante dimensão para distinguir o padrão de vida dos brasileiros, fortemente associado às condições de infra-estrutura domiciliar urbana. Enquanto os estratos sociais definem uma evidente hierarquia em relação a todas as características domiciliares, a classificação ocupacional define uma hierarquia fortemente associada às classes agrícolas e não agrícolas, além de ligeiras diferenças dentro destes dois grupos principais.

Para simplificar e viabilizar a análise de relacionamentos múltiplos entre as condições de infra-estrutura domiciliar e as duas metodologias de classificação sócio-econômica, será apresentada a seguir uma proposta de indicador sintético para este importante componente de diferenciação do padrão de vida dos brasileiros, o ISIED (Indicador Sintético de Infra-Estrutura Domiciliar).

3.3.1.2 Indicador Sintético de Infra-Estrutura Domiciliar

O comportamento observado nos relacionamentos entre as camadas sociais e os indicadores de infra-estrutura domiciliar sugere a existência de uma importante dimensão de análise, positivamente associada à qualidade de vida propiciada principalmente pela infra-estrutura domiciliar urbana.

Para iniciar a análise desta dimensão, a Tabela 3.6 apresenta a matriz de correlações entre todos os indicadores dicotômicos de infra-estrutura domiciliar, a partir da qual é possível estimar os respectivos graus de associação. Vale informar que os coeficientes de correlação estimam o grau de associação linear entre duas variáveis quantitativas⁷⁷. Embora os indicadores de infra-estrutura domiciliar sejam variáveis dicotômicas, indicando a posse ou não de um bem ou serviço, não é incorreto considerá-los também como grandezas escalares, que assumem o valor 0 na situação de extrema inacessibilidade ou 1 na situação acessibilidade

⁷⁷ Foram estimados os coeficientes de correlação linear de Pearson ponderados pelos pesos amostrais. Sejam dois indicadores x e y e o peso de expansão amostral w , o coeficiente de correlação de Pearson ponderado entre eles (ρ_{xy}) será dado por:
$$\rho_{xy} = \frac{\sum_{i=1}^n w_i (x_i - \bar{x}_w)(y_i - \bar{y}_w)}{\sqrt{\sum_{i=1}^n w_i (x_i - \bar{x}_w) \sum_{i=1}^n w_i (y_i - \bar{y}_w)}}$$
, onde $\bar{x}_w$ e $\bar{y}_w$ referem-se às médias ponderadas dos indicadores.

total⁷⁸. O tamanho significativo da amostra da PNAD tende a diluir eventuais insuficiências que possam surgir ao estimar a correlação entre duas variáveis binárias.

Todos os indicadores apresentam correlações positivas e moderadas entre si, sendo que os menores índices são observados para os itens menos essenciais: computador, internet e máquina de lavar. Em outras palavras, pode-se dizer que o fato da pessoa possuir acesso a água canalizada ou mesmo luz elétrica no domicílio, por exemplo, não é suficiente para justificar a posse de computador, internet ou máquina de lavar, já que estes itens dependem, sobretudo, de fatores alheios ao acesso a serviços básicos de infra-estrutura domiciliar.

Tabela 3.6 – Matriz de correlações lineares entre indicadores de infra-estrutura domiciliar – Brasil 2004

Indicador	Água	Luz	Esgoto	Sanit	Lixo	Fone	Comp	Inet	Gelad	Maq Lav	Tv Cores
Água	1,000	0,430	0,445	0,543	0,539	0,329	0,163	0,138	0,490	0,251	0,434
Luz	0,430	1,000	0,257	0,401	0,398	0,185	0,086	0,072	0,476	0,138	0,487
Esgoto	0,445	0,257	1,000	0,354	0,496	0,386	0,247	0,221	0,358	0,343	0,330
Sanit	0,543	0,401	0,354	1,000	0,420	0,252	0,123	0,104	0,435	0,190	0,389
Lixo	0,539	0,398	0,496	0,420	1,000	0,384	0,188	0,164	0,408	0,266	0,384
Fone	0,329	0,185	0,386	0,252	0,384	1,000	0,399	0,371	0,341	0,468	0,313
Comp	0,163	0,086	0,247	0,123	0,188	0,399	1,000	0,838	0,170	0,453	0,162
Inet	0,138	0,072	0,221	0,104	0,164	0,371	0,838	1,000	0,144	0,417	0,138
Gelad	0,490	0,476	0,358	0,435	0,408	0,341	0,170	0,144	1,000	0,263	0,545
Maq Lav	0,251	0,138	0,343	0,190	0,266	0,468	0,453	0,417	0,263	1,000	0,243
Tv Cores	0,434	0,487	0,330	0,389	0,384	0,313	0,162	0,138	0,545	0,243	1,000

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

A partir da matriz de correlações entre estes onze indicadores, é possível extrair uma nova medida composta do padrão de infra-estrutura domiciliar. Cada um dos indicadores acima apresentados refere-se a uma dimensão social específica e são considerados *indicadores simples*. Uma técnica freqüentemente utilizada para permitir uma avaliação geral do padrão sócio-econômico e simplificar o processo de comparação entre grupos sociais distintos consiste em criar um *indicador sintético* a partir do agrupamento de outros indicadores (JANUZZI, 2001a).

⁷⁸ Aplicações similares podem ser encontradas em SEADE (1992).

As variáveis não observáveis F são chamadas de *fatores comuns*, já que contribuem para explicar a variabilidade das n variáveis observáveis. As variáveis U são ditas fatores únicos, já que cada fator U_i influencia a variabilidade de uma única variável observável X_i e referem-se ao comportamento não explicado pelos fatores comuns. Os coeficientes a informam a relação existente entre as variáveis observáveis e os novos fatores hipotéticos.

Mais detalhes sobre a técnica de análise fatorial podem ser obtidos em CUADRAS (1981). Uma síntese aplicada da técnica pode ser vista em KIM & MUELLER (1978). Este trabalho limitar-se-á a apresentar os principais conceitos para que o processo de interpretação dos dados não se torne demasiadamente vago. Todos os resultados foram obtidos pela rotina PROC FACTOR do sistema SAS e os valores foram ponderados pelos fatores de expansão (pesos amostrais) disponibilizados pelo IBGE.

O objetivo central da técnica de análise fatorial é obter m fatores comuns F que expliquem em boa medida a variabilidade total das n variáveis observáveis X . Por conveniência, as variáveis observáveis X são inicialmente padronizadas para terem média 0 e variância 1. Partindo deste pressuposto, pode ser demonstrado (CUADRAS, 1981) que a parcela da variabilidade total da i -ésima variável observável X_i explicada pelos m fatores comuns F será dada por (3.7) e recebe o nome de comunalidade (h_i^2):

$$h_i^2 = a_{i1}^2 + a_{i2}^2 + \dots + a_{im}^2 \quad (3.7)$$

Várias técnicas podem ser empregadas na obtenção dos fatores comuns. Neste trabalho, optou-se pela técnica de *componentes principais* pela simplicidade operacional e pela obtenção dos resultados mais condizentes à realidade analítica. Como bem demonstra CUADRAS (1981), a técnica de componentes principais consiste inicialmente em obter o fator F_1 que maximize a variabilidade explicada das n variáveis observáveis X . Sobre a variabilidade ainda não explicada, define-se o segundo fator F_2 utilizando o mesmo critério e assim sucessivamente, até serem obtidos os m fatores que expliquem 100% da variabilidade total das n variáveis observáveis.

Os coeficientes a , bem como a variabilidade total explicada por cada fator comum, são obtidos pelo processo de decomposição da matriz de correlações entre as variáveis observáveis

em autovalores e autovetores⁷⁹. A variabilidade total explicada pelo fator F_j será representada pelo autovalor λ_j que, como mostra a expressão (3.8), será equivalente à soma dos quadrados das correlações entre o fator F_j e as variáveis observáveis:

$$\lambda_j = a_{1j}^2 + a_{2j}^2 + \dots + a_{nj}^2 \quad (3.8)$$

Como as variáveis observáveis X_i são inicialmente padronizadas para terem média 0 e variância 1, a variabilidade total das n variáveis observáveis será justamente igual a n , que é o número de variáveis observáveis, como mostra a expressão (3.9):

$$n = Var(X_1) + Var(X_2) + \dots + Var(X_n) = 1 + 1 + \dots + 1 \quad (3.9)$$

De (3.8) e (3.9), tem-se que a variabilidade relativa explicada pelo j -ésimo fator será dada por (3.10):

$$\%Variabilidade_j = \frac{\lambda_j}{n} 100 \quad (3.10)$$

Definidos os fatores que expliquem razoavelmente a variabilidade dos dados, e sabendo que estes se referem às dimensões implícitas das variáveis observáveis, o processo de interpretação é um tanto subjetivo. O objetivo é atribuir a cada fator um nome que reflita a importância do mesmo em prever cada variável observável por meio da análise dos coeficientes de correlação linear a .

3.3.1.2.2 Fatores de infra-estrutura domiciliar

Aplicada a técnica de análise fatorial à matriz de correlações dos indicadores simples de infra-estrutura domiciliar em 2004 (Tabela 3.6), os resultados para a dimensão com a maior contribuição parcial (% Variabilidade) podem ser observados na Tabela 3.7. Este primeiro e único fator selecionado foi responsável por 39% da variabilidade total dos onze indicadores

⁷⁹ A matriz de correlações é equivalente à apresentada na Tabela 3.6.

simples de infra-estrutura domiciliar. Todos os demais fatores comuns apresentavam contribuições parciais inferiores a 18%, sendo ignorados pela baixa contribuição relativa e, sobretudo, para facilitar a análise dos resultados.

Todos os indicadores simples apresentaram relações positivas com o primeiro fator comum. A análise dos coeficientes de correlação a indica, entretanto, que esta dimensão está mais fortemente associada aos serviços essenciais de infra-estrutura domiciliar (água canaliza, luz elétrica, esgotamento sanitário, sanitário privativo e coleta de lixo), além de telefone fixo, geladeira e televisão em cores. Serviços menos essenciais, como computador, internet e máquina de lavar, apresentaram relações mais fracas, com comunalidades (variabilidade explicada pelo fator) equivalentes a 25%, 22% e 32%, respectivamente.

Tabela 3.7 – Primeiro fator comum de relacionamento com indicadores simples de infra-estrutura domiciliar – Brasil 2004

Indicador	Fator 1	
	Correlação (a)	Comunalidade (h_i^2)
Água	0,723	52,2
Luz Eletr	0,585	34,3
Esgoto	0,658	43,3
Sanitário	0,632	40,0
Coleta Lixo	0,701	49,1
Fone Fixo	0,638	40,7
Computador	0,504	25,4
Internet	0,469	22,0
Geladeira	0,697	48,6
Maq Lavar	0,562	31,6
Tv Cores	0,662	43,9
Autovalores (λ)	4,31	
% Variabilidade	39,2	

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

Nesta análise, este primeiro fator representará a dimensão implícita das condições de vida da população brasileira e sua estrutura de ponderações será adotada para a construção do ISIED. As principais propriedades do ISIED são: i) possui fortes correlações com características fundamentais de infra-estrutura domiciliar das localidades urbanas mais desenvolvidas; ii) está positivamente relacionado a todas as condições de infra-estrutura

domiciliar, ou seja, a posse de algum bem ou serviço domiciliar sempre representará contribuições positivas em sua escala quantitativa; iii) apresenta o maior poder discriminatório das características domiciliares analisadas, ou seja, possui a estrutura de ponderação que melhor distingue os diferentes padrões sociais observados.

Obtidos os coeficientes de correlação (a) que definem o grau de dependência linear entre cada variável observável e o primeiro fator comum, resta ainda determinar a relação inversa, ou seja, os coeficientes da relação linear que estimarão o valor previsto do fator comum em função das variáveis observáveis. Fazendo-se as devidas transformações⁸⁰, a relação que se deseja para o primeiro fator será dada por (3.11):

$$F_1 = \frac{a_{11}}{\lambda_1} X_1 + \frac{a_{21}}{\lambda_1} X_2 + \dots + \frac{a_{n1}}{\lambda_1} X_n \quad (3.11)$$

Lembrando que as variáveis X referem-se aos valores observados padronizados, ou seja, dado, por exemplo, um indicador observado de acesso à água canalizada $\acute{A}gua$ (0 em caso de ausência e 1 em caso de posse), com frequência média amostral dada por $\hat{p}_{\acute{A}gua}$, o valor padronizado de $X_{\acute{A}gua}$ será dado por (3.12):

$$X_{\acute{A}gua} = \frac{\acute{A}gua - \hat{p}_{\acute{A}gua}}{\sqrt{\hat{p}_{\acute{A}gua}(1 - \hat{p}_{\acute{A}gua})}} \quad (3.12)$$

O mesmo raciocínio é válido para os indicadores Luz (luz elétrica), $Esgoto$ (esgotamento sanitário), $Sanit$ (sanitário privativo), $Lixo$ (coleta de lixo), $Fone$ (telefone fixo), $Comp$ (computador), $Inet$ (internet), $Gelad$ (geladeira), $Maqlav$ (máquina de lavar) e TV (televisão em cores), obtendo-se os valores padronizados dados, respectivamente, por X_{luz} , X_{esgoto} , X_{sanit} , X_{lixo} , X_{fone} , X_{comp} , X_{inet} , X_{gelad} , X_{maqlav} e X_{tv} .

Aplicando a expressão (3.11) aos valores observados na Tabela 3.7, tem-se, finalmente, a seguinte estrutura de ponderações para o ISIED:

⁸⁰ Ver CUADRAS (1981, p. 217).

$$\begin{aligned}
ISIED = & 0,168 X_{agua} + 0,136 X_{luz} + 0,153 X_{esgoto} + 0,147 X_{sanit} + \\
& 0,163 X_{lixo} + 0,148 X_{fone} + 0,117 X_{comp} + 0,109 X_{inet} + \\
& 0,162 X_{gelad} + 0,130 X_{maqlav} + 0,154 X_{tv}
\end{aligned}
\tag{3.13}$$

Os coeficientes desta equação linear, ou *escores fatoriais*, refletem o poder discriminatório das variáveis padronizadas em relação aos distintos padrões sociais observados de infra-estrutura domiciliar. Aplicando esta estrutura de ponderações aos valores observados de acesso ou não a itens de infra-estrutura domiciliar, cada integrante familiar terá uma estimativa de ISIED, com a qual será possível relacioná-la às respectivas classes ocupacionais e estratos sociais em um modelo econométrico de regressão linear múltipla.

3.3.1.3 Modelo de relacionamentos múltiplos entre ISIED e camadas sociais

A partir de um modelo de regressão linear múltipla, será possível verificar os relacionamentos entre os padrões de infra-estrutura domiciliar (medidos pelo ISIED), as classes ocupacionais e os estratos sociais. Além de mensurar o grau de associação entre estas variáveis, o objetivo deste tópico será estimar de que forma as classes ocupacionais e estratos sociais afetam, independentemente, o padrão social dos integrantes familiares ou, em outras palavras, qual o efeito isolado das classes e estratos sobre as condições de infra-estrutura domiciliar dos integrantes familiares.

Foram utilizadas variáveis binárias para representar as diferentes categorias de classificação sócio-econômica no modelo de regressão múltipla. Desta forma, as 14 classes ocupacionais foram representadas por 13 variáveis binárias e os 5 estratos sociais representados por 4 variáveis binárias (ver Tabelas 3.8 e 3.9)⁸¹. As categorias definidas pela classe ocupacional dos trabalhadores domésticos e pelo estrato social ínfimo foram utilizadas como base de comparação neste estudo⁸², ou seja, os coeficientes estimados pelo modelo de regressão refletirão um melhor ou pior padrão médio de infra-estrutura domiciliar em relação

⁸¹ Quando uma variável qualitativa possui m categorias, utilizam-se $m-1$ variáveis binárias no modelo econométrico para evitar o problema de multicolinearidade exata entre as variáveis independentes (GUJARATI, 1995).

⁸² Optou-se pela camada social dos domésticos do nível ínfimo como base de comparação por ser este grupo, entre as camadas caracteristicamente urbanas, aquela com uma das piores condições de infra-estrutura domiciliar da estrutura social.

aos integrantes de famílias associadas ao trabalho doméstico ou em relação aos integrantes do estrato social ínfimo.

Tabela 3.8 – Variáveis binárias representativas das classes ocupacionais

Classe Ocupacional	Variável Binária												
	A1	A2	C	D	F	G	J1	H1	H2	H3	J2	SO	SOF
A-1 Empregadores (> 10)	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
A-2 Empregadores (<= 10)	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C Profissionais Autônomos	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
D Profissionais Assalariados	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
F Trabalhadores Autônomos	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
G Trabalhadores Assalariados	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
I Trabalhadores Domésticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
J-1 Trab. Não Remun. Não Agrícolas	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
H-1 Propr. Agríc. Conta Própria	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
H-2 Trab. Agríc. Autônomos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
H-3 Assalariados Permanentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
J-2 Trab. Não Remun. Agrícolas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
SO Sem Ocupação Com Renda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
SOF Sem Ocupação Sem Renda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1

Tabela 3.9 – Variáveis binárias representativas dos estratos sociais

Nível Econômico	Variável Binária			
	Inferior	Médio	Baixo	Inferior
Superior	1	0	0	0
Médio	0	1	0	0
Baixo	0	0	1	0
Inferior	0	0	0	1
Ínfimo	0	0	0	0

Para que os coeficientes do modelo de regressão estimassem uma variação relativa no padrão social, ao contrário da variação absoluta no ISIED que traria maiores dificuldades na interpretação, utilizou-se como variável dependente o logaritmo neperiano do ISIED, representado por $\ln(\text{ISIED})$. Para evitar a estimativa de logaritmos de valores não positivos, o ISIED foi acrescido de uma constante positiva e pouco superior ao menor valor observado na amostra.

O modelo ajustado era então da forma:

$$\begin{aligned}
\ln(ISIED) = & \alpha + \beta_1 Superior + \beta_2 Médio + \beta_3 Baixo + \beta_4 Inferior + \\
& + \beta_5 A1 + \beta_6 A2 + \beta_7 C + \beta_8 D + \beta_9 F + \beta_{10} G + \beta_{11} I + \beta_{12} JI + \\
& + \beta_{13} H1 + \beta_{14} H2 + \beta_{15} H3 + \beta_{16} J2 + \beta_{17} SO + \beta_{18} SOF + e
\end{aligned}
\tag{3.14}$$

Dos 399.354 integrantes familiares entrevistados em 2004, foram eliminados 8.096 que não possuíam classe ocupacional ou estrato social identificável e outros 574 com indicadores nulos de infra-estrutura domiciliar. O modelo de regressão múltipla foi então ajustado aos 390.684 habitantes restantes na amostra. As estimativas foram obtidas pela técnica de mínimos quadrados ponderados, utilizando os peso amostrais como fatores de ponderação das observações. O modelo foi ajustado pela rotina PROC REG do sistema SAS e a análise das variabilidades obtida é ilustrada na Tabela 3.10.

Tabela 3.10 – Análise de variância para a equação (3.14)

Fonte	Gl	Soma dos Quadrados	Quadrados Médios	F	valor p
Regressão	17	34.183.580	2.010.799	5.580,7	<0,0001
Resíduos	390.666	140.762.612	360		
Total	390.683	174.946.192			

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

O modelo mostrou-se significativo em explicar o comportamento do regressando $\ln(ISIED)$, com um coeficiente de determinação R^2 equivalente a 0,195, ou seja, um quinto da variabilidade total do regressando explicada pelas 17 variáveis independentes do modelo. Este coeficiente de determinação aparentemente baixo pode ser explicado por dois motivos principais: i) o uso apenas de variáveis independentes binárias no modelo, que limitam a amplitude de variação dos regressores; ii) a infinidade de fatores externos que podem influenciar o heterogêneo universo de padrões sociais urbanos brasileiros (região geográfica, por exemplo) e não somente as características definidas pelos níveis econômicos e classes ocupacionais dos integrantes familiares.

Entretanto, as categorias analisadas mostram uma relativa eficiência em discriminar os padrões domiciliares dos integrantes familiares quando comparadas, por exemplo, a duas das principais variáveis relacionadas aos padrões de bem-estar da população (HOFFMANN,

2000a): logaritmo da renda *per capita*, $\ln(RndPCap)$, e anos de escolaridade, $AnosEsc$ ⁸³. Juntas, estas duas variáveis explicam apenas 7,6% das condições de infra-estrutura domiciliar (ver análise de variância na Tabela 3.11), contra 19,5% das classes e estratos sociais.

Tabela 3.11 – Análise de variância para $\ln(ISIED) = \alpha + \beta_1 \ln(RndPCap) + \beta_2 AnosEsc + e$

Fonte	gl	Soma dos Quadrados	Quadrados Médios	F	valor p
Regressão	2	13.371.723	6.685.862	16.029,6	<0,0001
Resíduos	391.561	163.318.339	417		
Total	391.563	176.690.062			

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

O autor reconhece, ainda assim, que o modelo proposto (3.14) está longe de representar o melhor ajuste funcional para as variáveis em estudo, já que foi elaborado apenas para evidenciar tendências básicas de relacionamentos entre as camadas sociais e os padrões de infra-estrutura urbana. Alguns pressupostos fundamentais do modelo de regressão linear, como a normalidade e homocedasticidade dos resíduos, poderiam ser testados para dar maior confiabilidade às estatísticas. Entretanto, achou-se desnecessário estes passos de análise pela simplicidade dos propósitos da pesquisa, além da significância da maioria dos coeficientes dar relativa credibilidade aos resultados, como pode ser observado pelos resultados da Tabela 3.12.

⁸³ Os anos de escolaridade representariam, neste caso, uma estimativa média dos anos de estudo para cada família, já que são considerados todos os integrantes familiares.

Tabela 3.12 – Parâmetros estimados e testes de significância para coeficientes da equação (3.14)

Variável	Parâmetro Estimado	Erro Padrão	t	valor p
Intercepto	1,003	0,007	141,1	<,0001
Superior	0,523	0,008	65,1	<,0001
Médio	0,479	0,006	77,4	<,0001
Baixo	0,356	0,004	87,7	<,0001
Inferior	0,204	0,004	53,5	<,0001
A1	0,000	0,021	0,0	0,9816
A2	-0,140	0,010	-13,9	<,0001
C	-0,009	0,010	-0,9	0,3539
D	0,019	0,008	2,4	0,0147
F	-0,037	0,008	-4,5	<,0001
G	0,002	0,008	0,3	0,7545
J1	0,029	0,034	0,9	0,3944
H1	-1,272	0,009	-142,9	<,0001
H2	-1,136	0,021	-54,4	<,0001
H3	-0,779	0,009	-85,7	<,0001
J2	-1,076	0,013	-85,8	<,0001
SO	-0,123	0,008	-15,6	<,0001
SOF	0,048	0,012	3,9	0,0001

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

Antes de interpretar os coeficientes da Tabela 3.11, valem algumas considerações importantes sobre o uso de variáveis dicotômicas em equações semi-logarítmicas. Quando se dispõe de k variáveis independentes contínuas X , os coeficientes da forma funcional (3.15) expressam a variação relativa na variável Y dada uma variação absoluta unitária em X , como demonstra a expressão (3.16)⁸⁴.

$$\ln Y = \alpha + \sum_{i=1}^k \beta_i X_i + e \quad (3.15)$$

$$\beta_i = \frac{\partial \ln Y}{\partial X_i} = \frac{1}{Y} \frac{\partial Y}{\partial X_i} \quad (3.16)$$

Entretanto, o uso de variáveis independentes dicotômicas D no lugar de variáveis contínuas X , como ocorre na expressão (3.17), tornaria a derivada da variável dependente em

⁸⁴ Ver GUJARATI (1995, p. 169).

função da variável dicotômica sem significado. Para contornar este problema, pode ser demonstrado (HALVORSEN & PALMQUIST, 1980) que a variação relativa em Y (VR_Y) quando a variável dicotômica D assume o valor unitário deve ser dada pela expressão (3.18)⁸⁵.

$$\ln Y = \alpha + \sum_{i=1}^k \beta_i D_i + e \quad (3.17)$$

$$VR_Y = \exp(\beta_i) - 1 \quad (3.18)$$

Aplicando a expressão (3.18) aos coeficientes da Tabela 3.12, têm-se as variações relativas nas condições de infra-estrutura domiciliar para cada uma das categorias analisadas, já desconsiderados os efeitos das demais variáveis.

Assim, desconsiderando a inserção dos integrantes familiares nas classes ocupacionais, os estratos sociais distinguem significativamente os padrões de infra-estrutura domiciliar, com uma clara hierarquia destes níveis econômicos em relação ao ISIED. Em média, o estrato superior possui um padrão domiciliar 69% superior ao estrato ínfimo. Este padrão cai progressivamente até chegar ao estrato inferior com uma infra-estrutura domiciliar 23% superior ao observado para os miseráveis do estrato ínfimo.

Em relação às classes ocupacionais, o que se constata é que, desconsiderando o padrão econômicos dos integrantes familiares, as maiores distinções de infra-estrutura domiciliar estão entre as classes agrícolas e não agrícolas. Com exceção das classes dos micro e pequenos empregadores (A2), profissionais assalariados (D) e trabalhadores autônomos (F), as demais classes tipicamente não agrícolas apresentaram coeficientes estatisticamente insignificantes, assumindo uma probabilidade máxima de erro tolerado igual a 5%. Ou seja, não há distinção significativa das demais classes não agrícolas em relação ao padrão observado para a classes dos trabalhadores domésticos. Mas a verdade é que, com exceção dos micro e pequenos empregadores, que apresentam um padrão 13% inferior aos integrantes de famílias associadas ao trabalho doméstico⁸⁶, todas as classes não agrícolas apresentam coeficientes baixos demais (todos abaixo de 4%) para se afirmar que haja diferenças marcantes entre as categorias ocupacionais não agrícolas.

⁸⁵ A verdade é que, para pequenos valores dos coeficientes β 's estimados, como ocorre no estudo mencionado, as diferenças em relação ao VR_Y tendem a ser mínimas.

⁸⁶ O que corrobora para esta situação pode ser, sobretudo, a existência de pequenos empregadores agrícolas nesta classe.

Já as classes agrícolas apresentam padrões domiciliares bem inferiores aos da classe de trabalhadores domésticos. Há ainda pequenas diferenças de padrões domiciliares entre as classes agrícolas que definem uma hierarquia liderada pelos integrantes de famílias associadas ao trabalho agrícola assalariado, seguidos pelos integrantes de famílias não remuneradas, de trabalhadores autônomos e proprietários conta-própria. A classe dos pequenos proprietários conta-própria (H-1) aparece com os piores padrões domiciliares, com percentual médio 72% inferior ao da classe de trabalhadores domésticos, enquanto a classe de assalariados agrícolas (H-3) apresenta o melhor padrão médio desta categoria, apenas 58% inferior à classe de trabalhadores domésticos.

3.4. Conclusão

Ao mesmo tempo em que se procurou dar validade à estrutura de classes, relacionando-a a características gerais da população, condição de atividade e padrão de infra-estrutura domiciliar, a análise das características sócio-econômicas apresentadas neste capítulo forneceu valiosos elementos para compreender a composição das camadas sociais. Neste processo, foram utilizadas técnicas de análise estatística multivariadas capazes de resumir a estrutura de relacionamentos das múltiplas categorias analíticas e dar uma medida estatística para o grau de associação entre as variáveis.

Primeiramente, foi descrita a composição das camadas sociais segundo características de inserção no mercado de trabalho de seus integrantes. Foram analisadas características relacionadas ao sexo, cor, escolaridade e condição de atividade dos indivíduos, permitindo algumas importantes considerações sobre o tema.

A participação das mulheres nas camadas sociais mostrou poucas diferenças significativas, já que a classificação não se refere à posição individual, mas sim familiar. Mesmo assim, foi possível identificar uma ligeira maior associação das mulheres ao recebimento de aposentadorias e pensões na classe dos sem ocupação com renda, pela maior longevidade; à inatividade da classe dos sem ocupação sem renda; e, sobretudo, à classe de trabalhadores domésticos.

De maneira geral, confirmou-se também a já conhecida exclusão racial devido à distribuição dos negros entre as camadas sociais. Estes estão mais associados às classes agrícola e aos estratos inferiores. Não se trata, entretanto, apenas de uma relação de

causalidade, ou seja, os negros estariam associados aos estratos inferiores em consequência de seu predomínio nas classes agrícolas, já que, dentro de uma mesma classe ocupacional, estes ainda prevalecem entre os subclassificados.

A distribuição segundo o grau de escolaridade mostrou a quase exclusividade do ensino superior aos integrantes dos estratos superiores nas classes de empregadores e profissionais. No outro extremo, as classes que compõem a base larga da pirâmide social possuem ampla maioria da população com menos de 10 anos ou pessoas em idade ativa com não mais que o 1º grau de escolaridade completo.

Mostrou-se ainda que o desemprego é um fenômeno tipicamente não agrícola e associado aos estratos inferiores. Na verdade, são as recentes taxas elevadas de desemprego que acabam explicando a inclusão das famílias nos níveis mais baixos (QUADROS, 2004). Constatou-se também que a classe dos sem ocupação sem renda é composta, sobretudo, por integrantes de famílias de desocupados à procura de emprego, já que estes representam $\frac{1}{4}$ da população deste grupo. Da mesma forma, o desemprego é elevado na classe dos sem ocupação com renda, sugerindo que muitas das famílias destes grupos sejam dependentes de integrantes desocupados à procura de emprego, além de famílias com integrantes desocupados que dependem dos rendimentos de integrantes aposentados.

Além do desemprego, a inatividade e a informalidade estão também fortemente associadas aos estratos menos abastados. A alta parcela de inativos nas classes associadas à desocupação (sem ocupação sem renda) e subemprego (não remunerados) sugere que, entre estes, muitos possam estar inativos involuntariamente, desencorajados para a procura pelo emprego dada as condições pouco motivadoras do mercado de trabalho.

O uso conjunto das técnicas multivariadas de análise de correspondência múltipla e análise de cluster permitiu identificar algumas tipologias consistentes de associações entre as características de inserção no mercado de trabalho, as classes ocupacionais e os estratos sociais. Foram definidos quatro grupos de associações que representam distintos padrões sociais da população e mostram uma clara hierarquia social quanto à classe ocupacional, estratos social, cor, escolaridade e condição de atividade: i) classe média alta: tipologia associada ao estrato superior, à classe de empregadores e ao 3º grau de escolaridade; ii) classe média baixa: associada aos integrantes de famílias de pequenos empregadores e profissionais, aos estratos médio e baixo, à formalidade, 2º grau de escolaridade e aos não negros; iii) massa

trabalhadora: associada às classes de trabalhadores e sem ocupação com renda, aos estratos inferior e ínfimo, ao desemprego, à inatividade, aos negros e aos mais baixos graus de escolaridade; iv) inativos: tipologia associada à classe dos sem ocupação sem renda e às crianças menores de 10 anos.

Para mensurar o padrão de desenvolvimento social das localidades de procedência das famílias, inicialmente foram analisados 11 indicadores simples de infra-estrutura domiciliar: acesso a água canalizada; luz elétrica; esgotamento sanitário apropriado; sanitário privativo no domicílio; coleta de lixo; telefone fixo; computador; Internet; geladeira; máquina de lavar; e televisão em cores. De maneira geral, constatou-se que as duas metodologias de segmentação agem de forma complementar na definição do padrão social dos integrantes familiares. Enquanto os estratos sociais definem uma clara hierarquia em relação à renda, as classes ocupacionais distinguem as diferenças referentes aos padrões de vida urbano e rural.

Com o emprego das técnicas multivariadas de análise fatorial e regressão múltipla, foi possível promover múltiplos relacionamentos entre as classes ocupacionais, estratos sociais e os padrões domiciliares dos integrantes familiares. Enquanto a análise fatorial identificou um indicador sintético positivamente relacionado a todas as condições de infra-estrutura domiciliar e com razoável poder discriminatório (ISIED), a modelagem de regressão linear múltipla possibilitou mensurar o grau de associação entre as variáveis, além de identificar o efeito isolado de cada categoria social na configuração do padrão domiciliar dos integrantes familiares.

As classes ocupacionais e os estratos sociais mostraram-se significativos ao explicarem com relativa eficiência a variabilidade dos padrões domiciliares brasileiros. A estrutura social mostrou mais poder discriminatório quando comparada, por exemplo, a duas das principais variáveis relacionadas aos padrões de bem-estar da população (logaritmo da renda *per capita* e anos de escolaridade). O modelo de regressão múltipla também confirmou o efeito complementar das duas tipologias de segmentação na definição dos padrões domiciliares da população. Integrantes familiares pertencentes ao mesmo estrato social, ou seja, em posições econômicas equivalentes, apresentam diferenças significativas dependendo da classe ocupacional ao qual pertencem, principalmente em função desta ser agrícola ou não agrícola.

Em síntese, as análises deste capítulo forneceram elementos fundamentais para entender a composição das camadas sociais. Mais ainda, mostraram que estas são capazes de

definir grupos sócio-econômicos razoavelmente consistentes com os pressupostos teóricos, bem como discriminar significativamente diferentes padrões domiciliares da população brasileira. É verdade, entretanto, que alguns grupos com padrões muito heterogêneos, como a classe dos sem ocupação com renda e trabalhadores não remunerados não agrícolas, merecem estudos mais apurados sobre suas composições para aprimorar a estrutura de segmentação com um melhor tratamento das informações provenientes das pesquisas domiciliares do IBGE. Não se pode, entretanto, desconsiderar a relevância destas classes para a composição da estrutura social, já que, em algumas localidades, os integrantes de famílias sem ocupação com renda, por exemplo, representam parcela expressiva da população.

Possivelmente, a própria distribuição das classes no território seja capaz de explicar boa parcela desta heterogeneidade interna às camadas sociais. Para responder a esta e outras perguntas sobre a distribuição das camadas sociais no território brasileiro, o quarto e último capítulo elaborará uma nova configuração para o espaço nacional, analisando a distribuição das estruturas sociais municipais.

Capítulo 4 –Espacialização de classes no Brasil

4.1 Introdução

As extensas análises sobre a metodologia de classificação e composição sócio-econômica das camadas sociais apresentadas nos capítulos anteriores, além de darem consistência teórica à tipologia de estratificação, forneceram profícuos elementos para analisar a espacialização de classes proposta nesta parte final do trabalho. Baseado nas estruturas sociais municipais, este quarto capítulo proporá um novo mapa social brasileiro e analisará a complexidade sócio-econômica que surge dessa configuração, a qual contribuirá para explicar a dicotomia entre urbano e rural existente no país.

A divisão do território em áreas urbanas e rurais tem se constituído como a mais tradicional e amplamente utilizada tipologia espacial para estudos sócio-econômicos. O problema é que o Brasil não possui normas condizentes com sua complexa distribuição espacial e ainda vigoram no país regras para divisão territorial dos municípios herdadas do Estado Novo, de 1938. Tentando contornar essa situação, o IBGE ampliou, em 1991, a classificação espacial e trabalha atualmente com três categorias urbanas (urbanizadas, não urbanizadas e urbanas-isoladas) e quatro rurais (extensão urbana, povoado, núcleo e outros), mas ainda prevalece a obsoleta convenção de que toda sede de município é necessariamente espaço urbano, seja qual for sua função, dimensão ou situação (VEIGA *et al*, 2001).

O uso de metodologias alternativas de estratificação municipal que captem com mais eficiência a imensa diversidade dos municípios brasileiros torna-se, portanto, essencial para que a configuração territorial brasileira não permaneça na obscuridade. Nesse contexto, diversas tipologias de municípios podem ser obtidas empregando diferentes dimensões de análise, sendo que a eficiência de cada uma delas dependerá, sobretudo, dos propósitos da pesquisa.

Preocupado em desfazer a imagem confusa que se faz neste país entre setor econômico primário e espaço rural, como se os setores secundários e terciários fossem atributos exclusivos da economia urbana, VEIGA *et al* (2001), por exemplo, combinou o tamanho e a densidade populacional dos municípios para classificá-los em quatro grupos básicos: i) as aglomerações, ou pequenas cidades, com até 50 mil habitantes; ii) os grandes centros urbanos, com mais 100 mil habitantes; iii) as "cidades", com população entre 50 e 100 mil habitantes;

iv) e os chamados "rurbanos", formados por todos os municípios com densidades superiores a 80 hab/km² e com populações inferiores a 100 mil habitantes (fenômeno muito característico da Zona da Mata nordestina).

KAGEYAMA & LEONE (1999) aplicaram a técnica de componentes principais para classificar os municípios paulistas segundo combinações em que predominavam características de ruralidade/urbanização, pobreza/riqueza, alta/baixa densidade demográfica e agricultura familiar/empresarial. Nessa mesma linha de pesquisa, KAGEYAMA (2005) incorporou ainda conceitos associados à infra-estrutura domiciliar para criar uma nova regionalização do desenvolvimento rural no Estado do Rio Grande do Sul. Outras boas referências de análise são o estudo coordenado pelo CGEPUR (Coordenação Geral de Estudos e Política Urbana) do IPEA, desenvolvido em conjunto pelo NESUR (Núcleo de Economia Social Urbana e Regional) do IE-UNICAMP (Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas) e pelo DEGEO (Departamento de Geografia) do IBGE, que definiu uma nova configuração de aglomerações e redes urbanas obedecendo a aspectos relacionados à natureza demográfica, à estrutura ocupacional e à integração entre os núcleos; e o Índice Paulista de Responsabilidade Social, desenvolvido pelo SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) com base nas posições relativas dos municípios paulistas em função de características sociais associadas à riqueza, longevidade e escolaridade.

Seguindo o mesmo enfoque teórico, a proposta desta quarta e última parte do trabalho é apresentar uma nova configuração para o território brasileiro baseada na distribuição das estruturas sociais municipais. A hipótese central é que, assim como os condicionantes históricos, culturais e ambientais influenciam o grau de desenvolvimento sócio-econômico de uma região, os diferentes estágios de desenvolvimento regional determinam distintas estruturas sociais, exercendo papel fundamental na distribuição geográfica da população e, portanto, na configuração espacial da sociedade.

Compreender a distribuição espacial de dados oriundos de fenômenos ocorridos na população constitui hoje um grande desafio para a elucidação de questões centrais em diversas áreas de conhecimento (CAMARA *et al*, 2004). Aliando o emprego de técnicas de análise espacial e estatística multivariada, pretende-se identificar *clusters* de desenvolvimento sócio-econômico, ou seja, padrões espaciais de desenvolvimento ou atraso relativo, mostrando que

as regiões geográficas também cumprem papel importante na configuração sócio-econômica dos municípios.

A espacialização da estrutura social de QUADROS (2001) também traria novos e importantes elementos para analisar o quadro das diferenças regionais brasileiras. Embora as transformações sócio-econômicas em curso nos municípios sejam um importante dinamizador das mudanças na estrutura sócio-espacial, devem-se também considerar as extremas desigualdades existentes entre as regiões brasileiras. Relacionando as tipologias municipais a uma série de indicadores sócio-econômicos, será ainda possível observar diferenças regionais entre grupos de municípios relativamente homogêneos, enriquecendo a análise dos conglomerados municipais.

Para cumprir tais objetivos, os resultados deste capítulo serão apresentados em dois blocos: i) tipologias municipais de desenvolvimento social; ii) padrões sócio-econômicos das tipologias municipais. Na primeira parte, serão identificados *clusters* de desenvolvimento social com base na estrutura social dos municípios brasileiros. Posteriormente, esses grupos municipais de desenvolvimento relativamente homogêneo serão analisados segundo características associadas à concentração de renda, inserção no mercado de trabalho e infraestrutura domiciliar, permitindo um estudo mais apurado das complexas diferenças regionais brasileiras.

Antes, porém, a metodologia de análise abordará as principais diferenças que podem surgir do tratamento de informações do Censo Demográfico e da PNAD, além de um breve relato das técnicas de agrupamento e análise espacial utilizadas no desdobramento deste capítulo.

4.2 Metodologia de análise

A metodologia de análise deste capítulo pode ser dividida em três blocos principais: i) compatibilização da metodologia de análise da PNAD ao Censo Demográfico 2000; ii) análise de agrupamentos; iii) análise espacial de áreas.

4.2.1 Compatibilização da metodologia de análise da PNAD à base de microdados do Censo Demográfico 2000

Enquanto os capítulos anteriores apresentaram um panorama geral da estrutura social brasileira, com análises baseadas em informações extraídas da PNAD, este capítulo pretende analisar a estrutura social dos municípios brasileiros e sua distribuição no espaço geográfico, o que só pode ser viabilizado com o uso da base de microdados do Censo Demográfico.

O Censo Demográfico é a mais importante pesquisa domiciliar do IBGE, aplicada decenalmente em praticamente todo o território nacional⁸⁷. Atualmente conta com dois tipos principais de questionários: um básico, aplicado a 100% dos domicílios, e outro amostral, aplicado, no ano de 2000, sistematicamente e com equiprobabilidade em cada setor censitário⁸⁸, a uma amostra de 10% dos domicílios nos municípios com população superior a 15 mil habitantes e de 20% dos domicílios nos demais municípios.

Já a PNAD contou, até 2003, com uma abrangência territorial pouco inferior à do Censo Demográfico, pois não incluía os domicílios rurais dos Estados do Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Porém, a partir de 2004 a PNAD passou também a considerar os domicílios dessas respectivas áreas rurais da Região Norte. Essa restrição geográfica era responsável por uma estimativa populacional aproximadamente 2% inferior à do Censo Demográfico, já que eram desconsiderados os cerca de 3,6 milhões de brasileiros, segundo informações do Censo 2000, residentes nas áreas rurais dos mencionados Estados da Região Norte (ver diferenças na Tabela 4.1). A PNAD possui também uma amostra significativamente inferior à do Censo Demográfico⁸⁹, o que praticamente inviabilizaria a confiabilidade das análises de pequenas localidades municipais caso essas fossem identificadas na base de microdados.

⁸⁷ A primeira contagem populacional brasileira foi realizada em 1872, mas foi em 1890 que o Censo Demográfico tornou-se decenal (IBGE, 2002). São considerados todos os domicílios brasileiros, com exceção daqueles pertencentes a algumas raras tribos isoladas ao contato do homem *branco*.

⁸⁸ O setor censitário é a menor unidade territorial de análise. Segundo o IBGE (2002), no Censo 2000 o Território Nacional foi dividido em 215.811 setores censitários, que são áreas contíguas, respeitando-se os limites da divisão político-administrativa, do quadro urbano e rural legal e de outras estruturas territoriais de interesse, além dos parâmetros de dimensão mais adequados à operação de coleta.

⁸⁹ Em 2004, foram selecionados 112.716 domicílios para a entrevista da PNAD, correspondendo a uma população de 399.354 habitantes. Em números relativos, essa amostra correspondia a 0,2% dos habitantes e também 0,2% dos domicílios brasileiros (Fonte: PNAD, microdados, IBGE).

Essas diferenças relacionadas à amplitude geográfica e ao tamanho amostral fazem parte de um conjunto mais amplo de distinções entre a PNAD e o Censo Demográfico, que podem afetar a distribuição da estrutura social e serão aqui classificadas em quatro grupos principais: *i)* desenho amostral; *ii)* grau de aprofundamento das questões; *iii)* conceitos metodológicos; *iv)* tratamento dos dados.

i) Desenho amostral: a exclusão, até a PNAD de 2003, de uma pequena mas peculiar fração rural da população brasileira residente na Região Norte, cujas áreas são majoritariamente pobres e com predomínio da agricultura de subsistência, tendia a gerar uma menor representatividade da classe dos não remunerados agrícolas e dos estratos inferiores na estrutura social brasileira. Como pode ser observado pelas informações da Tabela 4.1, uma das possíveis conseqüências está na diferença entre as estimativas dos integrantes de famílias de não remunerados agrícolas pela PNAD e pelo Censo: enquanto a PNAD indica entre 2,4 e 2,5 milhões de pessoas nos anos de 1999 e 2001 (1,5% da população), pelo Censo 2000 eram cerca de 3,7 milhões, ou seja, 2,2% da população brasileira.

Já as diferenças observadas entre os estratos sociais não podem ser creditadas exclusivamente às distinções do desenho amostral das duas pesquisas domiciliares, pois variações temporais sobre o rendimento da população são mais freqüentes quando comparadas às lentas mudanças nas classes ocupacionais⁹⁰. Mesmo assim, é razoável também atribuir à inclusão dos integrantes das áreas rurais da Região Norte uma parcela de responsabilidade pela maior representatividade dos miseráveis do nível ínfimo no Censo Demográfico 2000 (34% contra 32% nas PNAD's).

Outra importante limitação do desenho amostral da PNAD refere-se à baixa desagregabilidade das informações geográficas. Além do reduzido tamanho amostral, que compromete a confiabilidade de estimativas em pequenas populações, o processo de seleção dos domicílios da PNAD privilegia alguns centros regionais em detrimento de outros municípios menos significativos e impede que as informações sejam desagregadas além de estados e regiões metropolitanas.

⁹⁰ O próprio mês de coleta das informações pode ser responsável por pequenas variações nos valores dos rendimentos, influenciadas, principalmente, por efeitos sazonais da economia ou por períodos de correção de algumas categorias salariais.

Esse processo de seleção dos domicílios da PNAD é formado por três estágios básicos (IBGE, 2004): i) seleção dos municípios; ii) seleção dos setores censitários; iii) seleção dos domicílios. No primeiro estágio de seleção, os municípios são classificados entre aqueles pertencentes às regiões metropolitanas, os considerados municípios auto-representativos (centros municipais de relativa importância no desempenho econômico e político de uma região) e os municípios não auto-representativos. Somente os municípios pertencentes às 10 regiões metropolitanas identificadas pela PNAD e os municípios auto-representativos apresentam 100% de probabilidade de seleção. Os municípios não auto-representativos participam de um processo preliminar de seleção aleatória para identificar aqueles que comporão os estágios posteriores de seleção dos setores censitários e domicílios.

Não se pode, entretanto, afirmar que essa diferença no critério de seleção dos municípios não auto-representativos seja responsável por uma maior ou menor representatividade de alguma classe ocupacional ou estrato social, já que há um rigoroso processo de amostragem probabilística para garantir a representatividade de toda a população. A grande limitação desse processo de seleção aleatória dos municípios está na desagregabilidade das informações regionais, que ficam restritas a estados e regiões metropolitanas e inviabilizam a análise de indicadores municipais.

ii) grau de aprofundamento das questões: a maior abrangência territorial (até 2003) e tamanho amostral do Censo Demográfico não se reflete no grau de aprofundamento das questões sócio-econômicas.

Embora o avanço metodológico nas técnicas estatísticas e de informação seja responsável por uma razoável redução nos custos operacionais, desde a coleta até o tratamento das informações estatísticas (DEDECCA, 1998), a realização do Censo Demográfico ainda exige uma considerável mobilização de capacidade técnica, humana e financeira. É o mais caro levantamento estatístico realizado pelo IBGE e pelos institutos internacionais de pesquisa, devendo-se considerar que a inclusão de novos temas no questionário envolve custos adicionais e tempo extra para disponibilização das informações.

Dessa forma, o Censo Demográfico vem tradicionalmente se restringindo aos questionamentos mais essenciais à atualização dos registros sócio-econômicos disponibilizados anualmente pela PNAD, permitindo, com sua maior representatividade

populacional, importantes análises sobre os indicadores municipais, distritais e até mesmo dos setores censitários. Eventualmente, são também incorporados temas que exigem um tratamento mais apurado, como a inclusão das características dos portadores de necessidades especiais realizada pelo Censo 2000.

A maior restrição temática do Censo em relação à PNAD está, sem dúvida, no que se refere às características de trabalho das pessoas. O Censo não capta, por exemplo, características associadas ao trabalho infantil e importantes especificidades da ocupação agrícola, como a condição de emprego temporário ou permanente e a relação do empreendimento agrícola conta-própria (parceiro, arrendatário, possessor, entre outros)⁹¹.

A consequência mais significativa para a análise da estrutura social está, entretanto, na ausência da informação sobre a ocupação anterior dos desocupados. Seja pelo recebimento do seguro desemprego, rendimentos provenientes de investimentos ou outras fontes, o desocupado muitas vezes ainda se mantém com o mais alto rendimento familiar, sendo sua última ocupação fundamental para designar a classe ocupacional da família. Em 1999, a PNAD identificou 999 mil famílias cujo principal rendimento era proveniente de um integrante desocupado e, em 2001, eram 1,2 milhões de famílias. A ausência dessa informação no Censo 2000 não permite identificar a classe ocupacional de muitas dessas famílias que, dessa maneira, acabam sendo classificadas como sem ocupação com renda ou sem ocupação sem renda.

iii) conceitos metodológicos: a metodologia do Censo Demográfico vem sendo periodicamente modificada para responder às mudanças percebidas pela estrutura sócio-econômica brasileira nas últimas décadas e permitir maior comparabilidade às recomendações internacionais (DEDECCA & ROSANDISKI, 2003).

A introdução de novas classificações de ocupações (nova CBO) e atividades (CNAE 2000) foi uma das mais significativas modificações do Censo Demográfico 2000 no que se refere às características de trabalho da população. Assim como feito para a PNAD a partir de 2002, a nova CBO exigiu uma nova metodologia de classificação para as classes ocupacionais,

⁹¹ Vale destacar que a classe ocupacional de trabalhadores assalariados agrícolas (H-3) era originalmente dividida entre integrantes de famílias de trabalhadores temporários e permanentes. Neste trabalho, acabaram sendo agregadas justamente para permitir a comparabilidade da estrutura ocupacional obtida pela PNAD e pelo Censo Demográfico.

adaptando os novos códigos de ocupações às já existentes classes da estrutura sócio-ocupacional. Mas, como observado na evolução histórica da PNAD feita no primeiro capítulo, essa adaptação não é, por si só, responsável por modificações significativas na distribuição da estrutura social.

Outras importantes considerações devem ser feitas em relação aos novos conceitos para ocupação e desocupação. Embora a tradição dos Censos fosse adotar o período de 12 meses para condição de ocupação, justificável pelo caráter sazonal da produção e da ocupação do setor agrícola (DEDECCA & ROSANDISKI, 2003), o Censo 2000 passou a adotar o período de uma semana de referência. Embora esse novo período possibilite a comparabilidade das informações do Censo 2000 àquelas provenientes da PNAD, acaba dificultando a análise histórica das ocupações pelos Censos Demográficos, além de gerar possíveis distorções na avaliação da ocupação agrícola⁹².

Além da ocupação remunerada, o Censo ainda permite identificar tanto a atividade não remunerada⁹³ quanto a de autoconsumo, mas não possibilita a identificação do trabalho em autoconstrução, ao contrário das PNADs da década de 90. Dessa forma, pela metodologia do Censo Demográfico 2000, famílias cujo membro com o maior rendimento individual era um ocupado na autoconstrução acabaram classificadas na classe ocupacional dos sem ocupação com renda ou sem ocupação sem renda⁹⁴. Observando as informações da Tabela 4.1, é possível identificar uma menor representatividade da classe dos não remunerados não agrícolas como provável resultado dessa restrição metodológica. Identificadas pelas PNAD, eram 45 mil famílias em 1999 e 65 mil famílias em 2001 cujo maior rendimento era proveniente de um ocupado na autoconstrução, classificadas como não remunerados não agrícolas.

Para os não ocupados na semana de referência, o Censo 2000 questionou a eventual procura por trabalho adotando um mês como período de referência para procura, ao contrário da PNAD, que permite a composição de períodos equivalentes a uma semana, um mês, dois

⁹² É possível, por exemplo, que pessoas estejam desempregadas durante a semana de referência da pesquisa do Censo Demográfico apenas em virtude do caráter sazonal da produção agrícola de sua região. Em outras palavras, essas pessoas estariam ocupadas em boa parte do ano, mas acabaram não realizando qualquer trabalho durante a semana de referência da pesquisa (Dedecca & Rosandiski, 2003).

⁹³ Atividades não remuneradas exercidas pelo menos 1 hora por semana.

⁹⁴ A família de um ocupado na autoconstrução que possua o maior rendimento individual familiar será classificada como sem remuneração com renda caso seu rendimento seja positivo, ou como ocupação sem renda caso este ocupado não possua rendimento de qualquer outra fonte.

meses ou até um ano de procura por emprego. Para viabilizar a comparabilidade das estatísticas de desemprego da PNAD às do Censo 2000, adotou-se também para a PNAD o período de procura por emprego de um mês.

iv) tratamento dos dados: o menor número de classes ocupacionais não identificadas e a ausência de camadas ignoradas nas informações do Censo 2000 em relação à PNAD (ver Tabela 4.1) se deve, sobretudo, à maior qualidade no tratamento das informações pelo Censo Demográfico.

Como afirma o IBGE (2002), todos os dados do Censo 2000 passaram por um processo de crítica eletrônica, cuja finalidade é eliminar qualquer tipo de inconsistência proveniente do processo de coleta ou digitalização das informações. São aplicadas técnicas estatísticas que identificam os registros problemáticos e corrigem seu conteúdo por valores imputados pelo próprio sistema. Os rendimentos não declarados, por exemplo, são imputados com o uso da técnica conhecida como “ÁRVORE DE REGRESSÃO” (BREIMAN *et al*, 1984): os moradores são inicialmente estratificados segundo características sócio-econômicas presentes no questionário ou dele derivadas; em seguida, os rendimentos não declarados são imputados por valores selecionados aleatoriamente dentro do estrato ao qual pertence o morador.

O maior custo desse processo aos usuários está no tempo de espera para a disponibilização das informações. A base de microdados do Censo 2000 levou, por exemplo, dois anos para ser disponibilizada pelo IBGE, enquanto a PNAD leva em torno de um ano para estar disponível ao público. Deve-se, entretanto, considerar que esse período pode variar de acordo com fatores alheios ao processamento das informações, como possíveis motivações políticas que possam influenciar a execução da pesquisa, como ocorrido no Censo Demográfico de 1991, ou mesmo a divulgação de informações em períodos pré-eleitorais, como a recente norma do governo federal para análise prévia das informações provenientes das pesquisas do IBGE.

Tabela 4.1 – População brasileira segundo estratos sociais

Estrutura Social		PNAD 1999		CENSO 2000		PNAD 2001	
		N Pessoas ¹	% ²	N Pessoas	%	N Pessoas ¹	% ²
Empregadores	Classificados (1,2,3)	6.400.452	4,0	4.562.745	2,7	6.539.116	3,9
	Subclassificados (4,5)	1.625.997	1,0	553.150	0,3	1.579.105	0,9
	Total	8.029.307	5,0	5.115.895	3,0	8.118.221	4,9
Profissionais Trabalhadores	Classificados (1,2,3)	24.992.690	15,7	26.689.561	15,9	27.006.841	16,2
	Subclassificados (4,5)	14.174.185	8,9	14.305.797	8,5	15.131.638	9,0
	Total	39.211.801	24,6	40.995.358	24,4	42.173.359	25,2
Massa Trabalhadora Não Agrícola	Classificados (1,2,3,4)	41.134.360	25,8	42.207.909	25,1	44.388.632	26,5
	Desclassificados (5)	20.364.460	12,8	21.728.160	12,9	21.352.438	12,8
	Total	61.533.815	38,6	63.936.069	38,0	65.759.910	39,3
Não Remunerados Não Agrícolas	Classificados (1,2,3,4)	241.452	0,2	81.293	0,0	227.877	0,1
	Desclassificados (5)	180.757	0,1	116.343	0,1	177.659	0,1
	Total	424.785	0,3	197.636	0,1	406.743	0,2
Massa Trabalhadora Agrícola	Classificados (1,2,3,4)	10.271.815	6,4	8.462.430	5,0	9.366.999	5,6
	Desclassificados (5)	13.541.159	8,5	11.542.533	6,9	11.648.426	7,0
	Total	23.812.974	14,9	20.004.963	11,9	21.015.425	12,6
Não Remunerados Agrícolas	Classificados (1,2,3,4)	1.165.495	0,7	758.705	0,5	1.260.182	0,8
	Desclassificados (5)	1.212.890	0,8	2.972.024	1,8	1.278.812	0,8
	Total	2.378.385	1,5	3.730.730	2,2	2.538.994	1,5
Sem Ocupação Com Renda	Classificados (1,2,3)	8.285.391	5,2	9.645.499	5,7	9.696.242	5,8
	Subclassificados (4,5)	11.847.199	7,4	16.432.078	9,8	12.765.974	7,6
	Total	20.137.203	12,6	26.077.577	15,5	22.475.080	13,4
Sem Ocupação Sem Renda		3.906.485	2,5	8.094.456	4,8	4.782.852	2,9
Ignorados		4.698.645	-	1.720.171	-	3.541.060	-
Total	Superior (1)	7.335.330	4,5	9.196.200	5,4	7.805.667	4,6
	Médio (2)	12.744.799	7,9	13.444.925	7,9	13.703.597	8,1
	Baixo (3)	41.667.605	25,8	41.434.379	24,4	45.157.204	26,8
	Inferior (4)	49.188.076	30,5	47.499.945	28,0	50.981.438	30,3
	Ínfimo (5)	50.426.438	31,3	58.297.407	34,3	50.572.550	30,1
	Ignorados	2.771.152	-	-	-	2.591.188	-
	Total	164.133.400	100,0	169.872.856	100,0	170.811.644	100,0

¹ Não inclui as áreas rurais da Região Norte (exceção ao Estado de Tocantins).

² Percentagem da população total desconsiderando ignorados.

Fonte: PNAD 1999, PNAD 2001 e Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

4.2.2 Técnicas de agrupamento

Classificar os municípios em grupos sociais significa adotar uma técnica de agrupamento capaz de identificar diferenças sócio-econômicas significativas entre municípios de grupos distintos e semelhanças relativas entre municípios de um mesmo grupo social. A opção pela técnica mais apropriada cumpre papel fundamental nesta análise, já que a escolha pode levar a diferentes conclusões sobre a distribuição da população.

Uma proposta interessante de estratificação sócio-econômica é apresentada no trabalho realizado pelo SEADE (2003) para a construção do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS). O IPRS é um índice relativo das condições de desenvolvimento humano, baseado nas

posições relativas dos municípios em função de características sociais associadas à riqueza, longevidade e escolaridade. Grupos homogêneos de municípios segundo as características assumidas são obtidos a partir de técnicas multivariadas de agrupamentos, sem a necessidade da construção de um índice sintético baseado em uma grandeza escalar para posterior definição de valores de referência como critério de segmentação.

As duas principais virtudes desses tipos de índices relativos são: *i)* eliminam a necessidade de construção de indicadores sintéticos, evitando a atribuição artificial de pesos às dimensões sócio-econômicas utilizadas na análise; *ii)* identificam grupos de municípios com condições comuns, o que possibilita a identificação em conjunto das principais características sócio-econômicas dos municípios. Medidas como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido pelo economista paquistanês Mahbud ul Haq em 1990 e amplamente divulgado pelo relatório PNUD das Nações Unidas como forma de comparação do estágio de desenvolvimento social das nações, trabalham com médias aritméticas simples de indicadores padronizados de cada dimensão de análise, obtendo resultados que indicam uma hierarquia ordenada segundo uma grandeza escalar⁹⁵. Embora o uso de médias permita a criação de grandezas escalares de fácil comunicação, implica em dois problemas principais: *i)* a grandeza escalar média de um município não explicita os motivos que o levaram a se encontrar numa dada posição⁹⁶; *ii)* a construção de médias exige a atribuição de pesos a cada um dos indicadores, muitas vezes sem qualquer critério explícito.

Ao mesmo tempo em que a construção dos índices relativos elimina a dificuldade na definição de pesos, também evita a arbitrariedade na adoção de valores de referência para segmentação. A maioria das análises de indicadores é feita em relação a um padrão de referência definido exogeneamente aos valores observados, como a definição de uma linha normativa de pobreza a partir das necessidades de consumo mínimas necessárias para uma família sobreviver, ou a delimitação dos estratos sociais a partir de valores socialmente aceitáveis aos padrões vigentes. Entretanto, os esforços estarão agora centrados na construção

⁹⁵ O IDH é obtido a partir de uma média aritmética simples de três indicadores padronizados: *i)* taxa de alfabetização, obtida pela média ponderada entre a taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade, com peso dois, e a taxa bruta de frequência à escola, com peso um; *ii)* esperança de vida ao nascer, que indica o número médio de anos que uma pessoa nascida numa dada localidade e no ano de referência deverá viver; *iii)* PIB *per capita*, que é a razão entre o PIB (US\$ PPC) e a população total de uma localidade no ano de referência.

⁹⁶ Um município pode, por exemplo, ter uma baixa expectativa de vida mas uma renda *per capita* elevada, o que justificaria uma média relativamente elevada.

de indicadores relativos de características sociais, definidos no âmbito das próprias informações que deram origem aos indicadores. Dessa forma, a classificação de um município não se dará por um valor previamente definido, mas pela própria distribuição dos valores observados para o conjunto dos municípios em determinado período de referência. A adoção desse padrão de referência relativo possui a grande virtude de evitar qualquer tipo de arbitrariedade ou irrealismo na definição dos padrões de referência, embora implique uma certa dificuldade para comparação intertemporal dos indicadores obtidos, uma vez que o caráter relativo do padrão de referência pode levar a sua alteração ao longo do tempo (SEADE, 2003).

A correta aplicação das técnicas multivariadas de análise de correspondência e *cluster* permitirá a criação de tipologias municipais com heterogeneidade mínima dentro de cada grupo e máxima entre estes, de tal forma que se obtenha grupos relativamente homogêneos em função da distribuição das estruturas sociais municipais⁹⁷.

4.2.3 Análise espacial de áreas

A análise espacial de dados compreende um conjunto de técnicas para o estudo de fenômenos observados em um espaço geográfico. Em outras palavras, trata-se de considerar não só a ocorrência de um fenômeno de interesse, como ocorre nas análises tradicionais, mas também a localização espacial desse evento.

Quanto ao tipo, fenômenos geográficos podem ser discretos, quando ocorrem em pontos isolados do espaço geográfico (domicílios, nascimentos, etc), ou contínuos, quando ocorrem em todo e qualquer ponto do espaço geográfico (temperatura, tipo de solo, etc.). Quanto à forma de representação, costumam ser classificados em pontos, linhas ou áreas (BAILEY & GATRELL, 1995). Eventos pontuais pressupõem uma ocorrência discreta no espaço, como ocorrências de uma determinada doença ou localização de espécies vegetais. Fenômenos como estradas e rios, por exemplo, podem ser representados por linhas em um espaço geográfico. Já as representações por áreas são utilizadas quando se dispõem de dados agregados em espaços delimitados, usualmente, por determinações político-administrativas (municípios e estados, por exemplo), legais (reservas indígenas, por exemplo.) ou naturais

⁹⁷ Detalhes sobre as técnicas de análise de correspondência e análise de *cluster* podem ser obtidos no terceiro capítulo.

(floresta amazônica, por exemplo). Importante destacar que, além da natureza do fenômeno de interesse, a escala de trabalho também pode determinar a forma de representação. As ocorrências de uma determinada doença podem ser representadas por eventos pontuais em uma avenida ou bairro, por exemplo, mas, à medida que se reduz a escala (áreas maiores), a tendência é que estes sejam agregados em áreas de coleta das informações (distrito, município, estado).

A maneira de captação dos dados também define a forma de representação. Os levantamentos domiciliares do IBGE, por exemplo, exigem a representação agregada das informações em áreas, já que os dados são identificados, na maior escala possível, segundo setores censitários aos quais pertencem os domicílios entrevistados. Embora seja possível a representação pontual dos fenômenos de interesse (localização geográfica do domicílio selecionado, por exemplo), esta não é feita por dois motivos principais: i) garantir o anonimato do entrevistado; ii) simplificar a operacionalidade na análise das informações.

Um dos problemas da análise de áreas é que esta pressupõe homogeneidade interna das informações, assumindo que variações significativas ocorrem apenas nos limites geográficos dos polígonos representativos das áreas. Essa é uma premissa nem sempre válida, principalmente em grandes áreas metropolitanas, onde é comum serem encontradas brutais desigualdades sócio-econômicas entre populações que vivem dentro das mesmas fronteiras geográficas⁹⁸. Considerar que os indicadores referem-se a valores médios das populações amostradas é, portanto, uma importante ressalva que deve ser feita à análise.

Outro problema que surge na análise de áreas é o chamado *problema da unidade de área modificável*: a definição espacial das fronteiras tende a afetar os resultados obtidos. As estimativas obtidas dentro de um sistema de unidades de área são função das diversas maneiras com que essas unidades podem ser agrupadas (BAILEY & GATREL, 1995). Em geral, a adoção de áreas mais agregadas tende a reduzir a flutuação aleatória e reforçar as relações estatísticas. Por outro lado, áreas menores produzem maior homogeneidade interna e permitem maior flexibilidade na análise (DRUCK *et al*, 2004)⁹⁹.

A opção deste trabalho foi a representação de áreas definidas pelos limites municipais vigentes no ano de 2000, totalizando 5.507 municípios, ou polígonos de análise. Mesmo sendo

⁹⁸ Dentro de uma mesma área municipal, a cidade de São Paulo, por exemplo, coexistem populações heterogêneas, como os habitantes do violento Jardim Ângela aos das luxuosas residências de *Alphaville*.

⁹⁹ Agregar em regiões maiores é fácil, mas desagregá-las é impossível.

possível a representação segundo setores censitários, esta não foi adotada para conferir maior confiabilidade às relações estatísticas, além de simplificar consideravelmente o processo de elaboração e análise dos resultados. Entretanto, estudos mais específicos (como as classificações sociais de grandes municípios) podem considerar as desagregações censitárias desde que estas não comprometam a significância estatística dos indicadores.

As informações dos 5.507 municípios identificados na base de microdados do Censo Demográfico foram georeferenciadas em um mapa contendo os limites geográficos da divisão territorial brasileira vigente no ano de 2001, denominado *malha digital municipal*, também disponibilizada pelo IBGE¹⁰⁰. O cálculo dos indicadores municipais foi feito pelo pacote estatístico SAS, enquanto que as análises espaciais foram feitas pelo sistema de informações geográficas SPRING (Sistema de Processamento de Informações Georeferenciadas)¹⁰¹.

Vale lembrar que 54 novos municípios foram emancipados no ano de 2001, gerando uma pequena incompatibilidade entre a base de microdados do Censo Demográfico 2000 e a malha digital de 2001. Para contornar esse problema, aos indicadores desses 54 municípios emancipados foram imputados os valores correspondentes aos respectivos municípios de origem¹⁰². Para citar um exemplo, os indicadores dos municípios de Campo Limpo de Goiás, emancipado em 2001 e presente na malha digital, foram georeferenciados utilizando-se os valores obtidos no Censo Demográfico para Anápolis, município de origem antes da emancipação. No caso de mais de um município de origem, optou-se por uma seleção aleatória de apenas um dos municípios de origem¹⁰³.

4.2.3.1 Mapas coropléticos

A forma mais comum e intuitiva de análise espacial de áreas é a partir de mapas coloridos representando padrões de comportamento de uma população. Esses chamados *mapas coropléticos*¹⁰⁴ reproduzem cada área do espaço geográfico por uma cor relacionada a

¹⁰⁰ A malha digital pode ser obtida em <<http://www.ibge.gov.br>>.

¹⁰¹ Pacote desenvolvido e disponibilizado gratuitamente pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), no sítio eletrônico <<http://www.dpi.inpe.br/spring>>.

¹⁰² A lista com os municípios emancipados em 2000 e os respectivos municípios de origem foram obtidas no IBGE (Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>).

¹⁰³ O autor reconhece que o procedimento mais apropriado seria a imputação dos valores correspondentes aos setores censitários de origem e não simplesmente ao agregado municipal. Não foi, entretanto, o procedimento adotado para simplificar o processo de análise, já que a falta de acurácia nas estimativas desse pequeno número de municípios emancipados em 2001 não comprometeria significativamente o resultado da análise espacial.

¹⁰⁴ Do grego: *choros* significa lugar e *plethos*, quantidade.

um valor único ou a um intervalo de variação do atributo de interesse. Além de uma impressão inicial sobre a região de estudo, os mapas coropléticos permitem identificar padrões mais ou menos óbvios de distribuição dos eventos.

Entretanto, além do já mencionado problema da unidade de área modificável, o uso de mapas coropléticos exige outros cuidados especiais. Áreas mais largas tendem a dominar o visual da imagem, o que pode gerar distorções na análise da distribuição espacial. Um problema muito freqüente em análises de dados sócio-econômicos é que, muitas vezes, deseja-se mapear as características das populações e não as características das áreas em si. Para citar um exemplo, embora as áreas urbanas concentrem boa parte da população, as áreas rurais costumam ser maiores e tendem a dominar a aparência de um mapa coroplético, dando a falsa impressão de que as características da população rural predominam na população. Na verdade, elas predominam no espaço, mas não na população.

Uma solução para esse tipo de problema seria a construção dos chamados *mapas de densidade equalizada*, ou *cartogramas* (BAILEY & GATREL, 1995). Tais mapas são obtidos a partir de transformações geométricas das áreas para que essas fiquem proporcionais ao valor do atributo de interesse (a população da área, por exemplo), de tal forma que essa operação não comprometa a contigüidade do espaço geográfico. Essa prática não é, entretanto, utilizada com muita freqüência, dada a complexidade dos algoritmos envolvidos no processo e a instabilidade dos resultados nos casos em que a distribuição das áreas no espaço geográfico é razoavelmente irregular¹⁰⁵.

Para evitar as dificuldades operacionais da construção desses mapas de densidade equalizada, uma alternativa de análise para distribuição populacional seria o emprego de *estimadores de intensidade*, cuja metodologia será esclarecida a seguir.

4.2.3.2 Estimador de intensidade

O *estimador de intensidade*¹⁰⁶ foi originalmente desenvolvido para suavizar a densidade de probabilidade de uma amostra ou, em outras palavras, obter um histograma suavizado das observações (BAILEY & GATRELL, 19995). É um indicador de fácil uso e

¹⁰⁵ Segundo Bailey e Gatrell (1995), embora os resultados sejam satisfatórios para o caso de superfícies regulares, há uma certa instabilidade das soluções quando se tratam de áreas irregulares.

¹⁰⁶ Do inglês *kernel estimation*.

interpretação, pode ser aplicado a eventos pontuais ou agregados em áreas e fornece uma primeira aproximação do padrão espacial do fenômeno de interesse (DRUCK *et al*, 2004).

Suponha inicialmente que se tenha um espaço geográfico formado por inúmeras localizações pontuais s , e que os n eventos observados na amostra se localizem nas posições $s_1, \dots, s_n$. Então, a intensidade $\lambda(s)$ para uma localização s qualquer será estimada por (BAILEY & GATRELL, 1995):

$$\hat{\lambda}_\tau(s) = \sum_{i=1}^n \frac{1}{\tau^2} k\left(\frac{s-s_i}{\tau}\right) \quad (4.1)$$

Onde a função k representa a distribuição de densidade bivariada para s e s_i , τ é a chamada largura da banda e controla o grau de *amacramento* da intensidade gerada. Geometricamente, essa largura da banda τ representa o raio da superfície, gerada a partir da localização s , que limitará os eventos integrantes da estimativa da função de intensidade $\lambda(s)$ (ver Figura 4.1).

Como afirmam BAILEY & GATRELL (1995, p. 86), a opção pela função de densidade k não costuma gerar diferenças significativas na estimativa da intensidade, sendo que uma escolha freqüente é a função de quarta ordem dada por:

$$k(h) = \begin{cases} \frac{3}{\pi}(1-h^2) & , \text{para } h \leq \tau \\ 0 & , \text{caso contrário} \end{cases} \quad (4.2)$$

Onde h é a distância geográfica entre as localizações s e s_i ($h=s-s_i$).

Fazendo as devidas substituições entre as expressões (4.1) e (4.2), chega-se à função de intensidade de quarta ordem na sua formulação geral:

$$\hat{\lambda}_\tau(s) = \sum_{h_i \leq \tau} \frac{3}{\pi\tau^2} \left(1 - \frac{h_i^2}{\tau^2}\right)^2 \quad (4.3)$$

Essa função nada mais é que um somatório das contribuições parciais de cada evento i à intensidade da localização s , considerando uma área de influência definida por um círculo de raio τ e centrado em s (ver Figura 4.1). Quando a distância entre o evento i à localização s for

máxima ($h_i = \tau$), a contribuição será nula e, quando o evento i ocorrer exatamente na localização s ($h_i = 0$), a contribuição será máxima e igual a $\frac{3}{\pi\tau^2}$.

Como já mencionado, a largura da banda τ funciona como uma espécie de suavizador da função de densidade. Quanto maior o valor de τ , mais eventos distantes da localização s serão considerados na função, resultando em uma maior suavização da superfície gerada, pois a intensidade estará representando uma estimativa geral de uma grande área de influência. Por outro lado, valores pequenos de τ tendem a gerar uma função de intensidade mais sensível a variações, com picos centrados em s .

Não há, a rigor, um valor de τ que defina uma região ideal de influência dos eventos. Embora haja métodos que procurem otimizar o valor de τ com base nos valores observados da amostra, o que normalmente se faz são simulações com vários valores de τ , escolhendo a superfície de intensidade mais apropriada ao estudo de caso.

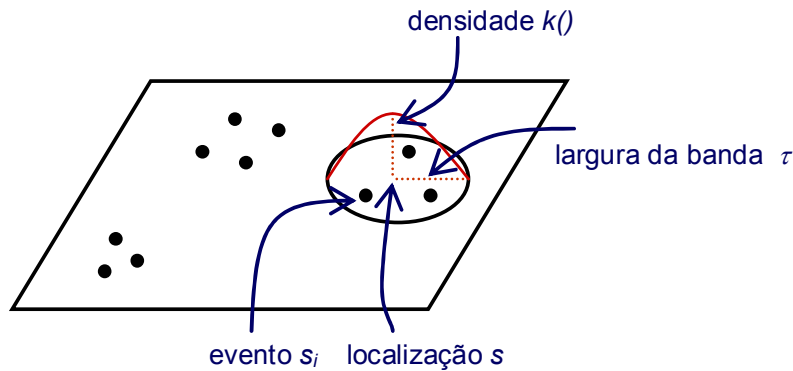


Figura 4.1 – Estimador de intensidade

Para adaptar a função de intensidade a representações em áreas, basta considerar que um evento de interesse possa ocorrer y_i vezes em uma área i qualquer. O estimador para a função de intensidade para eventos pontuais (4.3) será então ponderado pela frequência agregada y_i , usualmente considerando o centróide da área i como localização s_i de ocorrência dos eventos em questão, como representa a expressão (4.4).

$$\hat{\lambda}_\tau(s) = \sum_{h_i \leq \tau} \frac{3}{\pi \tau^2} \left(1 - \frac{h_i^2}{\tau^2}\right)^2 y_i \quad (4.4)$$

Por um processo denominado *fatiamiento*, a superfície de intensidades obtida com os valores de $\lambda(s)$ pode ser transformada em um mapa temático para representar visualmente o comportamento dos padrões espaciais de interesse. Uma forma simples de fatiamento consiste em criar intervalos iguais de variação das intensidades, associando a cada classe uma cor que representa um padrão espacial de interesse.

A vantagem desses *mapas de intensidade* em relação à simples visualização dos eventos no espaço é que, ao considerarem as frequências observadas na vizinhança geográfica, reduzem o efeito de flutuações aleatórias no espaço e facilitam a identificação de padrões espaciais de concentração, ou bolsões de concentração espacial.

4.3 Tipologias municipais

Após um breve relato da metodologia de análise, a seguir, serão apresentados os principais resultados da análise dos padrões municipais obtidos a partir na base de microdados do Censo Demográfico 2000. Primeiramente, será descrito o processo de elaboração e validação dos perfis sociais obtidos a partir das estruturas sociais municipais. Posteriormente, essas tipologias municipais serão cruzadas a algumas características sócio-econômicas, permitindo uma nova configuração espacial para análise das diferenças regionais brasileiras.

4.3.1 Perfis sociais

As tipologias municipais de desenvolvimento social, ou simplesmente *perfis sociais*, foram obtidas com o emprego conjunto das técnicas estatísticas multivariadas de análise de correspondência e análise de *cluster*. Enquanto a análise de correspondência possibilitou a redução da estrutura de relacionamentos entre os atributos qualitativos de interesse, a análise de *cluster* permitiu a agregação de características relativamente homogêneas para constituição dos perfis sociais¹⁰⁷.

Os 5.507 municípios do Censo 2000 foram relacionados às 15 classes ocupacionais (A-1, A-2, C, D, F, G, I, J-1, H-1, H-2, H-3, J-2, SO, SOF e Ignorados) e aos 5 estratos sociais

¹⁰⁷ Mais detalhes sobre as técnicas estatísticas de análise multivariada podem ser obtidos no Capítulo 2.

(Superior, Médio, Baixo, Inferior e Ínfimo). A análise da estrutura de associações desses múltiplos relacionamentos exigiu a elaboração de uma tabela de contingência com 413.025 posições de frequências ($5.507 * 15 * 5$). Essa tabela de contingência, também chamada de tabela de Burt, foi utilizada pela AC para reduzir a dimensionalidade dos dados e viabilizar a identificação de grupos de municípios relativamente homogêneos.

As duas principais dimensões obtidas pela AC representavam, cada uma, 0,003% da variabilidade total. Embora pareça, à primeira vista, uma representatividade insignificante da variabilidade total, é importante salientar que a multiplicidade de situações existentes na tabela de Burt (413.025) tende a gerar dimensões com baixas contribuições parciais. Deve-se, entretanto, considerar que qualquer dimensão explicando mais que $\frac{1}{413.025}100$ (ou seja, $\frac{1}{413.025}100$) da variabilidade das relações já estaria representando um ganho relativo de informação.

As categorias de análise - municípios, classes ocupacionais e estratos sociais - foram então agrupadas segundo o princípio da mínima variabilidade das duas dimensões da AC dentro dos grupos formados, aplicando a metodologia de *Ward*¹⁰⁸. Embora o dendograma seja a representação mais apropriada para a visualização dos diversos estágios de agrupamento, sua visualização se tornaria impraticável dada a expressiva quantidade de categorias a serem representadas (5.527). Para contornar esse problema, a Figura 4.2 apresenta uma simples caracterização dos coeficientes de dissimilaridade associados aos últimos estágios de agrupamento. A dissimilaridade associada a apenas 1 grupo de análise, com R^2 semiparcial equivalente a 100% da variabilidade total, foi desconsiderada para dar mais ênfase às variações gráficas dos coeficientes.

¹⁰⁸ Mais detalhes sobre a metodologia de Ward podem ser obtidos no Capítulo 2.

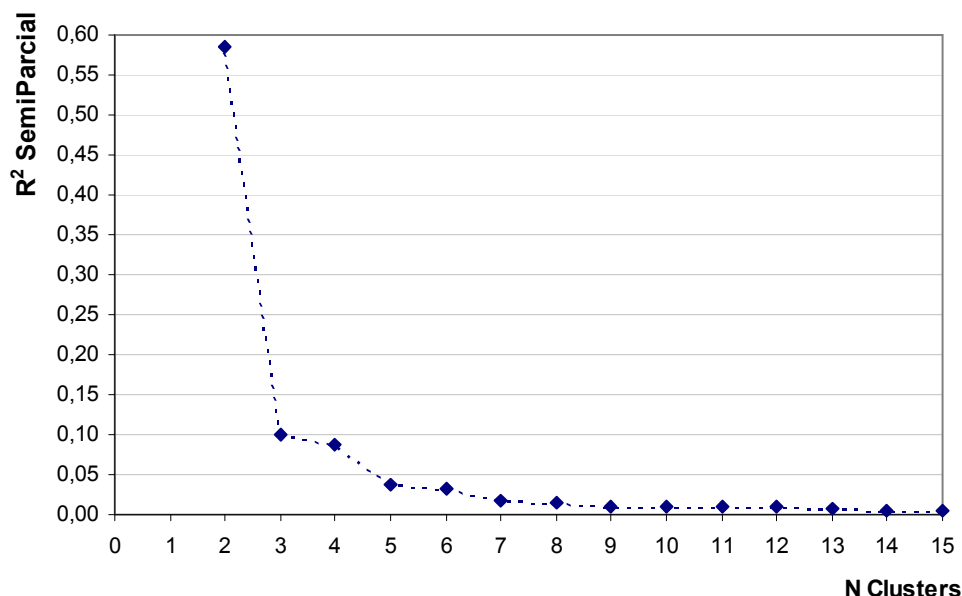


Figura 4.2 – Coeficiente de dissimilaridade (R^2 semiparcial) segundo número de *clusters*

Os coeficientes de dissimilaridade apresentam um decaimento aparentemente exponencial em relação ao número de grupos formados. A adoção, por exemplo, de 4 grupos de análise implicaria em um custo excessivamente alto de dissimilaridade interna das associações em relação à adoção de 5 tipologias, enquanto que a escolha de um número excessivo de grupos, embora com baixa dissimilaridade interna, dificultaria a análise dos resultados.

Entretanto, a escolha do número de grupos não deve considerar apenas o grau de dissimilaridade das associações, mas também a eficácia analítica das associações, ou seja, se as tipologias municipais obtidas em cada estágio de agrupamento distinguem razoavelmente as estruturas sociais que se deseja representar.

Dessa forma, baseado nos coeficientes de dissimilaridade (R^2 semiparcial) e na eficiência analítica dos grupos formados, optou-se pela adoção de 6 tipologias municipais. Como pode ser observada pela Figura 4.2, a redução no grau de dissimilaridade torna-se relativamente estável a partir do sexto *cluster*, além de ser esse o número mínimo necessário para distinguir eficientemente as principais classes ocupacionais: empregadores e profissionais; massa trabalhadora não agrícola; e massa trabalhadora agrícola.

A estrutura de associações com a distribuição das principais categorias de análise no espaço euclidiano formado pelas duas principais dimensões da AC pode ser visualizada na

Figura 4.3. Como a representação dos 5.507 municípios tornaria a visualização inviável, estes foram substituídos por quatro pontos cardeais representando a dispersão dentro de cada grupo. Considerando as duas dimensões da AC, 1ª e 2ª dimensão, representadas no plano euclidiano pelos eixos das abscissas e ordenadas, respectivamente, cada grupo de municípios foi representado pelos pontos: i) Norte, correspondente ao maior valor da 2ª dimensão e ao valor central da 1ª dimensão; ii) Sul, com o menor valor da 2ª dimensão e o valor central da 1ª dimensão; iii) Oeste, com o menor valor 1ª dimensão e o valor central da 2ª dimensão; iv) Leste, com o maior valor da 1ª dimensão e o valor central da 2ª dimensão. Dessa forma, os municípios do grupo 1, por exemplo, foram representados pelos pontos N1 (Norte do grupo 1), S1 (Sul do grupo 1), L1 (Leste do grupo 1) e O1 (Oeste do grupo 1).

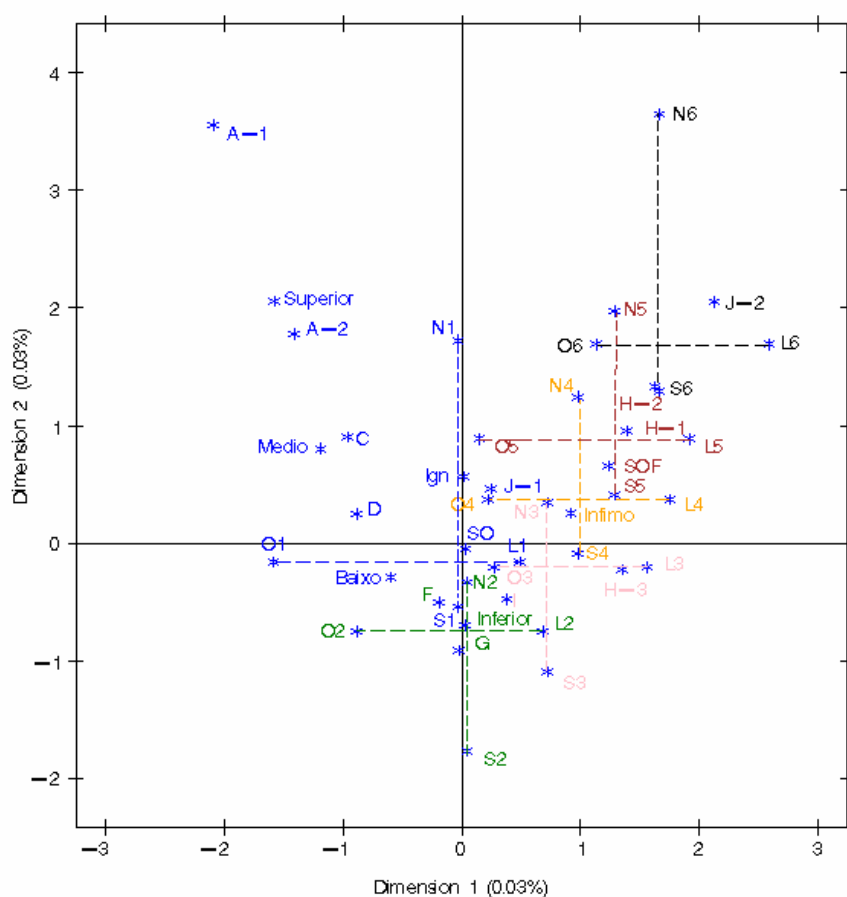


Figura 4.3 – Dimensões de correspondências entre municípios e estratos sociais

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

A análise da estrutura de associação da Figura 4.3 sugere a existência de seis tipologias municipais que seguem uma clara hierarquia de associações em relação às classes ocupacionais e aos estratos sociais. Enquanto os municípios dos grupos 1 e 2 apresentam uma estrutura associada às classes não agrícolas e aos quatro primeiros estratos sociais, os grupos 3, 4, 5 e 6 estão mais associados às classes agrícolas e ao nível ínfimo de pobreza.

Embora a classificação obtida não permita quantificar as relações entre os municípios brasileiros, ela permite identificar uma clara hierarquia de desenvolvimento sócio-econômico entre os perfis sociais. Da primeira à última tipologia municipal, a tendência é a redução do desenvolvimento sócio-econômico, com uma progressiva participação das classes ocupacionais relacionadas às atividades agrícolas, dos pobres e miseráveis pertencentes aos estratos inferior e ínfimo da estrutura social. Enquanto os municípios do grupo 1 estariam inseridos na terceira onda de desenvolvimento econômico, com predomínio das atividades relacionadas à prestação de serviços, os municípios do grupo 2 estariam na fase de industrialização, e os grupos 3, 4, 5 e 6 associados ao desenvolvimento do setor primário.

É importante, entretanto, destacar que essas tipologias municipais se referem a participações relativas na estrutura social que, por sua vez, estariam associadas ao grau de desenvolvimento sócio-econômico dos municípios. Não significa, por exemplo, que o maior contingente populacional de marginalizados esteja nos grupos 3, 4, 5 e 6, mas sim que a estrutura social pouco diversificada desses municípios não possibilita muitas alternativas econômicas à população. Sabe-se, por exemplo, que a pobreza está, em termos absolutos, concentrada nos grandes centros metropolitanos, onde também se concentram os maiores contingentes populacionais, aparecem as melhores oportunidades de classificação sócio-econômica e, conseqüentemente, as estruturas sociais relativamente melhor classificadas. Da mesma forma, é possível que municípios com predomínio de atividades tipicamente agrícolas apresentem bons indicadores de qualidade de vida, embora não seja esse o padrão vigente na maioria dos municípios, onde prevalecem marginalizados do estrato ínfimo e baixos padrões sociais na população.

A Tabela 4.2 apresenta a estrutura social para o conjunto dos municípios de cada perfil social, a partir da qual será elaborada uma análise mais apurada das tipologias municipais:

Tabela 4.2 – População segundo perfil social do município¹ – Brasil 2000

Estrutura Social		Grupo Social do Município												Total	
		1		2		3		4		5		6			
		N Pessoas	%	N Pessoas	%	N Pessoas	%	N Pessoas	%	N Pessoas	%	N Pessoas	%		
Empregadores	Classificados (1,2,3)	3.103.489	3,7	855.428	2,3	331.732	1,6	152.896	1,3	101.467	0,8	17.733	0,4	4.562.745	2,7
	Subclassificados (4,5)	236.434	0,3	115.710	0,3	87.331	0,4	53.203	0,5	50.350	0,4	10.122	0,2	553.150	0,3
	Total	3.339.923	4,0	971.138	2,6	419.064	2,0	206.099	1,8	151.816	1,2	27.855	0,7	5.115.895	3,0
Profissionais Trabalhadores	Classificados (1,2,3)	18.630.420	22,2	5.210.571	13,9	1.474.377	7,1	692.649	6,0	537.680	4,4	143.864	3,5	26.689.561	15,7
	Subclassificados (4,5)	7.382.330	8,8	3.470.602	9,3	1.583.312	7,6	798.424	6,9	798.182	6,6	272.948	6,6	14.305.797	8,4
	Total	26.012.750	31,0	8.681.173	23,2	3.057.690	14,7	1.491.072	12,9	1.335.861	11,0	416.812	10,1	40.995.358	24,1
Massa Trabalhadora Não Agrícola	Classificados (1,2,3,4)	23.213.673	27,7	12.436.826	33,3	3.683.662	17,8	1.482.779	12,8	1.140.872	9,4	250.098	6,1	42.207.909	24,8
	Subclassificados (5)	10.182.877	12,1	5.775.580	15,5	2.824.288	13,6	1.358.699	11,7	1.265.291	10,4	321.425	7,8	21.728.160	12,8
	Total	33.396.549	39,8	18.212.406	48,7	6.507.950	31,4	2.841.478	24,5	2.406.163	19,7	571.523	13,8	63.936.069	37,6
Não Remunerados Não Agrícolas	Classificados (1,2,3,4)	51.511	0,1	16.914	0,0	7.078	0,0	2.853	0,0	2.448	0,0	489	0,0	81.293	0,0
	Subclassificados (5)	57.734	0,1	23.501	0,1	14.272	0,1	8.939	0,1	8.359	0,1	3.537	0,1	116.343	0,1
	Total	109.245	0,1	40.414	0,1	21.350	0,1	11.792	0,1	10.807	0,1	4.027	0,1	197.636	0,1
Massa Trabalhadora Agrícola	Classificados (1,2,3,4)	1.982.092	2,4	1.113.625	3,0	2.234.409	10,8	1.391.466	12,0	1.361.696	11,2	379.142	9,2	8.462.430	5,0
	Subclassificados (5)	1.728.788	2,1	896.092	2,4	3.040.314	14,7	2.216.254	19,1	2.736.666	22,5	924.418	22,4	11.542.533	6,8
	Total	3.710.880	4,4	2.009.717	5,4	5.274.724	25,4	3.607.720	31,1	4.098.362	33,6	1.303.560	31,6	20.004.963	11,8
Não Remunerados Agrícolas	Classificados (1,2,3,4)	85.325	0,1	38.299	0,1	150.424	0,7	152.346	1,3	234.664	1,9	97.647	2,4	758.705	0,4
	Subclassificados (5)	214.942	0,3	68.162	0,2	404.740	2,0	540.011	4,7	1.025.504	8,4	718.666	17,4	2.972.024	1,7
	Total	300.267	0,4	106.461	0,3	555.164	2,7	692.358	6,0	1.260.168	10,3	816.312	19,8	3.730.730	2,2
Sem Ocupação Com Renda	Classificados (1,2,3)	6.212.115	7,4	1.894.805	5,1	756.089	3,6	366.522	3,2	330.517	2,7	85.450	2,1	9.645.499	5,7
	Subclassificados (4,5)	6.427.010	7,7	3.346.475	9,0	2.797.944	13,5	1.609.720	13,9	1.716.141	14,1	534.788	12,9	16.432.078	9,7
	Total	12.639.125	15,1	5.241.280	14,0	3.554.033	17,1	1.976.243	17,1	2.046.657	16,8	620.239	15,0	26.077.577	15,4
Sem Ocupação Sem Renda		3.579.881	4,3	1.781.405	4,8	1.137.402	5,5	612.940	5,3	678.542	5,6	304.285	7,4	8.094.456	4,8
Total	Superior (1)	7.456.197	8,9	1.100.973	2,9	341.633	1,6	159.300	1,4	113.358	0,9	24.739	0,6	9.196.200	5,4
	Médio (2)	9.584.336	11,4	2.566.932	6,9	680.748	3,3	326.074	2,8	233.162	1,9	53.673	1,3	13.444.925	7,9
	Baixo (3)	23.685.051	28,2	10.423.871	27,9	3.595.616	17,3	1.810.190	15,6	1.527.451	12,5	392.200	9,5	41.434.379	24,4
	Inferior (4)	21.729.477	25,9	11.790.275	31,6	6.609.348	31,9	3.300.991	28,5	3.165.654	26,0	904.200	21,9	47.499.945	28,0
	Ínfimo (5)	21.417.267	25,5	11.477.944	30,7	9.515.993	45,9	5.986.259	51,7	7.143.880	58,6	2.756.064	66,7	58.297.407	34,3
	Classificados	53.278.624	63,5	21.566.468	57,7	8.637.772	41,6	4.241.512	36,6	3.709.343	30,4	974.423	23,6	92.408.142	54,4
	Subclassificados	29.809.997	35,5	15.477.527	41,4	11.889.604	57,3	7.198.190	62,1	8.279.035	68,0	3.090.190	74,8	75.744.542	44,6
	Total	83.872.329	100	37.359.996	100	20.743.338	100	11.582.813	100	12.183.505	100	4.130.876	100	169.872.856	100

1 O estrato social ignorado foi excluído do corpo da tabela mas considerado nos totais.

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

Grupo 1 - Municípios urbanos de profissionais: pertencem a este grupo os municípios com o maior grau de desenvolvimento da estrutura social. Possuem cerca de $\frac{3}{4}$ da população nas classes ocupacionais tipicamente urbanas, com destaque para a participação dos empregadores (4%) e profissionais (31%), além de uma significativa parcela na classe da massa trabalhadora não agrícola (40%). Destaca-se ainda a maior participação de classificados em relação aos subclassificados, principalmente nas classes não agrícolas. De maneira geral, apresentam um padrão de vida típico de classe média, com quase 50% da população nos estratos superior, médio e baixo.

Grupo 2 - Municípios urbanos de operários: também apresentam uma população majoritariamente não agrícola, com os quase $\frac{3}{4}$ da população nas classes tipicamente urbanas, mas se destacam, sobretudo, pela expressiva participação de integrantes de famílias da massa trabalhadora não agrícola (49%). Distinguem-se ainda dos municípios urbanos profissionais pela maior parcela de subclassificados em todas as classes não agrícolas e, de maneira geral, maior participação nos estratos inferior e ínfimo (62% contra 51%).

Grupo 3 - Municípios rurais urbanizados: municípios que, embora apresentem um perfil tipicamente rural, com uma expressiva participação da população nas classes agrícolas (28%), estão em processo de urbanização, com 15% de integrantes de famílias de profissionais e 31% de trabalhadores não agrícolas em sua estrutura social. Entre as tipologias de municípios rurais (perfis sociais 3, 4, 5 e 6), apresentam a menor parcela de pobres e miseráveis dos estratos inferior e ínfimo, embora estes representem praticamente $\frac{4}{5}$ da estrutura social. Na composição interna da classe de trabalhadores agrícolas, distinguem-se dos demais grupos rurais pela maior percentagem de integrantes de famílias de assalariados (H-3 sendo 16%) e as menores participações relativas de integrantes de famílias de conta-própria (H-1 sendo 9%) e não remunerados (J-2 sendo 3%)¹⁰⁹.

¹⁰⁹ Embora os integrantes de famílias de trabalhadores conta-própria apresentem um rendimento *per capita* superior ao dos trabalhadores assalariados (ver Capítulo 1), constata-se que a maior participação destes na estrutura social está associada ao menor dinamismo econômico do município, mesmo porque, como foi constatado pelas análises do capítulo 3, a classe de trabalhadores conta-própria apresenta alguns dos piores indicadores sócio-econômicos entre as classes agrícolas.

Grupo 4 - Municípios rurais de trabalhadores: possuem mais de 1/3 da população nas classes agrícolas e se distinguem dos municípios do grupo 3 (municípios rurais urbanizados), pela menor participação relativa de integrantes da classe de trabalhadores não agrícolas e, sobretudo, pela composição interna massa trabalhadora agrícola: 17% de integrantes da classe de trabalhadores conta-própria (contra 9% do grupo 3), 1,2% de autônomos (contra 0,7% do grupo 3) e 13% de assalariados (contra 16% do grupo 3).

Grupo 5 - Municípios rurais de conta-própria: possuem 59% de miseráveis e uma expressiva parcela da população nas classes agrícolas - 31% na massa trabalhadora e 10% de não remunerados. Entre as tipologias rurais, destaca-se pela maior participação de pequenos proprietários agrícolas conta-própria, que representam 20% da população.

Grupo 6 - Municípios rurais de autoconsumo: na base da pirâmide social estão esses municípios rurais autoconsumo, onde as classes agrícolas são majoritárias na população e há um expressivo destaque para a participação de integrantes de famílias de não remunerados agrícolas (20%). Apresentam também as maiores taxas de subclassificados e, de maneira geral, 67% de miseráveis na população.

O primeiro fato a destacar é a configuração principal entre tipologias tipicamente urbanas e rurais, bem como a distinção interna que há entre elas. Enquanto os municípios urbanos se distinguem entre si pelo predomínio das classes relacionadas à prestação de serviços ou à indústria, nos rurais a maior distinção está na participação de integrantes de famílias de proprietários conta-própria, trabalhadores autônomos e assalariados da massa trabalhadora agrícola.

Outra importante conclusão dessa estratificação é, mais uma vez, a complementaridade dos critérios de classificação ocupacional e econômica. Da mesma forma que a distribuição das classes ocupacionais de um município determina em grande medida a distribuição dos estratos sociais, ela está também associada à parcela de classificados e subclassificados dentro de uma mesma classe ocupacional. Tal fato sugere que o estágio de desenvolvimento sócio-econômico de um município é responsável não só pela composição da estrutura ocupacional da sociedade, como também pelas diferentes oportunidades de geração de renda dentro de uma

mesma classe. A maior participação de profissionais e empregadores nos municípios urbanos, por exemplo, deve-se ao maior estágio de desenvolvimento sócio-econômico desses municípios, que também influencia a maior participação relativa dos classificados em relação aos subclassificados em praticamente todas as classes ocupacionais.

Mais detalhes sobre as tipologias municipais podem ser obtidos a partir das informações sócio-demográficas apresentadas na Tabela 4.3. As melhores oportunidades sócio-econômicas dos municípios urbanos de profissionais atraem também o maior contingente populacional. Com uma população de aproximadamente 84 milhões de habitantes, esses municípios concentravam quase metade da população brasileira no ano de 2000 em uma área correspondente a apenas 19% do território nacional. São os municípios com a maior renda média (419 reais *per capita*), maior população absoluta (média superior a 100 mil habitantes), porém não os mais densamente povoados, já que são superados pelos também concentrados municípios urbanos operários.

Embora apresentem uma média populacional (45 mil habitantes) que corresponde a menos da metade dos municípios urbanos de profissionais, os municípios urbanos de operários (grupo 2) possuem uma densidade 40% superior (74 contra 53 hab/km²). Isto se deve à pequena área territorial de seus 828 municípios, que corresponde a apenas 6% do espaço nacional, enquanto que os municípios desse grupo correspondem a 15% do total de municípios do país.

Já as 4 tipologias restantes de municípios rurais apresentam baixas densidades populacionais e baixas rendas *per capita*. São municípios pequenos e pobres, onde o tamanho médio não ultrapassa 15 mil habitantes, a densidade média é inferior a 15 hab/km² e a renda *per capita* não chega a 145 reais mensais. O grupo dos municípios rurais urbanizados predomina no Brasil, com 29% do total de municípios, mas o que chama atenção é o extenso espaço ocupado pelos 343 municípios do grupo 6 (6% dos municípios ocupando 19,5% da área total brasileira), onde prevalecem as atividades de autoconsumo em áreas semidesérticas com densidade inferior a 2 habitantes por km², com renda *per capita* que não ultrapassa os 66 reais mensais.

A densidade demográfica é, justamente, um dos pontos consensuais na inegotável discussão sobre a definição de rural e urbano (KAGEYAMA, 2004a). E, embora os resultados da Tabela 4.3 não permitam estabelecer parâmetros capazes de definir categorias de

municípios urbanos e rurais (ver VEIGA *et al*, 2001), mostram, em certa medida, uma tendência de convergência conceitual com a discussão corrente na literatura. Entretanto, deve-se deixar claro que, pela limitação dos dados, não é possível identificar zonas pontuais de desenvolvimento, pois as tipologias referem-se ao padrão médio observado nos limites municipais. Da mesma forma, as densidades apresentadas referem-se às tendências observadas no conjunto de cada perfil social, não impedindo, por exemplo, que um município com estrutura social tipicamente urbana operária apresente baixa densidade demográfica¹¹⁰, ou que um município com estrutura social tipicamente rural autoconsumo apresente alta densidade demográfica¹¹¹.

Tabela 4.3 – Características dos municípios segundo perfil social – Brasil 2000

Perfil Social	Municípios		População		População Média	% Área Total	Densidade (hab/km ²)	Rnd P Cap Real
	Número	%	Número	%				
1	781	14,2	83.872.329	49,4	107.391	18,9	52,6	419,2
2	828	15,0	37.359.996	22,0	45.121	6,0	74,3	254,4
3	1.577	28,6	20.743.338	12,2	13.154	16,7	14,8	144,1
4	940	17,1	11.582.813	6,8	12.322	18,1	7,6	124,7
5	1.038	18,8	12.183.505	7,2	11.737	20,8	7,0	92,9
6	343	6,2	4.130.876	2,4	12.043	19,5	2,5	66,1
Total	5.507	100,0	169.872.856	100,0	30.847	100,0	20,2	297,3

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE; Divisão Territorial Brasileira de 2001 (IBGE) disponível no Atlas Brasil (INPE). Elaboração do autor.

¹ Valores em Janeiro de 2005 (INPC corrigido para o Censo Demográfico – IPEA)

4.3.1.1 Distribuição espacial dos municípios segundo perfis sociais

Após uma rápida descrição das principais características sociais, econômicas e demográficas dos perfis sociais, a análise da distribuição espacial dessas tipologias permitirá identificar padrões de desenvolvimento no espaço nacional, além de fornecer importantes elementos para validação do critério de segmentação adotado.

Pra iniciar esta análise, a Figura 4.4 apresenta um mapa das grandes regiões brasileiras com o total de municípios em cada perfil social. Enquanto nas Regiões Norte e Nordeste

¹¹⁰ É o caso, por exemplo, do município de Guajará-Mirim, em Rondônia, que apresentava uma estrutura social característica de município urbano profissional, mas que possuía uma densidade de apenas 1,5 hab/km² (com uma população de 38 mil habitantes e área de 25 mil km²).

¹¹¹ É o caso, por exemplo, do município de Santa Maria do Cambucá, em Pernambuco, que apresentava uma estrutura social característica de município rural autoconsumo, mas que possuía uma densidade de 127 hab/km² (com uma população de 12 mil habitantes e área de apenas 92 km²).

prevalecem municípios com perfil tipicamente rural (89% dos municípios nos grupos 3, 4, 5 e 6), há uma evidente concentração de municípios tipicamente urbanos nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (42% dos municípios nos grupos 1 e 2).

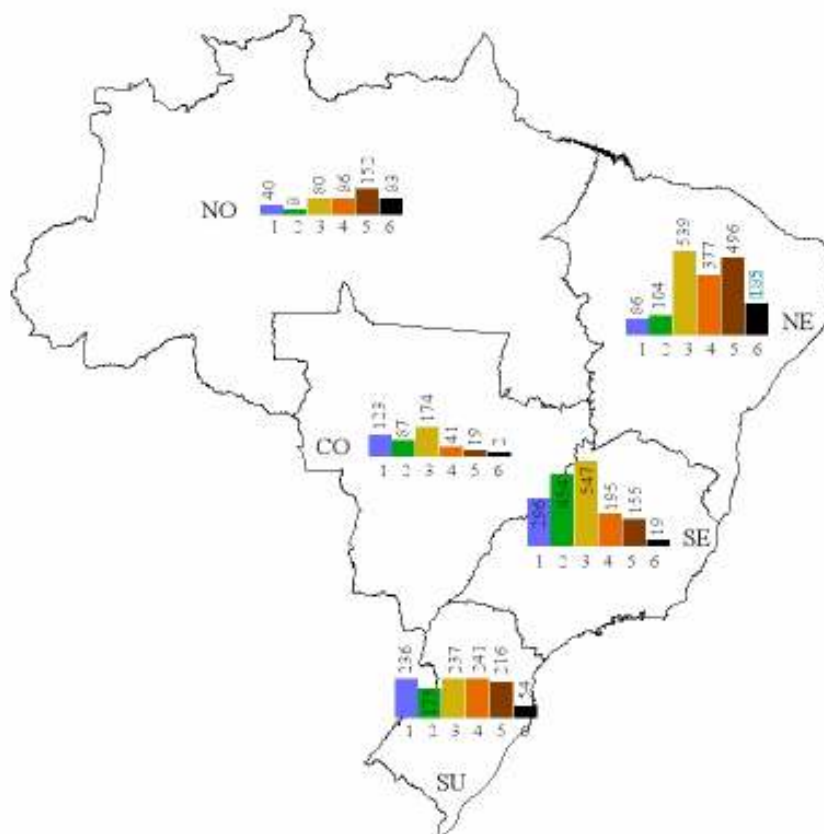


Figura 4.4 – Total de municípios segundo perfil social e grande região

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

As Regiões Norte e Nordeste concentram 78% dos municípios rurais de autoconsumo, sendo que, nas áreas pouco povoadas da Região Norte, essa participação é máxima sobre o total de municípios (18%). Na Região Sudeste está o maior parque industrial do país e a maior prevalência de municípios urbanos de operários entre as regiões brasileiras (27% do total). Já o Centro-Oeste destaca-se pela participação relativa de municípios rurais urbanizados (39%) e municípios urbanos de profissionais (28%), enquanto que na Região Sul chama atenção a heterogeneidade das tipologias municipais, com uma aparente uniformidade distributiva entre

municípios de diferentes categorias urbanas e rurais (com exceção de municípios rurais de autoconsumo).

As respectivas classificações e outras informações dos municípios brasileiros podem ser obtidas no Anexo C. Já a Figura 4.5 apresenta o mapa coroplético com a distribuição espacial das tipologias municipais.

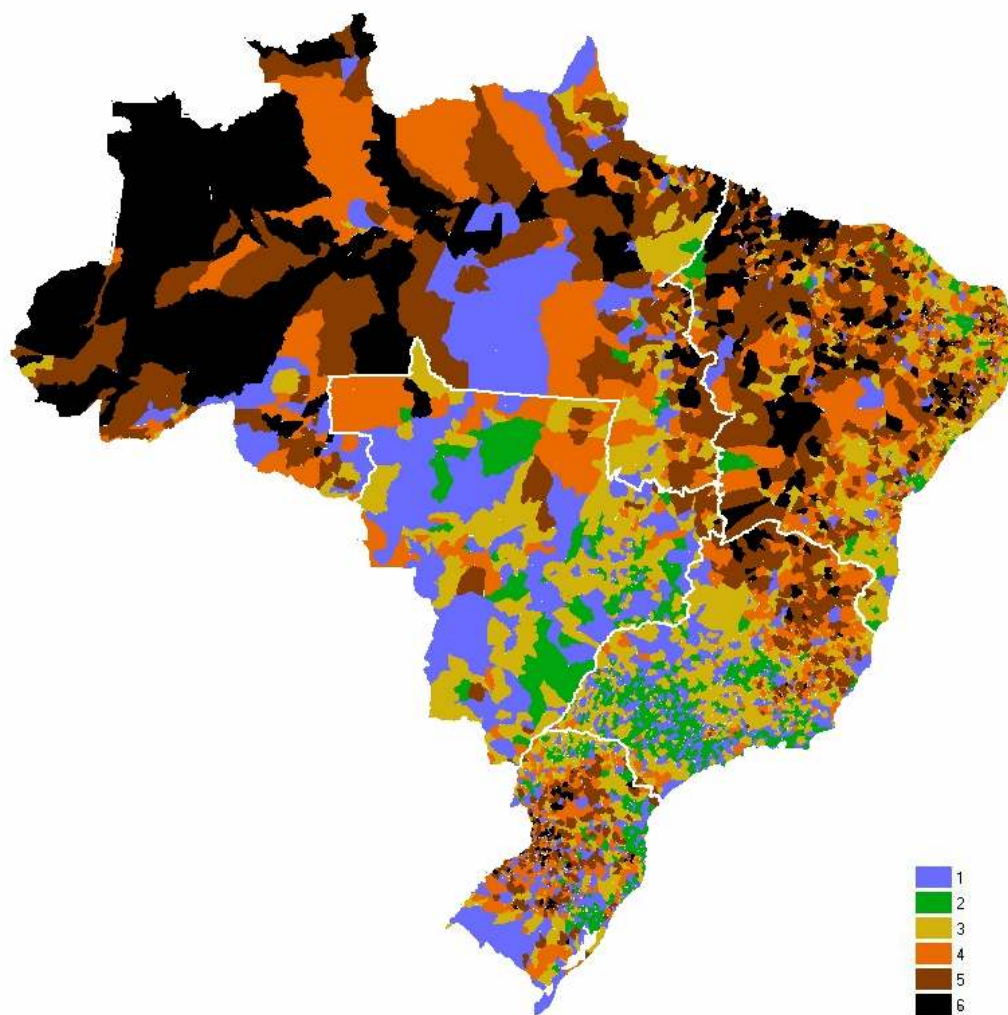


Figura 4.5 – Distribuição espacial dos municípios segundo perfil social

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE – Elaboração do autor

De maneira geral, pode-se perceber a concentração de municípios rurais dos 3 últimos estágios de desenvolvimento (grupos 4, 5 e 6) em boa parte da Amazônia brasileira, na região do Sertão nordestino, norte de Minas Gerais e próximo à tríplice fronteira com o Mercosul. Os

municípios urbanos (grupos 1 e 2) aparecem em áreas isoladas do mapa brasileiro e, sobretudo, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, sudoeste de Minas Gerais e no coração do Brasil, seguindo um aparente prolongamento de desenvolvimento do oeste paulista. Já os municípios rurais urbanizados (grupo 3) são uma espécie de zona de transição entre os municípios rurais e urbanos.

Nos próximos tópicos, serão identificadas algumas características regionais associadas a essa espacialização. É o primeiro passo para uma análise regional mais apurada, que deverá discutir mais precisamente aspectos históricos e econômicos relacionados à configuração espacial e ficará como proposta para futuros desdobramentos deste trabalho. O objetivo aqui será justificar minimamente a distribuição social dos municípios, identificando diferenças geográficas, políticas e econômicas associadas à configuração espacial obtida. Serão apresentados mapas específicos com a divisão territorial municipal para cada região em uma escala que facilite a visualização¹¹².

4.3.1.1.1 Região Norte

A mais extensa, menos populosa e menos povoada¹¹³ região do território brasileiro abriga um dos mais visíveis paradoxos da extrema desigualdade brasileira, que ainda precisa aprender a transformar a sua exuberante riqueza natural em desenvolvimento social de forma sustentável e responsável. Embora na Região Norte esteja a maior reserva mundial de água doce, uma das mais ricas biodiversidades, e alguns dos mais preciosos recursos minerais estratégicos para o desenvolvimento da civilização, apresenta a mais elevada concentração de miseráveis do Brasil, com 44% de sua população na mais baixa camada econômica segundo dados do Censo Demográfico 2000.

Como bem relata Mello (1991, p. 17), a cobiça nacional e internacional já devorou parte preciosa da incalculável riqueza amazônica, sem que os lucros dessa insensata exploração fossem revertidos em benefícios sociais a sua carente população. Analisando a Figura 4.6, é justamente na Região Norte, sobretudo no Estado do Amazonas, que se observa a maior mancha negra do mapa coroplético, representando os municípios rurais onde prevalece

¹¹² As escalas dos mapas regionais não são as mesmas, de tal forma que as áreas só podem ser comparadas dentro de uma mesma região.

¹¹³ Enquanto o termo povoado refere-se, aqui, a densidade populacional, o termo populoso refere-se à população em número absoluto.

o trabalho de autoconsumo. São comunidades ribeirinhas com precárias condições de desenvolvimento sócio-econômico, onde o extrativismo ainda se mantém como a principal fonte de subsistência.

O predomínio de áreas pouco povoadas de atividades de autoconsumo, além das precárias condições de trabalho agrícola, contrasta com alguns pontos isolados de desenvolvimento municipal e concentração populacional. No coração da floresta amazônica, por exemplo, isolada em meio à pobreza das populações ribeirinhas, está Manaus, o maior pólo industrial da região e o único município classificado como tipicamente urbano no Estado do Amazonas. Os subsídios oferecidos à Zona Franca impulsionam as indústrias de Manaus, que respondem por 65% de todos os impostos recolhidos pelo governo federal na região¹¹⁴.

No Estado do Pará, as extensas áreas territoriais de alguns municípios urbanos podem dar a falsa impressão do predomínio de municípios tipicamente urbanos, que correspondem a apenas 13% do total do estado. É o caso, por exemplo, de Altamira, o mais extenso município brasileiro com cerca de 160 mil km², cidade que cresceu com o garimpo de aluvião e hoje é marcada pelos sangrentos conflitos agrários pela posse da terra. Com 23% de integrantes de famílias de profissionais e 3,5% de empregadores em sua estrutura social, Altamira possui um relativo grau de desenvolvimento sócio-econômico e é classificada como município urbano de profissionais. Outros exemplos de municípios urbanos de profissionais desse estado são, além da capital Belém, os municípios de Marabá e Parauapebas no sudeste paraense, ambos vivendo da riqueza movimentada pela companhia Vale do Rio Doce na Serra de Carajás, a mais rica reserva mineral do planeta. A presença da companhia na região movimenta o comércio, pousadas, pequenos hotéis e aumenta a geração de renda e impostos, promovendo verdadeira revolução na estrutura social de municípios até então desconhecidos.

O avanço do agronegócio no cerrado e na borda sul da floresta amazônica, nos últimos anos, é o responsável pelas principais transformações na estrutura social de municípios dos Estados de Rondônia, Roraima, Tocantins e Pará. Atraídos pelo baixo preço da terra e pela elevada produtividade, com sementes desenvolvidas pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) especialmente para as peculiares condições equatoriais, agricultores enriquecem na região plantando milho, arroz e principalmente soja. Provocam, por outro lado,

¹¹⁴ Fonte: Ricardo Galuppo, Reportagem publicada no jornal Estado de São Paulo (Novo Mapa do Brasil), 2 de outubro de 2005.

a devastação descontrolada e criminosa da floresta, ameaçando a mais rica biodiversidade do planeta. Tocantins é um dos principais produtores agrícolas da região¹¹⁵ e o estado com a maior participação de municípios dos grupos rurais mais desenvolvidos (55% dos municípios nos grupos 3 e 4).

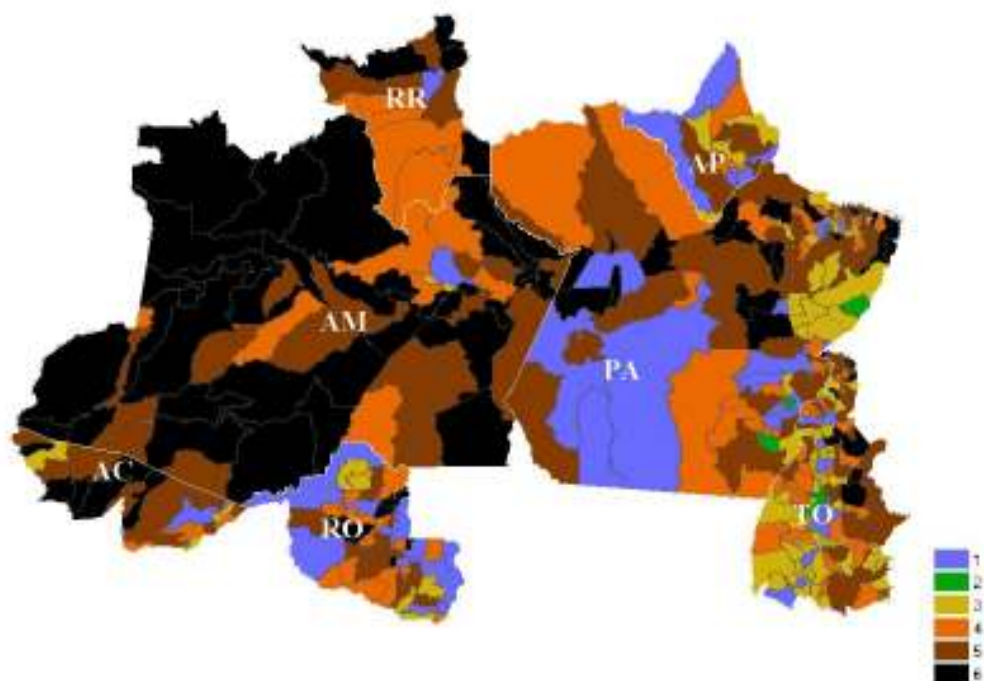


Figura 4.6 – Distribuição espacial dos municípios da Região Norte segundo perfil social

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE – Elaboração do autor

4.3.1.1.2 Região Nordeste

Com quase 48 milhões de habitantes na virada do século (28% da população brasileira), o Nordeste é a segunda mais populosa região do território brasileiro e uma das mais cheias de contrastes sociais. Enquanto uma pequena minoria desfruta de padrões de vida invejáveis aos núcleos mais ricos do país, a grande maioria sobrevive nas mais precárias condições sócio-econômicas. Com 73% da população nos estratos inferior e ínfimo, o Nordeste apresenta a maior proporção de pobres e miseráveis do país.

¹¹⁵ O estado do Tocantins é responsável, por exemplo, por 65% da produção de soja da região (Fonte: Geraldo Krunk, Reportagem publicada no jornal Estado de São Paulo (Novo Mapa do Brasil), 2 de outubro de 2005).

Pode-se afirmar que o meio geográfico exerce um papel fundamental para o desenvolvimento de atividades humanas, em menor ou maior grau de acordo com o estágio de desenvolvimento cultural e tecnológico de cada sociedade. No caso nordestino, as três zonas climáticas bem definidas (Zona da Mata, Agreste e Sertão) exerceram um papel muito claro na constituição da estrutura social dos municípios.

Segundo CAMELO FILHO (2000), a Zona da Mata, que se estende pela faixa litorânea atlântica nordestina, concentra as forças produtivas mais desenvolvidas da região devido à herança da base econômica formada na produção de açúcar e algodão para o mercado externo, além de possuir uma forte estrutura turística em muitas de suas belas praias. Na área de transição entre a Zona da Mata e o Sertão semi-árido, está o Agreste, formado historicamente como uma espécie apêndice econômico da Zona da Mata, produzindo alimentos para essa área mais desenvolvida da região. Já a extensa área do Sertão nordestino é a mais isolada geográfica, econômica, e culturalmente. As irregulares ocorrências de chuva nessa região provocam secas cíclicas ou periódicas, castigando a população que sobrevive da pecuária extensiva, da agricultura de subsistência e de baixa produtividade. Aos condicionantes climáticos aliam-se problemas de origem estrutural, como a concentração de terras nas mãos dos coronéis latifundiários, o isolamento geográfico e o atraso cultural de sua população¹¹⁶.

Observando a distribuição espacial dos municípios segundo perfis sociais na Figura 4.7, contata-se o predomínio de municípios rurais carentes (grupos 4, 5 e 6) na região do semi-árido nordestino e os poucos municípios urbanos (apenas 11% dos municípios nordestinos classificam-se nos grupos 1 e 2) concentrados na Zona da Mata e no Agreste nordestino.

Mas o Sertão também é capaz de produzir suas riquezas e desenvolver seus municípios. Enquanto a falta de chuva e o calor excessivo são fardos impostos pela natureza ao povo sertanejo, o emprego de tecnologia de ponta e água do Rio São Francisco pode, por exemplo, ser uma combinação perfeita para o cultivo de frutas, como ocorre no pólo frutífero Juazeiro-Petrolina. A oportunidade de novos e lucrativos negócios provocou uma forte onda de investimentos, dinamizou a economia, gerou empregos e transformou a estrutura desses dois

¹¹⁶ Como relata CAMELO FILHO (2000), o atraso cultural faz a população sertaneja criar suas próprias explicações místicas e sobrenaturais sobre o fenômeno da seca, já que a verdadeira informação nunca chega a seu conhecimento.

municípios que fazem a divisa dos Estados da Bahia e Pernambuco para perfis urbanos de profissionais¹¹⁷.

A escalada do império da soja sobre o cerrado do sul piauiense e oeste baiano é atualmente outro importante fator dinamizador da economia nordestina. Trazida pelos migrantes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a soja devastou o cerrado, gerou riqueza e trouxe dinamismo econômico a municípios como Barreiras e Luis Eduardo Magalhães, que hoje apresentam padrões semelhantes a grandes centros urbanos brasileiros. A proliferação de atividades relacionadas à venda e assistência de equipamentos agrícolas faz de Barreiras, por exemplo, um centro urbano tipicamente de operários, com uma estrutura composta por 4% de integrantes de famílias de empregadores, 23% de profissionais e 44% de trabalhadores não agrícolas.

Outro centro operário de relevância está no pólo petroquímico de Camaçari, a 45 km de Salvador. Viabilizado após uma série de investimentos do governo federal em infraestrutura na década de 70, hoje as fábricas do pólo petroquímico de Camaçari respondem por cerca de 50% da oferta de insumos químicos do país¹¹⁸ e a produção municipal representa 17% do PIB estadual baiano¹¹⁹. A estrutura social do município é composta por 44% de trabalhadores não agrícolas e, assim como Camaçari, municípios vizinhos também são classificados como centros urbanos de operários, como pode ser observado pela mancha verde ao centro da faixa costeira baiana (Figura 4.7).

¹¹⁷ O município de Sobradinho, adjacente a Juazeiro e Petrolina, também apresenta uma estrutura tipicamente urbano profissional.

¹¹⁸ Fonte: João Paulo Nucci, reportagem publicada no jornal Estado de São Paulo (Novo Mapa do Brasil), 23 de outubro de 2005.

¹¹⁹ Fonte: PIB Municipal 2003 (Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>).

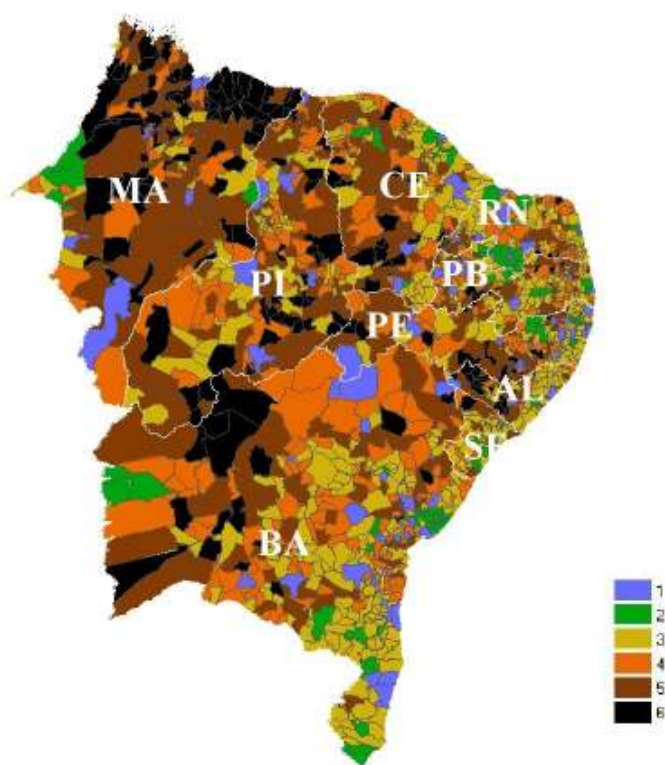


Figura 4.7 – Distribuição espacial dos municípios da Região Nordeste segundo perfil social

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE – Elaboração do autor

4.3.1.1.3 Região Sudeste

Com uma renda *per capita* de 389 reais e uma população de 72 milhões de habitantes em 2000, a Região Sudeste é a mais rica, populosa e povoada do território nacional. Embora concentre boa parte da riqueza nacional, é também no Sudeste onde aparecem os maiores bolsões de pobreza, exemplo mais palpável da grande desigualdade brasileira. As populares *favelas*¹²⁰ aparecem próximas aos centros urbanos mais ricos e desenvolvidos, como nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, resultado, principalmente, do descontrolado fluxo migratório de moradores das regiões mais pobres do país em busca de melhores oportunidades de trabalho.

Mesmo com as ações tomadas nas últimas décadas para redução da concentração regional - como a migração da agroindústria ao Centro-Oeste e Norte do país, bem como o

¹²⁰ O termo *favela* originou-se de um dos primeiros grandes aglomerados populares na cidade do Rio de Janeiro, chamado Morro da Favela.

deslocamento de parte da indústria de transformação para as Regiões Sul e Nordeste - o Sudeste, em particular o Estado de São Paulo, ainda se mantém na liderança da geração de riqueza. Mais da metade da riqueza do país continua sendo produzida na região, sendo que só o Estado de São Paulo responde por 32% de todo o PIB nacional¹²¹. O processamento dos produtos agrícolas com maior valor agregado, como o açúcar refinado e o suco de laranja, continua sendo feito na região, que também tem se constituído em um centro de referência internacional na prestação de serviços de ponta nas áreas de saúde, educação, tecnologia e informática.

Os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro são os mais urbanizados (grupos 1 e 2), com taxas equivalentes a 70% e 81% de seus municípios, respectivamente. A maior participação de municípios urbanos no Rio de Janeiro não significa, porém, maior dinamismo econômico. Como relata CANO (1998b, p. 243), o crescimento dinâmico e integrado dos setores cafeeiro, agrícola, rodoviário, industrial, comercial e financeiro conferiram ao Estado de São Paulo, já antes da grande crise de 1929, posição privilegiada no desenvolvimento econômico nacional, que se mantém até os dias atuais. Ao contrário das demais regiões, São Paulo desenvolveu um compartimento industrial eficientemente estruturado e com alta produtividade, o que lhe garantiu competitividade nacional e internacional.

No Estado do Rio de Janeiro, há uma forte estrutura voltada para o turismo e para a indústria do petróleo. A capital fluminense possui uma ampla rede hoteleira, é sede de alguns dos principais órgãos federais e apresenta uma estrutura social dominada por integrantes de famílias de profissionais (37% da população) e dependentes de rendimentos não oriundos do trabalho (20% de sem ocupação com renda). Além da cidade do Rio de Janeiro, três outros municípios do estado figuram entre os 15 maiores PIBs municipais brasileiros: Campos dos Goytacazes (6º maior PIB), Duque de Caxias (9º maior PIB) e Macaé (12º lugar), todos com economias associadas à indústria petrolífera. Enquanto em Campos dos Goytacazes e Macaé predominam os profissionais (25% e 30%, respectivamente), Duque de Caxias é um típico centro operário, com 51% de pessoas classificadas na massa trabalhadora não agrícola. O aumento da arrecadação de impostos e as novas oportunidades de emprego geradas pela indústria do petróleo não se refletem, todavia, na inclusão social desses municípios, já que

¹²¹ O PIB da Região Sudeste corresponde a 56% do PIB nacional (Fonte: PIB Municipal 2003, disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em: jan. 2006).

tanto Campos dos Goytacazes quanto Duque de Caxias possuem mais de 40% de miseráveis em suas estruturas sociais.

Analisando a distribuição espacial dos municípios paulistas (Figura 4.8), observa-se um eixo integrado de desenvolvimento em direção ao noroeste do estado. As raízes dessa configuração territorial paulista podem ser encontradas entre os principais determinantes do que CANO (1998a, p. 325) chama de processo de *desconcentração industrial Grande São Paulo–Interior*: i) políticas de descentralização do governo estadual, entre as quais o investimento em rodovias e centros de pesquisa como a UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), UNESP (Universidade Estadual Paulista) e unidades da USP (Universidade de São Paulo) no interior; ii) políticas de atração municipal, como isenções fiscais e construção de distritos industriais; iii) custos excessivos da concentração na Grande São Paulo, como aumento dos custos de controle da poluição, segurança e a consolidação de sindicatos organizados no Grande ABCD; iv) investimentos federais no interior, dos quais podem-se destacar as refinarias da Petrobrás em Paulínia e Cubatão, os centros de pesquisa da ESALQ (Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”) e UFSCAR (Universidade Federal de São Carlos).

Dessas políticas surgem novos e importantes pólos de desenvolvimento no interior paulista, entre os quais está o caso de São Carlos. A presença de cursos voltados para a inovação industrial nos campi da UFSCAR e da USP em São Carlos, cidade localizada a 230 km de São Paulo no eixo da Rodovia Washington Luís, além de duas unidades da EMBRAPA especializadas em genética bovina e equipamentos agropecuários, revolucionou a estrutura social desse município de 190 mil habitantes. São Carlos possuía tradição agrícola no cultivo de café até a crise de 29, quando passou a centro manufatureiro diferenciado após a chegada dos imigrantes e hoje é um importante pólo de conhecimento científico, tecnológico e industrial, atraindo empresas de ponta indutoras da formação de núcleos produtivos na região. O município apresentava um dos mais altos índices de escolaridade do país em 2000 (37% dos adultos com 21 anos ou mais possuíam nível superior completo ou incompleto) e classificava-se na mais desenvolvida tipologia urbana, com 31% de integrantes de famílias de profissionais e apenas 15% de miseráveis do estrato ínfimo em sua estrutura social.

Seguindo agora o eixo da Rodovia Anhangüera, pólos industriais especializados transformaram municípios paulistas com tradições agrícolas em centros urbanos operários de

referência. É o caso, por exemplo, do pólo de bijuterias e semijóias de Limeira, que atraiu a mão-de-obra excedente das tradicionais lavouras de laranja e cana-de-açúcar¹²², colaborando para que o município passasse a ter uma estrutura social composta por 50% de integrantes de famílias de trabalhadores não agrícolas. Também se pode mencionar o pólo de cerâmicas de Santa Gertrudes, pequeno município de 16 mil habitantes a 165 km de São Paulo, que teve sua economia baseada na lavoura cafeeira e hoje possui 64% de sua população classificada na massa trabalhadora não agrícola.

A desconcentração industrial Grande São Paulo–Interior não tirou, porém, a hegemonia econômica da capital paulista, que passou a gerenciar boa parte da riqueza gerada no país. A presença da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) na mais populosa cidade brasileira são fortes justificativas para São Paulo ser a sede de praticamente todas as instituições financeiras do país. A cidade também possui uma sofisticada rede prestadora de serviços e uma estrutura social tipicamente urbano profissional: 37% de integrantes de famílias de profissionais; 40% de massa trabalhadora não agrícola; e 60% da população com padrão de vida de classe média (estratos sociais superior, médio e baixo).

Já os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo apresentam padrões espaciais mais semelhantes aos estados vizinhos da Região Nordeste. Minas Gerais possui mais de 3/4 de seus 853 municípios com perfil tipicamente rural (grupos 3, 4, 5 e 6), sendo que os municípios urbanos aparecem com maior frequência na zona do Triângulo Mineiro e na região metropolitana de Belo Horizonte. Municípios como Betim, Contagem e Sete Lagoas, todos localizados na região metropolitana de Belo Horizonte, são classificados como urbanos operários e fazem parte do importante pólo automobilístico mineiro. Na parte norte desse estado, imortalizada na obra de Guimarães Rosa como *Grande Sertão Veredas*, onde o clima, cultura e o desenvolvimento social lembram muito o interior nordestino, concentra-se a massa de miseráveis de Minas Gerais, com uma clara prevalência de municípios dos 3 últimos perfis sociais. É também freqüente a ocorrência destes municípios rurais na parte leste de Minas Gerais, fronteira com o Estado do Espírito Santo.

¹²² Estima-se entre 450 empresas formais e outras 200 informais atuando no pólo de jóias e semijóias de Limeira, a capital brasileira do folheado (Fonte: José Maria Tomazela, reportagem publicada no jornal Estado de São Paulo, Novo Mapa do Brasil, 11 de dezembro de 2005).

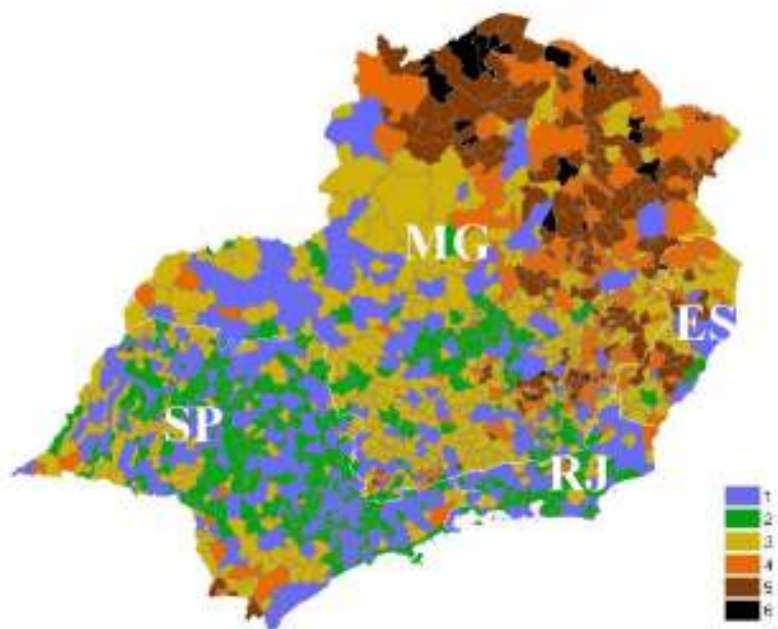


Figura 4.8 – Distribuição espacial dos municípios da Região Sudeste segundo perfil social

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE – Elaboração do autor

4.3.1.1.4 Região Sul

O maior celeiro e a segunda maior produção industrial do Brasil estão na Região Sul. Enquanto o valor de sua produção agropecuária correspondia a 40% do total brasileiro nesse setor em 2003, seu PIB equivalia a 19% da riqueza total produzida no país¹²³.

Colonizada, sobretudo, na base da pequena e média propriedade agrícola, a Região Sul apresentava, em 2000, uma configuração espacial relativamente equilibrada, com uma pequena participação de municípios rurais de autoconsumo e uma distribuição razoavelmente uniforme nos demais perfis sociais. Entre os estados que compõem a região, o Paraná apresenta a menor percentagem de municípios urbanos (27% nos grupos 1 e 2) e Santa Catarina, a maior (45%).

Na parte centro-oeste da região, próximo à fronteira com a Argentina e o Paraguai, concentram-se os municípios menos desenvolvidos, das tipologias rurais 5 e 6. Compreende justamente a área da mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, que abrange o norte do Rio

¹²³ Fonte: PIB Municipal 2003, disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em: jan. 2006).

Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná. É historicamente uma região com grau de urbanização relativamente baixo, onde predomina a pequena propriedade rural¹²⁴ e precárias condições de moradia para uma parcela significativa da população.

No extremo meridional do Rio Grande do Sul, na mesoregião da Metade Sul, prevalecem municípios com uma estrutura social tipicamente prestadora de serviços e um número relativamente elevado de miseráveis para os perfis sociais aos quais pertencem. A classificação urbana profissional de boa parte desses municípios pode parecer um contraste em uma região historicamente caracterizada por extensas áreas de pecuária e produção de arroz, além de baixo desenvolvimento social (ver KAGEYAMA, 2005), mas se explicam pela distribuição da população entre as classes ocupacionais¹²⁵. Dois municípios dessa área refletem bem a estrutura social desse extremo meridional: Bagé, com 120 mil habitantes, e Santana do Livramento, com 90 mil. Ambos possuem aproximadamente 28% de profissionais em suas estruturas sociais e uma economia que gira, sobretudo, em função da prestação de serviços¹²⁶, o que os caracteriza como municípios urbanos de profissionais. Em contrapartida, apresentam 40% de miseráveis na estrutura social, enquanto que a média dos municípios de profissionais brasileiros é de 25% e a média do Estado do Rio Grande do Sul é de 31%.

Os principais centros de desenvolvimento dessa região estão localizados no pólo automobilístico na região metropolitana de Porto Alegre e Curitiba, no parque industrial de Joinville e Blumenau, no pólo turístico e do vinho das Serras Gaúchas e no pólo calçadista no Vale dos Sinos, na região de Novo Hamburgo. São próximos a esses municípios que se concentram as áreas mais desenvolvidas, com predomínio das tipologias municipais urbanas e com as menores taxas de pobres e miseráveis do país. A percentagem da população no nível ínfimo, por exemplo, é de apenas 11% em Blumenau, 13% em Bento Gonçalves, 16% em Curitiba, 19% em Porto Alegre e Joinville e de 23% em Novo Hamburgo.

Há também que se destacar o empreendedorismo do povo sulista. A região apresenta, de maneira geral, 4% de empregadores em sua estrutura social, contra uma média nacional de

¹²⁴ A economia é baseada na agroindústria e na agropecuária, com a produção de grãos, suínos, aves, gado de corte e leite, frutas, erva-mate e fumo (Fonte: Portal da Mesoregião Grande Fronteira Mercosul, disponível em <<http://www.mesoregiao-gfm.org.br/caracterizacao.html>>. Acessado em: jan. 2006)

¹²⁵ Fenômeno semelhante se observa na região centro-oeste, onde, embora a agropecuária ocupe boa parte do espaço, ocupa pouca mão-de-obra e não prevalece na estrutura social.

¹²⁶ Em 2003, o valor agregado total movimentado pelos serviços no município de Bagé correspondia a 48% do total e, em Santana do Livramento, a 47% (Fonte: PIB Municipal 2003, disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em: jan. 2006).

3%. Em municípios como Caixas do Sul essa concentração é mais evidente, com 6,5% de integrantes de famílias de empregadores entre os mais de 360 mil habitantes desse município.

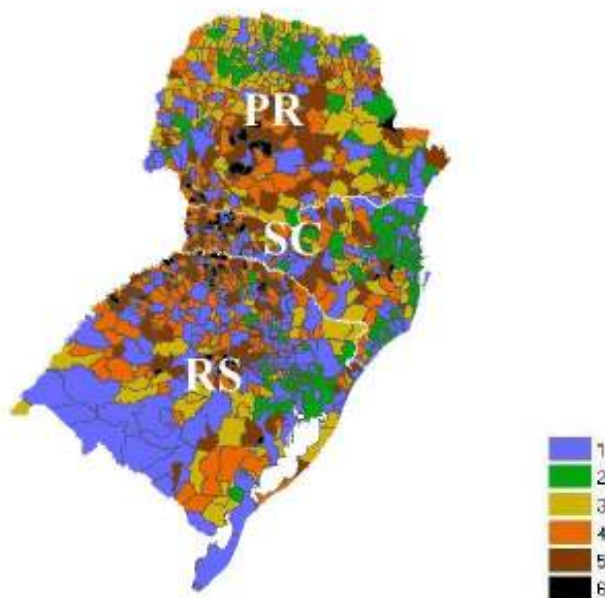


Figura 4.9 – Distribuição espacial dos municípios da Região Sul segundo perfil social

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE – Elaboração do autor

4.3.1.1.5 Região Centro-Oeste

Foi-se o tempo em que o Centro-Oeste era visto apenas como um lugar inóspito, perdido em meio a uma natureza selvagem e pouco povoada. Foi a partir da inauguração de Brasília em 1960 e na década de 70, com o êxodo de inúmeros minifundiários empobrecidos da Região Sul atraídos por facilidades como concessão de terras e financiamentos oficiais, que esse quadro começou a mudar. Com apenas 7% da população brasileira em 2004, os estados da Região Centro-Oeste respondiam por 63% da produção anual de algodão, 55% da soja, 23% do milho e 22% de arroz, além de 36% das cabeças bovinas do Brasil¹²⁷.

Sustentado pela riqueza proporcionada pelo agro-negócio, o Centro-Oeste já começa a alavancar uma segunda onda de expansão da economia, baseada na industrialização, na

¹²⁷ Fonte: Clayton Netz, reportagem publicada no jornal Estado de São Paulo, Novo Mapa do Brasil, 20 de novembro de 2005.

inovação tecnológica e na prestação de serviços. Como se pode observar pela Figura 4.8, a recente dinamização da região já se reflete em uma significativa parcela de municípios desenvolvidos. Mesmo com a prevalência de municípios rurais urbanizados em seu território, que correspondem a 39% dos municípios da região, em 2000 o Centro-Oeste já apresentava 28% de municípios urbanos de profissionais e 20% de municípios urbanos de operários.

Os principais pólos de desenvolvimento dessa região estão associados à indústria agropecuária. É o caso, por exemplo, do município de Rio Verde e suas adjacências no Estado de Goiás. A prosperidade trazida pela soja atraiu investidores gaúchos e paulistas a Rio Verde, que hoje é não só o maior produtor de soja do estado¹²⁸, como também abriga um dos pólos produtivos mais modernos do país, com centenas de empresas gravitando em torno da processadora de alimentos da Perdigão. O município conta com uma significativa parcela de integrantes de famílias empreendedoras em sua estrutura social (5%), o que reforça sua caracterização como um centro urbano desenvolvido.

A prosperidade alcançada pelo agronegócio também alavancou a estrutura social de municípios ao norte de Cuiabá, capital do Mato Grosso, como Primavera do Leste, Lucas do Rio Verde, Mutum e Sorriso. O município de Primavera do Leste, por exemplo, emancipado de Poxoréu em 1986, já se classificava em 2000 na mais desenvolvida tipologia urbana, com 6% de integrantes de famílias de empregadores, 25% de profissionais e apenas 12% de miseráveis em sua população de 40 mil habitantes.

Mas nem só do agronegócio vive o Centro-Oeste. Com inúmeras empresas especializadas na produção de medicamentos, a maioria genéricos e similares, Anapólis, município a leste de Goiânia, centraliza um importante pólo farmacêutico do país. O município possui o segundo maior PIB do Estado de Goiás (46% dele fruto de atividades industriais) e uma massiva participação da massa trabalhadora não agrícola na estrutura social (48%), o que o credencia como típico centro urbano operário.

Mas todo esse crescimento vertiginoso das últimas décadas também trouxe a ira dos ambientalistas, que atribuem ao Estado do Mato Grosso a maior responsabilidade pelo desmatamento da floresta amazônica nos últimos anos. A região é berço de três dos ecossistemas mais ricos do mundo – cerrado, pantanal e floresta amazônica - e alguns

¹²⁸ Rio Verde possui o maior PIB agropecuário do Estado de Goiás (6% do total) e o terceiro maior PIB goiano (5% do total) (Fonte: PIB municipal 2003, disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em: jan. 2006).

municípios mostram que é possível explorar de forma sustentável e racional a riqueza de seus recursos naturais e sua singular beleza paisagística. É o caso, por exemplo, de Bonito, município a sudoeste de Campo Grande, onde o ecoturismo é uma alternativa sustentável à agropecuária, assim como a exploração da pesca esportiva em Corumbá, na fronteira Brasil-Bolívia, também atrai a atenção da rede hoteleira nacional e internacional. O setor de serviços já corresponde a 36% do PIB de Bonito, que apresenta um estágio intermediário de desenvolvimento urbano (grupo 2)¹²⁹, enquanto que o estágio avançado de desenvolvimento da estrutura de serviços em Corumbá confere ao município a classificação de urbano profissional¹³⁰.

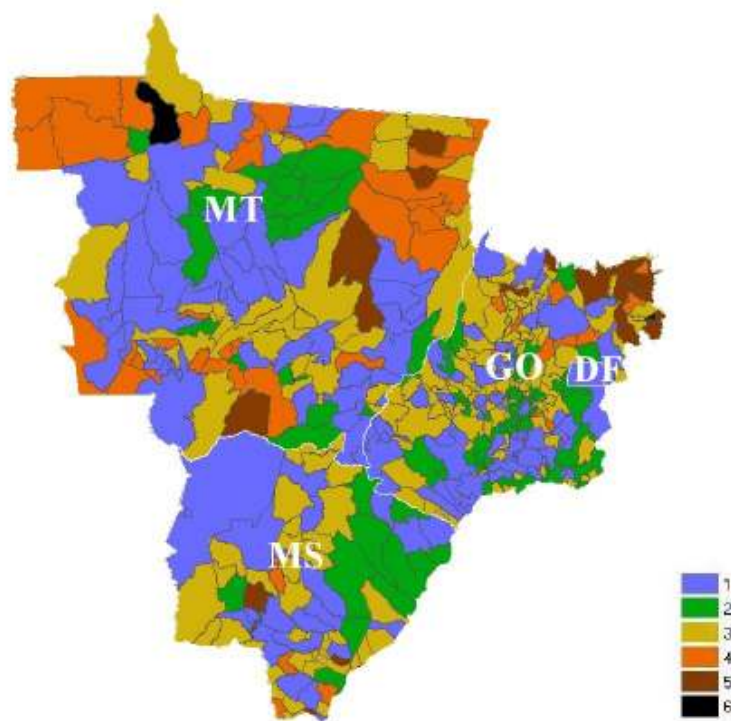


Figura 4.10 – Distribuição espacial dos municípios da Região Centro-Oeste segundo perfil social

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE – Elaboração do autor

¹²⁹ Bonito não apresenta parque industrial significativo, já que seu PIB industrial representa apenas 7% do PIB do município, mas a estrutura social ainda não está diversificada o suficiente para garantir ao município a classificação de urbano profissional. O município apresenta 24% da população na massa trabalhadora agrícola e 41% de integrantes de famílias de trabalhadores não agrícolas.

¹³⁰ O setor de serviços corresponde a 48% do PIB de Corumbá (Fonte: PIB municipal 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>).

4.3.1.2 Intensidade populacional

Embora os mapas coropléticos permitam identificar padrões espaciais de distribuição dos municípios brasileiros, ou seja, as áreas do território de predomínio de cada uma das tipologias municipais, não consideram as respectivas densidades populacionais e, portanto, não refletem o que se passa especificamente com a distribuição da população. Para identificar padrões espaciais de concentração populacional ou, em outras palavras, espaços do território onde se encontram os maiores bolsões populacionais, propõe-se a elaboração de *mapas de intensidade* para cada uma das tipologias municipais¹³¹.

Para cumprir tais objetivos, foram geradas 6 funções de intensidade $\lambda(s)$, uma para cada perfil social. Utilizou-se a densidade populacional de cada município como fator y_i de ponderação por unidade de área (ver expressão 4.4) e, em cada análise, atribuíram-se densidades nulas aos municípios não pertencentes ao perfil social em questão. Assim, os valores estimados para cada ponto do espaço referir-se-ão a intensidades de densidades populacionais de uma mesma categoria municipal.

As respectivas funções de intensidade foram transformadas em mapas temáticos pelo processo de *fatiamento* dos valores observados. Entre o valor mínimo (0) e a máxima intensidade observada para cada perfil social, foram criadas 5 classes de intensidade, todas com a mesma amplitude de variação: i) muito baixa; ii) baixa; iii) média; iv) alta; v) muito alta. Cada classe de intensidade foi representada por uma respectiva coloração em um mapa temático, aqui denominado *mapa de intensidade populacional*.

Deve-se, entretanto, considerar que os padrões representados pelos mapas de intensidade são relativos à forma de distribuição populacional observada em cada tipologia municipal. A assimétrica distribuição populacional brasileira, onde poucos municípios concentram boa parcela da população, faz com que a maior parte do espaço apresente baixíssimas densidades populacionais quando comparadas a pequenas áreas de extrema concentração.

¹³¹ Conforme já discutido anteriormente, outra sugestão seria a elaboração de cartogramas que expressassem a proporcionalidade das populações dos municípios. Utilizando o programa de geoprocessamento *Philcarto*, o Prof. Herve Thery elaborou um cartograma para as tipologias municipais onde as concentrações populacionais podem também ser observadas (ver Anexo D).

Após algumas simulações, optou-se por um raio de 100 km para a largura da banda. O que se constatou é que valores mais altos de τ produziam uma amortecimento muito amplo da área de influência, enquanto que valores inferiores a 100 km tendiam a gerar áreas muito pontuais de influência, representativas apenas de estimativas independentes para as densidades populacionais, sem considerar a vizinhança geográfica.

A Figura 4.11 apresenta o mapa de intensidade populacional para o conjunto dos municípios profissionais, onde aparecem as áreas metropolitanas das cidades do Rio de Janeiro (destaque para os municípios do Rio de Janeiro e Niterói) e São Paulo (capital e municípios do ABCD, principalmente) com as mais altas intensidades populacionais. Enquanto Vitória e Recife possuem baixas intensidades, com manchas quase imperceptíveis no mapa temático, todo o restante dos municípios desenvolvidos apresenta baixíssimos índices em relação aos observados nos expoentes regionais São Paulo e Rio de Janeiro.

A distribuição da população nos municípios urbanos operários é ainda mais desigual. Os dois maiores bolsões de concentração populacional desse grupo ocorrem também nas áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro (ver Figura 4.12), sem nenhuma outra área de significativa intensidade populacional. A densidade da área metropolitana de São Paulo é a mais intensa de todas, motivada pela alta concentração populacional nos municípios operários da Grande São Paulo (Diadema, Carapicuíba, Taboão da Serra e Mauá, por exemplo). Na Grande Rio, são os municípios operários da baixada fluminense (São João de Meriti, Nilópolis e Belford Roxo, por exemplo) que conferem à região uma alta intensidade populacional.

Embora municípios rurais urbanizados sejam freqüentes em praticamente todas as regiões brasileiras, suas populações estão concentradas, sobretudo, na Zona da Mata nordestina. Há um padrão mais ou menos contíguo de alta e média intensidade entre os Estados da Paraíba e Alagoas, mas é no Estado de Pernambuco, em municípios próximos à capital Recife, como São Lourenço da Mata e Cabo de Santo Agostinho, onde a densidade populacional é mais intensa.

Também na Região Nordeste aparecem as mais intensas densidades populacionais para os municípios das demais tipologias rurais (grupos 4, 5 e 6). Há um padrão de alta e média intensidade populacional para os municípios rurais trabalhadores na fronteira leste do Sertão nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte. Aparecem também pontos isolados de baixa intensidade rural trabalhadora em outras áreas do Sertão nordestino, como no extremo

ocidental do Rio Grande do Norte e na fronteira com a Zona da Mata baiana, em área do Estado do Maranhão, Minas Gerais e na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. A densidade se intensifica e se alastra para as populações rurais conta-própria na faixa leste do Sertão nordestino, oeste do Rio Grande do Norte e na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul. As populações rurais autoconsumo também são intensas no Sertão nordestino - principalmente oeste alagoano - e na Mesorregião da Grande Fronteira Mercosul, além de áreas de média e baixa intensidade no norte do Maranhão, em trechos de cerrado e floresta amazônica.



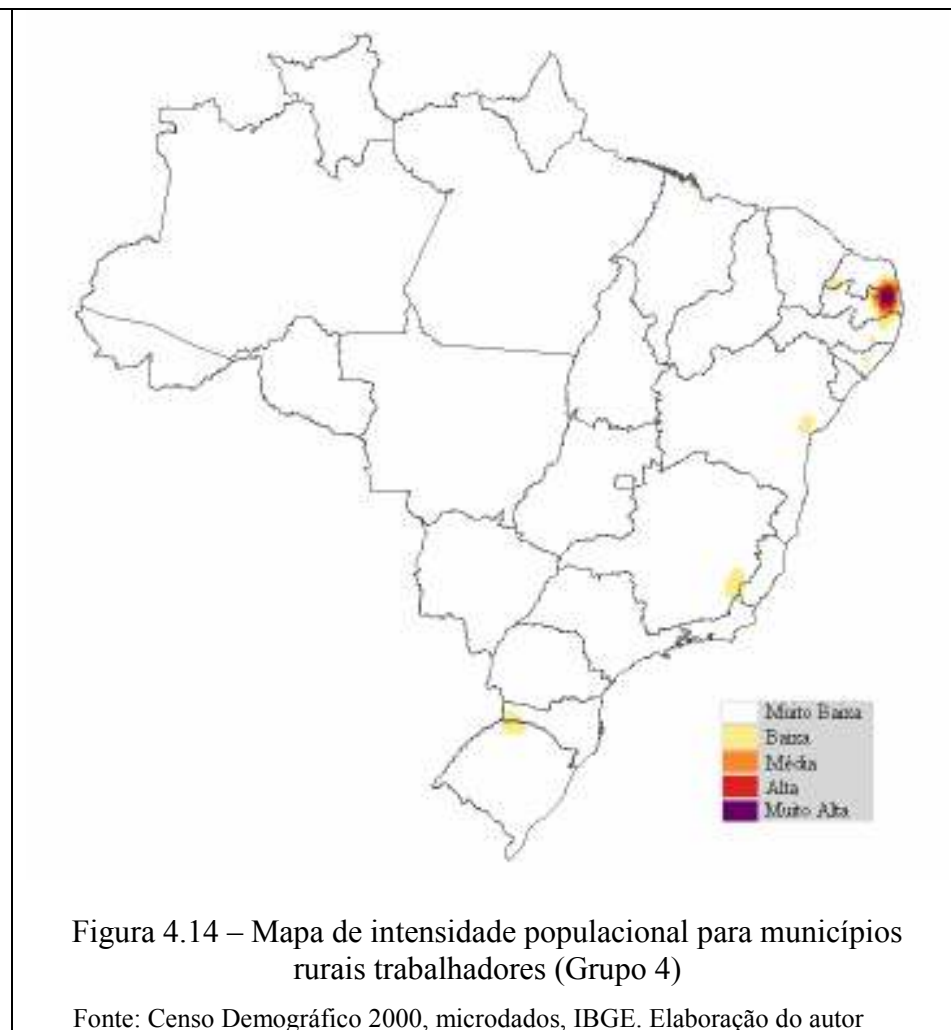
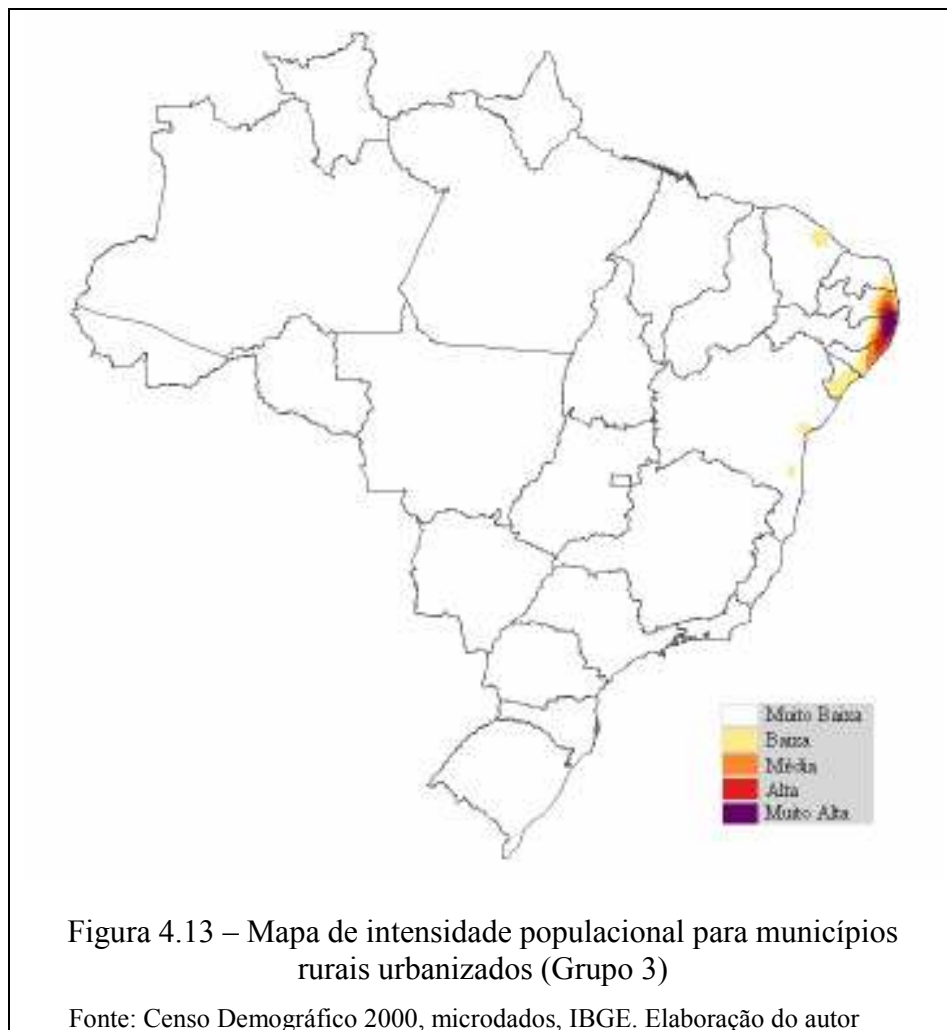
Figura 4.11 – Mapa de intensidade populacional para municípios urbanos profissionais (Grupo 1)

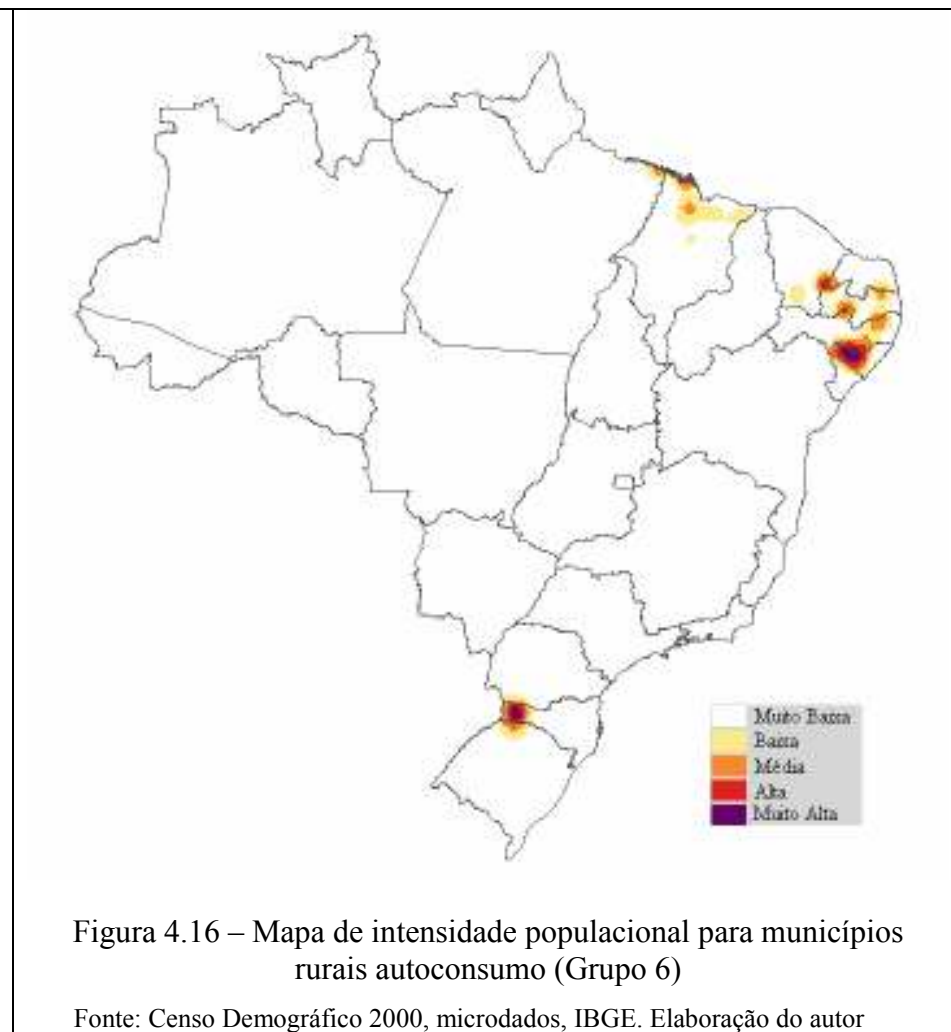
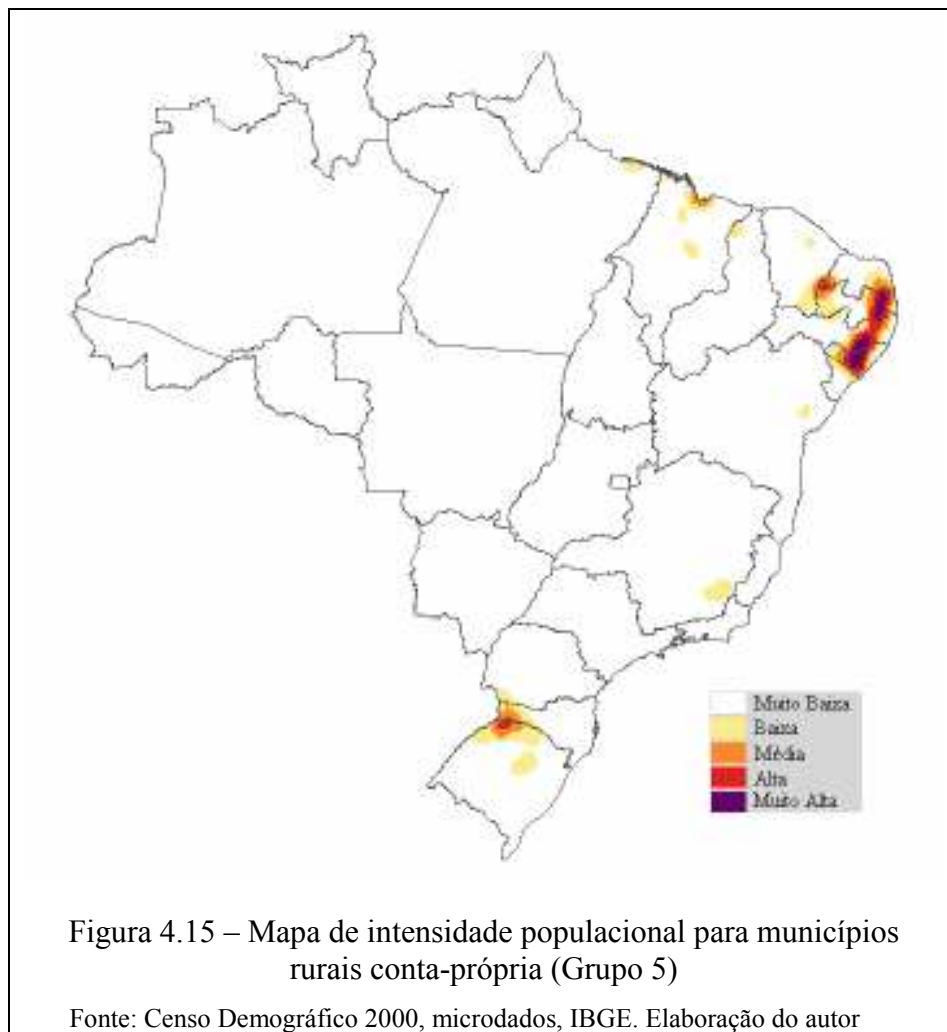
Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE. Elaboração do autor



Figura 4.12 – Mapa de intensidade populacional para municípios urbanos operários (Grupo 2)

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE. Elaboração do autor





De maneira geral, constata-se que as populações dos municípios urbanos (grupos 1 e 2) estão, sobretudo, concentradas próximas às áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto que as populações de municípios rurais (grupos 3, 4, 5 e 6) se concentram nas regiões mais próximas à faixa litorânea nordestina e na mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul. Esses padrões de concentração populacional contrastam com a diversidade espacial observada na distribuição dos municípios brasileiros, evidenciando que as novas áreas de desenvolvimento surgidas no espaço nacional permanecem ineficientes no que se refere à redistribuição da população brasileira, que permanece concentrada em pontos estratégicos do território.

Importante também destacar que a alta intensidade dos municípios rurais nordestinos, principalmente próximos à Zona da Mata, caracteriza justamente um fenômeno típico de pequenas cidades nordestinas, que apresentam simultaneamente pouca população e alta densidade e inspirou Gilberto Freyre a usar o neologismo “rurbano” (Veiga *et al*, 2001). É o caso, por exemplo, do município autoconsumo de Santa Maria do Cambucá, no Sertão pernambucano, com uma população de apenas 12 mil habitantes e densidade de 127 hab/km².

4.3.2 Análise das características sócio-econômicas das tipologias municipais

Após identificar espaços do território relativamente homogêneos segundo participações municipais na estrutura social, serão agora analisadas as principais diferenças regionais que surgem dessa tipologia de classificação. Conforme observado nos capítulos 2 e 3, embora as classes ocupacionais e estratos sociais expliquem significativamente os diferentes padrões sócio-econômicos da população brasileira, há ainda que se considerar razoáveis diferenças internas aos grupos formados. Partindo dessa premissa, o objetivo principal deste tópico será identificar como as regiões geográficas podem explicar as diferenças sócio-econômicas que surgem dentro dos perfis sociais, analisando características sócio-econômicas relacionadas à concentração de renda, inserção no mercado de trabalho e infra-estrutura domiciliar. Todos os indicadores apresentados nesta parte da análise já foram abordados nos capítulos anteriores, julgando-se desnecessário esclarecimentos metodológicos adicionais.

Cada tema será analisado com base em 3 fontes principais de informações: i) indicadores médios para cada perfil social; ii) modelo de relacionamentos múltiplos entre o

indicador sócio-econômico, grandes regiões e perfis sociais; iii) mapas de grupos de características sócio-econômicas.

Seguindo o padrão adotado no terceiro capítulo (ver expressão 3.17), o modelo de relacionamentos múltiplos utilizou o logaritmo neperiano do indicador sócio-econômico como variável dependente e variáveis independentes binárias representando os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, as grandes regiões brasileiras e as seis tipologias municipais (ver Tabelas 4.4 e 4.5). O objetivo foi estimar o efeito isolado de cada perfil social e região geográfica sobre o indicador sócio-econômico, por exemplo, determinar a contribuição da Região Sul para o padrão médio de infra-estrutura domiciliar, independente do perfil social do município. Os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro foram representados isoladamente da Região Sudeste para dar mais ênfase a esses dois pólos de concentração populacional e econômica. As categorias definidas pela Região Norte e pelo perfil social 6 foram utilizadas como base de comparação, ou seja, os coeficientes do modelo de regressão refletirão uma variação relativa média do indicador em relação aos valores observados nos municípios rurais autoconsumo da Região Norte, com variações relativas dadas pela expressão 3.18. Nas características onde o indicador sócio-econômico poderia assumir valores não positivos, estes foram acrescidos por uma constante para viabilizar a estimativa do logaritmo neperiano.

Tabela 4.4 – Variáveis binárias representativas dos Estados e Grandes Regiões

Estado ou Grande Região	Variável Binária					
	SP	RJ	MGES	NE	SU	CO
São Paulo	1	0	0	0	0	0
Rio de Janeiro	0	1	0	0	0	0
Minas Gerais e Espírito Santo	0	0	1	0	0	0
Nordeste	0	0	0	1	0	0
Sul	0	0	0	0	1	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	1
Norte	0	0	0	0	0	0

Tabela 4.5 – Variáveis binárias representativas dos perfis sociais

Perfil Social	Variável Binária				
	PS1	PS2	PS3	PS4	PS5
1	1	0	0	0	0
2	0	1	0	0	0
3	0	0	1	0	0
4	0	0	0	1	0
5	0	0	0	0	1
6	0	0	0	0	0

Para visualizar espacialmente as principais diferenças regionais observadas entre as tipologias municipais, foram obtidos *grupos de características sócio-econômicas* a partir de cruzamento de mapas. Para cada característica sócio-econômica, os municípios foram inicialmente classificados entre aqueles que apresentavam índice inferior ou superior à média dos perfis sociais aos quais pertenciam. Essa classificação sócio-econômica foi posteriormente cruzada ao perfil social do município para formar quatro grupos básicos:

- 1) Rural + : municípios do perfil social 3, 4, 5 ou 6 com índice sócio-econômico superior à média do respectivo grupo;
- 2) Urbano + : municípios do perfil social 1 ou 2 com índice sócio-econômico superior à média do respectivo grupo;
- 3) Rural - : municípios do perfil social 3, 4, 5 ou 6 com índice sócio-econômico inferior à média do respectivo grupo;
- 4) Urbano - : municípios do perfil social 1 ou 2 com índice sócio-econômico inferior à média do respectivo grupo.

Dessa forma, o município de Itatiba, por exemplo, apresentava, em 2000, um índice de concentração de renda (IC) equivalente a 3,8 (ou seja, os 10% mais ricos apropriavam-se de uma renda 3,8 vezes superior aos 40% mais pobres), valor inferior à média do grupo dos municípios urbanos profissionais ao qual pertencia (7,5), sendo, portanto, classificado como “Urbano –” nessa categoria. Por outro lado, o município de São Sebastião foi classificado como “Urbano +”, já que possuía IC equivalente a 4,5 enquanto que a média dos municípios urbanos operários ao qual pertencia era de 4,4.

4.3.2.1 Características de concentração de renda

Para analisar os padrões de concentração de renda dos perfis sociais, foram utilizados alguns dos principais indicadores da literatura descritos no Capítulo 2: percentagem de renda apropriada pelos 40% mais pobres e 10% mais ricos, índice de concentração, índice de Gini e T de Theil.

O primeiro fato a chamar a atenção refere-se à magnitude dos indicadores de concentração de renda do Censo em relação aos estimados pela base de microdados da PNAD.

O índice de Gini estimado pela PNAD em 1999 e 2001 girava em torno de 0,60, enquanto que a estimativa do Censo Demográfico 2000 era de 0,65. Da mesma forma, o IC do Censo 2000 também era significativamente superior aos estimados pela PNAD em 1999 e 2001 (8,1 contra 6,0 e 6,1, respectivamente). Além de serem mais precisos, pode-se dizer que os resultados do Censo são também mais acurados, ou seja, mais próximos da realidade, fato que se deve, sobretudo, ao tratamento dos dados do Censo Demográfico, que minimiza o viés causado pelos rendimentos não declarados, mais comuns entre os mais ricos.

Tabela 4.6 – Indicadores de concentração de renda segundo perfil social – Brasil 2000

Perfil Social	% Rnd Apropriada		IC (B/A)	Índice Gini	T Theil	
	40% mais pobres (A)	10% mais ricos (B)			% Dentro	% Entre
1	6,7	50,7	7,5	0,634	91,6	8,4
2	9,7	43,1	4,4	0,553	93,9	6,1
3	7,7	48,9	6,3	0,607	90,6	9,4
4	6,7	50,1	7,5	0,628	88,8	11,2
5	6,0	49,6	8,3	0,634	89,8	10,2
6	3,9	50,2	12,9	0,667	90,9	9,1
Total	6,5	52,6	8,1	0,652	81,2	18,8

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

¹ T de Theil decomposto para estimar a desigualdade dentro dos municípios e entre os municípios.

É no perfil social dos municípios urbanos profissionais (grupo 1) onde os mais ricos apropriam-se da maior parcela da renda (51%). Entretanto, nos municípios mais pobres (grupos 5 e 6), a concentração de renda é maior e mais acentuada nos extremos da distribuição, ou seja, há uma maior diferença entre relativamente ricos e relativamente pobres, como pode ser constatado pelas diferenças relativas entre os respectivos IC's e índices de Gini. Essa configuração pode ser justificada, sobretudo, pelas características observadas no Capítulo 2, onde as classes agrícolas dos pequenos proprietários conta-própria e trabalhadores não remunerados (predominantes nos perfis sociais 5 e 6, respectivamente) apresentavam alguns dos maiores indicadores de concentração de renda da estrutura social.

O índice T de Theil foi decomposto para captar as desigualdades dentro (% Dentro) e entre (% Entre) os municípios de cada grupo. A partir dessa análise, foi possível identificar dois fatos principais. Em primeiro lugar, constata-se que a segmentação dada pelos perfis sociais reduziu em aproximadamente 10% a desigualdade entre os municípios, ou seja, as

diferenças entre os rendimentos apropriados pelos municípios de um mesmo perfil social são relativamente inferiores às do conjunto total de municípios. Em segundo lugar, comparando o T de Theil dos perfis sociais, é possível observar que a desigualdade de renda entre os municípios urbanos (grupos 1 e 2) é menor que a dos municípios rurais (grupos 3, 4, 5 e 6), já que há uma menor parcela de desigualdade devida às diferenças entre os municípios. Em outras palavras, há ainda maior diferença entre os municípios rurais em relação às respectivas parcelas de rendimentos apropriados.

Os municípios urbanos operários são os menos desiguais, tanto em relação às diferenças individuais quanto em relação às parcelas de renda apropriadas entre os municípios. Já os municípios urbanos profissionais, embora apresentem a menor parcela de pobres e miseráveis dos níveis inferior e ínfimo (ver Tabela 4.2), são mais desiguais os operários, fato que pode ser creditado, principalmente, à maior desigualdade observada na classe dos profissionais e empregadores, prevalecentes nesse perfil social. No outro extremo distributivo, os municípios rurais são, ao mesmo tempo, os mais pobres e os mais desiguais, sobretudo os menos desenvolvidos (grupos 5 e 6).

Para identificar as principais diferenças de concentração de renda entre as regiões geográficas, foi elaborado um modelo de relacionamentos múltiplos (Tabela 4.7) e desenhados mapas para os grupos de concentração de renda a partir do IC (Figuras 4.17 e 4.18), uma medida de concentração mais sensível ao comportamento dos extremos da distribuição¹³²

Os coeficientes negativos e significativos estimados para o modelo de relacionamentos múltiplos entre o logaritmo neperiano do IC, as grandes regiões e os perfis sociais (ver Tabela 4.8) indicam que a tipologia autoconsumo da Região Norte é o caso mais extremo de concentração de renda no país. Apontam também para um lado perverso da distribuição de renda brasileira: as áreas menos desenvolvidas são as mais desiguais.

Independente da região geográfica, os estratos sociais 5 e 6 são os casos mais extremos de concentração de renda. A tipologia urbano profissional se mostra, entretanto, com desigualdade apenas inferior aos dois perfis sociais rurais menos desenvolvidos. A concentração de renda é, por exemplo, 45% inferior, em média, nos municípios urbanos

¹³² Não foi possível obter o IC para 23 municípios: 9 da Região Norte, 13 do Nordeste e 1 do Sudeste. Todos esses municípios são casos extremos de concentração de renda, onde mais de 40% da população não possui rendimentos, sendo, portanto, classificados nos grupos superiores de concentração de renda (Urbano + ou Rural +).

profissionais em relação aos rurais autoconsumo, independente da região geográfica do município, enquanto que nos urbanos operários, os menos desiguais, essa diferença sobe para 61%.

As regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e o Estado do Rio de Janeiro são, respectivamente, as mais desiguais. Na Região Sul, a menos desigual, a concentração de renda é, em média, 40% inferior à da Região Norte, a mais desigual, independente do perfil social do município.

As Figuras 4.17 e 4.18 complementam a análise das diferenças regionais com a distribuição espacial da concentração de renda e apresentam, respectivamente, o número total de municípios e a distribuição espacial dos grupos de concentração segundo grandes regiões brasileiras. Alguns municípios apresentam desigualdade extrema, tornando a distribuição razoavelmente assimétrica e deixando apenas 19% dos municípios com IC superior à média dos respectivos grupos. É o caso, por exemplo, de Marivânia, pequeno município rural de 4 mil habitantes em Minas Gerais, onde os 40% mais pobres acumulam apenas 0,13% da renda total, valor quase 400 vezes inferior ao acumulado pelos 10% mais ricos!

É justamente nas regiões mais pobres, Norte e Nordeste, onde se encontra a grande maioria dos municípios com altas taxas de concentração (66% deles estão nessas regiões). Na Região Norte, 40% dos municípios, tanto urbanos quanto rurais, possuem concentração de renda acima dos padrões médios de seus respectivos perfis sociais e, na Região Nordeste, a desigualdade é maior nos municípios rurais, onde 40% destes estão acima das médias dos respectivos perfis sociais. Não há, entretanto, um padrão espacial contíguo de distribuição desses municípios, que ocorrem de maneira mais ou menos dispersa no espaço dessas grandes regiões.

Já os municípios com baixos padrões de concentração de renda prevalecem nas Regiões Sul e Sudeste. Na Região Sul, 92% dos municípios rurais e 95% dos urbanos apresentam IC abaixo das médias de seus respectivos perfis sociais. No Sudeste, essas taxas são de 89% e 90%, respectivamente.

Modelo:

$$\ln(IC) = \alpha + \beta_1 SP + \beta_2 RJ + \beta_3 MGES + \beta_4 NE + \beta_5 SU + \beta_6 CO + \beta_7 ES1 + \beta_8 ES2 + \beta_9 ES3 + \beta_{10} ES4 + \beta_{11} ES5 + e$$

Tabela 4.7 – Análise de variância

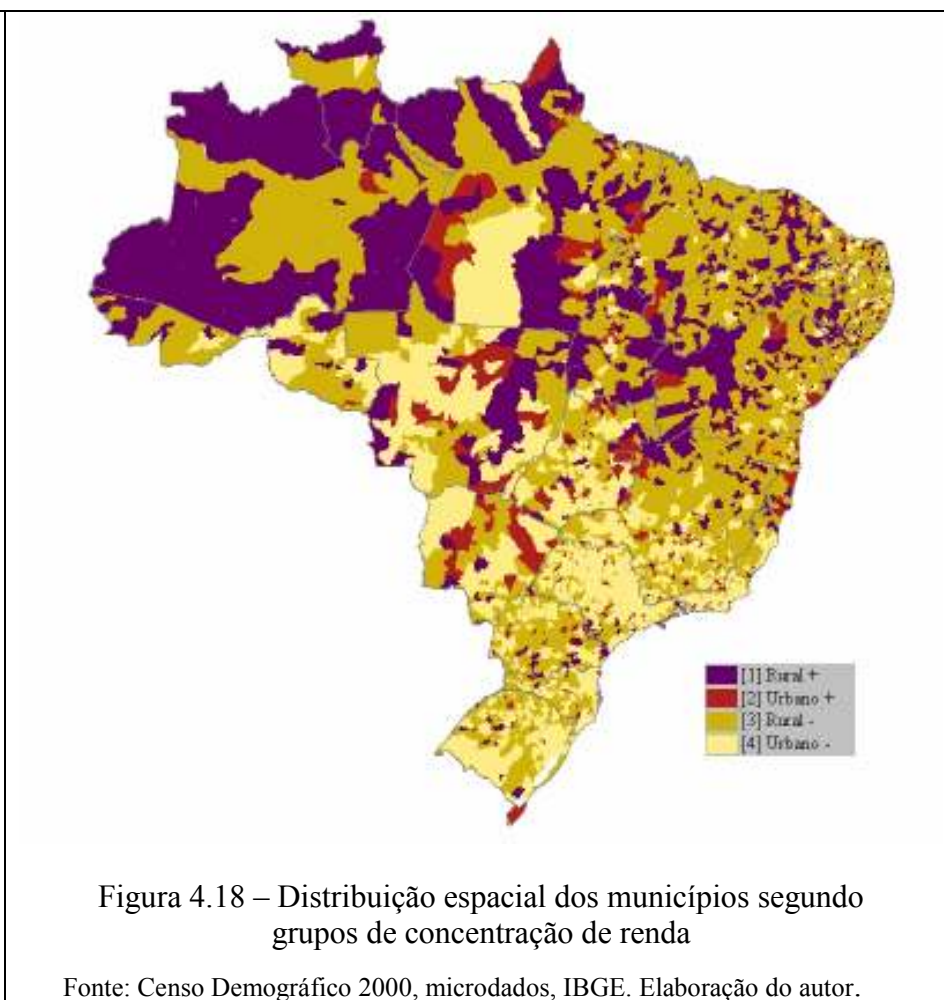
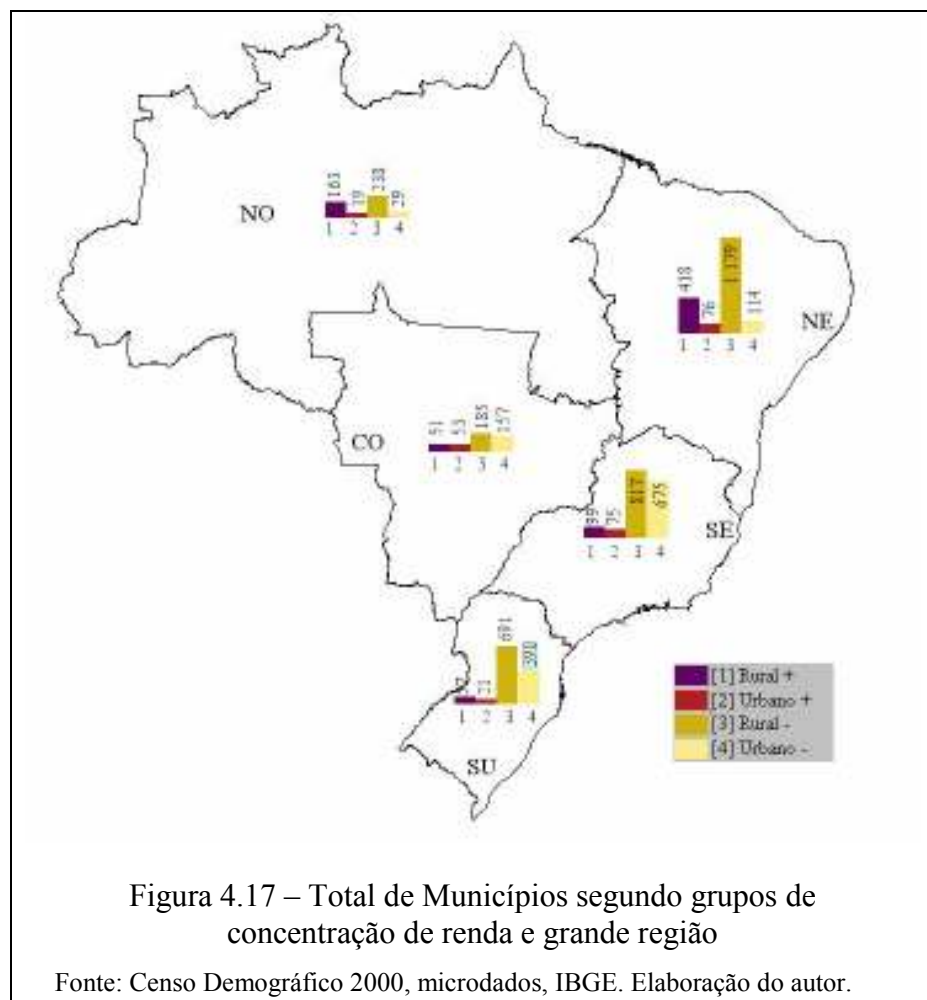
Fonte	gl	Soma dos Quadrados	Quadrados Médios	F	valor p
Regressão	11	491,06	44,64	228,41	<0,0001
Resíduos	5.472	1.069,49	0,20		
Total	5.483	1.560,55			

Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2000. Elaboração do autor.

Tabela 4.8 – Parâmetros estimados e teste de significância

Variável	Parâmetro Estimado	Erro Padrão	t	valor p
Intercepto	2,520	0,030	83,5	<0,0001
SP	-0,414	0,030	-14,0	<0,0001
RJ	-0,253	0,052	-4,8	<0,0001
MGES	-0,337	0,026	-12,9	<0,0001
NE	-0,152	0,024	-6,4	<0,0001
SU	-0,508	0,025	-20,1	<0,0001
CO	-0,189	0,031	-6,1	<0,0001
PS1	-0,592	0,031	-19,3	<0,0001
PS2	-0,933	0,031	-30,1	<0,0001
PS3	-0,784	0,028	-28,2	<0,0001
PS4	-0,643	0,029	-22,3	<0,0001
PS5	-0,471	0,028	-16,6	<0,0001

Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2000. Elaboração do autor.



4.3.2.2 Características de inserção no mercado de trabalho

As características individuais de inserção no mercado de trabalho foram analisadas observando-se a participação nos municípios de mulheres, negros, crianças, a distribuição segundo grau de escolaridade (nunca frequentou, 1º grau, 2º grau e 3º grau) e condição de atividade (ocupado, desocupado e não economicamente ativo). Não foi possível captar a condição de formalidade ou informalidade do ocupado na semana porque, embora disponível no questionário do Censo Demográfico 2000, a contribuição previdenciária dos ocupados apresentou um número exageradamente elevado de respostas nulas¹³³.

A Tabela 4.9 apresenta a distribuição da população dos perfis sociais segundo características associadas à inserção no mercado de trabalho, permitindo importantes considerações sobre a composição das tipologias municipais. Em primeiro lugar, destaca-se a maior participação das mulheres nas cidades mais desenvolvidas como provável consequência da *exclusão sexual* causada pelo trabalho agrícola. Como observado no capítulo 3, estas estão ligeiramente associadas às classes de domésticos e profissionais, que prevalecem justamente nos centros urbanos mais desenvolvidos e, aliado ao maior número de famílias individuais nos centros urbanos, corrobora para esta distribuição espacial.

Relação inversa ocorre com a participação dos negros, que apresenta taxas mais elevadas nas cidades menos desenvolvidos e chega a 70% nos municípios rurais autoconsumo. A percentagem de menores de 10 anos também é inversamente proporcional ao estágio de desenvolvido do município e se deve, sobretudo, à maior taxa de natalidade e menor expectativa de vida dessas localidades. Enquanto as crianças menores de 10 anos de idade representam mais de 1/4 da população nos municípios urbanos autocosumo, são menos de 1/5 da população nos municípios urbanos profissionais.

¹³³ Foram estimadas 32.550.575 pessoas com 10 anos ou mais de idade e ocupadas na semana (valores expandidos) sem declaração da contribuição previdenciária oficial (variável v0450 com valor nulo), o que corresponde a 50% da população ocupada na semana em 2000. (Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE).

Tabela 4.9 – Percentagem da população dos perfis sociais segundo características de inserção no mercado de trabalho¹ – Brasil 2000

Grupo Social	% Mulheres	% Negros	< 10 anos	População em Idade Ativa (10 anos ou mais)						
				Grau de Escolaridade ¹				Condição Atividade		
				Nunca Freq	1o grau	2o grau	3o grau	% PO	% PD	% PNEA
1	51,7	38,9	17,6	4,3	46,7	21,1	9,7	40,4	7,9	34,1
2	50,6	41,4	19,4	5,4	52,8	17,8	4,1	38,4	8,1	34,1
3	49,7	54,9	21,0	11,3	52,9	11,0	1,9	35,6	5,5	37,9
4	49,3	57,0	22,0	12,1	53,4	9,1	1,4	36,6	4,3	37,1
5	49,0	63,1	24,0	13,6	52,2	7,0	0,8	36,0	3,5	36,5
6	48,6	69,7	27,2	16,1	49,3	5,1	0,4	34,2	2,7	35,9
Total	50,8	45,1	19,4	6,9	49,7	16,9	6,1	38,6	7,0	35,0

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

¹ Não foi possível identificar a escolaridade de 1.640.885 pessoas (1% da população).

Os indicadores para grau de escolaridade e situação econômica também mostram uma clara relação de dependência com o estágio de desenvolvimento municipal. A percentagem da população em idade ativa com 2º ou 3º grau de escolaridade é muito baixa nos municípios rurais (apresenta uma média máxima de 13% para os municípios rurais urbanizados), que apresentam, em contrapartida, uma significativa participação de pessoas em idade ativa que nunca freqüentaram a escola (chega a ser de 16% nos municípios rurais autoconsumo).

A inatividade é maior nos municípios rurais, chegando a praticamente metade da PIA nos municípios rurais autoconsumo. Por outro lado, o desemprego se mostra como um fenômeno característico dos grandes centros urbanos, afligindo cerca de 8% da população nos municípios urbanos. Deve-se, sobretudo, à crise dos anos 90, década de baixo crescimento e explosão do desemprego nos centros metropolitanos.

As elevadas taxas de desemprego¹³⁴ observadas na década de 90 transformaram justamente esse indicador em elemento fundamental para a caracterização da qualidade de vida da população. Foi, nesse sentido, o indicador escolhido para análise de inserção no mercado de trabalho nos relacionamentos múltiplos com as grandes regiões e perfis sociais, além de ser utilizado na identificação dos padrões espaciais de inserção no mercado de trabalho.

¹³⁴ Taxa de desemprego dada por: $TD = \frac{\text{Desempregados}}{\text{Ocupados} + \text{Desempregados}}$

Os coeficientes do ajuste econométrico relacionando o logaritmo neperiano da taxa de desemprego, grandes regiões e perfis sociais (ver Tabela 4.11) mostram que, mesmo isolando-se a região geográfica, o desemprego mantém-se significativamente superior nos municípios urbanos. Nos municípios urbanos profissionais e operários, a taxa de desemprego é cerca de 3 vezes superior (200%) à dos municípios rurais autoconsumo, independente da região geográfica.

Entre as regiões, as taxas de desemprego são mais elevadas nos municípios do Norte, Nordeste e no Estado do Rio de Janeiro, respectivamente. Independentemente do perfil social, as taxas de desemprego nos municípios do Nordeste e do Estado do Rio de Janeiro são, em média, apenas 16% inferiores às dos municípios da Região Norte, enquanto que na Região Sul, onde aparecem as menores taxas, essa diferença média sobe para 52%.

Para visualizar a composição espacial dessas diferenças, foram criados grupos de desemprego comparando-se as taxas de desemprego municipais às médias de seus respectivos perfis sociais. Pelas Figuras 4.19 e 4.20, é possível justamente observar a concentração de municípios com padrões relativamente altos de desemprego nas regiões mais pobres: Norte e Nordeste. Mais da metade (56%) dos municípios urbanos nordestinos apresenta taxas de desemprego acima dos padrões de seus respectivos perfis sociais e estes se localizam, sobretudo, na Zona da Mata e no Estado da Bahia. O desemprego também é alto nas principais capitais nordestinas, como Salvador, com 25% da PEA em situação de desemprego, Aracaju, com 21%, Maceió, com 23%, e Recife, com 21%.

Entretanto, os mais importantes bolsões urbanos de desemprego estão nas áreas metropolitana de São Paulo, Rio de Janeiro e na Baixada Santista, já que é nessas áreas onde se concentra a parcela mais significativa da população brasileira. Em Mongaguá, por exemplo, a taxa de desemprego é de 25%, em Cotia, de 21%, e em Volta Redonda, igual a 19%. Municípios rurais do vale do Ribeira no Estado de São Paulo também apresentam padrões elevados de desemprego e, em Minas Gerais, o desemprego é mais elevado na parte norte do estado.

Na Região Sul, os municípios com altas taxas de desemprego concentram-se na Mesorregião da Metade Sul, justamente a área mais pobre do Estado do Rio Grande do Sul. No Centro-Oeste, apenas 14% dos municípios, a maioria localizada próxima à capital federal, apresentam taxas acima das médias dos respectivos perfis sociais.

Modelo:

$$\ln(TD) = \alpha + \beta_1 SP + \beta_2 RJ + \beta_3 MGES + \beta_4 NE + \beta_5 SU + \beta_6 CO + \beta_7 ES1 + \beta_8 ES2 + \beta_9 ES3 + \beta_{10} ES4 + \beta_{11} ES5 + e$$

Tabela 4.10 – Análise de variância

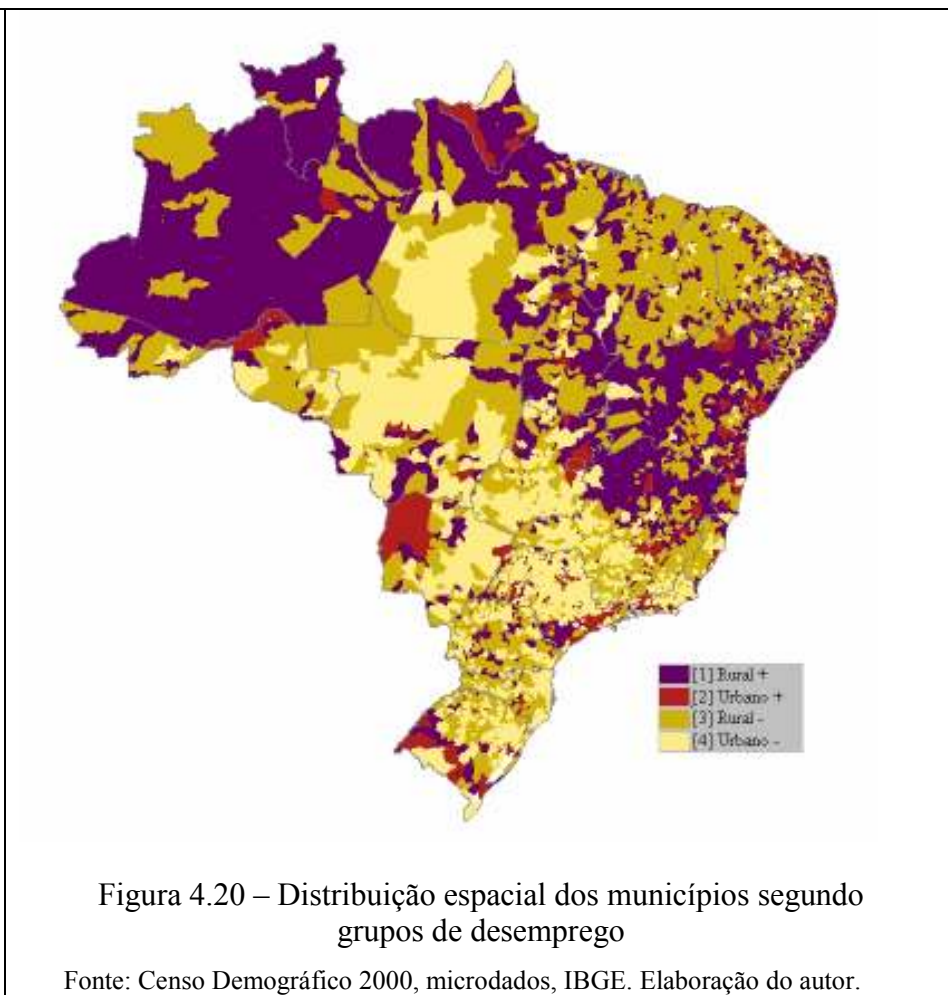
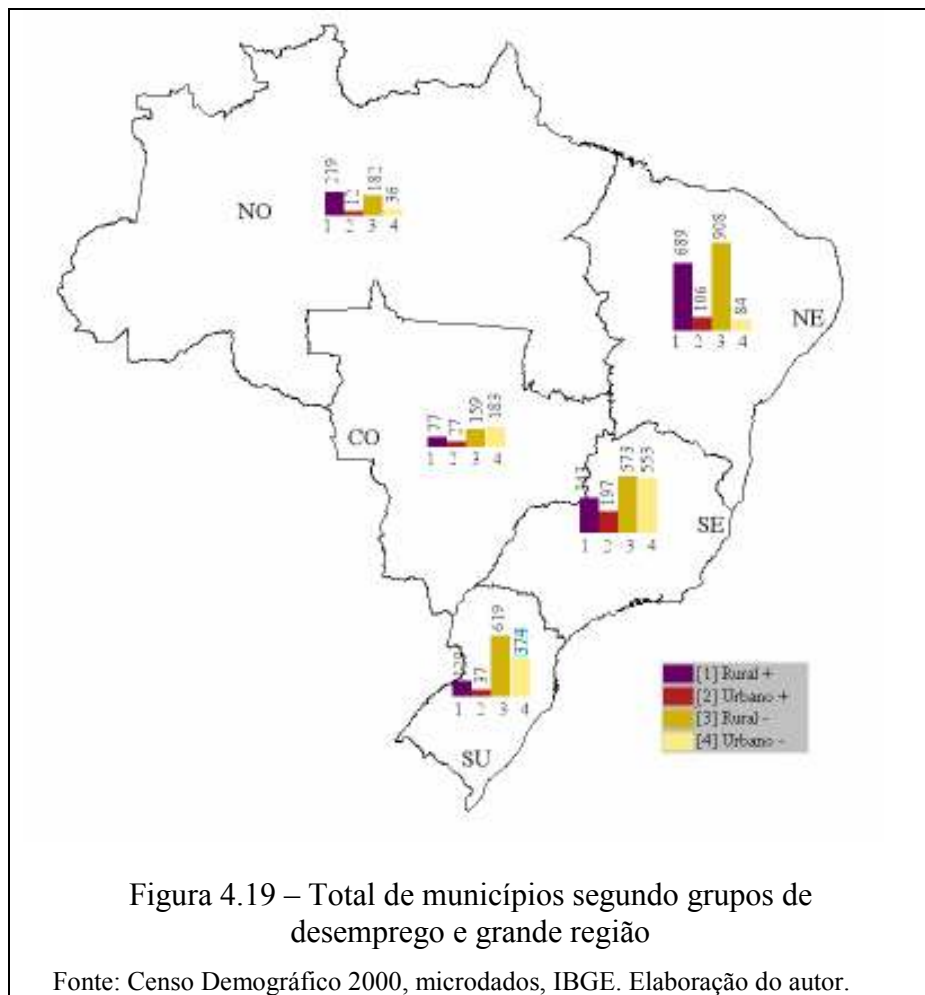
Fonte	gl	Soma dos Quadrados	Quadrados Médios	F	Valor p
Regressão	11	718,89	65,35	145,92	<0,0001
Resíduos	5.495	2.461,00	0,45		
Total	5.506	3.179,89			

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

Tabela 4.11 – Parâmetros estimados e teste de significância

Variável	Parâmetro Estimado	Erro Padrão	t	valor p
Intercepto	-2,858	0,044	-64,3	<0,0001
SP	-0,266	0,045	-6,0	<0,0001
RJ	-0,175	0,079	-2,2	0,0268
MGES	-0,380	0,039	-9,6	<0,0001
NE	-0,169	0,036	-4,7	<0,0001
SU	-0,739	0,038	-19,4	<0,0001
CO	-0,355	0,047	-7,6	<0,0001
ES1	1,093	0,046	24,0	<0,0001
ES2	1,120	0,046	24,3	<0,0001
ES3	0,924	0,041	22,5	<0,0001
ES4	0,690	0,043	16,1	<0,0001
ES5	0,418	0,042	10,0	<0,0001

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE. Elaboração do autor.



4.3.2.3 Características de infra-estrutura domiciliar

Dos 11 indicadores de infra-estrutura domiciliar utilizados para a base de microdados da PNAD 2004, apenas o acesso à internet estava ausente no questionário do Censo Demográfico 2000 e precisou ser excluído da análise. Por outro lado, o Censo permitiu a identificação da posse de automóvel no domicílio, que acabou sendo incorporada à análise por ser outra característica relevante na avaliação da qualidade de vida da população.

A Tabela 4.12 apresenta a percentagem da população com acesso a cada um dos bens e serviços de infra-estrutura domiciliar e, ao final, um Indicador Sintético de Infra-Estrutura Domiciliar para os dados do Censo Demográfico Municipal (ISIEDM). Assim como feito para o ISIED no terceiro capítulo, também se aplicou a técnica multivariada de análise fatorial¹³⁵ para reduzir a dimensionalidade dos 11 indicadores simples de infra-estrutura domiciliar e obter a melhor estrutura de ponderações para a estimativa do ISIEDM.

Tabela 4.12 – Percentagem da população dos perfis sociais segundo acesso a infra-estrutura domiciliar e ISIEUM – Brasil 2000

Grupo Social	Água	Luz Eletr	Esgoto	Sani-tário	Coleta Lixo	Fone Fixo	Compu-tador	Auto-móvel	Gela-deira	Maq. Lavar	Tv Cores	ISIEDM
1	91,0	98,8	77,5	92,2	91,4	53,7	16,3	41,0	93,1	44,4	94,5	1,62
2	89,9	99,0	72,0	92,8	88,2	36,4	8,0	34,6	92,2	34,3	93,6	1,14
3	65,0	89,6	39,4	68,1	57,1	13,4	2,3	19,6	67,3	10,8	79,6	-0,08
4	52,1	80,4	27,8	53,7	39,5	10,0	1,7	16,5	56,3	8,7	69,4	-0,53
5	36,9	70,4	22,1	37,2	25,1	6,3	1,0	11,2	43,8	5,1	57,5	-1,02
6	21,5	58,7	13,1	21,7	14,2	3,8	0,6	5,6	31,7	2,8	42,9	-1,51
Total	79,4	93,5	65,5	81,1	76,4	37,4	10,3	32,3	82,2	31,8	86,9	0,90

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

A partir das percentagens de habitantes com acesso às características de infra-estrutura domiciliar em cada município, a análise fatorial obteve um indicador sintético que representava mais de 70% da variabilidade total das informações. Os resultados apresentados na Tabela 4.13 evidenciam a relativa eficiência do fator obtido, que possui fortes correlações positivas com a grande maioria dos indicadores simples, ficando apenas o acesso a esgotamento sanitário com representatividade inferior a 60%.

¹³⁵ Para mais detalhes sobre a técnica, ver Capítulo 3.

Tabela 4.13 – Fator comum de relacionamento com indicadores simples de infra-estrutura domiciliar

Indicador	Fator 1	
	Correlação (<i>a</i>)	Comunalidade (<i>h_i²</i>)
Água	0,905	82,0%
Luz Elétrica	0,815	66,4%
Esgoto	0,582	33,9%
Sanitário	0,920	84,6%
Coleta Lixo	0,841	70,8%
Fone Fixo	0,826	68,3%
Computador	0,780	60,8%
Automóvel	0,870	75,7%
Geladeira	0,940	88,3%
Máq Lavar	0,806	65,0%
Tv Cores	0,895	80,0%
Autovalor (□)	7,76	
% Varibilidade	70,5%	

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

Os ISIEDM para cada um dos perfis sociais e para o Brasil como um todo foram estimados aplicando-se a estrutura de ponderações do fator comum (ver expressão 3.11) às respectivas percentagens padronizadas da população de cada grupo com acesso aos bens e serviços de infra-estrutura domiciliar. Os valores obtidos (ver Tabela 4.12) mostram uma clara relação de dependência entre o ISIEDM e as tipologias municipais, estando os melhores padrões de infra-estrutura domiciliar associados aos mais avançados estágios de desenvolvimento municipal.

Interessante também destacar as desigualdades existentes entre os perfis sociais mesmo quando se trata de serviços básicos essenciais para a qualidade de vida da população, como acesso à água canalizada e luz elétrica. Nos municípios rurais autoconsumo, por exemplo, apenas 1/5 da população tem acesso à água canalizada e pouco mais da metade possui luz elétrica no domicílio, contra taxas próximas a 100% nos municípios urbanos profissionais. Essas diferenças sugerem a consistência da tipologia de estratificação na identificação do grau de urbanidade/ruralidade dos municípios.

Com as taxas municipais de acesso aos bens e serviços de infra-estrutura domiciliar, foi possível estimar o ISIEDM para cada um dos municípios e, posteriormente, relacioná-los em

um modelo de regressão múltipla às grandes regiões e aos perfis sociais, bem como classificá-los em grupos de infra-estrutura domiciliar para identificar as principais diferenças regionais relacionadas ao tema.

Os coeficientes estimados pelo modelo econométrico descrito nas Tabelas 4.13 e 4.14 colocam, mais uma vez, a Região Sul e o Estado de São Paulo na melhores posições sociais e apresentam as Regiões Norte e Nordeste com os piores indicadores de infra-estrutura domiciliar. Independentemente da tipologia municipal, as condições de infra-estrutura domiciliar dos municípios da Região Sul são, por exemplo, cerca de 64% superiores às da Região Norte.

Entre os perfis sociais, há também uma clara hierarquia nas condições de infra-estrutura domiciliar, onde os municípios profissionais apresentam, em média, condições 91% superiores aos dos municípios rurais autoconsumo, independentemente da região geográfica. Pouco abaixo, estão os município operários, com padrões domiciliares, em média, 84% superiores aos dos municípios rurais autoconsumo.

As Figuras 4.21 e 4.22 apresentam a distribuição espacial dos municípios urbanos e rurais com as piores e melhores taxas entre os perfis sociais e corroboram as análise das diferenças regionais. Os municípios com os melhores padrões de infra-estrutura domiciliar estão localizados, em sua ampla maioria (78%), nos estados das regiões Sul e Sudeste. Na Região Sul, apenas 3 municípios rurais apresentam baixos padrões de infra-estrutura domiciliar e, assim como ocorre em relação aos demais indicadores sócio-econômicos, visualiza-se um bolsão de municípios urbanos com baixos padrões de infra-estrutura na mesorregião da Metade Sul.

Na Região Sudeste, os município urbanos com baixos índices predominam no Estado do Rio de Janeiro e, entre os municípios rurais, os piores índices estão todos em Minas Gerais, particularmente na parte norte desse estado. Já o Estado de São Paulo concentra os municípios urbanos com as melhores condições de infra-estrutura domiciliar, como São Caetano do Sul e Santos, os dois melhores ISIEDM do Brasil.

No outro extremo, municípios com altos padrões de infra-estrutura domiciliar são raros nas regiões Norte e Nordeste, principalmente entre municípios urbanos. No Nordeste, apenas 2 municípios urbanos apresentam padrões relativamente altos de infra-estrutura domiciliar e, no Norte, 100% deles apresentam baixos índices.

Modelo:

$$\ln (ISIEDM) = \alpha + \beta_1 SP + \beta_2 RJ + \beta_3 MGES + \beta_4 NE + \beta_5 SU + \beta_6 CO + \beta_7 ES1 + \beta_8 ES2 + \beta_9 ES3 + \beta_{10} ES4 + \beta_{11} ES5 + e$$

Tabela 4.14 – Análise de variância

Fonte	gl	Soma dos Quadrados	Quadrados Médios	F	valor p
Regressão	11	545,70	49,61	2.166,76	<0,0001
Resíduos	5.495	125,81	0,02		
Total	5.506	671,52			

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

Tabela 4.15 – Parâmetros estimados e teste de significância

Variável	Parâmetro Estimado	Erro Padrão	t	valor p
Intercepto	0,428	0,010	42,5	<0,0001
SP	0,471	0,010	46,7	<0,0001
RJ	0,404	0,018	22,6	<0,0001
MGES	0,357	0,009	40,0	<0,0001
NE	0,062	0,008	7,8	<0,0001
SU	0,492	0,009	57,1	<0,0001
CO	0,237	0,011	22,4	<0,0001
ES1	0,647	0,010	62,8	<0,0001
ES2	0,608	0,010	58,4	<0,0001
ES3	0,471	0,009	50,7	<0,0001
ES4	0,345	0,010	35,7	<0,0001
ES5	0,179	0,009	18,9	<0,0001

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

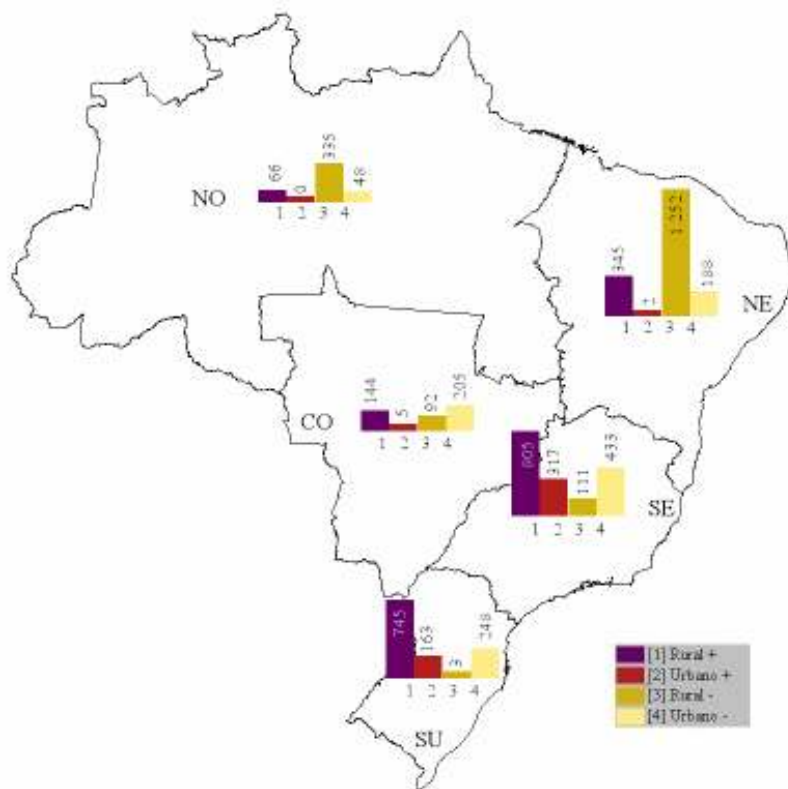


Figura 4.21 – Total de Municípios segundo grupos de infraestrutura domiciliar e Grande Região

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

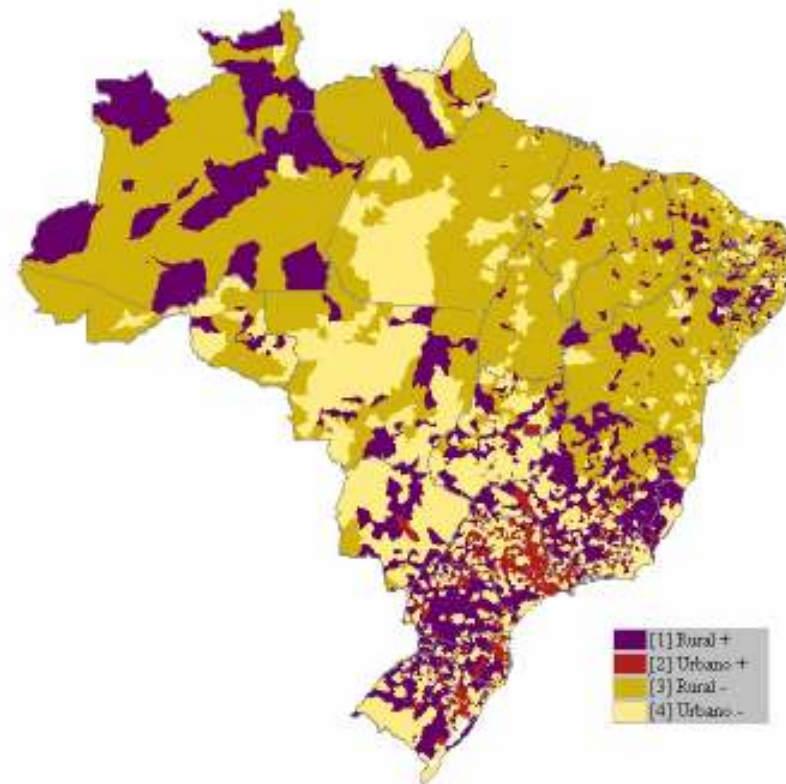


Figura 4.22 – Distribuição espacial dos municípios segundo grupos de infraestrutura domiciliar

Fonte: Censo Demográfico 2000, microdados, IBGE. Elaboração do autor.

4.4 Conclusão

Baseado na distribuição das estruturas sociais municipais, este capítulo apresentou uma nova proposta de configuração para o território brasileiro. Como concluem KAGEYAMA & LEONE (1999, p. 34), a diversidade espacial brasileira exige o aperfeiçoamento contínuo das metodologias de segmentação e descrição de regiões relativamente homogêneas, cuja eficiência estará associada, sobretudo, às especificidades de cada análise. Nesse contexto, a configuração do espaço nacional a partir da estrutura social da população mostrou-se capaz de determinar com relativa eficiência o grau de urbanização/ruralidade de um município que, por sua vez, também está associado ao seu estágio de desenvolvimento, apresentando fortes relações de dependência a uma série de indicadores sócio-econômicos.

Utilizando técnicas estatísticas de análise multivariada, foram identificados seis tipologias municipais (perfis sociais) que definem claramente estágios de desenvolvimento associados ao setor terciário (grupo 1), secundário (grupo 2) e primário (grupos 3, 4, 5 e 6). Os dois primeiros perfis sociais representam municípios com características tipicamente urbanas, mais populosos e densamente povoados, onde predominam as classes dos empregadores, profissionais (ambos no grupo 1) e da massa trabalhadora não agrícola (grupo 2). Nos municípios tipicamente rurais, há uma evidente polarização nas classes agrícolas, com maior participação da massa trabalhadora (grupos 3 e 4), pequenos proprietários conta-própria (grupo 5) e não remunerados (grupo 6). Do grupo 1 ao grupo 6, a tendência é o aumento da participação de pobres e miseráveis dos estratos inferior e ínfimo, bem como da parcela de subclassificados em todas as classes ocupacionais.

A análise visual da distribuição municipal segundo perfis sociais em mapas coropléticos permitiu identificar alguns padrões espaciais mais ou menos óbvios no território nacional que, de certa forma, apontam para uma razoável consistência da tipologia de estratificação. A área mais contígua de municípios urbanos ocorre próxima aos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e sudoeste de Minas Gerais. Aparecem também importantes bolsões de municípios urbanos em alguns pontos próximos ao litoral brasileiro, como na região metropolitana de Porto Alegre, nos pólos industriais de Blumenau, Joinville e Salvador/Camaçari. Os municípios rurais urbanizados (grupo 3) predominam na Zona da Mata, Agreste Nordeste e em áreas de transição entre municípios urbanos e rurais nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Já os municípios rurais menos desenvolvidos (grupos 4, 5

e 6) prevalecem nas áreas do Sertão nordestino, floresta amazônica e na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul.

O problema da escala geográfica exige, entretanto, alguns cuidados especiais e impõe importantes limitações e desafios à análise. Mesmo municípios com elevados padrões sociais podem apresentar significativos bolsões de miséria em sua área intra-urbana, sendo que a análise espacial apenas apresentará os valores médios da população. A identificação desses subespaços geográficos constitui recorrente dificuldade para o equacionamento dos problemas sociais, seja por não serem adequadamente alcançados pelas políticas universais, seja por apresentarem dinâmicas sociais próprias que dificultam o acesso de suas populações às políticas públicas (SEADE, 2003).

Outro problema freqüente em análises de mapas coropléticos é que áreas maiores tendem a dominar o visual da imagem, provocando possíveis distorções na identificação de padrões espaciais. O importante é destacar que os padrões identificados pelos mapas coropléticos se referem ao predomínio de áreas e não de população. Para identificar bolsões de concentração populacional, foram elaborados mapas de intensidade para cada uma das tipologias municipais, sendo que estes confirmaram o contraste entre a diversidade espacial dos perfis sociais e a concentração da população em poucos pontos do território nacional. Enquanto as populações urbanas estão intensamente concentradas próximas às áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, as populações rurais permanecem concentradas próximas à Zona da Mata nordestina e na mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

A redução da dimensionalidade das complexas diferenças municipais em algumas tipologias sociais acaba, indubitavelmente, provocando uma importante perda de informação. Embora alguns municípios do extremo sul gaúcho, municípios paraenses que gravitam em torno da companhia Vale do Rio Doce e as duas principais metrópoles brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, tenham em comum uma maior participação relativa das classes de profissionais e empregadores em suas estruturas sociais, há ainda que se considerar significativas diferenças sócio-econômicas entre as populações dessas regiões. Tais diferenças já eram previsíveis quando se analisou, nos capítulos anteriores, a heterogênea composição sócio-econômica de algumas classes da estrutura social, boa parte fruto das extremas desigualdades regionais brasileiras.

Para melhor compreender a composição dos estratos sociais e estimar como as regiões geográficas podem explicar as diferenças sócio-econômicas que surgem dentro desses grupos de municípios relativamente homogêneos, a segunda parte deste capítulo analisou características associadas à concentração de renda, inserção no mercado de trabalho e infraestrutura domiciliar desses grupos sociais. Foram elaborados modelos de relacionamentos múltiplos entre as características sócio-econômicas e os perfis sociais, além de mapas de padrões sócio-econômicos para identificar as áreas de desenvolvimento e atraso relativo no espaço nacional.

A evidente hierarquia observada nos indicadores dos perfis sociais, principalmente no que se refere à infra-estrutura domiciliar, sugere que a tipologia de estratificação identificou com relativa consistência o grau de urbanidade/ruralidade dos municípios brasileiros. De maneira geral, observou-se que os municípios urbanos, sobretudo os operários, apresentaram os menores índices de concentração de renda, além das melhores condições de infra-estrutura domiciliar. O desemprego aparece, entretanto, como o grande problema dos centros urbanos e se deve, sobretudo, ao período de baixo crescimento da economia na década de 90, o crescente êxodo de excluídos das ocupações agrícolas e aumento da população economicamente ativa. Observou-se também uma maior participação feminina nos municípios mais desenvolvidos, associadas, provavelmente, à maior prevalência nas classes de profissionais e domésticos, grupos característicos dos centros urbanos mais desenvolvidos. Os negros, por sua vez, estão nas ocupações da base da pirâmide social e predominam nos municípios rurais menos desenvolvidos, onde também prevalecem baixos índices de escolaridade e crianças menores de 10 anos de idade.

As conhecidas desigualdades regionais brasileiras ficaram ainda mais evidentes com os resultados dos modelos de relacionamentos múltiplos e com a análise espacial dos mapas de padrões sócio-econômicos. Mesmo em grupos relativamente homogêneos de desenvolvimento da estrutura social, os municípios das regiões mais pobres (Norte, Nordeste, norte de Minas Gerais e Mesorregião Metade Sul) apresentam alguns dos piores índices de concentração de renda, desemprego e infra-estrutura domiciliar. Por outro lado, os municípios do interior paulista e da Região Sul despontam como as áreas de melhor padrão sócio-econômico do país.

Independente do perfil social do município, o grau de concentração de renda da Região Sul, a menos desigual, é 40% inferior, em média, ao observado na Região Norte, a mais

desigual; o desemprego é, em média, 52% inferior no Sul em relação ao Norte; e o padrão de infra-estrutura domiciliar é, em média, 64% superior no Sul em relação ao Norte. Esses resultados não excluem, entretanto, a possibilidade de áreas na Região Sul de baixo desenvolvimento relativo, como ocorre em muitos dos municípios da Mesorregião Metade Sul.

De maneira geral, conclui-se que a configuração espacial obtida neste capítulo, além de contribuir com uma nova dimensão para a análise da estrutura social brasileira, é mais um importante instrumento para analisar as extremas diferenças regionais brasileiras. Estudos mais apurados podem ser obtidos com análises focalizadas para regiões, estados ou mesmo municípios, utilizando, quando possível, áreas espaciais mais desagregadas, como os setores censitários disponibilizados pelo IBGE.

Para finalizar a análise, deve-se ressaltar que, embora os municípios rurais apresentem, de maneira geral, condições sócio-econômicas consideravelmente inferiores aos municípios urbanos, é possível conciliar desenvolvimento social da população com uma estrutura predominantemente agrícola. O atraso relativo dos municípios rurais brasileiros deve-se, em grande parte, a questões históricas, como a herança da forma de colonização, e não necessariamente a especificidades das atividades agrícolas. Muitos municípios rurais da Região Sul apresentam indicadores sócio-econômicos invejáveis aos centros urbanos mais desenvolvidos do país, enquanto que nos municípios rurais do Nordeste, onde há 500 anos prevalece o latifúndio e a exclusão cultural de boa parcela da população, perpetuam-se as piores condições sócio-econômicas do país.

CONCLUSÕES FINAIS

Este trabalho apresentou uma nova proposta de configuração do espaço territorial brasileiro baseada na composição das estruturas sociais municipais, uma *proxy* do estilo de vida e dos níveis de bem-estar de suas populações. Ao mesmo tempo, procurou dar validade à metodologia de análise relacionando-a a inúmeras variáveis sócio-econômicas. Nestes estudos, foram exploradas técnicas estatísticas multivariadas para estimar, simultaneamente, o grau de associação entre inúmeras categorias analíticas.

Seguem os principais resultados deste trabalho:

- i) Embora a renda familiar *per capita* seja capaz de definir a inserção dos indivíduos no mercado consumidor de uma sociedade, não pode ser vista como único fator delimitador do estilo de vida dos integrantes familiares. Devem também ser consideradas inúmeras possibilidades definidas pelo grau de autoridade, prestígio e poder proporcionadas por suas ocupações. Nesse contexto, a estrutura social proposta por QUADROS (2003) surge como um importante conciliador entre a classificação puramente econômica, definida por faixas de renda *per capita* (estratos sociais), a conceitos sociológicos relacionados ao prestígio e ao poder político das pessoas, definidos pela inserção do integrante familiar melhor remunerado no mercado de trabalho (classes ocupacionais);
- ii) A renda *per capita* cumpre, entretanto um importante papel diferenciador dos níveis de bem-estar das famílias de uma mesma classe ocupacional. Analisando algumas das principais estatísticas descritivas e os indicadores de concentração de renda relacionados pela literatura, foram identificadas significativas desigualdades entre os rendimentos dos integrantes de uma mesma classe ocupacional, resultados típicos de uma sociedade extremamente desigual como a brasileira. É comum encontrar muitos integrantes familiares com níveis de bem-estar abaixo dos padrões esperados em todas as classes ocupacionais, o que aqui se convencionou denominar de *subclassificados*;
- iii) A estrutura social, definida pela conjugação entre as classes ocupacionais e os estratos sociais, mostrou-se capaz de definir grupos sócio-econômicos

razoavelmente consistentes com os pressupostos teóricos, bem como discriminar significativamente diferentes padrões domiciliares da população brasileira. Foram identificadas algumas tipologias consistentes de associações entre as características de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho (sexo, cor, escolaridade e condição de atividade), as classes ocupacionais e os estratos sociais. A estrutura social determinou ainda uma evidente hierarquia nos padrões de infra-estrutura domiciliar entre os estratos sociais e, principalmente, entre as classes agrícolas e não agrícolas, além de explicar com relativa eficiência a variabilidade dos padrões domiciliares quando comparada a outras duas importantes variáveis da literatura social (renda *per capita* e escolaridade);

- iv) A configuração do espaço nacional a partir das estruturas sociais municipais mostrou-se capaz de determinar o grau de urbanização/ruralidade de um município, o qual também está associado ao seu estágio de desenvolvimento, na medida em que apresentou evidentes hierarquias em uma série de indicadores sócio-econômicos. Foram identificadas tipologias municipais que definem estágios de desenvolvimento associados às participações das classes tipicamente urbanas (empregadores, profissionais e massa trabalhadora não agrícola) e tipicamente rurais (assalariados agrícolas, conta-própria e autoconsumo) que, ao mesmo tempo, estão ainda relacionadas à distribuição da população entre os cinco estratos sociais;
- v) A redução da dimensionalidade do complexo universo de características sociais brasileiras exige, entretanto, que sejam também observadas significativas diferenças internas às tipologias municipais. Mesmo em grupos relativamente homogêneos de desenvolvimento da estrutura social, os municípios das regiões mais pobres (Norte, Nordeste, norte de Minas Gerais e Mesorregião Metade Sul) apresentam alguns dos piores índices de concentração de renda, desemprego e infra-estrutura domiciliar, enquanto que os municípios do interior paulista e da Região Sul despontam como as áreas de melhor padrão sócio-econômico do país.

Em síntese, ao fornecer uma nova configuração para o espaço territorial brasileiro, o autor deste trabalho espera ter contribuído com uma importante dimensão para a análise das

complexas desigualdades sociais brasileiras. Estudos complementares poderão, ainda, fornecer uma descrição mais apurada da diversidade econômica, social e ambiental que surge dessa configuração, enriquecendo a análise nas mais variadas áreas de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- BALTAR, P. E. Crise Contemporânea e mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Economia & Trabalho**. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (Campinas), v. 1, p. 147-161, 1998.
- BALTAR, V. T. **Análise fatorial múltipla para tabelas de contingência**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Matemática e Estatística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- BARROS, R. P.; HENRIQUE, R., MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUE, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, p. 21-47, 2000.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- BELIK, W.; BALSADI, O. V.; BORIN, M. R.; CAMPANHOLA, C.; DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. O emprego rural nos anos 90. In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (Org.) **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP; São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- BELTRÃO, K. I.; SUGAHARA, S. **Infra-estrutura dos domicílios brasileiros: uma análise para o período 1981-2002**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão, n. 1077, 2005.
- BREIMAN, L.; FRIEDMAN, J. H.; OLSHEN, R. A.; STONE, C. J. **Classification and regression trees**. Belmont: The Wadsworth Statistics; Probability Series, 1984.
- BUSE, R. C.; SALATHE, L. E. Adult equivalent scales: an alternative approach. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 60, n. 3, p. 460-468, aug. 1978.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- CASTELLS, M. **A sociedade em Rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.
- CÂMARA, G; SOUZA, R. C. M.; FREITAS, U. M; GARRIDO, J. **SPRING: Integrating remote sensing and GIS by object-oriented data modeling**. Computers & Graphics, v. 20, n. 3, p. 395-403, may.-jun. 1996.
- CÂMARA, G; MONTEIRO, A. M.; MEDEIROS, J. M.. **Introdução à ciência da geoinformação**. São José dos Campos: INPE, 2004.

CAMELO FILHO, J. V. **A implantação e consolidação das estradas de ferro no nordeste brasileiro.** Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930 - 1995.** Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1998a.

_____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1998b.

CARMINES, E. G., ZELLER, R. A. **Reliability and validity assessments.** Beverley Hills: Sage, 1979.

CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. N. **Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE.** Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão, n. 897, 2002.

COWELL, F. A. **Measuring inequality.** London: Prentice Hall, 2000.

CRIVISQUI, E. **Presentación de los métodos de clasificación.** Programa Presta, ULB, 1999.

CUADRAS, C. M. **Métodos de análisis multivariante.** Barcelona: EUNIBAR – Editorial Universitária de Barcelona S. A., 1981.

DEDECCA, C. S. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD – síntese metodológica. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais.** Brasília, n. 15, v. 2, 1998.

_____. **Desemprego e regulação no Brasil hoje.** Campinas: CESIT, Cadernos do CESIT, n. 20, 1996.

DEDECCA, C. S.; BALLINI, R.; MAIA, A. G. **Contribuição da aposentadoria para os rendimentos da família.** Campinas: Mimeo, 2006.

DEDECCA, C. S.; ROSANDISKI, E. Sentos e dissensos: as inovações metodológicas do censo demográfico 2000. **Revista da ABET**, v. 3, n. 2, jun.-dez. 2003.

DRUCK, S.; CARVALHO, M.S.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A.V.M. (eds) **Análise Espacial de Dados Geográficos.** Brasília: EMBRAPA, 2004.

EVANS, G. Putting men and women into classes: an assessment of the cross-sex validity of the Goldthorpe class schema. **Sociology**, v. 30, n. 2, p. 209-234, may. 1996

_____. Testing the validity of the Goldthorpe class schema. **European Sociological Review**, v. 8, n. 3, p. 211-232, dec. 1992.

EVANS, G.; MILLS, C. Identifying class structure. A latent class analysis of the criterion-related and construct validity of the Goldthorpe class schema. **European Sociological Review**, v. 14, n. 1, p. 87-106, mar.1998.

FERREIRA, S. P. **Setor informal, notas sobre uma trajetória**. São Paulo: Mimeo, 1991.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. F. **Estrutura de posições de classe no Brasil**: mapeamento, mudanças e efeitos na renda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

GALBRAITH, J. K.; BERNER, M. **Inequality & industrial change**: a global view. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

GOLDTHORPE, J. H. Social class and the differentiation of employment contracts. In: Goldthorpe, J. H. **On sociology**: numbers, narratives, and the integration of research and theory. Oxford: OUP, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J.; WEID, J. M.; BIANCHINI, V. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: MDA/DNDRS/NEAD, Texto para Discussão, n. 2, 2001.

GREENACRE, M. J., HASTIE, T. The geometric interpretation of correspondence analysis. **Journal of the American Statistical Association**, v. 82, n. 398, p. 437-447, 1987.

GREENACRE, M. J. **Theory and application of correspondence analysis**. London: Academic Press Inc, 1984.

GUJARATI, D. N. **Basic econometrics**. West Point, United States Military Academy: McGraw-Hill, 1995.

HALVORSEN, R.; PALMQUIST, R. The interpretation of dummy variables in semilogarithmic equations. **The American Economic Review**, v. 70, n. 3, p. 474-475, jun. 1980.

HIRANO, S. **Castas, estamentos e classes sociais – introdução ao pensamento sociológico de Marx e Weber**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

HOFFMANN, D. L.; FRANKE, G.R. Correspondence analysis: graphical representation of categorical in marketing research. **Journal of Marketing Research**, v. 23, n. 3, p. 213-227, aug. 1986.

HOFFMANN, M. P.; BRANDÃO, S. M. C. **Medição de emprego: recomendações da OIT e práticas nacionais**. Campinas: Centro de Estudos de Economia Sindical e do Trabalho, UNICAMP, Cadernos do CESIT, n. 22, 1996.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda no Brasil**: mudanças de 2002 para 2003 e a delimitação dos relativamente ricos. Campinas: Mimeo, 2005.

_____. A distribuição da renda no Brasil no período 1992-2001. **Economia e Sociedade**. Campinas, n. 19, p. 213-235, 2002.

_____. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, p. 81-107, 2000a.

_____. Quatro tipos de teste de hipóteses com os dados das PNADs. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. (Ed.) **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente; Campinas: IE/UNICAMP; São Paulo: Editora da USP, 2000b.

_____. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: Editora da USP, 1998a.

_____. Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979/97 e a influência da inflação e do salário mínimo. **Economia e Sociedade**. Campinas, n. 11, p. 199-221, 1998b.

_____. Informações necessárias para a análise da distribuição de renda no Brasil. **Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 21, p. 159-167, 1977.

IBGE. **Censo Demográfico 2000 – Documentação dos microdados da amostra**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002a.

_____. **Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002b.

_____. **Censo agropecuário 1995/96**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1998.

_____. **Manual de entrevista da pesquisa básica da PNAD de 1995**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1995.

INPE. **Análise Espacial de Dados Geográficos**. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2001.

JANUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**. Campinas: Editora Alínea, 2001a.

_____. Status socioeconômico das ocupações brasileiras: índices aproximativos para 1980, 1991 e anos 90. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v. 61, n.2, p.47-74, 2001b.

JOHNSON, R. A. WICHERN, D. W. **Applied multivariate statistical analysis**. 3. ed. New Jersey: Editora Prentice Hall, 1992.

KAGEYAMA, A.; LEONE, E. T. Trajetórias da modernização e emprego agrícola no Brasil, 1985-1996. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Rio de Janeiro, v. 40, n.1, jan. 2002.

_____. **Uma tipologia dos municípios paulistas com base em indicadores sociodemográficos.** Campinas: IE/UNICAMP, Texto para discussão, n. 66, 1999.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul.** In: Colóquio gricultura Familiar e Desenvolvimento Rural do GEPAD, 1., 2005, Porto Alegre. 2005. No prelo.

_____. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia,** Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set.-dez. 2004a.

_____. Ocupação e renda nos domicílios rurais e agrícolas do estado de São Paulo: efeitos da urbanização. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14., 2004, Caxambu. **Anais...** Campinas: ABEP, 2004b.

_____. **Os rurais e os agrícolas de São Paulo no Censo de 2000.** Texto para discussão. Campinas: IE/UNICAMP, n. 112, 2003.

LEONE, E. T. **Padrões de inserção feminina na região metropolitana de São Paulo em 1997.** Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, Caminhos da história, 2001.

KIM, J.; MUELLER, C. W. **Factor Analysis - Statistical methods and practical issues.** Iowa: University of Iowa, 1978.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** Tradução de Régis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Editora Abril Cultura, 1983.

_____. **Manifesto comunista.** Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Editora Cortez, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. **La ideologia alemana.** Tradução de Wenceslao Roces. Buenos Aires: Ediciones Pueblos Unidos, 1973.

MASSEY, D. **Spatial Division of Labor.** Nova Iorque: Methuen, 1984.

MELLO, T. **Amazônia - a menina dos olhos do mundo.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

MILLS, W. **A nova classe média.** Tradução de Vera Borda. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

MORRIS, L.; SCOTT, J. The attenuation of class analysis: comments on G. Marshall, S. Roberts and C. Burgoyne, social classes and the underclass in Britain and USA. **The British Journal of Sociology,** v. 47, n. 1, p. 45-55, 1996.

NATIONAL STATISTICS. **The National Statistics Socio-Economic Classification.** Disponível em <http://www.statistics.gov.uk/methods_quality/ns_sec/default.asp>. Acesso em: 26 jan. 2006.

NERI, M. Uma nota sobre o deflacionamento da renda do trabalho. **Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise**, Brasília: MTE/IPEA, v. 1, n. 1, 1996.

POCHMANN, M.; CAMPOS, A.; BARBOSA, A.; AMORIM, R.; ALDRIN, R. (Org.) **Atlas da Exclusão Social no Brasil, volume 3: os ricos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.

PRETECEILLE, E. **Divisão social e desigualdades**: transformações recentes da metrópole parisiense. In: Ribeiro, L. C. Q. (Org.). **Futuro das metrópoles: desigualdes e governabilidade**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000.

PRETECEILLE, E.; RIBEIRO, L. C. Q. Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.14, n.40, p.143-162, jun. 1999.

QUADROS, W. J. **Brasil: estagnação e crise**. São Paulo: Gelre Coletânea, Séries Estudos do Trabalho, n 1, 2004a.

_____. A classe média paga o pato: e os pobres? Cada vez mais pobres. **Carta Capital**. São Paulo, n. 317, 17 nov. 2004.

_____. **Aspectos da crise social no Brasil dos anos oitenta e noventa**. Tese (Livre-Docência) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

_____. **“O milagre brasileiro” e a expansão da nova classe média**. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

_____. **A nova classe média brasileira: 1950-1980**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.

QUADROS, W. J.; MAIA, A. G; FALVO, J. F. **Mudanças no perfil sócio-econômico dos ocupados no setor financeiro**. Campinas: CESIT/IE/UNICAMP, 2005.

ROCHA, S. **A investigação do rendimento na PNAD – comentários e sugestões à pesquisa nos anos 2000**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão, n. 899, 2002.

_____. **Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão, n. 720., 2000.

_____. Do consumo observado à linha de pobreza. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 313-352, ago. 1997.

ROMEIRO, A. R. (Org.). **Avaliação e contabilização de impactos ambientais** Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

ROSE, D.; PEVALIN, D. J. **The national statistics socio-economic classification**: unifying official and sociological approaches to the conceptualization and measurement of social class. Colchester: University of Essex, ISER Working Papers. n. 4, 2001.

SAS. **SAS/STAT - user's guide**. Cary: SAS Institute Inc., 1990.

SEADE. **Índice Paulista de Responsabilidade Social – continuidade e desdobramentos**. São Paulo, 2003.

_____. **Pobreza e riqueza**: pesquisa de condições de vida na Região Metropolitana de São Paulo: definição e mensuração da pobreza na Região Metropolitana de São Paulo : uma amostragem multisetorial. São Paulo, 1992.

SINGER, P. **Economia política do trabalho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1977.

TEDFORD, J. R.; CAPPS JR, O.; HAVLICECK JR, J. Adult equivalent scales once more: a developmental approach. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 68, n. 2, p. 322-333, 1986.

VALLE SILVA, N. **Atualização da escala socio-econômica de Ocupações para 1980**. Rio de Janeiro: LNCC, 1985.

VEIGA, J. E.; FAVARETO, A.; AZEVEDO, C. M. A.; BITTENCOURT, G.; VECCHIATTI, K.; MAGALHÃES, R.; JORGE, R. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: MDA/CNDRS/NEAD, Texto para Discussão, n. 1, 2001.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa. Brasília: UNB, 1991.

_____. **Ensaio de sociologia**. Tradução de Waltersir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

WRIGHT, E. O. **Class, Exploitation and Economic Rents**: reflections on Sørensen's "Toward a Sounder Basis for Class Analysis". Department of Sociology: University of Wisconsin, Madison, 2000.

_____. **Foundations of Class Analysis: A Marxist Perspective**. Department of Sociology: University of Wisconsin, Madison, 1999.

_____. **Classes**. Nova Iorque: Editora Verso. 344 p., 1985.

ANEXO A – Ocupações mais frequentes em cada classe ocupacional individual – Brasil 2004

Classe Ocupacional	Código de Ocupação	N Pessoas	%	Rnd Méd
A-1 Empregadores (> 10)	1219 Dir Emp (+ de 5 Empreg)	300.627	72,8	5.701,6
	1310 Ger Prod e Oper	42.360	10,3	4.241,0
	1320 Ger Áreas de Apoio	10.854	2,6	4.608,0
	6129 Produtores Agrícolas	8.177	2,0	7.356,2
	6139 Produtores em Pecuária	5.588	1,4	6.409,9
	1210 Diretores Gerais	5.230	1,3	10.475,9
	1220 Dir Áreas Prod e Oper	4.915	1,2	10.947,9
	2231 Médicos	3.584	0,9	14.308,0
	1230 Dir Áreas de Apoio	2.182	0,5	7.925,4
	5134 Garçons,Barmen e Copeiros	1.997	0,5	4.300,6
	Total	412.853	100,0	5.596,4
A-2 Empregadores (<= 10)	1310 Ger Prod e Oper	1.422.118	46,4	1.979,0
	1219 Dir Emp (+ de 5 Empreg)	321.971	10,5	2.637,9
	6129 Produtores Agrícolas	317.486	10,4	1.968,4
	6139 Produtores em Pecuária	189.458	6,2	2.840,1
	7152 Trab de Est de Alvenaria	86.809	2,8	698,3
	2232 Cirurgiões-Dentistas	47.787	1,6	4.081,4
	9144 Mec Man Veíc Automotores	41.925	1,4	1.644,7
	2410 Advogados	41.686	1,4	5.253,8
	2231 Médicos	41.233	1,3	9.212,3
	5161 Trab Nos Serv de Hig e Embel	38.006	1,2	1.334,3
	Total	3.066.211	100,0	2.209,4
C Profissionais Autônomos	5211 Vend e Demons em Loj Ou Merc	2.050.944	46,1	814,1
	7102 Spv da Construção Civil	320.793	7,2	561,4
	3541 Repres Com e Téc de Vend	275.257	6,2	1.874,7
	2625 Des Ind,Escult,Pint e Afins	253.018	5,7	602,4
	2410 Advogados	187.093	4,2	3.119,0
	3134 Téc Eletrônica	122.238	2,7	762,1
	3331 Inst e Prof de Esc Livres	99.770	2,2	607,6
	3546 Corret de Imóveis	98.624	2,2	1.956,9
	2232 Cirurgiões-Dentistas	62.610	1,4	2.912,1
	3762 Músicos e Cantores Pop	62.560	1,4	853,0
	Total	4.448.388	100,0	1.222,2
D Profissionais Assalariados	5211 Vend e Demons em Loj Ou Merc	3.220.238	14,2	509,5
	4110 Escrit,Ag,Assist e Axl Adm	1.990.368	8,8	818,9
	1310 Ger Prod e Oper	729.253	3,2	1.823,6
	4221 Recepcionistas	702.573	3,1	533,5
	1320 Ger Áreas de Apoio	664.638	2,9	2.201,2
	3312 Prof Nv Md No Ens Fundam	643.672	2,8	705,0
	2313 Prof Nv Sp 5ª a 8ª Sér Ens Fund	581.188	2,6	1.147,6
	4211 Cx e Bilhet(Exc Cx de Banco)	577.731	2,6	464,7
	3541 Repres Com e Téc de Vend	526.873	2,3	1.077,2
	4141 Almoxarifes e Armazenistas	526.209	2,3	634,4
	Total	22.633.987	100,0	1.116,4

ANEXO A – Ocupações mais frequentes em cada classe ocupacional individual – Brasil 2004

Classe Ocupacional	Código de Ocupação	N Pessoas	%	Rnd Méd
F Trabalhadores Autônomos	5243 Vendedores Ambulantes	1.409.509	14,8	442,1
	7152 Trab de Est de Alvenaria	1.225.584	12,9	524,5
	5161 Trab Nos Serv de Hig e Embel	776.288	8,2	468,4
	7632 Op Máq de Cost de Roupas	518.881	5,4	439,5
	5134 Garçons,Barmen e Copeiros	477.406	5,0	632,5
	7823 Cond Veíc Sobr Rodas(Tran Part)	442.969	4,7	918,8
	7825 Cond Veíc Sob Rd(Distr de Merc)	329.248	3,5	1.455,2
	7166 Pint Obras e Rev de Int	292.223	3,1	523,5
	5199 Out Trabal Dos Serv	266.498	2,8	266,4
	9144 Mec Man Veíc Automotores	224.767	2,4	788,8
	Total	9.522.731	100,0	554,5
G Trabalhadores Assalariados	5142 Trb Sv Man e Cnsv Edif e Logr	1.941.725	10,0	386,4
	7170 Ajudantes de Obras Civis	1.141.915	5,9	306,1
	5174 Guardas e Vigias	1.066.616	5,5	541,2
	5132 Cozinheiros	904.778	4,7	408,0
	7825 Cond Veíc Sob Rd(Distr de Merc)	870.774	4,5	793,9
	5199 Out Trabal Dos Serv	723.025	3,7	317,8
	5134 Garçons,Barmen e Copeiros	710.360	3,7	413,3
	7632 Op Máq de Cost de Roupas	647.684	3,3	408,3
	7832 Trab Cargas e Descarg Merc	626.235	3,2	401,2
	7152 Trab de Est de Alvenaria	483.117	2,5	523,8
	Total	19.431.847	100,0	512,6
I Trabalhadores Domésticos	5121 Trab Serv Dom em Geral	5.815.640	89,8	277,6
	5162 At Creche e Acomp de Idosos	506.306	7,8	264,7
	5132 Cozinheiros	54.652	0,8	444,6
	7823 Cond Veíc Sobr Rodas(Tran Part)	44.425	0,7	751,5
	5151 Aten de Enf,Part Prát e Afns	16.732	0,3	626,5
	5174 Guardas e Vigias	12.676	0,2	451,0
	5131 Mordomos e Governantas	9.562	0,1	887,0
	3222 Téc e Auxil de Enfermagem	8.103	0,1	537,0
	5134 Garçons,Barmen e Copeiros	3.462	0,1	469,6
	7827 Trab Nav Marít Fluv e Reg	1.109	0,0	836,0
	Total	6.472.876	100,0	283,7
J-1 Trabalhadores Não Remunerados Não Agrícolas	5211 Vend e Demons em Loj Ou Merc	539.493	31,4	32,5
	5134 Garçons,Barmen e Copeiros	144.277	8,4	28,2
	5243 Vendedores Ambulantes	104.555	6,1	20,3
	Construção para O Uso Próprio	86.252	5,0	258,6
	4110 Escrit,Ag,Assist e Axl Adm	41.825	2,4	145,9
	5132 Cozinheiros	41.147	2,4	60,4
	4211 Cx e Bilhet(Exc Cx de Banco)	33.686	2,0	0,4
	5242 Vend em Quiosques e Barrac	31.378	1,8	22,0
	7170 Ajudantes de Obras Civis	29.223	1,7	48,1
	2631 Min Cult Rel,Mission e Afins	23.516	1,4	289,3
	Total	1.720.417	100,0	83,6

ANEXO A – Ocupações mais frequentes em cada classe ocupacional individual – Brasil 2004

Classe Ocupacional	Código de Ocupação	N Pessoas	%	Rnd Méd
H-1 Proprietários Conta Própria - Agrícola	6129 Produtores Agrícolas	3.350.072	80,7	426,9
	6139 Produtores em Pecuária	795.805	19,2	721,8
	6110 Prod Agropec em Geral	7.888	0,2	587,2
	Total	4.153.765	100,0	484,3
H-2 Trabalhadores Autônomos - Agrícola	6319 Pescadores e Caçadores	228.712	51,7	267,7
	6329 Extrativistas Florestais	137.041	31,0	244,1
	6229 Trab Agrícolas	52.693	11,9	259,4
	6410 Trab da Mecaniz Agropec	9.915	2,2	1.075,3
	6210 Trab na Expl Agrop em Geral	9.909	2,2	288,9
	6239 Trab na Pecuária	3.233	0,7	435,6
	6420 Trab da Mecaniz Florestal	1.017	0,2	1.602,6
	Total	442.520	100,0	282,4
H-3 Assalariados Agrícolas	6229 Trab Agrícolas	2.346.447	51,1	269,3
	6239 Trab na Pecuária	1.151.973	25,1	305,4
	6210 Trab na Expl Agrop em Geral	572.486	12,5	272,7
	6410 Trab da Mecaniz Agropec	234.763	5,1	513,2
	6329 Extrativistas Florestais	144.694	3,2	353,2
	6319 Pescadores e Caçadores	66.306	1,4	338,1
	6201 Superv na Explor Agropec	65.269	1,4	539,0
	6301 Spv Expl Flor,Caça e Pesca	3.116	0,1	597,1
	6420 Trab da Mecaniz Florestal	2.588	0,1	581,7
	6430 Trab da Irrig e Drenag	1.504	0,0	332,6
	Total	4.589.146	100,0	299,3
J-2 Trab Não Remun Agrícola	6229 Trab Agrícolas	3.395.291	44,4	46,4
	Produção para O Próprio Consumo	2.295.993	30,0	178,7
	6239 Trab na Pecuária	907.493	11,9	61,2
	6210 Trab na Expl Agrop em Geral	861.601	11,3	46,1
	6410 Trab da Mecaniz Agropec	58.508	0,8	51,1
	6329 Extrativistas Florestais	46.429	0,6	15,1
	6319 Pescadores e Caçadores	43.046	0,6	21,6
	5199 Out Trabal Dos Serv	6.805	0,1	4,8
	6201 Superv na Explor Agropec	6.458	0,1	65,4
	8411 Moleiros	5.105	0,1	49,9
	Total	7.649.682	100,0	87,6
SO Sem Ocupação Com Renda	Ignorado	19.600.477	97,1	585,0
	5121 Trab Serv Dom em Geral	130.280	0,6	111,5
	5211 Vend e Demons em Loj Ou Merc	46.515	0,2	319,9
	5142 Trb Sv Man e Cnsv Edif e Logr	24.887	0,1	155,4
	6229 Trab Agrícolas	23.279	0,1	129,6
	5162 At Creche e Acomp de Idosos	16.220	0,1	161,4
	5134 Garçons,Barmen e Copeiros	15.174	0,1	287,0
	5243 Vendedores Ambulantes	13.763	0,1	173,1
	4110 Escrit,Ag,Assist e Axl Adm	13.031	0,1	383,3
	5132 Cozinheiros	12.360	0,1	158,1
	Total	20.183.730	100,0	575,6

ANEXO B – Deflatores corrigidos para PNAD e Censo Demográfico

Ano Pesquisa	Deflator	Moeda	Conversão para Real (R\$)
1981	0,000000000013	Cruzeiro (Cr\$)	÷ 2.750.000.000.000
1982	0,000000000027		
1983	0,000000000066		
1984	0,000000000192		
1985	0,000000000608		
1986	0,000000001204	Cruzado (Cz\$)	÷ 2.750.000.000
1987	0,000000004816		
1988	0,000000039203		
1989	0,000000538979	Cruzado Novo (NCz\$)	÷ 2.750.000
1990	0,000016127022	Cruzeiro (Cr\$)	÷ 2.750.000
1992	0,000996220715		
1993	0,020603196169	Cruzeiro Real (CR\$)	÷ 2.750
1995	0,660255917127	Real (R\$)	
1996	0,742170713794		
1997	0,774350502863		
1998	0,798136175969		
1999	0,849501390026		
2000	0,895380694131		
2001	0,975438363436		
2002	1,072218258855		
2003	1,252658181000		
2004	1,325798218001		
200501 ¹	1,348050500000		

Fonte: IPEA. Adaptação do autor.

¹ Deflator base para janeiro de 2005.

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Abadia Goiás	GO	4,6	29,4	41,6	0,0	5,9	0,4	12,5	2,1	66,7	4.971	2
Abadia Dourados	MG	2,3	10,4	32,9	0,0	34,3	0,0	11,8	4,0	77,7	6.446	3
Abadiânia	GO	3,6	15,4	40,2	0,0	18,5	0,2	14,1	5,7	76,9	11.452	3
Abaetetuba	PA	1,9	18,2	41,2	0,4	17,6	3,4	11,1	4,8	83,7	119.152	3
Abaeté	MG	4,9	17,4	35,0	0,0	23,0	0,2	14,6	3,1	70,9	22.360	1
Abaíara	CE	0,2	14,0	22,3	0,0	28,1	0,8	21,9	12,6	83,6	8.385	3
Abaré	BA	1,0	10,4	14,2	0,1	44,2	6,7	20,4	1,8	81,8	13.648	5
Abatiá	PR	3,0	8,8	22,0	0,0	46,4	0,9	16,8	1,7	83,9	8.259	3
Abaíra	BA	0,5	8,6	25,4	0,0	28,2	16,4	18,3	2,3	72,1	9.067	4
Abdon Batista	SC	0,0	12,7	21,8	0,0	42,0	0,0	17,6	4,9	81,9	2.775	5
Abel Figueiredo	PA	8,7	16,6	35,4	0,0	27,3	0,3	7,8	3,6	66,8	5.957	1
Abelardo Luz	SC	3,8	10,3	26,1	0,1	24,5	15,4	13,9	5,4	78,6	16.440	5
Abre Campo	MG	3,1	10,3	20,6	0,1	45,8	1,0	16,0	2,3	80,2	13.348	4
Abreu e Lima	PE	1,5	22,5	41,6	0,2	2,4	0,4	21,7	8,4	77,3	89.039	2
Abreulândia	TO	0,0	13,7	19,7	0,0	38,3	8,3	15,5	4,5	90,9	2.189	4
Acaiaca	MG	2,3	9,0	37,2	0,0	16,4	4,7	28,3	2,1	85,5	3.889	3
Acajutiba	BA	0,6	12,1	25,4	0,1	25,8	2,8	20,4	11,3	80,4	14.322	4
Acarapé	CE	0,6	14,1	42,6	0,0	14,7	7,1	17,7	2,2	79,8	12.927	2
Acaraú	CE	0,8	10,4	29,9	0,2	25,6	8,1	18,6	5,4	85,2	48.968	4
Acari	RN	3,9	16,1	39,2	0,2	17,1	1,9	18,3	3,3	61,4	11.189	2
Acará	PA	1,6	8,0	11,9	0,0	36,7	2,2	9,4	3,0	88,4	52.126	5
Acauã	PI	0,0	4,7	9,1	0,0	7,6	56,9	15,0	5,9	94,1	5.147	6
Acopiara	CE	0,8	11,5	20,9	0,0	11,1	28,3	22,8	4,2	82,6	47.137	5
Acorizal	MT	1,6	15,1	22,6	0,1	25,0	8,6	13,9	6,0	81,5	5.817	4
Acrelândia	AC	2,6	15,4	19,4	0,0	40,0	4,9	9,6	7,9	78,2	7.935	5
Acreúna	GO	4,0	18,6	37,3	0,0	27,0	0,0	6,5	4,2	65,0	18.301	2
Adamantina	SP	6,3	26,6	35,1	0,0	11,0	0,1	18,7	2,0	55,3	33.497	1
Adelândia	GO	3,0	12,3	25,3	0,0	26,2	1,6	25,1	4,2	77,6	2.460	3
Adolfo	SP	3,8	20,2	31,6	0,0	29,2	0,0	11,8	3,1	65,3	3.684	2
Adrianópolis	PR	0,5	13,9	21,0	0,3	19,6	5,9	24,8	12,9	87,5	7.031	4
Adustina	BA	3,9	7,6	14,9	0,0	56,0	2,9	13,3	1,4	78,6	14.302	5
Afogados Ingazeira	PE	2,5	16,6	30,2	0,0	14,2	10,5	22,9	2,8	71,3	32.922	4
Afonso Bezerra	RN	1,3	11,5	23,4	0,0	27,2	5,5	21,9	8,1	80,6	10.867	3
Afonso Cláudio	ES	5,2	10,6	21,6	0,0	45,8	2,5	11,6	2,1	75,5	32.232	4
Afonso Cunha	MA	0,0	10,7	19,0	0,0	34,7	2,7	28,2	2,3	88,7	4.680	5
Afrânio	PE	0,8	7,7	17,7	0,0	31,2	11,3	27,5	3,7	83,4	15.269	5
Afuá	PA	1,6	11,2	23,6	0,2	44,7	1,2	8,1	5,0	89,1	29.505	5
Agrestina	PE	2,7	9,5	22,8	0,1	24,8	11,8	20,5	6,9	75,3	20.036	4
Agricolândia	PI	0,0	21,4	32,1	0,0	17,5	4,2	21,9	2,3	86,3	5.340	3
Agrolândia	SC	2,9	10,7	45,8	0,0	28,1	2,4	7,9	0,7	69,4	7.810	3
Agronômica	SC	3,9	8,6	32,5	0,0	44,4	2,7	5,7	0,1	65,4	4.257	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Aguanil	MG	1,6	15,2	22,9	0,0	39,7	2,9	12,6	2,3	73,2	3.562	3
Aguaí	SP	4,7	19,5	41,7	0,0	16,6	0,3	14,1	1,6	63,5	28.195	2
Agudo	RS	3,7	10,8	27,1	0,0	42,4	3,3	12,6	0,1	68,9	17.455	4
Agudos	SP	2,6	23,0	42,3	0,3	10,4	0,4	16,0	3,5	64,4	32.484	2
Agudos Sul	PR	0,4	9,4	32,7	0,0	33,0	1,7	15,6	5,1	80,5	7.221	4
Aguiar	PB	3,2	13,1	12,7	0,0	45,8	1,6	22,9	0,7	85,1	5.638	4
Aguiarnópolis	TO	2,1	18,6	19,8	0,0	25,1	0,0	19,0	13,7	87,6	3.145	5
Aimorés	MG	1,5	14,6	28,9	0,1	23,9	2,1	23,1	3,9	77,9	25.105	3
Aiquara	BA	0,2	17,8	16,2	0,0	37,3	1,3	17,1	9,0	78,2	5.315	3
Aiuaba	CE	0,2	13,0	17,5	0,0	15,0	30,1	19,3	4,4	88,7	14.452	6
Aiuruoca	MG	4,6	13,1	28,9	0,0	30,3	2,3	16,7	1,7	79,0	6.469	3
Ajuricaba	RS	3,5	14,2	22,5	0,2	41,2	1,7	15,0	1,1	63,5	7.709	4
Alagoa	MG	0,7	11,9	21,5	0,2	37,0	2,2	15,3	1,5	82,5	2.800	5
Alagoa Grande	PB	1,2	11,8	29,2	0,0	23,0	7,9	22,8	3,2	81,0	29.169	3
Alagoa Nova	PB	0,9	8,8	24,4	0,0	21,0	7,7	30,2	7,1	83,3	18.575	4
Alagoinha	PB	1,4	11,6	33,9	0,0	21,7	8,4	19,7	3,0	81,1	11.833	3
Alagoinha	PE	1,4	15,3	23,2	0,0	22,0	13,2	22,7	2,1	74,3	12.535	4
Alagoinha Piauí	PI	0,2	12,2	10,8	0,7	46,1	3,7	19,8	4,2	73,4	6.868	4
Alagoinhas	BA	2,7	22,9	36,6	0,2	5,3	1,4	22,1	8,1	58,3	130.095	1
Alambari	SP	3,1	17,7	44,1	0,0	15,0	0,0	13,1	3,1	72,2	3.650	2
Albertina	MG	0,4	9,4	19,4	0,0	63,4	0,0	5,2	1,2	63,9	2.841	3
Alcantil	PB	0,0	11,9	22,8	0,0	22,9	14,8	22,5	4,7	82,0	4.958	5
Alcinópolis	MS	7,1	18,0	26,6	0,0	36,0	0,0	4,3	7,1	72,7	3.679	3
Alcobaça	BA	1,7	11,5	24,7	0,0	35,6	4,5	12,5	9,5	69,5	20.900	3
Alcântara	MA	0,0	11,6	17,0	0,0	29,6	18,6	12,9	9,6	86,5	21.291	6
Alcântaras	CE	0,7	11,7	27,1	0,1	27,3	6,5	22,6	3,9	83,2	9.548	4
Aldeias Altas	MA	0,2	11,8	10,8	0,0	38,9	19,7	16,6	2,0	87,7	18.827	6
Alecrim	RS	0,2	9,8	13,8	0,1	52,9	5,5	16,6	0,7	80,9	8.487	5
Alegre	ES	3,0	18,9	24,0	0,2	33,6	1,4	16,9	1,8	74,8	31.714	3
Alegrete	RS	3,8	24,6	35,6	0,2	12,4	0,6	17,4	4,8	70,0	84.338	1
Alegrete Piauí	PI	7,1	12,2	21,2	0,0	40,4	0,0	15,3	2,9	74,7	4.713	3
Alegria	RS	2,9	9,2	14,6	0,1	56,0	2,3	13,5	1,0	84,4	5.367	5
Alenquer	PA	2,5	16,0	20,6	0,0	30,7	4,0	16,7	3,9	85,8	41.784	5
Alexandria	RN	0,6	15,1	22,2	0,1	8,6	20,4	25,6	7,3	79,5	13.772	4
Alexânia	GO	1,5	13,5	43,2	0,1	17,8	0,5	15,8	5,5	78,1	20.335	2
Alfenas	MG	4,7	23,3	44,1	0,1	12,1	0,2	12,6	2,2	57,6	66.957	2
Alfredo Chaves	ES	3,9	9,0	19,9	0,1	51,7	1,6	11,1	2,1	74,5	13.616	5
Alfredo Marcondes	SP	2,2	21,6	33,0	0,0	21,4	0,0	17,9	2,5	69,2	3.697	1
Alfredo Vasconcelos	MG	1,0	17,7	31,7	0,0	29,4	0,0	14,3	5,9	87,6	5.101	3
Alfredo Wagner	SC	2,7	13,0	18,1	0,1	55,0	1,5	8,3	1,1	68,5	8.857	4
Algodão Jandaira	PB	0,0	6,4	25,3	0,0	30,3	22,6	13,0	2,5	83,7	2.209	4
Alhandra	PB	0,0	9,3	22,3	0,2	35,9	3,7	14,7	12,4	81,0	15.914	4

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Aliança	PE	0,5	12,3	30,8	0,0	17,4	3,1	22,9	11,9	82,7	37.189	3
Aliança TO	TO	5,7	16,6	35,1	0,0	24,4	1,0	13,8	3,1	80,6	6.177	3
Almadina	BA	1,4	11,9	16,5	0,0	38,1	2,4	24,6	4,6	83,2	7.862	3
Almas	TO	0,2	12,7	28,3	0,0	20,3	6,9	23,3	7,1	80,4	8.474	4
Almeirim	PA	1,8	24,3	33,3	0,3	19,2	6,2	7,6	5,1	62,4	33.957	4
Almenara	MG	3,2	13,9	34,7	0,2	20,7	2,0	19,2	5,7	83,9	35.385	4
Almino Afonso	RN	0,2	16,1	21,5	0,0	7,6	18,2	28,1	7,7	81,5	5.195	4
Almirante Tamandaré	PR	1,7	21,1	59,7	0,1	1,6	0,1	9,4	4,5	70,9	88.277	2
Aloândia	GO	10,3	9,4	29,7	0,0	31,9	0,3	17,3	1,1	62,1	2.128	1
Alpercata	MG	1,1	13,5	39,3	0,0	21,3	0,6	18,9	4,2	86,5	6.966	3
Alpestre	RS	1,1	9,9	11,3	0,3	60,6	4,5	11,7	0,7	87,0	10.266	6
Alpinópolis	MG	3,1	14,9	33,5	0,0	35,3	0,1	10,6	1,4	67,8	17.031	3
Alta Floresta	MT	5,7	19,9	41,3	0,1	23,8	0,7	5,6	2,1	60,2	46.982	1
Alta Floresta D'Oeste	RO	2,4	12,6	20,9	0,1	51,1	1,7	6,3	4,4	67,8	26.533	4
Altair	SP	2,3	17,5	26,8	0,0	41,0	0,0	9,6	2,9	71,4	3.554	2
Altamira	PA	3,5	22,7	38,4	0,2	20,0	1,1	8,6	4,5	61,4	77.439	1
Altamira MA	MA	0,0	9,9	14,2	0,0	29,8	23,0	17,4	5,1	88,8	8.865	5
Altamira Paraná	PR	0,4	11,6	21,4	0,0	47,0	3,6	12,1	2,1	90,0	7.037	5
Altaneira	CE	1,0	9,6	16,8	0,1	2,5	40,6	27,0	2,2	82,6	5.687	6
Alterosa	MG	1,3	10,1	23,7	0,1	50,7	1,8	9,4	2,2	76,6	12.976	3
Altinho	PE	0,9	11,8	18,3	0,1	19,8	13,5	23,5	8,2	78,0	22.131	4
Altinópolis	SP	3,5	19,2	28,4	0,0	37,6	0,0	8,4	1,8	62,8	15.481	1
Alto Alegre	RR	0,9	15,1	14,9	0,0	36,1	3,1	11,3	17,0	85,8	17.907	5
Alto Alegre	RS	0,5	8,9	25,7	0,0	44,2	0,6	14,3	1,1	67,4	2.137	3
Alto Alegre	SP	1,9	14,0	24,7	0,0	39,0	0,5	16,5	2,0	72,4	4.261	3
Alto Alegre MA	MA	0,0	9,7	16,7	0,1	5,2	37,3	26,2	2,9	87,9	20.162	6
Alto Alegre Pindaré	MA	0,6	10,7	14,6	0,0	47,5	9,8	10,2	5,4	86,2	30.177	5
Alto Alegre Parecis	RO	6,0	7,5	13,0	0,1	60,1	0,1	7,6	5,2	79,1	13.070	5
Alto Araguaia	MT	1,1	20,5	30,8	0,1	28,7	0,4	12,3	5,4	67,9	11.410	1
Alto Bela Vista	SC	0,0	11,3	19,4	0,0	52,1	1,5	15,6	0,0	72,9	2.159	4
Alto Boa Vista	MT	2,9	17,1	21,9	0,0	42,2	5,1	5,7	3,1	71,3	6.206	4
Alto Caparaó	MG	9,5	10,6	17,8	0,0	49,6	0,0	12,4	0,2	66,1	4.673	4
Alto Feliz	RS	5,9	11,2	46,9	0,0	25,2	2,1	8,4	0,0	54,1	2.834	2
Alto Garças	MT	2,9	21,5	37,1	0,0	22,6	0,2	9,0	5,5	61,8	8.335	1
Alto Horizonte	GO	5,6	22,7	20,4	0,0	35,9	0,2	9,4	5,3	80,9	2.564	3
Alto Jequitibá	MG	3,1	10,6	23,1	0,0	49,0	0,0	12,4	1,4	74,4	8.458	4
Alto Longá	PI	0,6	10,9	22,6	0,1	22,8	10,5	28,0	1,8	87,1	12.000	5
Alto Paraguai	MT	0,7	15,5	39,1	0,1	18,9	2,7	18,3	4,0	77,8	8.605	3
Alto Paraná	PR	3,5	14,6	33,9	0,0	31,6	0,0	13,4	1,5	75,1	12.717	3
Alto Paraíso	RO	0,3	10,6	20,9	0,0	48,4	1,3	11,4	6,8	64,0	13.118	4
Alto Paraíso Goiás	GO	2,0	19,3	46,0	0,2	17,8	0,1	8,3	4,3	70,8	6.182	1
Alto Parnaíba	MA	3,3	14,6	19,1	0,0	27,3	6,9	16,8	11,9	82,6	10.174	4

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Alto Piquiri	PR	3,0	15,0	28,5	0,0	31,7	0,2	16,1	4,9	83,1	10.761	3
Alto Rio Doce	MG	1,3	9,8	32,0	0,0	22,0	7,1	22,2	4,4	88,4	13.858	4
Alto Rio Novo	ES	1,6	15,6	16,7	0,0	51,3	1,0	10,9	2,5	79,9	6.964	4
Alto S.	CE	1,4	9,7	29,0	0,0	26,0	4,8	20,2	8,9	75,5	15.394	3
Alto Taquari	MT	1,0	25,6	36,1	0,0	30,5	0,4	3,4	3,1	54,0	4.476	1
Alto Rodrigues	RN	2,4	14,1	41,5	0,2	12,3	1,3	20,7	4,3	63,9	9.499	2
Altos	PI	0,7	15,3	33,4	0,1	14,3	9,0	21,2	5,5	82,1	39.122	3
Altônia	PR	2,8	15,0	26,8	0,1	39,6	0,2	12,3	2,8	75,7	19.230	3
Alumínio	SP	1,1	23,4	51,3	0,1	0,5	0,1	17,6	4,2	45,3	15.252	2
Alvarenga	MG	0,6	10,1	16,9	0,0	41,3	5,7	18,4	6,2	90,2	5.212	5
Alvarães	AM	1,0	11,8	12,4	0,6	56,1	8,9	3,9	5,3	81,3	12.150	6
Alvinlândia	SP	3,2	13,8	21,7	1,1	42,0	1,0	16,0	0,6	80,4	2.837	3
Alvinópolis	MG	1,2	15,5	38,0	0,1	21,0	2,2	18,2	2,7	83,4	15.588	3
Alvorada	RS	1,7	23,1	56,5	0,1	0,5	0,0	13,8	3,8	68,9	183.968	2
Alvorada	TO	3,1	22,4	37,6	0,0	19,8	0,2	12,1	4,6	67,7	8.508	1
Alvorada D'Oeste	RO	2,1	13,2	20,1	0,0	41,8	5,7	11,0	5,5	77,3	19.832	5
Alvorada Minas	MG	0,5	6,8	18,0	0,0	38,9	1,8	22,9	11,1	93,4	3.527	5
Alvorada Gurguéia	PI	0,9	17,6	23,6	0,0	33,6	6,2	14,1	3,6	87,4	4.211	5
Alvorada Norte	GO	1,4	22,1	35,7	0,0	19,1	1,2	15,3	4,3	79,9	7.560	3
Alvorada Sul	PR	2,1	13,5	29,2	0,1	39,0	0,4	12,8	2,5	76,8	9.253	3
Além Paraíba	MG	4,8	21,9	42,6	0,4	6,4	0,0	20,8	2,7	62,5	33.610	1
Amajari	RR	0,8	16,5	18,8	0,0	17,1	23,6	10,7	12,3	82,4	5.294	6
Amambaí	MS	3,7	18,7	33,1	0,1	27,7	2,1	9,7	3,8	69,1	29.484	1
Amaporã	PR	0,2	13,7	27,2	0,0	40,6	0,4	14,9	2,9	81,1	4.655	3
Amapá	AP	0,0	25,6	24,3	0,0	33,3	2,4	8,0	4,8	73,6	7.121	3
Amapá MA	MA	6,3	14,1	17,3	0,0	48,2	3,7	6,3	2,4	86,7	5.431	5
Amaraji	PE	2,6	10,5	23,1	0,0	31,8	1,7	23,9	5,7	80,9	21.309	3
Amaral Ferrador	RS	16,1	7,7	11,0	0,0	50,4	1,1	12,4	0,7	76,1	5.740	5
Amaralina	GO	0,0	7,4	12,7	0,0	47,9	6,1	16,3	9,6	93,0	3.074	5
Amarante	PI	1,8	17,5	21,7	0,0	19,9	15,0	19,9	4,0	81,9	16.884	5
Amarante MA	MA	1,4	10,0	14,7	0,0	33,1	20,1	13,7	6,5	88,0	31.292	6
Amargosa	BA	2,7	14,9	29,0	0,3	20,7	4,2	20,4	4,3	70,2	31.108	1
Amaturá	AM	0,3	14,5	12,7	0,3	16,3	29,7	11,1	12,6	88,2	7.308	6
Americana	SP	5,9	30,0	45,9	0,1	0,6	0,1	14,4	2,2	34,5	182.593	1
Americano Brasil	GO	1,3	14,5	31,8	0,0	35,4	1,5	11,5	3,1	76,1	4.933	3
Ametista Sul	RS	3,6	11,3	53,3	0,0	22,3	1,4	7,6	0,7	79,9	7.414	3
Amontada	CE	1,6	11,5	16,4	0,1	12,0	21,8	22,7	13,5	87,7	32.333	6
Amorinópolis	GO	2,9	13,3	24,9	0,0	38,6	0,0	17,5	2,9	78,1	4.145	3
Amparo	PB	1,3	19,8	20,4	0,0	24,6	0,8	28,6	4,0	84,2	1.886	3
Amparo	SP	5,8	23,6	46,3	0,1	9,0	0,2	12,3	2,2	40,5	60.404	1
Amparo S. Francisco	SE	1,7	15,9	24,9	0,0	17,7	7,9	22,5	9,4	85,2	2.182	4
Amparo Serra	MG	0,1	7,2	17,0	0,0	35,5	1,1	33,8	5,3	88,4	5.477	4

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Ampére	PR	2,8	12,6	47,2	0,0	22,7	3,8	8,3	2,2	72,1	15.623	3
Amélia Rodrigues	BA	1,3	13,9	38,5	0,3	10,7	0,8	24,0	9,2	71,6	24.134	2
América Dourada	BA	0,4	10,4	18,6	0,1	34,0	7,1	16,0	11,3	87,0	15.959	4
Américo Brasiliense	SP	2,5	13,7	51,8	0,0	13,9	0,0	13,2	4,7	62,4	28.287	2
Américo Campos	SP	8,3	15,7	33,2	0,1	26,9	0,0	14,7	1,0	71,9	5.594	1
Anadia	AL	0,7	10,2	23,1	0,4	29,5	5,1	20,4	9,5	80,3	17.849	3
Anagé	BA	1,5	6,3	15,7	0,1	22,8	10,8	27,3	10,7	86,1	31.060	5
Anahy	PR	3,6	12,0	22,4	0,0	38,5	3,0	17,9	2,6	85,4	3.011	4
Anajatuba	MA	0,0	8,2	11,2	0,1	51,4	4,3	21,5	2,9	88,3	22.978	6
Anajás	PA	0,4	12,9	15,2	0,0	54,8	2,1	4,9	5,0	88,0	18.322	6
Analândia	SP	5,1	21,5	40,7	0,2	17,9	0,0	11,9	2,2	53,3	3.582	2
Anamã	AM	1,4	16,8	10,4	0,4	32,7	22,2	11,5	3,4	84,1	6.563	6
Ananindeua	PA	1,8	31,3	46,1	0,2	0,9	0,1	11,9	6,9	60,4	393.569	2
Ananás	TO	4,2	18,5	28,4	0,0	31,7	2,7	10,0	2,6	82,8	10.512	3
Anapu	PA	1,1	13,3	19,1	0,2	28,5	17,5	9,5	9,1	80,1	9.407	5
Anapurus	MA	4,4	16,4	13,3	0,2	37,9	6,0	14,5	2,0	84,3	10.280	5
Anastácio	MS	2,2	18,5	34,0	0,0	22,2	2,1	12,6	7,5	77,3	22.477	3
Anaurilândia	MS	4,5	17,8	30,2	0,3	33,0	1,7	7,8	4,3	72,4	7.955	3
Anchieta	ES	2,6	18,2	37,5	0,3	24,1	0,6	11,6	4,4	69,2	19.217	1
Anchieta	SC	3,5	11,5	24,3	0,0	43,8	1,8	12,0	2,4	82,5	7.133	5
Andaraí	BA	1,1	8,5	20,3	0,0	39,8	2,4	16,2	10,6	84,1	13.884	4
Andirá	PR	3,6	16,3	40,9	0,0	21,8	0,1	14,2	3,1	70,1	21.663	2
Andorinha	BA	1,0	11,1	19,6	0,3	18,2	3,1	30,9	10,6	82,7	15.774	3
Andradas	MG	5,2	15,4	41,2	0,2	25,8	0,0	8,6	2,2	51,1	32.968	1
Andradina	SP	4,5	24,6	40,6	0,1	7,3	0,6	18,5	3,1	58,6	55.161	1
Andrelândia	MG	2,3	17,9	29,8	0,1	18,5	2,0	23,3	4,4	78,5	12.310	3
André Rocha	RS	7,6	11,4	23,9	0,0	41,7	0,0	14,0	0,0	66,4	1.113	1
Angatuba	SP	2,4	17,2	43,1	0,3	16,4	0,2	17,2	2,8	69,6	19.297	2
Angelim	PE	0,6	9,7	22,5	0,0	16,3	24,5	21,5	4,5	83,4	9.082	5
Angelina	SC	0,6	11,3	27,5	0,5	38,5	3,6	17,6	0,0	78,4	5.880	4
Angelândia	MG	4,4	5,2	15,5	0,0	66,7	1,0	6,1	1,2	89,3	7.468	5
Angical	BA	0,0	10,0	17,6	0,2	46,4	1,7	18,8	5,4	84,4	14.701	4
Angical Piauí	PI	0,3	14,6	26,0	0,0	13,1	14,3	24,3	6,7	82,6	6.788	4
Angico	TO	1,1	8,4	25,9	0,0	37,8	7,6	15,0	1,0	83,2	2.889	4
Angicos	RN	2,5	15,2	36,6	0,0	12,6	5,3	20,9	5,9	73,6	11.626	3
Angra Reis	RJ	2,6	22,3	48,2	0,1	2,7	0,2	15,9	7,1	64,0	119.247	2
Anguera	BA	0,7	15,7	26,9	0,0	8,2	27,2	17,9	3,3	85,1	8.834	5
Angélica	MS	0,9	19,4	23,4	0,2	35,3	0,3	17,8	2,3	78,7	7.356	3
Anhanguera	GO	0,0	23,6	46,8	2,3	8,9	6,3	10,7	1,3	49,8	895	2
Anhembí	SP	0,8	20,1	41,6	0,2	19,2	1,1	11,7	2,8	71,2	4.535	3
Anhumas	SP	1,7	14,1	31,0	0,0	37,1	0,0	13,8	1,5	76,9	3.411	3
Anicuns	GO	1,4	17,8	33,5	0,0	24,1	0,2	14,7	4,4	67,1	18.754	1

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Anita Garibaldi	SC	2,7	11,2	14,5	0,2	43,7	2,6	20,6	2,0	81,0	10.273	5
Anitápolis	SC	4,8	8,6	26,1	0,0	43,2	5,4	9,0	0,4	71,0	3.234	4
Anori	AM	0,2	12,7	19,2	0,1	42,3	5,2	11,6	8,0	81,6	11.320	5
Anta Gorda	RS	2,8	11,7	18,3	0,2	56,1	2,6	7,6	0,2	47,1	6.327	4
Antas	BA	2,0	10,3	19,9	0,2	48,3	1,9	15,0	2,4	73,6	14.059	4
Antonina	PR	2,1	17,9	44,9	0,2	8,9	0,6	18,6	5,7	74,8	19.174	1
Antonina Norte	CE	1,2	14,2	27,8	0,0	12,9	13,1	26,5	3,3	81,0	6.509	3
Antônio Almeida	PI	0,7	15,0	29,8	0,0	23,4	9,7	20,3	0,0	79,8	2.851	3
Antônio Cardoso	BA	0,2	11,3	20,7	0,2	38,4	14,5	12,4	2,3	82,9	11.837	5
Antônio Carlos	MG	3,0	15,1	36,1	0,2	19,0	2,4	19,2	3,2	78,6	10.870	3
Antônio Carlos	SC	4,5	10,9	38,1	0,0	35,7	0,7	9,8	0,2	53,3	6.434	1
Antônio Dias	MG	0,6	12,8	31,8	0,1	23,3	4,9	21,1	5,0	88,3	10.044	3
Antônio Gonçalves	BA	0,0	10,6	21,5	0,1	36,5	4,1	21,3	4,7	83,1	9.716	4
Antônio João	MS	3,6	15,9	33,5	0,0	27,7	0,9	16,1	2,4	81,4	7.408	3
Antônio Martins	RN	0,7	10,8	15,1	0,0	8,3	31,2	28,1	5,8	85,5	6.757	5
Antônio Olinto	PR	0,6	5,8	20,6	0,0	48,2	5,2	16,7	2,1	88,2	7.407	5
Antônio Prado	RS	5,5	17,5	37,6	0,0	25,0	1,9	11,7	0,4	42,7	12.918	1
Antônio Prado Minas	MG	0,2	13,0	26,5	0,0	38,7	2,5	13,6	3,0	78,6	1.794	4
Anápolis	GO	3,8	26,2	48,4	0,1	3,8	0,1	12,9	3,5	56,0	288.085	2
Anisio Abreu	PI	1,5	14,0	25,8	0,3	36,2	5,6	14,0	2,5	74,8	7.166	4
Aparec.	PB	3,3	16,8	31,0	0,0	17,8	8,8	20,8	1,7	79,7	5.894	3
Aparec.	SP	3,2	33,7	42,8	0,1	1,1	0,1	13,7	5,0	58,1	34.904	1
Aparec. d'Oeste	SP	2,9	15,4	27,9	0,0	36,0	0,3	14,8	1,2	71,8	4.935	3
Aparec. Goiânia	GO	1,6	25,6	58,3	0,0	1,0	0,0	8,6	3,1	61,6	336.392	2
Aparec. Rio Doce	GO	4,6	20,0	40,2	0,0	26,6	0,2	8,4	0,0	60,5	2.402	2
Aparec. Rio Negro	TO	3,1	11,7	29,6	1,3	21,0	6,7	14,1	4,0	84,2	3.517	3
Aparec. Taboado	MS	4,1	16,9	41,6	0,2	14,2	0,5	15,2	7,4	62,4	18.402	2
Aperibé	RJ	4,8	18,5	44,5	0,0	9,1	0,0	17,2	3,5	73,4	8.018	1
Apiacá	ES	3,8	12,9	30,3	0,1	31,0	2,0	19,1	0,9	79,5	7.615	3
Apiacás	MT	4,0	16,9	37,8	0,1	35,0	1,0	2,6	2,1	64,3	6.665	3
Apiai	SP	2,4	17,1	36,1	0,1	15,5	1,8	15,7	9,9	80,2	27.162	3
Apicum-Açu	MA	0,3	10,1	14,3	0,4	40,4	16,8	12,7	3,6	92,1	11.099	6
Apiúna	SC	2,2	14,4	50,7	0,0	17,9	0,7	11,6	1,7	62,6	8.520	2
Apodi	RN	0,7	15,3	26,0	0,1	19,3	7,5	21,0	9,6	78,8	34.174	3
Aporá	BA	2,1	9,4	23,7	0,3	25,1	13,8	19,1	6,0	82,8	16.769	4
Aporé	GO	1,4	20,9	29,0	0,0	40,0	0,0	6,0	2,1	65,7	3.427	3
Apuarema	BA	2,9	12,8	22,5	0,0	39,3	2,0	13,1	6,1	85,3	7.443	4
Apucarana	PR	6,7	24,8	46,9	0,1	7,2	0,2	12,2	1,8	59,4	107.827	2
Apuiarés	CE	1,7	11,9	25,3	0,0	16,9	15,8	22,9	4,6	85,1	12.540	5
Apuí	AM	1,2	15,6	20,2	0,0	19,7	29,1	7,5	5,4	78,4	13.864	6
Aquidabã	SE	1,3	14,6	28,8	0,1	29,2	6,8	16,6	2,4	79,7	18.344	3
Aquidauana	MS	2,6	22,9	29,3	0,1	16,9	2,0	19,3	6,0	69,0	43.440	1

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Aquiraz	CE	1,1	14,1	52,5	0,0	12,5	1,3	13,0	4,5	85,8	60.469	3
Arabutã	SC	3,1	8,2	23,6	0,0	51,6	2,6	9,0	0,5	57,7	4.160	5
Aracaju	SE	3,2	33,9	35,4	0,1	1,0	0,1	20,0	5,4	44,3	461.534	1
Aracati	CE	2,9	15,1	37,3	0,2	15,7	0,9	18,8	7,9	72,9	61.187	3
Aracatu	BA	0,0	9,2	16,7	0,1	23,4	24,5	19,7	6,1	80,5	15.913	5
Araci	BA	0,8	8,7	21,2	0,1	28,6	8,6	25,2	5,9	88,6	47.584	4
Aracitaba	MG	4,3	9,5	18,4	0,0	31,5	0,0	29,3	2,8	79,9	2.086	4
Aracoiaba	CE	1,3	13,1	24,4	0,0	24,2	9,4	24,6	2,5	84,8	24.064	3
Aracruz	ES	2,7	22,6	42,1	0,0	13,2	1,3	11,3	4,9	68,9	64.637	1
Aragarças	GO	2,8	23,8	50,0	0,2	6,1	0,0	12,4	4,2	72,2	16.592	2
Aragoiânia	GO	2,0	20,7	44,0	0,0	16,8	0,2	10,5	0,7	66,4	6.424	2
Aragominas	TO	0,0	9,1	16,6	0,1	34,1	5,3	17,5	12,8	87,4	6.180	5
Araguacema	TO	1,1	12,4	25,6	0,3	15,3	25,4	17,3	2,3	81,7	5.414	5
Araguaiana	MT	0,6	24,8	33,2	0,0	29,5	0,8	8,2	2,8	66,5	3.426	2
Araguainha	MT	0,0	28,1	35,8	0,0	16,5	0,0	11,8	7,7	84,2	1.352	2
Araguanã	MA	0,0	14,5	15,4	0,1	16,9	35,4	10,6	7,1	93,2	9.123	6
Araguanã	TO	0,2	10,7	17,0	0,0	27,5	7,9	25,1	11,4	88,7	4.262	4
Araguapaz	GO	6,6	18,2	22,8	0,0	31,5	1,3	15,4	4,2	73,0	7.310	3
Araguari	MG	4,5	23,9	38,5	0,1	13,9	0,0	15,3	2,9	57,6	101.974	1
Araguatins	TO	1,3	15,6	27,8	0,2	24,5	9,0	14,0	5,9	85,7	26.010	5
Araguaçu	TO	2,5	21,2	28,1	0,3	27,2	1,5	16,2	2,8	70,3	9.346	1
Araguaína	TO	3,6	27,3	42,3	0,1	7,6	0,4	10,5	6,6	67,2	113.143	1
Araioses	MA	0,1	8,5	10,8	0,0	27,8	27,2	19,6	5,7	91,6	34.906	6
Aral Moreira	MS	3,9	16,8	22,2	0,0	39,9	1,5	11,8	3,0	79,3	8.055	3
Aramari	BA	0,0	11,8	26,5	0,0	23,1	6,8	22,0	9,5	75,5	9.258	4
Arambaré	RS	1,0	12,2	34,2	1,2	30,5	2,1	17,5	1,3	79,7	3.917	3
Arame	MA	0,3	9,6	10,5	0,0	57,3	6,7	10,7	3,9	85,2	30.163	6
Aramina	SP	2,1	18,9	31,0	0,7	32,0	0,7	12,6	1,5	63,1	4.763	2
Arandu	SP	1,7	17,3	33,3	0,0	31,9	0,0	11,5	2,5	73,8	6.065	2
Arantina	MG	0,7	16,5	38,2	0,4	6,1	3,4	29,1	5,2	82,7	2.906	3
Arapeí	SP	0,0	15,3	43,9	0,0	21,7	0,0	18,5	0,7	84,6	2.618	2
Arapiraca	AL	2,2	20,5	38,4	0,1	16,3	1,7	14,1	5,9	67,4	186.466	1
Arapoema	TO	1,1	16,5	23,1	0,3	40,0	0,9	12,4	5,1	76,1	7.025	3
Araponga	MG	0,7	6,3	15,9	0,0	61,2	0,2	12,8	2,7	92,0	7.916	5
Arapongas	PR	4,3	22,7	55,6	0,1	5,2	0,2	10,2	1,4	56,0	85.428	2
Araporã	MG	1,7	20,4	44,5	0,0	16,5	0,4	11,8	4,2	69,2	5.309	2
Arapoti	PR	3,7	18,6	37,6	0,0	21,7	1,2	12,2	4,8	73,0	23.884	1
Araputanga	MT	4,1	22,9	40,6	0,0	20,4	0,5	8,2	3,1	64,2	13.675	1
Arapuá	MG	2,3	12,3	25,1	0,0	42,9	5,0	9,0	1,3	63,4	2.772	4
Arapuã	PR	0,4	11,1	16,5	0,0	45,7	4,0	17,1	4,7	91,5	4.172	5
Araquari	SC	1,2	16,2	55,4	0,0	7,5	0,0	12,8	5,9	75,4	23.645	2
Arara	PB	1,0	10,1	27,0	0,0	8,5	20,3	30,3	2,5	79,8	11.530	4

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Araranguá	SC	6,0	23,8	43,2	0,1	10,2	0,5	13,1	2,5	61,1	54.706	1
Araraquara	SP	4,5	32,7	39,3	0,2	2,8	0,1	17,0	2,7	41,3	182.471	1
Araras	SP	4,7	26,6	47,0	0,1	4,5	0,0	13,8	2,8	44,1	104.196	2
Ararendá	CE	0,9	12,0	26,4	0,0	17,1	23,8	16,4	2,9	83,6	10.008	5
Arari	MA	1,2	16,5	29,3	0,2	26,1	6,2	14,6	4,4	75,5	26.366	3
Araricá	RS	2,4	19,3	52,7	0,0	5,2	0,7	15,0	4,4	69,9	4.032	2
Araripe	CE	2,1	6,4	14,9	0,0	17,6	33,5	21,6	3,2	87,4	19.606	6
Araripina	PE	1,9	12,7	30,3	0,2	22,8	9,3	14,4	7,3	77,6	70.898	4
Araruama	RJ	3,1	19,0	49,6	0,1	3,9	0,2	18,7	4,7	69,6	82.803	1
Araruna	PB	0,9	14,2	27,0	0,1	15,8	15,3	22,6	4,0	83,7	16.605	4
Araruna	PR	3,1	15,1	39,2	0,0	24,6	0,5	14,3	2,7	77,1	13.081	3
Arataca	BA	0,6	12,7	15,4	0,0	51,6	0,3	12,9	5,7	84,4	11.218	3
Aratiba	RS	3,8	11,9	22,3	0,0	44,9	5,2	10,8	0,6	76,9	7.116	4
Aratuba	CE	5,3	8,8	20,3	0,0	32,4	9,3	21,2	2,5	87,9	12.359	5
Aratuípe	BA	2,1	15,0	18,2	0,0	39,2	2,7	19,4	3,1	84,6	8.381	4
Araucária	PR	2,2	23,2	52,6	0,2	4,7	0,2	9,6	4,7	62,8	94.258	2
Arauaá	SE	1,1	16,5	28,3	0,3	34,2	1,3	15,5	1,8	81,1	9.762	3
Araxá	MG	4,7	24,7	43,3	0,1	8,9	0,0	14,6	3,0	57,0	78.997	2
Araçagi	PB	0,4	12,9	22,1	0,2	19,7	20,6	20,3	3,6	83,3	18.095	5
Araçariguama	SP	1,0	18,0	62,0	0,0	3,4	0,2	10,7	3,8	64,3	11.154	2
Araças	BA	0,3	13,3	30,3	0,7	23,6	4,2	14,7	10,3	87,4	11.003	3
Araçatuba	SP	5,0	28,7	44,9	0,2	3,3	0,1	14,5	2,8	48,6	169.254	1
Araçaí	MG	2,4	16,6	34,3	0,0	22,6	0,5	17,7	2,1	82,0	2.145	3
Araçoiaba	PE	0,9	10,7	38,6	0,3	12,3	0,7	21,3	14,9	92,9	15.108	3
Araçoiaba Serra	SP	2,9	18,7	48,4	0,1	6,4	0,0	18,9	1,7	59,9	20.112	2
Araçu	GO	3,9	10,2	32,7	0,0	30,0	0,2	17,4	5,1	78,1	4.127	2
Araçuaí	MG	1,8	14,5	31,1	0,3	21,7	4,5	17,7	6,7	86,8	35.713	4
Araújos	MG	9,7	14,5	41,9	0,0	22,0	0,2	9,8	0,8	67,7	6.217	2
Arceburgo	MG	4,3	13,3	29,6	0,0	37,8	0,5	13,2	1,2	67,9	8.035	2
Arco-Íris	SP	1,1	11,4	27,6	0,4	42,6	0,0	13,2	3,6	86,7	2.163	3
Arcos	MG	2,7	24,6	44,6	0,0	9,1	0,2	15,7	2,8	63,6	32.687	2
Arcoverde	PE	2,9	21,6	38,3	0,2	4,7	4,1	22,0	5,5	62,4	61.600	1
Areado	MG	3,7	16,0	29,3	0,1	34,3	0,1	13,7	2,2	64,8	12.228	2
Areal	RJ	3,3	18,4	55,4	0,0	3,8	0,0	13,6	4,2	69,6	9.899	2
Arealva	SP	2,6	13,5	38,1	0,0	24,6	0,2	15,5	4,4	61,2	7.244	2
Areia	PB	1,9	12,6	27,4	0,1	20,0	9,3	21,0	6,5	81,9	26.131	3
Areia Branca	RN	1,0	18,6	33,6	0,3	6,4	2,0	27,1	10,7	63,7	22.530	1
Areia Branca	SE	0,8	11,2	36,4	0,0	26,8	1,8	18,5	4,4	80,6	14.824	3
Areia Baraúnas	PB	0,0	22,3	31,9	0,0	13,1	0,0	26,9	3,2	85,0	2.104	2
Areial	PB	2,8	11,5	30,7	0,4	10,7	24,2	15,2	4,1	81,7	6.039	4
Areias	SP	1,8	17,4	31,9	0,0	24,1	0,9	16,6	6,4	82,7	3.600	3
Areiópolis	SP	1,6	9,9	28,8	0,0	41,2	0,0	12,2	3,3	74,5	10.296	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Arenópolis	MT	3,5	17,4	42,4	0,4	18,6	0,3	11,5	5,2	72,8	11.746	3
Arenópolis	GO	1,1	14,8	25,2	0,8	41,9	0,0	12,1	3,0	68,7	3.999	3
Argirita	MG	1,9	15,7	32,8	0,0	26,4	0,0	20,5	1,1	76,5	3.173	3
Aricanduva	MG	4,5	10,6	14,1	0,0	42,4	18,1	7,5	1,0	92,5	4.255	6
Arinos	MG	2,0	12,9	26,7	0,5	22,6	4,2	14,9	15,2	89,8	17.709	4
Aripuanã	MT	3,7	12,5	31,5	0,0	32,9	9,8	5,2	3,4	62,4	27.560	4
Ariquemes	RO	4,3	21,7	43,0	0,0	16,6	2,4	7,6	3,6	58,1	74.503	1
Ariranha	SP	1,0	14,1	45,7	0,0	25,6	0,0	10,4	2,5	65,2	7.477	2
Ariranha Ivaí	PR	1,9	9,2	11,2	0,0	45,2	0,0	15,9	16,4	84,7	2.883	5
Armazém	SC	4,7	14,4	37,4	0,3	25,2	2,4	14,4	0,8	63,6	6.873	1
Armação Búzios	RJ	5,4	21,9	55,1	0,2	2,3	0,1	10,1	3,9	56,5	18.204	2
Arneiroz	CE	0,5	14,6	16,4	0,4	27,2	20,3	19,2	1,3	88,4	7.538	5
Aroazes	PI	1,3	10,4	12,7	0,0	12,0	25,9	32,2	5,2	79,6	6.025	5
Aroeiras	PB	1,1	12,4	23,8	0,0	24,1	10,9	23,2	3,7	83,7	19.520	4
Arraial	PI	0,0	15,1	23,8	0,0	35,6	3,0	17,7	4,2	82,9	4.909	5
Arraial Cabo	RJ	2,6	27,1	48,3	0,1	2,2	0,5	15,8	3,0	57,1	23.877	2
Arraias	TO	0,4	14,4	27,2	0,0	31,3	6,2	12,5	5,0	83,6	10.984	4
Arroio Grande	RS	3,7	18,2	27,4	0,0	23,8	0,3	19,7	6,9	76,8	19.152	3
Arroio Trinta	SC	4,2	15,6	38,3	0,0	30,9	2,7	5,0	0,4	61,5	3.490	1
Arroio Meio	RS	4,3	21,4	46,6	0,0	14,9	1,2	10,2	0,4	47,6	16.951	2
Arroio Sal	RS	8,0	18,8	49,7	0,0	6,4	0,9	14,5	1,7	57,6	5.273	1
Arroio Tigre	RS	1,4	15,0	21,6	0,2	47,9	2,9	9,7	0,9	74,0	12.216	4
Arroio Ratos	RS	3,0	17,3	44,1	0,1	9,4	0,7	21,1	3,7	71,4	13.335	2
Artur Nogueira	SP	3,7	21,1	48,5	0,1	12,0	0,5	9,6	4,1	55,3	33.124	2
Aruanã	GO	1,7	19,3	44,2	0,0	17,4	0,2	8,1	5,9	73,3	5.095	2
Arujá	SP	4,5	23,6	51,9	0,2	2,6	0,1	11,1	5,2	57,7	59.185	2
Arvoredo	SC	0,8	7,7	23,7	0,0	53,7	4,1	6,3	1,4	74,2	2.305	5
Arvorezinha	RS	4,6	13,9	24,4	0,2	46,0	1,8	8,2	0,4	61,4	10.262	4
Arês	RN	0,8	19,0	28,6	0,1	17,8	3,1	18,4	10,0	77,9	11.323	3
Ascurra	SC	1,8	16,7	61,8	0,3	5,3	0,4	11,4	1,5	53,3	6.934	2
Aspásia	SP	1,2	14,4	35,7	0,0	30,8	0,5	14,3	3,0	81,4	1.861	3
Assaré	CE	0,1	7,9	21,1	0,0	11,7	23,1	29,3	3,0	85,7	20.882	5
Assaí	PR	4,2	15,5	30,3	0,1	24,5	0,2	23,4	1,6	76,8	18.045	3
Assis	SP	4,7	29,7	40,4	0,3	4,7	0,0	17,5	2,2	49,6	87.251	1
Assis Brasil	AC	0,0	27,4	24,1	0,0	20,8	6,1	16,8	4,1	74,0	3.490	4
Assis Chateaubriand	PR	5,8	17,8	34,0	0,0	25,5	0,9	12,8	2,2	68,3	33.317	1
Assunção	PB	1,3	3,4	39,2	0,1	8,2	18,2	20,2	7,5	83,6	2.960	4
Assunção Piauí	PI	3,2	9,3	22,4	0,0	46,3	9,3	6,9	1,3	80,1	6.933	5
Astolfo Dutra	MG	4,2	17,7	43,4	0,0	12,9	0,2	19,2	1,0	70,3	11.805	2
Astorga	PR	4,2	19,2	38,8	0,0	24,0	0,1	11,2	2,3	68,5	23.637	2
Atalaia	AL	0,7	9,8	26,8	0,1	32,6	0,6	17,9	10,9	82,5	40.552	3
Atalaia	PR	0,0	16,9	30,2	0,3	34,8	0,2	14,1	3,5	72,3	4.015	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Atalaia Norte	AM	0,2	16,9	17,8	0,1	13,7	22,4	8,5	19,5	83,8	10.049	6
Atalanta	SC	4,6	7,7	26,0	0,0	48,1	1,6	11,2	0,7	60,7	3.429	4
Ataléia	MG	2,6	9,0	21,4	0,1	34,7	10,0	19,1	2,6	90,0	16.747	5
Atibaia	SP	5,2	23,0	48,9	0,3	6,4	0,1	11,6	2,3	48,1	111.300	1
Atilio Vivacqua	ES	1,6	15,4	36,7	0,0	24,6	1,6	15,5	2,3	78,7	8.327	3
Augustinópolis	TO	0,4	18,0	25,7	0,1	15,6	14,7	14,9	10,0	83,6	12.964	5
Augusto Corrêa	PA	1,5	7,2	12,1	0,0	58,9	2,1	14,1	2,6	91,9	33.011	6
Augusto Pestana	RS	3,0	13,2	24,1	0,0	41,4	4,8	12,2	1,0	70,6	8.173	4
Augusto Severo	RN	0,5	13,7	23,6	0,0	15,9	12,5	26,3	6,1	80,8	9.024	4
Augusto Lima	MG	0,6	16,3	31,0	0,0	31,3	0,3	18,1	1,8	86,5	5.159	3
Aurelino Leal	BA	0,0	8,4	25,6	0,0	27,1	1,2	24,8	9,3	87,8	17.149	3
Auriflama	SP	5,8	16,6	43,4	0,3	18,2	0,0	12,0	2,6	67,9	13.513	2
Aurilândia	GO	3,0	12,6	27,8	0,0	32,0	0,0	21,5	2,8	76,1	4.235	3
Aurora	CE	0,7	12,8	26,0	0,0	28,4	1,6	28,3	1,5	83,0	25.207	3
Aurora	SC	1,4	11,0	22,8	0,0	55,6	1,0	7,9	0,3	58,7	5.474	4
Aurora Pará	PA	1,1	8,6	18,1	0,0	49,1	3,1	11,5	2,7	88,2	19.728	5
Aurora TO	TO	1,0	14,7	25,3	0,3	11,0	24,4	13,2	7,0	89,9	3.101	5
Autazes	AM	2,4	13,1	21,8	0,1	29,9	6,1	14,9	11,2	83,7	24.345	5
Avanhandava	SP	1,6	13,5	39,4	0,0	25,7	0,0	16,7	2,6	74,3	8.829	2
Avaré	SP	4,4	23,9	44,5	0,1	6,7	0,1	15,1	4,3	53,8	76.472	1
Avai	SP	2,1	24,8	38,9	0,2	12,6	0,0	17,4	3,2	71,9	4.596	2
Aveiro	PA	0,8	11,9	9,1	0,4	32,6	22,7	15,2	5,9	91,9	15.518	6
Avelino Lopes	PI	2,0	13,6	22,4	0,0	30,0	6,5	22,5	3,0	87,7	9.625	5
Avelinópolis	GO	2,5	13,5	28,5	0,0	34,7	0,0	15,0	3,0	76,1	2.507	3
Axixá	MA	2,4	13,0	22,5	0,0	23,6	17,3	14,8	6,4	86,8	10.142	5
Axixá TO	TO	2,3	17,2	24,0	0,0	17,7	13,9	16,3	7,2	88,6	8.827	5
Açailândia	MA	2,7	21,0	42,2	0,1	17,1	1,9	8,4	5,7	69,3	88.320	2
Açu	RN	2,0	19,2	34,6	0,1	14,3	2,0	16,8	9,4	70,2	47.904	1
Açucena	MG	0,7	9,6	23,5	0,1	18,0	13,1	27,3	7,2	93,0	11.489	5
Babaçulândia	TO	0,9	12,9	18,6	0,0	23,8	17,7	19,1	4,8	90,5	10.688	5
Bacabal	MA	1,2	19,9	32,6	0,1	19,0	2,2	18,8	5,3	76,5	91.823	3
Bacabeira	MA	0,5	9,9	29,6	0,0	26,9	9,7	17,0	5,4	88,2	10.516	4
Bacuri	MA	1,4	12,9	16,6	0,2	42,4	5,3	11,3	8,0	87,3	15.531	5
Bacurituba	MA	0,0	11,3	18,1	0,0	31,7	16,7	20,8	0,9	90,0	4.671	5
Bady Bassitt	SP	3,8	27,5	49,4	0,0	6,6	0,0	10,2	2,3	50,3	11.550	2
Baependi	MG	3,9	25,0	29,2	0,2	18,3	0,0	18,2	2,5	77,3	17.523	1
Bagre	PA	0,5	13,9	16,1	0,0	39,9	11,7	9,7	7,5	93,0	13.708	6
Bagé	RS	3,1	27,4	34,8	0,2	7,4	0,3	22,0	4,2	65,8	118.767	1
Baianópolis	BA	1,1	8,2	9,3	0,0	20,6	26,2	27,3	7,1	85,6	12.179	6
Baixa Grande	BA	0,5	10,1	21,6	0,1	25,3	20,4	17,6	4,0	83,6	20.441	5
Baixa Grande Ribeiro	PI	1,3	12,1	20,8	0,2	18,1	27,5	15,6	4,3	89,4	7.779	6
Baixio	CE	0,0	13,9	21,2	0,2	22,7	18,4	21,2	1,6	83,5	5.830	5

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Baixo Guandu	ES	4,5	16,0	30,8	0,4	26,9	1,0	17,3	2,8	76,7	27.819	3
Baião	PA	1,3	12,6	21,1	0,4	21,1	14,6	13,7	8,6	86,7	21.119	5
Balbinos	SP	1,3	14,1	46,6	0,0	20,2	0,0	14,7	3,2	68,7	1.313	2
Baldim	MG	3,1	11,8	28,7	0,1	29,1	1,2	20,5	4,7	80,1	8.155	3
Baliza	GO	2,8	15,7	27,1	1,0	32,0	4,3	14,5	2,2	76,7	2.270	3
Baln. Arroio Silva	SC	3,4	21,1	43,9	0,2	3,2	0,7	23,1	4,4	64,9	6.043	1
Baln. Barra Sul	SC	4,2	16,8	37,4	0,2	13,9	0,2	23,7	3,2	67,4	6.045	1
Baln. Camboriú	SC	9,0	31,3	38,1	0,1	1,0	0,1	16,8	2,1	35,3	73.455	1
Baln. Gaivota	SC	2,4	12,2	36,7	0,1	14,1	0,3	27,8	5,2	71,6	5.450	1
Baln. Pinhal	RS	2,2	21,4	45,6	0,7	4,4	0,0	21,2	3,7	66,6	7.452	1
Balsa Nova	PR	1,8	14,3	46,9	0,0	18,7	0,4	13,2	4,1	70,5	10.153	2
Balsas	MA	3,5	19,4	39,8	0,2	11,4	6,1	13,5	5,7	68,3	60.163	1
Bambuí	MG	3,6	20,7	29,7	0,5	25,8	0,5	17,3	1,5	64,1	21.697	1
Banabuiú	CE	0,5	14,8	21,2	0,0	15,5	7,8	32,1	7,5	80,3	16.173	3
Bananal	SP	2,4	25,3	39,4	0,0	12,8	0,1	16,6	2,6	70,9	9.713	1
Bananeiras	PB	0,0	11,9	15,1	0,0	22,0	19,1	25,1	6,5	85,0	21.810	5
Bandeira	MG	1,2	10,5	20,2	0,0	35,5	5,7	20,5	5,4	92,9	5.318	5
Bandeira Sul	MG	7,3	10,5	40,7	0,0	32,7	0,9	7,4	0,2	62,5	4.899	2
Bandeirante	SC	1,3	4,2	17,4	0,0	57,4	5,3	12,3	2,2	82,4	3.177	6
Bandeirantes	MS	3,3	16,8	33,2	0,5	32,7	0,7	7,0	4,6	67,9	6.425	3
Bandeirantes	PR	2,9	19,0	41,2	0,2	18,8	0,2	15,3	2,1	70,5	33.732	2
Bandeirantes TO	TO	6,7	12,7	18,9	0,0	36,3	0,0	16,6	4,6	80,4	2.608	3
Bannach	PA	0,0	18,8	15,3	0,0	44,9	3,7	4,4	12,0	73,1	3.780	4
Banzaê	BA	2,2	9,6	20,2	0,0	38,0	8,2	20,1	1,5	82,7	11.156	4
Baraúna	PB	0,3	11,5	27,1	0,0	16,2	9,9	26,7	6,7	81,1	3.169	3
Baraúna	RN	1,0	11,5	20,4	0,5	36,6	4,1	16,7	6,9	82,4	18.922	3
Barbacena	MG	3,4	24,1	38,3	0,1	7,2	0,0	21,9	3,7	64,0	114.126	1
Barbalha	CE	1,2	16,4	38,6	0,2	15,5	2,9	19,6	4,6	75,1	47.031	3
Barbosa	SP	5,5	13,5	43,0	0,0	23,4	0,5	12,4	1,6	77,2	5.837	2
Barbosa Ferraz	PR	2,7	15,3	22,2	0,1	34,5	1,1	20,7	3,3	84,1	14.110	4
Barcarena	PA	0,7	23,7	42,3	0,2	14,4	1,6	7,4	6,5	66,8	63.268	1
Barcelona	RN	0,5	14,6	21,4	0,0	16,2	18,4	22,6	6,2	78,3	3.990	5
Barcelos	AM	0,3	8,9	13,9	0,0	33,4	2,6	6,3	31,4	86,7	24.197	6
Bariri	SP	5,3	18,1	46,4	0,0	13,2	0,0	15,0	1,8	52,4	28.224	2
Barra	BA	0,2	9,9	15,3	0,1	24,7	20,4	17,3	11,6	86,4	44.203	6
Barra Bonita	SC	0,9	9,1	12,6	0,0	65,5	0,7	8,7	2,5	76,9	2.118	5
Barra Bonita	SP	5,2	20,7	47,3	0,1	6,2	0,1	13,9	2,3	47,8	35.487	2
Barra D'Alcântara	PI	0,0	11,2	18,1	0,6	25,3	20,8	17,7	5,7	86,8	4.107	5
Barra Funda	RS	4,1	19,6	31,3	0,0	36,5	1,2	5,6	0,8	68,7	2.231	3
Barra Longa	MG	0,8	11,4	21,0	0,0	34,8	1,0	27,1	3,1	87,8	7.554	3
Barra Mansa	RJ	2,8	24,0	47,0	0,1	1,9	0,0	19,9	3,7	64,7	170.753	2
Barra Velha	SC	5,5	18,4	44,5	0,2	7,5	0,1	17,9	4,7	62,4	15.530	1

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Barra Estiva	BA	2,4	8,0	16,0	0,0	54,9	1,5	14,0	1,8	78,7	24.785	3
Barra Guabiraba	PE	0,8	11,3	19,2	0,0	33,5	0,9	22,5	10,6	81,9	10.939	3
Barra S. Rosa	PB	0,6	10,7	19,7	0,0	33,8	8,8	24,4	1,8	83,8	13.127	4
Barra S.na	PB	0,2	8,2	15,7	0,0	24,9	19,3	20,6	10,9	87,0	8.311	5
Barra S. Antônio	AL	0,0	10,7	33,5	0,2	25,6	0,4	16,0	12,5	91,8	11.351	4
Barra S. Francisco	ES	4,3	15,2	26,6	0,1	33,0	1,5	16,7	2,3	78,4	37.597	3
Barra S. Miguel	AL	0,8	14,9	52,7	0,0	12,1	0,0	12,2	5,9	86,4	6.379	2
Barra S. Miguel	PB	2,4	11,5	15,5	0,0	32,7	10,9	21,4	5,6	80,6	5.162	4
Barra Bugres	MT	2,3	19,1	33,2	0,0	27,1	4,8	8,3	4,2	69,1	27.460	3
Barra Chapéu	SP	1,7	10,8	27,8	0,3	31,0	6,4	12,9	7,0	89,9	4.846	5
Barra Choça	BA	0,3	11,2	16,0	0,0	52,1	0,2	14,8	5,4	86,2	40.818	3
Barra Corda	MA	1,5	11,0	20,1	0,2	23,4	16,3	22,8	4,4	78,7	78.147	5
Barra Garças	MT	4,7	30,2	37,2	0,1	8,7	1,6	11,1	6,0	58,8	52.092	1
Barra Guarita	RS	1,9	12,8	37,8	0,9	23,9	4,5	17,2	0,2	89,6	2.987	3
Barra Jacaré	PR	0,0	16,2	23,8	0,0	34,9	0,0	20,9	4,2	75,4	2.723	3
Barra Mendes	BA	0,7	16,8	26,0	0,0	24,4	7,0	22,5	2,1	76,9	13.610	3
Barra Ouro	TO	0,0	9,8	12,6	0,0	31,2	2,3	15,1	26,4	94,1	3.579	5
Barra Pirai	RJ	2,1	24,7	42,2	0,3	2,5	0,3	23,3	4,2	63,4	88.503	2
Barra Quaraí	RS	4,0	18,9	30,7	0,0	28,0	0,0	8,8	3,5	78,0	3.884	3
Barra Ribeiro	RS	3,5	19,1	38,3	0,2	13,8	1,1	17,9	5,3	70,7	11.845	1
Barra Rio Azul	RS	2,8	2,9	11,7	0,0	65,9	6,0	7,1	3,6	77,8	2.414	6
Barra Rocha	BA	1,9	15,1	19,6	0,3	35,7	1,1	16,7	9,5	83,7	8.074	3
Barra Turvo	SP	1,9	15,6	25,7	0,5	14,0	10,6	17,4	12,4	88,4	8.108	5
Barra Coqueiros	SE	0,2	20,6	39,0	0,0	9,3	0,3	19,7	9,8	68,2	17.807	2
Barracão	PR	3,9	18,7	31,5	0,0	30,5	1,5	11,2	1,9	68,8	9.271	4
Barracão	RS	1,3	13,3	16,5	0,0	38,8	2,5	22,8	4,3	83,1	5.592	5
Barras	PI	1,6	13,6	25,3	0,0	37,1	4,1	15,7	1,9	85,1	40.891	5
Barreira	CE	1,8	14,2	30,1	0,7	14,6	6,0	20,5	9,2	81,6	17.024	3
Barreiras	BA	4,0	23,3	43,8	0,1	12,2	0,8	9,1	5,6	54,3	131.849	2
Barreiras Piauí	PI	9,1	13,8	19,6	0,0	31,6	0,7	22,6	2,6	82,4	3.098	3
Barreirinha	AM	0,3	16,3	15,1	0,0	28,7	11,2	14,4	13,5	88,9	22.579	6
Barreirinhas	MA	1,1	15,5	15,8	0,0	39,5	8,7	14,4	4,4	88,8	39.669	6
Barreiros	PE	1,2	16,6	25,3	0,0	13,1	1,4	29,9	11,7	79,3	39.139	3
Barretos	SP	4,6	30,2	39,7	0,2	7,3	0,1	15,3	2,4	52,1	103.913	1
Barrinha	SP	2,1	13,0	44,1	0,0	23,1	0,1	12,0	5,4	70,1	24.207	2
Barro	CE	0,4	11,9	32,1	0,1	21,0	5,2	25,6	2,7	79,1	20.007	3
Barro Alto	BA	0,8	9,3	12,1	0,0	50,4	4,8	18,7	3,1	79,2	12.098	5
Barro Alto	GO	3,3	12,4	26,6	0,0	40,9	0,2	12,1	4,3	84,3	6.251	3
Barro Duro	PI	0,3	17,8	28,9	0,0	12,4	13,9	23,5	2,6	75,3	6.787	3
Barrolândia	TO	1,9	15,3	25,8	0,0	28,7	2,5	14,1	9,2	79,7	5.082	3
Barroquinha	CE	0,4	13,2	27,6	0,0	34,2	1,2	19,5	2,1	89,2	13.921	4
Barros Cassal	RS	2,8	8,4	12,4	0,0	59,3	1,7	14,4	0,5	82,7	11.347	5

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Barroso	MG	2,6	17,7	41,2	0,0	4,5	0,3	28,0	5,3	77,0	18.359	1
Barueri	SP	3,2	30,1	50,3	0,1	0,1	0,0	9,4	6,1	54,4	208.281	2
Barão	RS	3,9	15,7	44,5	0,5	18,0	5,4	9,8	0,2	62,5	5.397	1
Barão Antonina	SP	0,8	13,5	31,7	0,0	30,2	0,2	19,4	4,1	85,3	2.794	3
Barão Cocais	MG	2,0	16,9	43,5	0,2	4,7	0,6	24,3	6,3	73,4	23.391	2
Barão Cotegipe	RS	2,9	12,2	24,7	0,0	43,9	2,0	14,0	0,3	72,6	6.927	4
Barão Grajaú	MA	1,3	14,5	24,6	0,0	11,0	18,5	24,6	5,0	83,2	15.371	4
Barão Melgaço	MT	1,1	14,5	16,2	0,0	48,4	3,4	12,8	3,6	83,6	7.682	5
Barão Mte Alto	MG	0,0	11,9	27,6	0,0	33,6	0,2	24,6	1,2	89,3	6.232	3
Barão Triunfo	RS	1,1	6,1	9,6	0,0	64,2	0,8	15,7	2,0	72,2	6.662	5
Bastos	SP	5,3	16,8	38,7	0,4	22,6	0,1	11,1	4,0	69,4	20.588	2
Bataguassu	MS	8,1	18,9	30,7	0,0	25,8	1,4	9,4	4,3	67,1	16.197	1
Batalha	AL	3,1	13,5	30,3	0,1	27,3	2,7	13,9	4,4	79,6	14.799	3
Batalha	PI	1,2	10,3	24,2	0,0	38,5	5,2	18,0	2,4	86,8	24.127	5
Batatais	SP	5,1	25,8	39,6	0,1	14,2	0,1	11,6	1,9	50,4	51.112	1
Batayporã	MS	1,7	14,0	33,3	0,0	30,2	1,0	16,1	3,4	77,0	10.625	3
Baturité	CE	0,3	20,1	29,5	0,1	16,5	6,1	22,2	4,2	75,1	29.861	3
Bauru	SP	4,6	30,3	43,9	0,2	1,2	0,0	15,6	3,3	43,2	316.064	1
Bayeux	PB	1,0	21,9	46,5	0,1	1,0	0,2	18,7	9,9	68,4	87.561	2
Baía Formosa	RN	0,2	14,1	28,0	0,0	11,1	2,2	22,7	20,4	81,0	7.821	3
Baía Traição	PB	1,9	10,6	23,1	0,0	20,9	20,2	16,6	6,0	85,1	6.483	5
Bebedouro	SP	4,8	24,5	41,6	0,1	11,2	0,1	14,3	2,7	58,3	74.815	2
Beberibe	CE	0,7	11,4	30,4	0,0	19,0	8,0	20,5	9,6	84,7	42.343	3
Bela Cruz	CE	1,3	12,8	27,6	0,0	30,8	3,5	17,6	5,6	87,1	28.358	3
Bela Vista	MS	3,2	22,9	31,8	0,3	20,1	4,1	13,0	3,4	74,9	21.764	3
Bela Vista Caroba	PR	0,3	7,0	14,3	0,0	63,2	4,2	10,1	0,5	88,0	4.503	6
Bela Vista Goiás	GO	3,6	13,3	33,0	0,0	32,6	0,3	13,7	2,1	64,0	19.210	3
Bela Vista Minas	MG	0,0	17,6	44,7	0,0	5,5	0,0	25,7	6,2	76,8	9.846	2
Bela Vista MA	MA	0,5	10,4	19,8	0,0	21,8	11,5	19,4	14,7	88,7	9.900	5
Bela Vista Paraíso	PR	4,2	14,8	31,6	0,0	30,9	0,0	15,1	3,0	70,6	15.031	1
Bela Vista Piauí	PI	0,0	15,0	19,4	0,7	14,5	21,2	15,5	4,2	84,2	2.963	5
Bela Vista Toldo	SC	0,0	5,2	14,9	0,5	62,8	1,5	12,5	1,1	88,3	5.721	5
Belford Roxo	RJ	0,9	21,9	53,3	0,1	0,2	0,1	15,3	7,8	74,7	434.474	2
Belmiro Braga	MG	0,4	15,8	27,6	0,0	32,8	0,6	16,3	3,5	79,7	3.427	3
BelMte	BA	2,5	15,4	26,7	0,0	29,6	0,6	20,1	4,3	74,4	20.032	3
BelMte	SC	2,5	7,1	22,0	0,0	59,0	0,8	7,8	0,8	79,8	2.588	5
Belo Campo	BA	1,3	7,3	30,0	0,3	35,1	2,5	17,2	5,5	74,1	17.655	3
Belo Horizonte	MG	4,9	36,7	37,1	0,2	0,1	0,0	16,7	3,0	44,4	2.238.526	1
Belo Jardim	PE	1,3	14,6	34,7	0,0	16,3	5,5	21,5	4,6	70,1	68.698	3
Belo Mte	AL	0,6	11,2	14,9	0,0	41,3	15,9	11,8	4,3	87,7	6.822	5
Belo Oriente	MG	1,6	16,2	45,1	0,0	7,3	0,2	22,3	5,7	85,2	19.516	2
Belo Vale	MG	1,2	11,4	31,0	0,0	28,5	2,1	23,2	2,0	81,6	7.651	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Belterra	PA	0,0	10,7	15,7	0,0	22,9	11,7	18,9	18,9	88,8	14.594	6
Belágua	MA	0,0	5,6	7,8	0,0	31,0	39,4	14,0	1,3	96,8	5.253	6
Belém	AL	0,7	10,9	18,4	0,0	26,3	16,2	18,8	8,4	80,5	6.024	5
Belém	PA	2,2	33,0	40,7	0,2	1,0	0,1	15,5	6,4	53,1	1.280.614	1
Belém	PB	0,2	13,0	30,9	0,6	9,8	11,4	29,2	4,3	80,9	16.605	3
Belém Maria	PE	0,5	9,4	17,6	0,0	27,5	7,2	26,5	11,0	84,9	10.626	5
Belém S. Francisco	PE	1,5	13,0	21,3	0,2	35,6	3,0	17,8	7,3	75,6	20.208	4
Belém Brejo Cruz	PB	2,9	13,6	25,7	0,0	25,3	4,3	22,5	5,6	85,8	7.011	3
Belém Piauí	PI	0,4	15,7	16,5	0,0	37,9	2,3	23,5	3,6	85,8	2.429	3
Beneditinos	PI	0,9	13,3	28,4	0,2	19,6	13,2	22,6	1,6	81,4	9.712	4
Benedito Leite	MA	0,0	8,3	15,7	0,0	16,6	8,5	40,9	8,9	83,5	5.288	4
Benedito Novo	SC	3,2	12,9	59,9	0,1	10,9	2,1	8,7	1,2	56,3	9.071	2
Benevides	PA	0,8	20,2	49,9	0,0	5,1	0,7	11,9	10,3	75,3	35.546	3
Benj. Constant	AM	1,1	13,6	21,0	0,0	29,6	7,9	12,4	13,8	87,1	23.219	5
Benj. Constant Sul	RS	0,0	19,5	10,3	0,6	55,9	2,2	11,3	0,2	88,0	2.727	5
Bento Fernandes	RN	0,0	10,7	19,4	0,0	3,5	8,6	25,9	31,7	91,5	4.709	5
Bento Gonçalves	RS	6,6	25,4	46,8	0,1	6,6	0,3	11,6	1,6	35,8	91.486	1
Bento Abreu	SP	1,6	12,7	48,2	0,0	23,4	0,0	14,1	0,0	73,7	2.394	2
Bequimão	MA	0,2	12,0	13,7	0,2	29,0	14,0	23,2	6,1	89,7	19.700	6
Berilo	MG	0,1	11,9	16,2	0,0	35,2	25,7	10,1	0,9	91,6	12.979	5
Berizal	MG	0,0	10,6	27,1	0,0	28,7	0,0	12,5	20,4	95,8	3.970	4
Bernardino Batista	PB	0,0	17,4	21,7	0,0	37,9	6,6	15,1	1,3	86,2	2.559	4
Bernardino Campos	SP	4,3	14,3	33,6	0,2	25,3	0,1	18,7	2,9	64,1	10.720	2
Bernardo Sayão	TO	1,6	13,0	16,6	0,0	46,9	9,3	6,2	5,5	81,5	4.551	5
Bernardo Mearim	MA	0,4	9,3	16,0	0,3	37,1	18,0	18,9	0,0	83,3	5.239	5
Bertioga	SP	3,9	23,9	57,2	0,0	1,2	0,3	8,7	3,8	51,7	30.039	2
Bertolinia	PI	2,3	12,5	20,3	0,4	9,4	29,2	21,7	2,6	83,0	5.117	5
Bertópolis	MG	1,3	11,7	24,3	0,2	31,4	9,4	17,5	2,4	91,9	4.436	5
Beruri	AM	0,7	11,8	15,3	0,0	41,7	10,2	8,9	10,9	88,3	11.038	6
Betim	MG	1,9	21,8	55,7	0,1	0,5	0,2	12,9	6,3	71,3	306.675	2
Betânia	PE	0,9	11,4	13,6	0,0	38,5	14,0	19,8	1,4	88,2	11.305	5
Betânia Piauí	PI	0,6	5,3	12,3	1,4	11,9	30,3	19,5	15,0	94,0	8.640	6
Bezerros	PE	1,5	11,9	29,7	0,2	16,7	2,6	26,4	9,9	71,2	57.371	3
Bias Fortes	MG	2,2	9,1	20,5	0,0	38,1	2,5	20,8	5,4	91,1	4.392	4
Bicas	MG	6,7	17,2	40,0	0,1	6,3	0,2	26,7	2,2	58,8	12.793	1
Biguaçu	SC	2,9	23,8	53,8	0,1	4,8	0,1	11,8	2,3	56,4	48.077	2
Bilac	SP	3,1	23,1	39,2	0,0	17,5	0,5	13,7	2,3	54,5	6.088	2
Biquinhas	MG	4,2	15,8	22,6	0,0	33,6	1,6	17,9	4,3	76,7	2.821	3
Birigui	SP	5,4	23,2	54,6	0,1	3,8	0,1	10,7	1,6	49,1	94.300	2
Biritiba-Mirim	SP	2,2	16,4	42,0	0,2	19,8	0,5	13,0	5,2	68,9	24.653	3
Biritinga	BA	0,9	11,4	20,0	0,0	31,9	19,5	15,2	0,6	85,1	14.641	5
Bituruna	PR	1,5	11,7	41,1	0,0	31,8	2,3	8,9	0,5	79,6	15.994	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Blumenau	SC	5,5	32,3	46,6	0,1	0,7	0,2	12,4	1,4	35,6	261.808	1
Boa Esperança	ES	2,2	10,5	28,2	0,0	39,8	3,0	13,3	3,0	84,5	13.679	4
Boa Esperança	MG	5,0	16,0	30,4	0,2	33,9	0,2	11,3	2,1	68,5	37.074	1
Boa Esperança	PR	1,2	14,4	28,3	0,0	34,1	0,2	12,3	7,4	80,4	5.162	3
Boa Esperança Iguaçu	PR	0,7	13,6	18,2	0,0	57,1	1,1	7,1	1,0	78,6	3.107	5
Boa Esperança Sul	SP	1,6	14,6	32,9	0,2	35,4	0,0	11,0	4,2	74,2	12.573	2
Boa Hora	PI	6,0	6,6	20,2	0,0	45,4	1,9	18,5	1,4	88,9	5.170	3
Boa Nova	BA	0,3	7,2	16,8	0,0	18,6	9,1	27,9	18,0	88,5	20.544	5
Boa Ventura	PB	2,2	14,0	24,7	0,0	37,0	0,0	21,5	0,7	85,2	6.588	3
Boa Ventura S. Roque	PR	0,9	8,9	19,5	0,0	52,8	2,8	9,7	4,5	84,1	6.780	5
Boa Viagem	CE	3,7	10,7	20,2	0,1	25,4	18,0	16,7	4,3	81,8	50.306	5
Boa Vista	PB	1,3	16,0	35,2	0,0	14,8	0,6	20,6	8,9	72,0	4.983	2
Boa Vista	RR	2,5	37,8	44,4	0,1	2,9	0,9	6,9	4,0	47,2	200.568	1
Boa Vista Aparec.	PR	3,0	13,6	26,8	0,2	36,9	1,2	14,0	3,7	82,3	8.423	4
Boa Vista Missões	RS	4,7	10,8	24,8	0,0	48,5	0,0	7,8	3,4	74,4	2.188	4
Boa Vista Buricá	RS	5,3	19,3	30,1	0,1	32,6	1,8	9,3	1,2	65,6	6.587	1
Boa Vista Gurupi	MA	0,6	18,1	32,9	0,0	14,4	10,4	23,2	0,4	88,1	5.128	3
Boa Vista Ramos	AM	0,4	11,2	16,3	0,0	21,7	32,9	13,6	2,7	92,0	10.653	6
Boa Vista Sul	RS	1,2	5,5	25,7	0,5	59,0	0,7	7,2	0,1	41,7	2.840	4
Boa Vista Tupim	BA	0,7	11,4	19,5	0,0	26,3	6,7	19,1	15,2	87,0	18.408	4
Boca Mata	AL	2,1	13,2	30,8	0,1	24,5	0,9	16,6	11,6	81,6	24.227	3
Boca Acre	AM	2,2	15,0	20,9	0,0	34,2	11,2	8,8	6,8	80,6	26.959	5
Bocaina	PI	2,1	14,4	21,1	0,0	26,5	9,9	23,8	2,3	69,9	4.261	4
Bocaina	SP	4,6	16,7	50,0	0,0	15,9	0,1	9,5	2,0	50,8	9.442	2
Bocaina Minas	MG	2,1	13,5	34,8	0,1	29,8	1,8	14,4	3,6	76,3	5.020	3
Bocaina Sul	SC	1,3	10,6	21,3	0,0	38,7	8,1	14,5	2,2	81,7	2.980	5
Bocaiúva	MG	2,8	17,1	36,6	0,2	17,8	1,8	18,5	4,6	84,3	42.806	3
Bocaiúva Sul	PR	1,5	12,1	37,1	0,1	26,2	1,0	13,3	3,9	76,3	9.050	3
Bodocó	PE	1,6	7,7	18,3	0,1	33,3	7,2	16,5	11,8	86,4	31.731	5
Bodoquena	MS	2,4	20,4	32,4	0,2	25,3	5,4	10,0	3,0	76,5	8.367	3
Bodó	RN	0,9	14,6	29,4	0,0	8,1	31,0	10,4	5,6	87,9	2.775	5
Bofete	SP	2,3	17,2	42,3	0,0	17,1	0,2	16,3	3,0	71,5	7.384	2
Boituva	SP	2,5	22,3	54,9	0,0	5,1	0,0	11,5	2,3	55,1	34.368	2
Bom Conselho	PE	1,9	9,3	16,9	0,1	32,0	15,4	20,6	3,6	82,0	42.657	5
Bom Despacho	MG	5,2	22,6	41,0	0,3	12,4	0,3	14,8	1,7	62,1	39.943	1
Bom Jardim	MA	0,7	11,0	13,0	0,1	29,1	18,3	15,5	10,7	89,1	35.395	6
Bom Jardim	PE	0,5	10,7	23,8	0,0	13,6	17,5	23,4	9,3	82,6	37.544	5
Bom Jardim	RJ	3,8	17,9	42,3	0,2	18,8	0,4	13,6	2,3	71,7	22.651	2
Bom Jardim Serra	SC	1,8	12,4	26,0	0,0	36,7	1,0	15,8	2,1	85,5	4.079	4
Bom Jardim Goiás	GO	3,7	12,8	28,0	0,2	35,3	1,5	14,0	3,3	78,8	8.068	3
Bom Jardim Minas	MG	1,4	14,1	35,6	0,0	20,7	1,3	21,5	2,2	81,3	6.643	3
Bom Jesus	PB	0,9	14,9	27,5	0,4	30,7	3,7	20,8	1,2	83,7	2.193	4

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Bom Jesus	PI	2,8	18,5	30,4	0,1	25,2	2,5	17,8	2,3	75,7	15.924	3
Bom Jesus	RN	1,0	12,2	29,4	0,0	12,4	13,7	19,6	11,0	79,0	8.608	4
Bom Jesus	RS	5,0	16,4	30,3	0,0	26,3	0,6	18,5	1,4	75,8	12.014	3
Bom Jesus	SC	0,8	5,5	38,9	0,0	28,7	0,0	16,1	10,0	81,0	2.046	3
Bom Jesus Lapa	BA	2,2	18,4	31,6	0,0	17,4	6,1	15,1	8,0	72,8	54.421	3
Bom Jesus Penha	MG	0,4	9,6	18,5	0,0	54,2	0,1	14,3	2,7	68,7	3.523	3
Bom Jesus Serra	BA	0,0	7,1	18,0	0,0	29,5	21,0	17,8	5,8	88,6	10.502	5
Bom Jesus Selvas	MA	1,1	13,1	20,1	0,0	52,7	0,2	10,6	1,7	84,1	16.545	5
Bom Jesus Goiás	GO	8,0	17,5	39,8	0,3	20,6	0,0	10,9	2,2	68,1	16.257	1
Bom Jesus Amparo	MG	3,7	14,8	40,0	0,0	18,7	1,4	15,5	5,4	83,1	4.817	3
Bom Jesus Galho	MG	0,7	9,7	15,7	0,1	43,7	1,8	25,5	2,5	89,0	16.173	4
Bom Jesus Itabapoana	RJ	3,1	24,1	36,3	0,2	11,8	0,2	21,2	1,9	69,8	33.655	1
Bom Jesus Norte	ES	1,3	23,9	41,1	0,0	7,9	0,3	23,6	1,0	74,5	9.226	2
Bom Jesus Oeste	SC	0,0	5,5	16,2	0,0	60,8	7,6	10,0	0,0	76,3	2.150	5
Bom Jesus Sul	PR	0,5	5,8	10,4	0,0	65,6	3,8	12,8	1,2	84,8	4.154	6
Bom Jesus TO	PA	1,9	10,5	22,6	0,0	37,9	1,0	13,1	10,6	81,7	13.106	4
Bom Jesus TO	TO	1,4	11,1	20,9	0,0	24,4	21,1	19,2	1,8	84,3	2.323	5
Bom Jesus Perdões	SP	2,9	21,9	60,6	0,1	2,7	0,0	8,6	2,9	57,0	13.313	2
Bom Lugar	MA	0,4	6,0	8,1	0,0	42,2	13,5	24,5	5,2	91,9	11.534	5
Bom Princípio	RS	4,0	16,3	56,7	0,0	11,5	1,7	7,8	0,6	48,2	9.494	2
Bom Princípio Piauí	PI	0,7	12,7	19,2	0,0	43,3	2,9	20,1	1,0	85,4	4.625	5
Bom Progresso	RS	2,6	9,9	23,6	0,0	41,0	4,8	17,0	1,1	82,0	2.831	5
Bom Repouso	MG	3,4	9,8	19,2	0,0	50,8	0,5	11,2	2,0	80,4	10.855	4
Bom Retiro	SC	2,8	13,1	34,6	0,0	33,9	0,8	10,7	1,8	75,4	7.967	3
Bom Retiro Sul	RS	2,1	22,3	50,2	0,4	8,8	1,7	13,3	0,5	63,2	10.788	2
Bom Sucesso	MG	3,5	14,7	24,9	0,0	36,6	0,1	16,8	3,2	78,3	17.064	3
Bom Sucesso	PB	3,8	9,9	15,0	0,0	26,0	10,8	26,0	7,6	81,4	5.285	4
Bom Sucesso	PR	3,2	12,8	30,7	0,0	38,3	0,0	12,1	2,7	79,5	6.173	3
Bom Sucesso Itararé	SP	1,3	12,6	44,2	0,0	16,0	0,0	14,4	11,4	87,8	3.231	3
Bom Sucesso Sul	PR	2,6	9,4	19,3	0,3	40,2	1,9	20,9	4,7	71,9	3.392	4
Bombinhas	SC	7,8	16,0	49,8	0,0	12,7	1,2	8,4	3,2	60,8	8.716	1
Bonfim	MG	1,4	8,5	28,2	0,0	34,6	4,0	20,9	1,2	84,9	6.866	4
Bonfim	RR	0,8	16,8	21,8	0,0	49,8	3,1	6,7	0,5	81,1	9.326	5
Bonfim Piauí	PI	0,0	8,9	22,9	0,0	49,5	8,7	9,2	0,7	80,3	4.881	5
Bonfinópolis	GO	1,4	13,0	41,8	0,2	23,0	0,1	14,8	3,2	67,6	5.353	2
Bonfinópolis Minas	MG	1,6	21,1	19,4	0,3	30,2	4,4	19,3	2,9	84,0	6.443	4
Boninal	BA	1,1	9,1	26,2	0,0	15,3	25,2	16,6	5,9	77,6	12.461	5
Bonito	BA	0,0	9,9	17,0	0,1	55,6	3,0	8,9	4,1	83,7	12.902	3
Bonito	MS	5,1	19,6	41,4	0,0	23,8	0,3	5,6	3,0	70,5	16.956	2
Bonito	PA	0,6	18,3	11,4	0,0	53,9	0,6	11,6	1,6	85,9	9.814	5
Bonito	PE	0,4	11,4	18,5	0,2	32,7	2,7	22,1	10,1	79,5	38.908	4
Bonito Minas	MG	0,5	8,1	15,8	0,0	9,4	38,7	17,1	9,9	96,6	7.863	6

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Bonito S. Fé	PB	1,9	11,0	23,9	0,1	39,0	4,6	18,0	1,5	80,7	9.230	4
Bonópolis	GO	0,3	20,7	14,7	0,0	45,8	0,0	14,5	4,0	81,5	2.598	3
Boqueirão	PB	1,5	13,9	26,8	0,0	26,0	3,6	23,9	4,3	77,3	15.867	3
Boqueirão Leão	RS	0,5	10,3	14,7	0,1	62,1	3,3	8,4	0,4	73,0	7.825	5
Boqueirão Piauí	PI	0,4	11,1	18,5	0,0	32,0	10,7	25,4	0,6	90,0	5.567	5
Boquim	SE	1,2	14,6	27,4	0,0	32,4	1,4	15,2	6,6	80,0	24.188	3
Boquira	BA	0,5	10,0	22,2	0,4	10,7	19,9	28,2	6,9	80,1	22.121	5
Boracéia	SP	3,8	13,2	40,5	0,0	28,2	0,0	9,7	2,3	70,1	3.739	2
Borba	AM	0,4	13,9	12,4	0,2	30,0	10,3	13,0	15,7	88,9	28.619	6
Borborema	PB	0,7	10,2	22,0	0,0	21,7	12,9	25,0	6,9	84,7	4.730	4
Borborema	SP	3,9	15,6	34,9	0,0	28,7	0,1	14,1	1,7	65,6	13.193	2
Borda Mata	MG	5,5	14,7	37,0	0,0	26,2	1,0	13,2	1,7	63,7	14.439	1
Borebi	SP	1,8	11,3	35,6	0,0	37,6	0,0	11,1	2,6	75,6	1.933	3
Borrazópolis	PR	4,2	12,6	24,4	0,0	39,1	1,1	17,0	1,5	79,0	9.453	3
Borá	SP	1,4	20,1	19,8	0,0	39,2	0,0	18,2	0,0	77,0	795	3
Bossoroca	RS	1,7	12,9	24,0	0,0	38,8	0,5	15,9	5,6	85,4	7.757	4
Botelhos	MG	3,4	12,0	21,8	0,0	52,5	0,1	7,8	2,3	60,4	15.101	3
Botucatu	SP	3,9	29,7	40,1	0,1	4,2	0,1	17,9	2,6	44,6	108.306	1
Botumirim	MG	0,9	13,4	14,8	0,0	23,5	22,0	20,4	4,2	94,1	6.834	6
Botuporã	BA	0,7	10,0	20,1	0,0	10,1	29,8	19,4	9,8	84,2	11.522	6
Botuverá	SC	8,4	6,5	57,3	0,0	14,6	0,6	10,6	0,2	49,6	3.756	2
Braga	RS	1,2	11,9	23,1	0,2	43,7	1,0	16,8	1,1	88,0	4.198	4
Braganey	PR	1,0	13,2	25,2	0,3	33,8	3,8	17,4	4,4	86,0	6.191	4
Bragança	PA	3,0	13,9	27,7	0,0	33,9	2,4	14,6	3,8	82,7	93.779	4
Bragança Pta	SP	4,0	25,0	47,7	0,1	3,8	0,0	13,6	3,4	48,0	125.031	1
Branquinha	AL	0,0	7,0	14,7	0,0	49,3	0,9	16,1	10,7	90,8	11.325	3
Brasil Novo	PA	1,4	9,3	16,8	0,0	53,1	2,3	8,4	1,9	71,3	17.193	4
Brasileira	PI	0,0	12,1	23,1	0,0	26,9	9,3	24,8	3,1	83,0	7.366	4
Brasilândia	MS	3,6	20,9	34,6	0,1	31,2	0,1	7,2	1,8	61,4	11.956	2
Brasilândia Minas	MG	2,6	16,2	31,4	0,1	31,1	1,3	9,9	7,1	81,6	11.473	3
Brasilândia Sul	PR	2,0	20,0	17,0	0,0	41,0	0,3	17,1	2,6	84,1	3.889	4
Brasilândia TO	TO	3,4	18,7	31,3	0,0	35,8	0,6	4,5	4,0	82,9	1.923	3
Brasiléia	AC	2,6	18,7	23,1	0,0	29,5	10,7	10,4	4,0	73,6	17.013	5
Brasnorte	MT	7,4	19,6	36,1	0,0	24,0	7,0	3,2	2,2	58,3	9.815	1
Brasília	DF	3,3	40,7	37,6	0,1	1,2	0,0	12,8	3,7	46,0	2.051.146	1
Brasília Minas	MG	2,1	12,6	27,3	0,0	25,3	5,9	20,0	6,1	88,9	31.194	4
Brasópolis	MG	2,5	12,1	30,4	0,1	24,9	0,8	23,7	4,0	76,5	15.165	3
Brazabrantes	GO	0,0	15,7	44,0	0,0	26,9	0,2	11,0	0,9	76,4	2.772	2
Braço Norte	SC	6,2	18,2	50,7	0,0	14,3	0,4	8,8	0,9	56,1	24.802	2
Braço Trombudo	SC	1,5	14,9	42,2	0,2	31,5	0,3	8,0	1,3	60,1	3.187	3
Braúna	SP	2,0	16,1	30,4	0,5	33,2	0,0	15,4	0,4	64,5	4.383	1
Braúnas	MG	0,4	7,1	22,3	0,0	15,9	10,8	30,5	11,0	89,9	5.408	5

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Brejetuba	ES	1,7	4,8	7,6	0,0	73,2	3,9	6,6	2,0	82,1	11.687	5
Brejinho	PE	0,7	5,6	24,0	0,3	13,7	29,3	18,1	8,1	84,0	7.278	6
Brejinho	RN	2,2	10,8	30,3	0,2	24,6	7,3	18,6	4,6	78,4	10.317	3
Brejinho Nazaré	TO	0,7	12,4	33,0	0,0	23,2	2,7	17,5	9,4	86,0	4.877	3
Brejo	MA	0,4	13,0	15,8	0,1	4,9	43,2	16,2	5,5	87,7	27.513	6
Brejo Alegre	SP	1,1	17,8	45,8	0,0	14,8	3,4	11,6	5,4	76,0	2.308	2
Brejo Grande	SE	0,8	13,6	16,0	0,0	35,2	3,2	19,2	12,1	89,3	7.102	5
Brejo Gde Araguaia	PA	6,0	16,8	14,2	0,0	45,4	3,1	11,9	2,5	78,3	7.464	4
Brejo S.	CE	2,7	17,6	31,8	0,1	17,7	3,3	20,2	5,6	75,1	38.484	3
Brejo Madre Deus	PE	2,1	9,3	42,7	0,1	22,1	1,9	17,6	2,9	72,7	38.109	2
Brejo Areia	MA	0,4	6,9	11,3	0,0	63,7	6,7	9,8	0,9	93,2	10.418	6
Brejo Cruz	PB	1,3	14,6	44,8	0,1	8,9	2,9	20,7	5,7	74,5	11.868	2
Brejo Piauí	PI	0,3	7,8	22,6	0,0	40,7	0,6	25,4	2,2	88,5	3.986	4
Brejo S.s	PB	1,4	19,8	24,7	0,0	27,7	1,2	20,6	4,6	79,1	5.948	4
Brejolândia	BA	0,6	6,4	16,8	0,0	35,5	9,6	19,2	11,5	86,2	8.762	5
Brejão	PE	1,2	11,3	14,5	0,0	37,1	9,7	19,4	3,1	86,1	8.916	4
Brejões	BA	1,3	10,1	21,9	0,3	45,5	3,3	14,8	1,6	73,8	15.344	3
Breu Branco	PA	3,0	10,6	34,1	0,1	35,4	1,4	8,6	6,2	78,9	32.446	3
Breves	PA	1,2	15,7	38,4	0,0	19,3	6,2	9,7	5,5	86,1	80.158	4
Britânia	GO	1,3	19,0	36,8	0,0	28,8	1,0	9,9	2,8	71,0	5.279	2
Brochier	RS	3,4	9,8	35,7	0,0	31,8	4,4	12,1	0,1	63,6	4.372	3
Brodowski	SP	3,4	25,5	48,1	0,0	12,8	0,0	7,4	1,3	45,2	17.139	2
Brotas	SP	6,7	17,9	37,3	0,0	22,0	0,2	12,1	3,8	54,5	18.886	1
Brotas Macaúbas	BA	0,3	9,4	16,6	0,1	6,7	25,5	27,3	13,4	85,2	13.003	5
Brumadinho	MG	5,8	20,0	46,3	0,0	7,6	0,5	17,5	1,7	65,4	26.614	1
Brumado	BA	1,7	17,1	33,6	0,0	13,6	4,5	21,4	7,7	66,3	62.148	1
Brunópolis	SC	0,0	8,9	16,3	0,0	54,1	2,5	13,3	3,9	85,5	3.331	5
Brusque	SC	5,5	26,5	53,7	0,0	0,8	0,2	11,4	1,1	34,7	76.058	2
Brás Pires	MG	0,3	6,5	20,9	0,0	29,5	18,8	19,1	2,2	92,6	5.107	5
Bueno Brandão	MG	3,8	11,7	20,5	0,0	51,9	0,8	10,1	0,8	70,7	10.932	3
Buenos Aires	PE	0,4	9,7	25,3	0,0	28,8	2,8	24,3	8,2	83,7	12.007	3
Buenópolis	MG	1,7	12,6	25,8	0,3	20,9	4,2	27,9	5,3	86,0	10.515	4
Buerarema	BA	2,7	14,7	20,0	0,0	29,7	0,1	22,0	10,2	78,4	19.118	3
Bugre	MG	0,0	8,0	20,8	0,8	19,0	5,5	27,7	18,2	95,5	3.949	5
Bujari	AC	1,1	16,3	17,8	0,1	32,3	12,5	12,0	3,1	81,4	5.826	5
Bujaru	PA	0,4	9,6	16,5	0,0	39,6	8,4	10,0	5,2	89,0	22.508	6
Buri	SP	1,6	15,3	38,8	0,0	22,4	0,2	13,9	6,3	78,5	17.629	3
Buritama	SP	3,0	23,4	39,9	0,0	15,8	0,3	12,3	4,8	64,6	13.854	1
Buriti	MA	0,5	8,9	10,3	0,3	44,8	18,1	14,8	2,2	87,1	24.126	6
Buriti Alegre	GO	4,3	17,8	38,7	0,0	22,7	0,4	14,0	1,6	62,4	8.718	1
Buriti Bravo	MA	1,3	10,8	19,6	0,0	41,3	4,9	19,6	2,3	87,6	21.446	5
Buriti Goiás	GO	1,6	20,0	29,7	0,0	31,1	0,0	15,5	0,5	83,0	2.659	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Buriti TO	TO	0,8	15,5	22,4	0,0	17,3	15,7	15,1	10,6	90,3	7.842	5
Buriti Lopes	PI	1,7	14,0	27,8	0,0	25,6	7,2	19,5	3,7	85,6	18.598	4
Buriti Mtes	PI	0,4	11,2	15,5	0,4	32,3	6,6	32,5	0,7	86,0	7.284	5
Buriticupu	MA	2,2	11,4	28,1	0,0	38,8	8,2	6,4	3,6	79,0	51.341	5
Buritinópolis	GO	0,4	11,3	17,4	0,0	11,5	26,9	20,1	11,9	93,3	3.383	6
Buritirama	BA	0,0	11,6	10,5	0,6	4,2	38,0	17,0	18,1	92,2	17.797	6
Buritirana	MA	0,6	8,1	14,0	0,0	54,6	3,7	16,0	2,8	88,9	13.822	5
Buritis	MG	2,5	14,7	30,4	0,0	32,5	3,7	9,7	6,0	81,2	20.396	4
Buritis	RO	1,4	11,6	30,5	0,0	41,9	5,7	2,5	4,2	65,1	25.668	4
Buritizal	SP	0,3	15,5	36,4	0,0	32,1	0,0	12,7	1,8	65,5	3.674	2
Buritizeiro	MG	1,3	14,1	30,5	0,2	28,0	1,3	15,9	7,3	89,7	25.904	3
Butiá	RS	1,6	19,1	38,8	0,0	12,0	1,0	24,6	2,5	71,0	20.322	2
Buíque	PE	0,3	7,9	14,3	0,0	33,2	15,2	20,6	7,6	86,4	45.047	5
Bálsamo	SP	2,4	18,4	45,4	0,0	18,3	0,0	12,6	2,0	55,3	7.340	2
Caapiranga	AM	0,6	13,6	14,6	0,0	61,1	3,1	4,7	1,4	85,0	8.803	6
Caaporã	PB	1,6	17,3	28,5	0,0	18,3	0,5	15,5	13,9	82,5	18.441	3
Caarapó	MS	3,7	12,8	33,9	0,0	30,2	0,3	14,9	4,1	78,5	20.706	3
Caatiba	BA	0,4	7,1	13,4	0,0	60,9	1,2	13,4	3,5	90,0	15.508	3
Cabaceiras	PB	0,0	8,5	28,8	0,8	27,4	5,8	22,7	5,4	76,6	4.290	3
Cabaceiras Paraguaçu	BA	1,0	6,0	12,5	0,2	35,2	24,2	16,1	4,7	85,4	15.547	6
Cabeceira Grande	MG	2,0	12,2	24,5	0,1	44,9	0,9	9,4	5,7	83,8	5.920	3
Cabeceiras	GO	0,9	13,9	31,8	0,1	27,6	2,5	13,2	7,3	76,0	6.758	3
Cabeceiras Piauí	PI	8,2	9,8	12,5	0,0	48,5	7,8	11,9	1,3	91,1	8.498	6
Cabedelo	PB	3,0	25,6	40,9	0,2	2,0	0,4	20,3	7,3	53,5	42.832	1
Cabixi	RO	4,5	15,1	17,7	0,1	45,6	4,6	9,5	2,8	70,3	7.518	4
Cabo Frio	RJ	3,1	23,0	49,6	0,2	2,7	0,1	15,2	5,3	65,2	126.828	1
Cabo Verde	MG	5,6	10,1	14,5	0,1	60,3	0,0	7,2	0,5	58,6	13.727	3
Cabo S. Agostinho	PE	0,9	18,4	43,5	0,1	4,7	0,4	21,1	10,1	79,7	152.977	3
Cabreúva	SP	2,8	14,7	63,2	0,0	5,3	0,2	9,8	3,2	59,1	33.100	2
Cabrobó	PE	1,5	10,8	25,7	0,0	36,7	3,3	18,3	3,5	75,2	26.741	3
Cabrália Pta	SP	1,3	11,8	51,2	0,0	22,3	0,0	9,3	1,5	76,6	4.656	2
Cacaulândia	RO	6,1	15,8	19,0	0,0	41,9	0,1	7,9	7,9	60,3	5.372	4
Cacequi	RS	2,8	17,9	19,2	0,4	21,9	1,2	31,2	4,6	77,4	15.311	3
Cachoeira	BA	1,2	17,6	29,2	0,1	12,2	1,9	26,1	9,7	72,7	30.416	1
Cachoeira Alta	GO	3,8	18,9	31,3	0,0	29,2	0,3	11,7	3,3	64,8	8.646	1
Cachoeira Dourada	GO	2,5	14,5	33,3	0,0	23,5	0,2	17,3	6,5	66,8	8.525	3
Cachoeira Dourada	MG	1,8	22,3	44,3	0,0	10,9	0,0	18,8	0,3	75,1	2.305	2
Cachoeira Grande	MA	0,5	10,2	12,3	0,0	59,6	3,1	11,8	1,8	95,0	7.383	6
Cachoeira Pta	SP	2,1	24,0	37,0	0,1	8,3	0,5	21,9	5,0	62,9	27.205	1
Cachoeira Prata	MG	4,2	17,3	39,3	0,0	9,7	0,0	23,3	4,9	70,9	3.780	2
Cachoeira Goiás	GO	3,4	18,4	25,4	0,0	29,7	0,0	18,7	4,4	79,3	1.498	2
Cachoeira Minas	MG	3,9	12,0	31,0	0,0	38,9	0,0	12,5	1,2	73,9	10.555	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Cachoeira Pajeú	MG	0,4	12,0	34,5	0,0	24,3	5,0	19,7	4,0	93,1	8.523	4
Cachoeira Arari	PA	2,0	9,2	13,2	0,0	44,1	0,8	16,9	11,7	88,9	16.700	6
Cachoeira Piriá	PA	0,7	7,2	14,2	0,1	56,0	9,0	6,8	5,6	94,1	15.437	6
Cachoeira Sul	RS	5,1	24,5	32,5	0,1	11,5	2,1	21,6	2,2	65,9	87.873	1
Cachoeira Índios	PB	1,3	12,7	18,6	0,4	25,8	17,5	22,1	1,4	82,3	7.834	4
Cachoeiras Macacu	RJ	2,0	16,0	50,3	0,1	5,8	0,1	14,7	3,3	71,8	48.543	2
Cachoeirinha	PE	3,4	24,7	21,4	0,5	23,2	4,3	19,5	2,6	66,1	17.042	1
Cachoeirinha	RS	3,2	30,5	49,0	0,1	0,4	0,1	13,2	3,1	53,1	107.564	2
Cachoeirinha	TO	0,0	12,4	32,0	0,0	8,0	28,7	16,2	2,7	93,9	2.023	5
Cachoeiro Itapemirim	ES	3,7	22,9	49,2	0,0	4,9	0,3	15,4	2,9	63,3	174.879	2
Cacimba Areia	PB	0,8	9,6	25,4	0,0	7,8	20,7	32,9	2,8	84,4	3.577	4
Cacimba Dentro	PB	1,5	8,5	26,6	0,0	8,0	25,4	24,0	5,6	87,5	16.817	5
Cacimbas	PB	0,6	7,9	18,3	0,0	10,7	44,3	13,3	4,9	91,9	6.979	6
Cacimbinhas	AL	1,8	9,1	19,6	0,0	23,1	26,4	15,8	4,3	86,3	9.552	5
Cacique Doble	RS	1,3	13,6	17,2	0,0	46,3	2,7	12,2	6,4	75,4	4.770	5
Cacoal	RO	2,4	22,7	33,1	0,1	26,0	3,2	7,7	3,6	59,1	73.568	1
Caconde	SP	4,5	14,0	24,1	0,0	37,5	0,4	17,1	2,1	72,5	18.378	3
Caculé	BA	1,8	14,2	32,3	0,0	13,8	10,1	21,0	5,5	72,1	20.339	3
Caetanos	BA	0,1	8,1	23,1	0,0	13,5	9,7	25,9	17,7	83,3	13.076	4
Caetanópolis	MG	0,8	19,5	45,5	0,0	7,0	0,0	22,1	3,1	73,4	8.571	2
Caetité	BA	2,6	11,4	27,6	0,5	20,8	11,0	18,4	5,3	77,6	45.727	4
Caeté	MG	2,1	24,6	41,7	0,1	4,4	0,6	21,5	3,6	68,4	36.299	2
Caetés	PE	0,2	5,4	10,2	0,2	42,1	18,0	21,9	1,6	87,3	24.137	6
Cafarnaum	BA	1,5	9,7	17,0	0,4	42,5	3,0	17,8	6,2	80,2	16.059	4
Cafeara	PR	0,9	20,4	10,4	0,0	53,8	0,0	13,4	1,1	84,4	2.485	3
Cafelândia	PR	3,5	18,5	42,5	0,0	22,9	0,1	10,4	1,7	65,4	11.143	2
Cafelândia	SP	6,7	18,2	38,3	0,0	20,3	0,0	14,2	2,1	61,2	15.793	1
Cafezal Sul	PR	2,8	10,8	22,7	0,0	44,7	1,0	15,2	2,8	84,4	4.648	4
Caiabu	SP	0,0	16,3	39,6	0,0	28,1	0,0	13,4	1,6	79,1	4.077	2
Caiana	MG	0,7	6,3	15,9	0,0	65,0	0,7	11,1	0,0	74,5	4.367	3
Caiapônia	GO	5,1	16,0	30,2	0,1	31,4	0,7	12,0	4,0	72,2	14.673	3
Caibaté	RS	4,6	12,2	29,0	0,0	28,7	2,9	19,7	2,2	75,5	7.243	4
Caibi	SC	2,1	15,3	22,8	0,3	41,3	3,2	10,0	1,3	61,3	6.354	4
Caicó	RN	2,4	24,3	43,5	0,1	7,6	0,4	16,4	4,4	53,7	57.002	2
Caieiras	SP	1,9	28,7	50,9	0,0	0,7	0,0	12,4	4,7	50,9	71.221	2
Cairu	BA	1,6	12,7	32,3	0,2	25,3	1,5	16,1	7,7	78,2	11.410	3
Caiuá	SP	2,3	12,1	29,0	0,0	33,6	1,1	18,0	2,5	82,6	4.192	3
Caiçara	PB	1,3	13,5	27,2	0,0	11,3	15,8	21,9	8,9	83,5	7.325	4
Caiçara	RS	3,7	12,0	10,6	0,2	60,1	2,1	11,3	0,1	78,2	5.580	5
Caiçara Norte	RN	4,5	13,8	17,0	0,0	33,0	0,0	22,2	6,2	84,4	5.842	3
Caiçara Rio Vento	RN	0,0	10,6	22,7	0,0	15,7	8,0	25,0	17,9	83,3	2.867	4
Cajamar	SP	1,6	23,5	53,3	0,0	0,4	0,1	11,6	7,1	59,2	50.761	2

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Cajapió	MA	0,0	11,2	10,5	0,0	53,3	6,2	15,7	2,6	94,1	9.622	6
Cajari	MA	0,0	8,2	11,2	0,2	66,6	2,4	9,6	1,7	93,1	13.405	6
Cajati	SP	1,4	16,1	41,2	0,0	13,8	0,2	15,1	8,9	77,7	29.227	3
Cajazeiras	PB	2,4	19,2	34,8	0,2	8,7	7,3	22,6	3,5	69,5	54.715	1
Cajazeiras Piauí	PI	1,1	9,6	19,1	0,0	46,9	6,3	13,9	1,6	83,2	2.667	5
Cajazeirinhas	PB	0,0	10,7	18,9	0,0	38,8	7,9	20,3	3,3	82,2	2.888	4
Cajobi	SP	2,4	13,3	36,7	0,0	32,2	0,1	9,7	5,2	74,9	9.174	2
Cajueiro	AL	0,2	12,5	28,7	0,0	25,6	0,3	22,2	10,4	84,3	18.975	3
Cajueiro Praia	PI	0,5	9,7	29,0	0,4	28,6	4,9	18,6	7,3	88,4	6.122	4
Cajuri	MG	2,2	11,3	17,2	0,0	40,1	0,4	22,0	3,2	81,6	4.190	3
Cajuru	SP	2,5	20,9	39,3	0,2	21,9	0,4	10,3	2,0	65,4	21.085	1
Caldas	MG	4,6	12,3	29,7	0,0	35,6	0,6	13,9	3,1	66,5	12.766	3
Caldas Brandão	PB	0,8	13,7	26,9	0,0	19,0	12,0	24,5	2,6	85,7	5.155	4
Caldas Novas	GO	6,0	23,8	50,7	0,3	5,0	0,1	9,6	3,5	52,7	49.660	1
Caldazinha	GO	2,3	18,2	28,4	0,0	42,0	0,0	5,6	1,3	57,7	2.859	4
Caldeirão Grande	BA	0,4	12,9	20,5	0,1	12,5	20,2	21,5	11,9	89,6	11.395	5
Caldeirão Gde Piauí	PI	1,0	5,9	9,6	0,2	40,5	7,6	19,8	10,7	85,2	5.481	5
Califórnia	PR	3,7	18,0	38,7	0,0	26,1	0,6	11,9	1,0	73,6	7.678	1
Calmon	SC	3,0	9,3	17,2	0,0	38,2	1,5	14,2	3,6	88,8	3.467	5
Calumbi	PE	1,2	10,7	19,0	0,0	18,1	23,6	22,6	3,4	86,3	7.192	5
Calçado	PE	0,2	6,5	10,8	0,0	62,9	4,5	13,3	1,9	79,3	11.709	5
Calçoene	AP	1,1	25,0	22,9	0,0	21,0	2,6	14,7	12,8	72,1	6.730	4
Camacan	BA	2,1	17,8	27,3	0,1	20,4	0,6	17,9	13,5	76,9	31.055	3
Camacho	MG	0,0	9,8	8,2	0,0	58,5	0,2	17,2	3,1	87,6	3.533	4
Camalaú	PB	1,5	10,8	30,2	0,6	35,0	2,0	15,5	4,4	79,9	5.516	4
Camamu	BA	1,2	11,2	23,6	0,2	39,2	3,0	13,9	7,5	83,8	33.661	4
Camanducaia	MG	2,9	15,0	46,3	0,1	19,9	0,0	12,2	3,1	65,6	20.537	2
Camapuã	MS	4,0	16,0	29,7	0,0	36,5	0,2	7,3	6,0	69,7	16.446	3
Camaquã	RS	4,0	18,4	37,0	0,0	18,4	0,2	17,7	3,7	68,4	60.383	1
Camaragibe	PE	1,4	22,6	47,3	0,1	0,8	0,0	19,7	7,8	75,8	128.702	2
Camargo	RS	5,8	8,8	20,9	0,0	55,5	1,4	6,1	0,0	55,6	2.498	5
Camapari	BA	1,8	21,8	50,7	0,2	2,5	0,4	13,5	8,4	75,8	161.727	2
Cambará	PR	4,2	15,9	43,6	0,0	18,4	0,0	15,7	1,8	67,8	22.740	2
Cambará Sul	RS	2,0	17,7	43,0	0,0	20,6	0,9	11,6	2,2	75,3	6.840	2
Cambira	PR	4,0	11,8	33,4	0,0	38,5	0,7	10,5	0,8	74,6	6.688	3
Camboriú	SC	3,8	14,9	63,5	0,2	3,2	0,1	9,8	4,0	65,2	41.445	2
Cambuci	RJ	2,0	21,3	29,1	0,0	26,8	0,3	17,6	2,1	77,6	14.670	3
Cambuquira	MG	3,3	16,2	30,8	0,1	32,3	0,0	14,7	1,5	72,1	12.538	3
Cambuí	MG	4,4	20,9	39,4	0,0	14,2	1,1	16,1	2,8	62,2	22.969	1
Cambê	PR	4,0	22,4	54,7	0,0	5,2	0,3	9,8	2,6	63,5	88.186	2
Cametá	PA	1,2	15,0	21,5	0,3	29,4	9,7	14,8	6,1	89,9	97.624	5
Camocim	CE	1,9	16,4	29,6	0,3	24,9	5,1	17,4	3,4	81,0	55.448	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Camocim S. Félix	PE	2,5	13,1	17,3	0,0	28,1	1,2	27,2	8,4	73,3	15.115	3
Campanha	MG	2,5	19,8	33,0	0,0	28,5	0,0	13,8	1,8	63,5	14.098	1
Campanário	MG	2,2	20,0	17,0	0,0	35,7	1,7	18,1	4,6	86,1	3.419	4
Campestre	AL	1,5	10,5	25,2	0,0	23,7	0,1	25,0	14,0	80,4	6.223	3
Campestre	MG	2,6	12,7	20,5	0,0	52,1	0,5	8,6	2,0	69,0	20.553	3
Campestre Serra	RS	4,3	8,1	28,2	0,0	47,8	2,2	7,4	0,5	62,4	3.170	4
Campestre Goiás	GO	2,4	20,6	35,6	0,0	14,3	0,7	17,4	7,0	76,8	3.167	3
Campestre MA	MA	0,3	13,7	24,7	0,0	31,3	4,6	15,7	7,9	82,3	11.521	3
Campina Grande	PB	2,4	27,6	42,2	0,1	1,6	1,3	18,1	6,1	57,7	355.331	2
Campina Grande Sul	PR	1,0	20,6	53,7	0,0	4,3	0,8	9,3	6,2	70,2	34.566	2
Campina Verde	MG	4,4	17,2	29,3	0,0	32,3	0,7	11,2	4,3	69,7	19.100	3
Campina Lagoa	PR	3,2	13,2	25,2	0,0	34,6	1,4	18,2	4,0	80,1	17.018	4
Campina Missões	RS	3,6	12,1	21,9	0,0	46,2	4,9	10,6	0,5	79,5	7.014	5
Campina Mte Alegre	SP	2,1	15,1	41,5	0,1	22,2	0,4	13,9	2,3	73,2	5.209	3
Campina Simão	PR	1,4	10,7	30,1	0,0	39,5	11,2	4,7	2,0	87,0	4.365	5
Campinas	SP	4,6	37,2	38,6	0,1	0,8	0,0	13,7	4,1	36,4	969.396	1
Campinas Piauí	PI	0,6	9,9	10,7	0,2	41,6	8,3	21,2	7,5	87,2	5.141	6
Campinas Sul	RS	4,3	10,0	29,7	0,5	40,3	1,5	13,3	0,4	68,1	8.258	4
Campinaçu	GO	0,0	12,0	18,8	0,0	48,6	3,1	14,3	2,7	80,2	3.707	4
Campinorte	GO	3,0	15,3	33,9	0,0	30,2	0,0	13,9	3,4	78,4	9.641	3
Campinápolis	MT	2,1	18,8	15,8	0,0	26,5	18,3	10,9	7,1	79,7	12.419	5
Campo Alegre	AL	0,9	10,1	27,3	0,0	34,4	0,3	15,6	10,8	87,1	41.028	3
Campo Alegre	SC	4,2	14,8	46,6	0,0	19,2	1,3	11,6	1,7	68,8	11.634	1
Campo Alegre Goiás	GO	3,1	19,4	22,2	0,0	46,7	0,4	6,1	1,6	62,7	4.528	3
Cmp Alegre Lourdes	BA	0,4	8,5	19,1	0,0	27,3	12,9	20,2	7,8	86,7	27.607	5
Campo Alegre Fidalgo	PI	0,5	5,7	15,6	0,0	11,4	32,8	24,4	9,5	87,3	4.451	6
Campo Azul	MG	1,3	10,5	20,8	0,0	21,2	24,8	16,8	4,1	92,7	3.574	6
Campo Belo	MG	3,9	21,9	39,5	0,1	15,2	0,1	16,2	2,4	68,6	49.187	1
Campo Belo Sul	SC	0,5	9,1	25,8	0,0	36,7	2,0	17,6	3,7	82,9	8.070	4
Campo Bom	RS	4,9	27,6	54,0	0,0	0,3	0,2	11,0	0,9	49,4	54.018	2
Campo Bonito	PR	0,0	15,0	19,0	0,0	48,5	1,8	11,5	3,5	82,6	5.128	5
Campo Erê	SC	4,6	12,9	24,7	0,1	35,3	1,1	15,7	5,3	79,8	10.353	4
Campo Florido	MG	2,3	13,2	21,9	0,0	50,0	0,0	8,0	2,9	72,8	5.447	3
Campo Formoso	BA	1,7	10,9	23,9	0,2	31,7	8,6	16,7	4,9	80,6	61.942	4
Campo Grande	AL	1,4	8,2	20,5	0,0	18,3	34,2	12,6	4,2	88,5	9.134	6
Campo Grande	MS	4,5	33,5	43,7	0,1	2,4	0,1	11,7	3,1	48,4	663.621	1
Campo Grande Piauí	PI	1,6	12,5	20,9	0,0	42,8	5,0	13,1	3,3	86,3	4.882	4
Campo Largo	PR	3,1	22,5	52,2	0,1	4,1	0,7	11,7	3,3	59,2	92.782	2
Campo Largo Piauí	PI	0,0	8,3	14,4	0,0	46,4	4,1	24,4	0,8	91,2	5.743	5
Campo Limpo Pta	SP	2,4	24,3	51,5	0,1	0,5	0,3	13,6	6,3	52,1	63.724	2
Campo Magro	PR	0,6	22,7	54,8	0,4	6,6	0,6	5,9	4,2	68,3	20.409	2
Campo Maior	PI	1,8	18,7	37,6	0,5	13,3	4,6	19,3	3,8	70,6	43.126	1

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Campo Mourão	PR	6,8	24,7	42,2	0,2	7,9	0,2	13,8	3,7	66,0	80.476	1
Campo Novo	RS	3,0	18,3	34,2	0,0	27,2	0,1	14,5	2,3	82,4	6.721	3
Campo Novo RO	RO	1,3	7,9	18,7	0,0	39,4	26,0	3,3	2,2	67,4	11.463	6
Campo Novo Parecis	MT	6,7	19,5	45,7	0,3	20,9	0,8	2,5	3,5	41,1	17.638	1
Campo Redondo	RN	0,8	13,6	22,6	0,0	19,3	15,5	18,7	9,2	77,8	9.201	5
Campo Verde	MT	4,6	20,2	36,9	0,2	28,7	0,4	4,8	2,5	56,9	17.221	1
Campo S.na	PB	1,0	9,7	20,1	0,2	8,7	16,5	27,7	15,5	86,7	9.388	5
Campo Brito	SE	1,7	15,9	29,6	0,0	19,1	6,0	18,6	5,9	72,5	15.175	3
Campo Meio	MG	3,2	13,8	24,3	0,0	46,4	0,4	9,9	1,7	77,1	11.436	3
Campo Ten.	PR	1,9	12,7	31,8	0,0	29,4	0,0	16,0	6,0	83,0	6.335	3
Campos Altos	MG	8,3	16,7	25,3	0,0	38,0	0,0	8,7	2,5	69,2	12.819	1
Campos Belos	GO	2,4	17,9	37,8	0,0	22,0	1,6	13,7	4,3	80,8	17.047	3
Campos Borges	RS	3,7	15,0	26,8	0,0	31,2	1,5	19,4	2,2	76,9	3.785	3
Campos Gerais	MG	3,2	10,3	18,0	0,1	55,2	0,6	9,5	2,8	75,1	26.541	3
Campos Lindos	TO	0,6	6,8	15,2	0,0	24,9	0,2	22,0	29,8	93,6	5.638	5
Campos Novos	SC	2,4	19,0	42,3	0,1	16,5	1,6	11,1	5,8	70,6	28.729	1
Campos Novos Pta	SP	0,5	14,1	28,1	0,0	32,2	0,0	18,0	1,3	79,3	4.181	3
Campos Sales	CE	1,2	13,0	30,9	0,4	24,6	5,3	20,1	3,6	76,8	25.566	3
Campos Verdes	GO	1,4	20,0	45,2	0,2	13,5	0,5	11,0	6,5	83,0	8.057	3
Campos Júlio	MT	18,0	17,0	23,4	0,0	28,7	1,4	6,3	5,2	38,4	2.895	1
Campos Jordão	SP	4,7	23,1	57,6	0,0	1,5	0,0	9,2	3,4	51,0	44.252	2
Campos Goytacazes	RJ	2,4	24,8	43,2	0,1	6,9	0,0	17,7	3,7	71,7	407.168	1
Camutanga	PE	0,3	18,3	25,5	0,2	19,4	1,9	23,5	10,3	81,8	7.844	3
Cana Verde	MG	4,0	9,3	23,2	0,0	42,2	1,7	16,0	2,6	73,2	5.664	3
Canabrava Norte	MT	2,7	12,6	16,1	0,0	46,3	8,4	7,9	4,2	81,1	4.989	5
Cananéia	SP	3,2	20,5	43,7	0,3	13,3	2,4	12,0	3,0	70,7	12.298	1
Canapi	AL	0,1	8,5	9,4	0,2	22,1	26,7	21,2	11,6	89,3	17.334	6
Canarana	BA	1,2	10,7	21,1	0,1	25,8	19,3	13,1	6,4	77,4	21.665	5
Canarana	MT	4,1	18,4	31,8	0,1	26,5	4,5	9,5	5,0	58,0	15.408	1
Canas	SP	1,0	17,1	48,4	0,4	10,4	0,5	15,3	5,6	80,6	3.614	2
Canavieira	PI	1,0	11,1	20,6	0,0	16,5	8,2	26,6	14,5	87,7	4.114	4
Canavieiras	BA	1,5	14,8	25,6	0,1	27,7	0,7	20,1	8,6	74,9	35.322	3
Canaã	MG	1,7	9,4	15,8	0,8	43,6	8,2	17,1	3,2	88,0	4.789	5
Canaã Carajás	PA	1,1	15,2	22,7	0,0	40,3	7,8	7,3	3,7	69,9	10.922	4
Candeal	BA	0,6	10,0	21,0	0,0	27,0	7,5	23,5	7,7	83,8	10.121	3
Candeias	BA	1,3	16,1	51,0	0,2	2,1	0,7	17,5	9,9	75,7	76.783	2
Candeias	MG	2,1	11,4	25,3	0,0	42,5	0,2	16,1	1,6	77,8	14.461	3
Candeias Jamari	RO	0,9	17,0	41,7	0,1	19,8	3,7	7,5	7,8	76,2	13.107	3
Candelária	RS	4,0	11,3	24,8	0,0	38,4	2,7	17,0	1,8	78,5	29.585	4
Candiba	BA	0,3	12,3	16,8	0,8	27,6	6,4	21,6	11,7	83,2	12.280	4
Candiota	RS	0,3	22,7	26,5	0,6	19,7	1,3	18,1	7,8	65,7	8.065	1
Candói	PR	1,1	10,4	25,4	0,0	45,0	1,3	10,0	5,9	83,9	14.185	4

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Canela	RS	5,5	21,0	53,3	0,0	2,5	0,6	15,4	1,6	60,3	33.625	2
Canelinha	SC	7,6	13,6	61,6	0,0	6,2	0,4	9,2	0,9	61,7	9.004	2
Canguaretama	RN	0,9	12,6	24,9	0,0	22,2	0,9	19,7	18,5	83,0	27.011	3
Canguçu	RS	1,8	12,1	18,5	0,0	43,4	3,2	18,3	2,3	80,3	51.447	4
Canhoba	SE	4,4	13,0	16,4	0,0	43,1	3,2	17,0	2,5	86,5	3.965	4
Canhotinho	PE	2,0	10,3	18,6	0,0	32,1	11,8	18,6	5,9	82,3	24.920	5
Canindé	CE	1,2	15,6	28,8	0,1	15,0	14,2	18,5	6,0	82,1	69.601	4
Canindé S. Francisco	SE	2,5	14,6	28,7	0,0	23,8	5,7	10,6	13,6	82,6	17.754	4
Canitar	SP	0,5	15,7	46,6	0,0	26,0	0,3	9,8	1,1	81,9	3.481	2
Canoas	RS	2,9	29,5	47,5	0,1	0,4	0,0	15,2	3,7	53,1	306.093	1
Canoinhas	SC	3,7	19,4	39,6	0,5	15,2	0,8	16,2	3,6	69,9	51.631	1
Cansanção	BA	0,9	7,8	21,9	0,4	14,4	12,7	26,1	15,4	88,9	31.947	5
Cantagalo	MG	1,3	13,4	26,3	0,0	16,6	4,5	21,5	15,2	91,7	3.838	4
Cantagalo	PR	2,6	9,8	32,8	0,0	32,1	1,9	14,2	5,3	83,9	12.810	4
Cantagalo	RJ	2,9	19,7	41,6	0,5	15,7	0,2	15,6	3,3	72,3	19.835	2
Cantanhede	MA	0,1	12,7	14,9	0,0	41,8	6,8	21,5	1,8	94,2	17.713	5
Canto Buriti	PI	2,7	11,9	29,3	0,0	33,9	2,8	16,9	1,9	76,5	18.371	3
Cantá	RR	1,7	15,3	16,0	0,0	55,2	0,0	4,1	4,3	74,4	8.571	5
Canudos	BA	0,0	9,9	22,4	0,0	32,4	1,3	23,5	10,5	80,6	13.761	4
Canutama	AM	0,4	11,1	12,0	0,0	26,0	16,8	9,1	21,0	90,3	10.737	6
Canápolis	BA	2,9	11,3	17,5	0,0	24,0	9,2	21,7	3,0	83,6	9.743	4
Canápolis	MG	1,9	15,5	37,0	0,0	29,3	0,2	10,0	3,6	75,7	10.633	3
Capanema	PA	2,2	20,0	37,4	0,1	16,4	1,7	14,6	6,6	73,9	57.119	3
Capanema	PR	2,3	10,2	28,7	0,2	43,7	1,1	13,0	0,4	69,5	18.239	4
Caparaó	MG	7,9	10,2	16,4	0,0	55,9	1,4	7,0	0,6	79,1	5.000	4
Capela	AL	1,3	12,2	19,3	0,0	37,0	0,0	21,8	7,9	83,5	19.302	3
Capela	SE	0,5	13,1	27,4	0,2	21,8	4,2	25,1	7,2	82,1	26.518	3
Capela Nova	MG	0,3	14,2	35,0	0,0	23,1	1,3	24,4	1,0	86,8	4.964	3
Capela Santana	RS	1,5	13,8	57,0	0,0	10,3	0,3	14,8	2,1	76,3	10.032	2
Capela Alto	SP	0,7	15,5	46,7	0,0	17,2	0,0	15,2	4,0	75,5	14.247	2
Capela Alto Alegre	BA	1,2	9,9	26,8	0,0	30,1	5,6	18,2	5,1	74,0	11.898	3
Capelinha	MG	3,2	12,5	28,1	0,0	38,9	3,7	10,7	2,5	85,3	31.231	4
Capetinga	MG	1,6	10,0	31,6	0,0	43,0	0,3	10,2	3,1	71,0	7.424	3
Capim	PB	1,0	12,9	17,9	0,0	32,5	0,8	18,0	15,6	89,0	4.180	3
Capim Branco	MG	0,4	15,7	56,4	0,0	9,7	0,0	13,2	4,6	77,6	7.900	2
Capim Grosso	BA	2,3	15,4	40,7	0,0	11,8	10,2	13,7	4,4	75,1	23.908	3
Capinzal	SC	3,1	15,9	51,1	0,2	13,4	1,1	10,6	2,7	62,6	19.955	2
Capinzal Norte	MA	0,9	11,3	12,9	0,0	52,3	0,5	18,1	3,1	87,1	10.656	5
Capinópolis	MG	4,6	18,0	32,9	0,4	26,5	0,1	10,5	6,5	73,7	14.403	3
Capistrano	CE	0,9	14,7	22,1	0,0	9,4	23,2	19,9	9,3	86,2	15.830	5
Capitão	RS	1,9	15,5	31,1	0,0	36,6	4,2	10,7	0,0	53,3	2.565	1
Cap. Andrade	MG	1,0	10,2	18,5	0,2	31,4	4,9	28,6	4,4	89,5	4.306	4

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Cap. Enéas	MG	1,3	11,6	33,4	0,2	27,3	1,5	16,9	6,5	90,8	13.113	3
Cap. Gervásio Oliv.	PI	2,5	4,7	11,9	0,0	37,8	11,9	26,1	5,2	89,8	3.492	5
Cap. Leônidas Marq.	PR	3,5	17,9	37,3	0,0	18,0	4,3	13,2	5,1	76,0	14.377	3
Cap. Poço	PA	2,0	7,8	20,7	0,2	41,7	7,7	13,0	4,9	87,5	50.815	5
Cap. Campos	PI	1,0	13,8	16,0	0,0	14,1	22,0	23,0	9,4	88,1	10.036	5
Capitólio	MG	3,3	11,8	45,1	0,0	27,3	0,4	10,3	1,5	58,4	7.737	2
Capivari	SP	2,5	24,3	52,4	0,0	7,6	0,0	10,8	1,8	55,2	41.468	2
Capivari Baixo	SC	2,8	25,4	45,2	0,7	1,8	0,3	18,8	4,6	60,8	18.561	2
Capivari Sul	RS	12,3	17,0	36,7	0,0	24,7	0,0	6,9	2,4	64,2	3.107	1
Capixaba	AC	1,6	12,5	14,8	0,0	61,3	1,2	6,4	1,2	80,1	5.206	5
Capoeiras	PE	1,9	8,2	16,0	0,0	52,1	3,9	17,0	0,9	82,4	19.556	5
Caputira	MG	2,1	10,4	16,7	0,0	53,4	2,8	12,9	1,5	82,2	8.834	4
Capão Alto	SC	0,0	12,1	24,5	0,0	36,7	3,4	19,8	1,2	82,0	3.020	4
Capão Bonito	SP	2,2	17,3	38,2	0,3	18,1	0,6	14,5	8,1	78,8	46.732	3
Capão Canoa	RS	6,3	20,5	54,7	0,2	1,0	0,0	11,9	5,1	64,4	30.498	2
Capão Leão	RS	0,7	20,4	45,2	0,3	8,6	0,3	17,3	6,5	81,6	23.718	2
Caracarái	RR	1,6	25,3	26,6	0,2	18,4	8,4	8,1	10,9	69,8	14.286	4
Caracol	MS	7,4	20,9	17,8	0,0	33,4	1,6	16,1	2,7	82,6	4.592	3
Caracol	PI	0,5	12,7	19,6	0,0	19,7	17,9	18,4	11,2	84,9	8.040	5
Caraguatatuba	SP	3,9	23,8	50,6	0,0	1,6	0,1	13,2	5,8	57,6	78.921	2
Carambei	PR	2,7	19,1	43,1	0,1	19,4	1,1	11,5	2,0	69,6	14.860	2
Caranaíba	MG	1,1	11,1	29,6	0,0	30,3	0,8	23,9	1,7	87,7	3.549	3
Carandaí	MG	3,6	14,2	27,7	0,0	18,4	0,4	27,2	8,0	81,7	21.057	3
Carangola	MG	5,3	19,1	33,2	0,1	21,7	0,3	16,9	2,5	64,8	31.921	1
Carapebus	RJ	1,0	19,5	52,3	0,2	6,7	0,4	14,3	2,6	71,4	8.666	2
Carapicuíba	SP	1,3	31,0	49,3	0,0	0,2	0,0	10,9	6,4	55,3	344.596	2
Caratinga	MG	4,5	19,8	32,3	0,2	19,7	0,9	19,0	3,0	73,0	77.789	3
Carauari	AM	0,3	13,0	22,8	0,3	9,2	12,7	16,4	17,5	89,2	23.421	5
Caravelas	BA	2,6	13,7	23,9	0,0	33,1	1,0	15,5	7,3	72,5	20.103	3
Carazinho	RS	3,9	24,1	41,9	0,1	7,1	0,4	19,2	2,5	62,5	59.894	1
Caraá	RS	3,2	10,2	25,0	0,0	29,7	14,0	15,2	2,4	85,4	6.403	5
Carai	MG	0,8	8,4	24,9	0,1	40,8	4,7	17,1	2,8	92,2	20.981	5
Caraibas	BA	0,0	4,5	24,2	0,1	21,4	10,4	33,4	5,6	83,1	17.164	4
Caraúbas	PB	0,9	11,3	25,0	0,0	18,1	9,8	28,7	6,2	78,1	3.401	3
Caraúbas	RN	1,1	13,3	28,1	0,1	15,4	6,7	24,6	10,2	76,9	18.810	3
Caraúbas Piauí	PI	0,4	7,7	15,3	0,0	57,6	4,2	13,9	0,4	91,3	4.809	5
Carbonita	MG	1,9	11,3	30,3	0,0	19,8	12,7	19,9	3,6	89,1	8.967	5
Cardeal Silva	BA	1,0	9,6	29,9	0,7	22,8	8,3	14,8	9,6	84,1	8.034	4
Cardoso	SP	2,2	20,2	33,1	0,3	21,1	0,0	19,3	3,0	70,6	11.605	1
Cardoso Moreira	RJ	3,0	13,6	34,1	0,0	23,9	0,8	21,8	2,2	82,1	12.595	3
Careaçu	MG	2,4	13,7	31,0	0,0	37,3	0,3	14,6	0,3	73,5	5.810	3
Careiro	AM	0,5	7,4	12,0	0,0	43,4	9,7	9,5	16,5	87,7	27.554	6

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Careiro Várzea	AM	0,9	9,3	7,7	0,1	58,6	8,2	10,2	4,3	87,5	17.267	6
Cariacica	ES	2,0	22,9	52,4	0,2	1,8	0,1	14,7	5,4	68,7	324.285	2
Caridade	CE	0,7	14,2	38,0	0,0	16,1	5,5	19,6	5,3	86,4	15.604	3
Caridade Piauí	PI	0,0	16,6	18,0	0,5	29,8	11,7	21,7	1,7	83,6	4.062	5
Carinhanha	BA	0,7	9,4	18,2	0,2	43,1	4,2	12,6	10,8	85,8	27.272	5
Carira	SE	1,2	12,7	24,0	0,0	34,9	2,1	19,9	5,1	82,4	17.738	3
Cariri TO	TO	3,2	21,3	27,3	0,2	33,7	0,8	7,7	5,5	76,1	2.990	3
Caririaçu	CE	0,7	14,0	23,6	0,0	30,3	11,0	18,9	1,4	85,6	25.733	5
Cariré	CE	0,9	9,4	25,2	0,0	20,6	19,8	22,3	1,8	85,8	18.617	5
Cariús	CE	1,2	9,2	20,0	0,2	13,0	32,6	19,2	4,7	83,7	18.444	6
Carlinda	MT	1,2	11,3	22,4	0,0	48,0	4,9	9,7	1,9	79,6	12.296	4
Carlos Barbosa	RS	3,1	24,5	47,1	0,0	12,6	0,6	11,7	0,3	29,5	20.519	1
Carlos Chagas	MG	2,8	16,0	24,9	0,0	32,0	0,0	19,0	4,9	84,7	21.994	4
Carlos Gomes	RS	0,0	6,0	12,5	0,0	61,5	2,9	12,7	2,4	88,6	1.912	5
Carlópolis	PR	2,5	12,1	26,0	0,0	44,2	0,1	13,3	1,8	77,7	13.305	3
Carmo	RJ	2,3	17,6	43,9	0,1	12,5	0,2	17,3	5,4	69,0	15.289	2
Carmo Cachoeira	MG	3,2	13,3	23,1	0,0	45,0	0,7	9,2	1,3	79,0	11.600	3
Carmo Mata	MG	3,8	15,1	42,7	0,0	20,9	0,2	15,4	1,3	72,6	10.400	2
Carmo Minas	MG	2,9	12,2	30,9	0,0	37,9	0,0	13,0	1,8	80,2	12.545	3
Carmo Cajuru	MG	1,7	18,8	47,2	0,2	13,6	0,8	16,3	1,4	72,5	17.157	2
Carmo Paranaíba	MG	3,9	18,1	29,7	0,1	32,3	0,2	12,5	1,7	69,6	29.460	1
Carmo Rio Claro	MG	4,9	12,8	26,4	0,0	43,6	0,0	11,2	0,9	68,9	19.732	3
Carmo Rio Verde	GO	4,4	14,4	30,2	0,0	28,9	0,2	17,4	3,8	73,3	7.941	3
Carmolândia	TO	0,0	22,2	15,5	0,0	29,3	3,1	13,4	13,6	87,6	2.008	4
Carmésia	MG	0,0	16,5	29,7	0,0	19,7	6,9	24,3	3,0	87,2	2.246	3
Carmópolis	SE	1,8	19,1	42,7	0,0	3,2	0,8	24,2	7,4	75,6	9.352	2
Carmópolis Minas	MG	3,9	13,6	30,3	0,2	30,5	1,0	16,4	2,6	75,6	14.348	3
Carnaubais	RN	1,0	15,2	19,9	0,0	13,8	8,4	23,3	17,4	80,2	8.192	4
Carnaubal	CE	0,7	10,6	17,5	0,0	16,5	14,8	33,2	6,7	83,7	15.230	5
Carnaubeira Penha	PE	0,0	9,4	6,9	0,2	11,5	37,4	29,1	4,9	91,4	10.404	6
Carnaíba	PE	0,3	9,1	18,0	0,0	22,9	24,5	21,2	3,5	83,6	17.696	5
Carnaúba Dantas	RN	1,4	14,1	43,4	0,1	17,2	1,1	15,7	3,1	59,2	6.572	2
Carneirinho	MG	4,4	13,6	28,4	0,2	37,9	0,7	11,8	2,3	72,5	8.910	3
Carneiros	AL	0,8	7,1	21,4	0,0	34,6	11,1	16,2	0,7	82,0	6.585	5
Caroebe	RR	1,9	15,0	17,7	0,1	30,0	21,4	4,8	7,8	77,7	5.692	6
Carolina	MA	3,5	16,3	27,9	0,0	16,6	13,3	17,8	4,5	74,2	23.991	4
Carpina	PE	1,5	18,6	42,0	0,2	5,8	0,6	21,0	9,7	68,6	63.811	2
Carrancas	MG	3,4	14,1	27,4	0,0	29,3	0,7	17,4	5,2	79,7	3.887	3
Carrapateira	PB	2,6	16,4	10,9	0,0	40,4	9,8	17,8	0,0	84,7	2.160	5
Carrasco Bonito	TO	0,0	24,1	16,2	0,0	23,0	6,9	17,7	9,8	95,1	3.218	5
Caruaru	PE	3,8	22,7	47,0	0,1	4,3	1,4	14,9	4,8	50,7	253.634	2
Carutapera	MA	1,3	14,2	18,8	0,0	35,6	9,6	12,7	7,0	84,9	19.262	5

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Carvalhos	MG	3,0	10,9	24,9	0,0	37,9	0,0	20,3	2,1	84,8	4.733	3
Carvalhópolis	MG	0,0	11,2	23,7	0,0	38,7	0,0	22,3	0,6	78,5	3.089	3
Casa Branca	SP	4,9	24,7	32,1	0,4	14,3	0,2	19,0	4,2	58,2	26.800	1
Casa Grande	MG	2,0	12,0	27,9	0,0	37,7	2,8	17,6	0,0	80,4	2.264	4
Casa Nova	BA	1,3	9,9	18,8	0,0	39,6	9,6	14,6	5,2	81,0	55.730	4
Casca	RS	3,8	15,7	36,4	0,0	24,0	6,6	8,9	0,3	50,7	8.440	1
Cascalho Rico	MG	3,1	17,8	24,3	0,0	43,7	0,0	9,9	1,1	71,5	2.622	3
Cascavel	CE	1,0	14,6	41,7	0,2	14,4	2,8	17,0	7,7	76,0	57.129	2
Cascavel	PR	5,5	28,3	46,3	0,2	5,6	0,2	9,5	3,6	58,6	245.369	1
Caseara	TO	0,0	13,6	40,2	1,6	22,6	11,3	5,6	1,9	82,8	3.660	4
Caseiros	RS	5,8	6,8	22,2	0,0	25,1	11,7	20,8	7,3	78,4	2.899	5
Casimiro Abreu	RJ	4,2	24,8	47,3	0,1	5,9	0,2	14,7	2,6	60,9	22.152	2
Casinhas	PE	0,9	8,2	23,4	0,0	17,4	20,5	23,4	6,1	83,3	13.345	5
Casserengue	PB	0,0	10,6	17,3	0,0	7,1	45,2	15,6	3,6	91,8	6.568	6
Cassilândia	MS	6,3	21,1	43,0	0,0	11,3	0,4	13,3	4,0	60,9	20.087	2
Castanhal	PA	3,4	23,5	45,0	0,2	8,3	0,4	12,4	5,7	70,4	134.496	1
Castanheira	MT	3,2	12,6	27,2	0,0	40,9	4,4	5,7	2,1	69,0	7.790	3
Castanheiras	RO	0,4	13,5	10,0	0,0	45,2	6,4	7,4	15,0	72,9	4.212	5
Castelo	ES	4,8	15,8	32,9	0,0	32,3	0,6	11,2	1,9	66,5	32.756	3
Castelo Piauí	PI	0,2	14,5	27,8	0,0	19,4	10,7	19,5	7,2	83,5	18.339	4
Castelândia	GO	3,0	21,0	27,1	0,0	33,4	0,2	8,8	5,9	73,0	3.882	3
Castilho	SP	1,5	19,1	33,6	0,8	17,7	0,2	19,0	7,0	79,9	14.948	3
Castro	PR	3,6	19,0	36,9	0,1	18,7	1,1	13,3	5,9	75,1	63.581	3
Castro Alves	BA	1,4	10,9	26,9	0,0	16,9	3,8	29,1	10,6	81,9	25.561	3
Cataguases	MG	2,5	19,7	43,6	0,2	3,5	0,4	26,2	3,1	68,1	63.980	2
Catalão	GO	4,2	25,6	40,5	0,2	12,4	0,2	13,5	2,6	53,2	64.347	2
Catanduva	SP	4,6	28,5	44,3	0,2	3,7	0,1	15,8	1,9	48,6	105.847	1
Catanduvas	PR	2,0	12,1	25,9	0,2	36,7	0,9	11,4	7,7	80,5	10.421	5
Catanduvas	SC	4,5	15,7	39,2	0,0	24,9	1,7	11,1	1,3	66,6	8.291	1
Catarina	CE	2,9	10,2	15,5	0,0	16,4	30,6	21,1	2,3	88,4	15.547	6
Catas Altas	MG	0,7	19,6	43,1	0,0	7,8	4,8	17,4	6,7	77,3	4.241	3
Catas Altas Noruega	MG	0,0	3,6	19,6	0,0	31,9	4,4	30,9	7,7	92,9	3.288	5
Catende	PE	0,7	13,2	27,6	0,1	17,3	0,4	29,1	10,3	75,0	31.257	3
Catiguá	SP	0,6	16,6	50,1	0,0	18,9	0,0	10,3	2,0	62,4	6.555	2
Catingueira	PB	1,0	12,3	28,9	0,0	18,2	13,0	21,1	4,3	83,7	4.748	4
Catolândia	BA	0,2	10,5	19,3	0,9	37,3	8,1	16,2	7,3	77,9	3.092	4
Catolé Rocha	PB	2,4	16,5	37,8	0,0	14,3	3,5	20,2	4,5	75,5	26.641	3
Catu	BA	1,6	17,2	39,1	0,1	6,6	1,5	22,0	10,7	63,3	46.731	2
Catuji	MG	2,2	7,8	22,8	0,0	39,1	2,3	22,7	2,8	93,8	7.787	5
Catunda	CE	0,5	9,3	29,2	0,0	15,1	19,3	21,9	2,9	87,8	9.286	5
Caturama	BA	0,1	7,1	17,7	0,0	31,7	7,2	24,5	11,5	84,9	9.199	4
Caturai	GO	2,9	10,9	35,0	0,0	31,4	0,8	11,9	2,1	73,7	4.330	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Caturité	PB	3,3	14,1	20,0	0,0	29,6	5,0	21,7	6,0	78,9	4.183	3
Catuti	MG	0,0	6,3	16,5	0,0	58,7	1,3	12,0	3,1	96,9	5.337	5
Catuípe	RS	3,0	16,8	25,2	0,0	34,6	2,1	14,6	3,1	73,2	10.198	4
Caucaia	CE	1,0	22,2	49,9	0,1	4,7	0,6	13,1	7,9	80,8	250.479	2
Cavalcante	GO	0,4	11,1	18,0	0,0	32,7	5,6	25,5	6,1	88,3	9.150	5
Caxambu	MG	4,1	26,1	43,5	0,2	4,4	0,0	16,2	3,7	67,3	22.129	1
Caxambu Sul	SC	0,5	9,4	28,2	0,0	39,7	0,0	11,1	1,6	67,1	5.263	5
Caxias	MA	1,2	19,6	31,9	0,1	11,7	7,3	20,1	4,5	75,7	139.756	3
Caxias Sul	RS	6,5	27,2	48,0	0,1	3,5	0,3	11,9	1,8	37,0	360.419	1
Caxingó	PI	0,0	15,1	12,4	0,6	41,3	7,8	20,7	1,1	89,3	4.147	5
Caçador	SC	2,8	18,4	49,0	0,0	13,8	0,2	12,8	1,9	63,4	63.322	2
Caçapava	SP	3,0	24,5	46,3	0,1	2,2	0,1	19,0	4,2	49,2	76.130	2
Caçapava Sul	RS	2,4	20,1	31,5	0,2	17,0	1,6	23,9	3,0	73,3	34.643	1
Caçu	GO	7,0	21,3	32,6	0,0	25,1	0,4	9,7	2,1	60,9	10.575	1
Caém	BA	0,3	11,4	17,3	0,0	33,4	13,0	14,6	7,9	84,6	12.563	5
Ceará-Mirim	RN	0,4	16,0	34,7	0,1	14,6	2,5	19,1	10,8	84,7	62.424	3
Cedral	MA	1,0	12,9	11,4	0,0	37,0	10,5	23,9	2,8	86,9	9.793	5
Cedral	SP	4,0	16,0	43,5	0,0	11,4	0,5	18,5	5,7	56,0	6.700	2
Cedro	CE	0,3	11,8	25,9	0,0	25,6	16,2	17,9	2,4	76,1	24.062	5
Cedro	PE	0,5	11,3	20,1	0,0	36,0	7,8	22,2	2,2	79,3	9.551	5
Cedro S. João	SE	0,6	29,7	29,4	0,0	12,4	2,3	16,9	7,7	68,9	5.378	1
Cedro Abaeté	MG	0,0	23,3	24,8	0,0	20,8	0,0	21,8	7,8	77,9	1.289	3
Celso Ramos	SC	1,0	11,7	23,9	0,0	43,9	0,7	13,4	0,1	85,1	2.844	5
Centenário	RS	0,6	6,9	11,4	0,0	63,3	10,8	5,3	1,3	86,3	3.127	6
Centenário	TO	3,5	9,5	22,0	0,0	28,8	16,6	14,9	4,2	89,7	2.163	6
Centenário Sul	PR	3,4	14,4	26,9	0,1	35,7	0,4	15,1	4,0	80,5	11.817	3
Central	BA	0,7	14,4	15,4	0,1	30,9	10,2	18,5	7,8	82,4	16.792	5
Central Minas	MG	1,9	13,6	22,8	0,0	26,1	1,4	27,0	5,1	85,0	6.548	3
Central MA	MA	0,2	11,1	17,9	0,1	48,1	4,8	16,2	1,4	87,9	7.186	5
Centralina	MG	2,1	17,3	31,6	0,3	27,5	0,3	14,8	5,1	74,8	10.236	3
Centro Novo MA	MA	2,1	10,7	13,0	0,0	59,7	6,5	5,2	1,9	87,2	14.554	6
Centro Guilherme	MA	0,0	8,8	9,4	0,0	17,5	24,2	8,7	28,3	97,8	6.152	6
Cerejeiras	RO	3,7	18,8	37,7	0,1	18,9	4,0	10,7	4,1	69,4	18.207	1
Ceres	GO	2,9	23,6	38,9	0,0	15,2	0,3	14,8	4,0	59,5	22.209	1
Cerqueira César	SP	2,8	20,9	41,9	0,0	18,1	0,0	13,7	1,9	63,7	15.144	2
Cerquilho	SP	3,7	24,5	52,9	0,0	3,2	0,0	13,9	1,4	41,9	29.508	2
Cerrito	RS	4,6	22,2	31,0	0,0	16,6	2,9	21,5	1,0	79,5	6.925	3
Cerro Azul	PR	1,0	8,5	21,0	0,5	36,2	12,7	15,3	3,9	88,2	16.352	5
Cerro Branco	RS	0,6	9,9	16,9	0,0	55,5	2,2	13,2	0,7	73,4	4.297	5
Cerro Corá	RN	0,2	11,9	22,5	0,2	17,6	27,0	18,5	2,1	83,8	10.839	5
Cerro Grande	RS	3,1	14,1	12,4	0,0	54,5	7,6	8,4	0,0	87,1	2.601	5
Cerro Grande Sul	RS	3,9	6,8	17,0	0,0	55,9	3,1	12,1	0,9	81,1	8.273	5

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Cerro Largo	RS	3,4	20,9	35,3	0,0	18,3	4,4	15,5	1,6	71,0	12.665	1
Cerro Negro	SC	0,0	9,2	12,6	0,0	28,6	15,6	25,6	6,8	88,9	4.098	5
Cesário Lange	SP	1,9	12,9	47,8	2,7	12,9	0,1	14,3	1,4	70,1	12.883	2
Cezarina	GO	1,6	15,7	44,5	0,0	18,5	0,6	12,2	3,7	72,8	6.514	2
Chalé	MG	7,1	12,0	16,8	0,4	42,4	4,6	16,1	0,3	79,3	5.663	4
Chapada	RS	2,5	12,8	24,9	0,1	43,9	1,2	12,8	1,7	70,8	9.746	4
Chapada Gaúcha	MG	1,0	7,8	20,9	0,0	23,4	17,9	24,7	1,8	91,0	7.270	6
Chapada Natividade	TO	1,0	6,7	34,5	0,0	23,6	18,2	10,6	4,1	80,1	3.274	5
Chapada Areia	TO	0,0	11,9	11,7	0,0	23,2	0,0	40,9	10,0	83,0	1.270	3
Chapada Norte	MG	0,2	5,0	19,3	0,0	49,6	8,6	13,7	3,4	93,2	15.225	4
Chapada Guimarães	MT	2,0	20,2	35,9	0,0	19,4	2,0	11,9	8,2	70,3	15.755	3
Chapadinha	MA	0,6	14,9	22,5	0,1	30,8	9,9	18,3	2,6	83,1	61.322	5
Chapadão Céu	GO	3,7	24,3	33,7	0,0	33,5	0,0	1,5	2,0	50,7	3.778	1
Chapadão Lageado	SC	0,0	5,4	7,2	0,0	79,4	3,6	3,1	0,0	77,6	2.561	6
Chapadão Sul	MS	11,3	25,1	39,8	0,3	19,5	0,0	2,0	1,7	45,0	11.658	1
Chapecó	SC	5,7	27,0	46,9	0,2	6,6	0,3	10,3	1,9	56,5	146.967	1
Charqueada	SP	3,7	15,5	46,7	0,3	19,4	0,4	12,0	1,9	59,7	13.037	2
Charqueadas	RS	3,5	22,2	39,5	0,3	2,4	0,4	21,3	10,1	63,7	29.961	1
Charrua	RS	0,7	20,6	11,5	0,0	56,1	0,0	9,7	1,4	82,0	3.783	5
Chaval	CE	0,8	12,2	31,9	0,4	25,1	3,4	21,8	4,0	87,5	12.163	4
Chavantes	SP	4,2	15,7	41,6	0,1	19,5	0,0	15,7	2,6	63,6	12.194	2
Chaves	PA	0,4	10,4	14,2	0,0	50,9	4,1	11,4	7,4	91,6	17.350	5
Chiador	MG	0,9	12,7	33,0	0,0	25,0	0,9	22,6	3,0	76,8	3.020	3
Chiapetta	RS	0,8	17,6	24,7	0,0	41,5	0,6	10,5	4,4	81,0	4.481	4
Chopinzinho	PR	2,6	12,6	30,5	0,1	35,4	3,6	12,3	1,6	72,5	20.543	4
Chorozinho	CE	1,5	12,7	32,0	0,2	29,6	2,5	19,6	1,9	90,9	18.707	3
Chorrochó	BA	0,2	10,7	15,2	0,0	17,3	23,9	20,9	11,1	87,2	10.171	5
Choró	CE	0,6	12,0	12,5	0,0	14,7	36,8	17,4	5,4	90,5	12.001	6
Chupinguaia	RO	3,1	17,8	33,1	0,0	37,4	0,6	5,7	1,1	70,7	5.521	3
Chuveisca	RS	0,8	5,0	6,5	0,0	77,7	3,2	6,7	0,0	68,4	4.502	6
Chuí	RS	5,7	28,1	45,6	0,0	2,6	0,0	10,2	2,4	58,7	5.167	1
Chácara	MG	1,1	17,4	33,1	0,0	24,8	2,0	17,7	3,8	78,8	2.370	3
Chã Grande	PE	5,9	11,5	23,1	0,0	35,5	1,4	19,8	2,3	74,3	18.729	3
Chã Preta	AL	0,0	13,2	11,4	0,0	46,1	3,9	18,8	6,7	88,5	8.203	4
Chã Alegria	PE	0,4	9,6	33,0	0,0	17,6	3,1	24,0	12,3	87,6	11.102	3
Cianorte	PR	6,7	22,4	46,5	0,3	12,0	0,2	10,0	1,6	60,6	57.401	2
Cidade Gaúcha	PR	3,5	14,2	38,5	0,0	32,0	0,4	9,7	1,8	78,6	9.531	2
Cidade Ocidental	GO	1,0	37,6	44,0	0,2	2,5	0,0	9,1	5,2	52,0	40.377	2
Cidelândia	MA	1,3	11,4	25,6	0,3	37,0	8,1	13,5	2,2	83,1	11.816	3
Cidreira	RS	2,7	27,0	41,7	0,2	3,6	0,5	21,3	2,2	64,6	8.882	1
Cipotânea	MG	0,3	14,4	21,4	0,0	14,7	20,9	25,4	2,2	93,9	6.345	6
Cipó	BA	2,6	25,9	34,6	0,2	11,8	2,1	19,9	2,9	74,6	14.285	1

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Ciriaco	RS	2,7	8,7	20,0	1,0	28,8	1,1	18,8	0,5	72,6	5.252	4
Claraval	MG	1,8	10,7	38,6	0,5	41,5	0,0	4,8	2,0	76,8	4.338	3
Claro Poções	MG	1,2	10,6	22,9	0,0	37,9	2,5	19,2	3,5	90,6	8.193	4
Clementina	SP	0,9	16,6	45,4	0,0	22,9	0,2	11,6	1,3	72,1	5.404	2
Clevelândia	PR	1,6	14,5	46,1	0,2	18,2	0,4	16,4	1,5	76,7	18.338	3
Cláudia	MT	9,1	14,8	49,7	0,5	19,9	0,4	2,3	2,6	45,9	10.249	2
Cláudio	MG	5,6	14,0	54,5	0,0	12,1	0,2	12,2	1,3	73,2	22.522	2
Coaraci	BA	2,5	14,4	19,9	0,2	25,2	0,3	26,1	10,6	78,4	27.852	3
Coari	AM	2,4	11,6	23,5	0,0	42,9	3,3	9,4	6,5	86,6	67.096	5
Cocal	PI	3,7	13,1	23,0	0,0	32,0	7,2	16,6	3,5	87,8	24.150	5
Cocal Telha	PI	0,5	14,5	28,5	0,0	17,7	12,5	19,1	2,5	85,0	4.248	4
Cocal Sul	SC	4,0	22,1	51,0	0,2	6,1	0,7	14,3	1,1	51,7	13.726	2
Cocal Alves	PI	6,7	10,7	25,0	0,0	43,1	1,6	10,6	0,6	88,6	5.155	5
Cocalinho	MT	2,0	21,5	32,5	0,0	35,7	0,0	5,6	2,3	68,9	5.504	3
Cocalzinho Goiás	GO	0,4	15,9	43,4	0,2	16,6	3,2	12,6	6,2	80,3	14.626	3
Cocos	BA	0,7	9,1	21,2	0,3	28,6	16,9	16,8	6,1	80,6	17.611	5
Codajás	AM	1,6	13,3	16,4	0,4	35,3	5,4	13,6	11,8	88,1	17.507	6
Codó	MA	1,0	15,6	27,6	0,2	16,0	16,1	19,3	3,9	82,5	111.146	4
Coelho Neto	MA	1,5	15,0	34,7	0,1	25,0	3,2	16,7	3,3	83,0	42.214	3
Coimbra	MG	2,3	10,5	25,5	0,0	32,1	0,7	20,9	1,4	77,7	6.523	3
Coité Nóia	AL	0,0	10,3	15,0	0,0	46,8	13,3	12,2	1,7	85,1	11.993	5
Coivaras	PI	0,5	14,8	17,8	0,0	32,2	13,1	17,9	3,8	89,9	3.507	5
Colares	PA	0,5	18,0	24,9	0,0	18,4	12,2	16,7	3,6	85,3	10.632	5
Colatina	ES	5,7	22,1	39,3	0,1	17,1	0,9	11,7	2,5	65,9	112.711	1
Colina	SP	4,4	19,8	32,4	0,1	24,9	0,4	15,2	2,6	68,1	16.664	1
Colinas	MA	1,0	11,0	21,7	0,0	34,0	8,0	19,8	4,3	82,8	35.803	5
Colinas	RS	3,3	7,7	38,2	0,0	36,1	5,7	9,0	0,0	55,1	2.462	3
Colinas Sul	GO	0,1	18,5	33,7	0,0	16,0	6,4	18,3	6,9	83,5	3.702	3
Colinas TO	TO	3,6	20,4	41,9	0,0	17,2	1,2	11,9	3,7	69,6	25.301	1
Colméia	TO	1,3	12,8	30,5	0,3	33,3	0,5	13,2	6,6	81,2	9.352	3
Colombo	PR	2,1	23,6	58,2	0,1	1,8	0,1	8,6	3,9	62,6	183.329	2
Colorado	PR	3,9	18,8	41,7	0,3	22,2	0,2	10,5	2,2	63,9	20.957	2
Colorado	RS	0,4	19,0	20,9	0,0	41,6	0,3	14,7	2,3	71,5	4.072	4
Colorado Oeste	RO	2,2	19,2	30,1	0,0	32,0	2,4	10,4	3,2	64,9	21.892	1
Coluna	MG	1,5	8,1	22,9	0,3	27,6	7,6	25,4	4,1	88,4	9.369	5
Colíder	MT	4,5	19,0	36,3	0,0	25,4	1,7	9,6	2,6	62,9	28.051	1
Colômbia	SP	0,1	12,9	23,0	0,3	48,3	0,0	10,6	4,0	71,3	5.954	3
Colônia Leopoldina	AL	0,7	13,7	30,7	0,0	20,2	1,7	20,1	9,7	78,0	17.493	3
Colônia Gurguéia	PI	3,2	19,1	30,2	0,0	17,4	3,3	23,3	3,5	80,2	5.012	3
Colônia Piauí	PI	0,0	9,4	31,0	1,1	18,6	14,2	17,3	7,4	85,6	7.251	4
Combinado	TO	0,7	14,5	28,2	0,0	17,0	3,1	25,5	11,1	86,8	4.524	3
Comend. Gomes	MG	1,3	13,7	18,3	0,0	56,6	1,8	5,0	1,5	58,2	2.842	4

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Comend. Levy Gasparian	RJ	1,2	21,1	46,3	0,1	4,6	0,0	22,7	2,8	75,1	7.924	2
Comercinho	MG	0,3	9,3	19,9	0,0	19,4	32,8	15,7	0,8	96,2	10.204	6
Comodoro	MT	0,9	15,2	32,4	0,0	30,4	0,4	8,4	6,8	64,9	15.046	3
Conceição	PB	2,8	17,0	16,5	0,2	31,2	9,0	18,3	4,5	83,6	17.931	4
Conceição Aparec.	MG	2,8	10,2	24,3	0,0	50,8	0,4	10,0	1,0	61,8	9.372	3
Conceição Barra	ES	2,4	14,1	35,3	0,0	25,3	2,0	14,8	5,7	84,6	26.494	3
Conc. Barra Minas	MG	0,9	6,9	29,1	0,0	35,6	0,0	23,3	2,7	88,0	4.021	3
Conceição Feira	BA	0,2	13,3	36,4	0,3	9,6	3,2	29,1	6,9	75,7	17.514	2
Conceição Alagoas	MG	1,7	13,9	43,0	0,0	24,8	0,1	10,5	3,8	68,3	17.156	2
Conceição Pedras	MG	0,4	11,6	22,7	0,0	53,5	1,3	7,0	2,7	79,1	2.714	3
Conceição Ipanema	MG	2,1	11,7	8,9	0,0	52,3	2,6	21,1	1,2	78,6	4.377	4
Conceição Macabu	RJ	3,5	20,7	42,1	0,2	8,5	0,1	17,3	5,1	70,2	18.782	2
Conceição Almeida	BA	1,7	12,7	24,1	0,0	27,9	4,8	22,0	5,5	78,8	18.912	3
Conceição Araguaia	PA	3,4	17,4	31,2	0,1	25,0	3,8	11,7	6,1	73,0	43.386	3
Conceição Canindé	PI	0,5	10,5	27,8	0,0	29,2	6,4	23,0	2,6	84,5	4.926	5
Conceição Castelo	ES	2,4	11,2	22,1	0,1	54,0	0,8	8,4	0,9	77,8	10.910	3
Conceição Coité	BA	1,7	12,0	33,1	0,0	22,5	9,4	16,5	3,6	78,1	56.317	3
Conceição Jacuípe	BA	3,2	14,8	39,4	0,4	17,5	1,0	20,1	3,3	66,8	26.194	2
Conceição Lago-Açu	MA	0,3	10,5	10,3	0,0	65,7	3,8	7,7	1,8	91,2	10.774	6
Conc. Mato Dentro	MG	1,3	12,9	20,2	0,0	17,9	6,0	32,3	7,8	90,5	18.637	5
Conceição Pará	MG	1,4	8,6	34,5	0,0	21,7	1,5	25,7	4,1	82,6	4.793	3
Conceição Rio Verde	MG	4,2	15,0	29,5	0,0	36,7	0,1	11,3	2,7	74,9	12.273	3
Conceição TO	TO	1,4	14,0	23,6	0,0	17,1	28,3	12,8	1,5	87,9	4.377	5
Conceição Ouros	MG	4,4	15,2	48,1	0,0	19,2	0,0	9,9	2,9	71,7	8.929	2
Conchal	SP	3,0	14,3	34,6	0,2	32,0	0,2	10,5	3,7	70,6	22.676	3
Conchas	SP	4,8	16,0	43,5	0,2	17,9	0,1	14,5	2,1	56,5	14.904	2
Concórdia	SC	5,5	21,6	41,0	0,0	17,2	1,4	11,4	1,2	49,3	63.058	1
Concórdia Pará	PA	0,6	11,7	24,9	0,0	30,4	10,4	11,8	7,2	87,5	20.956	5
Condado	PB	0,4	10,2	20,6	0,0	22,3	8,4	31,0	6,8	81,5	6.495	4
Condado	PE	1,7	13,9	25,6	0,1	20,3	2,1	21,5	14,0	79,8	21.797	3
Conde	BA	1,1	14,6	26,9	0,0	22,6	10,4	17,1	6,8	82,3	20.426	4
Conde	PB	0,8	11,3	33,6	0,0	27,5	1,9	16,9	6,6	79,3	16.413	3
Condeúba	BA	2,1	9,5	23,0	0,1	30,1	4,4	22,9	6,4	77,1	18.047	4
Condor	RS	5,3	13,7	26,5	0,0	36,5	4,2	10,4	1,8	73,2	6.491	4
Confins	MG	1,3	18,7	60,0	0,0	4,6	0,0	9,7	4,5	69,7	4.880	2
Confresa	MT	1,6	14,4	19,3	0,5	45,8	7,7	4,5	5,4	74,6	17.841	5
Congo	PB	1,2	12,3	27,6	0,0	28,4	5,8	22,0	2,3	78,3	4.602	3
Congonhal	MG	1,4	10,2	42,1	0,0	25,7	1,2	14,0	2,9	72,1	8.726	3
Congonhas	MG	2,4	19,2	47,0	0,2	2,0	0,3	22,7	5,4	66,8	41.256	2
Congonhas Norte	MG	1,1	13,4	19,4	0,0	25,7	6,4	22,7	11,0	92,0	4.897	5
Congonhinhas	PR	1,6	13,3	23,0	0,4	39,6	1,3	18,0	2,4	85,7	7.851	4
Conquista	MG	1,8	14,1	30,4	0,2	38,1	0,3	10,4	2,1	69,9	6.101	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Conselheiro Lafaiete	MG	2,8	21,9	43,4	0,4	2,3	0,4	24,7	3,8	62,4	102.836	2
Conselheiro Mairinck	PR	1,4	11,3	27,5	0,0	35,4	0,0	21,4	1,7	81,2	3.463	3
Conselheiro Pena	MG	2,5	14,2	30,8	0,0	25,1	0,9	19,9	4,4	78,5	21.734	3
Consolação	MG	1,0	14,7	25,0	0,0	30,5	3,1	17,6	5,2	81,6	1.736	3
Constantina	RS	2,6	12,9	28,5	0,0	38,5	1,2	14,8	0,9	70,2	11.667	4
Contagem	MG	2,9	29,2	47,2	0,2	0,4	0,1	15,2	4,2	56,3	538.208	2
Contenda	PR	2,3	13,1	34,1	0,2	30,9	2,4	12,1	2,5	75,6	13.241	3
Contendas Sincorá	BA	2,0	11,9	29,0	1,4	24,5	1,0	25,6	4,5	76,9	4.264	3
Coqueiral	MG	2,6	12,6	21,4	0,0	49,2	0,3	10,3	2,5	75,1	9.612	3
Coqueiro Seco	AL	0,0	17,4	29,8	0,0	8,7	5,6	20,4	17,7	87,1	5.134	4
Coqueiros Sul	RS	1,4	5,1	18,6	0,0	57,0	4,4	12,8	0,7	74,1	2.695	5
Coração Jesus	MG	2,2	10,6	23,2	0,3	30,0	4,7	22,7	5,7	90,9	25.729	5
Coração Maria	BA	1,4	10,8	21,6	0,0	40,1	8,3	14,7	2,4	80,7	23.818	5
Corbélia	PR	6,2	15,3	40,6	0,0	23,5	0,1	11,5	2,7	67,7	15.803	1
Cordeiro	RJ	2,3	27,1	44,1	0,0	4,8	0,2	17,8	3,6	62,3	18.601	2
Cordeiros	BA	1,0	8,9	27,7	0,4	23,7	13,9	20,5	3,4	77,0	8.193	4
Cordeirópolis	SP	2,6	20,5	57,4	0,0	3,3	0,8	13,4	1,8	44,4	17.591	2
Cordilheira Alta	SC	2,4	10,6	35,6	0,0	37,6	5,9	6,1	0,6	63,1	3.093	3
Cordisburgo	MG	4,0	12,2	29,9	0,2	28,2	0,7	18,7	3,1	80,1	8.522	3
Cordislândia	MG	1,0	12,7	21,1	0,0	51,2	0,0	10,6	2,7	84,8	3.359	3
Coreaú	CE	0,6	14,4	21,4	0,0	39,5	2,8	20,4	0,8	85,4	19.981	4
Coremas	PB	2,0	15,6	26,0	0,0	17,9	8,2	24,6	5,6	79,8	15.130	4
Corguinho	MS	2,2	20,1	20,8	0,0	45,5	0,5	8,3	1,6	73,8	3.592	3
Coribe	BA	0,0	7,3	16,5	0,0	21,4	22,0	22,4	8,7	88,1	15.148	5
Corinto	MG	3,4	12,8	33,9	0,5	15,5	1,0	28,7	3,4	77,3	24.546	3
Cornélio Procópio	PR	5,8	26,3	42,8	0,2	8,8	0,0	13,5	2,5	58,6	46.861	1
Coroaci	MG	2,3	11,0	30,5	0,1	33,5	2,7	16,7	2,2	86,7	10.802	4
Coroados	SP	2,6	17,3	43,1	0,5	25,3	0,5	9,1	1,7	68,0	4.417	2
Coroatá	MA	0,3	13,3	21,1	0,1	29,7	11,9	18,0	4,9	85,9	55.676	5
Coromandel	MG	3,5	18,2	32,3	0,2	31,6	0,3	10,3	2,7	67,9	27.452	1
Cel. Barros	RS	2,3	13,9	20,6	0,0	48,8	4,7	9,5	0,0	68,1	2.454	4
Cel. Bicaco	RS	3,0	17,8	23,7	0,4	33,4	4,4	14,9	2,4	78,1	8.435	4
Cel. Domingos Soares	PR	0,8	14,8	22,1	0,0	30,2	10,0	10,5	10,3	89,8	7.004	5
Cel. Ezequiel	RN	0,3	7,7	10,3	0,0	13,5	36,1	24,9	6,7	85,7	5.409	6
Cel. Fabriciano	MG	3,0	24,9	44,0	0,2	1,2	0,1	20,9	5,1	63,0	97.451	2
Cel. Freitas	SC	4,1	10,4	32,3	0,1	36,4	2,0	10,0	0,9	68,8	10.621	3
Cel. José Dias	PI	0,9	8,6	23,7	0,0	26,1	16,6	17,2	5,7	86,6	4.415	5
Cel. João Pessoa	RN	0,1	10,6	17,9	0,0	2,5	41,0	21,6	6,2	86,8	4.703	6
Cel. João Sá	BA	0,7	6,9	20,2	0,0	29,6	1,9	22,2	18,4	88,1	19.665	4
Cel. Macedo	SP	1,9	11,0	23,0	0,0	47,6	3,4	10,7	2,4	84,9	5.589	3
Cel. Martins	SC	0,0	6,5	16,6	1,6	45,9	15,3	7,8	5,0	75,2	2.388	6
Cel. Murta	MG	1,5	12,1	32,0	0,0	25,9	1,7	23,2	2,8	92,0	9.134	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Cel. Pacheco	MG	2,1	25,4	24,4	0,0	21,7	1,7	19,4	4,5	72,7	2.900	1
Cel. Sapucaia	MS	4,0	15,7	34,7	0,4	27,8	4,6	9,1	2,7	77,4	12.810	3
Cel. Vivida	PR	3,4	11,5	38,3	0,1	27,9	2,9	13,1	1,7	75,0	23.306	3
Cel. Xavier Chaves	MG	2,7	14,0	35,7	0,0	23,1	0,7	19,0	4,8	89,0	3.185	3
Correia Pinto	SC	1,8	16,3	39,6	0,1	16,6	1,7	19,0	3,3	73,0	17.026	3
Corrente	PI	3,0	13,6	28,4	0,4	29,6	3,9	15,5	5,1	75,4	23.226	3
Correntes	PE	0,8	11,3	18,3	0,0	27,2	21,3	15,8	5,1	81,6	17.044	5
Correntina	BA	0,2	11,4	25,7	0,3	23,0	19,3	14,1	4,4	79,1	30.583	5
Cortês	PE	0,3	12,8	25,3	0,0	21,9	1,7	25,5	10,2	83,4	12.681	3
Corumbatai	SP	2,8	15,6	45,6	0,2	27,3	0,4	6,6	0,2	59,1	3.794	2
Corumbatai Sul	PR	1,4	10,7	21,4	0,0	46,2	1,3	13,9	5,0	90,6	4.946	4
Corumbaíba	GO	1,4	14,6	39,2	0,1	30,1	0,2	8,6	5,2	67,2	6.655	2
Corumbiara	RO	1,1	8,3	13,5	0,1	42,7	10,3	15,1	6,6	82,9	10.459	5
Corumbá	MS	2,5	26,8	38,6	0,2	9,6	1,3	14,9	5,6	69,0	95.701	1
Corumbá Goiás	GO	1,6	14,6	31,1	0,0	27,4	0,8	16,5	5,1	78,3	9.679	3
Corupá	SC	2,7	16,7	40,8	0,0	24,2	0,6	13,2	0,5	50,2	11.847	1
Coruripe	AL	0,8	13,9	32,0	0,2	28,1	0,6	13,3	9,8	78,4	48.846	3
Cosmorama	SP	3,6	17,0	28,9	0,0	31,7	0,6	15,2	2,8	69,7	7.372	1
Cosmópolis	SP	2,1	22,2	51,4	0,0	3,0	0,0	14,6	6,2	52,0	44.355	2
Costa Marques	RO	1,5	21,1	28,9	0,3	30,5	3,3	10,4	2,9	71,3	10.208	4
Costa Rica	MS	6,6	17,8	39,3	0,1	24,5	0,0	6,9	4,6	66,3	15.488	2
Cotegipe	BA	0,8	11,0	20,3	0,0	45,7	6,2	12,8	1,8	82,4	13.374	4
Cotia	SP	4,1	28,9	50,1	0,2	1,4	0,1	8,8	5,7	52,7	148.987	1
Cotiporã	RS	3,9	9,7	33,3	0,7	35,8	4,1	10,9	1,5	49,2	4.093	1
Cotriguaçu	MT	0,9	9,6	33,8	0,0	37,6	9,8	2,8	4,7	63,7	8.474	4
Couto Magalhães	TO	0,0	14,1	18,5	0,0	49,8	2,0	13,7	0,2	83,1	4.335	4
Couto Mag. Minas	MG	1,0	18,2	45,8	0,0	8,6	2,2	17,8	4,8	85,7	4.007	3
Coxilha	RS	1,3	11,1	28,6	0,0	38,4	0,0	14,0	5,0	79,0	2.979	3
Coxim	MS	5,5	23,8	40,2	0,1	16,4	0,6	9,9	3,2	66,5	30.866	1
Coxixola	PB	1,8	11,8	29,5	0,0	28,4	0,7	26,0	1,7	77,3	1.422	3
Crateús	CE	2,1	14,8	28,5	0,1	23,3	4,0	24,1	3,0	73,8	70.898	3
Crato	CE	2,3	21,2	37,7	0,1	11,4	3,5	18,0	4,5	65,9	104.646	1
Cravinhos	SP	3,2	22,2	43,3	0,1	17,1	0,0	11,1	2,6	49,9	28.411	2
Cravolândia	BA	0,0	15,0	21,2	0,0	36,8	3,2	17,6	6,2	81,8	5.001	3
Craíbas	AL	0,7	8,3	10,2	0,0	56,2	6,8	13,5	4,2	84,8	20.789	5
Criciúma	SC	5,3	30,0	45,3	0,2	1,5	0,2	14,8	2,3	47,6	170.420	1
Crissiumal	RS	3,4	14,6	19,3	0,2	40,0	2,9	18,4	1,0	78,4	15.180	4
Cristais	MG	3,0	11,2	25,4	0,0	44,8	0,2	11,2	1,8	68,8	9.518	3
Cristais Pta	SP	4,5	15,4	30,9	0,0	38,2	0,0	7,4	1,3	69,0	6.579	3
Cristal	RS	5,2	11,6	31,6	0,0	27,5	0,9	17,8	5,0	77,6	6.632	3
Cristal Sul	RS	0,0	9,9	12,3	0,0	47,9	7,5	18,3	4,0	93,0	2.874	6
Cristalina	GO	3,7	19,0	39,0	0,1	21,3	1,1	9,8	5,6	66,9	34.116	1

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Cristalândia	TO	4,0	22,5	35,9	0,0	20,8	1,7	11,3	3,4	79,6	7.318	3
Cristalândia Piauí	PI	4,5	16,0	19,7	1,6	29,1	10,8	13,5	4,2	82,6	6.493	5
Cristiano Ottoni	MG	0,5	13,6	42,4	0,0	20,7	0,8	20,2	1,8	82,9	4.905	2
Cristianópolis	GO	1,4	21,8	31,8	0,0	30,7	0,0	11,4	1,8	58,7	2.924	1
Cristina	MG	4,0	11,1	31,0	0,0	36,1	0,5	13,7	2,0	82,7	10.339	3
Cristino Castro	PI	1,3	14,3	36,2	0,2	24,3	6,4	14,1	2,3	78,5	9.269	3
Cristinápolis	SE	0,8	13,8	25,8	0,1	38,8	2,9	13,3	3,5	85,6	14.268	3
Cristália	MG	0,0	8,8	26,1	0,0	27,8	13,1	15,2	8,7	95,8	5.583	5
Cristópolis	BA	0,8	9,1	26,2	0,5	25,7	8,5	24,9	3,4	83,1	12.662	4
Crisólita	MG	4,7	6,5	15,0	0,0	31,9	5,1	19,4	15,6	91,3	5.298	5
Crisópolis	BA	0,8	5,3	20,7	0,7	46,7	9,4	13,7	1,5	79,2	19.037	5
Crixás	GO	2,2	18,4	37,2	0,0	22,1	0,8	11,2	6,2	73,6	14.673	3
Crixás TO	TO	2,2	14,1	24,0	0,0	44,4	0,0	11,2	3,3	79,4	1.384	3
Croatá	CE	1,6	8,1	17,1	0,3	34,9	18,0	18,1	1,9	90,9	16.064	6
Cromínia	GO	3,3	18,0	25,4	0,0	35,1	0,2	13,0	3,5	63,7	3.660	1
Crucilândia	MG	2,3	11,9	30,5	0,2	31,6	0,8	20,8	1,5	81,9	4.477	3
Cruz	CE	0,8	10,3	26,0	0,0	26,2	8,4	23,7	4,4	84,1	19.779	4
Cruz Alta	RS	4,1	27,5	34,4	0,1	9,4	0,3	20,1	3,0	63,1	71.254	1
Cruz Machado	PR	1,2	8,0	19,4	0,1	47,4	8,8	14,6	0,6	86,2	17.667	5
Cruz Almas	BA	2,9	21,4	35,5	0,0	13,3	1,0	19,1	6,0	65,3	53.049	1
Cruz Espírito S.	PB	0,0	12,5	22,8	0,0	28,1	9,6	20,2	6,7	83,4	14.081	3
Cruzeiro	SP	3,6	24,6	42,9	0,2	2,1	0,0	22,1	3,7	60,8	73.492	2
Cruzeiro Fortaleza	MG	4,3	12,3	20,0	0,0	50,0	0,2	9,8	0,4	65,8	3.720	3
Cruzeiro Iguaçu	PR	1,7	11,6	26,8	0,0	30,8	5,7	17,1	6,0	83,1	4.394	4
Cruzeiro Oeste	PR	3,0	17,5	29,3	0,0	28,1	0,9	16,4	4,2	73,6	20.222	3
Cruzeiro Sul	AC	1,1	21,5	35,2	0,1	14,5	2,9	15,8	5,1	74,1	67.441	3
Cruzeiro Sul	PR	1,2	15,6	22,6	0,0	44,8	0,1	13,7	2,0	74,5	4.759	3
Cruzeiro Sul	RS	5,0	12,7	48,0	0,2	18,4	3,1	11,6	0,5	57,3	11.664	1
Cruzeta	RN	3,5	15,5	34,2	0,1	24,7	0,8	17,2	2,5	67,4	8.138	2
Cruzmalina	PR	1,0	6,3	17,6	0,0	48,9	6,8	15,1	4,2	86,7	3.459	5
Cruzália	SP	3,5	14,4	32,6	0,0	28,2	3,0	14,0	4,1	79,2	2.610	3
Cruzília	MG	2,6	15,1	40,6	0,2	21,2	0,0	13,0	2,4	77,3	13.765	3
Cubati	PB	2,4	11,9	29,9	0,0	27,7	6,6	19,6	1,5	78,7	6.388	3
Cubatão	SP	1,2	25,9	48,2	0,0	0,5	0,0	16,9	6,3	58,8	108.309	2
Cuiabá	MT	4,5	37,8	39,7	0,1	1,7	0,1	10,8	4,0	45,9	483.346	1
Cuitegi	PB	1,5	13,5	33,8	0,2	8,4	12,0	28,3	2,1	85,8	7.254	3
Cuité	PB	1,7	12,4	21,6	0,3	19,5	20,7	18,5	4,9	79,7	19.946	5
Cuité Mamanguape	PB	0,0	9,1	19,7	0,0	26,2	20,0	19,2	4,0	83,3	6.124	5
Cujubim	RO	2,1	16,7	23,1	0,5	44,7	6,9	3,3	2,8	68,1	6.536	5
Cumari	GO	0,1	13,6	24,5	0,0	33,8	2,8	19,4	5,4	71,5	3.105	3
Cumaru	PE	1,3	6,9	18,0	0,0	9,6	22,3	27,2	14,1	89,6	28.607	5
Cumaru Norte	PA	3,7	9,3	20,9	0,0	28,0	16,1	8,8	12,9	80,1	5.978	5

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Cumbe	SE	0,0	11,8	21,6	0,0	30,2	7,4	21,0	6,0	87,6	3.646	3
Cunha	SP	1,2	14,7	33,0	0,0	32,3	0,9	13,1	4,1	84,8	23.090	4
Cunha Porã	SC	3,4	14,7	29,2	0,0	35,3	2,0	13,6	0,9	61,9	10.229	4
Cunhataí	SC	0,0	7,7	12,6	0,0	62,2	6,0	11,5	0,0	57,5	1.822	5
Cuparaque	MG	5,5	14,2	16,6	0,0	37,3	1,2	20,1	3,6	81,6	4.367	4
Cupira	PE	1,9	10,1	35,1	0,4	10,7	8,7	23,3	9,7	74,0	22.383	3
Curaçá	BA	1,0	12,5	15,3	0,1	41,5	4,4	20,7	3,4	76,9	28.841	4
Curimatá	PI	2,2	15,5	21,7	0,0	7,0	30,1	19,4	3,5	80,4	9.518	6
Curionópolis	PA	2,0	14,1	33,7	0,2	19,3	3,2	12,9	11,3	80,6	19.486	3
Curitiba	PR	5,7	39,5	37,2	0,2	0,3	0,0	13,2	2,6	37,3	1.587.315	1
Curitibanos	SC	3,9	19,3	43,4	0,0	13,2	1,7	15,0	2,2	66,9	36.061	1
Curiúva	PR	2,0	11,9	26,6	0,0	35,4	1,8	17,4	4,5	87,0	12.904	4
Currais	PI	0,9	11,1	22,2	0,0	39,9	9,4	16,3	0,2	92,6	4.232	5
Currais Novos	RN	2,8	19,1	37,4	0,2	11,7	1,1	20,8	6,4	61,6	40.791	1
Curral Novo Piauí	PI	1,2	12,4	19,3	0,0	36,8	11,0	13,5	5,5	89,1	4.220	5
Curral Velho	PB	0,8	9,5	16,3	0,0	46,5	4,4	19,0	3,2	89,0	2.558	4
Curral Cima	PB	1,8	5,5	9,8	0,0	35,4	17,3	21,6	8,7	87,6	5.323	5
Curral Dentro	MG	0,7	9,1	29,5	0,0	27,8	5,6	19,5	7,6	93,7	5.973	4
Curralinho	PA	0,5	13,9	13,7	0,0	36,3	2,0	15,4	9,2	93,0	20.016	5
Curralinhos	PI	0,0	7,6	21,5	0,0	47,2	2,9	15,7	5,1	92,1	3.641	5
Cururupu	MA	2,6	14,9	21,5	0,1	38,9	3,4	14,7	3,4	78,8	33.747	4
Curuá	PA	1,3	9,7	14,0	0,2	38,5	10,7	14,7	9,4	93,8	9.224	6
Curuçá	PA	1,1	11,5	21,0	0,2	28,5	3,9	19,5	12,4	87,8	26.160	5
Curvelo	MG	3,2	21,2	40,5	0,1	12,2	0,4	17,6	3,3	73,8	67.512	1
Custódia	PE	1,2	12,0	24,6	0,2	19,0	10,2	25,3	7,4	76,2	30.199	3
Cutias	AP	0,0	33,0	11,2	0,4	21,7	13,5	9,8	9,7	82,0	3.280	5
Cáceres	MT	2,3	22,3	37,8	0,0	20,7	2,2	9,9	3,9	68,7	85.857	1
Cássia	MG	2,7	18,0	31,8	0,0	32,8	0,0	11,6	2,5	66,8	17.278	3
Cássia Coqueiros	SP	1,0	17,4	23,6	0,0	46,1	1,1	8,0	1,0	72,8	2.871	3
Cândido Godói	RS	4,1	12,0	12,8	0,4	55,6	3,0	11,5	0,6	77,9	7.092	5
Cândido Mendes	MA	1,1	12,4	12,5	0,5	50,9	4,3	12,7	4,7	87,9	16.901	5
Cândido Mota	SP	3,9	16,3	36,6	0,1	23,9	0,2	15,5	3,2	65,3	29.280	1
Cândido Rodrigues	SP	5,2	11,5	31,8	1,6	35,7	0,0	9,9	1,7	70,3	2.613	3
Cândido Sales	BA	1,3	13,8	31,1	0,0	25,0	2,0	18,1	5,5	72,7	28.516	3
Cândido Abreu	PR	0,1	10,8	17,8	0,0	51,0	1,7	13,4	5,0	87,6	18.795	5
Céu Azul	PR	4,5	14,9	43,5	0,2	24,8	0,3	7,9	3,3	67,6	10.445	1
Cícero Dantas	BA	1,9	10,8	27,3	0,1	32,5	4,9	19,4	2,9	76,7	30.934	3
Córrego Danta	MG	0,5	14,6	18,3	0,0	51,2	0,1	12,4	2,6	75,4	3.674	3
Córrego Fundo	MG	1,4	8,9	54,5	0,0	19,1	1,1	11,4	3,0	80,5	5.179	2
Córrego Novo	MG	0,8	10,7	21,1	2,0	35,5	2,7	23,8	3,3	84,7	3.638	4
Córrego Bom Jesus	MG	1,2	13,3	25,8	0,0	33,6	3,7	18,4	1,2	74,4	3.949	3
Córrego Ouro	GO	5,4	19,2	19,8	0,0	39,2	0,8	11,4	2,4	71,7	2.973	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Cônego Marinho	MG	0,2	7,0	13,9	0,2	15,0	29,1	22,2	11,2	97,3	6.477	6
Damianópolis	GO	0,0	16,1	23,7	0,0	33,1	13,9	10,1	0,2	87,5	3.303	5
Damião	PB	1,4	12,4	16,5	0,0	13,4	20,1	33,3	2,6	91,6	3.645	5
Damolândia	GO	1,9	13,5	31,1	0,0	38,8	0,3	12,5	1,0	80,8	2.573	3
Darcinópolis	TO	2,2	13,0	28,6	0,0	24,9	16,2	12,6	1,2	89,7	4.273	5
Datas	MG	0,0	10,1	37,4	0,0	10,6	6,5	22,2	12,3	90,9	5.040	4
David Canabarro	RS	3,9	11,2	21,5	0,6	27,1	2,6	11,6	0,3	65,9	4.740	1
Davinópolis	GO	2,0	8,8	38,2	0,0	33,3	0,0	10,9	3,3	76,5	2.109	3
Davinópolis	MA	0,6	13,1	41,8	0,1	17,3	2,4	19,8	4,0	82,5	12.275	2
Delfim Moreira	MG	1,0	9,9	35,4	0,0	35,0	0,1	14,2	3,6	83,3	8.032	4
Delfinópolis	MG	3,3	13,1	28,6	0,0	40,1	0,0	12,9	1,7	74,4	6.577	3
Delmiro Gouveia	AL	2,3	16,0	37,3	0,0	7,4	4,6	23,5	8,4	71,6	42.995	1
Delta	MG	1,7	13,3	44,8	0,1	26,1	0,0	10,5	3,3	69,4	5.065	2
Demerval Lobão	PI	0,3	14,6	38,6	0,1	6,6	12,8	22,4	3,7	78,5	12.489	3
Denise	MT	3,1	16,5	46,8	0,0	24,2	0,1	6,1	2,9	64,2	7.463	2
Deodápolis	MS	0,7	16,5	26,8	0,0	35,4	0,6	16,7	3,0	77,8	11.350	3
Dep. Irapuan Pinheiro	CE	0,2	13,2	18,7	0,0	39,4	8,4	17,7	1,6	77,6	8.385	5
Derrubadas	RS	1,4	8,9	12,6	0,0	57,5	5,8	12,3	1,1	82,0	3.715	5
Descalvado	SP	2,8	22,1	40,9	0,2	15,9	0,0	15,5	2,3	54,2	28.921	2
Descanso	SC	2,4	12,7	24,1	0,3	41,5	2,5	9,7	1,0	71,5	9.129	4
Descoberto	MG	3,0	13,0	43,6	0,0	18,1	1,9	17,5	2,2	77,2	4.531	3
Desterro	PB	0,3	11,5	30,2	0,2	9,8	18,2	21,0	8,6	85,4	7.701	4
Desterro Entre Rios	MG	1,0	7,4	24,5	0,0	23,5	15,3	24,9	3,0	91,4	6.807	5
Desterro Melo	MG	4,1	3,7	22,2	0,5	43,2	4,4	16,8	3,5	87,8	3.272	5
Dezesseis Novembro	RS	0,0	9,9	15,9	0,0	43,6	8,0	19,9	2,2	86,7	3.444	5
Diadema	SP	1,2	25,3	55,8	0,0	0,2	0,0	11,0	5,5	53,1	357.064	2
Diamante	PB	0,4	18,5	17,3	0,0	16,5	25,7	17,9	3,4	88,7	6.920	5
Diamante D'Oeste	PR	1,4	20,0	21,9	0,0	32,9	6,4	13,3	3,9	82,8	4.878	5
Diamante Norte	PR	4,8	17,9	31,1	0,0	31,0	0,8	10,2	3,6	79,6	6.099	3
Diamante Sul	PR	0,0	14,0	10,0	0,0	45,4	5,2	13,4	9,1	88,7	3.659	6
Diamantina	MG	2,8	24,1	41,3	0,2	7,7	1,5	16,3	4,7	74,8	44.259	1
Diamantino	MT	4,8	22,2	37,4	0,3	19,3	3,3	6,5	5,8	60,5	18.580	1
Dianópolis	TO	1,4	17,6	36,0	0,0	14,6	7,2	16,6	5,6	76,6	15.428	3
Dias d'Ávila	BA	1,6	21,3	45,2	0,4	1,5	0,4	18,0	11,4	75,8	45.333	2
Dilermando Aguiar	RS	1,9	11,0	22,9	0,0	41,9	0,1	17,5	4,6	82,8	3.200	4
Diogo Vasconcelos	MG	1,9	8,7	18,6	0,0	13,9	30,9	24,2	2,0	93,0	3.972	6
Dionísio	MG	0,5	13,9	32,4	0,2	16,9	2,2	26,9	6,2	88,4	10.191	3
Dionísio Cerqueira	SC	3,1	17,6	28,3	0,0	33,3	0,3	14,2	2,8	78,8	14.250	4
Diorama	GO	6,3	9,2	27,3	0,0	43,2	0,0	13,6	0,0	74,5	2.498	3
Dirce Reis	SP	0,4	9,3	36,2	0,0	34,4	0,7	18,3	0,7	76,2	1.623	3
Dirceu Arcoverde	PI	1,2	12,7	23,7	0,0	44,3	3,8	12,5	1,8	78,5	6.066	4
Divina Pastora	SE	0,1	21,7	30,7	0,3	24,5	2,3	17,5	2,8	86,7	3.266	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Divino	MG	2,1	12,1	17,2	0,1	51,7	2,0	13,7	0,8	82,6	18.420	4
Divino Laranjeiras	MG	1,0	13,4	28,6	0,0	23,8	0,5	25,5	5,6	83,9	4.965	3
Divino S. Lourenço	ES	0,8	6,1	14,1	0,0	54,4	0,1	22,0	2,5	91,6	4.817	4
Divinolândia	SP	9,2	14,5	24,2	0,0	38,0	0,1	10,9	2,6	68,7	12.016	3
Divinolândia Minas	MG	3,1	11,0	32,6	0,0	13,4	0,6	25,2	11,3	88,0	6.434	3
Divinésia	MG	2,3	12,6	20,9	0,7	39,2	1,1	17,6	1,6	81,5	3.188	3
Divinópolis	MG	4,7	28,7	45,1	0,1	2,6	0,2	15,2	2,4	53,8	183.962	1
Divinópolis Goiás	GO	0,3	15,4	34,0	0,0	21,4	17,2	9,4	1,7	87,1	5.172	4
Divinópolis TO	TO	0,4	15,0	21,2	0,0	39,0	1,1	9,0	9,3	77,0	5.776	4
Divisa Alegre	MG	1,0	15,0	38,8	0,0	18,0	1,1	14,0	10,4	92,0	4.815	4
Divisa Nova	MG	1,0	10,8	20,7	0,0	56,3	0,1	9,3	1,0	70,7	5.539	3
Divisópolis	MG	1,1	12,3	18,7	0,0	42,7	4,5	13,9	5,1	92,2	6.480	4
Dobrada	SP	0,1	15,5	32,5	0,0	34,0	0,2	12,7	3,9	66,6	7.007	2
Dois Córregos	SP	4,8	15,9	37,1	0,0	23,3	0,2	14,5	2,0	53,0	22.522	1
Dois Irmãos	RS	5,8	23,8	57,3	0,0	1,9	0,1	9,4	1,0	42,3	22.435	2
Dois Irmãos Missões	RS	0,0	20,8	12,5	0,0	35,5	8,4	15,6	6,6	85,6	2.365	5
Dois Irmãos Buriti	MS	1,5	14,6	19,3	0,3	38,8	2,1	11,5	11,5	86,5	9.335	4
Dois Irmãos TO	TO	0,6	9,9	20,1	0,0	43,3	10,1	13,5	1,7	85,9	7.269	4
Dois Lajeados	RS	4,5	11,6	23,2	0,6	44,1	2,8	12,0	0,0	49,3	3.224	4
Dois Riachos	AL	1,4	8,8	16,0	0,0	39,0	16,7	15,8	1,9	82,6	11.066	5
Dois Vizinhos	PR	4,1	16,6	40,9	0,1	24,5	1,4	9,9	1,7	64,7	31.986	1
Dolcinópolis	SP	0,6	17,2	32,3	0,0	28,1	0,0	17,9	3,9	77,3	2.152	3
Dom Aquino	MT	2,6	14,3	24,1	0,0	31,3	2,2	15,5	6,5	71,2	8.418	3
Dom Basílio	BA	0,9	10,0	19,8	0,9	41,6	5,7	17,9	3,0	72,3	10.427	4
Dom Bosco	MG	1,2	7,6	20,8	0,0	47,6	2,6	13,3	6,5	88,8	4.055	4
Dom Cavati	MG	5,0	17,4	31,8	0,0	15,9	1,7	22,7	5,5	77,0	5.473	3
Dom Eliseu	PA	2,1	15,1	40,8	0,2	25,4	0,7	6,7	8,2	79,0	39.529	3
Dom Expedito Lopes	PI	2,0	21,0	20,0	0,0	7,6	19,7	21,1	6,7	77,8	5.954	5
Dom Feliciano	RS	9,6	6,8	11,6	0,0	56,6	1,2	13,3	0,7	76,2	13.297	5
Dom Inocêncio	PI	1,3	4,6	18,2	0,0	47,0	6,9	20,2	1,6	85,6	8.909	5
Dom Joaquim	MG	1,9	13,5	23,3	0,0	19,5	12,9	20,5	3,2	87,0	4.698	5
Dom Macedo Costa	BA	2,4	7,0	23,2	0,0	39,3	3,1	22,1	3,0	75,7	3.748	3
Dom Pedrito	RS	3,5	22,4	34,8	0,1	14,1	0,5	20,5	3,4	73,7	40.410	1
Dom Pedro	MA	3,0	14,2	33,3	0,0	30,7	3,2	13,9	1,4	70,8	21.956	3
Dom Pedro Alcântara	RS	2,1	11,6	26,0	0,6	42,9	5,1	10,9	0,6	79,5	2.636	5
Dom Silvério	MG	2,3	12,2	34,8	0,0	22,2	0,4	25,5	2,7	82,5	5.228	3
Dom Viçoso	MG	0,7	11,9	23,7	0,0	42,7	1,3	17,0	1,9	83,2	3.133	3
Domingos Martins	ES	3,6	7,8	21,4	0,0	57,2	2,4	6,4	0,6	73,9	30.559	5
Domingos Mourão	PI	1,9	7,3	22,5	0,0	6,9	25,6	26,6	8,8	93,0	4.284	5
Dona Emma	SC	1,3	11,2	35,3	0,4	38,7	3,2	7,7	1,6	72,9	3.309	3
Dona Eusébia	MG	2,4	13,5	38,3	0,2	21,9	0,0	16,8	1,8	78,5	5.362	3
Dona Francisca	RS	1,0	16,3	25,8	0,6	38,8	0,4	16,0	0,7	68,7	3.902	4

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Dona Inês	PB	1,1	9,7	25,1	0,0	15,2	30,4	15,1	3,4	84,7	10.227	6
Dores Campos	MG	4,4	17,7	49,2	0,0	4,9	1,7	20,8	0,7	77,7	8.349	2
Dores Guanhães	MG	2,3	15,8	28,0	0,5	21,3	5,5	24,6	2,0	88,7	5.380	4
Dores Indaiá	MG	4,4	14,7	36,9	0,0	22,4	0,0	17,7	3,3	71,4	14.388	3
Dores Rio Preto	ES	2,5	8,2	15,6	0,0	57,6	0,6	13,5	2,0	70,8	6.188	4
Dores Turvo	MG	2,4	7,6	17,1	0,0	30,4	3,2	25,6	4,9	85,6	5.103	4
Doresópolis	MG	2,2	12,4	24,6	0,0	46,8	0,0	8,3	5,8	79,4	1.350	3
Dormentes	PE	0,6	6,0	15,4	0,0	56,0	6,3	14,1	1,5	85,4	14.411	5
Douradina	MS	1,7	12,7	27,3	0,0	38,7	0,6	14,9	4,1	79,0	4.732	3
Douradina	PR	3,4	18,5	32,5	0,0	29,5	0,1	12,8	3,0	73,9	6.160	3
Dourado	SP	3,7	17,5	35,5	0,1	27,8	0,0	13,1	2,1	62,3	8.606	2
Douradoquara	MG	3,9	24,4	36,5	0,0	21,7	0,1	10,2	3,1	69,9	1.785	2
Dourados	MS	5,1	26,6	42,1	0,1	9,6	0,6	11,4	3,7	58,7	164.949	1
Dr Camargo	PR	1,9	21,0	26,6	0,1	24,9	0,9	21,2	3,3	69,4	5.777	1
Dr Mauricio Cardoso	RS	3,0	12,5	19,2	0,0	49,3	2,7	12,3	0,6	70,8	6.329	4
Dr Pedrinho	SC	7,3	8,1	55,3	0,0	15,4	2,8	8,9	1,8	54,2	3.082	2
Dr Ricardo	RS	1,9	7,9	15,9	0,4	65,3	3,8	3,3	0,4	64,7	2.128	5
Dr Severiano	RN	0,9	12,5	13,8	0,0	4,0	40,1	24,3	4,5	86,8	6.552	6
Dr Ulysses	PR	3,1	8,6	11,3	0,0	53,8	15,9	3,9	1,1	93,5	6.003	6
Doverlândia	GO	3,7	12,7	24,9	0,0	39,9	0,1	8,8	7,8	72,3	8.558	3
Dracena	SP	5,8	27,7	39,3	0,1	4,8	0,4	18,0	3,8	58,3	40.500	1
Duartina	SP	2,0	17,2	41,1	0,0	17,5	0,1	18,8	2,0	65,8	12.475	2
Duas Barras	RJ	1,5	15,8	36,2	0,1	30,8	0,8	12,8	1,6	75,8	10.334	3
Duas Estradas	PB	0,0	8,9	30,0	0,0	14,7	10,7	30,9	4,8	78,8	3.818	3
Dueré	TO	4,0	14,0	21,9	0,0	45,4	0,4	12,2	1,6	82,7	4.565	3
Dumont	SP	11,4	17,9	42,4	0,0	16,3	0,1	8,4	2,6	47,5	6.307	1
Duque Bacelar	MA	0,0	14,9	16,4	0,1	50,6	5,2	11,7	0,9	86,5	9.413	5
Duque Caxias	RJ	1,5	23,6	50,6	0,1	0,3	0,1	16,2	7,5	69,1	775.456	2
Durandé	MG	3,6	7,3	8,4	0,0	64,1	1,3	12,5	2,1	80,8	7.005	4
Dário Meira	BA	1,8	8,9	16,9	0,0	47,4	0,6	15,1	9,1	89,3	15.983	4
Echaporã	SP	2,7	17,2	33,4	0,0	32,3	0,0	11,4	2,8	71,8	6.827	2
Ecoporanga	ES	2,7	12,1	26,0	0,3	34,4	4,6	15,8	3,9	85,2	23.979	4
Edealina	GO	3,6	9,4	30,2	0,0	42,8	0,0	11,7	2,4	68,8	3.803	3
Edéia	GO	9,5	12,2	26,3	0,1	37,3	0,4	10,5	2,2	64,1	10.223	1
Eirunepé	AM	0,5	17,9	22,9	0,0	24,9	6,1	12,2	12,2	89,6	26.074	5
Eldorado	MS	4,5	17,0	33,1	0,1	27,3	2,2	10,4	5,3	74,4	11.059	3
Eldorado	SP	3,3	16,1	24,5	0,0	32,7	1,4	15,4	5,3	78,9	14.134	4
Eldorado Sul	RS	1,7	23,6	51,2	0,2	5,5	1,0	13,3	3,4	66,4	27.268	2
Eldorado Carajás	PA	1,6	13,1	22,9	0,0	25,9	21,5	5,9	7,2	81,1	29.608	5
Elesbão Veloso	PI	1,1	14,0	23,5	0,0	18,6	17,7	21,3	3,7	80,4	15.002	4
Elias Fausto	SP	1,8	12,3	43,2	0,0	29,4	0,0	8,7	3,3	68,8	13.888	2
Eliseu Martins	PI	1,8	18,4	24,6	0,0	20,7	5,5	27,3	1,0	80,9	4.188	4

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Elisiário	SP	1,5	13,0	39,4	0,0	29,9	0,9	13,8	1,5	73,7	2.577	2
Elísio Medrado	BA	0,6	10,2	22,5	0,8	36,7	8,1	19,8	1,2	73,9	7.860	3
Elói Mendes	MG	2,7	16,1	35,4	0,0	30,1	0,5	12,2	1,1	67,8	21.947	2
Emas	PB	0,0	16,4	27,1	0,0	18,0	13,3	19,3	5,9	91,2	3.061	5
Embaúba	SP	3,0	14,0	30,4	0,7	25,4	0,8	16,2	9,6	78,4	2.478	3
Embu	SP	1,4	27,3	53,6	0,1	0,6	0,2	8,5	7,0	61,5	207.663	2
Embu-Guaçu	SP	2,0	25,5	51,8	0,1	1,3	0,2	10,8	7,0	59,4	56.916	2
Emilianópolis	SP	1,4	9,4	24,9	0,0	45,8	0,0	16,3	0,8	81,0	2.893	3
Encantado	RS	5,3	20,0	48,9	0,0	8,8	1,1	13,7	1,5	51,9	18.528	2
Encanto	RN	0,0	14,4	19,1	0,4	15,2	19,6	24,1	6,5	80,9	4.798	5
Encruzilhada	BA	0,4	8,4	14,1	0,0	58,4	1,3	13,9	2,8	82,3	32.924	3
Encruzilhada Sul	RS	2,3	13,5	28,3	0,1	30,3	2,7	19,1	3,1	78,5	23.902	3
Eng. Beltrão	PR	5,8	16,5	34,4	0,0	25,9	1,3	14,0	2,0	70,5	14.082	3
Eng. Caldas	MG	0,2	14,1	33,8	0,1	19,0	2,2	24,6	5,6	87,6	9.347	3
Eng. Coelho	SP	3,5	14,1	44,5	0,9	24,2	0,0	9,4	2,6	59,2	10.033	2
Eng. Navarro	MG	0,9	10,8	26,7	0,0	31,0	1,2	22,4	6,5	90,9	7.085	3
Eng. Paulo Frontin	RJ	1,5	17,4	51,7	0,0	2,2	0,0	22,9	2,8	69,0	12.164	2
Engenho Velho	RS	0,6	9,2	6,1	0,0	51,7	9,8	21,7	0,6	77,4	2.134	5
Entre Folhas	MG	0,0	11,4	14,4	0,0	49,6	0,9	20,1	2,7	84,2	5.054	4
Entre Rios	BA	1,9	14,7	37,3	0,3	20,8	3,3	16,9	3,8	77,3	37.513	3
Entre Rios	SC	0,0	11,1	21,8	0,0	26,3	22,8	10,2	7,8	92,2	2.788	6
Entre Rios Minas	MG	3,5	16,3	34,7	0,1	17,6	3,5	20,6	3,0	80,8	13.114	3
Entre Rios Oeste	PR	5,2	13,6	34,4	0,0	35,2	0,0	9,5	2,1	52,3	3.328	1
Entre Rios Sul	RS	2,3	16,2	25,7	1,0	30,4	2,6	16,7	3,8	79,8	3.491	4
Entre-Ijuís	RS	1,0	13,3	24,7	0,0	38,8	3,6	16,4	1,6	80,7	9.702	4
Envira	AM	0,0	10,7	11,4	0,0	21,2	4,1	21,2	30,2	94,5	19.060	5
Enéas Marques	PR	2,3	9,3	28,3	0,0	46,9	1,3	10,0	1,5	70,8	6.382	4
Epitaciolândia	AC	1,9	17,4	34,0	0,0	31,4	0,8	12,0	1,8	76,1	11.028	3
Equador	RN	1,2	16,8	44,7	0,0	10,6	10,0	12,3	2,7	75,9	5.664	3
Erebango	RS	4,4	12,5	24,5	0,0	35,0	6,3	15,7	1,6	79,9	3.023	4
Erechim	RS	4,6	25,8	45,5	0,2	6,8	0,3	14,3	2,2	53,0	90.347	2
Ererê	CE	0,7	10,1	17,0	0,0	27,2	17,1	20,1	5,2	75,8	6.302	5
Ermo	SC	3,0	11,3	29,4	0,0	45,5	0,9	7,7	0,7	72,2	2.057	3
Ernestina	RS	3,2	12,8	25,9	0,2	39,4	2,0	14,4	0,4	67,8	3.941	4
Erval Grande	RS	0,8	11,2	14,1	0,0	52,7	4,3	15,4	1,3	84,5	5.647	5
Erval Seco	RS	3,3	11,2	14,4	0,0	46,6	2,8	19,8	1,9	85,2	9.177	5
Erval Velho	SC	2,7	15,6	30,0	0,3	29,3	0,0	19,6	2,2	65,5	4.269	1
Ervália	MG	4,5	10,0	17,2	0,2	39,5	3,1	16,9	7,8	84,1	17.252	5
Escada	PE	1,1	13,8	32,0	0,0	16,0	0,4	26,0	10,1	77,6	57.341	2
Esmeralda	RS	0,8	8,4	21,5	0,0	34,4	4,0	25,1	5,0	80,3	5.521	4
Esmeraldas	MG	0,9	14,9	55,4	0,0	9,5	0,1	12,5	5,9	83,3	47.090	2
Espera Feliz	MG	3,2	13,3	23,4	0,0	45,8	1,8	10,4	1,9	78,4	20.528	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Esperantina	PI	0,6	13,7	34,0	0,1	29,8	1,5	18,0	1,6	82,5	34.094	3
Esperantina	TO	0,6	16,2	17,5	0,0	18,3	26,7	7,6	11,1	96,1	7.623	6
Esperantinópolis	MA	0,8	15,1	15,2	0,1	41,0	6,6	16,4	4,1	84,3	21.224	5
Esperança	PB	2,9	17,3	33,6	0,1	9,1	14,1	18,6	3,8	76,2	28.166	3
Esperança Nova	PR	0,8	13,3	19,2	0,0	52,5	4,5	9,3	0,4	77,3	2.308	4
Esperança Sul	RS	0,0	7,5	4,7	0,0	73,3	10,7	3,7	0,0	91,3	3.755	6
Espigão Alto Iguaçu	PR	0,0	12,1	16,2	0,0	50,4	0,2	19,9	0,5	89,9	5.388	5
Espigão D'Oeste	RO	2,4	15,0	29,7	0,0	25,4	8,8	10,0	5,6	66,0	25.688	4
Espinosa	MG	1,3	11,7	27,0	0,1	29,5	1,1	21,6	6,0	89,3	30.978	4
Esplanada	BA	1,1	13,5	29,9	0,1	18,4	7,3	16,7	11,7	82,0	27.230	3
Espumoso	RS	7,3	17,3	28,1	0,0	23,8	3,0	16,8	3,1	66,8	16.185	4
Espírito S.	RN	0,6	11,8	19,6	0,0	18,8	9,3	23,4	13,5	85,5	10.715	4
Espírito S. Dourado	MG	2,0	11,5	26,0	0,0	46,9	3,0	9,2	0,2	70,5	4.162	3
Espírito S. Pinhal	SP	4,3	26,4	39,2	0,0	14,7	0,0	12,8	2,4	47,1	40.480	2
Espírito S. Turvo	SP	1,4	14,4	49,4	0,0	26,0	0,0	8,4	0,4	71,0	3.677	2
Estação	RS	2,7	16,1	46,1	0,0	15,9	0,3	17,8	1,0	69,9	6.228	2
Esteio	RS	3,7	30,6	44,8	0,2	0,2	0,0	16,4	3,6	48,7	80.048	1
Estiva	MG	2,9	12,1	22,0	0,0	48,2	0,3	8,2	1,6	67,6	10.366	4
Estiva Gerbi	SP	2,4	16,4	53,5	0,0	13,3	0,0	11,7	1,6	59,4	8.856	2
Estreito	MA	3,2	16,3	36,6	0,1	16,5	7,3	13,9	5,6	72,2	22.930	3
Estrela	RS	3,7	22,7	46,2	0,1	9,0	0,8	16,6	0,9	51,8	27.401	2
Estrela Dalva	MG	2,7	19,2	29,9	0,0	31,6	0,0	14,2	1,7	83,9	2.674	3
Estrela Velha	RS	2,0	6,6	16,3	0,0	63,4	2,2	9,2	0,3	83,3	3.691	6
Estrela d'Oeste	SP	5,4	19,7	39,0	0,1	20,3	0,1	13,9	1,4	61,4	8.256	2
Estrela Alagoas	AL	0,0	5,1	14,6	0,0	9,1	40,8	19,1	10,0	87,2	16.341	6
Estrela Indaiá	MG	4,0	12,5	23,0	0,0	42,7	0,0	14,3	1,9	81,3	3.597	3
Estrela Norte	GO	3,1	22,5	30,2	0,0	17,0	0,0	17,9	7,6	67,5	3.398	1
Estrela Norte	SP	1,1	18,3	28,6	0,0	35,7	0,0	10,0	3,9	75,6	2.625	3
Estrela Sul	MG	0,0	15,9	24,9	0,0	33,4	1,8	13,9	7,0	77,6	6.883	3
Estância	SE	1,7	20,0	37,2	0,1	12,1	0,7	20,8	6,1	75,2	59.002	2
Estância Velha	RS	5,2	23,6	54,2	0,2	1,6	0,2	12,8	1,7	50,3	35.132	2
Euclides Cunha	BA	2,2	10,9	22,4	0,0	25,2	12,3	21,4	4,9	81,3	53.885	4
Euclides Cunha Pta	SP	1,6	14,3	26,1	0,0	34,0	1,3	13,3	6,6	84,3	10.214	4
Eugenópolis	MG	3,9	12,9	26,8	0,0	28,5	8,7	15,0	2,9	76,6	9.766	4
Eugênio Castro	RS	3,2	14,5	16,1	0,0	34,1	1,8	23,3	3,3	78,5	3.313	4
Eunápolis	BA	4,9	22,5	41,1	0,1	9,5	0,3	11,7	9,1	59,6	84.120	1
Eusébio	CE	1,1	14,6	47,9	0,0	4,1	0,0	13,9	17,0	87,1	31.500	3
Ewbank Câmara	MG	3,2	12,0	55,1	0,0	7,6	0,0	20,1	1,4	81,5	3.608	2
Extrema	MG	2,8	18,1	55,4	0,1	7,1	0,5	12,1	2,4	56,9	19.219	2
Extremoz	RN	1,4	17,6	38,9	0,2	15,3	0,6	21,3	4,3	75,9	19.572	3
Exu	PE	1,4	10,2	22,1	0,3	26,2	13,9	18,1	7,4	87,2	32.423	5
Fagundes	PB	0,2	10,4	19,3	0,3	11,2	29,2	23,8	5,6	83,8	11.892	5

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Fagundes Varela	RS	0,8	15,6	36,6	0,0	36,0	3,6	6,3	0,0	41,2	2.471	1
Faina	GO	3,1	22,3	20,6	0,0	32,4	0,7	11,9	3,6	79,3	7.419	3
Fama	MG	2,2	13,0	33,0	0,0	36,6	1,4	12,0	1,8	72,2	2.353	3
Faria Lemos	MG	0,6	13,4	28,1	0,0	40,7	0,4	15,0	1,8	76,0	3.606	3
Farias Brito	CE	0,5	9,9	21,1	0,3	40,4	9,1	16,8	1,3	81,7	20.315	5
Faro	PA	0,1	13,7	21,1	0,1	31,7	10,1	17,5	5,1	91,0	10.037	5
Farol	PR	1,2	13,0	34,1	0,0	31,0	1,6	12,3	6,9	86,0	3.963	4
Farroupilha	RS	6,4	21,7	49,2	0,0	11,0	0,4	9,2	1,3	42,5	55.308	1
Fartura	SP	5,4	17,2	32,7	0,0	27,6	0,2	13,8	2,1	70,0	15.010	1
Fartura Piauí	PI	1,1	6,1	15,3	0,0	42,2	9,7	20,0	3,7	80,3	4.685	5
Faxinal	PR	6,7	19,9	36,1	0,0	17,4	1,1	15,0	3,5	76,4	15.608	1
Faxinal Soturno	RS	4,0	19,7	39,9	0,0	19,2	4,0	11,9	0,8	66,3	6.841	1
Faxinal Guedes	SC	4,4	11,1	44,8	0,0	27,5	1,9	8,2	1,7	67,6	10.767	3
Faxinalzinho	RS	2,7	15,0	10,1	0,0	51,5	3,3	13,4	4,0	77,8	2.923	5
Fazenda Nova	GO	2,9	14,3	25,1	0,0	42,0	0,0	12,3	3,0	72,4	7.093	3
Fazenda Rio Grande	PR	1,5	20,4	62,0	0,1	1,2	0,1	9,2	5,0	71,6	62.877	2
Fazenda Vilanova	RS	3,1	9,8	40,8	0,0	25,5	0,2	18,3	1,8	72,8	2.833	3
Feijó	AC	0,8	10,1	13,2	0,1	30,5	11,9	17,8	11,3	90,7	27.078	6
Feira Grande	AL	1,0	8,3	11,4	0,0	54,4	9,8	11,4	3,8	85,8	21.270	5
Feira Nova	PE	0,8	10,7	34,4	0,1	24,0	6,5	18,6	4,5	79,0	18.857	3
Feira Nova	SE	0,5	17,3	23,1	0,0	31,2	5,5	14,5	7,4	85,6	5.068	3
Feira Nova MA	MA	0,0	11,0	7,2	0,0	47,9	8,7	12,9	0,9	88,1	7.543	5
Feira Mata	BA	0,1	7,6	13,7	0,0	43,6	5,0	16,8	12,3	83,6	6.235	5
Feira S.na	BA	4,3	26,0	44,5	0,1	3,3	2,0	13,6	5,7	56,2	480.949	1
Felipe Guerra	RN	0,8	16,8	25,2	0,0	10,9	4,4	28,3	13,0	78,8	5.534	3
Felisburgo	MG	2,0	12,1	27,8	0,3	22,3	3,7	30,2	1,3	90,4	6.289	4
Felixlândia	MG	2,1	16,3	32,4	0,1	24,5	0,0	17,0	5,6	82,9	12.784	3
Feliz	RS	3,4	18,2	50,5	0,1	12,6	1,2	13,2	0,2	49,6	11.316	2
Feliz Deserto	AL	0,6	10,6	22,1	0,0	46,4	2,0	16,6	1,2	83,9	3.836	3
Feliz Natal	MT	4,5	11,3	56,4	0,0	17,4	0,9	3,7	4,0	48,2	6.769	2
Felício S.s	MG	0,8	8,8	26,0	0,0	15,8	20,4	13,6	10,0	93,0	5.729	5
Fernandes Pinheiro	PR	1,3	8,3	26,4	0,0	24,7	5,1	26,5	7,7	87,1	6.368	4
Fernandes Tourinho	MG	0,1	14,6	20,8	0,0	21,5	2,3	24,6	14,5	90,7	2.563	4
Fernando Falcão	MA	1,0	11,5	10,9	0,0	56,6	4,0	15,0	1,0	90,5	4.823	5
Fernando Pedroza	RN	1,5	14,7	28,1	1,7	18,4	1,5	24,1	8,9	77,4	2.650	3
Fernando Prestes	SP	3,7	14,0	32,7	0,1	35,0	1,4	11,4	1,7	64,8	5.434	3
Fernando Noronha	PE	9,9	33,1	44,8	0,0	6,1	0,0	5,3	0,9	6,8	2.051	1
Fernandópolis	SP	4,8	28,3	42,3	0,1	7,0	0,0	14,5	2,5	53,0	61.647	1
Fernão	SP	6,7	11,2	22,3	0,0	40,5	3,4	13,5	2,5	67,5	1.432	3
Ferraz Vasconcelos	SP	1,0	25,1	55,5	0,1	0,4	0,0	11,1	6,4	66,0	142.377	2
Ferreira Gomes	AP	0,0	31,7	36,3	0,0	10,1	0,0	8,8	10,5	76,0	3.562	3
Ferreiros	PE	0,4	13,0	23,2	0,0	21,0	6,3	23,3	10,6	81,0	10.727	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Ferros	MG	1,6	8,8	20,8	0,0	27,5	8,6	25,1	4,7	90,5	12.331	4
Fervedouro	MG	1,8	9,5	14,6	0,0	50,1	0,6	18,2	5,0	87,9	9.671	4
Figueira	PR	2,9	16,8	30,8	0,0	22,1	1,7	20,3	4,5	78,3	9.038	3
Figueirópolis	TO	7,7	16,2	28,5	0,0	32,7	0,7	8,5	4,7	77,3	5.562	3
Figueirópolis D'Oeste	MT	2,3	21,7	22,7	0,0	41,7	0,3	7,2	2,0	63,3	4.315	4
Filadélfia	BA	0,6	8,7	19,2	0,1	30,3	10,9	22,8	7,3	89,0	17.411	5
Filadélfia	TO	0,7	12,9	21,7	0,0	40,1	0,0	18,7	5,7	85,6	8.218	4
Firmino Alves	BA	2,5	17,1	23,2	1,1	27,3	0,0	22,4	6,4	76,9	5.170	3
Firminópolis	GO	2,0	18,2	31,1	0,1	23,8	0,2	21,0	2,4	70,6	9.909	1
Flexeiras	AL	0,2	13,2	25,2	0,0	33,3	0,6	15,3	12,2	87,1	11.979	3
Flor Serra Sul	PR	2,4	8,3	16,4	0,0	59,8	2,6	8,5	1,3	82,5	5.059	5
Flor Sertão	SC	1,5	4,2	8,5	0,0	71,0	6,0	8,0	0,7	75,3	1.612	6
Flora Rica	SP	1,3	17,2	34,7	0,9	31,1	2,0	11,6	1,2	71,4	2.177	3
Floraí	PR	4,1	16,6	30,5	0,1	34,4	0,0	13,6	0,7	66,1	5.285	3
Floreal	SP	5,9	15,2	40,0	0,0	24,1	0,0	13,5	1,3	57,5	3.223	1
Flores	PE	1,7	8,6	15,7	0,0	32,4	14,1	25,5	1,6	82,3	20.823	5
Flores Cunha	RS	10,6	15,4	47,0	0,0	19,9	0,8	5,7	0,4	33,4	23.678	1
Flores Goiás	GO	0,0	9,5	28,2	0,1	28,9	10,9	11,9	8,8	87,7	7.514	5
Flores Piauí	PI	5,5	8,4	13,6	0,0	43,4	8,8	18,6	1,7	86,9	4.372	5
Floresta	PE	0,4	18,8	24,9	0,0	16,2	11,7	18,2	8,4	75,3	24.729	4
Floresta	PR	1,7	17,1	42,3	0,0	24,6	0,0	12,1	1,7	66,7	5.122	2
Floresta Azul	BA	0,8	16,6	23,1	0,1	33,2	0,5	17,0	8,4	81,3	11.614	3
Floresta Araguaia	PA	1,6	10,5	21,8	0,3	38,5	12,9	8,0	4,6	83,2	14.284	5
Floresta Piauí	PI	0,5	10,8	18,4	0,0	32,5	12,0	23,7	0,7	88,3	2.416	5
Florestal	MG	1,1	15,6	33,1	0,0	26,8	1,0	18,2	4,3	67,8	5.647	2
Florestópolis	PR	0,5	14,4	35,8	0,0	32,7	0,2	10,7	5,5	79,5	12.190	3
Floriano	PI	2,9	24,5	40,7	0,1	10,5	1,7	15,6	3,1	63,3	54.591	1
Floriano Peixoto	RS	0,7	4,8	7,4	0,4	62,8	4,0	18,4	0,0	83,7	2.361	6
Florianópolis	SC	5,2	42,7	30,2	0,2	0,9	0,0	17,6	2,3	32,2	342.315	1
Florânia	RN	1,0	15,4	28,2	0,1	17,8	8,7	20,8	6,8	72,7	8.978	3
Florínia	SP	0,0	17,3	23,1	0,0	34,3	0,3	17,8	6,7	74,4	3.127	3
Flórida	PR	8,1	17,8	32,4	0,0	29,2	0,0	12,3	0,2	72,1	2.434	1
Flórida Pta	SP	2,3	12,8	30,9	0,0	33,4	0,7	16,5	3,2	73,3	11.106	3
Fonte Boa	AM	0,3	8,1	11,3	0,0	37,3	31,1	8,7	2,7	92,8	33.045	6
Fontoura Xavier	RS	1,1	10,2	22,7	0,0	39,4	6,6	15,8	3,7	83,0	11.473	5
Formiga	MG	4,8	22,6	41,2	0,2	11,0	0,4	17,0	2,2	68,4	62.907	1
Formigueiro	RS	3,3	16,3	21,9	0,5	27,9	1,3	24,3	4,4	80,7	7.598	3
Formosa	GO	3,1	22,4	40,9	0,1	11,3	0,3	11,0	9,3	66,5	78.651	1
Formosa Serra Negra	MA	0,0	5,0	12,4	0,0	11,7	31,7	17,1	21,4	90,9	13.781	6
Formosa Oeste	PR	3,7	14,4	23,4	0,2	40,6	0,9	13,9	2,7	76,7	8.755	4
Formosa Rio Preto	BA	1,4	11,8	29,3	0,0	15,5	14,8	14,5	12,7	83,4	18.288	5
Formosa Sul	SC	1,3	7,8	20,5	0,0	54,8	9,3	5,6	0,3	69,9	2.725	6

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Formoso	GO	3,8	15,4	25,0	0,6	22,7	4,5	16,1	9,5	76,8	5.589	3
Formoso	MG	1,4	14,2	25,1	0,2	24,6	9,5	14,6	10,3	89,5	6.522	5
Formoso Araguaia	TO	5,3	16,9	26,9	0,0	33,7	0,7	12,0	2,5	72,2	18.817	3
Forquilha	CE	1,7	13,5	38,0	0,0	14,1	8,2	18,3	5,5	78,4	17.488	3
Forquilha	SC	4,5	15,8	49,9	0,0	11,9	0,3	15,0	2,4	56,4	18.348	2
Fortaleza	CE	2,7	31,7	43,1	0,1	0,6	0,1	15,2	5,4	60,6	2.141.402	1
Fortaleza Minas	MG	1,3	13,2	34,2	0,5	32,7	2,1	13,7	0,5	75,1	3.866	2
Fortaleza Tabocão	TO	1,6	11,8	32,5	0,0	34,5	3,4	7,5	8,6	82,4	2.242	3
Fortaleza Nogueiras	MA	1,3	14,0	24,0	0,1	10,6	27,7	16,3	5,6	83,4	11.301	5
Fortaleza Valos	RS	3,4	16,8	23,5	0,0	41,4	0,0	11,8	2,3	62,7	5.079	4
Fortim	CE	0,9	11,6	24,7	0,0	33,2	2,2	20,5	6,4	81,0	12.066	4
Fortuna	MA	2,2	12,3	29,9	0,0	11,1	26,9	16,0	1,5	81,2	14.596	5
Fortuna Minas	MG	1,1	6,7	42,4	0,0	30,7	2,2	14,1	0,6	87,5	2.437	3
Foz Iguaçu	PR	5,5	29,7	50,2	0,1	1,5	0,1	8,1	4,5	60,2	258.543	1
Foz Jordão	PR	2,3	10,2	43,2	0,0	17,6	0,5	14,2	10,9	85,5	6.378	3
Fraiburgo	SC	3,8	19,2	34,6	0,0	28,0	0,2	10,1	2,9	70,4	32.948	3
Franca	SP	5,5	27,5	52,0	0,1	2,8	0,1	9,9	1,5	49,8	287.737	2
Francinópolis	PI	0,0	17,2	12,1	0,0	3,2	30,6	20,8	16,1	86,5	5.254	6
Francisco Alves	PR	2,5	13,7	25,1	0,0	41,3	0,5	16,1	0,8	82,1	6.956	4
Francisco Ayres	PI	0,0	13,3	23,1	0,0	18,8	7,9	28,4	6,1	81,9	5.236	4
Francisco Badaró	MG	0,6	10,5	17,6	0,4	28,8	11,2	27,0	3,5	92,7	10.309	5
Francisco Beltrão	PR	4,1	24,4	40,5	0,1	14,4	0,7	12,0	2,7	60,8	67.132	1
Francisco Dantas	RN	0,0	13,7	23,8	0,0	21,6	3,7	22,9	9,9	73,5	3.021	3
Francisco Dumont	MG	1,7	12,2	27,6	0,0	30,1	3,4	20,2	4,0	95,0	4.488	4
Francisco Macedo	PI	0,0	9,3	13,5	0,0	46,6	1,9	16,6	9,5	86,8	2.337	5
Francisco Morato	SP	0,8	21,5	60,0	0,0	0,4	0,1	8,2	8,6	74,4	133.738	2
Francisco S.s	PI	2,9	11,9	25,8	0,0	43,0	2,6	9,8	3,8	71,3	7.043	3
Francisco Sá	MG	1,0	14,1	23,6	0,1	38,9	3,2	16,6	2,3	90,9	23.743	4
Franciscópolis	MG	1,1	6,4	11,4	0,0	50,5	5,7	19,3	5,4	96,7	7.323	5
Franco Rocha	SP	1,7	26,4	48,5	0,2	0,5	0,2	10,5	11,2	63,1	108.122	2
Frecheirinha	CE	1,0	13,3	30,3	0,1	13,4	9,6	23,5	7,2	84,9	11.832	3
Frederico Westphalen	RS	5,8	22,6	38,9	0,1	13,8	2,3	13,1	2,3	63,6	26.759	1
Frei Gaspar	MG	0,8	9,3	16,3	0,0	34,7	8,2	24,0	5,4	95,4	6.103	5
Frei Inocência	MG	2,5	22,8	30,3	0,0	20,4	0,3	18,0	4,7	84,4	8.176	3
Frei Lagonegro	MG	0,3	8,3	14,4	0,0	40,0	16,0	18,9	2,1	96,9	3.191	5
Frei Martinho	PB	3,0	14,2	29,4	0,0	14,8	20,1	17,3	1,2	77,0	2.923	4
Frei Miguelinho	PE	1,3	7,3	25,1	0,1	12,6	17,8	28,0	7,7	77,5	12.978	5
Frei Paulo	SE	1,2	17,6	29,7	0,0	24,2	8,2	11,8	7,1	76,3	11.973	3
Frei Rogério	SC	0,0	6,8	26,9	0,0	41,4	0,5	7,1	0,0	81,5	2.971	5
Fronteira	MG	2,0	19,3	40,6	0,1	17,1	0,2	13,2	3,9	64,1	9.024	2
Fronteira Vales	MG	0,6	8,6	17,1	0,0	32,7	8,5	28,1	3,0	96,5	4.902	5
Fronteiras	PI	1,0	12,5	26,0	0,0	35,3	1,5	22,3	0,9	74,1	10.012	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Fruta Leite	MG	0,0	4,0	16,0	0,2	21,6	15,4	26,2	16,6	96,0	6.777	5
Frutal	MG	4,7	21,1	35,3	0,1	23,2	0,3	11,4	2,6	63,3	46.566	1
Frutuoso Gomes	RN	0,3	15,2	19,5	0,0	15,2	9,4	30,3	10,0	84,7	4.580	4
Fundão	ES	2,6	14,6	41,5	0,4	22,4	0,1	15,0	2,6	70,8	13.009	3
Funilândia	MG	0,5	12,0	31,4	0,0	33,8	1,0	16,2	5,1	83,4	3.281	3
Fátima	BA	3,0	8,7	12,1	0,0	48,5	14,2	12,9	0,8	81,2	18.298	5
Fátima	TO	1,3	14,2	31,0	0,0	11,2	4,1	18,9	16,6	86,2	3.848	4
Fátima Sul	MS	5,8	20,4	34,2	0,1	17,4	0,8	17,0	3,9	68,5	19.111	1
Fênix	PR	2,3	15,4	26,8	0,0	35,8	0,0	14,9	5,0	81,6	4.942	3
Gabriel Mteiro	SP	1,7	16,6	42,3	0,9	23,8	1,1	11,5	0,7	65,3	2.726	2
Gado Bravo	PB	0,4	7,1	13,9	0,0	35,1	16,4	18,3	8,0	90,0	8.521	5
Galiléia	MG	0,9	12,5	32,2	0,0	21,3	0,5	25,1	5,1	84,3	7.241	3
Galinhos	RN	0,0	13,7	31,4	0,0	16,2	17,9	12,1	5,7	82,8	1.767	5
Galvão	SC	2,2	13,7	25,2	0,0	44,0	2,9	8,4	2,3	72,5	4.235	5
Gameleira	PE	1,5	9,7	22,7	0,0	26,4	1,9	27,0	10,3	82,7	24.003	3
Gameleiras	MG	0,0	6,8	14,6	0,0	39,2	8,8	25,5	3,5	97,1	5.263	6
Gandu	BA	3,1	20,9	29,3	0,3	22,5	0,7	14,7	8,2	72,0	27.160	1
Garanhuns	PE	2,4	22,9	37,8	0,0	6,9	4,2	18,9	6,1	62,0	117.749	1
Gararu	SE	0,2	12,5	15,5	0,1	32,4	12,6	16,7	10,0	85,0	11.363	5
Garibaldi	RS	6,6	21,0	45,5	0,3	14,6	1,0	10,3	0,3	37,6	28.337	1
Garopaba	SC	4,3	19,6	45,4	0,4	9,2	2,5	15,4	2,7	67,9	13.164	1
Garrafão Norte	PA	1,5	8,6	14,6	0,4	16,7	4,0	9,3	5,4	88,9	24.221	5
Garruchos	RS	1,2	18,4	24,7	0,0	38,0	0,0	12,1	5,3	89,8	3.675	4
Garuva	SC	2,4	22,4	45,5	0,4	12,2	0,1	11,3	3,9	72,2	11.378	1
Garça	SP	5,7	22,6	35,5	0,1	16,5	0,1	16,6	2,3	59,9	43.162	1
Gaspar	SC	7,2	21,4	55,7	0,1	4,3	0,4	9,1	1,4	42,8	46.414	2
Gastão Vidigal	SP	4,3	17,9	25,4	0,4	38,6	0,0	11,7	1,3	67,3	3.586	3
Gaurama	RS	1,2	15,8	29,2	0,0	39,1	2,4	11,6	0,8	65,6	6.391	4
Gavião	BA	1,7	8,9	23,5	0,0	37,9	3,6	16,2	6,6	81,5	4.792	3
Gavião Peixoto	SP	0,2	15,2	31,8	0,0	41,5	0,0	9,3	2,0	74,1	4.126	3
Gaúcha Norte	MT	2,8	13,2	19,5	1,5	35,5	9,3	3,3	14,9	68,7	4.605	5
Geminiano	PI	1,1	12,6	21,5	0,4	16,1	10,6	22,0	13,6	88,4	4.790	5
General Carneiro	MT	1,8	20,1	11,3	0,0	21,0	5,1	31,6	8,3	80,6	4.349	4
General Carneiro	PR	3,1	11,0	52,2	0,0	15,2	0,5	11,9	2,4	81,3	13.899	2
General Câmara	RS	1,5	20,8	27,0	0,2	19,6	3,5	24,0	3,3	71,0	8.737	3
General Maynard	SE	1,3	11,7	31,7	0,0	5,5	2,7	27,5	15,9	84,1	2.400	2
General Salgado	SP	3,9	19,1	30,4	0,1	21,6	0,1	16,8	6,4	68,2	10.824	1
General Sampaio	CE	0,2	10,3	23,0	0,0	30,5	3,4	21,6	11,0	87,4	4.866	5
Gentil	RS	2,9	7,6	24,8	0,6	44,2	5,1	9,3	0,4	69,7	1.771	4
Gentio Ouro	BA	0,0	9,9	16,7	0,3	7,5	25,0	24,9	13,6	84,6	10.173	6
Getulina	SP	2,2	20,6	26,8	0,0	26,3	0,4	15,7	8,0	70,8	10.370	3
Getúlio Vargas	RS	2,5	17,4	44,5	0,1	13,7	2,2	16,4	2,9	65,1	16.509	1

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Gilbués	PI	3,3	15,7	22,4	0,0	28,8	8,7	17,2	3,8	81,7	10.229	5
Girau Ponciano	AL	0,5	8,4	11,6	0,0	37,7	15,4	18,5	7,6	88,1	29.804	6
Giruí	RS	4,8	19,5	28,7	0,5	22,4	1,5	16,5	4,1	73,7	18.749	4
Glaucilândia	MG	1,1	10,7	28,1	0,0	31,9	4,6	23,0	0,7	87,0	2.767	4
Glicério	SP	1,2	15,3	45,3	0,0	21,3	0,2	11,7	4,6	70,5	4.428	3
Glorinha	RS	4,2	13,4	49,6	0,0	13,3	2,4	14,6	2,0	72,2	5.684	1
Glória	BA	0,6	7,3	21,5	0,0	17,5	21,2	20,6	11,0	80,3	14.559	5
Glória D'Oeste	MT	1,9	18,6	18,6	0,0	39,8	1,0	9,7	7,1	71,2	3.361	4
Glória Dourados	MS	2,6	17,9	27,7	0,0	30,6	0,5	16,1	3,9	68,2	10.035	3
Glória Goitá	PE	1,7	11,7	28,2	0,1	32,1	5,5	16,3	4,1	81,6	27.554	3
Godofredo Viana	MA	0,0	10,0	15,4	0,4	36,5	8,2	12,1	15,0	83,7	6.994	6
Godoy Moreira	PR	0,0	10,4	11,8	0,0	36,9	11,8	17,1	11,4	86,1	3.836	6
Goiabeira	MG	0,0	8,4	28,6	1,8	23,0	0,0	32,5	3,4	86,8	2.715	3
Goiana	PE	2,4	15,8	36,9	0,2	11,6	0,6	21,8	10,0	69,7	71.177	1
GoianDIRA	GO	2,7	24,7	25,8	0,0	21,4	0,1	21,1	4,1	63,1	4.967	1
Goianinha	RN	0,7	15,0	37,3	0,0	7,9	0,1	23,8	13,8	80,4	17.661	3
Goianira	GO	1,6	19,1	54,3	0,3	8,4	0,0	12,0	3,4	66,8	18.719	2
Goianorte	TO	1,3	9,3	13,8	0,0	45,9	6,2	16,5	3,3	84,4	4.839	4
Goianá	MG	2,6	14,9	33,2	0,0	18,8	0,0	28,8	1,5	73,4	3.323	2
Goianápolis	GO	2,7	10,0	23,5	0,2	49,3	0,1	10,6	2,7	80,7	10.671	3
Goianésia	GO	3,6	16,8	38,4	0,0	22,1	0,1	11,5	3,0	69,3	49.160	2
Goianésia Pará	PA	4,3	14,8	37,6	0,0	27,4	5,5	7,2	2,6	75,0	22.685	3
Goiatins	TO	1,3	9,5	14,6	0,3	13,1	15,3	20,1	24,9	92,9	11.036	6
Goiatuba	GO	5,9	21,6	36,9	0,1	19,8	0,3	10,6	3,5	59,7	31.130	1
Goioerê	PR	3,8	22,9	41,9	0,1	11,9	0,4	14,4	4,1	74,0	29.750	1
Goioxim	PR	0,5	8,6	20,0	0,1	49,8	15,8	3,4	0,5	89,2	8.117	6
Goiás	GO	3,9	21,8	30,4	0,2	26,1	1,6	12,3	2,6	68,7	27.120	1
Goiânia	GO	6,6	36,4	40,3	0,1	0,8	0,1	11,8	2,4	38,5	1.093.007	1
Gongogi	BA	0,0	14,5	16,7	0,0	30,5	2,5	19,9	15,9	87,7	10.522	4
Gonzaga	MG	0,9	7,4	32,0	0,0	12,3	4,3	30,4	12,3	91,9	5.713	4
Gonçalves	MG	1,3	9,4	37,0	0,0	31,0	2,5	10,4	1,8	73,5	4.123	3
Gonçalves Dias	MA	0,4	7,0	15,1	0,0	53,8	2,3	19,5	1,6	78,0	16.790	5
Gouveia	MG	2,1	13,5	36,5	0,0	16,0	2,8	21,5	4,5	85,9	12.004	3
Gouvelândia	GO	0,5	14,2	40,5	0,0	29,5	0,3	9,0	3,5	73,0	4.009	2
Gov. Archer	MA	0,3	10,8	16,5	0,1	47,1	1,9	18,7	3,1	84,0	9.100	5
Gov. Celso Ramos	SC	2,4	22,8	42,0	0,0	15,3	0,1	13,6	3,3	64,0	11.598	2
Gov. Dix-Sept Rosado	RN	0,6	13,2	30,2	0,4	13,6	10,2	19,9	10,5	80,8	11.772	3
Gov. Edison Lobão	MA	2,2	12,6	28,5	0,0	24,7	11,7	15,0	4,6	80,3	10.891	4
Gov. Eugênio Barros	MA	0,2	12,6	10,2	0,0	53,2	4,3	16,6	2,8	85,8	14.629	5
Gov. Jorge Teixeira	RO	0,1	5,4	11,3	0,1	64,4	8,3	6,4	2,7	71,1	13.961	6
Gov. Lomanto Júnior	BA	0,7	16,3	18,1	0,0	35,6	0,5	24,0	4,8	83,1	8.602	3
Gov. Luiz Rocha	MA	0,0	11,6	12,9	0,0	61,3	1,2	10,8	2,2	87,0	6.513	5

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Gov. Mangabeira	BA	0,6	14,6	25,1	0,0	23,5	11,0	19,1	5,7	74,5	17.165	4
Gov. Newton Bello	MA	0,0	7,7	11,2	0,0	34,7	28,6	12,1	3,0	92,0	11.804	6
Gov. Nunes Freire	MA	0,3	11,1	26,1	0,0	50,3	1,2	9,1	1,9	85,3	25.921	5
Gov. Valadares	MG	4,6	25,4	42,9	0,2	3,7	0,3	17,7	4,6	64,5	247.131	1
Gracho Cardoso	SE	1,6	15,1	29,8	0,0	31,6	7,0	11,2	3,7	83,1	5.519	3
Grajaú	MA	2,1	13,7	25,7	0,0	32,3	7,5	15,8	2,4	78,8	47.155	4
Gramado	RS	8,6	24,4	51,7	0,0	4,5	0,2	9,4	1,0	48,1	28.593	1
Gramado Xavier	RS	0,0	4,5	7,9	0,0	74,8	2,3	9,7	0,3	76,3	3.666	6
Gramado Loureiros	RS	1,3	9,8	13,5	0,0	56,5	5,6	10,9	1,8	83,9	2.543	6
Grandes Rios	PR	1,7	12,0	22,1	0,4	47,2	1,0	13,8	1,8	84,4	7.868	4
Granito	PE	0,0	9,3	9,0	0,0	18,7	9,2	46,5	7,3	89,9	6.110	5
Granja	CE	1,5	9,3	26,7	0,3	33,3	7,6	17,7	2,9	89,0	48.484	5
Granjeiro	CE	0,4	13,8	15,6	0,0	5,5	18,8	27,7	17,3	87,3	5.295	5
Gravatal	SC	3,1	20,3	47,0	0,1	12,1	1,1	12,7	3,0	64,1	10.799	2
Gravatá	RS	2,7	25,4	51,8	0,1	1,1	0,2	14,5	3,6	57,5	232.629	2
Gravatá	PE	2,5	15,8	36,1	0,1	16,5	1,1	21,1	6,0	67,3	67.273	1
Graça	CE	0,3	8,0	22,3	0,3	16,1	15,3	34,7	2,7	89,3	14.813	5
Graça Aranha	MA	2,7	11,7	15,4	0,0	51,7	1,9	15,3	1,2	85,7	6.080	5
Groaíras	CE	0,0	12,7	33,8	0,0	13,7	15,5	20,8	3,2	76,5	8.741	4
Grossos	RN	0,9	18,2	32,4	0,1	4,1	0,4	26,4	16,3	70,6	8.249	2
Grupiara	MG	0,0	18,8	22,5	0,0	22,5	1,7	17,3	14,2	81,1	1.376	3
Grão Mogol	MG	1,2	11,2	24,3	0,0	28,8	5,0	23,8	4,7	90,2	14.224	4
Grão Pará	SC	2,6	11,7	31,3	0,0	41,4	2,5	8,2	0,5	57,3	5.817	1
Guabiju	RS	0,4	21,6	24,9	0,0	40,1	0,9	10,8	1,5	51,0	1.749	1
Guabiruba	SC	6,4	13,6	63,3	0,0	1,1	0,4	12,4	1,3	42,4	12.976	2
Guadalupe	PI	1,3	18,8	30,2	0,7	10,1	6,5	23,9	7,9	72,3	10.308	3
Guaimbê	SP	2,5	13,6	28,7	0,4	34,3	0,2	16,4	3,3	80,4	5.207	3
Guairaçá	PR	3,2	12,2	21,0	0,0	44,7	1,3	14,0	3,3	85,4	5.898	3
Guaiçara	SP	1,7	16,6	47,3	0,0	15,8	0,6	14,4	2,2	69,9	9.211	2
Guaiúba	CE	0,2	14,8	38,9	0,0	17,2	5,0	19,6	4,1	92,6	19.884	3
Guajará	AM	0,7	9,2	12,9	0,0	19,0	18,9	15,5	23,5	96,0	13.220	6
Guajará-Mirim	RO	2,9	29,0	35,0	0,4	9,4	1,2	12,4	7,9	65,1	38.045	1
Guajeru	BA	0,0	6,7	41,3	0,0	25,1	12,2	13,6	1,1	73,1	12.836	3
Guamaré	RN	0,5	14,2	34,2	0,6	12,2	5,8	24,6	4,0	78,9	8.149	3
Guamiranga	PR	1,0	7,8	19,4	0,0	49,7	2,7	14,9	4,3	88,3	7.150	5
Guanambi	BA	3,7	19,4	34,5	0,1	14,3	5,8	15,4	6,5	69,1	71.728	1
Guanhães	MG	3,9	16,9	38,0	0,0	16,6	1,4	19,1	4,0	79,6	27.828	3
Guapiara	SP	1,9	12,1	26,0	0,3	26,7	4,5	18,2	9,6	86,3	19.726	4
Guapiaçu	SP	3,4	17,5	51,2	0,0	14,0	0,1	10,2	2,1	55,7	14.086	2
Guapimirim	RJ	3,1	15,7	55,7	0,2	3,0	0,0	16,0	5,0	73,6	37.952	2
Guapirama	PR	1,2	11,1	32,6	0,4	35,4	0,7	14,5	3,6	85,9	4.068	3
Guaporema	PR	0,0	13,7	32,2	0,0	33,3	1,9	15,8	2,5	80,4	2.244	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Guaporé	RS	5,4	21,4	46,1	0,1	9,7	0,6	14,3	1,1	47,9	20.064	1
Guapé	MG	2,6	11,7	26,7	0,0	42,8	0,8	9,9	3,6	78,6	13.620	3
Guapó	GO	1,6	19,0	44,8	0,2	16,4	0,9	11,7	3,9	70,9	13.997	2
Guarabira	PB	2,3	22,6	39,4	0,1	4,1	4,6	20,6	6,0	68,1	51.482	1
Guaraci	PR	2,3	17,1	26,9	0,5	35,9	0,4	14,0	2,7	76,0	4.919	3
Guaraci	SP	3,8	20,0	32,1	0,5	27,1	0,2	12,1	3,7	66,1	8.846	1
Guaraciaba	MG	1,7	8,1	24,1	0,2	25,9	9,7	26,0	4,3	90,7	10.262	5
Guaraciaba	SC	3,1	10,3	23,6	0,1	45,4	3,8	9,9	0,7	71,8	11.038	4
Guaraciaba Norte	CE	3,3	11,1	24,4	0,0	33,3	6,2	19,2	2,0	82,5	35.037	4
Guaraciama	MG	0,3	7,6	17,1	0,4	26,6	7,8	26,2	13,6	91,9	4.469	5
Guaramiranga	CE	1,2	12,7	35,6	0,1	27,1	0,7	17,6	2,4	78,1	5.714	2
Guaramirim	SC	3,8	20,5	52,2	0,2	10,2	0,5	9,9	2,0	49,8	23.794	2
Guarani	MG	1,3	15,2	36,2	0,1	24,7	0,2	19,1	2,5	75,8	8.520	3
Guarani d'Oeste	SP	0,0	15,6	41,6	0,0	22,8	0,0	15,1	4,5	73,8	2.006	2
Guarani Missões	RS	2,3	16,1	27,5	0,0	30,3	3,6	18,1	1,9	80,7	8.990	4
Guarani Goiás	GO	0,4	12,1	25,3	0,4	29,6	13,3	14,0	3,0	92,0	4.678	5
Guaraniaçu	PR	3,8	12,5	24,4	0,1	41,5	2,4	11,1	2,9	77,4	17.201	4
Guarantã	SP	5,2	16,5	29,4	0,4	28,5	0,9	12,4	6,0	77,9	6.323	3
Guarantã Norte	MT	3,2	16,8	38,2	0,0	28,4	0,9	7,0	4,8	64,9	28.200	1
Guaranésia	MG	2,4	16,1	32,9	0,2	36,8	0,0	10,6	0,7	65,8	18.628	2
Guarapari	ES	4,4	20,4	48,0	0,1	7,5	0,1	14,8	4,0	66,9	88.400	1
Guarapuava	PR	4,0	21,3	49,1	0,1	8,7	0,2	11,6	4,5	70,0	155.161	1
Guaraqueçaba	PR	1,1	21,6	18,0	0,1	34,9	3,1	14,4	4,3	90,6	8.288	5
Guararapes	SP	3,7	19,1	40,2	0,1	17,3	0,1	15,9	3,1	63,4	28.843	2
Guararema	SP	4,0	20,1	53,7	0,0	8,2	0,5	10,2	3,0	61,4	21.904	1
Guarará	MG	2,7	15,9	42,7	0,0	15,6	1,9	17,8	3,0	72,0	4.166	1
Guaratinga	BA	0,4	10,7	19,9	0,0	43,5	1,9	14,7	8,6	83,1	24.319	3
Guaratinguetá	SP	3,4	30,0	41,2	0,2	2,4	0,0	18,0	3,8	51,8	104.219	1
Guaratuba	PR	2,1	19,2	46,3	0,1	13,3	0,5	12,2	4,3	67,8	27.257	1
Guaraçai	SP	6,7	16,0	30,1	0,0	32,8	0,4	11,5	2,1	68,5	8.894	3
Guaraí	TO	3,0	25,3	42,7	0,4	8,9	0,5	11,6	3,8	71,5	20.018	1
Guaraíta	GO	1,5	17,6	24,1	0,0	35,7	2,1	16,0	0,4	82,0	2.794	3
Guarda-Mor	MG	2,5	16,7	24,8	0,3	43,1	1,5	8,7	1,5	72,7	6.681	3
Guareí	SP	1,4	16,1	30,0	0,0	32,5	0,1	16,4	2,9	74,9	10.197	3
Guariba	SP	2,6	15,9	35,8	0,3	26,0	0,0	14,3	4,5	65,8	31.085	2
Guaribas	PI	0,0	5,6	10,8	0,0	63,4	3,1	15,0	1,8	95,0	4.814	6
Guarinos	GO	0,0	10,4	19,9	0,0	22,8	0,2	31,8	10,9	81,1	2.844	3
Guarujá	SP	2,3	24,0	53,6	0,1	1,3	0,0	13,1	5,3	55,7	264.812	2
Guarujá Sul	SC	2,8	13,8	31,3	0,0	34,4	2,0	13,9	1,5	72,2	4.696	4
Guarulhos	SP	2,4	29,3	51,0	0,1	0,2	0,0	10,7	6,0	52,5	1.072.717	2
Guará	SP	3,1	17,2	32,1	0,0	27,7	0,0	15,9	3,4	68,5	18.916	3
Guatambú	SC	2,7	8,4	21,3	0,0	54,0	1,2	10,3	1,1	81,2	4.702	4

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Guatapar	SP	0,0	12,3	35,9	0,2	31,7	3,0	11,9	4,9	67,1	6.371	3
Guaxupé	MG	4,6	20,2	40,0	0,0	18,6	0,1	12,5	3,1	59,1	47.036	1
Guaçuí	ES	5,0	16,6	28,5	0,3	29,3	0,6	16,4	2,7	71,7	25.492	3
Guaíba	RS	2,0	25,7	49,9	0,2	2,2	0,3	15,1	3,9	61,2	94.307	2
Guaira	PR	5,0	20,8	39,0	0,0	17,7	0,1	11,9	5,0	71,1	28.659	1
Guaira	SP	6,4	18,9	40,7	0,3	17,8	0,0	11,5	4,0	60,1	34.610	1
Guia Lopes Laguna	MS	2,6	20,1	34,7	0,0	21,8	0,8	13,2	5,0	75,2	11.115	1
Guidoval	MG	2,3	13,1	41,6	0,0	20,8	1,0	16,7	2,5	74,1	7.547	3
Guimarnia	MG	4,1	13,3	37,6	0,0	31,2	0,0	11,2	1,7	76,9	6.384	3
Guimarres	MA	0,5	16,0	18,1	0,2	38,4	1,9	21,1	3,5	85,3	12.641	5
Guiratinga	MT	3,1	24,1	28,3	0,3	24,0	1,0	14,7	4,4	71,9	12.645	1
Guiricema	MG	1,3	9,8	21,7	0,1	39,7	2,7	22,5	1,5	85,8	9.343	4
Gurinhata	MG	3,7	13,1	15,8	0,0	48,2	0,2	13,1	4,5	77,8	6.883	4
Gurinhm	PB	0,3	11,1	28,2	0,0	26,1	9,7	16,9	7,6	84,7	13.182	4
Gurjão	PB	1,4	12,0	35,3	0,0	25,8	1,0	22,9	0,9	72,3	2.789	3
Gurupi	TO	4,9	29,9	43,6	0,1	7,1	0,2	9,2	4,0	60,7	65.034	1
Gurup	PA	0,6	13,6	15,4	0,2	48,0	2,2	8,7	5,1	88,0	23.098	6
Guzolndia	SP	0,0	14,7	32,6	0,0	35,1	0,0	12,5	5,1	80,2	4.295	3
Gália	SP	4,3	16,8	26,0	0,2	31,6	0,1	17,9	3,0	71,7	7.853	3
Harmonia	RS	5,8	14,2	46,5	0,0	25,8	1,1	6,1	0,0	49,7	3.659	1
Heitorai	GO	0,0	15,1	25,6	0,0	39,8	0,0	13,9	2,8	70,9	3.445	3
Heliodora	MG	0,9	15,7	17,7	0,2	42,0	0,0	17,8	1,3	82,5	5.657	3
Helipolis	BA	2,3	7,6	19,4	0,1	50,5	4,1	15,3	0,7	79,4	13.108	5
Herculndia	SP	4,2	16,3	30,7	0,1	26,6	0,3	14,8	5,9	77,3	7.992	3
Herval	RS	1,5	14,3	19,9	0,1	35,1	3,8	17,5	7,1	80,9	8.487	4
Herval d'Oeste	SC	3,9	23,4	47,5	0,1	7,2	2,3	10,7	3,6	60,9	20.044	1
Herveiras	RS	2,0	4,3	8,5	0,0	72,2	3,2	8,7	0,0	79,7	2.957	6
Hidrolina	GO	0,9	18,4	27,0	0,0	27,8	0,4	18,7	4,1	76,0	4.548	3
Hidrolândia	CE	1,1	11,6	23,4	0,0	8,5	23,4	26,9	5,0	82,6	17.687	5
Hidrolândia	GO	2,8	18,5	41,1	0,3	21,2	0,4	10,9	1,4	64,1	13.086	2
Holambra	SP	6,6	21,1	32,7	0,0	31,6	0,2	6,5	1,1	46,1	7.211	1
Honório Serpa	PR	1,1	9,4	20,9	0,0	33,4	13,7	17,6	2,8	89,9	6.896	5
Horizonte	CE	1,0	16,5	52,3	0,2	7,8	0,6	13,5	7,4	87,3	33.790	2
Horizontina	RS	4,2	20,2	38,5	0,0	16,1	1,9	16,3	2,3	56,4	17.699	1
Hortolândia	SP	1,3	25,0	56,0	0,1	0,7	0,0	10,2	5,7	57,3	152.523	2
Hugo Napoleão	PI	0,4	17,0	39,7	0,0	24,3	1,0	14,8	2,6	88,6	3.703	3
Hulha Negra	RS	1,9	9,8	25,8	0,0	31,7	0,9	16,7	9,4	80,7	5.359	5
Humaitá	AM	1,6	18,4	36,0	0,5	11,1	12,8	9,1	7,5	75,7	32.796	4
Humaitá	RS	1,1	15,5	19,4	0,0	45,3	4,8	13,6	0,0	71,0	5.228	4
Humberto Campos	MA	0,7	10,4	11,2	0,0	48,3	6,2	14,7	8,4	93,4	21.266	6
Iacanga	SP	3,7	15,7	47,8	0,0	13,1	0,7	15,8	1,9	60,5	8.282	2
Iaciara	GO	1,7	16,0	26,8	0,4	27,7	2,5	15,3	8,0	86,2	11.295	4

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Iacri	SP	2,4	12,2	26,5	0,0	41,4	0,3	13,5	2,9	73,7	6.783	3
Iapu	MG	2,3	10,3	26,2	0,0	32,3	0,9	25,8	1,9	86,7	9.718	4
Iaras	SP	0,0	23,8	31,1	0,0	12,2	17,9	9,1	4,0	76,6	3.054	4
Iati	PE	1,4	6,9	15,6	0,0	32,7	23,5	17,1	2,7	88,3	17.691	6
Iaçu	BA	0,7	11,9	30,7	0,0	23,5	2,2	22,8	7,3	78,7	28.501	3
Ibaiti	PR	3,4	15,7	27,6	0,0	34,8	0,6	15,0	2,1	79,7	26.448	3
Ibarama	RS	1,2	7,7	14,7	0,0	66,6	3,2	5,8	0,8	78,7	4.454	5
Ibaretama	CE	0,9	10,2	18,4	0,0	27,7	9,0	27,6	6,3	83,2	12.561	4
Ibateguara	AL	0,7	14,4	21,8	0,0	32,1	2,1	19,4	8,2	84,0	15.105	3
Ibatiba	ES	3,0	9,1	19,8	0,0	59,2	0,0	7,7	1,1	71,1	19.210	3
Ibaté	SP	0,9	16,5	47,1	0,0	18,1	0,0	13,4	2,7	61,2	26.462	2
Ibema	PR	3,2	11,3	45,9	0,2	23,9	0,0	9,3	5,6	86,1	5.872	3
Ibertioga	MG	2,1	10,6	21,6	0,0	39,8	0,9	19,8	3,0	86,1	5.140	4
Ibiam	SC	2,8	9,0	19,6	0,0	58,5	2,5	2,4	1,1	61,8	1.972	5
Ibiapina	CE	1,9	10,3	23,5	0,2	34,2	7,8	17,4	4,3	82,0	22.157	4
Ibiara	PB	0,3	13,9	21,8	0,0	23,7	13,1	23,9	3,1	85,7	6.383	4
Ibiassucê	BA	0,3	10,0	29,4	0,0	32,6	5,7	14,9	6,8	71,2	12.828	3
Ibiaçá	RS	8,4	10,8	21,4	0,0	47,5	2,5	8,6	0,5	53,6	5.233	4
Ibiaí	MG	1,6	10,1	25,9	0,9	39,4	3,5	13,4	4,4	92,4	7.251	5
Ibicaraí	BA	2,7	16,9	30,2	0,0	18,8	0,3	21,5	8,9	78,1	28.861	3
Ibicaré	SC	4,3	12,6	30,1	0,0	29,5	11,6	11,3	0,4	64,6	3.587	4
Ibicoara	BA	1,3	8,5	13,5	0,0	62,5	0,8	11,7	1,3	73,1	15.168	3
Ibicuitinga	CE	1,6	12,7	24,2	0,0	15,7	13,6	21,9	10,3	85,1	9.435	5
Ibicuí	BA	4,0	15,0	31,3	0,0	28,1	0,6	17,1	3,4	76,4	15.129	3
Ibimirim	PE	0,6	11,5	21,1	0,1	19,0	13,1	22,3	12,0	84,0	24.340	5
Ibipeba	BA	1,9	12,8	19,0	0,1	30,1	10,1	16,0	10,0	77,4	15.362	5
Ibipitanga	BA	0,4	7,2	43,0	0,2	9,0	8,3	21,2	9,2	72,1	13.477	3
Ibiporã	PR	3,9	21,6	48,3	0,3	8,8	0,0	12,6	3,7	65,8	42.153	2
Ibiquera	BA	0,0	15,4	10,9	0,0	33,2	6,4	21,7	9,8	85,0	4.495	5
Ibiracatu	MG	0,0	5,0	16,3	0,2	13,1	2,6	23,4	31,8	95,0	6.534	5
Ibiraci	MG	3,9	11,6	23,8	0,0	48,2	0,0	9,5	2,4	65,9	10.229	3
Ibiraiaras	RS	3,7	12,1	20,7	0,0	46,7	5,2	10,8	0,3	64,3	7.163	5
Ibirajuba	PE	0,7	8,8	12,9	0,0	12,1	32,0	22,4	10,7	83,1	7.438	6
Ibirama	SC	6,2	15,0	53,5	0,0	7,3	0,8	15,4	1,2	55,0	15.802	2
Ibirapitanga	BA	1,5	14,1	16,7	0,4	37,2	1,5	17,6	10,4	84,6	22.177	4
Ibirapuitã	RS	2,0	9,9	26,2	0,0	37,4	0,8	20,9	2,8	86,8	5.170	4
Ibirapuã	BA	0,6	11,2	23,2	0,0	39,6	3,0	17,3	5,1	69,9	7.096	3
Ibirarema	SP	2,7	16,0	38,5	0,0	25,6	0,0	14,3	2,6	65,8	5.701	2
Ibirataia	BA	2,0	16,0	22,9	0,1	29,7	0,3	19,1	10,1	84,0	24.741	3
Ibiraçu	ES	3,9	15,9	48,0	0,1	17,5	0,2	11,6	2,1	69,4	10.143	1
Ibirité	MG	0,5	20,1	56,6	0,1	1,2	0,1	14,3	6,2	80,3	133.044	2
Ibirubá	RS	3,6	19,9	35,7	0,0	25,4	1,0	13,3	0,7	58,7	18.633	1

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Ibirá	SP	4,3	17,7	35,5	0,0	23,8	0,1	14,9	2,8	66,7	9.447	2
Ibitiara	BA	0,4	6,4	24,4	0,0	34,9	3,5	19,8	7,2	75,7	14.443	3
Ibitinga	SP	4,3	20,5	52,1	0,1	8,3	0,1	11,7	2,1	52,8	46.620	2
Ibitirama	ES	6,7	6,6	12,2	0,0	65,2	0,8	7,6	0,9	82,8	9.211	4
Ibititá	BA	0,5	8,7	19,3	0,0	45,8	2,2	15,7	7,8	76,1	17.905	4
Ibitiúra Minas	MG	1,5	9,3	28,5	0,0	46,4	0,1	11,0	0,9	69,0	3.301	3
Ibituruna	MG	1,4	11,0	14,0	0,0	56,9	0,0	12,6	4,1	80,4	2.755	3
Ibiá	MG	2,3	19,6	30,5	0,0	26,7	0,6	16,4	2,9	61,7	21.044	1
Ibiúna	SP	2,5	12,9	49,9	0,4	15,7	1,1	9,5	5,5	70,0	64.384	3
Ibotirama	BA	2,4	13,7	33,6	0,1	17,2	6,7	16,4	9,2	72,6	24.149	4
Icapuí	CE	1,7	11,1	25,4	0,0	39,2	2,1	17,5	2,5	76,8	16.052	3
Icarai Minas	MG	1,3	7,2	16,9	0,0	15,0	21,0	28,0	9,9	96,0	9.323	6
Icaraíma	PR	2,5	18,3	28,6	0,0	32,3	0,4	13,6	3,8	76,6	10.048	3
Icatu	MA	0,0	12,2	10,9	0,3	12,8	18,5	17,8	4,7	91,0	21.489	6
Ichu	BA	1,1	18,5	33,1	0,0	6,8	13,6	23,1	3,0	73,9	5.593	1
Iconha	ES	8,1	11,4	30,8	0,0	34,1	0,9	12,1	2,2	71,5	11.481	4
Icém	SP	2,9	21,8	34,3	0,0	22,1	0,1	12,8	4,7	67,2	6.772	1
Icó	CE	1,3	14,6	23,6	0,1	16,0	16,0	23,1	4,7	79,5	62.521	4
Ielmo Marinho	RN	0,1	8,2	20,1	0,0	21,8	21,9	19,5	8,4	88,0	10.249	5
Iepê	SP	4,1	16,1	30,5	0,0	25,8	0,5	18,6	4,4	77,1	7.257	3
Igaci	AL	0,6	8,0	12,8	0,1	25,8	32,6	15,5	3,9	88,4	25.584	6
Igaporã	BA	1,3	12,0	22,8	0,0	33,3	2,1	21,6	6,9	80,5	14.557	4
Igaracy	PB	1,7	13,9	28,3	0,0	22,6	11,0	19,8	1,4	80,6	6.307	3
Igarapava	SP	4,0	22,1	33,1	0,1	22,6	0,2	15,6	1,5	59,7	25.925	2
Igarapé	MG	2,7	18,2	51,3	0,0	6,7	0,0	13,0	7,5	72,8	24.838	2
Igarapé Grande	MA	0,7	13,6	13,4	0,2	36,1	9,0	24,3	2,5	83,5	9.759	5
Igarapé Meio	MA	0,2	7,7	19,6	0,0	39,4	12,0	17,8	2,5	88,3	9.842	5
Igarapé-Açu	PA	2,3	15,1	21,5	0,1	34,0	3,9	15,7	7,1	83,6	32.400	4
Igarapé-Miri	PA	3,5	17,7	33,3	0,0	20,1	2,2	9,8	6,4	85,8	52.604	4
Igarassu	PE	1,2	15,4	42,8	0,1	3,7	0,2	21,2	14,5	80,9	82.277	3
Igaratinga	MG	3,0	11,4	56,9	0,0	16,0	0,1	8,4	2,3	75,3	7.355	2
Igaratá	SP	2,7	18,3	51,3	0,2	11,1	0,3	10,9	3,5	66,8	8.292	2
Igaraçu Tietê	SP	0,9	11,6	50,0	0,0	21,7	0,2	10,1	2,2	63,7	22.614	2
Igrapiúna	BA	0,2	8,4	10,1	0,1	53,2	4,9	15,9	6,3	87,9	14.960	5
Igreja Nova	AL	1,0	7,4	17,9	0,0	29,9	15,2	16,8	10,8	86,8	21.451	5
Igrejinha	RS	6,2	19,2	60,0	0,0	1,4	0,5	9,6	0,6	61,1	26.767	2
Iguaba Grande	RJ	3,2	21,0	48,0	0,0	1,3	0,0	23,4	2,9	62,1	15.089	2
Iguape	SP	1,7	23,1	34,0	0,0	16,0	0,2	16,8	6,4	72,2	27.427	1
Iguaraci	PE	0,5	10,8	17,2	0,1	35,0	11,5	20,8	3,5	82,5	11.570	5
Iguaraçu	PR	3,1	22,0	26,1	0,0	27,9	0,0	18,8	1,0	75,8	3.598	3
Iguatama	MG	3,9	24,3	35,5	0,0	19,2	0,3	13,3	3,1	70,4	8.269	1
Iguatemi	MS	7,6	18,8	32,6	0,0	27,1	0,4	10,1	3,5	73,3	13.617	1

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Iguatu	CE	3,9	18,9	36,6	0,0	14,6	5,4	17,7	2,5	63,5	85.615	1
Iguatu	PR	0,0	13,1	19,2	0,0	51,8	0,2	12,6	2,5	89,3	2.255	4
Iguaí	BA	2,8	10,9	18,7	0,7	34,0	3,4	18,7	7,3	81,6	25.134	4
Ijaci	MG	2,0	11,0	46,3	0,0	20,7	2,0	15,1	2,9	83,0	5.064	3
Ijuí	RS	3,9	27,1	37,7	0,2	10,6	1,6	14,8	3,5	59,6	78.461	1
Ilha Comprida	SP	0,0	26,9	39,9	0,0	3,1	0,2	24,6	4,0	57,4	6.704	1
Ilha Grande	PI	0,8	16,1	29,6	0,1	26,6	7,5	15,1	3,8	86,2	7.890	4
Ilha Solteira	SP	4,5	27,7	34,3	0,2	3,7	0,4	25,4	3,4	42,8	23.996	1
Ilha Flores	SE	0,3	14,6	22,8	0,0	20,9	9,4	22,8	8,7	87,0	8.281	5
Ilha Itamaracá	PE	1,3	16,6	39,1	0,2	4,7	0,3	20,4	16,4	81,1	15.858	3
Ilhabela	SP	3,4	19,1	59,7	0,0	3,3	0,1	10,5	2,8	58,0	20.836	2
Ilhota	SC	3,7	14,1	53,4	0,0	12,7	1,0	12,4	1,3	60,0	10.574	2
Ilhéus	BA	2,2	21,4	31,8	0,1	19,6	0,8	16,8	6,6	66,3	222.127	1
Ilicínea	MG	2,7	15,0	23,7	0,0	48,0	1,2	8,8	0,5	72,2	10.532	3
Ilópolis	RS	1,4	9,3	27,9	0,6	49,8	1,4	7,3	0,8	69,9	4.255	4
Imaculada	PB	0,1	11,1	20,9	0,0	14,2	32,9	17,3	3,6	88,9	11.577	6
Imaruí	SC	0,8	15,5	28,6	0,1	21,1	4,8	24,3	3,6	82,0	13.404	3
Imbaú	PR	1,3	11,3	38,5	0,1	18,3	5,1	17,6	7,3	85,4	9.474	3
Imbituba	SC	3,2	22,5	42,3	0,1	5,0	1,1	21,8	3,6	61,3	35.700	2
Imbituva	PR	3,1	12,1	45,2	0,2	20,7	0,5	12,9	5,1	78,3	24.496	3
Imbuia	SC	4,1	8,2	15,3	0,0	63,3	0,6	8,3	0,3	61,5	5.246	4
Imbé	RS	6,2	23,9	45,4	0,3	2,4	0,1	18,5	2,6	56,4	12.242	1
Imbé Minas	MG	1,3	4,4	15,2	0,0	60,8	0,2	11,2	4,4	92,3	5.911	5
Imigrante	RS	2,8	12,1	29,1	0,2	34,7	8,7	10,1	0,2	50,3	3.850	1
Imperatriz	MA	4,5	27,1	44,7	0,1	5,1	1,0	11,5	5,4	56,1	230.566	2
Inaciolândia	GO	5,8	14,0	33,2	0,0	32,7	1,3	9,6	3,2	73,8	5.239	3
Inajá	PE	1,6	11,7	15,7	0,1	17,3	24,5	19,7	9,1	86,4	13.280	6
Inajá	PR	1,9	10,7	31,0	0,0	37,0	0,0	12,5	5,6	80,9	2.915	3
Inconfidentes	MG	4,8	14,1	31,0	0,0	37,3	0,6	11,1	0,4	64,4	6.479	3
Indaiabira	MG	0,7	10,1	27,2	0,3	35,1	10,4	13,0	2,3	94,5	7.425	5
Indaial	SC	6,2	22,4	53,5	0,1	3,1	0,2	12,0	1,5	47,2	40.194	2
Indaivatuba	SP	4,2	26,8	50,0	0,1	2,8	0,0	12,3	2,7	43,3	147.050	1
Independência	CE	1,6	12,5	16,1	0,2	34,7	9,2	21,5	2,6	77,2	25.262	4
Independência	RS	2,6	14,7	21,4	0,0	42,3	2,3	14,6	1,9	80,5	7.308	4
Indiana	SP	4,8	18,6	41,1	0,0	16,7	0,2	14,8	2,2	66,2	4.932	1
Indianópolis	MG	6,6	13,2	19,6	0,0	51,8	0,0	5,9	2,9	71,4	5.387	3
Indianópolis	PR	3,3	15,8	23,3	0,0	40,3	0,4	15,7	0,9	75,5	4.212	3
Indiaporã	SP	1,7	17,6	34,9	0,0	29,3	0,0	13,8	1,7	74,2	4.058	2
Indiara	GO	1,6	18,2	30,1	0,0	38,6	0,0	6,6	4,5	73,9	11.816	2
Indiaroba	SE	0,3	10,6	17,0	0,0	46,7	4,7	16,5	3,6	89,2	13.152	5
Indiavaí	MT	0,0	13,4	26,6	0,0	36,6	1,6	16,2	3,8	75,8	2.056	3
Ingazeira	PE	7,5	9,3	21,3	0,0	26,1	16,8	17,9	1,1	78,4	4.567	4

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Ingai	MG	1,6	11,2	18,0	0,0	49,3	2,4	9,9	0,7	77,7	2.494	4
Ingá	PB	0,8	12,2	31,5	0,2	16,5	11,6	20,6	4,8	76,6	17.473	3
Inhacorá	RS	0,0	12,9	23,7	0,0	47,3	2,4	11,1	2,7	79,1	2.378	5
Inhambupe	BA	0,6	8,4	24,4	0,1	34,3	6,8	18,2	5,4	81,6	29.589	4
Inhangapi	PA	0,4	12,2	32,6	0,2	20,2	10,0	14,9	3,5	80,6	7.681	4
Inhapi	AL	1,0	7,2	13,6	0,2	21,3	29,3	21,7	5,7	90,4	18.553	6
Inhapim	MG	1,2	12,9	19,6	0,1	31,2	6,5	21,0	7,5	82,2	24.895	5
Inhaúma	MG	2,3	12,8	48,2	0,1	22,9	2,5	7,9	3,1	78,7	5.195	3
Inhumas	PI	11,8	11,8	24,6	0,2	22,8	7,7	15,0	3,3	70,7	14.426	4
Inhumas	GO	4,8	19,3	46,4	0,1	12,0	0,1	12,1	2,6	61,7	43.897	2
Inimutaba	MG	1,0	12,3	37,8	0,0	19,6	0,5	24,4	3,9	89,2	6.270	3
Inocência	MS	5,8	21,9	28,1	0,0	34,6	0,8	6,0	2,8	62,9	7.872	1
Inácio Martins	PR	1,8	11,0	31,8	0,0	33,3	2,9	13,0	5,1	86,8	10.963	4
Inúbia Pta	SP	1,3	19,4	33,8	0,0	28,9	0,9	14,1	1,1	70,2	3.318	2
Iomerê	SC	2,9	17,3	17,1	0,1	50,4	1,0	8,7	0,2	47,0	2.553	4
Ipaba	MG	1,6	14,5	44,3	0,3	12,4	2,6	19,6	4,1	86,7	14.531	3
Ipameri	GO	2,5	21,0	34,8	0,1	23,7	0,2	14,6	2,3	63,1	22.628	2
Ipanema	MG	1,5	16,5	31,3	0,0	28,9	0,7	16,7	3,1	79,6	16.286	3
Ipanguaçu	RN	0,4	13,1	18,5	0,2	32,3	1,6	18,5	12,7	81,5	11.924	4
Ipaporanga	CE	0,2	8,3	15,5	0,0	6,9	31,0	34,4	3,5	90,7	11.247	6
Ipatinga	MG	3,0	26,9	44,1	0,2	0,9	0,2	20,3	3,9	56,6	212.496	2
Ipaumirim	CE	0,5	14,5	23,7	0,0	11,4	21,7	23,7	4,0	82,7	11.539	5
Ipaussu	SP	1,3	17,0	45,6	0,0	18,0	0,0	16,0	1,8	66,3	12.553	2
Ipecaetá	BA	1,0	11,7	23,8	0,0	35,4	13,0	13,3	1,5	83,3	18.696	5
Iperó	SP	2,3	18,4	46,7	0,0	5,6	1,2	16,7	8,6	66,3	18.384	2
Ipeúna	SP	2,3	21,3	39,2	0,0	18,2	1,2	10,3	1,1	54,0	4.340	1
Ipiaçu	MG	3,6	15,6	34,6	0,2	33,5	0,0	10,9	1,7	77,5	4.026	3
Ipiaú	BA	3,5	21,2	30,6	0,1	15,8	0,3	19,1	8,8	70,4	43.621	1
Ipiguá	SP	1,7	15,6	48,4	0,0	20,7	0,0	8,8	4,0	61,7	3.476	2
Ipira	SC	1,2	15,1	27,5	0,0	39,6	4,0	11,7	0,9	62,7	4.979	4
Ipiranga	PR	2,2	8,0	26,5	0,2	45,5	2,5	13,3	1,2	80,3	13.308	5
Ipiranga Piauí	PI	2,2	12,9	22,9	0,0	17,1	19,1	23,1	1,9	79,3	8.428	4
Ipiranga Sul	RS	0,0	10,2	13,7	0,0	64,6	0,0	10,5	0,5	59,9	2.057	4
Ipirá	BA	1,3	14,4	28,2	0,0	23,5	8,2	18,4	5,0	78,4	61.746	3
Ipixuna	AM	0,2	8,5	17,5	0,8	16,0	21,0	9,1	8,1	94,6	14.759	6
Ipixuna Pará	PA	0,3	7,8	19,4	0,1	41,3	6,7	7,7	9,8	89,9	25.138	5
Ipojuca	PE	1,4	12,8	40,0	0,1	15,0	0,5	19,8	10,0	87,8	59.281	3
Iporanga	SP	0,3	21,6	34,7	0,4	12,9	7,7	16,2	6,1	81,5	4.562	3
Iporá	GO	7,3	20,9	35,9	0,0	17,4	0,2	13,4	3,4	66,1	31.300	1
Iporã	PR	3,5	16,6	28,3	0,0	30,9	0,5	16,9	3,3	80,4	16.445	3
Iporã Oeste	SC	2,6	11,4	18,0	0,0	54,7	3,6	9,5	0,2	72,6	7.877	5
Ipu	CE	1,6	13,6	28,2	0,0	31,5	3,5	19,4	1,9	77,9	39.078	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Ipuaçu	SC	1,3	11,5	14,5	0,5	58,3	6,8	5,7	1,3	82,5	6.122	6
Ipubi	PE	0,9	12,0	31,3	0,2	21,2	5,9	18,1	8,7	85,0	23.042	4
Ipueira	RN	2,7	15,9	31,2	0,0	14,5	3,8	21,8	10,1	72,8	1.902	1
Ipueiras	CE	0,3	10,2	28,4	0,0	22,2	12,0	24,0	2,7	85,5	38.219	4
Ipueiras	TO	0,0	16,8	38,7	0,0	33,3	0,0	4,4	3,7	89,4	1.166	3
Ipuiúna	MG	9,5	8,9	33,7	0,0	36,8	2,3	7,3	1,3	65,4	8.958	3
Ipumirim	SC	3,5	8,8	27,3	0,0	47,7	1,7	8,7	0,7	65,3	6.907	4
Ipupiara	BA	0,5	13,5	27,5	0,2	8,9	10,4	26,3	12,4	80,0	8.541	3
Ipuã	SP	2,7	15,8	38,5	0,0	28,8	0,0	11,7	1,8	66,4	11.870	2
Ipê	RS	1,1	12,7	30,0	0,0	38,5	2,5	13,4	0,7	62,0	5.456	3
Iracema	CE	1,7	13,3	25,7	0,0	12,4	19,8	20,6	5,7	73,5	13.155	4
Iracema	RR	2,4	20,0	33,2	0,0	27,5	5,2	9,6	2,1	74,0	4.781	4
Iracema Oeste	PR	0,0	12,3	23,3	0,0	41,6	0,8	15,5	5,2	85,2	2.951	3
Iraceminha	SC	2,3	8,5	14,2	0,0	62,9	3,5	7,5	0,2	71,4	4.592	5
Iracemópolis	SP	4,4	18,4	61,1	0,0	3,2	0,0	11,6	1,2	43,5	15.555	2
Irajuba	BA	0,1	9,4	22,1	0,0	37,4	3,7	20,5	6,6	82,2	6.362	3
Iramaia	BA	2,7	12,3	19,7	0,0	36,7	3,7	20,0	4,3	84,8	17.553	3
Irاندوبا	AM	0,5	12,4	38,6	0,0	21,1	1,2	12,6	9,1	79,3	32.303	3
Irani	SC	3,4	15,4	34,5	0,0	30,2	1,2	12,3	2,2	71,9	8.602	3
Irapuru	SP	4,3	16,3	19,6	0,0	36,2	1,5	19,0	3,1	78,1	7.457	3
Irapuã	SP	3,6	9,6	28,0	0,0	45,0	0,0	12,0	1,8	72,9	6.658	3
Iraquara	BA	2,1	10,9	17,6	0,2	34,0	9,6	18,7	6,8	80,3	18.334	5
Irará	BA	2,4	11,8	20,8	0,0	39,0	4,2	19,5	1,7	80,1	25.163	4
Irati	PR	2,9	19,9	39,6	0,2	16,9	1,3	15,9	2,6	73,7	52.352	1
Irati	SC	0,0	11,7	17,6	0,0	61,9	0,8	7,7	0,4	64,2	2.202	5
Irauçuba	CE	0,4	12,5	36,4	0,0	12,4	20,7	14,4	2,8	83,9	19.560	5
Iraí	RS	2,6	18,0	24,8	0,0	30,7	5,2	13,9	3,8	75,9	9.250	5
Iraí Minas	MG	4,7	11,7	27,9	0,0	49,7	0,0	4,8	1,2	74,1	5.903	3
Irecê	BA	3,8	23,8	40,6	0,1	10,6	0,5	12,3	7,3	64,4	57.436	1
Iretama	PR	0,8	13,3	29,7	0,1	29,1	3,1	19,0	4,2	85,2	11.335	4
Irineópolis	SC	2,4	8,0	18,1	0,2	54,8	0,9	13,9	1,2	71,0	9.734	5
Irituia	PA	0,4	10,8	18,0	1,4	16,0	1,4	9,3	2,5	82,7	31.752	4
Irupi	ES	1,5	9,0	16,4	0,0	61,4	4,8	6,5	0,2	71,8	10.354	4
Isaías Coelho	PI	0,3	8,6	11,6	0,0	42,7	11,4	23,7	1,6	88,7	7.658	6
Israelândia	GO	1,8	17,8	33,6	0,0	31,7	0,0	11,6	2,9	81,0	3.004	2
Itaara	RS	3,2	19,8	40,6	0,0	12,2	2,5	13,1	3,5	72,7	4.578	1
Itabaiana	PB	1,1	13,3	37,8	0,0	14,7	3,7	24,9	3,7	76,1	25.207	3
Itabaiana	SE	2,8	16,5	44,5	0,0	17,1	1,8	12,9	3,4	65,8	76.813	2
Itabaianinha	SE	1,7	11,6	37,7	0,0	28,5	1,6	14,1	3,3	83,2	35.454	3
Itabela	BA	2,9	14,1	30,0	0,0	30,3	0,0	13,6	8,7	77,5	25.746	3
Itaberaba	BA	2,4	20,1	35,3	0,1	12,4	2,5	19,4	7,2	70,8	58.943	1
Itaberai	GO	3,1	15,1	37,3	0,0	27,5	0,1	12,9	2,3	70,2	27.879	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Itaberá	SP	2,3	13,3	28,9	0,0	32,4	1,1	13,7	7,9	82,8	18.911	4
Itabi	SE	2,4	9,3	24,6	0,0	28,1	12,3	18,0	5,3	84,1	5.174	4
Itabira	MG	2,5	20,2	40,1	0,3	4,1	0,9	28,1	3,3	63,4	98.322	1
Itabirinha Mantena	MG	2,7	12,3	26,7	0,0	28,4	5,1	18,9	5,5	83,3	9.809	5
Itabirito	MG	2,9	18,7	52,1	0,4	0,7	0,1	21,6	2,7	61,1	37.901	2
Itaboraí	RJ	1,8	20,5	54,5	0,1	1,1	0,1	14,1	7,1	74,1	187.479	2
Itabuna	BA	3,0	29,5	36,8	0,1	4,2	0,3	17,9	7,5	57,2	196.675	1
Itacajá	TO	4,7	14,5	20,5	0,6	13,8	10,6	24,3	9,8	83,5	6.815	4
Itacambira	MG	0,3	11,0	15,3	0,5	14,1	19,3	29,0	10,4	97,0	4.558	5
Itacarambi	MG	1,3	15,5	30,7	0,1	21,3	5,7	17,9	5,3	90,1	17.455	4
Itacaré	BA	0,9	12,3	22,7	0,0	45,9	3,0	11,1	3,5	81,5	18.120	4
Itacoatiara	AM	0,9	16,8	32,1	0,2	26,3	2,5	14,2	6,3	79,2	72.105	4
Itacuruba	PE	0,0	17,8	23,0	0,0	23,0	3,3	26,9	6,0	73,6	3.669	3
Itacurubi	RS	1,7	16,2	18,3	0,1	30,9	2,8	25,9	4,1	84,0	3.503	4
Itaeté	BA	0,8	8,6	18,9	0,0	22,6	7,1	21,8	18,8	87,4	14.006	5
Itagi	BA	1,4	17,9	18,0	0,3	32,1	0,3	20,8	9,2	84,3	15.541	3
Itagibá	BA	0,5	13,8	20,9	0,0	36,9	1,0	17,7	9,2	84,2	17.191	3
Itagimirim	BA	2,8	19,4	32,4	0,1	21,8	1,0	13,7	7,0	65,9	7.728	2
Itaguajé	PR	2,3	11,9	28,8	0,1	36,5	0,7	13,1	6,6	83,3	4.771	3
Itaguara	MG	3,0	14,7	44,9	0,0	17,5	0,3	15,6	2,5	72,6	11.302	3
Itaguari	GO	1,1	13,4	30,5	0,0	31,7	0,5	16,7	3,9	76,0	4.385	3
Itaguaru	GO	8,3	12,5	27,4	0,0	31,5	0,0	15,0	5,2	68,5	5.696	3
Itaguatins	TO	0,0	14,1	22,8	0,7	40,9	7,4	11,9	1,8	90,7	6.386	5
Itaguaçu	ES	4,5	12,4	20,4	0,0	48,9	0,8	11,4	1,5	73,2	14.495	3
Itaguaçu Bahia	BA	0,0	8,8	13,2	0,0	51,4	3,0	11,0	12,3	83,0	11.309	5
Itaguaí	RJ	2,2	22,2	50,6	0,1	3,0	0,1	15,8	5,6	67,9	82.003	2
Itainópolis	PI	0,6	9,9	18,5	0,6	29,9	9,5	24,2	3,4	80,2	10.381	5
Itaipava Grajaú	MA	1,0	6,3	4,0	0,0	70,9	5,6	10,2	1,7	81,8	13.341	6
Itaipulândia	PR	2,5	18,0	40,3	0,0	23,6	1,4	10,0	3,9	71,6	6.836	1
Itaipé	MG	0,6	9,8	20,4	0,2	37,6	9,3	15,7	6,4	92,5	10.846	5
Itaitinga	CE	1,4	15,3	53,2	0,0	5,7	0,8	13,1	9,9	86,3	29.217	2
Itaituba	PA	5,2	18,4	37,5	0,2	15,0	4,5	11,0	6,3	72,0	94.750	1
Itaiçaba	CE	1,3	25,0	24,7	0,2	17,2	7,9	19,9	3,3	80,9	6.579	4
Itaiópolis	SC	1,9	12,1	23,6	0,0	40,8	1,9	16,0	1,2	79,3	19.086	4
Itajaí	SC	5,2	29,5	45,5	0,1	2,6	0,1	12,6	3,1	48,9	147.494	1
Itajobi	SP	4,4	17,1	38,5	0,2	25,3	0,2	12,4	1,9	65,3	14.295	2
Itaju	SP	0,8	17,8	27,5	0,0	42,6	0,0	10,3	0,0	64,7	2.638	2
Itaju Colônia	BA	0,6	22,2	20,8	0,2	33,8	1,0	14,7	6,4	81,9	8.580	3
Itajubá	MG	4,3	26,2	41,7	0,1	4,1	0,1	19,6	3,3	56,2	84.135	1
Itajuípe	BA	1,0	20,4	21,4	0,1	24,5	0,1	20,8	11,2	77,4	22.511	3
Itajá	GO	4,5	18,0	32,5	0,0	29,4	0,3	11,4	2,9	69,1	6.572	3
Itajá	RN	1,2	11,6	47,3	0,0	15,2	1,6	13,8	9,4	81,1	6.249	2

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Italva	RJ	5,5	16,4	37,6	0,0	14,3	0,4	20,6	2,9	74,2	12.621	1
Itamaraju	BA	3,4	16,2	28,4	0,1	29,6	1,5	16,9	3,2	68,9	64.144	3
Itamarandiba	MG	1,9	15,9	27,2	0,0	21,1	12,3	15,4	5,8	90,5	29.400	5
Itamarati	AM	0,3	11,6	16,7	0,0	40,7	18,6	3,2	5,8	92,4	8.406	6
Itamarati Minas	MG	2,8	17,4	36,6	0,0	22,9	1,4	16,7	0,7	71,4	3.791	3
Itamari	BA	4,6	10,8	18,5	0,0	42,3	1,2	16,4	5,4	81,5	8.470	3
Itambacuri	MG	1,2	13,5	32,5	0,2	26,7	5,8	16,8	3,1	84,0	22.668	4
Itambaracá	PR	1,5	11,1	21,7	0,0	48,8	0,4	12,9	3,3	82,8	7.090	3
Itambé	BA	0,9	12,6	26,1	0,0	38,7	0,1	16,6	2,5	84,4	30.850	3
Itambé	PE	0,4	12,5	24,5	0,2	24,5	1,2	21,8	14,4	83,4	34.982	3
Itambé	PR	2,5	16,6	34,5	0,0	29,2	0,0	13,5	2,9	71,7	5.956	3
Itambé Mato Dentro	MG	0,0	10,7	18,2	0,0	32,3	1,1	32,7	2,0	90,0	2.582	4
Itamogi	MG	3,7	12,5	21,2	0,0	51,3	0,8	9,3	1,2	71,1	10.723	3
ItaMte	MG	3,2	15,6	42,4	0,0	17,6	0,6	16,6	2,4	71,2	12.197	1
Itanagra	BA	0,8	10,6	36,3	0,0	26,4	1,9	14,0	8,2	80,3	6.370	3
Itanhandu	MG	5,7	20,3	44,7	0,1	12,9	0,5	13,6	1,7	63,4	12.915	1
Itanhaém	SP	2,3	22,4	48,9	0,1	2,1	0,2	16,9	6,3	61,2	71.995	2
Itanhomi	MG	3,2	12,3	24,1	0,0	22,7	5,3	26,5	5,8	86,1	11.572	4
Itanhém	BA	1,9	11,8	29,7	0,0	29,5	2,6	16,9	6,3	72,1	21.334	3
Itaobim	MG	2,2	18,2	33,9	0,0	14,4	1,1	20,1	9,3	86,2	21.271	3
Itaocara	RJ	4,2	21,1	35,4	0,0	17,5	1,1	18,2	1,7	72,4	23.003	1
Itapaci	GO	3,2	17,2	31,9	0,4	24,7	0,8	14,7	2,2	74,3	13.931	3
Itapagipe	MG	8,7	14,2	27,0	0,1	40,4	0,1	7,4	1,5	67,3	11.832	1
Itapagé	CE	0,4	11,7	44,0	0,1	12,9	7,3	17,0	5,7	79,2	41.093	3
Itaparica	BA	1,5	18,5	44,2	0,2	3,5	2,0	19,0	10,7	78,9	18.945	1
Itapebi	BA	0,5	18,4	31,7	0,1	25,7	0,9	15,3	6,9	78,6	11.126	2
Itapecerica	MG	3,4	14,8	44,1	0,4	13,8	0,5	19,4	2,8	78,4	21.235	2
Itapecerica Serra	SP	1,4	25,1	56,0	0,0	1,0	0,1	8,6	6,9	62,2	129.685	2
Itapecuru Mirim	MA	0,6	15,0	29,9	0,1	25,7	3,8	21,4	3,4	82,6	42.772	3
Itapejara d'Oeste	PR	1,2	14,2	29,4	0,0	39,5	0,5	13,1	1,3	74,1	9.162	3
Itapema	SC	6,9	23,5	47,9	0,1	2,1	0,2	15,6	2,6	53,2	25.869	1
Itapemirim	ES	1,7	15,1	34,9	0,1	27,6	0,0	12,5	6,1	83,0	28.121	3
Itaperuna	RJ	2,8	24,5	41,2	0,0	9,2	0,1	18,1	3,1	68,8	86.720	1
Itaperuçu	PR	0,6	13,6	51,7	0,0	6,1	0,2	15,1	12,1	85,6	19.344	2
Itapetim	PE	0,9	11,1	28,9	0,0	10,8	23,2	17,3	7,5	73,5	14.766	5
Itapetinga	BA	2,8	19,2	46,2	0,1	8,5	0,3	17,3	5,3	64,3	57.931	2
Itapetininga	SP	2,9	27,0	40,9	0,0	9,4	0,3	15,4	3,1	57,9	125.559	1
Itapeva	MG	3,8	11,7	49,5	0,0	19,3	1,2	10,8	3,8	74,8	7.361	3
Itapeva	SP	2,7	20,9	41,0	0,1	13,8	0,3	15,9	4,8	72,0	82.866	1
Itapevi	SP	0,7	25,6	55,5	0,0	0,2	0,0	9,0	8,2	70,5	162.433	2
Itapicuru	BA	0,4	6,6	21,8	0,0	43,4	5,5	18,2	3,5	88,6	27.315	5
Itapipoca	CE	1,0	14,0	27,4	0,1	17,3	14,3	17,6	7,1	81,2	94.369	4

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Itapira	SP	3,4	24,4	46,6	0,0	8,3	0,1	13,2	2,7	50,7	63.377	2
Itapiranga	AM	0,0	17,4	28,5	0,5	24,1	5,0	13,4	10,1	86,2	7.309	5
Itapiranga	SC	3,9	15,7	30,5	0,0	36,8	3,0	8,3	1,6	68,0	13.998	4
Itapirapuã	GO	3,3	14,4	26,3	0,0	34,5	1,6	14,4	4,9	81,0	10.856	3
Itapirapuã Pta	SP	0,0	18,5	11,8	0,3	33,7	3,5	15,9	14,7	91,7	3.577	5
Itapiratin	TO	0,0	13,9	14,1	0,0	12,4	3,1	24,1	30,4	95,0	3.277	5
Itapissuma	PE	1,0	15,7	43,9	0,1	8,7	2,2	17,4	9,6	84,8	20.116	3
Itapitanga	BA	1,9	12,4	19,7	0,0	33,0	0,0	23,1	9,3	83,3	10.382	3
Itapiúna	CE	0,9	12,4	22,9	0,1	9,1	22,6	23,6	8,4	85,8	16.276	5
Itaporanga	PB	2,2	19,4	30,3	0,0	21,0	3,2	20,2	3,0	74,3	21.123	1
Itaporanga	SP	0,9	18,6	29,0	0,0	28,2	2,9	15,7	4,2	79,7	14.354	3
Itaporanga d'Ajuda	SE	0,6	14,4	34,8	0,2	21,9	5,6	18,3	3,5	80,4	25.482	3
Itapororoca	PB	3,1	13,2	16,7	0,0	36,3	5,1	18,1	5,9	78,2	14.633	4
Itaporã	MS	5,0	14,1	31,5	0,0	29,7	3,2	11,6	3,7	72,4	17.045	3
Itaporã TO	TO	0,0	20,3	23,2	0,0	37,6	0,0	13,5	5,2	84,4	2.522	3
Itapoá	SC	2,2	15,7	49,8	0,1	11,2	0,3	14,6	5,1	68,7	8.839	1
Itapuca	RS	0,0	5,9	12,9	0,0	66,1	1,5	13,3	0,3	72,3	2.691	5
Itapura	SP	0,0	12,1	39,2	0,0	15,3	0,1	21,2	12,1	80,7	3.838	3
Itapuranga	GO	4,1	15,5	36,4	0,1	26,0	0,7	13,6	3,2	72,8	26.740	1
Itapuã Oeste	RO	1,6	17,5	33,5	0,0	25,4	1,7	9,5	9,1	72,7	6.822	3
Itapuí	SP	2,1	15,1	50,0	0,0	16,0	0,0	14,1	2,1	57,3	10.371	2
Itapé	BA	1,9	15,7	25,4	0,0	32,0	0,7	15,9	7,8	83,0	14.639	3
Itaquaquetuba	SP	1,4	21,4	57,2	0,1	0,7	0,0	9,8	8,8	71,7	272.942	2
Itaquara	BA	3,6	8,6	20,9	0,0	44,5	1,0	18,2	3,1	82,8	7.861	4
Itaqui	RS	3,2	22,6	35,7	0,0	15,2	0,8	13,9	7,7	77,2	39.770	3
Itaquiraí	MS	2,5	12,0	20,2	0,0	51,4	1,7	9,9	1,6	81,9	15.770	4
Itaquitinga	PE	1,3	11,5	22,8	0,1	28,6	3,0	20,6	11,9	84,1	14.950	3
Itarana	ES	1,5	11,8	16,0	0,2	56,3	2,6	10,6	0,4	71,4	11.425	5
Itarantim	BA	0,8	12,3	27,6	0,0	30,5	0,9	19,0	7,0	80,1	16.923	3
Itararé	SP	2,7	17,6	41,6	0,1	14,3	0,5	16,1	6,2	74,6	46.554	3
Itarema	CE	1,3	10,1	22,1	0,7	33,7	9,8	16,1	5,4	87,5	30.347	4
Itariri	SP	3,0	13,8	45,6	0,1	18,2	0,0	12,1	4,6	70,4	13.858	3
Itarumã	GO	5,7	24,5	15,8	0,0	41,8	0,6	9,2	1,7	66,5	5.446	1
Itatiaia	RJ	3,4	25,7	51,0	0,3	1,6	0,0	14,1	3,0	62,2	24.739	2
Itatiaiuçu	MG	2,3	9,0	52,3	0,2	15,8	3,1	12,6	2,2	80,7	8.517	2
Itatiba	SP	5,7	22,5	51,6	0,2	4,8	0,1	12,8	1,8	42,5	81.197	1
Itatiba Sul	RS	0,0	9,7	16,7	0,0	56,6	2,1	14,6	0,4	79,6	5.252	5
Itatim	BA	1,9	14,7	40,6	0,1	16,3	1,4	18,9	5,2	78,8	12.700	2
Itatinga	SP	2,0	18,2	36,5	0,1	29,2	0,4	9,7	3,6	70,9	15.446	2
Itatira	CE	1,1	13,1	14,2	0,0	17,3	35,1	16,2	2,9	87,6	15.541	6
Itatuba	PB	0,2	11,6	26,2	0,0	17,2	15,0	23,4	6,0	85,4	9.374	4
Itaubal	AP	0,0	17,1	27,3	0,0	33,0	10,3	9,2	0,5	89,4	2.894	5

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Itaueira	PI	1,6	14,4	22,5	0,0	35,4	0,6	19,8	2,7	76,7	10.347	3
Itauçu	GO	2,5	18,7	34,6	0,0	22,0	0,0	15,4	3,7	76,9	8.277	2
Itaverava	MG	0,9	8,3	20,5	0,0	35,2	12,3	17,9	4,1	92,9	6.388	5
Itaí	SP	2,7	12,6	42,2	0,1	22,6	0,3	13,0	5,9	75,5	21.039	2
Itaíba	PE	3,0	5,8	14,5	0,0	38,5	15,7	18,5	3,6	83,0	26.799	5
Itaóca	SP	0,0	5,9	18,4	0,0	34,7	11,5	25,2	4,3	92,1	3.226	5
Itaú	RN	0,0	18,4	24,3	0,0	15,4	1,3	31,6	8,4	78,9	5.271	3
Itaú Minas	MG	2,4	20,7	47,6	0,2	6,0	0,2	18,2	2,9	58,8	13.691	2
Itaúba	MT	4,8	15,0	42,2	0,0	28,4	0,5	5,2	3,0	64,4	8.565	2
Itaúna	MG	3,7	24,7	48,2	0,1	5,0	0,5	15,6	1,8	59,0	76.862	2
Itaúna Sul	PR	3,8	10,3	25,8	0,0	37,7	0,4	18,1	3,9	88,5	4.447	3
Itinga	MG	0,5	9,2	24,5	0,4	15,8	10,9	23,3	15,3	95,6	13.894	5
Itinga MA	MA	3,5	14,4	44,6	0,2	16,5	2,3	8,8	9,4	68,0	23.128	2
Itiquira	MT	2,3	16,7	32,1	0,0	39,7	0,3	5,2	3,2	69,8	9.200	2
Itirapina	SP	0,9	26,7	34,0	0,2	16,2	0,0	11,4	9,4	59,1	12.836	1
Itirapuã	SP	2,0	22,9	25,3	0,2	37,4	0,0	11,0	1,0	73,3	5.412	3
Itiruçu	BA	1,0	12,2	28,5	0,1	29,6	0,2	19,5	8,4	80,1	13.585	3
Itiúba	BA	0,4	8,7	19,0	0,0	27,2	14,8	19,8	8,8	85,3	35.543	5
Itobi	SP	2,4	12,0	29,6	0,0	42,3	0,0	12,0	1,6	71,1	7.466	3
Itororó	BA	2,4	14,6	26,9	0,0	25,9	0,9	24,3	4,8	76,7	19.799	3
Itu	SP	4,8	24,2	52,4	0,0	2,0	0,1	11,8	3,7	47,9	135.366	1
Ituaçu	BA	1,1	5,6	21,6	0,0	43,0	4,8	21,7	2,1	79,1	17.268	4
Ituberá	BA	2,5	16,9	27,3	0,1	35,0	1,0	11,2	5,6	80,3	24.133	3
Itueta	MG	2,7	10,1	20,7	0,2	44,3	2,0	16,1	3,1	84,0	5.641	4
Ituiutaba	MG	5,8	24,6	42,0	0,1	8,5	0,2	14,8	3,3	63,5	89.091	1
Itumbiara	GO	5,3	27,5	43,6	0,0	8,5	0,2	11,7	2,7	55,8	81.430	2
Itumirim	MG	1,5	15,2	33,2	0,0	22,8	0,5	18,8	7,2	76,3	6.391	3
Itupeva	SP	4,1	18,7	56,5	0,2	8,7	0,0	8,3	1,7	47,3	26.166	2
Itupiranga	PA	3,0	9,1	17,7	0,0	51,8	6,3	7,7	4,0	87,8	49.655	5
Ituporanga	SC	5,2	18,1	28,5	0,0	37,5	1,4	8,2	0,9	56,3	19.492	1
Iturama	MG	6,5	21,0	42,8	0,4	11,4	0,1	10,6	2,7	63,5	28.814	1
Itutinga	MG	0,7	13,5	26,4	0,0	29,5	2,8	21,4	4,9	75,8	4.140	3
Ituverava	SP	3,9	24,3	37,9	0,0	15,1	0,1	14,7	2,9	56,6	36.268	1
Itá	SC	2,6	20,5	33,0	0,0	24,9	3,4	13,4	1,3	61,2	6.764	1
Itápolis	SP	4,4	17,1	36,8	0,0	24,8	0,1	13,7	3,0	61,0	37.750	1
Iuiú	BA	0,5	13,7	18,3	0,2	37,6	0,5	14,9	14,2	84,5	10.489	3
Ivaiporã	PR	3,7	16,9	37,1	0,1	16,8	2,0	18,1	4,7	76,3	32.270	3
Ivatuba	PR	9,6	18,0	37,5	0,0	19,5	0,0	14,1	0,9	62,5	2.796	1
Ivaté	PR	0,8	15,0	30,2	0,2	39,6	0,9	10,9	2,3	83,4	6.925	3
Ivaí	PR	2,0	6,3	22,7	0,3	50,9	2,5	13,4	1,8	85,0	11.899	5
Ivinhema	MS	4,9	18,6	30,6	0,0	32,6	0,5	10,8	1,7	68,9	21.643	1
Ivolândia	GO	1,6	16,2	24,3	0,0	38,9	1,0	14,6	2,4	78,9	2.992	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Ivorá	RS	2,3	16,0	15,5	0,3	35,5	8,9	17,6	0,0	79,3	2.495	4
Ivoti	RS	4,9	25,2	52,0	0,0	5,0	0,2	10,9	1,0	45,5	15.318	2
Içara	SC	3,6	19,6	47,1	0,1	10,6	1,4	14,5	3,0	62,8	48.634	2
Iúna	ES	4,2	11,2	21,3	0,0	53,7	0,2	8,2	1,0	75,2	26.112	3
Jaboatão Guararapes	PE	2,1	27,1	42,0	0,1	0,6	0,2	19,6	7,6	69,0	581.556	1
Jaborandi	BA	0,4	7,4	14,7	0,0	23,8	26,2	22,9	4,3	85,3	10.288	6
Jaborandi	SP	1,3	14,6	27,3	0,0	37,8	0,0	14,4	4,5	75,1	6.424	3
Jaborá	SC	1,7	8,6	24,0	0,0	42,1	3,2	10,7	0,3	66,1	4.194	4
Jaboti	PR	0,6	9,5	22,9	0,0	46,2	2,6	16,8	1,1	78,5	4.590	4
Jaboticaba	RS	1,7	12,7	16,5	0,0	51,6	1,7	14,1	1,8	85,0	4.536	5
Jaboticabal	SP	5,0	26,1	43,7	0,2	6,8	0,1	14,6	2,5	48,8	67.408	1
Jaboticatubas	MG	1,7	12,0	44,8	0,0	17,3	2,0	16,6	2,5	81,1	13.530	3
Jacaraci	BA	0,0	10,0	25,6	0,0	20,9	20,1	19,1	3,6	76,3	13.520	5
Jacaraú	PB	1,6	9,0	21,5	0,0	17,2	26,5	19,1	5,0	84,6	14.117	5
Jacareacanga	PA	5,8	14,1	33,5	0,0	11,8	14,2	3,3	14,5	68,7	22.078	5
Jacarezinho	PR	3,9	21,5	37,6	0,1	17,3	0,1	15,8	3,4	67,7	39.625	1
Jacarei	SP	2,6	28,3	46,5	0,1	1,7	0,1	16,3	3,6	50,1	191.291	2
Jacaré Homens	AL	2,8	13,5	22,7	0,0	37,0	2,4	18,5	2,1	86,6	5.720	3
Jaci	SP	1,3	15,1	47,3	0,0	21,2	0,0	9,6	4,6	61,2	4.180	2
Jaciara	MT	4,6	22,5	42,7	0,1	18,7	0,1	7,8	2,7	53,6	23.796	2
Jacinto	MG	0,7	11,6	17,8	0,2	21,7	0,8	36,2	11,0	92,9	12.087	4
Jacinto Machado	SC	3,7	10,8	27,6	0,1	41,9	0,5	14,1	0,9	74,2	10.923	4
Jacobina	BA	2,7	16,1	33,5	0,1	16,3	5,7	18,8	5,8	69,9	76.492	3
Jacobina Piauí	PI	3,8	11,9	17,8	0,2	33,1	8,5	16,0	8,3	85,0	5.690	5
Jacundá	PA	4,2	11,2	41,2	0,0	25,1	0,6	10,4	6,0	73,9	40.546	3
Jacupiranga	SP	6,9	22,2	32,9	0,2	20,2	0,6	11,8	4,4	68,0	17.041	1
Jacutinga	MG	2,9	18,1	47,4	0,2	21,1	0,1	7,4	0,9	49,1	19.004	2
Jacutinga	RS	3,9	14,3	22,5	0,0	38,3	2,7	17,2	1,2	71,9	4.248	4
Jacuí	MG	0,5	13,2	25,6	0,0	43,9	0,9	13,8	1,5	71,9	7.389	3
Jacuípe	AL	0,0	11,8	11,7	0,0	26,8	3,4	21,1	18,8	86,9	7.313	4
Jaguapitã	PR	5,7	20,6	35,7	0,1	19,7	0,3	14,3	2,7	71,9	10.932	2
Jaguaquara	BA	2,5	13,7	34,7	0,0	26,5	1,2	15,8	5,5	76,0	46.621	3
Jaguarari	BA	0,7	14,2	26,3	0,5	14,2	13,5	23,0	7,3	71,3	27.412	4
Jaguaraçu	MG	0,7	18,0	31,8	1,2	16,6	1,3	24,7	5,2	84,4	2.855	3
Jaguaretama	CE	1,6	11,2	20,2	0,1	28,9	14,0	22,1	1,8	79,4	18.024	4
Jaguari	RS	2,7	15,6	22,6	0,2	34,1	3,6	19,2	1,6	68,3	12.488	4
Jaguariaíva	PR	2,3	20,2	43,1	0,1	13,6	0,8	15,9	3,3	71,9	30.780	2
Jaguaribara	CE	1,9	12,8	26,0	0,0	26,8	7,6	19,4	5,0	76,4	8.730	3
Jaguaribe	CE	1,0	20,0	28,1	0,3	21,7	3,9	20,3	3,3	73,7	35.062	3
Jaguaripe	BA	0,4	8,7	18,8	0,0	46,0	1,1	15,8	6,5	85,7	13.422	5
Jaguariúna	SP	1,6	25,4	53,1	0,0	3,7	0,0	11,9	2,2	46,4	29.597	2
Jaguaruana	CE	1,2	11,8	37,0	0,1	18,0	5,5	18,7	7,4	77,8	29.735	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Jaguaruna	SC	4,1	12,4	44,5	0,1	20,9	0,6	15,5	1,3	63,6	14.613	1
Jaguarão	RS	3,0	29,0	33,3	0,0	11,4	0,3	19,1	2,8	68,9	30.093	1
Jaguaré	ES	1,8	11,5	18,5	0,2	54,7	1,3	8,2	3,4	79,3	19.539	4
Jaicós	PI	2,7	8,7	20,5	0,2	25,7	4,5	23,0	13,7	81,6	15.859	4
Jales	SP	6,5	27,5	39,0	0,1	9,2	0,2	14,9	2,3	55,0	46.186	1
Jambeiro	SP	5,7	22,7	40,4	0,2	13,6	0,0	11,8	3,0	64,6	3.992	1
Jampruca	MG	1,9	9,6	21,0	0,0	37,3	0,0	22,3	6,4	90,1	4.716	4
Janaúba	MG	2,8	20,0	35,1	0,1	21,7	0,8	14,3	4,0	83,5	61.651	3
Jandaia	GO	1,2	16,1	25,8	0,0	37,0	0,0	12,1	7,5	71,5	6.342	3
Jandaia Sul	PR	6,3	20,2	40,5	0,0	14,7	1,0	14,1	2,3	62,9	19.676	1
Jandaira	BA	0,1	13,4	21,4	0,0	36,5	3,3	15,8	7,9	88,7	10.027	4
Jandaira	RN	2,3	13,7	31,0	0,3	18,0	1,5	23,4	8,9	82,1	6.124	3
Jandira	SP	1,8	29,4	54,2	0,1	0,0	0,0	8,7	5,0	57,0	91.807	2
Janduís	RN	1,0	18,4	23,2	0,1	6,9	9,6	32,4	8,3	80,3	5.597	3
Jangada	MT	0,3	13,1	15,8	0,0	37,5	0,0	15,5	12,4	78,5	7.134	4
Janiópolis	PR	1,3	15,3	24,8	0,2	33,3	2,1	17,8	5,1	83,6	8.084	4
Januária	MG	1,4	17,4	27,1	0,2	15,3	10,9	16,7	9,8	86,3	63.605	5
Januário Cicco	RN	0,4	8,5	22,8	0,4	21,9	19,3	17,1	9,0	85,2	7.687	5
Japaratinga	AL	0,4	13,2	32,8	0,0	24,5	0,4	15,4	12,3	83,3	6.868	3
Japarutuba	SE	1,0	18,1	34,0	0,0	18,0	7,0	17,1	4,2	79,5	14.556	3
Japaraíba	MG	2,2	21,1	33,7	0,0	23,3	0,0	10,3	1,9	68,3	3.473	2
Japeri	RJ	0,5	17,2	53,6	0,3	1,2	0,1	16,0	10,5	81,6	83.278	2
Japi	RN	0,7	9,2	18,6	0,0	9,8	28,9	15,7	17,0	88,5	6.328	6
Japira	PR	1,3	8,6	29,1	0,0	49,5	1,0	9,5	0,8	82,8	4.901	4
Japoatã	SE	0,3	15,1	25,7	0,1	36,0	2,9	16,3	3,6	83,4	13.020	3
Japonvar	MG	0,0	6,6	24,5	0,0	25,1	16,5	16,9	10,0	97,1	8.121	5
Japorã	MS	0,7	8,5	13,8	0,0	45,6	18,1	11,0	1,8	90,4	6.140	5
Japurá	AM	0,2	10,3	12,2	0,0	26,3	8,0	16,0	20,2	91,0	10.285	6
Japurá	PR	5,7	11,6	38,4	0,4	29,1	0,4	12,7	0,6	68,2	7.755	2
Jaqueira	PE	0,2	13,6	18,7	0,0	23,3	0,6	28,7	12,2	86,4	11.653	3
Jaquirana	RS	3,0	10,2	40,3	0,0	21,7	0,8	22,2	1,1	81,2	4.814	3
Jaraguari	MS	0,0	14,5	21,5	0,0	52,0	1,4	6,4	4,3	75,5	5.389	3
Jaraguá	GO	3,3	18,3	41,4	0,2	22,2	0,5	10,0	2,0	68,6	33.284	2
Jaraguá Sul	SC	4,4	30,2	50,0	0,1	2,3	0,2	10,6	1,2	38,8	108.489	2
Jaramataia	AL	2,5	8,8	31,9	0,0	39,2	0,7	14,2	2,4	88,1	5.788	3
Jardim	CE	0,4	7,0	17,7	0,0	31,1	6,6	24,1	11,7	84,4	26.900	5
Jardim	MS	5,7	19,5	38,8	0,2	13,6	0,6	13,0	6,8	67,9	22.542	1
Jardim Alegre	PR	2,3	10,3	23,1	0,0	30,0	15,7	15,0	2,0	84,1	13.673	5
Jardim Olinda	PR	2,0	15,1	18,5	0,0	17,7	0,0	20,9	25,2	86,2	1.523	4
Jardim Angicos	RN	0,0	14,7	16,0	0,0	21,6	2,9	34,6	7,3	87,8	2.670	3
Jardim Piranhas	RN	7,9	10,9	45,4	0,0	15,1	0,6	13,7	5,5	69,1	11.994	2
Jardim Mulato	PI	0,5	7,3	13,4	0,0	11,6	2,0	33,5	30,1	83,4	3.990	4

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Jardim Seridó	RN	3,8	16,0	40,6	0,1	11,1	2,1	21,1	4,7	61,3	12.041	2
Jardinópolis	SC	0,9	10,4	17,8	0,0	55,9	3,8	7,8	3,3	85,5	1.994	5
Jardinópolis	SP	4,7	24,0	46,9	0,2	11,5	0,2	9,1	2,3	56,3	30.729	2
Jari	RS	2,2	9,1	8,9	0,0	58,0	4,0	17,9	0,0	83,7	3.751	5
Jarinu	SP	4,0	15,9	51,1	0,1	13,9	0,3	8,5	2,4	62,1	17.041	1
Jaru	RO	2,2	16,8	31,9	0,0	34,0	4,3	6,1	3,8	65,8	53.600	4
Jataizinho	PR	2,5	15,0	47,3	0,0	17,4	0,1	13,6	3,8	76,2	11.327	2
Jataí	GO	5,2	24,3	44,9	0,1	13,1	0,2	8,5	3,3	57,3	75.451	2
Jatáuba	PE	0,1	9,3	31,1	0,0	28,2	10,9	12,9	7,0	80,9	14.653	4
Jateí	MS	0,8	24,6	15,9	0,0	42,4	2,7	12,3	1,2	74,4	4.054	3
Jati	CE	0,4	16,1	26,6	0,0	24,7	2,8	27,3	1,2	77,8	7.265	3
Jatobá	MA	0,1	8,3	15,2	0,0	63,5	1,9	9,0	2,0	71,4	5.055	5
Jatobá	PE	0,6	18,8	30,2	0,2	7,9	7,4	21,0	12,8	74,5	13.148	3
Jatobá Piauí	PI	1,6	9,6	14,7	0,0	51,0	4,1	16,8	1,5	84,5	4.314	4
Jaupaci	GO	3,0	13,0	29,3	0,0	26,7	0,0	21,3	6,8	78,8	3.154	3
Jauru	MT	1,8	12,0	22,5	0,0	41,0	0,9	10,6	8,9	79,8	12.764	4
Jaçanã	RN	1,6	11,7	18,4	0,0	25,6	14,1	17,8	6,7	75,2	7.677	4
Jaíba	MG	2,3	12,7	26,6	0,1	40,6	2,0	9,2	5,4	89,2	27.287	4
Jaú	SP	5,9	24,4	48,2	0,0	5,1	0,1	13,2	1,8	41,6	112.104	1
Jaú TO	TO	0,0	20,9	26,0	0,0	44,3	0,9	6,2	0,4	87,1	3.121	3
Jeceaba	MG	0,9	13,0	30,8	0,3	22,4	0,1	28,3	3,6	81,5	6.109	3
Jenipapo Minas	MG	1,4	7,2	23,7	0,0	38,0	4,5	22,5	1,8	90,5	6.490	5
Jenipapo Vieiras	MA	0,0	13,2	6,8	0,0	49,3	10,0	18,1	2,1	88,1	10.119	6
Jequeri	MG	1,1	8,6	16,1	0,2	44,0	5,8	22,2	1,0	89,8	13.658	5
Jequitai	MG	1,0	13,0	29,4	0,0	27,6	5,2	15,9	6,4	91,1	8.750	4
Jequitibá	MG	1,6	9,4	26,0	0,0	38,7	1,7	19,4	2,5	91,0	5.171	4
Jequitinhonha	MG	1,3	13,4	22,9	0,0	21,0	5,3	29,6	5,5	89,7	22.902	4
Jequié	BA	2,3	21,8	39,5	0,1	8,7	0,8	18,1	8,2	67,0	147.202	1
Jeremoabo	BA	0,5	10,4	19,9	0,3	26,1	10,7	19,2	11,9	80,8	34.916	5
Jericó	PB	2,7	13,1	22,5	0,0	27,0	6,6	16,2	4,9	75,8	7.416	3
Jeriquara	SP	4,3	11,6	23,1	0,0	52,4	0,0	5,9	1,2	78,8	3.280	3
Jerumenha	PI	0,2	15,6	27,1	0,0	16,1	10,6	22,8	7,4	83,8	4.515	3
Jerônimo Mteiro	ES	2,5	12,7	34,6	0,0	27,6	1,9	18,2	1,8	77,3	10.189	3
Jesuânia	MG	2,5	13,5	21,2	0,1	53,2	0,0	8,7	0,7	76,4	4.823	3
Jesuítas	PR	4,7	12,6	21,8	0,0	44,1	0,7	14,7	1,2	76,6	9.832	3
Jesópolis	GO	3,5	8,7	21,4	0,0	38,7	1,4	18,6	2,4	75,6	2.123	3
Ji-Paraná	RO	4,5	25,1	43,7	0,0	13,8	0,7	7,2	4,3	57,6	106.800	1
Jijoca Jericoacoara	CE	0,9	13,0	41,6	0,2	19,4	6,9	11,9	4,5	80,2	12.089	3
Jiquiriçá	BA	2,2	8,0	14,3	0,3	52,8	2,7	14,2	3,9	75,3	13.638	4
Jitaúna	BA	1,1	9,3	18,1	0,1	32,1	4,1	25,5	9,0	85,4	21.056	4
Joanésia	MG	0,6	13,3	41,4	0,2	17,1	3,1	22,0	1,7	87,3	6.802	3
Joanópolis	SP	3,7	14,1	45,4	0,1	22,0	0,6	11,8	1,1	63,1	10.409	2

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Joaquim Felício	MG	3,7	12,7	32,2	0,0	24,6	0,6	21,1	4,7	82,4	3.872	3
Joaquim Gomes	AL	1,4	7,4	22,9	0,0	34,3	0,6	19,3	13,1	86,6	21.488	3
Joaquim Nabuco	PE	0,9	11,8	23,2	0,3	25,3	0,6	26,4	11,3	86,1	15.925	3
Joaquim Pires	PI	1,4	9,1	21,5	0,0	43,3	5,1	17,7	1,4	86,9	13.076	5
Joaquim Távora	PR	3,9	16,5	34,5	0,0	22,8	0,2	18,9	2,8	74,7	9.661	3
Joaçaba	SC	7,3	32,6	34,9	0,3	4,4	2,7	15,7	1,0	46,8	24.066	1
Joáima	MG	2,3	10,4	22,3	0,0	23,0	5,3	32,4	3,8	92,0	14.682	5
Joca Marques	PI	4,6	10,4	16,4	0,0	45,7	2,6	18,6	1,2	88,6	4.349	5
Joinville	SC	4,1	30,1	46,7	0,1	0,9	0,1	14,1	3,1	46,4	429.604	1
Jordânia	MG	1,3	11,8	24,1	0,0	33,3	3,5	20,7	4,8	91,5	9.865	4
Jordão	AC	0,0	6,3	6,0	0,4	33,3	9,0	10,6	33,1	96,3	4.454	6
Joselândia	MA	0,3	9,7	7,4	0,1	14,3	6,1	24,0	6,9	88,0	14.609	5
Josenópolis	MG	0,2	7,2	24,7	1,1	11,2	20,2	19,3	16,1	94,7	4.253	5
José Boiteux	SC	5,0	11,3	19,3	0,0	37,0	14,5	7,5	2,0	69,3	4.594	5
José Bonifácio	SP	5,9	19,2	42,6	0,2	15,9	0,4	12,8	2,1	61,3	28.714	2
José Gonçalves Minas	MG	0,0	8,7	14,4	0,5	53,6	7,3	13,7	1,8	91,1	4.696	3
José Raydan	MG	0,9	4,8	15,1	1,4	30,1	0,7	35,3	11,6	91,9	3.647	5
José Penha	RN	0,3	15,2	15,6	0,0	4,9	28,4	30,6	4,2	82,5	5.908	5
José Freitas	PI	0,7	15,2	30,4	0,3	26,1	6,6	17,1	2,1	80,7	32.858	3
Joviânia	GO	7,7	17,4	30,5	0,4	28,9	0,0	11,4	3,0	67,8	6.904	1
João Alfredo	PE	1,2	8,5	27,9	0,1	16,7	15,0	22,0	8,0	78,2	27.316	4
João Costa	PI	0,0	10,8	12,0	0,0	28,4	23,9	15,7	6,2	85,5	3.025	6
João Câmara	RN	1,0	17,3	31,9	0,2	14,0	7,3	19,6	6,6	79,2	29.248	3
João Dias	RN	0,0	9,3	12,7	0,0	10,5	16,9	22,7	27,3	92,4	2.596	5
João Dourado	BA	3,1	9,8	21,8	0,0	35,5	0,4	22,8	5,5	76,1	18.967	3
João Lisboa	MA	1,3	14,2	30,8	0,1	31,4	3,1	16,7	2,1	76,8	24.598	3
João Monlevade	MG	3,9	21,8	41,4	0,2	0,5	0,2	28,6	3,4	64,4	66.690	2
João Neiva	ES	4,5	17,0	40,5	0,0	16,9	0,9	17,2	2,7	66,1	15.301	1
João Pessoa	PB	3,2	35,2	37,5	0,1	0,8	0,1	17,6	4,9	44,3	597.934	1
João Pinheiro	MG	4,5	17,4	31,4	0,0	28,5	0,6	11,3	5,8	80,6	41.368	3
João Ramalho	SP	1,3	10,3	19,9	0,0	48,4	0,0	18,1	2,1	74,7	3.842	3
Juara	MT	4,9	16,1	32,3	0,2	30,7	4,5	8,2	2,0	56,6	30.748	1
Juarez Távora	PB	0,0	13,8	38,2	0,0	16,0	14,5	15,0	2,5	79,5	7.081	3
Juarina	TO	2,1	14,1	28,7	0,0	37,9	0,5	10,7	5,6	79,1	2.333	3
Juatuba	MG	1,6	17,4	52,5	0,0	5,0	0,2	15,4	5,9	75,2	16.389	2
Juazeirinho	PB	0,1	12,7	36,3	0,0	12,9	12,9	19,4	4,8	81,9	14.873	3
Juazeiro	BA	1,9	23,5	31,5	0,1	21,1	0,7	13,6	6,6	63,7	174.567	1
Juazeiro Norte	CE	2,5	21,5	46,8	0,3	3,3	1,1	19,2	4,9	67,2	212.133	2
Juazeiro Piauí	PI	0,3	6,5	22,2	0,0	4,4	49,6	14,9	2,1	91,5	4.523	6
Jucati	PE	0,7	6,6	16,3	0,0	50,1	8,0	17,5	0,9	86,9	9.695	5
Jucurutu	RN	3,0	12,6	24,7	0,0	24,0	8,4	19,8	7,3	75,6	17.319	4
Jucuruçu	BA	1,4	8,0	12,8	0,0	46,9	5,7	15,3	8,5	82,3	12.377	5

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Jucás	CE	0,2	11,8	21,8	0,1	20,1	13,9	24,9	6,3	84,4	22.632	5
Juiz Fora	MG	4,1	30,0	39,7	0,2	1,1	0,1	20,9	2,6	49,3	456.796	1
Jumirim	SP	1,2	19,5	47,4	0,0	22,3	0,4	8,0	0,4	58,1	2.196	2
Junco MA	MA	0,9	18,0	17,0	0,0	42,3	1,9	16,2	3,7	87,4	5.533	5
Junco Seridó	PB	0,0	9,6	42,2	0,0	20,7	6,2	15,9	5,3	84,4	5.968	3
Jundiaí	SP	3,9	32,4	42,1	0,2	1,4	0,1	15,9	2,5	34,3	323.397	1
Jundiaí Sul	PR	2,6	16,0	19,2	0,0	42,2	1,1	17,6	1,3	85,0	3.659	4
Jundiá	AL	1,1	10,1	16,4	1,1	40,0	3,1	17,4	7,9	84,8	4.680	3
Junqueiro	AL	1,1	9,5	18,0	0,0	33,6	8,5	18,2	11,2	84,5	23.832	4
Junqueirópolis	SP	3,4	19,1	29,8	3,0	19,5	0,1	19,4	5,5	68,9	17.005	1
Jupi	PE	1,1	8,9	16,8	0,2	33,4	16,9	19,2	3,3	77,7	12.329	5
Jupia	SC	0,7	4,5	13,6	0,0	48,7	18,9	13,3	0,3	76,0	2.220	6
Juquitiba	SP	1,2	18,1	62,4	0,1	3,2	0,3	8,9	4,7	71,8	26.459	2
Juquiá	SP	1,4	16,8	35,6	0,0	15,2	0,6	18,7	9,4	75,7	20.516	3
Juramento	MG	0,7	14,5	23,3	0,4	35,0	6,7	15,6	2,6	91,1	3.901	4
Juranda	PR	2,4	10,8	30,1	0,0	36,0	0,7	14,3	4,1	80,7	8.134	4
Jurema	PE	2,1	8,7	13,2	0,0	29,8	16,6	23,2	6,3	83,9	13.741	5
Jurema	PI	0,5	7,5	15,0	0,0	46,6	5,7	17,3	7,4	86,3	4.047	5
Juripiranga	PB	1,0	12,1	27,1	0,0	22,6	1,9	28,4	6,3	86,1	9.647	3
Juru	PB	1,2	10,4	18,7	0,1	19,9	24,7	21,7	2,6	86,0	10.045	5
Juruaia	MG	1,2	8,6	22,0	0,1	52,3	4,1	7,4	0,3	59,3	7.680	3
Juruena	MT	4,8	15,5	44,3	0,0	28,9	0,9	1,7	2,6	55,3	5.448	2
Jurutí	PA	1,6	13,5	16,5	0,3	37,7	7,7	16,3	6,0	93,9	31.198	6
Juruá	AM	0,3	17,4	21,0	0,1	33,1	12,8	4,8	9,6	89,1	6.584	6
Juscimeira	MT	3,0	15,8	28,0	0,1	30,2	5,0	11,3	5,9	70,0	12.063	3
Jussara	BA	1,0	11,2	23,6	0,0	35,1	3,2	16,9	7,9	83,1	15.339	4
Jussara	GO	4,5	20,2	35,6	0,0	23,5	0,8	10,9	3,4	70,8	20.034	1
Jussara	PR	3,1	13,6	36,0	0,0	31,7	0,7	11,8	2,8	72,5	6.299	2
Jussari	BA	0,9	18,3	21,9	0,1	29,7	0,7	21,4	6,5	81,4	7.556	2
Jussape	BA	0,7	12,9	27,2	0,2	27,9	1,1	22,1	4,5	75,1	10.486	3
Jutai	AM	0,7	11,7	12,7	0,2	14,3	23,3	7,9	22,4	92,8	23.267	6
Juti	MS	2,2	14,6	23,1	0,0	34,4	0,5	11,1	13,4	80,3	4.981	3
Juvenília	MG	0,8	8,4	14,8	0,0	28,4	5,2	36,9	5,0	96,7	7.148	5
Juína	MT	5,7	16,0	41,6	0,1	26,5	1,3	5,0	3,1	56,8	38.017	1
Jóia	RS	5,2	13,9	19,2	0,0	42,6	2,7	11,9	4,0	81,2	8.284	5
Júlio Borges	PI	3,9	10,5	25,7	0,0	7,9	41,7	8,3	2,1	91,6	4.866	6
Júlio Mesquita	SP	1,4	15,9	25,0	0,0	35,8	0,0	15,5	4,8	77,4	4.166	3
Júlio Castilhos	RS	4,2	18,7	32,8	0,0	22,2	1,2	17,6	3,2	72,1	20.416	1
Kaloré	PR	2,0	14,1	23,6	0,0	36,0	0,4	21,4	1,1	79,2	5.044	3
Lacerdópolis	SC	5,0	11,5	28,9	0,0	41,6	3,4	8,0	0,0	47,1	2.173	4
Ladainha	MG	1,1	7,1	13,1	0,0	52,4	5,5	18,6	2,0	93,9	15.832	5
Ladário	MS	1,1	29,8	34,2	0,3	8,7	1,1	17,0	6,7	64,6	15.313	1

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Lafaiete Coutinho	BA	0,0	14,3	24,0	0,0	39,1	0,9	17,3	3,8	82,3	4.102	3
Lagamar	MG	3,3	13,7	26,2	0,0	35,2	2,0	15,4	3,9	77,8	7.710	3
Lagarto	SE	1,9	17,5	31,5	0,3	25,3	2,1	15,9	4,5	74,4	83.334	3
Lages	SC	4,7	26,1	44,0	0,2	3,7	0,2	16,1	3,5	60,2	157.682	1
Lago Verde	MA	0,3	9,7	17,8	0,0	36,9	14,4	14,9	4,7	90,7	13.038	5
Lago Pedra	MA	1,7	11,9	22,5	0,2	37,7	3,5	19,6	2,9	81,8	40.405	4
Lago Junco	MA	0,4	10,8	10,5	0,0	42,6	16,2	18,1	1,4	88,0	9.833	6
Lago Rodrigues	MA	0,9	10,7	19,8	0,0	43,2	5,6	15,7	2,5	87,0	8.443	5
Lagoa	PB	0,5	11,8	11,2	0,0	47,9	3,3	22,3	3,0	86,8	4.844	4
Lagoa Alegre	PI	1,0	11,4	21,1	0,0	47,7	10,8	7,3	0,7	89,1	6.849	5
Lagoa Dourada	MG	4,7	9,6	29,2	0,0	34,9	3,2	14,5	3,5	85,9	11.486	4
Lagoa Formosa	MG	5,6	13,4	20,7	0,0	38,1	1,0	14,1	1,9	72,0	16.483	3
Lagoa Grande	MG	3,1	18,1	22,6	0,3	42,5	2,2	9,0	2,2	75,7	7.610	3
Lagoa Grande	PE	2,6	9,9	23,0	0,2	39,4	4,4	14,0	6,0	79,2	19.137	3
Lagoa Grande MA	MA	0,0	8,0	5,4	0,0	42,3	22,7	12,1	8,8	92,1	8.469	6
Lagoa Nova	RN	0,6	12,0	19,9	0,1	19,5	23,1	20,0	4,8	83,9	12.058	5
Lagoa Real	BA	0,0	5,3	13,8	0,1	45,6	6,2	20,4	4,7	86,1	12.765	5
Lagoa Salgada	RN	0,4	7,5	24,0	0,0	20,8	1,7	25,7	17,6	84,0	6.808	4
Lagoa S.	MG	2,1	24,5	49,7	0,2	2,7	0,0	15,3	4,4	62,3	37.872	2
Lagoa Seca	PB	2,1	16,2	30,1	0,4	19,0	7,1	18,3	4,0	75,9	24.154	3
Lagoa Vermelha	RS	3,5	20,6	34,7	0,0	18,5	0,7	17,0	4,3	71,0	29.833	1
Lagoa d'Anta	RN	2,1	7,7	25,0	0,0	28,2	7,5	23,7	5,3	82,0	5.629	4
Lagoa Canoa	AL	1,8	11,0	17,1	0,0	50,0	2,9	13,7	3,5	85,2	19.988	4
Lagoa ConfuS.	TO	3,3	22,2	28,1	0,0	19,7	10,2	7,8	7,3	78,3	6.168	4
Lagoa Prata	MG	4,0	16,4	52,0	0,2	13,5	0,0	10,5	2,4	67,3	38.758	2
Lagoa Dentro	PB	0,8	14,0	13,4	0,0	27,9	15,0	24,9	3,6	80,2	7.086	5
Lagoa Pedras	RN	0,0	6,8	12,3	0,0	24,0	7,2	27,2	21,5	88,9	6.395	5
Lagoa S. Francisco	PI	3,3	12,6	18,0	0,0	16,8	24,2	22,6	1,9	91,2	5.795	5
Lagoa Velhos	RN	0,0	13,6	32,2	0,0	12,2	26,7	13,6	1,7	82,7	2.651	5
Lagoa Barro Piauí	PI	0,0	5,8	13,3	0,0	17,1	14,5	29,5	16,0	88,2	4.450	5
Lagoa Carro	PE	0,6	16,8	36,6	0,0	16,2	3,1	17,5	5,2	75,7	13.110	2
Lagoa Itaenga	PE	1,0	14,3	37,4	0,1	16,5	2,5	17,3	9,6	81,0	20.172	2
Lagoa Mato	MA	1,2	8,0	11,4	0,0	24,6	38,6	14,3	1,8	89,2	9.446	6
Lagoa Ouro	PE	0,0	8,8	12,5	0,1	17,7	41,9	16,1	2,8	86,2	11.324	6
Lagoa Piauí	PI	0,7	11,6	33,6	0,0	5,2	31,9	13,7	3,2	91,3	3.488	5
Lagoa Sítio	PI	1,0	11,4	13,2	0,0	12,1	38,1	16,7	5,8	88,7	4.138	6
Lagoa TO	TO	0,0	19,3	12,2	0,0	7,4	3,2	21,6	30,0	96,9	2.530	5
Lagoa Gatos	PE	1,7	10,4	19,6	0,0	28,0	15,6	19,8	4,1	82,7	16.100	5
Lagoa Patos	MG	0,2	11,3	25,1	0,1	39,9	2,4	17,4	3,2	94,8	4.454	4
Lagoa Três Cantos	RS	4,5	8,6	16,8	0,0	49,0	0,9	13,5	5,3	62,3	1.627	5
Lagoinha	SP	3,5	16,0	31,0	0,0	23,8	0,9	19,4	4,4	76,3	4.957	3
Lagoinha Piauí	PI	0,3	16,1	27,1	0,0	25,2	3,9	26,1	1,3	85,0	2.231	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Lagoão	RS	1,4	11,2	10,3	0,0	54,2	5,5	16,6	0,8	89,8	6.098	6
Laguna	SC	3,0	21,4	36,5	0,5	7,1	1,4	25,8	3,6	65,4	47.568	1
Laguna Carapã	MS	4,1	8,1	26,6	0,0	44,0	7,3	8,0	1,7	72,1	5.531	4
Laje	BA	1,9	10,4	19,8	0,0	45,3	10,1	8,7	1,7	75,9	19.601	5
Laje Muriaé	RJ	0,7	19,8	38,2	0,2	18,3	0,0	19,2	3,0	80,9	7.909	3
Lajeado	RS	6,9	25,6	45,4	0,3	5,5	1,1	13,5	1,4	47,7	64.133	1
Lajeado	TO	4,2	24,4	41,4	0,0	14,9	1,2	8,5	5,5	63,4	2.344	1
Lajeado Grande	SC	1,9	14,1	19,8	0,0	47,1	0,8	15,8	0,0	50,7	1.572	4
Lajeado Novo	MA	1,4	12,1	13,2	0,0	40,5	11,1	17,0	4,7	80,2	5.717	5
Lajeado Bugre	RS	0,0	8,2	18,5	0,0	62,9	0,5	10,0	0,0	92,9	2.463	5
Lajedinho	BA	0,3	11,2	17,3	0,0	42,8	2,4	17,4	4,8	88,5	4.352	4
Lajedo	PE	4,2	11,1	35,5	0,3	17,8	9,2	17,3	4,3	69,8	32.209	3
Lajedo Tabocal	BA	1,7	14,9	23,3	0,2	34,8	3,0	18,1	4,1	81,3	8.100	3
Lajedão	BA	2,6	14,1	23,3	0,0	42,6	0,4	10,2	6,6	68,2	3.409	3
Lajes	RN	1,0	19,6	29,9	0,0	12,5	3,6	26,1	6,1	77,2	9.399	3
Lajes Pintadas	RN	1,0	10,7	19,6	0,0	10,5	6,2	32,0	17,2	75,1	4.530	3
Lajinha	MG	3,9	10,5	16,9	0,2	45,0	7,2	13,2	2,2	79,7	19.528	4
Lamarão	BA	0,0	9,9	29,7	0,0	28,9	15,4	14,1	1,5	79,8	9.523	3
Lambari	MG	2,8	13,8	41,9	0,0	21,9	0,0	16,6	2,3	67,3	18.249	1
Lambari D'Oeste	MT	0,9	15,7	29,4	0,0	35,0	0,5	9,2	8,9	75,6	4.690	3
Lamim	MG	0,8	10,1	33,1	0,2	23,1	5,8	25,1	1,6	91,0	3.587	3
Landri Sales	PI	0,0	14,3	23,7	0,0	18,6	12,3	22,5	6,8	77,0	5.628	4
Lapa	PR	2,6	15,1	35,3	0,1	22,1	2,9	15,9	4,6	74,2	41.838	3
Lapão	BA	1,1	10,8	21,6	0,2	39,8	0,6	15,6	9,6	78,7	24.727	4
Laranja Terra	ES	2,3	7,3	12,2	0,0	63,7	3,8	10,1	0,3	80,6	10.934	5
Laranjal	MG	2,8	15,2	31,3	0,0	28,1	0,0	20,3	1,9	76,4	6.234	3
Laranjal	PR	0,9	9,4	10,0	0,0	63,6	3,3	8,5	2,4	89,6	7.192	6
Laranjal Pta	SP	5,5	18,7	49,7	0,0	11,4	0,3	12,6	0,8	52,8	22.145	2
Laranjal Jari	AP	2,4	21,8	45,5	0,0	12,0	0,1	8,3	8,4	68,2	28.515	1
Laranjeiras	SE	0,2	27,9	34,5	0,0	5,7	2,1	14,3	13,7	80,9	23.560	3
Laranjeiras Sul	PR	3,4	19,4	40,9	0,3	16,9	0,5	13,0	5,1	73,1	30.025	1
Lassance	MG	1,5	12,7	23,3	0,7	38,2	1,5	14,2	7,4	88,8	6.554	4
Lastro	PB	0,3	8,3	22,8	0,0	9,9	15,6	41,5	1,5	91,6	3.118	4
Laurentino	SC	8,4	16,8	42,1	0,6	21,1	0,4	8,3	1,2	51,1	5.062	1
Lauro Muller	SC	4,1	13,1	43,3	0,2	8,2	1,5	26,4	2,6	66,3	13.604	2
Lauro Freitas	BA	5,4	27,1	47,3	0,2	0,5	0,1	11,5	7,0	64,4	113.543	1
Lavandeira	TO	0,0	12,7	18,4	0,0	10,2	0,0	24,3	34,4	97,1	1.209	4
Lavras	MG	4,2	25,4	38,8	0,3	6,1	0,3	21,4	2,3	57,3	78.772	1
Lavras Mangabeira	CE	1,6	8,1	27,4	0,0	16,7	11,1	25,8	9,0	82,4	31.360	4
Lavras Sul	RS	1,4	22,5	26,1	0,1	18,7	1,5	22,8	3,3	73,7	8.109	1
Lavrinhas	SP	2,6	14,1	54,6	0,0	7,8	0,0	17,7	2,8	77,7	6.008	2
Lavinia	SP	3,8	19,8	27,5	0,0	27,3	1,0	14,4	3,5	68,9	5.131	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Leandro Ferreira	MG	3,6	17,6	29,1	0,0	33,5	0,0	13,8	2,4	66,7	3.227	3
Lebon Régis	SC	1,6	12,1	24,6	0,1	44,1	1,9	11,5	3,1	82,5	11.682	4
Leme	SP	4,5	19,0	44,6	0,0	17,6	0,1	10,5	2,4	56,6	80.757	2
Leme Prado	MG	1,8	15,3	27,9	0,0	31,8	9,5	12,0	1,6	87,4	4.736	4
Lençóis	BA	3,4	14,8	40,7	0,1	13,7	7,3	9,1	8,8	72,2	8.910	3
Lençóis Pta	SP	2,8	22,3	47,7	0,3	9,4	0,1	14,7	2,3	52,3	55.042	2
Leoberto Leal	SC	1,7	4,6	8,7	0,0	73,1	3,7	7,6	0,6	74,7	3.739	6
Leopoldina	MG	3,4	19,2	43,6	0,0	11,5	0,1	18,9	2,3	70,8	50.097	2
Leopoldo Bulhões	GO	3,0	11,5	27,3	0,0	44,4	0,4	10,4	1,7	69,8	7.766	3
Leópolis	PR	1,3	16,5	22,8	0,4	39,4	1,4	14,6	3,5	77,7	4.440	3
Liberato Salzano	RS	1,8	9,4	11,6	0,0	63,3	2,8	9,3	1,3	84,8	6.574	6
Liberdade	MG	1,1	17,7	33,8	0,0	20,2	3,6	21,0	2,3	80,3	5.792	3
Licínio Almeida	BA	0,5	10,3	21,0	0,0	17,0	17,1	27,3	5,3	76,5	12.349	4
Lidianópolis	PR	1,3	11,1	14,4	0,2	55,4	2,6	13,9	1,1	82,7	4.783	4
Lima Campos	MA	0,3	9,9	17,4	0,0	26,4	21,9	22,5	1,4	80,6	10.749	5
Lima Duarte	MG	2,6	14,0	34,6	0,3	24,5	0,5	20,0	2,3	76,6	15.708	3
Limeira	SP	4,3	25,1	50,2	0,1	2,8	0,0	13,6	2,9	49,0	249.046	2
Limeira Oeste	MG	6,0	8,5	27,6	0,0	33,0	1,3	8,9	7,6	77,7	6.170	4
Limoeiro	PE	1,6	18,3	34,7	0,1	11,5	4,3	21,3	7,9	69,9	56.322	1
Limoeiro Anadia	AL	1,8	9,4	12,1	0,0	49,2	3,5	14,1	9,8	86,8	24.263	5
Limoeiro Ajuru	PA	3,1	17,2	30,6	0,0	28,9	5,0	10,1	3,9	90,0	19.564	5
Limoeiro Norte	CE	3,1	16,1	33,9	0,1	19,3	3,5	17,1	6,4	67,9	49.620	1
Lindoele	PR	0,4	12,1	24,0	0,0	47,0	0,5	11,9	3,7	84,6	6.224	5
Lindolfo Collor	RS	1,1	12,2	63,5	0,0	7,5	1,0	12,3	1,2	66,3	4.414	2
Lindóia	SP	5,1	19,0	56,2	0,0	7,1	0,0	9,9	0,4	45,2	5.331	2
Lindóia Sul	SC	3,6	9,5	20,4	0,0	48,5	6,8	10,8	0,1	65,5	4.877	5
Linha Nova	RS	0,0	10,6	16,8	0,0	55,5	2,4	12,1	0,0	63,7	1.564	4
Linhares	ES	4,6	21,2	41,5	0,0	18,5	0,2	10,8	3,0	71,5	112.617	1
Lins	SP	5,1	28,2	41,9	0,4	2,7	0,1	17,6	3,4	48,3	65.952	1
Livramento	PB	0,3	12,9	20,4	0,0	13,8	27,2	19,1	6,1	88,4	7.605	5
Livram. N. Senhora	BA	1,3	12,4	26,2	0,0	26,0	3,7	21,7	7,9	72,1	38.025	3
Lizarda	TO	0,0	15,3	14,6	0,0	36,1	7,6	11,9	11,5	92,8	3.787	5
Loanda	PR	4,2	16,9	46,7	0,0	14,8	0,3	14,0	2,8	73,5	19.549	2
Lobato	PR	0,4	15,3	46,2	0,0	26,7	0,0	7,1	3,8	68,6	4.064	2
Logradouro	PB	0,5	11,5	34,1	0,0	8,1	26,3	17,9	1,6	86,0	3.389	4
Londrina	PR	6,2	32,4	42,2	0,1	3,5	0,2	12,0	2,8	48,0	447.065	1
Lontra	MG	1,2	11,7	25,8	0,2	20,6	11,7	18,5	10,2	92,7	7.640	5
Lontras	SC	4,1	14,2	47,0	0,2	14,5	5,4	10,4	0,7	65,0	8.381	2
Lorena	SP	2,4	27,7	40,3	0,1	2,3	0,0	21,7	4,6	55,9	77.990	1
Loreto	MA	0,3	8,6	15,3	0,0	19,9	9,7	25,2	20,3	86,5	10.024	5
Lourdes	SP	2,3	9,7	24,3	0,0	46,3	0,6	15,4	0,8	79,6	2.007	3
Louveira	SP	6,2	23,6	52,7	0,0	5,8	0,2	7,3	1,7	48,9	23.903	2

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Lucas Rio Verde	MT	6,8	20,5	46,3	0,0	21,7	0,1	2,6	1,8	37,6	19.316	1
Lucena	PB	0,7	11,4	37,2	0,0	17,8	1,6	19,5	11,7	84,9	9.755	3
Lucianópolis	SP	1,3	10,8	35,2	0,0	35,8	0,0	11,5	4,2	82,0	2.154	3
Luciára	MT	0,0	19,7	32,9	0,0	22,8	8,0	12,3	4,4	76,2	2.494	3
Lucrécia	RN	0,3	18,8	25,7	0,3	7,1	13,1	25,8	7,5	76,6	3.218	4
Lucélia	SP	2,7	18,5	41,3	0,0	11,5	0,0	17,4	7,7	69,2	18.316	2
Luisburgo	MG	0,8	7,1	13,3	0,0	56,4	12,1	9,1	0,8	76,9	6.297	5
Luislândia	MG	1,8	7,5	24,0	0,0	45,5	2,4	17,7	1,1	94,8	6.121	4
Luiz Alves	SC	11,8	13,5	42,4	0,1	22,8	3,5	5,4	0,3	43,9	7.974	1
Luiziana	PR	2,4	9,3	39,2	0,0	31,3	1,5	11,8	4,5	85,2	7.540	3
Luiziânia	SP	4,4	11,8	27,5	0,0	37,6	0,0	14,9	2,4	74,4	4.274	3
Luminárias	MG	2,0	10,4	44,8	0,0	29,1	0,4	11,4	0,9	76,5	5.482	2
Lunardelli	PR	1,3	9,6	18,9	0,0	49,8	1,1	17,3	0,7	83,4	5.668	4
Lupionópolis	PR	3,5	16,6	23,0	0,0	40,7	0,7	12,9	2,3	78,3	4.323	3
Lupércio	SP	0,7	21,5	23,1	0,0	40,3	0,0	12,4	1,8	78,7	4.230	3
Lutécia	SP	4,1	12,4	26,5	0,0	38,9	0,6	16,2	1,2	69,0	2.897	3
Luz	MG	7,0	18,7	36,9	0,0	25,0	0,1	9,9	2,4	65,5	16.833	1
Luzerna	SC	7,0	21,0	37,5	0,1	20,4	2,0	10,9	0,5	51,8	5.572	1
Luzilândia	PI	0,9	13,3	25,1	0,2	30,8	5,6	19,2	1,7	81,8	24.042	4
Luzinópolis	TO	0,2	20,6	26,7	1,0	13,5	3,3	16,0	15,0	89,0	2.021	4
Luziânia	GO	1,9	22,0	53,3	0,0	5,3	0,1	10,3	6,1	68,5	141.082	2
Luís Antônio	SP	2,4	19,2	47,8	0,0	14,1	0,0	10,5	5,3	56,9	7.160	2
Luís Correia	PI	0,7	9,8	23,0	0,0	30,2	12,0	17,5	5,8	84,9	24.253	5
Luís Domingues	MA	4,0	16,0	19,3	0,0	29,2	7,5	12,3	9,2	81,5	5.724	5
Luís Gomes	RN	0,5	14,3	22,1	0,0	8,8	23,9	21,6	5,2	80,8	9.154	5
Lábrea	AM	0,4	11,4	21,0	0,0	18,6	14,8	17,5	14,9	89,6	28.956	6
Macajuba	BA	1,2	8,6	21,3	0,1	26,1	13,7	21,3	7,5	85,9	11.474	5
Macambira	SE	0,2	14,2	24,5	0,2	27,4	3,9	23,8	4,2	78,5	5.802	3
Macaparana	PE	1,2	14,9	24,0	0,4	18,7	3,2	28,2	9,0	79,1	22.494	3
Macapá	AP	1,9	35,5	41,4	0,1	3,3	0,4	10,1	6,5	56,0	283.308	1
Macarani	BA	2,3	11,9	26,6	0,5	26,5	0,6	21,1	9,3	76,2	14.594	3
Macatuba	SP	2,8	12,4	35,9	0,0	29,4	0,0	15,6	2,4	62,5	15.752	2
Macau	RN	1,1	20,2	34,2	0,3	10,3	0,3	28,9	4,3	65,2	25.700	2
Macaubal	SP	4,0	18,4	29,2	0,0	29,7	0,2	17,7	0,4	65,9	7.385	1
Macaé	RJ	3,4	29,8	45,7	0,0	3,5	0,1	13,4	2,9	54,1	132.461	1
Macaíba	RN	0,9	16,2	45,6	0,1	9,6	3,1	16,7	7,1	84,6	54.883	3
Macaúbas	BA	1,0	8,3	22,2	0,3	17,9	6,6	23,8	17,4	83,6	41.806	4
Macedônia	SP	4,6	13,1	32,1	0,0	31,6	0,0	15,1	2,3	77,7	3.781	3
Maceió	AL	2,5	30,6	38,4	0,1	1,2	0,0	17,9	8,4	64,5	797.759	1
Machacalis	MG	4,0	8,9	25,3	0,0	27,5	3,0	26,9	4,2	90,9	6.917	4
Machadinho	RS	1,9	13,9	23,0	0,7	38,2	2,6	17,1	2,2	75,3	5.728	4
Machadinho D'Oeste	RO	1,8	12,8	19,6	0,0	34,5	3,5	8,4	17,5	70,0	22.739	4

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Machado	MG	5,7	18,3	33,2	0,1	31,6	0,2	8,4	1,1	61,9	34.877	1
Machados	PE	1,5	11,8	18,8	0,0	34,8	8,1	20,8	4,0	78,4	9.826	4
Macieira	SC	2,5	5,3	24,9	0,0	37,8	0,0	11,8	17,8	76,7	1.900	5
Macuco	RJ	1,6	24,4	39,0	0,0	6,3	0,9	21,3	6,4	71,2	4.886	2
Macururé	BA	0,6	15,5	18,6	0,0	36,1	4,1	17,5	7,5	83,1	8.612	5
Madalena	CE	0,0	8,7	17,5	0,0	37,6	9,7	20,6	5,9	82,4	14.864	5
Madeiro	PI	0,0	13,5	22,5	0,0	46,3	6,9	8,2	1,5	93,8	6.771	5
Madre Deus	BA	1,1	22,0	42,7	0,0	1,8	0,3	19,2	11,8	74,5	12.036	2
Madre Deus Minas	MG	1,2	18,3	28,9	0,0	22,6	1,4	22,6	5,0	80,4	4.734	3
Maetinga	BA	0,0	4,3	21,4	0,0	41,0	17,4	13,6	2,0	86,1	13.686	5
Maíra	SC	3,4	18,3	43,3	0,1	12,6	0,7	18,1	2,3	64,6	49.940	1
Magalhães Barata	PA	0,0	11,9	26,7	0,0	8,7	27,6	16,3	8,3	90,5	7.693	6
Magalhães Almeida	MA	0,4	10,2	19,3	0,0	17,2	29,8	15,0	7,8	89,2	13.021	6
Magda	SP	2,4	16,9	33,3	0,0	25,2	0,7	15,0	5,4	70,2	3.486	3
Magé	RJ	1,6	19,7	49,7	0,3	2,5	0,3	18,8	6,5	72,4	205.830	2
Maiquinique	BA	0,7	15,0	27,8	0,0	31,6	1,5	16,4	6,9	77,2	7.326	3
Mairi	BA	1,5	9,7	23,8	0,0	33,4	7,4	20,8	3,2	82,7	20.085	4
Mairinque	SP	2,5	18,1	55,9	0,3	2,4	0,1	13,8	4,5	55,7	39.975	2
Mairiporã	SP	4,1	25,3	54,0	0,1	1,1	0,1	9,8	4,6	55,8	60.111	1
Mairipotaba	GO	5,4	12,0	26,4	0,0	36,2	0,0	16,4	2,0	62,0	2.403	1
Major Gercino	SC	1,2	13,5	30,3	0,0	38,0	3,0	12,8	0,0	69,6	3.143	3
Major Isidoro	AL	0,8	9,8	22,2	0,0	30,3	6,8	19,4	9,5	84,6	17.639	3
Major Sales	RN	0,0	9,2	12,1	0,0	3,3	36,4	24,7	6,7	86,2	2.948	6
Major Vieira	SC	10,4	10,3	15,6	0,0	35,5	2,3	15,3	8,8	82,0	6.906	5
Malacacheta	MG	2,1	11,9	20,6	0,2	33,7	3,7	17,7	8,8	86,9	19.916	5
Malhada	BA	0,1	11,5	21,1	0,0	42,7	2,2	11,2	9,6	88,5	15.614	4
Malhada Pedras	BA	0,4	9,4	21,4	0,0	24,1	18,8	22,0	4,0	80,6	8.426	5
Malhada Bois	SE	0,0	13,8	36,3	0,3	17,8	2,7	16,0	13,1	87,6	3.208	3
Malhador	SE	2,1	16,6	28,4	0,2	34,9	3,9	11,7	1,6	78,4	11.481	3
Mallet	PR	2,7	9,8	34,5	0,1	33,1	4,6	12,8	2,3	78,9	12.602	4
Malta	PB	2,7	13,3	29,1	0,0	8,2	10,6	31,6	4,5	75,6	5.692	3
Mamanguape	PB	2,4	13,0	36,0	0,1	18,6	3,6	18,9	7,5	80,8	38.772	3
Mambai	GO	1,5	17,3	34,9	0,0	27,8	7,2	5,4	2,6	86,7	4.838	5
Mamborê	PR	3,1	14,5	32,0	0,5	26,1	0,1	15,8	7,5	80,8	15.156	3
Mamonas	MG	0,3	4,3	25,0	1,4	28,8	12,7	22,7	3,8	93,3	6.138	5
Mampituba	RS	0,3	5,5	12,5	0,0	65,5	4,9	9,4	0,0	78,1	3.106	5
Manacapuru	AM	1,0	14,6	28,3	0,3	28,2	3,1	12,0	9,9	81,1	73.695	4
Manaquiri	AM	0,6	11,2	15,4	0,0	41,4	14,1	7,9	7,5	81,3	12.711	6
Manari	PE	0,1	6,7	5,2	0,0	11,1	64,1	10,6	2,2	94,8	13.028	6
Manaus	AM	1,9	31,1	44,0	0,1	1,0	0,2	11,3	9,1	56,3	1.405.835	1
Manáira	PB	0,8	11,3	16,1	0,2	41,3	10,4	18,3	1,5	87,2	10.473	5
Mandaguari	PR	3,6	17,9	49,0	0,1	12,4	0,2	13,2	3,0	66,5	31.395	2

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Mandaguaçu	PR	4,7	18,0	39,9	0,0	22,5	0,0	11,4	3,1	68,7	16.828	2
Mandirituba	PR	2,5	16,9	36,7	0,2	17,8	1,1	15,1	3,8	72,7	17.540	3
Manduri	SP	4,1	16,7	37,2	0,1	24,5	0,3	14,4	2,3	68,0	8.271	2
Manfrinópolis	PR	0,2	6,3	9,5	0,0	69,6	3,5	10,5	0,4	85,6	3.802	6
Manga	MG	0,3	16,1	28,6	0,0	28,2	7,3	13,4	5,8	92,6	21.959	5
Mangaratiba	RJ	4,5	25,8	42,2	0,3	5,1	0,1	18,1	2,8	58,1	24.901	1
Mangueirinha	PR	4,7	13,4	30,0	0,0	27,7	3,7	13,8	6,3	81,0	17.760	4
Manhuaçu	MG	4,3	20,5	32,1	0,1	25,5	1,9	10,9	3,4	67,6	67.123	1
Manhumirim	MG	4,2	19,0	32,2	0,1	28,2	0,7	13,2	1,2	75,7	20.025	3
Manicoré	AM	0,3	14,4	16,0	0,0	30,5	10,2	17,1	6,9	87,8	38.038	5
Manoel Emídio	PI	0,4	14,6	29,8	0,0	28,9	5,3	16,0	4,4	81,2	5.151	4
Manoel Ribas	PR	2,1	14,9	26,3	0,0	27,7	1,8	14,7	3,5	81,0	13.066	4
Manoel Urbano	AC	1,2	20,4	20,9	0,1	22,9	21,7	8,7	3,7	80,9	6.374	6
Manoel Viana	RS	2,2	15,2	28,1	0,1	26,8	5,6	16,1	4,8	84,4	6.995	4
Manoel Vitorino	BA	0,5	12,1	29,1	0,0	28,5	3,6	16,3	9,5	83,4	16.807	3
Mansidão	BA	0,4	13,2	15,4	0,2	3,6	28,0	18,3	19,3	89,8	11.046	6
Mantena	MG	3,3	15,0	30,3	0,0	23,5	2,0	19,5	5,3	78,6	26.872	3
Mantenópolis	ES	1,7	8,3	18,3	0,1	52,8	0,8	14,2	3,6	83,7	12.201	4
Maquiné	RS	3,7	13,2	23,6	0,1	36,0	4,9	15,1	2,9	73,2	7.304	4
Mar Vermelho	AL	1,1	13,6	20,3	0,3	21,9	19,5	18,7	4,6	85,5	4.078	5
Mar Espanha	MG	2,0	17,3	41,9	0,1	15,2	0,2	19,6	3,1	71,9	10.567	2
Mara Rosa	GO	4,2	16,4	27,2	0,0	32,6	0,2	13,8	4,9	81,3	11.939	3
Marabá	PA	3,5	24,4	40,2	0,1	13,3	3,4	8,5	5,8	67,8	168.020	1
Marabá Pta	SP	0,7	17,6	23,2	0,0	31,7	0,0	20,0	6,2	85,4	3.784	3
Maracaju	MS	5,7	21,1	36,9	0,0	22,9	0,7	8,3	3,8	64,1	26.219	1
Maracajá	SC	2,3	18,3	45,7	0,0	16,4	0,0	13,8	2,7	63,1	5.541	1
Maracanaú	CE	1,1	24,3	52,2	0,1	1,3	0,2	12,7	7,6	77,8	179.732	2
Maracanã	PA	0,4	12,6	19,1	0,0	30,0	12,1	16,3	8,5	88,8	27.571	6
Maracaçumé	MA	2,1	13,2	30,5	0,1	28,1	8,2	11,1	5,9	77,4	14.866	4
Maracaí	SP	3,2	16,4	38,9	0,0	24,3	0,3	14,7	2,2	67,1	13.004	2
Maracás	BA	1,1	13,7	23,2	0,0	35,8	0,5	19,2	5,4	86,2	31.683	3
Maragogi	AL	1,3	12,4	24,6	0,0	29,3	5,0	15,6	9,5	82,2	21.832	4
Maragogipe	BA	1,1	8,3	15,7	0,3	18,6	8,5	25,6	6,5	78,1	41.418	4
Maraial	PE	0,5	10,8	18,0	0,1	41,1	0,1	18,5	10,4	89,6	14.706	3
Marajá Sena	MA	0,3	8,1	7,5	0,0	62,2	14,2	7,0	0,5	84,1	7.161	6
Maranguape	CE	1,0	18,0	43,4	0,1	13,2	3,0	14,6	6,2	85,9	88.135	3
MAzinho	MA	0,5	6,8	9,2	0,0	30,6	9,5	14,0	26,9	93,1	8.445	6
Marapanim	PA	0,5	10,3	24,9	0,2	19,1	7,2	17,8	9,1	86,3	24.718	5
Marapoama	SP	3,9	5,5	39,0	0,0	35,0	0,2	11,5	3,9	71,7	2.238	2
Marataízes	ES	4,5	16,1	35,3	0,1	24,9	0,2	14,8	2,4	75,0	30.603	4
Maratá	RS	1,8	8,9	33,3	0,0	45,6	4,0	4,9	0,0	58,2	2.513	3
Marau	RS	4,6	17,4	48,5	0,1	15,0	1,1	11,6	0,9	50,2	28.361	2

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Maravilha	AL	0,0	7,2	11,6	0,0	28,9	22,3	16,9	13,2	91,9	13.687	6
Maravilha	SC	4,6	22,3	41,4	0,0	16,1	2,5	11,0	1,5	58,6	18.521	1
Maravilhas	MG	3,4	13,0	42,1	0,0	19,2	0,0	16,0	5,4	83,7	6.232	3
Maraã	AM	0,5	9,6	8,4	0,0	43,9	8,4	11,8	10,9	91,0	17.079	6
Maraú	BA	0,7	7,9	14,9	0,0	48,5	2,6	15,8	9,5	87,7	19.621	4
Marcação	PB	0,0	8,0	21,8	0,0	18,1	22,0	20,7	7,3	93,6	6.203	5
Marcelino Ramos	RS	0,4	17,9	27,1	0,0	31,8	3,2	15,9	2,3	72,7	6.108	4
Marcelino Vieira	RN	1,0	10,6	23,2	0,1	5,7	30,2	23,7	5,4	82,5	8.373	5
Marcelândia	MT	4,1	12,1	55,0	0,0	21,8	0,8	2,2	2,1	46,3	14.448	2
Marcionílio Souza	BA	0,9	10,3	23,6	0,2	27,5	5,4	19,1	9,4	83,1	10.775	4
Marco	CE	1,9	17,3	34,3	0,0	19,5	6,0	12,0	6,3	83,8	20.427	3
Marcolândia	PI	2,3	11,9	31,2	0,3	20,6	2,8	17,3	11,5	78,1	6.178	3
Marcos Parente	PI	0,8	17,7	34,8	0,0	14,9	4,9	24,3	1,0	76,8	4.279	3
Mar. Cândido Rondon	PR	6,8	22,7	35,7	0,0	21,8	0,8	10,1	1,6	56,7	41.007	1
Mar. Deodoro	AL	0,4	17,3	38,2	0,1	15,1	0,5	15,7	11,2	86,5	35.866	3
Mar. Floriano	ES	6,9	12,6	29,4	0,1	40,2	0,6	9,0	1,2	67,7	12.188	4
Mar. Thaumaturgo	AC	0,8	8,5	13,7	0,7	22,1	16,5	12,0	25,7	94,7	8.295	6
Marema	SC	6,6	11,7	15,8	0,0	52,8	4,5	7,6	0,4	59,3	2.651	5
Mari	PB	1,4	11,4	24,0	0,5	26,1	2,8	27,9	5,7	79,6	20.663	3
Maria Helena	PR	0,7	13,6	20,1	0,0	41,1	1,2	18,6	4,6	86,1	6.384	4
Maria Fé	MG	3,5	15,1	30,0	0,0	37,3	0,7	8,9	2,6	80,0	14.607	4
Marialva	PR	5,4	18,2	38,0	0,1	26,3	0,2	9,6	1,7	63,9	28.702	1
Mariana	MG	1,5	21,1	45,4	0,1	6,8	2,4	18,7	3,5	71,4	46.710	1
Mariana Pimentel	RS	4,3	8,8	14,8	0,0	47,4	2,3	22,0	0,4	74,4	3.733	5
Mariano Moro	RS	4,4	10,7	18,7	0,0	49,0	2,7	13,3	1,2	69,5	2.474	5
Marianópolis TO	TO	1,3	17,5	32,9	0,0	25,4	8,1	8,3	5,1	75,3	3.332	3
Maribondo	AL	1,2	13,5	28,6	0,0	20,9	7,1	19,9	8,0	79,9	15.145	3
Maricá	RJ	3,5	23,4	49,2	0,2	1,5	0,4	16,9	4,4	59,5	76.737	2
Marilac	MG	1,7	11,5	24,0	0,0	28,4	0,2	24,7	7,0	89,2	4.424	4
Marilena	PR	0,5	9,1	30,7	0,0	39,7	2,3	14,1	3,3	83,2	6.756	3
Mariluz	PR	1,5	12,9	19,4	0,2	39,8	5,0	16,0	4,7	86,0	10.296	4
Marilândia	ES	4,9	11,2	20,8	0,0	54,0	0,8	7,2	0,5	74,2	9.924	4
Marilândia Sul	PR	4,9	8,5	28,1	0,0	40,2	0,6	14,0	3,1	80,0	9.071	4
Maringá	PR	8,0	34,3	40,8	0,2	2,1	0,0	11,7	2,2	43,8	288.653	1
Marinópolis	SP	6,1	9,7	38,7	0,0	30,3	0,0	14,1	1,1	72,3	2.195	3
Maripá	PR	2,5	13,1	25,5	0,0	49,4	0,1	7,6	0,9	57,0	5.889	4
Maripá Minas	MG	3,1	16,3	36,0	0,2	26,7	0,2	15,5	2,1	80,1	2.594	3
Marituba	PA	0,8	17,7	53,2	0,2	1,5	0,1	13,8	11,0	74,1	74.429	2
Marizópolis	PB	0,0	11,0	34,9	0,0	10,2	2,0	29,6	11,8	80,4	5.618	3
Mariópolis	SP	3,5	16,0	27,6	0,0	26,8	0,3	22,1	2,2	78,5	3.854	3
Mariópolis	PR	6,3	12,5	28,4	0,0	30,9	0,6	17,8	3,5	71,2	6.017	4
Marliéria	MG	0,0	18,6	36,5	0,3	14,9	0,6	25,8	2,5	80,5	4.044	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Marmeleiro	PR	4,1	9,6	32,7	0,0	36,7	2,3	11,3	2,5	70,9	13.665	4
Marmelópolis	MG	1,0	12,7	19,7	0,0	41,7	6,2	16,4	0,9	86,6	3.293	5
Marques Souza	RS	5,3	9,5	32,8	0,0	36,5	2,4	13,1	0,1	58,8	4.241	1
Marquinho	PR	1,4	10,0	10,1	0,3	56,7	10,4	6,4	2,9	87,4	5.659	6
Martinho Campos	MG	2,0	19,0	33,7	0,1	26,2	0,1	12,2	3,2	74,0	11.817	3
Martins	RN	0,0	12,6	20,8	0,2	9,7	25,1	23,1	6,3	78,7	7.725	5
Martins Soares	MG	1,9	6,8	15,0	0,0	66,1	0,8	8,5	0,6	77,1	5.685	3
Martinópolis	CE	0,0	11,4	19,1	0,0	27,6	6,4	24,2	8,2	87,1	8.602	5
Martinópolis	SP	3,0	18,0	33,7	0,3	21,8	0,5	19,0	3,4	73,4	22.346	3
Maruim	SE	0,5	19,8	35,2	0,1	8,0	1,1	27,3	8,0	75,7	15.454	2
Marumbi	PR	2,4	10,8	30,6	0,0	38,4	0,1	16,2	1,5	83,3	4.612	3
Marzagão	GO	3,7	16,5	38,8	0,0	24,5	0,0	14,7	1,9	65,4	1.920	2
Marília	SP	4,7	31,2	43,0	0,5	3,0	0,1	13,9	2,8	48,6	197.342	1
Mascote	BA	0,4	18,3	18,3	0,0	26,8	0,1	18,9	15,4	81,5	16.093	3
Massapê	CE	0,9	10,6	36,7	0,3	19,3	6,6	20,7	4,8	83,0	29.574	3
Massapê Piauí	PI	0,6	7,6	11,8	0,0	41,6	18,8	15,4	4,2	84,4	5.988	5
Massaranduba	PB	0,4	9,0	25,3	0,2	5,9	27,7	23,4	8,0	82,4	11.697	5
Massaranduba	SC	3,5	11,3	41,5	0,2	29,9	0,8	11,0	0,8	49,4	12.562	1
Mata	RS	0,9	17,8	23,3	0,0	38,1	1,5	15,7	1,6	79,0	5.575	4
Mata Grande	AL	1,3	9,8	12,2	0,0	28,9	25,8	17,5	4,2	87,0	25.032	6
Mata Roma	MA	0,9	16,4	19,6	0,1	19,5	23,5	17,8	1,6	88,6	11.799	5
Mata Verde	MG	2,9	13,1	17,8	0,0	42,8	0,5	17,9	4,3	89,6	7.085	4
Mata S. João	BA	1,7	16,6	43,2	0,2	7,0	1,2	19,1	9,5	67,8	32.568	2
Mataraca	PB	1,0	10,5	37,1	0,0	19,6	10,8	12,6	8,5	86,3	5.500	3
Mateiros	TO	0,0	18,4	18,6	0,0	6,5	0,3	31,8	22,7	93,3	1.646	5
Matelândia	PR	2,7	15,2	49,1	0,0	19,8	0,2	10,4	2,3	69,8	14.344	1
Materlândia	MG	1,7	7,5	31,3	0,2	32,2	1,6	20,5	5,0	94,0	4.846	4
Mateus Leme	MG	3,7	17,8	41,8	0,1	11,3	0,0	23,0	1,8	67,3	24.144	2
Mathias Lobato	MG	0,7	17,9	18,6	0,0	22,5	0,4	28,8	9,3	82,5	3.642	4
Matias Barbosa	MG	2,0	16,1	56,2	0,1	5,9	0,2	15,7	2,9	70,7	12.323	2
Matias Cardoso	MG	0,7	8,1	15,9	0,0	34,1	9,2	15,9	16,1	95,9	8.600	5
Matias Olímpio	PI	0,4	11,7	22,7	0,0	23,7	21,1	18,7	0,3	88,5	9.727	5
Matina	BA	0,3	6,9	9,5	0,0	28,3	21,9	21,3	10,7	91,2	10.242	6
Matinha	MA	0,3	14,2	17,9	0,0	38,6	9,4	15,9	2,2	85,9	20.046	5
Matinhas	PB	0,0	8,8	26,0	0,0	37,7	4,7	17,8	3,4	81,0	4.086	4
Matinhos	PR	3,1	21,8	56,0	0,8	2,9	0,0	12,4	3,0	62,8	24.184	2
Matipó	MG	2,4	9,0	19,8	0,0	55,4	0,1	11,1	1,6	83,4	16.291	3
Mato Castelhana	RS	3,2	8,2	20,5	0,0	41,5	0,2	18,2	3,8	65,0	2.454	3
Mato Grosso	PB	0,8	3,8	35,2	0,0	26,1	7,4	25,6	1,2	79,9	2.427	3
Mato Leitão	RS	2,1	9,7	40,5	0,2	29,2	8,3	9,6	0,5	66,3	3.210	3
Mato Rico	PR	0,4	9,2	12,5	0,0	59,6	4,9	8,5	3,4	90,7	4.496	6
Mato Verde	MG	1,0	13,5	26,5	0,0	23,6	1,5	21,8	10,4	89,7	13.185	4

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Matos Costa	SC	1,1	14,1	27,8	0,0	42,0	1,7	11,6	0,6	86,2	3.204	4
Matozinhos	MG	3,9	19,9	54,7	0,0	2,8	0,0	14,0	3,7	68,2	30.164	2
Matrinchã	GO	3,3	17,2	26,7	0,2	36,6	0,0	13,0	2,6	76,6	4.520	3
Matriz Camaragibe	AL	0,2	12,6	24,4	0,0	25,4	0,0	23,0	12,7	86,2	24.017	3
Matupá	MT	4,3	17,1	37,6	0,3	26,6	4,2	5,2	3,9	64,4	11.289	1
Maturéia	PB	0,8	9,1	22,3	0,0	3,1	34,0	18,7	12,0	88,4	5.032	6
Matutina	MG	1,7	7,3	29,5	0,0	44,8	0,0	11,9	3,3	69,3	3.838	3
Matão	SP	3,8	20,7	48,1	0,1	7,6	0,0	15,2	3,7	56,1	71.753	2
Matões	MA	0,4	9,4	11,9	0,0	53,7	3,7	18,9	1,7	84,6	26.433	5
Matões Norte	MA	0,2	10,3	17,2	0,0	56,9	3,6	11,5	0,4	94,3	7.435	5
Maurilândia	GO	2,4	19,4	46,0	0,0	21,9	0,0	8,7	1,2	66,8	8.969	2
Maurilândia TO	TO	0,3	11,5	20,4	0,0	43,7	12,0	7,0	5,1	91,9	2.854	6
Mauriti	CE	1,6	12,2	31,7	0,1	21,9	3,1	24,0	5,4	81,0	42.399	3
Mauá	SP	1,3	23,9	54,1	0,1	0,1	0,0	13,9	5,8	55,9	363.392	2
Mauá Serra	PR	2,7	15,6	50,0	0,0	16,6	0,3	12,4	2,2	83,4	6.471	3
Maués	AM	1,3	17,4	23,1	0,1	24,8	10,1	16,7	5,7	85,0	40.036	5
Maxaranguape	RN	1,2	10,2	31,5	0,0	24,3	0,6	17,6	13,6	84,6	8.001	3
Maximiliano Almeida	RS	1,3	12,4	29,9	0,0	37,7	2,0	16,3	0,3	78,2	5.651	4
Mazagão	AP	0,4	18,9	16,3	0,0	19,1	6,2	24,3	12,2	83,1	11.986	5
Maçambara	RS	3,3	10,7	19,8	0,4	43,1	3,6	14,4	3,1	85,2	5.035	4
Medeiros	MG	1,7	10,9	31,2	0,0	51,6	0,8	3,0	0,4	55,5	3.038	3
Medeiros Neto	BA	1,1	15,8	29,6	0,0	21,9	0,3	19,0	10,7	69,9	21.235	3
Medianeira	PR	5,0	21,5	51,0	0,0	8,8	0,3	9,5	3,4	60,8	37.827	2
Medicilândia	PA	2,1	13,2	17,8	0,0	40,7	5,9	6,7	9,0	66,6	21.379	5
Medina	MG	1,7	9,2	30,8	0,0	21,3	9,2	20,7	6,4	91,1	21.641	5
Meleiro	SC	4,0	10,3	32,3	0,5	37,4	0,8	12,4	1,8	55,7	7.080	1
Melgaço	PA	0,6	17,0	8,8	0,4	32,4	5,0	9,1	3,4	92,9	21.064	6
Mendes	RJ	2,7	25,5	42,5	0,3	0,6	0,0	23,2	4,0	62,2	17.289	2
Mendes Pimentel	MG	0,9	13,0	19,4	0,0	26,0	11,4	23,0	4,6	89,6	6.286	5
Mendonça	SP	3,2	16,5	33,3	0,0	24,4	0,0	18,0	4,4	63,8	3.759	1
Mercedes	PR	1,9	8,3	28,5	0,0	53,0	1,1	5,8	0,6	56,6	4.608	4
Mercês	MG	2,6	10,1	34,2	0,0	27,1	2,2	20,4	2,3	83,8	10.061	3
Meridiano	SP	2,6	18,7	40,6	0,0	15,7	1,0	17,4	3,4	74,6	4.025	2
Meruoca	CE	0,8	12,5	36,9	0,5	18,9	11,1	15,9	2,9	80,7	11.339	4
Mesquita	MG	1,2	14,4	38,4	0,0	10,4	7,7	20,3	5,7	84,0	6.771	3
Messias	AL	0,1	12,7	33,0	0,0	19,1	0,6	17,9	15,4	92,2	11.990	3
Messias Targino	RN	2,1	23,3	31,6	0,0	9,1	1,7	20,0	12,0	80,0	3.718	1
Mesópolis	SP	0,0	20,0	17,5	0,0	36,7	0,0	16,7	5,9	82,0	1.930	3
Miguel Alves	PI	0,2	9,1	20,3	0,0	51,2	2,5	14,3	1,8	88,6	29.849	5
Miguel Calmon	BA	1,6	11,6	23,2	0,1	26,0	5,7	26,7	3,2	77,7	28.267	3
Miguel Leão	PI	3,7	22,5	14,4	0,0	32,6	4,6	18,1	2,9	78,1	1.370	3
Miguel Pereira	RJ	2,9	21,3	49,7	0,0	2,2	0,0	19,9	3,0	62,4	23.902	1

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Miguelópolis	SP	3,4	18,3	35,3	0,0	21,0	0,1	16,5	4,8	68,3	19.019	1
Milagres	BA	1,0	11,3	42,3	0,0	15,5	0,4	24,0	5,3	74,0	12.067	2
Milagres	CE	0,5	13,4	25,7	0,0	19,9	4,7	23,8	11,6	82,1	26.959	3
Milagres MA	MA	0,0	7,8	5,5	0,0	74,6	2,0	8,8	0,8	89,9	5.149	6
Milhã	CE	1,2	10,3	19,7	0,0	38,0	10,7	18,8	0,6	79,9	13.028	4
Milton Brandão	PI	0,0	13,2	17,4	0,4	11,0	30,1	17,0	7,1	95,4	6.900	6
Mimoso Goiás	GO	0,0	12,3	15,4	0,0	36,0	2,5	27,3	6,0	88,8	2.801	4
Mimoso Sul	ES	2,2	16,4	23,4	0,0	39,6	0,6	14,9	2,6	77,6	26.199	3
Minador Negrão	AL	0,8	11,7	20,5	0,4	40,9	9,4	15,0	1,2	84,8	5.399	4
Minas Novas	MG	0,2	10,2	23,3	0,0	37,4	4,9	16,7	7,0	92,8	31.134	5
Minas Leão	RS	2,1	11,4	37,0	0,5	18,4	0,0	26,7	3,1	78,5	7.321	2
Minaçu	GO	3,1	20,5	44,4	0,0	12,6	1,7	10,9	6,2	70,0	33.608	2
Minduri	MG	2,1	13,0	37,2	1,5	24,5	1,6	16,4	2,8	79,9	3.834	3
Mineiros	GO	8,4	19,3	37,5	0,0	20,4	0,3	9,7	3,6	61,9	39.024	1
Mineiros Tietê	SP	3,3	11,0	35,1	0,0	37,8	0,3	11,0	0,9	60,1	11.410	2
Ministro Andreazza	RO	3,9	6,7	11,7	0,0	56,3	8,8	7,6	4,1	71,0	11.610	6
Mira Estrela	SP	1,9	14,5	30,8	0,0	35,2	1,3	11,7	3,7	77,0	2.596	3
Mirabela	MG	0,4	15,4	28,6	0,0	30,2	1,0	17,3	7,0	90,5	12.552	3
Miracatu	SP	3,9	15,7	37,3	0,1	29,3	0,5	8,9	3,7	74,8	22.383	3
Miracema	RJ	3,0	23,2	40,4	0,3	9,6	0,3	19,1	4,0	74,0	27.064	1
Miracema TO	TO	1,4	20,3	46,7	0,0	15,9	1,0	9,4	3,9	65,0	24.444	2
Mirador	MA	1,0	8,7	12,3	0,0	53,2	7,1	15,2	1,6	84,3	19.906	5
Mirador	PR	0,0	17,8	16,2	0,0	53,8	0,0	7,7	4,4	82,0	2.500	3
Miradouro	MG	1,0	15,1	23,8	0,0	37,3	2,6	14,8	3,2	80,2	9.770	4
Miraguaí	RS	0,3	18,7	11,8	0,0	47,0	3,6	17,1	0,9	86,4	5.034	5
Miranda	MS	3,5	14,6	27,3	0,2	25,2	6,4	13,4	7,7	75,8	23.007	3
Miranda Norte	MA	0,7	17,0	40,6	0,0	24,0	1,4	13,9	2,4	75,5	16.123	3
Mirandiba	PE	0,8	14,0	22,4	0,0	24,3	10,5	25,4	2,2	86,4	13.122	4
Mirandópolis	SP	2,6	19,0	32,0	0,0	20,9	0,2	15,2	9,8	66,7	25.936	1
Mirangaba	BA	0,6	9,5	14,8	0,0	45,1	5,8	19,6	4,7	85,3	14.261	5
Miranorte	TO	1,9	16,8	43,7	0,0	18,5	0,6	13,2	4,5	73,9	11.802	3
Mirante	BA	0,7	3,2	24,0	0,0	9,3	33,4	22,7	6,0	87,8	12.874	5
Mirante Serra	RO	3,3	12,0	21,2	0,1	49,8	1,3	10,5	1,8	65,8	13.154	4
Mir. Paranapanema	SP	1,7	14,7	21,6	0,1	39,9	1,7	16,1	3,5	79,8	16.213	4
Miraselva	PR	0,0	19,8	9,8	0,0	54,7	1,0	13,5	0,8	69,4	1.961	3
Mirassol	SP	4,5	25,0	50,9	0,1	2,8	0,1	13,3	2,9	50,0	48.327	2
Mirassol d'Oeste	MT	4,0	18,5	37,9	0,0	23,9	0,5	9,2	5,2	68,8	22.997	1
Mirassolândia	SP	1,3	10,1	40,5	0,0	25,2	0,0	15,7	6,7	73,1	3.741	2
Miravânia	MG	0,0	10,9	15,0	0,0	11,9	9,6	21,8	30,9	95,0	4.340	6
Mirai	MG	3,4	16,2	35,2	0,7	20,2	0,2	21,0	2,5	78,9	12.479	3
Miraima	CE	0,8	11,1	21,0	0,1	9,3	25,5	21,1	11,1	90,1	11.417	5
Mirim Doce	SC	2,0	11,9	28,4	0,0	49,4	0,0	4,1	1,2	72,8	3.520	4

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Mirinzal	MA	3,5	15,9	25,0	0,0	23,4	12,0	15,8	4,5	81,8	13.005	4
Missal	PR	3,5	11,0	31,0	0,0	38,9	2,3	11,1	1,7	69,9	10.433	3
Missão Velha	CE	1,4	15,1	26,2	0,3	20,7	6,6	22,5	5,3	79,4	32.586	3
Mocajuba	PA	1,4	15,5	30,3	0,2	26,2	6,5	13,3	6,1	85,5	20.542	5
Mococa	SP	3,8	20,9	40,0	0,1	17,1	0,0	15,4	2,4	61,5	65.574	2
Modelo	SC	2,5	8,8	37,5	0,0	38,4	0,8	10,8	1,2	69,0	3.930	3
Moeda	MG	1,5	15,2	44,1	0,7	8,8	0,7	21,0	3,0	79,1	4.469	3
Moema	MG	5,4	16,1	53,0	0,0	16,2	0,0	7,7	1,5	56,2	6.513	2
Mogeiro	PB	2,2	8,7	19,9	0,0	36,9	8,8	20,6	2,8	86,4	13.231	4
Mogi Guaçu	SP	3,0	24,2	46,2	0,1	8,4	0,1	14,7	2,5	49,0	124.228	2
Moiporá	GO	3,4	15,7	31,5	0,0	32,7	0,0	14,4	0,0	73,9	2.023	2
Moita Bonita	SE	1,2	9,2	24,8	0,0	35,6	6,3	16,2	5,8	76,7	11.000	4
Moji Cruzes	SP	3,4	28,1	43,3	0,1	4,0	0,2	15,4	5,2	52,5	330.241	1
Moji-Mirim	SP	6,2	27,0	42,6	0,1	6,7	0,0	14,2	2,4	44,7	81.467	1
Moju	PA	1,3	11,8	21,0	0,0	31,3	4,0	10,8	5,4	85,4	52.941	5
Mombaça	CE	0,7	11,5	15,6	0,2	13,9	27,4	22,2	8,1	83,8	41.215	6
Mombuca	SP	2,8	8,5	44,2	0,0	28,5	0,3	7,9	6,3	68,3	3.107	3
Mondaiá	SC	1,6	15,7	25,0	0,1	41,7	2,0	10,4	0,7	70,8	8.728	4
Mongaguá	SP	3,0	21,5	45,2	1,5	1,0	0,8	16,6	8,9	58,6	35.098	1
Monjolos	MG	0,6	16,0	29,5	0,0	30,8	0,6	15,8	4,8	79,8	2.579	3
Monsenhor Gil	PI	1,3	15,4	25,5	0,0	18,2	7,7	28,2	3,3	83,8	10.309	3
Monsenhor Hipólito	PI	4,4	7,6	26,5	0,7	39,8	4,3	13,6	1,4	69,0	6.764	3
Monsenhor Paulo	MG	2,0	14,7	27,5	0,0	44,2	0,0	10,4	1,2	70,2	7.615	3
Monsenhor Tabosa	CE	0,1	14,6	16,6	0,0	28,2	15,1	17,0	6,0	85,8	16.344	5
Montadas	PB	0,9	9,4	17,9	0,0	21,8	19,6	24,8	5,7	80,6	3.969	5
Montalvânia	MG	0,9	18,0	23,6	0,0	21,1	14,4	14,4	6,9	90,6	16.031	5
Montanha	ES	4,3	15,5	21,8	0,3	32,9	0,0	20,8	3,9	78,6	17.263	4
Montanhas	RN	1,3	12,6	29,7	0,1	11,3	13,2	22,3	8,0	79,8	11.948	3
Montauri	RS	1,5	6,2	17,3	0,0	60,4	7,1	6,4	1,1	54,4	1.684	5
Mte Alegre	PA	1,3	13,0	17,6	0,2	42,8	5,6	12,8	6,0	85,4	61.334	5
Mte Alegre	RN	0,7	14,9	29,7	0,0	16,1	3,7	22,6	12,4	81,8	19.270	3
Mte Alegre Goiás	GO	0,5	8,9	20,0	1,0	19,1	8,6	30,0	11,5	90,5	6.892	5
Mte Alegre Minas	MG	2,1	14,6	26,2	0,0	39,2	0,5	11,4	3,8	75,2	18.006	3
Mte Alegre Sergipe	SE	2,0	12,6	25,1	0,0	34,8	1,2	15,6	6,2	85,3	11.587	3
Mte Alegre Piauí	PI	3,8	12,0	15,4	0,0	37,9	8,6	17,7	4,7	85,2	10.230	5
Mte Alegre Sul	SP	3,0	19,7	45,5	0,3	17,4	0,7	10,5	1,1	50,6	6.321	2
Mte Alegre Campos	RS	0,0	4,9	9,0	0,0	56,8	2,3	24,9	2,1	87,9	3.040	4
Mte Alto	SP	3,6	26,0	44,0	0,1	11,8	0,1	11,1	2,6	49,6	43.613	2
Mte Aprazível	SP	4,7	21,2	39,3	0,0	16,1	0,9	14,9	2,6	55,2	18.413	1
Mte Azul	MG	0,3	15,7	26,5	0,2	27,1	3,6	16,8	8,4	91,9	23.832	4
Mte Azul Pta	SP	6,5	17,9	32,8	0,2	28,0	0,2	11,9	2,3	63,7	19.553	1
Mte Belo	MG	0,9	10,8	19,1	0,0	53,4	1,0	13,2	1,1	70,3	13.142	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Mte Belo Sul	RS	4,8	6,3	15,3	0,5	64,8	0,3	7,9	0,1	21,1	2.880	5
Mte Carlo	SC	0,8	10,9	36,9	0,0	37,1	0,0	8,8	2,6	82,4	8.579	3
Mte Carmelo	MG	6,1	15,1	45,8	0,0	21,2	0,1	8,8	2,4	66,7	43.899	2
Mte Castelo	SC	3,2	14,2	30,2	0,0	29,8	1,1	17,2	2,8	78,1	8.350	3
Mte Castelo	SP	0,6	14,4	26,3	0,0	37,7	1,1	17,8	1,7	80,3	4.089	3
Mte Formoso	MG	0,0	10,0	10,8	0,0	30,5	11,4	34,6	2,1	94,4	4.411	5
Mte Horebe	PB	0,3	13,9	15,4	0,0	23,3	24,5	20,6	1,0	88,2	4.112	5
Mte Mor	SP	2,6	18,7	54,7	0,0	9,2	0,2	9,6	4,6	62,6	37.340	2
Mte Negro	RO	2,4	12,9	23,4	0,0	52,5	0,7	3,7	3,0	71,9	12.627	4
Mte Santo	BA	0,2	7,1	12,1	0,0	22,6	23,1	23,8	9,6	91,0	56.139	6
Mte Santo Minas	MG	1,7	16,1	30,6	0,0	35,3	0,2	13,4	2,0	69,0	21.212	3
Mte Santo TO	TO	0,3	36,0	7,5	0,0	32,8	4,5	5,4	13,4	83,0	1.869	4
Mte São	MG	9,2	14,4	50,2	0,0	16,9	0,4	7,0	0,8	43,4	18.195	1
Mte Gameleiras	RN	0,0	22,0	24,7	0,2	3,7	25,1	20,2	4,1	87,4	2.541	4
Mte Carmo	TO	0,0	11,7	19,7	0,0	35,7	4,6	18,3	7,5	84,4	5.193	4
Mteiro	PB	1,3	17,6	25,4	0,1	24,9	0,9	23,6	5,9	74,3	27.687	3
Mteiro Lobato	SP	4,7	18,0	36,7	0,0	20,0	1,6	13,0	4,5	66,0	3.615	1
Mteirópolis	AL	1,4	11,1	25,2	0,0	18,9	20,4	16,2	6,4	87,8	7.240	5
Mtenegro	RS	3,8	23,6	42,8	0,2	7,8	0,5	17,6	3,0	56,0	54.692	2
Mtes Altos	MA	1,2	13,8	17,9	0,0	34,8	12,4	16,2	3,5	84,2	10.347	5
Mtes Claros	MG	4,0	27,6	42,6	0,1	4,4	0,7	15,5	4,1	72,1	306.947	1
Mtes Claros Goiás	GO	5,1	17,9	24,6	0,2	37,6	0,3	11,7	1,9	74,0	8.052	3
Mtezuma	MG	1,3	8,2	26,1	0,0	28,2	22,1	12,2	1,7	91,3	6.573	5
Montividiu	GO	5,8	21,6	34,2	0,0	26,3	0,1	7,3	3,9	59,1	7.736	1
Montividiu Norte	GO	0,0	12,2	11,9	0,0	27,5	0,9	13,4	33,8	92,4	3.789	5
Monção	MA	0,8	11,8	13,1	0,0	52,4	6,8	11,3	2,9	85,7	26.043	6
Monções	SP	0,0	22,6	38,4	0,6	27,0	0,8	9,3	0,6	67,7	2.055	3
Morada Nova	CE	2,9	13,1	27,6	0,0	26,8	3,1	22,9	3,2	77,4	64.400	3
Morada Nova Minas	MG	3,2	19,1	26,4	0,0	31,7	0,4	14,7	4,2	83,3	7.606	3
Moraújo	CE	0,0	7,5	21,4	0,0	43,4	5,0	19,5	2,3	87,7	7.046	5
Moreilândia	PE	0,6	12,3	16,7	0,0	34,1	9,3	23,6	3,2	86,4	11.116	5
Moreira Sales	PR	1,0	14,4	23,2	0,1	42,5	0,5	16,0	1,9	81,7	13.395	3
Moreno	PE	0,9	16,5	36,1	0,0	8,4	0,3	27,5	8,2	87,0	49.205	3
Mormaço	RS	2,1	13,8	18,7	0,0	46,8	0,0	13,5	3,8	65,3	2.435	4
Morpará	BA	1,4	10,4	15,8	0,0	22,7	16,8	21,6	10,4	81,7	8.597	5
Morretes	PR	2,3	18,1	32,3	0,0	17,3	1,0	15,8	3,6	70,0	15.275	1
Morrinhos	CE	0,6	9,0	30,5	0,3	22,1	13,7	16,2	5,8	86,7	17.928	5
Morrinhos	GO	5,0	19,7	39,6	0,1	19,3	0,2	13,0	2,5	59,6	36.990	1
Morrinhos Sul	RS	1,9	11,9	17,4	0,0	52,3	5,7	8,6	0,6	83,0	3.533	5
Morro Agudo	SP	2,5	16,7	32,5	0,0	32,3	0,0	12,5	3,2	63,3	25.428	3
Morro Agudo Goiás	GO	0,0	14,4	26,6	0,0	40,5	1,5	9,6	4,0	75,1	2.642	4
Morro Cabeça Tempo	PI	0,0	7,2	12,4	0,0	53,2	9,2	13,4	4,6	93,2	4.426	6

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Morro Grande	SC	8,8	4,1	31,2	0,0	39,5	0,8	14,0	0,3	76,9	2.917	3
Morro Redondo	RS	2,3	16,6	27,7	0,5	34,2	2,1	14,6	1,4	71,0	5.998	3
Morro Reuter	RS	3,9	14,9	54,7	0,0	11,7	0,6	12,3	0,4	47,1	4.984	2
Morro Fumaça	SC	9,1	16,1	56,3	0,0	6,9	0,0	10,0	1,2	60,1	14.551	2
Morro Garça	MG	5,7	9,8	18,4	0,0	47,1	1,0	14,3	3,2	86,7	3.073	4
Morro Chapéu	BA	1,8	12,1	22,4	0,2	30,3	4,8	20,2	6,8	77,1	34.494	3
Morro Chapéu Piauí	PI	0,0	8,0	22,3	0,0	51,2	1,7	15,2	1,2	95,0	6.006	5
Morro Pilar	MG	1,3	11,9	39,9	0,0	20,1	5,8	17,1	2,8	82,4	3.735	3
Morros	MA	0,0	13,7	12,5	0,0	33,4	16,2	14,3	4,2	89,7	14.594	6
Mortugaba	BA	0,7	12,0	28,9	0,0	12,7	13,9	20,9	9,8	78,2	12.598	4
Morungaba	SP	3,3	17,0	58,8	0,5	11,3	0,5	6,9	1,2	48,6	9.911	2
Mossoró	RN	2,8	25,9	40,7	0,1	4,3	0,8	17,3	7,4	58,9	213.841	2
Mossâmedes	GO	2,4	15,1	21,3	0,0	40,0	1,1	17,6	2,3	76,2	5.904	3
Mostardas	RS	3,6	14,4	34,4	0,3	26,5	0,8	15,8	3,7	79,0	11.658	3
Motuca	SP	0,8	9,8	48,9	0,0	27,5	0,2	9,1	2,6	63,9	3.871	2
Mozarlândia	GO	3,0	22,0	39,8	0,0	22,0	0,0	8,0	3,2	58,3	11.186	1
Muaná	PA	2,5	12,8	31,6	0,0	26,2	2,5	10,9	8,6	87,6	25.536	5
Mucajá	RR	1,4	24,8	23,7	0,0	28,9	2,6	12,9	3,3	68,9	11.247	4
Mucambo	CE	0,5	14,1	28,0	0,2	21,3	9,5	25,5	0,4	83,2	13.811	4
Mucugê	BA	0,8	8,1	21,7	0,0	40,9	3,2	13,8	9,3	78,5	12.959	3
Mucuri	BA	1,6	19,9	37,6	0,0	25,7	0,2	9,9	4,9	63,8	28.062	2
Mucurici	ES	1,2	12,9	17,7	0,0	35,2	3,5	20,3	8,6	91,7	5.900	4
Muitos Capões	RS	0,2	8,1	15,6	0,0	51,3	0,9	23,5	0,4	83,6	2.867	3
Muliterno	RS	2,1	13,6	11,6	0,0	52,3	4,8	8,9	0,9	75,7	1.768	5
Mulungu	CE	1,1	15,1	25,2	0,0	31,4	6,7	16,1	4,5	78,2	8.964	4
Mulungu	PB	0,8	10,1	24,6	0,0	18,7	13,1	22,4	9,6	82,9	9.314	4
Mulungu Morro	BA	2,3	5,6	16,3	0,0	25,4	18,6	22,4	8,6	89,1	15.119	5
Mundo Novo	BA	0,9	12,4	24,2	0,2	26,0	5,9	22,0	6,2	79,3	21.273	3
Mundo Novo	GO	2,8	14,0	25,1	0,0	37,3	5,9	10,1	2,3	82,0	8.231	3
Mundo Novo	MS	6,4	20,2	40,1	0,2	14,3	1,7	13,6	3,3	64,7	15.669	1
Munhoz	MG	4,7	10,8	25,3	0,1	46,8	1,4	10,3	0,5	75,8	6.656	4
Munhoz Melo	PR	0,0	12,6	26,0	0,2	46,2	0,2	13,2	1,6	73,9	3.401	3
Muniz Ferreira	BA	1,2	6,7	28,6	0,0	31,8	1,0	26,7	3,3	80,4	6.941	3
Muniz Freire	ES	3,4	8,1	14,0	0,2	60,1	1,9	9,8	2,3	76,3	19.689	5
Muqui	ES	0,9	15,8	28,6	0,0	31,8	1,8	17,8	3,0	73,4	13.670	3
Muquém S. Francisco	BA	0,2	9,9	13,8	0,0	53,8	4,3	10,7	5,9	80,6	9.052	5
Muriae	MG	4,7	21,9	43,6	0,1	9,5	0,1	16,6	2,9	67,5	92.101	1
Muribeca	SE	1,1	14,5	27,2	0,0	24,0	7,0	22,6	3,1	84,5	7.101	3
Murici	AL	1,2	12,4	25,8	0,3	24,7	0,5	21,4	10,7	84,0	24.671	3
Murici Portelas	PI	1,0	9,0	11,1	0,0	50,1	14,5	10,9	3,3	93,6	6.375	6
Muricilândia	TO	0,4	13,8	17,8	0,0	20,9	5,1	27,2	11,5	81,4	2.680	4
Muritiba	BA	1,0	16,1	30,2	0,1	16,7	4,0	27,1	4,0	69,8	30.644	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Murutinga Sul	SP	3,6	21,2	26,1	0,0	30,9	1,8	12,9	1,8	66,4	3.971	1
Mutum	MG	5,2	10,1	16,1	0,0	48,7	1,5	16,2	1,6	79,5	26.896	5
Mutunópolis	GO	4,6	16,7	26,9	0,0	35,6	1,4	12,8	2,1	76,1	3.958	3
Mutuípe	BA	1,4	11,8	18,6	0,1	44,4	1,4	17,2	4,1	73,2	20.462	3
Muzambinho	MG	2,5	18,7	27,1	0,1	38,2	0,3	11,6	0,9	58,6	20.589	1
Muçum	RS	7,5	14,2	35,8	0,1	17,7	2,4	19,5	1,1	54,2	4.728	1
Mário Campos	MG	0,6	18,3	45,0	0,0	17,4	0,0	16,2	1,7	77,4	10.535	2
Mâncio Lima	AC	1,1	15,1	21,3	0,0	24,1	10,1	12,1	13,4	83,9	11.095	5
Mãe d'Água	PB	0,1	10,3	23,7	0,0	8,1	32,3	21,8	3,0	89,0	3.459	5
Mãe Rio	PA	4,1	18,2	31,6	0,0	13,3	4,4	10,0	5,7	77,8	25.351	4
Nacip Raydan	MG	0,9	14,8	23,0	0,0	25,7	1,5	26,7	5,8	90,6	3.122	4
Nantes	SP	0,0	11,1	33,9	0,0	34,7	0,0	10,1	2,1	80,7	2.269	3
Nanuque	MG	3,7	19,3	39,8	0,1	11,8	0,2	18,9	5,9	79,1	41.619	3
Naque	MG	1,1	17,6	41,3	0,0	10,7	0,0	18,8	8,8	85,3	5.601	3
Narandiba	SP	1,0	14,5	24,4	0,0	39,4	0,5	14,9	5,4	80,4	3.743	3
Natal	RN	3,6	32,2	39,1	0,1	0,9	0,1	18,0	5,3	56,3	712.317	1
Natalândia	MG	0,4	15,7	16,4	0,0	46,2	1,3	13,2	6,7	86,4	3.293	4
Natividade	RJ	2,9	26,4	33,5	0,2	17,2	0,0	17,2	1,8	72,1	15.125	1
Natividade	TO	1,1	16,9	32,8	0,0	27,0	4,9	15,1	1,9	79,1	8.867	3
Natividade Serra	SP	1,2	9,3	44,2	0,0	24,9	0,7	15,1	4,4	81,3	6.952	3
Natuba	PB	1,8	12,2	20,7	0,0	33,3	12,2	18,0	1,7	86,5	10.562	4
Natércia	MG	5,0	12,7	24,2	0,0	39,7	0,0	16,0	1,2	70,4	4.644	3
Navegantes	SC	2,9	21,6	49,5	0,3	7,3	0,1	13,3	4,4	64,0	39.317	2
Naviraí	MS	5,1	20,3	43,2	0,2	19,5	0,1	9,5	2,3	67,7	36.662	2
Nazareno	MG	0,8	17,3	35,1	0,0	24,5	2,1	16,4	3,3	82,2	7.240	3
Nazarezinho	PB	1,2	9,7	21,3	0,0	22,9	18,1	25,8	0,9	86,7	7.272	5
Nazaré	BA	1,0	20,2	32,3	0,0	10,6	0,9	22,9	10,7	71,7	26.365	1
Nazaré	TO	0,7	15,9	27,5	0,6	17,6	18,7	15,0	3,3	86,8	5.150	5
Nazaré Pta	SP	1,4	12,0	54,6	0,0	12,3	0,5	15,1	4,0	75,1	14.485	2
Nazaré Mata	PE	0,9	19,8	30,3	0,0	10,1	0,5	23,3	12,9	71,3	29.254	3
Nazaré Piauí	PI	0,1	9,7	19,4	0,0	40,1	4,7	20,9	4,4	85,9	7.805	5
Nazário	GO	0,3	17,3	31,7	0,0	10,1	0,7	16,0	4,8	68,1	6.631	1
Nepomuceno	MG	3,1	14,9	21,0	0,1	46,9	0,2	11,7	1,7	78,0	24.822	3
Nerópolis	GO	5,8	19,4	44,9	0,0	14,6	0,2	11,9	1,6	61,9	18.578	2
Neves Pta	SP	2,5	23,9	41,0	0,0	16,9	0,3	13,6	1,8	53,2	8.907	2
Neópolis	SE	1,2	15,9	29,2	0,0	15,6	6,6	21,6	9,8	78,8	18.593	3
Nhamundá	AM	0,2	19,7	12,8	0,5	29,0	9,0	13,2	5,9	87,6	15.355	6
Nhandeara	SP	6,8	19,5	32,2	0,1	20,6	0,2	18,8	1,3	58,8	10.194	1
Nicolau Vergueiro	RS	2,2	17,4	12,6	0,0	51,0	0,0	14,9	1,9	70,6	1.812	4
Nilo Peçanha	BA	1,9	13,3	17,8	0,2	42,7	1,0	15,4	6,0	83,9	11.213	4
Nilópolis	RJ	1,7	34,9	36,3	0,0	0,0	0,0	21,3	5,1	54,8	153.712	2
Nina Rodrigues	MA	0,0	15,7	12,1	0,0	51,2	2,7	15,0	2,2	89,4	8.289	6

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Ninheira	MG	0,4	5,9	36,9	0,0	33,9	8,2	13,3	1,2	93,4	9.356	4
Nioaque	MS	1,3	19,0	21,0	0,1	32,7	13,3	8,3	2,8	74,0	15.086	5
Nipoã	SP	2,2	16,0	32,4	0,0	37,9	0,0	9,7	1,9	74,8	3.267	2
Niquelândia	GO	4,2	16,9	36,9	0,1	21,7	1,6	13,6	3,6	73,4	38.573	1
Niterói	RJ	5,6	41,3	27,6	0,2	0,5	0,1	20,5	3,2	34,5	459.451	1
Nobres	MT	1,8	18,8	41,2	0,0	23,2	0,2	9,7	5,0	70,3	14.983	3
Nonoai	RS	3,0	19,8	31,0	0,0	23,5	1,3	18,8	1,9	77,6	12.822	4
Nordestina	BA	1,4	5,9	24,8	0,1	30,5	16,1	19,0	1,0	87,9	11.800	5
Normandia	RR	0,0	11,9	9,5	0,0	5,0	1,6	10,1	61,6	87,2	6.138	6
Nortelândia	MT	1,6	21,8	36,2	0,0	17,3	0,5	14,9	6,6	73,0	7.246	3
N. Senhora Aparec.	SE	2,4	10,8	18,5	0,0	37,0	13,9	12,0	5,4	83,1	8.279	5
N. Senhora Glória	SE	0,8	15,8	29,0	0,2	21,3	4,7	15,2	12,8	77,3	26.910	3
N. Senhora Dolores	SE	2,8	15,5	31,9	0,0	24,0	4,3	15,9	4,9	79,1	22.195	3
N. Senhora Graças	PR	4,0	12,8	23,3	0,0	40,4	0,0	17,2	0,7	81,8	3.833	3
N. Senhora Lourdes	SE	1,0	18,5	20,7	0,0	30,3	7,4	20,9	0,9	84,9	6.023	3
N. Senhora Nazaré	PI	1,7	15,4	22,7	0,0	14,6	22,9	18,5	4,3	90,0	3.726	5
N. Sra. Livramento	MT	0,4	16,1	19,0	0,1	34,4	5,2	15,1	7,8	83,6	12.141	4
N. Senhora Socorro	SE	0,6	28,1	46,1	0,2	2,0	0,4	13,3	8,6	68,8	131.679	2
N. Senhora Remédios	PI	0,2	14,1	20,5	0,0	45,3	3,2	16,1	0,6	89,4	7.214	5
Nova Aliança	SP	1,3	18,3	35,9	0,0	29,0	0,0	14,5	0,4	57,9	4.768	2
Nova Aliança Ivaí	PR	5,1	11,8	24,5	0,0	40,3	0,0	18,3	0,0	71,2	1.338	3
Nova Alvorada	RS	1,7	7,9	18,0	0,0	63,4	1,2	6,5	0,4	60,9	2.757	4
Nova Alvorada Sul	MS	7,0	21,1	38,9	0,0	22,2	0,2	5,7	4,4	67,1	9.956	1
Nova América	GO	0,0	15,0	22,3	0,0	46,1	2,6	12,7	0,0	74,9	2.185	3
Nova América Colina	PR	2,0	9,9	29,3	0,0	42,5	0,0	13,6	2,5	83,0	3.585	3
Nova Andradina	MS	5,9	23,8	43,4	0,0	13,4	0,3	9,5	3,0	61,3	35.381	2
Nova Araçá	RS	6,7	13,8	42,9	0,0	18,3	4,1	13,4	0,8	45,4	3.236	1
Nova Aurora	GO	0,5	19,3	37,6	0,0	28,7	4,0	9,6	0,3	59,8	1.927	1
Nova Aurora	PR	2,3	16,6	28,7	0,0	38,5	0,7	11,5	1,3	73,4	13.641	3
Nova Bandeirantes	MT	5,4	7,5	19,1	0,0	42,8	20,6	2,6	1,1	75,3	6.951	6
Nova Bassano	RS	3,3	14,6	44,1	0,0	28,4	0,5	7,5	0,5	38,5	7.836	1
Nova Belém	MG	1,3	7,6	8,7	0,0	55,8	13,5	9,5	3,6	88,3	4.495	6
Nova Boa Vista	RS	4,5	10,4	22,8	0,0	51,1	0,0	10,1	0,0	75,2	2.222	4
Nova Brasilândia	MT	2,7	15,4	23,3	0,0	24,8	1,2	19,3	8,4	75,5	5.786	3
Nv Brasil. D'Oeste	RO	2,8	10,1	21,0	0,0	48,4	5,9	5,0	3,5	73,4	17.067	5
Nova Brésia	RS	5,5	10,3	13,2	0,0	52,9	5,4	12,4	0,4	57,1	4.564	5
Nova Campina	SP	1,6	12,8	38,9	0,0	19,7	1,0	16,6	7,9	87,3	7.295	3
Nova Canaã	BA	1,4	9,1	17,3	0,0	47,9	1,5	18,0	4,7	82,1	15.431	3
Nova Canaã Pta	SP	0,7	4,8	12,3	1,9	50,0	2,6	18,6	1,8	86,7	2.483	5
Nova Canaã Norte	MT	1,6	11,0	20,3	0,0	60,1	1,1	4,5	0,7	67,7	11.516	4
Nova Candelária	RS	3,0	6,1	9,5	0,0	71,6	3,3	6,5	0,0	76,3	2.883	5
Nova Cantu	PR	2,2	8,2	18,6	0,0	52,9	2,2	12,3	2,8	85,9	9.914	5

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Nova Castilho	SP	1,5	15,8	27,2	0,0	22,0	0,0	17,1	10,0	84,9	1.042	3
Nova Colinas	MA	1,1	9,0	7,5	0,0	14,8	19,8	20,2	24,4	91,4	3.904	6
Nova Crixás	GO	2,5	17,9	26,3	0,0	39,1	0,3	7,2	5,8	76,7	11.061	3
Nova Cruz	RN	0,7	12,6	25,5	0,1	11,4	16,5	26,1	5,6	81,1	33.834	4
Nova Era	MG	1,9	18,9	41,0	0,0	5,7	0,2	26,2	5,0	69,7	17.754	1
Nova Erechim	SC	2,9	16,5	34,5	0,0	30,6	2,3	10,0	2,7	54,0	3.543	1
Nova Esperança	PR	4,9	20,1	40,2	0,1	18,2	0,1	13,8	1,3	67,7	25.729	1
Nova Esperança Piriá	PA	2,4	9,1	24,2	0,2	40,6	13,3	5,6	3,4	89,2	18.893	6
Nova Esperança SO	PR	1,4	9,9	17,5	0,4	60,3	0,1	10,1	0,3	83,1	5.258	5
Nova Esperança Sul	RS	1,5	15,5	42,9	0,4	22,9	3,2	13,4	0,1	81,6	4.010	3
Nova Europa	SP	1,2	16,7	42,2	0,0	26,7	0,0	9,8	1,7	59,5	7.307	2
Nova Floresta	PB	1,2	10,5	22,8	0,1	31,5	7,3	21,4	4,8	79,4	9.421	4
Nova Friburgo	RJ	4,5	23,8	46,7	0,2	5,4	0,2	17,0	1,9	53,6	173.418	2
Nova Fátima	BA	6,0	16,0	29,0	0,0	21,9	4,5	14,0	3,3	74,9	7.536	1
Nova Fátima	PR	6,0	13,2	29,2	0,0	34,5	0,0	13,9	3,0	75,7	8.305	3
Nova Glória	GO	1,5	14,2	29,0	0,1	22,4	3,1	22,5	5,1	83,4	8.944	3
Nova Granada	SP	3,2	17,5	37,8	0,3	22,4	0,2	14,5	3,5	67,3	17.020	2
Nova Guarita	MT	1,0	15,1	29,5	0,0	29,1	2,5	12,0	9,5	70,2	5.651	3
Nova Guataporanga	SP	0,0	18,2	36,9	0,0	23,4	1,2	15,2	5,1	80,5	2.087	2
Nova Hartz	RS	3,9	20,5	62,4	0,0	2,7	0,1	9,4	0,9	65,3	15.071	2
Nova Ibiá	BA	0,0	15,2	13,8	0,0	53,9	0,6	10,6	4,9	81,5	7.166	3
Nova Iguaçu	RJ	1,8	25,7	47,7	0,1	0,2	0,1	16,2	6,8	67,5	920.599	2
Nova Iguaçu Goiás	GO	1,1	33,5	22,6	0,0	24,9	2,7	14,2	0,9	78,8	2.746	3
Nova Independência	SP	0,4	16,9	25,4	0,0	25,7	0,0	20,2	11,5	81,1	2.063	3
Nova Iorque	MA	0,4	18,5	14,6	0,0	14,8	26,5	21,7	3,1	81,4	4.543	6
Nova Ipixuna	PA	4,4	10,6	20,7	0,0	51,7	0,8	7,0	4,0	77,3	11.866	5
Nova Itaberaba	SC	0,8	8,5	16,8	0,0	56,9	2,9	8,8	4,4	70,9	4.256	5
Nova Itarana	BA	0,7	11,9	15,6	0,0	39,3	0,0	14,9	13,3	82,9	6.592	3
Nova Lacerda	MT	1,7	14,0	27,3	0,0	16,9	8,2	4,7	5,8	60,6	4.045	1
Nova Laranjeiras	PR	0,9	11,3	15,9	0,0	44,3	3,0	11,8	12,4	80,8	11.848	5
Nova Lima	MG	2,8	28,7	42,7	0,1	0,1	0,1	21,3	3,0	56,5	64.387	1
Nova Londrina	PR	6,9	19,8	39,0	0,0	16,4	0,5	14,4	2,5	68,6	13.169	1
Nova Luzitânia	SP	1,0	13,0	34,7	0,0	39,0	0,9	9,6	1,8	67,3	2.749	2
Nova Mamoré	RO	0,8	15,8	16,9	0,0	41,6	4,6	5,9	13,8	78,8	14.778	5
Nova Marilândia	MT	5,8	9,1	21,6	0,0	27,8	0,0	28,7	2,9	72,7	2.354	3
Nova Maringá	MT	5,1	16,0	50,0	0,0	22,9	0,9	2,4	1,9	62,0	3.950	2
Nova Mte Verde	MT	2,9	11,3	23,1	0,0	55,0	1,3	2,8	1,6	73,2	6.827	4
Nova Mutum	MT	9,2	23,7	34,3	0,1	26,5	0,3	1,6	2,4	45,1	14.818	1
Nova Módica	MG	0,6	14,7	15,9	0,0	41,4	2,6	20,3	2,9	89,9	4.100	4
Nova Odessa	SP	3,0	26,9	53,7	0,0	0,7	0,0	13,6	1,5	46,1	42.071	2
Nova Olinda	CE	1,9	12,6	32,5	0,2	15,0	11,6	18,0	8,0	77,4	12.077	4
Nova Olinda	PB	1,8	14,1	19,1	0,0	42,7	0,2	20,6	1,0	87,7	6.457	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Nova Olinda	TO	2,3	15,9	27,8	0,5	27,6	2,3	15,2	7,0	80,5	9.385	3
Nova Olinda MA	MA	0,0	12,7	17,3	0,0	11,4	15,8	20,9	9,3	83,4	15.660	5
Nova Olinda Norte	AM	1,4	9,9	14,2	0,0	24,4	15,9	16,1	15,0	88,8	23.725	6
Nova Olímpia	MT	0,2	20,5	42,2	0,0	24,2	1,5	6,6	4,0	63,5	14.186	2
Nova Olímpia	PR	3,3	16,6	31,1	0,0	26,6	0,1	18,3	4,0	82,6	5.280	3
Nova Palma	RS	0,5	18,4	28,3	0,0	39,6	1,0	10,3	1,2	61,5	6.312	4
Nova Palmeira	PB	0,0	9,7	30,9	0,0	11,5	29,2	16,0	2,8	82,2	3.573	5
Nova Petrópolis	RS	6,9	17,7	47,1	0,1	13,8	2,9	10,9	0,0	40,8	16.891	1
Nova Ponte	MG	5,5	17,8	35,3	0,0	27,3	0,1	10,0	1,9	64,0	9.492	1
Nova Porteirinha	MG	3,6	15,0	28,5	0,0	34,9	0,8	11,9	4,7	92,5	7.389	4
Nova Prata	RS	6,3	23,3	51,5	0,0	5,1	1,1	11,8	0,7	51,8	18.344	2
Nova Prata Iguaçu	PR	1,7	11,4	26,5	0,0	39,6	1,6	13,8	4,0	74,0	10.397	4
Nova Pádua	RS	7,5	6,4	19,6	0,0	62,4	2,5	1,7	0,0	33,2	2.396	5
Nova Ramada	RS	3,1	7,6	10,6	0,0	60,7	5,2	10,5	1,3	76,4	2.723	5
Nova Redenção	BA	2,1	7,3	19,9	0,0	33,0	2,3	17,4	17,4	82,6	8.636	4
Nova Resende	MG	1,7	12,7	18,2	0,0	57,9	0,6	7,0	0,8	64,0	14.051	3
Nova Roma	GO	0,7	15,8	22,5	1,1	25,3	17,1	13,6	3,9	88,0	3.717	5
Nova Roma Sul	RS	2,5	8,0	25,7	0,4	51,4	4,8	5,5	0,2	46,9	3.032	4
Nova Rosalândia	TO	0,3	23,8	23,8	0,0	21,4	0,3	14,9	13,7	84,6	3.190	3
Nova Russas	CE	1,9	14,8	29,1	0,0	12,8	9,5	27,8	3,3	77,1	29.347	3
Nova S. Bárbara	PR	4,6	11,8	28,3	0,0	27,1	1,9	20,1	6,2	83,2	3.611	3
Nova S. Rita	PI	0,0	8,4	10,1	0,0	21,2	36,8	20,7	2,7	90,8	4.150	6
Nova S. Rita	RS	2,8	22,5	48,5	0,3	8,6	0,2	13,6	2,5	61,4	15.750	2
Nova S. Rosa	PR	5,1	11,1	27,6	0,0	42,0	0,8	11,7	1,7	66,3	7.125	4
Nova Serrana	MG	6,7	14,6	67,8	0,0	3,9	0,0	5,3	1,0	56,1	37.447	2
Nova Soure	BA	0,6	14,1	17,6	0,0	23,3	11,8	22,1	9,1	82,3	24.405	5
Nova Tebas	PR	2,1	13,7	18,0	0,2	41,2	7,0	14,6	2,5	88,4	9.476	5
Nova Timboteua	PA	0,3	12,9	20,7	0,0	41,7	1,6	13,1	6,2	78,8	11.406	4
Nova Trento	SC	6,5	14,7	52,6	0,2	11,9	0,3	10,8	1,8	52,5	9.852	2
Nova Ubitatã	MT	5,5	7,9	43,2	0,0	32,2	2,8	1,7	6,3	48,2	5.654	1
Nova União	MG	1,3	10,6	32,7	0,0	26,7	2,6	20,0	4,5	86,5	5.427	3
Nova União	RO	0,4	9,3	9,3	0,0	62,9	1,8	11,1	4,6	81,5	8.233	5
Nova Veneza	GO	0,9	19,6	42,7	0,0	16,9	1,8	13,0	2,3	74,7	6.414	2
Nova Veneza	SC	5,1	16,2	47,8	0,0	19,1	0,3	9,7	1,1	48,2	11.511	2
Nova Venécia	ES	4,0	14,8	32,2	0,1	33,2	0,9	12,4	2,2	76,5	43.015	3
Nova Viçosa	BA	1,2	11,3	39,6	0,0	24,9	0,2	12,4	10,3	72,0	32.076	2
Nova Xavantina	MT	2,4	22,3	33,5	0,3	25,8	0,3	10,0	4,0	64,7	17.832	1
Novais	SP	0,9	9,3	28,5	0,0	36,5	0,3	17,9	6,1	83,0	3.225	3
Novo Acordo	TO	3,5	19,0	26,5	0,0	15,6	0,3	14,5	18,8	89,3	3.057	4
Novo Airão	AM	1,6	18,1	30,9	0,2	18,5	2,2	18,4	9,9	84,5	9.651	4
Novo Alegre	TO	0,4	28,3	31,0	0,0	7,9	4,2	16,3	8,0	82,5	2.274	3
Novo Aripuanã	AM	1,0	15,4	16,2	0,0	16,5	9,0	14,7	14,6	88,1	17.119	5

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Novo Barreiro	RS	4,0	7,7	14,5	0,0	51,3	1,6	18,0	2,5	86,8	3.867	5
Novo Brasil	GO	0,0	15,3	22,8	0,6	37,5	1,7	19,3	2,0	72,1	4.181	3
Novo Cabrais	RS	2,1	4,5	12,5	0,0	57,2	9,9	13,8	0,1	86,1	3.565	5
Novo Cruzeiro	MG	0,3	7,2	16,9	0,0	41,2	8,5	19,2	6,3	94,3	30.453	5
Novo Gama	GO	0,9	22,1	59,4	0,0	1,0	0,1	10,1	5,7	66,3	74.380	2
Novo Hamburgo	RS	6,6	27,7	49,6	0,1	0,5	0,1	13,0	2,1	53,4	236.193	1
Novo Horizonte	BA	0,7	6,8	31,3	0,0	22,7	16,2	17,4	1,9	73,2	8.502	4
Novo Horizonte	SC	2,9	11,0	8,2	0,0	64,0	7,5	4,9	0,0	69,8	3.101	6
Novo Horizonte	SP	3,6	19,8	37,2	0,1	24,8	0,3	12,4	1,6	59,7	32.432	1
Novo Horizonte Norte	MT	1,2	16,3	20,2	0,0	47,9	2,9	6,8	1,1	70,6	3.511	3
Novo Horizonte Oeste	RO	1,2	9,3	11,3	0,0	61,2	4,5	5,9	5,4	67,5	12.276	6
Novo Horizonte Sul	MS	1,7	11,8	14,2	0,0	55,5	1,7	7,6	7,2	84,5	6.415	5
Novo Itacolomi	PR	1,5	12,6	16,0	0,0	54,4	1,1	13,4	0,7	85,3	2.866	4
Novo Jardim	TO	0,0	4,4	36,5	0,0	38,5	5,2	8,3	4,6	84,6	2.151	3
Novo Lino	AL	1,4	10,4	20,1	0,0	35,7	0,7	17,0	13,7	85,8	10.375	3
Novo Machado	RS	1,1	9,0	9,4	0,0	61,3	4,6	11,9	2,6	81,9	4.718	5
Novo Mundo	MT	4,3	13,7	26,2	0,0	39,4	2,8	3,7	9,1	71,3	4.997	4
Novo Oriente	CE	1,8	10,2	21,8	0,1	29,9	15,7	16,6	3,0	79,4	26.119	5
Novo Oriente Minas	MG	0,1	9,2	24,6	0,0	27,1	14,0	16,0	7,5	92,1	9.974	5
Novo Oriente Piauí	PI	1,0	10,2	19,1	0,0	23,3	21,1	23,6	1,7	79,3	6.760	5
Novo Planalto	GO	0,8	23,9	23,7	0,0	35,0	0,0	8,8	5,8	75,7	3.432	3
Novo Progresso	PA	4,6	12,4	42,7	0,2	21,6	0,5	4,0	7,7	47,9	24.948	1
Novo Repartimento	PA	1,0	10,4	18,8	0,0	32,3	17,0	11,9	7,1	86,3	41.817	6
Novo S. Antônio	PI	0,0	5,8	6,8	0,5	6,3	12,9	64,7	1,5	94,1	3.155	5
Novo S. Joaquim	MT	3,0	14,9	23,6	0,0	45,7	0,7	6,1	4,9	69,1	9.464	3
Novo Tiradentes	RS	1,7	10,3	13,8	0,0	58,5	4,0	10,2	1,6	89,2	2.412	5
Novo Triunfo	BA	0,9	9,5	14,7	0,0	55,3	8,2	9,9	1,4	84,2	13.905	5
Novorizonte	MG	3,6	7,0	18,3	0,3	41,5	7,2	16,7	5,3	89,2	4.610	4
Nuporanga	SP	3,2	20,5	31,3	0,3	30,6	0,0	11,6	2,1	57,0	6.309	2
Não-Me-Toque	RS	5,6	19,7	41,0	0,1	16,3	0,5	13,3	1,2	60,3	14.413	1
Nísia Floresta	RN	0,3	15,2	35,5	0,2	19,2	2,7	17,8	8,7	72,2	19.040	3
Ocara	CE	0,4	9,5	17,3	0,3	13,7	22,9	30,0	5,6	89,4	21.584	5
Ocaçu	SP	4,9	13,3	26,3	0,0	44,9	0,3	8,6	0,8	70,0	4.164	3
Oeiras	PI	2,6	19,1	25,7	0,1	25,9	3,4	20,4	2,6	79,9	33.910	3
Oeiras Pará	PA	0,9	11,4	14,6	0,1	59,0	3,4	8,4	2,1	89,7	23.255	6
Oiapoque	AP	3,1	25,0	30,8	0,3	15,5	2,2	8,7	3,6	59,6	12.886	1
Olaria	MG	0,3	13,7	30,5	0,0	37,0	0,5	13,4	4,6	82,1	2.304	3
Olho D'Água Piauí	PI	2,0	21,0	22,3	0,0	38,1	2,9	13,1	0,6	88,8	2.283	5
Olho d'Água	PB	3,0	15,3	18,9	0,0	2,7	33,4	23,7	1,5	88,7	7.831	6
Olho d'Água Grande	AL	0,7	7,1	17,1	0,0	32,7	32,6	8,1	1,8	87,9	4.847	6
Olho d'Água Cunhãs	MA	1,8	12,3	27,1	0,2	29,5	4,3	19,0	5,1	80,2	14.377	3
Olho d'Água Flores	AL	1,6	15,7	29,3	0,0	19,5	5,1	20,6	8,2	78,0	19.417	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Olho d'Água Casado	AL	0,3	8,7	23,7	0,0	12,7	30,8	14,1	9,3	86,7	7.059	5
Olho-d'Água Borges	RN	0,3	18,4	26,0	0,0	11,7	8,0	27,1	6,8	73,7	4.461	3
Olhos-d'Água	MG	2,3	6,8	24,0	0,0	42,6	4,3	16,0	4,0	97,3	4.284	5
Olinda	PE	2,2	32,0	36,1	0,1	0,3	0,0	21,9	6,6	61,5	367.902	1
Olinda Nova MA	MA	0,2	11,4	9,5	0,0	61,9	3,3	12,5	1,2	89,1	10.128	6
Olindina	BA	1,3	12,5	23,9	0,0	35,6	1,8	20,5	4,2	82,0	23.909	4
Olivedos	PB	0,0	12,0	27,2	0,0	29,5	5,8	23,1	2,3	80,2	3.194	3
Oliveira	MG	5,4	16,6	40,7	0,2	17,4	0,1	16,8	2,0	70,9	37.250	2
Oliveira Fortes	MG	6,0	15,5	30,1	0,0	36,6	0,1	11,4	0,3	90,4	2.145	3
Oliveira Fátima	TO	2,8	13,5	36,5	0,0	17,5	2,2	14,3	13,2	90,2	958	3
Oliveira Brejinhos	BA	1,4	8,9	23,2	0,0	11,9	16,3	23,0	15,2	83,0	21.670	5
Olivença	AL	1,0	9,1	14,1	0,0	7,7	40,2	22,3	5,7	91,5	10.369	6
Olímpia	SP	5,2	23,0	40,5	0,3	14,1	0,0	13,5	3,0	59,6	46.013	1
Olímpio Noronha	MG	0,0	14,5	31,9	0,0	37,7	0,0	11,4	0,8	76,7	2.247	3
Onda Verde	SP	0,3	20,3	45,4	0,0	14,6	0,0	13,5	3,9	67,3	3.413	2
Onça Pitangui	MG	2,1	10,4	20,2	0,0	54,6	0,0	11,1	0,7	76,4	2.985	3
Oratórios	MG	0,8	6,8	28,9	0,4	39,1	0,7	21,5	1,9	95,6	4.502	3
Oriente	SP	0,4	25,2	37,6	0,0	14,2	0,1	18,8	3,3	61,7	5.884	2
Orindiúva	SP	2,8	20,2	40,7	0,5	23,9	0,6	8,1	1,4	60,4	4.161	2
Oriximiná	PA	0,7	22,7	33,4	0,2	18,6	3,9	12,3	7,1	77,3	48.332	4
Orizona	GO	6,7	12,7	24,6	0,0	43,7	0,6	9,3	2,0	61,5	13.067	1
Orizânia	MG	1,7	3,5	10,7	0,0	60,6	5,2	14,8	3,1	87,4	6.457	5
Orleans	SC	3,6	20,8	39,4	0,0	22,8	1,7	10,7	0,9	59,7	20.031	1
Orlândia	SP	3,2	33,2	40,6	0,1	7,9	0,3	11,1	2,8	49,6	36.004	1
Orobó	PE	0,8	9,7	26,7	0,0	11,6	26,2	18,9	5,7	81,8	22.475	5
Orocó	PE	1,5	10,0	12,3	0,0	57,3	2,2	9,5	6,9	75,0	10.825	5
Ortigueira	PR	1,6	12,9	22,3	0,0	29,2	6,2	21,0	6,2	90,9	25.216	5
Orós	CE	1,6	12,1	27,7	0,0	19,7	8,4	25,8	4,5	79,8	22.023	3
Osasco	SP	2,2	35,4	45,0	0,1	0,1	0,0	11,9	4,4	45,5	652.593	1
Oscar Bressane	SP	3,0	19,7	34,5	0,0	22,2	2,1	13,5	2,6	62,5	2.552	1
Osvaldo Cruz	SP	5,8	24,4	41,1	0,1	13,2	0,2	13,9	1,1	57,3	29.648	1
Osório	RS	6,1	26,5	44,4	0,0	2,9	0,8	16,1	2,1	58,8	36.131	1
Otacílio Costa	SC	2,5	18,2	46,7	0,0	9,5	0,3	16,6	3,5	63,1	13.993	2
Ouricuri	PE	0,7	11,7	23,3	0,1	21,4	8,5	19,5	13,6	81,3	56.733	5
Ourilândia Norte	PA	1,7	12,0	21,7	0,0	33,1	6,4	10,6	12,6	70,0	19.471	4
Ourinhos	SP	4,9	25,9	45,5	0,1	3,3	0,1	16,9	2,5	54,5	93.868	2
Ourizona	PR	3,1	14,1	26,7	0,0	43,7	0,0	10,7	1,7	72,8	3.396	3
Ouriçangas	BA	1,0	11,5	17,9	0,0	42,1	5,0	19,7	2,7	80,8	7.525	4
Ouro	SC	2,2	15,6	32,3	0,0	29,2	2,8	12,4	0,2	50,2	7.419	1
Ouro Branco	AL	0,0	10,1	23,0	0,0	29,1	18,5	14,6	4,5	83,0	10.516	5
Ouro Branco	MG	3,1	26,0	46,0	0,1	6,8	0,1	15,1	2,2	60,7	30.383	2
Ouro Branco	RN	1,6	17,2	32,8	0,0	12,4	1,5	26,3	7,4	69,5	4.667	2

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Ouro Fino	MG	4,7	19,2	39,1	0,1	22,1	0,6	11,6	2,1	58,0	29.416	1
Ouro Preto	MG	2,7	23,7	43,6	0,1	4,4	1,0	20,6	3,1	67,3	66.277	1
Ouro Preto Oeste	RO	3,2	17,6	33,2	0,2	33,3	0,7	8,0	3,5	59,7	40.884	1
Ouro Velho	PB	0,0	14,1	13,7	0,0	45,1	0,5	21,0	5,5	78,1	2.823	4
Ouro Verde	SC	0,0	13,3	20,5	0,0	53,5	0,6	8,4	2,8	79,0	2.352	5
Ouro Verde	SP	0,0	15,8	34,9	0,0	28,8	0,2	17,3	2,2	86,2	7.148	3
Ouro Verde Goiás	GO	4,0	9,4	25,1	0,0	43,3	2,2	10,0	5,1	74,0	4.358	3
Ouro Verde Minas	MG	1,8	10,4	17,2	0,0	35,1	2,2	27,7	5,3	90,3	6.223	5
Ouro Verde Oeste	PR	1,1	13,3	26,6	0,0	35,5	1,1	13,5	7,8	81,0	5.472	3
Ouroeste	SP	2,9	17,1	36,2	0,0	18,7	0,0	22,1	2,9	70,1	6.290	2
Ourolândia	BA	1,0	8,3	15,9	0,0	46,7	0,7	17,9	8,5	85,5	15.356	4
Ourém	PA	1,3	10,7	26,1	0,0	30,7	6,6	17,5	6,3	85,6	14.397	5
Ouvidor	GO	0,5	18,9	35,1	0,2	25,5	1,0	14,2	3,2	66,3	4.271	3
Pacaembu	SP	7,2	15,3	34,6	0,0	20,7	0,4	16,6	4,1	72,6	12.518	1
Pacajus	CE	1,1	18,2	44,6	0,2	12,0	0,9	15,3	7,6	85,5	44.070	3
Pacajá	PA	1,2	7,7	11,8	0,0	37,8	11,7	13,3	10,8	84,1	28.888	6
Pacaraima	RR	2,2	24,4	29,0	1,7	4,3	25,9	9,2	2,8	74,3	6.990	5
Pacatuba	CE	0,5	24,6	47,0	0,1	3,6	0,4	13,9	8,8	84,7	51.696	2
Pacatuba	SE	0,1	10,8	19,9	0,2	22,8	13,5	15,1	17,7	88,3	11.536	5
Pacoti	CE	1,2	12,1	22,0	0,0	36,9	4,8	20,8	1,6	81,4	10.929	4
Pacujá	CE	1,8	15,2	36,9	0,0	6,4	12,9	25,0	1,9	80,0	5.653	3
Padre Bernardo	GO	2,3	10,8	37,5	0,0	19,6	0,1	20,2	8,8	78,4	21.514	3
Padre Carvalho	MG	0,3	9,6	11,4	0,0	19,3	13,0	26,4	20,1	98,4	5.227	5
Padre Marcos	PI	1,4	10,0	16,2	0,3	31,6	7,4	22,5	8,5	85,7	7.283	5
Padre Paraíso	MG	1,2	9,0	30,7	0,0	28,2	6,6	16,4	6,5	93,6	17.475	5
Paes Landim	PI	0,0	18,5	21,5	0,0	22,1	12,3	21,9	3,2	85,9	4.184	5
Pai Pedro	MG	0,3	10,5	17,7	0,3	42,6	1,3	15,4	10,0	91,9	5.832	5
Paial	SC	0,0	4,7	14,1	0,0	64,9	4,7	10,5	0,0	67,6	2.052	6
Paim Filho	RS	3,3	15,5	19,1	0,0	49,8	4,6	5,9	0,9	65,5	4.831	5
Paineiras	MG	1,5	18,4	23,6	0,0	34,2	1,4	16,6	4,3	82,9	4.895	3
Painel	SC	0,9	10,8	17,7	0,0	37,8	3,2	22,9	2,7	76,0	2.384	3
Pains	MG	3,2	16,1	39,7	0,0	24,0	0,0	13,7	1,3	70,4	7.798	2
Paiva	MG	2,4	12,9	24,4	0,0	25,6	0,7	30,8	1,8	77,6	1.622	3
Paiçandu	PR	2,3	15,1	58,8	0,1	6,5	0,3	12,6	3,5	75,4	30.764	2
Pajeú Piauí	PI	0,7	8,9	27,8	0,0	36,5	6,9	18,2	1,1	79,7	2.894	4
Palestina	AL	0,2	14,4	24,7	0,0	16,9	21,5	17,5	4,7	86,1	4.523	5
Palestina	SP	2,4	15,8	29,1	0,0	33,4	0,1	15,7	2,7	68,6	9.100	3
Palestina Goiás	GO	4,0	6,8	26,4	0,0	49,3	0,0	8,3	4,6	77,7	3.307	3
Palestina Pará	PA	1,9	14,3	17,3	0,0	41,5	3,4	17,2	4,2	80,9	7.544	5
Palhano	CE	0,4	14,0	22,1	0,0	4,6	27,4	27,1	4,5	86,8	8.166	5
Palhoça	SC	2,7	26,4	53,3	0,1	2,1	0,1	11,2	3,3	53,6	102.742	2
Palma	MG	3,2	20,3	21,4	0,8	27,5	0,2	22,4	3,4	77,3	6.561	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Palma Sola	SC	2,1	9,3	29,9	0,0	41,1	4,4	9,6	2,8	75,8	8.206	5
Palmares	PE	1,8	19,5	29,6	0,0	10,9	0,5	26,2	10,0	68,7	55.790	1
Palmares Pta	SP	1,6	14,9	35,4	0,0	39,1	0,0	7,4	1,3	69,0	8.437	2
Palmares Sul	RS	4,2	21,1	30,1	0,2	19,7	1,6	15,6	7,2	69,2	10.854	3
Palmas	PR	2,8	16,1	49,8	0,0	13,3	0,0	11,5	5,9	76,2	34.819	3
Palmas	TO	4,1	35,9	45,7	0,1	2,2	0,4	6,3	3,9	52,0	137.355	1
Palmas Mte Alto	BA	1,2	10,0	17,1	0,0	34,5	2,7	17,1	16,3	86,6	20.099	4
Palmeira	PR	3,8	16,8	32,8	0,3	26,3	1,2	14,5	3,5	71,7	30.847	3
Palmeira	SC	2,3	13,1	24,5	0,0	19,9	2,3	22,7	5,5	71,2	2.226	3
Palmeira d'Oeste	SP	2,9	18,3	28,5	0,0	34,9	0,3	12,9	1,9	69,7	10.322	3
Palmeira Missões	RS	6,4	20,4	34,9	0,2	16,6	2,0	16,0	3,3	73,5	38.192	1
Palmeira Piauí	PI	12,1	8,7	25,3	0,0	38,8	3,2	10,3	1,0	79,3	5.199	3
Palmeira Índios	AL	1,8	18,5	30,6	0,1	17,0	6,9	19,7	4,6	68,5	68.060	3
Palmeirais	PI	0,4	10,3	17,4	0,1	23,2	19,0	22,2	6,9	85,5	12.154	5
Palmeirante	TO	0,3	13,9	10,5	0,0	27,5	17,7	15,4	13,9	92,2	3.610	6
Palmeiras	BA	1,6	14,3	30,0	0,0	22,5	4,6	20,5	5,5	71,6	7.518	3
Palmeiras Goiás	GO	3,6	14,0	35,1	0,1	29,5	0,3	13,3	2,9	71,3	17.822	3
Palmeiras TO	TO	0,4	13,8	25,7	0,0	10,4	27,6	13,9	6,9	89,1	4.622	5
Palmeirina	PE	0,7	11,1	18,2	0,0	31,3	8,7	22,7	4,3	81,6	9.536	5
Palmeirândia	MA	0,0	15,3	12,2	0,0	47,0	3,7	19,9	1,3	89,3	17.264	5
Palmeirópolis	TO	3,1	18,9	26,4	0,0	33,3	3,9	10,0	3,5	77,2	7.068	3
Palmelo	GO	0,6	25,2	33,6	0,0	22,3	0,0	15,9	2,1	59,5	2.309	2
Palminópolis	GO	1,8	11,5	29,5	0,0	38,8	0,0	17,3	0,0	69,7	3.561	2
Palmital	PR	1,8	11,4	26,6	0,0	38,9	4,7	13,2	2,5	85,5	16.958	5
Palmital	SP	5,9	15,2	39,6	0,1	15,3	0,1	20,3	3,4	62,0	20.701	1
Palmitinho	RS	2,6	12,5	25,6	0,2	47,2	4,0	7,4	0,1	73,8	6.943	5
Palmitos	SC	4,7	13,2	23,3	0,1	43,7	2,1	9,9	0,8	60,6	16.034	4
Palmácia	CE	1,6	16,6	27,4	0,0	11,2	15,4	20,3	7,2	81,7	9.859	4
Palmópolis	MG	0,0	11,7	16,8	0,0	30,9	7,1	20,3	11,2	94,1	8.886	5
Palotina	PR	7,3	19,7	42,6	0,1	20,3	0,3	8,6	1,0	60,7	25.771	1
Panambi	RS	5,3	25,3	43,2	0,1	10,1	2,2	11,0	2,0	58,0	32.610	1
Panamá	GO	1,4	20,2	25,8	0,5	30,9	0,5	17,2	3,0	76,5	2.776	3
Pancas	ES	2,7	10,4	13,9	0,0	47,1	7,7	12,8	5,1	85,7	20.402	5
Panelas	PE	1,2	9,7	14,1	0,2	28,9	24,2	18,9	2,9	83,6	25.874	6
Panorama	SP	3,3	16,5	51,4	0,0	10,7	0,2	13,0	4,3	71,9	13.649	2
Pantano Grande	RS	5,5	15,2	39,6	0,5	17,4	1,1	16,2	3,9	78,1	10.979	3
Papagaios	MG	6,5	14,0	52,9	0,0	13,8	0,1	8,3	2,9	81,2	12.472	3
Papanduva	SC	1,0	11,9	38,0	0,0	29,6	2,8	13,5	2,4	78,1	16.822	3
Paquetá	PI	0,0	6,4	11,1	0,0	45,0	21,9	12,8	0,9	91,8	4.386	6
Paracambi	RJ	1,4	21,8	42,7	0,0	1,7	0,1	24,8	6,9	66,6	40.475	2
Paracatu	MG	3,4	19,8	38,2	0,3	21,7	0,4	11,3	4,3	75,1	75.216	3
Paracuru	CE	1,2	14,1	37,0	0,3	11,3	11,4	14,4	9,3	80,0	27.541	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Paragominas	PA	2,9	16,4	48,5	0,2	17,9	1,4	5,4	6,3	73,5	76.450	3
Paraguaçu	MG	3,3	14,6	37,0	0,0	29,2	0,0	11,8	1,5	67,2	18.942	2
Paraguaçu Pta	SP	3,9	19,4	37,9	0,1	13,0	0,4	19,4	5,3	69,9	39.618	1
Paraibano	MA	1,2	10,6	21,0	0,5	39,0	12,1	10,8	4,2	78,5	17.854	5
Paraibuna	SP	1,0	22,3	43,2	0,2	15,4	0,9	13,2	2,1	69,0	17.009	1
Paraipaba	CE	1,2	18,3	32,6	0,2	25,6	5,0	13,1	3,7	79,4	25.462	3
Paraisópolis	MG	1,6	19,4	46,1	0,0	14,0	0,8	13,3	3,2	63,3	17.498	2
Parambu	CE	3,5	7,2	20,3	0,0	41,9	5,4	19,1	2,0	85,4	32.302	5
Paramirim	BA	1,0	14,1	23,7	0,2	17,6	6,5	28,0	7,9	73,1	18.921	3
Paramoti	CE	0,5	11,3	25,3	0,1	9,2	25,7	20,1	7,9	89,3	10.970	5
Paranacity	PR	4,4	15,7	39,0	0,0	25,6	0,0	11,5	3,0	75,3	9.109	3
Paranaguá	PR	2,8	26,2	46,7	0,1	2,0	0,3	16,8	3,8	60,0	127.339	2
Paranaiguara	GO	5,9	17,7	32,7	0,1	20,0	1,9	16,0	5,0	74,6	8.192	1
Paranapanema	SP	3,6	15,0	39,0	0,0	27,1	0,3	10,3	3,9	72,1	15.510	3
Paranapoema	PR	0,0	10,7	35,0	0,0	38,6	0,0	12,3	3,4	86,8	2.393	3
Paranapuã	SP	4,5	16,5	18,8	0,0	43,6	0,3	13,5	1,6	67,2	3.632	3
Paranatama	PE	1,0	8,9	12,1	0,0	54,0	4,0	18,6	1,4	81,2	10.763	5
Paranatinga	MT	4,7	20,6	29,7	0,2	26,8	4,3	7,4	5,4	66,1	15.342	3
Paranavaí	PR	5,8	25,5	43,7	0,1	8,3	0,1	13,6	2,6	63,2	75.750	1
Paranaíba	MS	5,2	19,5	39,5	0,1	19,6	0,1	11,6	3,8	64,5	38.406	1
Paranaíta	MT	2,9	11,4	29,4	0,1	46,4	1,3	5,7	2,7	63,5	10.254	3
Paranhos	MS	1,2	14,0	27,7	0,0	36,5	2,2	14,6	1,3	84,5	10.215	4
Paraná	RN	0,6	14,0	22,0	0,0	0,3	27,6	25,2	10,2	87,2	3.633	5
Paranã	TO	0,2	11,7	17,7	0,0	33,7	8,4	15,2	11,1	89,3	10.416	5
Paraopeba	MG	4,3	15,8	43,5	0,4	15,5	0,0	16,4	3,5	74,1	20.383	2
Parapuã	SP	4,9	14,4	35,8	0,0	27,9	0,4	14,0	2,1	73,1	11.104	3
Parari	PB	0,0	10,7	23,3	0,0	36,7	6,3	21,0	0,9	74,4	1.437	4
Parati	RJ	3,1	21,9	47,9	0,3	13,3	0,9	9,7	1,8	65,4	29.544	1
Paratinga	BA	0,1	9,9	16,7	0,4	14,7	22,9	20,3	14,2	88,3	27.679	6
Parauapebas	PA	3,4	24,5	46,0	0,1	7,0	4,2	6,4	6,0	66,0	71.568	1
Parazinho	RN	1,4	9,0	21,7	0,0	31,9	4,0	17,6	11,5	85,0	4.325	4
Paráí	RS	8,0	7,9	57,4	0,3	19,7	1,1	4,8	0,1	41,1	6.020	2
Paraíba Sul	RJ	3,2	20,4	44,5	0,1	6,6	0,2	21,2	3,1	71,9	37.410	1
Paraíso	SC	0,6	6,6	19,4	0,0	59,0	2,7	10,9	0,8	81,5	4.796	5
Paraíso	SP	3,1	14,6	33,6	0,1	32,2	0,4	13,4	1,8	67,6	5.429	2
Paraíso Norte	PR	5,0	16,1	38,2	0,1	26,7	0,1	12,1	1,6	71,5	9.739	2
Paraíso Sul	RS	2,7	11,2	21,1	0,0	46,6	3,4	13,0	1,9	76,5	7.212	4
Paraíso TO	TO	3,8	25,9	44,9	0,3	9,4	0,1	10,7	3,8	64,4	36.130	2
Paraú	RN	1,2	15,4	22,4	0,0	15,6	5,5	29,9	8,7	80,4	4.092	3
Paraúna	GO	5,2	15,8	28,9	0,0	33,6	0,0	11,6	3,9	71,5	10.834	3
Pardinho	SP	2,7	18,7	34,9	0,0	34,9	0,0	7,0	1,8	64,8	4.732	3
Pareci Novo	RS	3,7	15,2	32,7	0,0	33,1	0,2	9,5	0,5	53,5	3.242	1

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Parecis	RO	2,6	12,8	16,5	0,0	35,5	0,8	7,5	23,6	86,9	3.622	5
Parelhas	RN	2,6	15,6	46,6	0,0	7,8	3,7	18,0	5,0	68,9	19.319	2
Pariconha	AL	0,4	7,1	18,6	0,0	15,4	31,1	23,0	4,3	86,7	10.086	6
Parintins	AM	1,2	14,8	25,6	0,1	30,3	3,3	15,8	8,4	84,8	92.118	5
Paripiranga	BA	6,3	7,3	20,2	0,0	44,9	4,3	15,9	1,2	74,7	26.591	4
Paripueira	AL	0,8	11,3	33,5	0,0	14,5	0,5	21,6	17,5	91,6	8.049	3
Pariquera-Açu	SP	1,7	22,7	36,6	0,1	13,9	0,3	14,6	3,8	71,7	17.649	1
Parisi	SP	2,1	10,8	48,0	0,0	22,1	0,0	15,0	2,1	70,7	1.948	2
Parnaguá	PI	0,0	11,0	13,7	0,0	48,7	8,7	14,9	2,5	85,1	9.345	5
Parnamirim	PE	0,1	10,2	15,2	0,0	38,7	3,8	27,6	3,7	79,6	19.289	4
Parnamirim	RN	2,3	30,8	44,2	0,1	1,9	0,1	15,0	4,7	58,7	124.690	2
Parnarama	MA	0,5	10,2	15,7	0,1	38,1	9,4	19,6	6,1	88,8	32.469	5
Parnaíba	PI	2,1	22,6	41,3	0,2	5,7	1,0	20,5	5,8	68,4	132.282	1
Parobé	RS	3,3	20,4	64,3	0,0	1,3	0,3	8,2	1,7	62,9	44.776	2
Pará Minas	MG	4,5	19,8	49,4	0,3	7,1	0,1	14,9	3,3	65,0	73.007	2
Passa Quatro	MG	1,0	17,3	46,3	0,2	13,9	0,1	17,6	1,9	71,2	14.855	2
Passa Sete	RS	1,5	5,8	7,3	0,0	72,4	3,5	9,3	0,1	89,7	4.644	6
Passa Tempo	MG	2,6	13,1	33,7	0,0	23,8	0,2	23,2	2,1	81,3	8.480	3
Passa e Fica	RN	0,2	9,5	25,7	0,0	23,9	11,1	21,8	6,9	82,7	8.329	4
Passa-Vinte	MG	4,1	17,1	24,5	0,4	29,2	1,3	18,1	1,2	79,7	2.164	3
Passabém	MG	1,1	20,3	32,5	0,4	15,3	6,4	21,7	2,3	82,3	1.946	3
Passagem	PB	0,6	12,6	30,0	0,0	17,9	4,5	28,1	6,4	81,4	1.979	3
Passagem	RN	0,0	15,4	32,5	0,0	1,9	17,1	21,3	10,9	82,2	2.691	4
Passagem Franca	MA	0,0	15,8	15,3	0,0	27,4	22,0	14,7	4,4	84,1	14.817	5
Passagem Franca Piauí	PI	0,0	11,7	27,2	0,0	36,7	5,2	15,8	2,8	87,0	4.195	4
Passira	PE	0,4	12,5	23,7	0,0	21,0	14,2	20,1	7,1	77,8	29.132	4
Passo Fundo	RS	4,3	31,2	40,4	0,2	2,3	0,3	16,6	3,6	54,4	168.458	1
Passo Camaragibe	AL	0,1	10,4	24,6	0,0	30,7	0,6	18,1	13,6	87,4	13.755	3
Passo Torres	SC	1,3	26,0	34,4	0,0	19,2	0,3	16,2	2,4	72,4	4.400	1
Passo Sobrado	RS	8,4	8,7	16,0	0,3	51,4	2,2	12,8	0,1	78,2	5.566	4
Passos	MG	4,6	21,3	42,7	0,0	10,0	0,0	16,6	2,8	58,9	97.211	2
Passos Maia	SC	4,3	5,9	31,4	0,0	38,1	5,6	8,1	2,4	80,1	4.763	5
Pastos Bons	MA	1,8	13,6	17,7	0,0	13,9	21,8	23,1	7,8	83,0	15.460	5
Patis	MG	0,0	9,8	16,2	0,0	28,2	6,1	23,3	15,8	97,2	5.164	5
Pato Bragado	PR	3,7	13,8	35,7	0,0	33,8	1,0	9,8	1,8	63,5	4.093	3
Pato Branco	PR	5,4	28,2	42,3	0,1	7,3	0,6	12,6	3,0	54,8	62.234	1
Patos	PB	2,5	23,9	45,8	0,1	4,4	0,6	17,0	5,2	64,1	91.761	2
Patos Minas	MG	5,8	22,7	41,5	0,1	12,4	0,2	14,6	2,2	60,6	124.056	1
Patos Piauí	PI	0,4	9,0	19,8	0,8	25,3	14,3	20,0	9,6	80,8	5.634	5
Patrocínio	MG	3,7	21,8	32,1	0,1	26,9	0,1	11,2	3,4	68,3	73.278	1
Patrocínio Pta	SP	3,4	20,8	38,5	0,0	23,5	0,0	10,0	1,3	65,2	11.416	2
Patrocínio Muriaé	MG	1,6	11,7	38,6	0,0	18,2	1,3	25,6	1,7	75,7	4.861	2

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Patu	RN	0,7	21,4	28,6	0,2	11,5	4,6	24,9	7,6	71,2	11.171	1
Paty Alferes	RJ	1,8	16,4	41,7	0,0	18,8	1,0	15,5	3,8	76,1	24.931	3
Pau Brasil	BA	1,4	16,0	20,8	0,3	33,9	6,1	15,8	5,4	76,6	13.048	3
Pau D'Arco	PA	2,6	9,7	18,4	0,0	40,5	12,7	11,3	4,3	84,6	7.124	4
Pau D'Arco	TO	0,9	10,3	12,9	0,0	36,2	0,8	26,4	11,3	88,3	4.335	5
Pau Ferros	RN	2,0	27,0	35,8	0,0	6,2	4,6	19,9	2,8	59,6	24.758	1
Paudalho	PE	1,3	14,7	43,0	0,1	10,4	0,7	19,8	9,8	78,0	45.138	2
Pauini	AM	0,4	11,5	13,6	0,0	19,2	24,7	12,0	18,4	96,4	17.092	6
Paula Cândido	MG	0,4	11,0	24,3	0,3	41,7	0,8	18,8	2,5	86,7	9.109	3
Paula Freitas	PR	2,4	11,5	34,8	0,0	19,7	3,3	23,8	4,4	79,6	5.060	3
Paulicéia	SP	1,4	13,3	40,9	0,3	26,6	0,4	14,3	1,7	77,7	5.302	3
Paulino Neves	MA	0,3	26,4	11,0	0,0	18,9	19,7	15,1	2,7	92,4	11.526	6
Pta	PB	2,8	11,5	33,1	0,0	25,6	3,0	19,7	4,0	78,6	11.266	3
Pta	PE	1,5	33,8	36,8	0,1	0,3	0,1	20,6	6,4	61,8	262.237	2
Ptana	PI	0,6	15,4	18,8	0,0	14,3	5,4	30,5	13,2	79,8	16.529	3
Ptas	MG	0,9	12,9	19,2	0,0	25,9	11,5	22,3	7,3	93,1	5.113	5
Paulistânia	SP	0,0	14,6	27,3	0,0	47,0	0,0	9,9	0,6	68,7	1.891	2
Paulo Afonso	BA	2,2	22,9	34,7	0,2	4,5	3,5	21,6	9,4	60,7	96.499	1
Paulo Frontin	PR	0,5	10,9	19,1	0,0	46,4	0,6	20,6	1,4	80,2	6.565	4
Paulo Jacinto	AL	0,8	13,9	20,3	0,0	22,5	8,0	23,7	10,9	85,1	7.651	4
Paulo Lopes	SC	3,7	15,9	50,1	0,0	10,6	2,4	13,8	2,8	68,2	5.924	2
Paulo Ramos	MA	1,7	11,1	15,6	0,0	44,1	10,8	10,9	5,5	87,5	19.290	5
Paulo Faria	SP	3,1	18,3	31,8	0,0	28,7	0,0	11,9	4,4	71,1	8.472	3
Paulínia	SP	3,8	27,6	48,2	0,1	2,2	0,1	12,5	4,2	37,9	51.326	1
Paverama	RS	2,5	13,2	41,1	0,0	26,3	0,9	14,0	1,4	73,3	7.744	3
Pavussu	PI	1,6	5,6	24,1	0,0	37,7	7,6	18,9	1,5	85,8	3.973	5
Pavão	MG	0,9	14,1	22,0	0,1	29,4	5,2	19,0	8,6	91,1	8.912	4
Paço Lumiar	MA	1,2	31,1	40,9	0,0	8,9	0,7	10,5	5,3	72,5	76.188	1
Peabiru	PR	4,4	16,6	34,9	0,3	25,5	0,0	14,3	3,4	74,8	13.487	3
Pederneiras	SP	2,0	19,2	41,4	0,0	18,4	0,2	15,3	2,8	63,1	36.614	2
Pedra	PE	2,6	6,4	15,6	0,0	36,8	8,8	21,6	7,9	80,7	20.244	5
Pedra Azul	MG	1,2	15,8	38,9	0,0	13,3	0,1	18,3	9,5	89,4	23.608	3
Pedra Bela	SP	2,2	12,1	34,5	0,0	35,7	0,9	11,6	2,0	76,8	5.609	3
Pedra Bonita	MG	0,7	6,8	9,0	0,0	44,0	25,6	11,4	2,2	86,4	7.288	6
Pedra Branca	CE	1,4	10,2	20,4	0,1	24,4	22,5	16,8	2,6	79,9	40.742	5
Pedra Branca	PB	1,8	11,7	19,0	0,0	44,9	0,0	22,6	0,0	83,2	3.692	3
Pedra Branca Amapari	AP	0,0	15,9	21,0	1,6	12,5	8,1	13,4	25,3	83,2	4.009	5
Pedra Dourada	MG	0,0	8,1	23,7	0,0	50,1	0,2	15,4	1,9	78,8	1.822	4
Pedra Grande	RN	0,0	14,8	20,1	0,0	35,6	9,1	18,2	2,1	83,5	4.017	4
Pedra Lavrada	PB	0,8	11,1	30,7	0,0	19,8	16,9	17,5	2,9	84,2	6.617	4
Pedra Mole	SE	1,0	18,8	28,0	0,2	30,5	12,1	8,3	1,2	78,0	2.630	4
Pedra Preta	MT	1,6	20,0	36,0	0,0	28,3	0,6	7,4	5,5	65,1	13.611	2

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Pedra Preta	RN	0,0	15,7	12,9	0,0	8,7	18,1	19,7	24,9	90,0	2.847	5
Pedra Anta	MG	0,2	8,3	23,4	0,0	22,2	10,7	26,7	2,8	86,7	3.925	5
Pedra Indaiá	MG	1,2	12,1	42,9	0,0	28,6	0,0	11,4	1,0	70,1	3.814	2
Pedralva	MG	2,8	10,5	27,1	0,0	38,3	0,5	12,3	4,0	82,1	12.009	3
Pedranópolis	SP	1,3	14,2	29,6	0,0	32,2	1,6	19,7	1,5	76,6	2.734	3
Pedras Grandes	SC	1,4	9,2	35,5	0,0	29,7	2,6	14,4	0,6	68,3	4.921	1
Pedras Fogo	PB	1,6	10,1	21,7	0,0	43,0	2,7	17,2	3,3	83,8	25.861	3
Pedras Maria Cruz	MG	0,1	13,8	22,0	0,3	26,7	9,6	16,0	9,6	94,3	8.871	5
Pedregulho	SP	3,0	17,7	28,3	0,0	33,2	0,2	12,3	4,6	71,4	14.994	3
Pedreira	SP	5,2	21,5	56,1	0,0	2,7	0,1	12,3	1,0	43,7	35.219	2
Pedreiras	MA	1,1	20,2	32,9	0,0	14,4	7,3	18,7	4,0	70,9	39.828	3
Pedrinhas	SE	1,0	16,3	22,4	0,0	30,7	3,0	21,1	4,9	85,6	7.929	3
Pedrinhas Pta	SP	4,3	21,8	29,1	0,0	30,8	0,0	13,5	0,5	59,0	2.861	1
Pedrinópolis	MG	4,4	12,0	34,5	0,2	34,3	0,3	9,2	4,7	72,1	3.361	3
Pedro Afonso	TO	3,3	20,7	36,3	0,1	21,4	1,7	13,0	2,4	74,6	9.028	3
Pedro Alexandre	BA	1,3	7,4	11,7	0,0	52,6	5,8	12,7	7,7	91,6	17.610	5
Pedro Avelino	RN	1,4	18,9	26,6	0,7	16,6	6,5	20,8	7,1	75,0	8.006	3
Pedro Canário	ES	3,0	16,0	31,8	0,4	27,2	0,9	12,9	7,5	83,6	21.961	3
Pedro Gomes	MS	6,3	17,1	29,4	0,1	29,8	0,9	10,8	5,2	75,8	8.535	3
Pedro II	PI	2,1	11,9	33,6	0,2	12,4	9,5	26,5	3,1	86,7	36.201	3
Pedro Laurentino	PI	4,3	18,0	19,7	0,0	4,1	34,6	16,7	2,7	87,3	2.002	6
Pedro Leopoldo	MG	3,6	22,2	48,8	0,1	3,4	0,2	18,4	3,4	68,1	53.957	2
Pedro Osório	RS	2,3	19,3	29,6	0,2	13,9	1,4	27,0	5,2	74,7	8.107	3
Pedro Régis	PB	1,3	11,5	17,6	0,0	23,8	20,3	23,0	1,6	85,2	4.883	5
Pedro Teixeira	MG	0,0	11,7	23,7	0,9	41,0	2,7	15,8	0,9	87,5	1.787	3
Pedro Velho	RN	0,9	10,6	22,3	0,1	13,5	14,7	26,1	11,3	81,0	13.518	4
Pedro Toledo	SP	2,8	14,8	40,0	0,0	21,3	0,2	15,4	4,7	71,2	9.187	3
Pedro Rosário	MA	0,5	8,3	7,6	0,0	49,5	20,1	11,1	2,6	91,4	17.954	6
Pedraão	BA	0,4	9,1	14,7	0,0	31,0	8,2	25,5	10,8	89,9	6.979	5
Peixe	TO	2,3	17,6	29,3	0,0	34,6	1,2	11,3	3,4	81,4	8.763	3
Peixe-Boi	PA	0,0	11,0	26,2	0,0	30,2	8,6	17,2	6,5	85,4	7.760	5
Peixoto Azevedo	MT	3,5	16,4	37,0	0,1	22,2	7,8	3,9	8,6	75,1	26.156	4
Pejuçara	RS	8,7	11,2	29,7	0,1	39,1	3,8	6,2	0,8	68,5	4.189	4
Pelotas	RS	3,2	27,1	38,5	0,2	5,0	0,4	20,6	3,7	61,3	323.158	1
Penaforte	CE	0,6	18,0	35,9	0,0	14,4	1,1	26,0	3,7	77,3	7.017	3
Penalva	MA	0,4	9,9	12,6	0,0	55,6	0,5	18,4	2,7	89,0	30.299	5
Pendências	RN	0,7	14,3	39,5	0,1	9,5	0,3	26,1	8,7	73,9	11.401	2
Penedo	AL	0,7	18,6	29,9	0,2	17,5	1,5	23,2	7,8	74,1	56.993	3
Penha	SC	3,5	21,5	37,5	0,2	15,9	1,3	15,6	3,3	56,7	17.678	1
Pentecoste	CE	0,9	11,6	31,6	0,1	23,8	4,0	21,2	5,4	79,9	32.600	3
Penápolis	SP	6,0	23,0	45,3	0,1	9,5	0,2	13,9	1,5	55,0	54.635	2
Pequeri	MG	2,3	13,3	50,5	0,0	15,5	1,1	15,8	1,6	73,8	3.016	2

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Pequi	MG	1,2	15,3	25,4	0,3	36,2	2,1	15,7	1,4	75,3	3.717	3
Pequizeiro	TO	2,5	9,2	12,2	0,0	59,2	0,0	10,5	5,7	88,0	4.591	5
Perdigão	MG	5,4	17,6	45,8	0,0	14,3	0,3	11,3	0,4	58,3	5.707	2
Perdizes	MG	2,7	11,6	23,9	0,0	49,1	0,2	8,1	2,6	66,2	12.364	3
Perdões	MG	4,6	17,5	35,1	0,0	24,8	0,6	15,2	2,1	69,2	18.736	1
Pereira Barreto	SP	5,4	18,9	37,9	0,1	11,3	0,3	19,1	6,5	68,4	25.028	1
Pereiras	SP	3,6	19,9	43,1	0,2	14,3	0,0	14,0	1,8	62,4	6.226	1
Pereiro	CE	0,8	10,0	13,5	0,3	4,5	46,0	19,7	3,4	85,2	15.225	6
Peri Mirim	MA	0,0	9,0	9,6	0,0	45,5	14,7	18,7	2,3	87,7	13.071	6
Periquito	MG	0,7	9,5	26,8	0,0	23,5	0,7	33,4	3,5	91,6	7.445	3
Peritiba	SC	2,2	16,6	23,4	0,6	41,7	3,5	9,2	1,2	61,3	3.230	4
Peritoró	MA	0,4	9,9	20,3	0,2	27,8	15,8	18,7	6,2	87,4	17.336	5
Perobal	PR	1,4	13,9	34,2	0,0	37,5	0,8	10,8	1,3	79,9	5.291	3
Perolândia	GO	1,3	15,8	26,2	0,3	37,9	0,0	9,9	4,9	72,9	2.791	3
Peruibe	SP	3,5	17,9	47,8	0,4	2,8	0,2	19,0	6,7	60,6	51.451	1
Pescador	MG	0,5	14,0	30,0	0,0	32,2	2,6	15,4	5,0	87,0	4.037	3
Pesqueira	PE	2,8	14,8	29,2	0,1	11,9	11,3	24,4	5,2	71,6	57.721	4
Petrolina	PE	3,6	22,8	33,4	0,1	18,2	1,3	12,6	6,6	59,9	218.538	1
Petrolina Goiás	GO	4,1	11,7	28,9	0,0	40,7	1,7	11,6	0,4	72,8	10.381	3
Petrolândia	PE	3,0	13,0	30,7	0,8	21,0	3,3	20,2	7,5	71,5	27.320	3
Petrolândia	SC	2,9	10,7	17,2	0,0	58,2	2,3	8,8	0,0	68,8	6.406	5
Petrópolis	RJ	4,5	25,3	49,1	0,1	1,2	0,0	16,1	3,0	53,8	286.537	1
Peçanha	MG	2,8	12,4	16,6	0,0	35,9	5,7	20,9	5,5	89,5	17.183	5
Piacatu	SP	2,1	15,9	33,1	0,0	37,1	0,3	10,4	1,1	72,3	4.625	2
Piancó	PB	2,3	19,1	29,3	0,0	18,5	6,4	20,0	3,2	76,9	14.872	3
Piatã	BA	0,0	9,1	18,8	0,0	13,9	20,7	25,3	9,3	80,8	18.977	5
Piau	MG	0,3	10,3	26,3	0,0	46,1	0,0	11,6	5,4	83,4	3.008	4
Piaçabuçu	AL	2,1	14,7	24,6	0,0	28,6	2,1	20,1	7,4	78,9	16.775	3
Picada Café	RS	7,5	16,3	53,9	0,0	11,8	0,7	8,9	0,0	42,0	4.673	2
Picos	PI	3,1	24,8	40,8	0,2	6,6	4,8	14,2	4,5	62,8	68.974	1
Picuí	PB	1,2	11,7	33,4	0,0	24,1	6,2	18,0	4,7	78,2	17.896	3
Piedade	SP	2,9	15,9	40,0	0,0	24,2	0,6	9,5	5,2	68,2	50.131	1
Piedade Caratinga	MG	0,9	5,9	18,0	0,0	54,2	3,5	12,3	4,0	87,7	5.347	4
Piedade Ponte Nova	MG	6,1	9,8	20,1	0,0	41,2	1,9	16,6	3,7	87,0	4.029	4
Piedade Rio Grande	MG	1,8	15,3	22,2	0,0	29,7	2,9	26,0	1,6	87,0	5.063	4
Piedade Gerais	MG	3,1	7,6	24,3	0,0	34,7	5,4	20,9	1,4	85,7	4.274	5
Pilar	AL	0,2	15,2	34,7	0,0	21,3	0,6	15,8	12,0	87,7	31.201	3
Pilar	PB	1,0	12,6	25,6	0,0	26,0	4,6	24,1	6,0	82,8	10.274	3
Pilar Goiás	GO	2,1	8,0	22,1	0,0	45,8	3,5	10,0	3,1	84,8	3.339	4
Pilar Sul	SP	4,2	14,7	32,1	0,0	26,9	1,0	14,0	5,0	69,3	23.948	3
Pilão Arcado	BA	0,1	6,8	13,5	0,0	16,4	19,0	20,5	22,5	88,7	30.713	6
Pilões	PB	0,2	8,5	24,8	0,0	34,5	3,6	24,7	3,2	88,5	7.800	4

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Pilões	RN	0,5	16,7	25,1	0,6	6,5	11,3	25,2	13,4	79,0	3.002	3
Pilõeszinhos	PB	0,9	12,2	29,8	0,0	23,4	11,2	19,9	2,8	87,3	5.430	4
Pimenta	MG	4,1	15,7	23,1	0,0	46,6	0,2	8,0	1,9	67,2	7.824	3
Pimenta Bueno	RO	2,6	24,7	41,6	0,0	14,8	0,7	8,4	5,7	58,2	31.752	1
Pimenteiras	PI	0,5	9,8	16,9	0,5	20,1	33,7	14,6	3,0	88,4	11.306	6
Pimenteiras Oeste	RO	0,4	24,1	21,7	0,0	31,9	4,0	5,1	11,2	79,1	2.527	3
Pindamonhangaba	SP	3,2	25,8	43,1	0,1	3,6	0,1	18,1	5,0	56,8	126.026	1
Pindaré-Mirim	MA	0,6	15,8	26,2	0,1	23,7	5,3	18,9	9,1	80,2	27.517	4
Pindaí	BA	0,5	8,3	19,4	0,2	38,3	5,7	15,2	11,3	78,7	15.494	4
Pindoba	AL	0,0	5,6	24,9	0,0	34,1	19,0	14,1	2,3	86,2	2.926	4
Pindobaçu	BA	0,0	10,2	28,1	0,4	15,0	5,4	20,7	18,8	81,9	20.869	4
Pindorama	SP	1,7	19,9	41,1	0,0	18,9	0,0	15,0	2,2	62,6	13.109	2
Pindorama TO	TO	1,2	11,0	20,4	0,0	34,9	2,5	25,9	2,6	91,1	4.685	4
Pindoretama	CE	0,8	12,8	35,9	0,0	20,3	1,0	23,7	5,1	78,0	14.951	2
Pingo-d'Água	MG	0,4	14,1	26,7	0,1	20,4	3,8	25,0	9,5	92,0	3.820	3
Pinhais	PR	3,0	28,5	52,6	0,1	0,3	0,0	10,3	4,3	55,2	102.985	2
Pinhal	RS	3,2	13,1	21,4	0,0	48,9	4,7	7,2	1,4	81,7	2.503	5
Pinhal Grande	RS	0,9	13,8	12,8	0,6	61,8	2,5	5,6	0,2	73,5	4.725	5
Pinhal S. Bento	PR	0,9	5,4	17,1	0,0	40,3	2,5	23,4	10,1	89,5	2.560	5
Pinhalzinho	SC	5,2	16,1	46,5	0,0	18,3	0,7	11,4	1,2	66,4	12.356	1
Pinhalzinho	SP	3,3	12,3	50,7	0,0	15,6	0,1	14,9	1,9	61,7	10.986	2
Pinhalão	PR	1,9	12,6	25,2	0,0	47,4	0,0	11,4	1,6	80,3	6.217	4
Pinheiral	RJ	1,2	22,2	46,3	0,1	2,5	0,1	23,0	4,0	65,8	19.481	2
Pinheirinho Vale	RS	0,1	7,6	19,4	0,0	58,4	3,7	10,0	0,0	79,7	4.184	5
Pinheiro	MA	0,9	18,3	26,0	0,1	26,2	5,3	18,4	4,3	78,7	68.030	4
Pinheiro Machado	RS	2,3	14,8	29,2	0,0	23,0	1,7	22,1	3,0	74,2	14.594	3
Pinheiro Preto	SC	6,4	11,8	36,4	0,3	32,4	1,5	10,6	0,5	63,9	2.729	3
Pinheiros	ES	3,1	18,9	23,3	0,0	34,5	1,0	13,5	4,6	81,6	21.320	3
Pinhão	PR	3,2	16,2	28,5	0,1	32,9	3,6	10,1	5,3	83,4	28.408	4
Pinhão	SE	0,0	13,4	22,4	0,0	26,4	16,2	17,0	4,0	79,7	5.244	4
Pintadas	BA	0,8	12,0	28,9	0,2	12,6	19,2	14,0	4,4	75,3	10.927	4
Pintópolis	MG	0,3	13,0	21,2	0,4	24,3	14,2	24,3	2,2	93,5	6.949	5
Pio IX	PI	0,5	11,7	20,6	0,6	40,5	5,2	16,8	3,9	82,6	16.505	4
Pio XII	MA	0,2	13,4	17,9	0,0	28,3	9,5	20,7	6,8	89,0	28.413	5
Piquerobi	SP	1,0	14,0	22,0	0,0	35,0	0,0	22,1	5,8	74,6	3.478	3
Piquet Carneiro	CE	0,1	10,4	22,6	0,0	5,4	31,0	21,4	9,1	82,2	13.131	5
Piquete	SP	1,0	20,1	35,0	0,0	3,8	0,2	36,1	3,7	57,3	15.200	2
Piracaia	SP	3,5	17,2	53,9	0,1	8,4	0,3	12,3	2,2	60,2	23.347	2
Piracanjuba	GO	2,9	18,4	30,2	0,1	28,0	0,2	15,0	2,8	62,9	23.557	1
Piracema	MG	3,4	9,6	24,3	0,0	39,0	4,0	17,9	1,9	85,8	6.509	4
Piracicaba	SP	5,2	27,9	47,6	0,2	2,0	0,0	13,7	2,9	41,2	329.158	1
Piracuruca	PI	1,2	13,3	27,5	0,1	12,3	7,6	26,3	11,1	82,7	24.786	4

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Piraju	SP	5,7	23,7	40,1	0,0	14,0	0,1	14,4	1,5	57,9	27.897	2
Pirajuba	MG	4,7	15,7	31,0	0,0	32,9	0,0	13,4	0,4	68,2	2.741	1
Pirajuí	SP	2,7	28,6	30,7	0,2	11,4	0,8	19,0	5,1	65,4	20.095	1
Pirambu	SE	1,1	13,6	35,6	0,0	29,3	4,3	11,4	3,1	81,1	7.255	3
Piranga	MG	0,5	6,9	22,3	0,1	23,0	14,0	20,4	4,0	89,1	17.257	5
Pirangi	SP	5,5	14,4	35,0	0,0	32,4	0,3	10,7	1,2	60,0	10.038	2
Piranguinho	MG	2,5	14,5	38,8	0,0	26,6	0,5	15,7	0,7	73,7	7.399	2
Piranguçu	MG	1,3	17,4	40,1	0,0	24,7	1,3	13,2	1,4	76,7	4.974	3
Piranhas	AL	0,4	16,2	25,8	0,1	15,6	18,2	12,9	10,5	81,3	20.007	5
Piranhas	GO	3,9	18,9	28,6	0,0	28,1	0,1	14,9	5,3	72,9	12.287	1
Pirapemas	MA	0,5	11,9	12,7	0,2	51,2	1,6	18,6	2,9	88,7	15.124	5
Pirapetinga	MG	4,2	16,0	51,6	0,0	10,7	0,2	13,8	2,9	70,7	10.034	2
Pirapora	MG	2,3	22,2	39,1	0,2	9,1	0,5	19,3	6,5	77,4	50.300	1
Pirapora Bom Jesus	SP	0,4	20,3	59,2	0,0	0,3	0,1	12,0	7,0	70,5	12.395	2
Pirapozinho	SP	4,4	23,5	44,7	0,2	5,7	0,2	16,1	4,0	63,0	22.104	2
Pirapó	RS	0,4	10,0	8,2	0,0	55,9	10,3	14,8	0,4	85,9	3.349	6
Piraquara	PR	1,1	20,7	55,6	0,9	2,3	0,5	9,7	7,4	71,1	72.886	2
Piraquê	TO	0,0	20,7	15,3	0,0	36,6	12,7	10,3	3,1	86,6	2.524	5
Pirassununga	SP	3,4	27,3	41,9	0,1	7,1	0,0	17,9	1,9	44,8	64.864	1
Piratini	RS	2,3	10,7	19,8	0,0	33,2	4,3	24,4	3,8	80,5	19.414	4
Piratininga	SP	2,1	21,4	43,6	0,0	16,9	1,0	12,8	1,0	53,8	10.584	2
Piratuba	SC	1,9	15,5	45,9	0,0	24,1	0,7	9,7	1,1	51,7	5.812	1
Piraí	RJ	0,9	23,0	42,3	0,1	4,8	0,1	23,8	3,9	66,1	22.118	1
Piraí Norte	BA	0,3	6,6	10,7	0,0	57,2	2,3	12,8	6,5	88,9	11.239	4
Piraí Sul	PR	2,5	13,8	34,5	0,1	23,8	2,5	17,2	4,2	77,7	21.647	3
Piraúba	MG	2,4	15,0	36,1	0,0	21,4	0,2	22,9	1,9	76,9	11.140	3
Pirenópolis	GO	1,5	12,9	42,9	0,0	20,8	1,9	13,6	4,5	71,2	21.245	3
Pires Ferreira	CE	0,7	10,3	15,0	0,0	52,7	4,5	15,2	0,5	86,6	8.643	5
Pires Rio	GO	7,1	22,5	41,1	0,2	11,3	0,0	14,7	2,3	58,0	26.229	1
Piripiri	PI	1,9	16,0	33,5	0,1	12,4	8,7	20,4	5,4	75,3	60.154	3
Piripá	BA	0,9	8,2	35,6	0,0	22,4	8,0	18,9	4,5	80,1	16.128	3
Piritiba	BA	1,1	9,9	24,4	0,1	27,4	6,0	25,6	2,7	80,6	19.037	3
Pirpirituba	PB	0,5	15,7	34,7	0,2	8,5	7,8	24,0	7,7	78,3	10.198	3
Pitanga	PR	4,0	14,3	30,5	0,2	33,1	3,6	11,1	2,8	83,3	35.989	4
Pitangueiras	PR	0,3	9,0	33,9	0,0	47,0	0,8	6,8	1,9	77,3	2.418	3
Pitangueiras	SP	2,6	17,4	34,0	0,1	29,3	0,3	10,7	5,3	64,3	31.156	2
Pitangui	MG	3,0	22,1	46,2	0,1	7,4	0,3	16,2	3,7	70,4	22.269	2
Pitimbu	PB	1,2	9,6	20,9	0,0	46,7	1,3	13,5	6,7	84,3	13.927	4
Pium	TO	0,4	17,1	21,8	0,8	37,1	3,0	10,0	7,5	75,5	5.540	3
Piumhi	MG	6,0	17,7	35,7	0,0	26,4	0,3	10,2	2,6	59,8	28.783	1
Piçarra	PA	7,9	8,4	12,8	0,0	59,8	1,7	5,7	2,4	77,0	13.031	5
Piçarras	SC	5,3	18,4	47,9	0,1	8,0	0,0	15,4	4,4	57,7	10.911	1

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Piên	PR	1,6	11,9	45,7	0,0	21,8	4,3	11,1	2,5	75,0	9.934	3
Piúma	ES	5,3	18,4	44,4	0,5	12,4	0,1	17,0	1,4	71,1	14.987	1
Placas	PA	2,9	6,0	12,2	0,1	69,3	1,1	5,7	1,3	75,3	13.394	5
Planaltina	GO	1,2	18,0	57,3	0,3	3,7	0,4	10,3	8,2	75,1	73.718	2
Planaltina Paraná	PR	0,5	16,8	25,4	0,0	39,4	0,0	15,0	1,8	81,2	3.992	3
Planaltino	BA	0,2	6,5	18,1	0,1	44,8	3,4	20,2	6,3	80,9	7.963	4
Planalto	BA	1,3	12,9	27,8	0,0	28,3	7,9	15,5	5,5	80,0	21.707	3
Planalto	PR	2,4	10,0	22,8	0,0	48,8	2,3	12,2	1,2	79,5	14.122	5
Planalto	RS	4,0	13,8	27,3	0,0	34,1	3,2	13,7	4,0	78,3	11.302	4
Planalto	SP	5,5	11,9	36,7	0,4	30,0	0,0	12,9	2,4	76,7	3.670	3
Planalto Alegre	SC	4,3	12,4	17,1	0,0	49,3	7,0	7,9	0,4	60,6	2.452	4
Planalto Serra	MT	0,4	15,1	29,4	0,0	32,0	0,0	10,7	11,9	72,7	2.881	3
Planura	MG	0,2	15,9	37,1	0,0	29,9	0,0	12,0	3,7	71,3	8.297	2
Platina	SP	1,8	12,0	19,4	0,9	46,9	0,8	16,9	1,4	76,3	2.867	3
Plácido Castro	AC	0,4	20,7	25,8	0,0	34,8	3,2	10,7	3,3	77,5	15.172	4
Pocinhos	PB	0,0	11,9	31,8	0,0	12,5	12,4	22,3	7,7	82,4	14.880	3
Poconé	MT	2,7	19,0	32,4	0,0	20,8	2,5	13,6	6,6	81,4	30.773	3
Pocrane	MG	2,2	9,7	18,8	0,0	36,5	7,3	22,5	2,9	86,7	9.851	5
Pojuca	BA	1,7	16,0	49,2	0,7	7,7	0,7	18,4	5,3	63,2	26.203	2
Poloni	SP	4,4	18,8	31,1	0,6	27,2	0,3	15,7	1,9	62,2	4.774	1
Pombal	PB	3,7	16,6	35,8	0,3	13,9	4,6	21,0	3,3	69,8	31.954	1
Pombos	PE	1,5	9,8	35,8	0,4	21,6	7,7	19,3	3,8	76,5	23.730	3
Pomerode	SC	4,8	24,2	52,9	0,0	1,3	2,1	13,2	0,6	40,1	22.127	2
Pompéia	SP	4,7	28,3	42,6	0,2	9,2	0,4	12,7	1,6	57,8	18.171	2
Pompéu	MG	2,4	14,4	38,0	0,0	25,0	0,3	10,1	5,7	77,7	26.089	3
Pongai	SP	5,3	18,7	25,0	0,0	30,6	0,8	15,9	3,0	61,6	3.693	1
Ponta Grossa	PR	3,9	26,1	45,5	0,1	2,7	0,2	16,8	3,5	60,1	273.616	1
Ponta Porã	MS	5,4	24,7	40,8	0,1	10,7	0,8	10,5	6,4	65,4	60.916	1
Ponta Pedras	PA	2,0	17,9	24,8	0,6	23,7	2,3	16,3	7,7	84,6	18.694	4
Pontal	SP	2,8	15,2	39,3	0,1	30,8	0,0	7,7	3,9	61,6	29.681	2
Pontal Araguaia	MT	6,6	17,8	41,8	1,1	20,5	0,3	8,9	3,0	67,8	3.736	1
Pontal Paraná	PR	3,1	22,5	47,3	0,2	6,7	0,0	13,2	5,4	65,7	14.323	1
Pontalina	GO	3,5	18,7	34,8	0,0	27,5	0,2	13,2	1,5	61,4	16.556	1
Pontalinda	SP	0,3	13,0	20,7	0,0	49,5	0,0	12,3	3,1	89,1	3.539	3
Ponte Alta	SC	0,8	11,5	32,5	0,3	23,1	1,2	21,4	9,0	80,4	5.289	3
Ponte Alta Bom Jesus	TO	1,6	12,2	29,7	0,0	24,8	10,0	16,6	4,8	84,5	4.574	5
Ponte Alta Norte	SC	2,9	9,4	57,8	0,0	11,1	0,0	17,1	1,7	78,7	3.221	2
Ponte Alta TO	TO	1,1	15,7	20,0	0,0	22,8	7,9	18,3	12,7	86,5	6.172	5
Ponte Branca	MT	2,9	23,0	20,0	0,0	34,1	0,0	14,4	3,1	67,3	2.087	3
Ponte Nova	MG	4,1	23,9	38,9	0,1	6,5	0,2	21,4	3,8	70,7	55.303	1
Ponte Preta	RS	1,0	13,3	8,3	0,0	65,3	5,2	6,8	0,0	78,4	2.153	5
Ponte Serrada	SC	3,1	14,6	38,3	0,0	27,3	0,7	11,9	2,9	79,7	10.561	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Pontes Gestal	SP	3,1	14,3	28,7	0,0	24,2	0,0	17,0	12,6	78,6	2.539	3
Pontes e Lacerda	MT	3,4	19,6	35,9	0,0	25,4	1,2	9,0	4,0	64,5	43.012	1
Ponto Belo	ES	2,3	12,7	19,7	0,0	24,7	0,2	29,8	8,4	88,8	6.263	4
Ponto Chique	MG	0,0	9,1	21,7	0,0	28,6	15,0	11,5	11,5	92,7	3.651	5
Ponto Novo	BA	1,0	8,7	17,9	0,0	23,4	9,6	26,9	12,0	87,1	17.187	5
Ponto Volantes	MG	0,3	8,2	16,0	0,1	39,3	8,3	20,3	6,9	95,2	10.529	6
Pontão	RS	1,0	7,1	19,7	0,1	59,0	2,0	10,0	1,2	76,2	3.904	5
Populina	SP	3,2	14,0	29,0	0,0	37,3	0,5	11,7	3,5	76,9	4.450	3
Poranga	CE	0,4	11,2	21,4	0,0	9,5	30,1	20,4	5,9	86,2	11.737	6
Porangaba	SP	0,5	20,3	44,8	0,0	11,9	0,4	16,5	2,2	67,4	6.652	2
Porangatu	GO	2,2	24,5	37,6	0,1	16,6	0,4	13,8	4,0	70,7	39.593	1
Porciúncula	RJ	1,1	20,8	31,7	0,0	20,7	0,8	19,9	3,0	81,7	16.093	3
Porecatu	PR	1,0	20,5	43,1	0,0	19,5	0,2	12,8	2,8	69,7	15.881	2
Portalegre	RN	0,2	12,2	24,4	0,0	13,5	17,7	24,1	8,0	84,9	6.746	5
Porteiras	CE	0,7	14,8	37,1	0,0	26,4	1,8	18,5	0,3	79,4	15.658	3
Porteirinha	MG	1,8	14,2	21,6	0,1	33,7	3,7	17,3	6,4	89,7	37.890	4
Porteirão	GO	2,6	13,4	37,2	0,0	37,0	0,0	6,7	3,1	71,4	2.823	2
Portel	PA	1,1	10,8	33,5	0,3	19,0	11,4	7,0	6,1	88,2	38.043	5
Portelândia	GO	6,6	23,1	31,6	0,3	26,4	0,5	5,5	3,0	61,7	3.696	1
Porto	PI	0,0	13,0	30,3	0,3	32,7	4,1	17,0	0,9	91,5	10.573	5
Porto Acre	AC	0,4	15,7	12,8	0,0	43,5	7,2	12,5	4,9	78,1	11.418	5
Porto Alegre	RS	5,3	39,3	32,4	0,2	0,3	0,0	18,5	3,0	38,3	1.360.590	1
Porto Alegre Norte	MT	1,6	21,0	26,0	0,0	36,6	2,2	5,5	4,3	73,4	8.623	4
Porto Alegre Piauí	PI	0,0	8,1	31,6	0,0	30,6	10,5	11,9	4,3	90,4	2.421	5
Porto Alegre TO	TO	0,6	18,4	16,4	0,0	34,1	2,6	19,3	2,4	90,2	2.393	5
Porto Amazonas	PR	2,0	19,7	46,1	0,2	14,5	0,0	15,2	0,6	73,8	4.236	2
Porto Barreiro	PR	0,0	6,0	9,4	0,0	74,8	2,5	7,0	0,3	80,6	4.206	6
Porto Belo	SC	5,9	18,2	48,3	0,0	12,9	0,4	11,5	1,9	57,5	10.704	2
Porto Calvo	AL	1,4	14,8	23,9	0,0	22,5	1,0	20,3	15,0	83,5	23.951	3
Porto Esperidião	MT	0,9	12,7	17,2	0,0	52,9	5,9	4,4	5,0	75,5	9.996	4
Porto Estrela	MT	1,6	10,0	21,1	0,0	49,1	3,8	12,9	1,5	81,2	4.707	4
Porto Feliz	SP	2,5	18,7	49,9	0,2	11,6	0,4	12,1	2,6	57,6	45.514	2
Porto Ferreira	SP	4,7	22,9	47,9	0,1	6,6	0,0	14,3	2,6	51,2	47.437	2
Porto Firme	MG	1,6	9,8	24,3	0,0	36,8	1,3	21,8	2,5	90,3	9.474	3
Porto Franco	MA	2,2	16,5	35,7	0,2	24,6	1,4	15,4	3,0	64,6	16.840	1
Porto Grande	AP	0,0	24,1	23,8	0,0	27,1	1,1	8,8	11,4	71,7	11.042	4
Porto Lucena	RS	1,8	13,1	14,9	0,2	47,8	4,1	16,3	1,0	80,6	6.398	5
Porto Mauá	RS	3,1	12,7	21,3	0,4	45,1	3,7	12,3	0,9	82,3	2.802	5
Porto Murtinho	MS	2,5	23,4	25,2	0,2	28,5	0,2	12,6	6,5	74,0	13.316	3
Porto Nacional	TO	2,2	25,3	43,1	0,1	9,4	1,4	10,8	7,0	70,8	44.991	1
Porto Real	RJ	1,5	18,4	57,2	0,3	2,8	0,0	13,8	5,9	74,9	12.095	2
Porto Real Colégio	AL	1,6	10,9	17,8	0,0	14,9	18,5	20,0	15,6	85,7	18.355	5

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Porto Rico	PR	3,1	19,4	27,5	0,0	27,6	0,0	17,8	3,8	73,0	2.550	3
Porto Rico MA	MA	0,5	10,9	13,0	0,0	58,9	2,6	12,2	2,0	84,8	6.380	5
Porto Seguro	BA	4,0	22,7	45,7	0,2	11,4	0,3	8,2	6,7	60,3	95.721	1
Porto União	SC	4,3	21,9	44,0	0,2	7,8	2,6	15,9	1,7	61,3	31.858	1
Porto Velho	RO	2,6	35,6	40,2	0,1	5,4	0,4	8,7	6,0	54,4	334.661	1
Porto Vera Cruz	RS	0,0	10,8	18,4	0,0	50,3	3,8	15,5	0,9	90,8	2.464	5
Porto Vitória	PR	2,0	9,4	39,6	0,0	23,1	1,7	17,4	4,6	77,0	4.051	3
Porto Walter	AC	0,5	14,5	16,8	1,5	46,7	5,4	5,8	8,0	89,3	5.485	5
Porto Xavier	RS	3,6	15,4	30,6	0,0	29,1	3,8	14,8	2,4	77,0	11.190	4
Porto Folha	SE	1,6	13,5	19,4	0,0	22,7	19,1	15,2	8,2	89,7	25.664	5
Porto Moz	PA	0,6	13,4	25,8	0,0	39,8	1,9	5,5	10,1	81,4	23.545	5
Porto Pedras	AL	1,0	11,0	11,7	0,0	39,0	4,5	18,6	13,5	91,6	10.568	5
Porto Mangue	RN	0,0	11,8	28,6	0,2	30,2	5,0	13,0	9,9	85,0	4.064	4
Porto Gaúchos	MT	2,9	16,0	43,3	0,2	29,5	1,0	6,4	0,8	57,0	5.665	2
Portão	RS	3,7	20,0	55,7	0,1	4,4	0,4	12,9	1,6	60,0	24.657	2
Posse	GO	4,8	17,1	33,9	0,0	19,9	4,5	11,4	6,2	76,9	25.696	3
Potengi	CE	2,5	13,1	20,8	0,2	12,3	29,3	19,4	1,2	80,1	9.258	5
Potim	SP	1,3	18,0	60,5	0,1	1,9	0,1	9,8	7,4	75,1	13.605	2
Potiraguá	BA	1,2	13,3	25,5	0,0	41,8	0,0	11,4	5,7	86,4	14.579	3
Potirendaba	SP	4,3	19,0	39,6	0,0	21,3	1,0	13,0	1,0	54,5	13.656	1
Potiretama	CE	2,4	12,2	13,1	0,0	22,9	21,5	20,5	7,1	83,6	5.768	5
Poté	MG	1,9	12,3	21,2	0,2	33,7	4,2	22,9	3,1	91,5	14.780	4
Pouso Alegre	MG	5,5	27,3	43,3	0,1	6,7	0,1	13,1	2,6	51,3	106.776	1
Pouso Alto	MG	3,8	13,1	31,5	0,0	30,6	0,3	16,8	3,0	75,8	6.813	3
Pouso Novo	RS	6,6	5,2	15,4	0,0	36,4	11,2	16,3	8,9	64,9	2.195	5
Pouso Redondo	SC	2,4	9,5	38,0	0,1	33,1	0,3	13,1	1,7	69,1	12.404	3
Poxoréu	MT	2,2	16,5	33,1	0,2	27,6	1,6	12,4	6,0	76,9	20.030	3
Poá	SP	2,2	30,4	48,0	0,1	0,3	0,1	12,6	6,0	54,5	95.801	2
Poço Branco	RN	0,6	11,5	26,0	0,0	7,2	28,0	22,7	4,0	85,7	12.506	5
Poço Dantas	PB	2,0	5,9	21,1	0,0	41,5	14,6	13,8	1,1	91,5	3.828	5
Poço Fundo	MG	3,4	10,8	19,2	0,1	56,9	0,0	7,9	1,0	63,8	15.148	3
Poço Redondo	SE	1,6	9,1	13,8	0,1	24,4	23,9	11,6	14,9	89,5	26.022	6
Poço Verde	SE	1,8	12,2	23,0	0,0	28,7	9,3	20,6	3,6	80,0	19.973	4
Poço Antas	RS	1,7	7,6	31,6	0,0	44,9	2,6	7,7	1,7	61,1	1.946	3
Poço Trincheiras	AL	0,0	6,2	11,6	0,0	31,5	37,4	11,2	2,1	91,9	13.222	6
Poço José Moura	PB	0,0	15,6	12,8	1,3	14,1	31,5	20,5	3,7	78,8	3.529	5
Poços Caldas	MG	6,2	26,7	46,5	0,1	4,8	0,1	12,6	2,1	44,8	135.627	1
Poção	PE	0,5	10,9	38,0	0,0	14,4	21,4	12,9	1,0	80,2	11.178	5
Poção Pedras	MA	1,2	12,7	23,2	0,2	22,6	15,7	20,0	3,7	87,0	22.378	4
Poções	BA	1,9	13,3	30,5	0,1	17,6	4,9	22,1	8,3	77,4	44.213	3
Pracinha	SP	3,7	7,2	12,9	0,0	43,2	0,0	32,0	1,1	86,3	1.431	3
Pracuúba	AP	0,0	15,8	22,0	0,0	49,6	1,3	4,9	6,3	85,9	2.286	5

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Prado	BA	2,6	15,1	29,3	0,1	30,1	3,5	12,3	6,8	72,2	26.498	3
Prado Ferreira	PR	1,0	11,2	34,0	0,0	43,3	0,0	8,5	2,0	76,4	3.152	3
Prados	MG	1,5	13,1	39,1	0,2	18,8	0,3	23,9	2,3	81,0	7.703	3
Pradópolis	SP	1,3	21,4	36,2	0,0	21,2	0,3	14,5	3,0	56,7	12.912	2
Praia Grande	SC	5,1	16,6	34,3	0,0	26,7	0,7	14,9	1,2	71,7	7.286	1
Praia Grande	SP	3,2	26,1	47,0	0,2	0,4	0,0	16,7	5,9	50,8	193.582	1
Praia Norte	TO	0,0	16,1	13,1	0,0	20,9	25,0	13,0	8,9	96,4	6.781	6
Prainha	PA	0,2	11,8	15,9	0,1	39,8	5,7	9,3	9,3	89,9	27.301	6
Pranchita	PR	5,4	13,8	27,6	0,3	41,1	2,1	8,2	1,6	70,7	6.260	4
Prata	MG	6,1	16,7	32,1	0,0	31,6	0,2	10,1	2,5	71,2	23.576	1
Prata	PB	0,0	16,3	26,2	0,4	17,2	11,0	22,2	4,7	79,4	3.425	3
Prata Piauí	PI	1,0	26,0	28,5	0,0	15,0	0,0	27,9	1,7	83,9	3.117	3
Pratinha	MG	1,7	13,4	18,6	0,0	52,4	0,4	10,8	1,0	71,5	2.969	3
Pratópolis	MG	5,8	11,8	39,2	0,2	25,3	0,2	15,6	1,8	68,4	9.217	2
Pratânia	SP	2,4	14,9	36,9	1,1	31,6	0,3	10,0	2,5	70,3	3.950	2
Pres. Alves	SP	0,9	24,6	33,6	0,0	24,3	0,5	13,5	1,7	70,8	4.317	2
Pres. Bernardes	MG	1,2	11,6	14,2	0,0	34,0	7,8	25,8	3,5	91,7	5.847	5
Pres. Bernardes	SP	3,8	20,3	32,1	0,0	20,6	0,8	14,4	7,5	67,0	14.662	1
Pres. Castelo Branco	PR	1,2	13,9	34,6	0,0	38,4	0,2	10,9	0,7	77,7	4.305	3
Pres. Castelo Branco	SC	0,5	5,3	24,8	0,0	54,7	6,8	6,8	0,2	59,4	2.160	5
Pres. Dutra	BA	0,5	10,6	21,9	0,1	27,6	2,0	23,3	13,1	79,4	13.730	4
Pres. Dutra	MA	3,4	18,0	31,0	0,4	25,8	5,0	13,6	2,0	70,4	39.541	1
Pres. Eptácio	SP	2,6	23,9	42,8	0,4	6,2	0,9	17,9	4,7	64,3	39.298	2
Pres. Figueiredo	AM	1,0	21,4	34,1	0,0	22,2	8,3	5,6	4,9	64,0	17.394	4
Pres. Getúlio	SC	3,1	16,2	48,4	0,1	19,4	1,2	11,2	0,1	52,8	12.333	2
Pres. Juscelino	MA	0,0	11,3	11,0	0,6	49,7	6,0	8,8	7,4	93,0	10.693	6
Pres. Juscelino	MG	0,5	9,1	23,6	0,4	28,9	6,9	17,0	6,1	92,1	4.455	4
Pres. Juscelino	RN	1,9	11,2	32,8	0,0	12,6	12,7	17,6	11,1	84,2	7.005	5
Pres. Jânio Quadros	BA	0,5	5,0	23,6	0,0	29,9	17,0	20,9	2,4	81,5	17.045	5
Pres. Kennedy	ES	3,0	14,1	21,5	0,1	40,0	0,9	13,7	6,7	87,6	9.555	4
Pres. Kennedy	TO	0,3	19,1	31,4	0,0	24,7	2,2	14,7	7,1	83,5	3.759	3
Pres. Kubitschek	MG	0,1	19,7	32,9	0,3	15,6	8,0	19,0	2,3	92,6	2.951	4
Pres. Lucena	RS	1,5	13,6	49,0	0,0	26,9	1,7	6,8	0,5	58,5	2.069	2
Pres. Médici	MA	0,1	17,4	14,9	0,5	17,9	10,3	33,3	5,7	82,0	5.116	3
Pres. Médici	RO	2,8	17,2	22,3	0,1	41,9	3,0	9,1	3,2	68,8	26.365	4
Pres. Nereu	SC	1,0	9,7	8,1	0,0	58,4	1,3	10,7	0,0	71,8	2.305	5
Pres. Olegário	MG	1,3	11,8	22,5	0,3	43,8	3,0	14,5	2,3	80,4	17.781	3
Pres. Prudente	SP	5,5	33,3	40,9	0,2	2,2	0,1	13,3	3,4	45,9	189.186	1
Pres. Sarney	MA	0,2	9,4	7,2	0,0	62,3	4,0	14,3	2,0	87,5	13.718	6
Pres. Tancredo Neves	BA	0,8	10,3	19,4	0,0	49,1	5,1	11,9	2,9	80,6	19.642	4
Pres. Vargas	MA	0,1	9,1	10,2	0,0	62,7	1,4	12,7	2,5	90,6	11.724	6
Pres. Venceslau	SP	4,5	25,8	39,0	0,2	6,4	0,2	16,2	6,5	59,9	37.347	1

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Primavera	PA	0,4	12,8	23,4	0,1	18,7	17,0	17,5	8,7	85,8	9.718	5
Primavera	PE	1,0	14,4	21,7	0,0	30,7	1,2	24,4	6,5	80,7	11.477	3
Primavera RO	RO	2,0	10,3	14,1	0,0	57,1	6,5	6,4	3,6	81,1	4.311	5
Primavera Leste	MT	6,3	25,1	47,6	0,2	14,3	0,1	4,1	1,5	38,9	39.857	1
Primeira Cruz	MA	0,9	8,5	8,3	0,0	62,2	0,4	16,1	1,9	88,2	11.019	6
Primeiro Maio	PR	1,6	15,5	26,2	0,0	37,4	0,3	15,8	2,9	78,3	10.728	3
Princesa	SC	0,0	4,0	9,6	0,0	62,8	6,5	14,8	2,4	76,5	2.613	6
Princesa Isabel	PB	0,8	14,5	29,6	0,3	22,6	7,0	21,7	2,7	76,1	18.231	3
Professor Jamil	GO	2,8	24,2	33,3	0,0	19,6	1,3	14,4	4,5	74,3	3.403	1
Progresso	RS	2,0	7,5	15,5	0,0	65,6	1,8	7,2	0,5	69,8	6.497	5
PromisS.	SP	2,4	20,3	39,2	0,1	18,6	0,3	15,2	3,3	62,2	31.105	1
Propriá	SE	1,9	23,1	37,4	0,0	8,2	2,7	19,5	7,0	70,3	27.385	1
Protásio Alves	RS	4,4	10,2	32,9	0,0	43,0	0,0	9,0	0,4	55,9	2.112	4
Prudente Moraes	MG	1,8	16,6	45,2	0,0	9,9	0,3	19,5	5,6	75,8	8.232	2
Prudentópolis	PR	2,1	11,4	25,4	0,1	41,8	2,1	14,0	2,8	84,3	46.346	5
Pugmil	TO	1,2	17,3	33,6	0,0	24,2	2,9	13,5	4,0	83,9	1.989	3
Pureza	RN	0,2	15,0	14,8	0,4	35,4	3,5	19,9	7,8	86,9	6.963	4
Putinga	RS	2,7	8,7	21,7	0,0	49,5	3,8	12,4	0,0	57,5	4.629	4
Puxinanã	PB	0,3	14,0	28,0	0,1	11,3	20,5	21,9	2,7	86,3	11.981	4
Pão Açúcar	AL	1,3	10,9	23,3	0,2	24,5	14,5	18,0	6,6	83,4	24.351	5
Pé Serra	BA	1,2	9,0	26,1	0,0	17,3	18,8	14,3	5,3	82,8	13.531	5
Pérola	PR	2,6	15,6	33,1	0,0	27,7	1,1	17,2	2,6	75,0	9.282	3
Pérola d'Oeste	PR	0,4	12,1	22,5	0,4	47,5	4,2	12,2	0,4	80,1	7.354	5
Quadra	SP	0,8	14,0	36,1	0,0	23,0	0,0	10,5	5,3	79,8	2.651	3
Quarai	RS	3,6	27,4	33,3	0,1	12,3	0,3	19,6	3,3	75,0	24.002	1
Quartel Geral	MG	3,3	14,5	17,8	0,0	33,4	0,2	24,0	6,1	83,8	3.082	3
Quarto Centenário	PR	1,3	12,8	29,6	0,0	34,3	1,0	15,6	5,3	83,5	5.333	3
Quatiguá	PR	10,7	16,4	44,2	0,0	15,2	0,8	10,3	1,5	71,6	6.742	1
Quatipuru	PA	2,7	9,2	15,4	0,1	42,4	5,9	19,3	4,6	88,8	10.905	5
Quatis	RJ	2,9	24,7	45,3	0,0	9,1	0,2	13,9	3,1	70,9	10.730	1
Quatro Barras	PR	4,1	22,0	54,4	0,1	3,9	0,3	10,0	3,1	60,1	16.161	2
Quatro Pontes	PR	3,6	11,6	32,8	0,0	43,5	0,0	8,3	0,2	51,8	3.646	1
Quatá	SP	2,2	16,2	36,0	0,0	26,5	0,6	12,6	3,7	67,1	11.655	2
Quebrangulo	AL	0,6	8,1	21,1	0,0	35,0	11,8	15,9	7,1	86,8	11.902	5
Quedas Iguaçu	PR	3,1	14,3	42,5	0,0	16,3	3,7	14,7	5,0	80,4	27.364	3
Queimada Nova	PI	0,7	8,5	18,4	1,2	37,5	5,0	20,8	6,9	90,3	8.332	5
Queimadas	BA	1,4	10,8	21,4	0,0	28,5	7,0	25,9	4,7	82,6	24.613	4
Queimadas	PB	0,6	13,3	38,6	0,0	7,8	10,4	21,2	7,6	79,7	36.032	3
Queimados	RJ	0,7	19,1	52,9	0,1	0,2	0,0	17,9	7,5	75,6	121.993	2
Queiroz	SP	0,3	19,1	29,3	0,0	36,0	0,0	13,0	1,9	86,1	2.171	3
Queluz	SP	1,4	22,0	42,9	0,0	9,2	0,5	16,3	7,0	71,9	9.112	1
Queluzito	MG	0,6	11,5	28,7	0,0	32,4	1,2	19,7	4,4	77,8	1.791	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Querência	MT	4,6	12,1	34,0	0,0	29,1	10,8	2,7	6,3	62,4	7.274	4
Querência Norte	PR	2,6	10,4	25,3	0,0	40,6	2,1	13,9	4,6	82,5	11.438	4
Quevedos	RS	6,3	11,7	16,5	0,0	47,5	3,0	11,2	1,2	83,4	2.691	5
Quijingue	BA	1,1	7,4	14,4	0,0	17,1	17,6	30,2	11,9	88,2	26.376	5
Quilombo	SC	2,6	12,5	27,5	0,0	40,2	4,7	9,6	1,4	69,0	10.736	5
Quinta Sol	PR	1,9	17,0	27,0	0,0	30,0	0,8	14,4	8,4	84,1	5.759	3
Quintana	SP	3,2	17,2	36,2	0,4	24,7	0,0	15,5	2,5	73,7	5.443	3
Quinze Novembro	RS	4,3	11,1	17,9	0,0	54,6	0,0	12,1	0,0	55,4	3.582	4
Quipapá	PE	0,8	11,1	17,0	0,0	31,5	5,3	23,3	9,3	85,4	23.519	4
Quirinópolis	GO	7,7	19,0	39,5	0,1	20,2	0,4	9,5	3,4	62,3	36.512	1
Quissamã	RJ	1,0	17,6	40,2	0,1	15,2	0,0	17,9	5,2	79,6	13.674	2
Quitandinha	PR	1,4	9,5	23,4	0,1	38,5	5,8	16,7	3,3	81,3	15.272	5
Quiterianópolis	CE	0,3	10,9	14,9	0,1	59,0	1,5	12,2	0,6	79,2	18.355	5
Quixaba	PE	0,3	11,2	10,0	0,0	4,0	47,2	17,0	10,3	88,3	6.855	6
Quixabeira	BA	0,6	19,1	15,7	0,0	16,0	24,7	16,8	6,7	82,7	9.466	5
Quixabá	PB	0,0	9,0	33,2	0,0	7,2	17,0	18,3	4,2	84,5	1.308	3
Quixadá	CE	1,7	17,5	29,5	0,3	15,9	6,8	20,7	6,8	73,7	69.654	3
Quixelô	CE	1,0	6,7	17,6	0,0	26,1	25,3	18,9	4,0	84,6	15.596	6
Quixeramobim	CE	0,7	11,6	23,9	0,0	17,7	18,4	23,2	3,9	78,1	59.235	5
Quixeré	CE	1,4	12,7	25,8	0,0	31,6	2,7	23,1	2,2	78,0	16.862	3
Rafael Fernandes	RN	0,5	14,8	25,5	0,0	15,3	16,2	22,9	3,9	77,1	4.247	4
Rafael Godeiro	RN	0,7	14,1	18,6	0,0	6,5	27,4	20,8	8,5	79,0	2.953	5
Rafael Jambeiro	BA	0,3	9,3	21,7	0,2	24,7	22,9	15,1	5,7	85,4	22.600	5
Rafard	SP	4,2	19,7	51,3	0,0	10,4	0,0	11,5	1,3	51,0	8.360	2
Ramilândia	PR	0,4	9,4	24,8	0,0	42,5	4,9	12,2	5,4	91,4	3.868	5
Rancharia	SP	4,3	21,3	35,9	0,1	14,7	0,5	17,8	3,3	67,2	28.772	1
Rancho Alegre	PR	3,8	10,8	27,7	0,0	38,0	1,4	14,7	3,6	77,8	4.197	3
Rancho Al. D'Oeste	PR	1,5	9,3	24,5	0,0	46,9	1,9	12,5	3,4	83,9	3.117	4
Rancho Queimado	SC	4,1	10,3	43,1	0,5	29,7	2,9	8,9	0,5	71,9	2.637	3
Raposa	MA	1,3	13,4	27,9	0,1	38,1	1,6	11,2	5,1	89,6	17.088	5
Raposos	MG	0,3	22,8	42,8	0,5	2,3	0,5	26,1	4,4	73,6	14.289	2
Raul Soares	MG	3,0	13,6	22,6	0,3	28,4	5,7	20,8	4,7	79,0	24.287	4
Realeza	PR	5,6	16,0	36,4	0,0	24,5	0,2	14,7	2,1	67,4	16.023	1
Rebouças	PR	3,6	11,7	19,9	0,7	34,9	6,4	20,0	2,3	83,3	13.663	5
Recife	PE	3,4	33,3	35,2	0,1	0,4	0,0	20,2	6,5	57,7	1.422.905	1
Recreio	MG	2,7	14,4	35,8	0,0	15,6	0,2	25,1	5,1	75,1	10.188	1
Recursolândia	TO	1,6	15,6	15,3	0,0	14,5	3,9	15,9	30,6	94,3	3.138	5
Redentora	RS	1,5	9,7	16,6	0,1	41,4	4,3	21,8	4,3	91,4	8.846	5
Redenção	CE	0,4	11,8	33,5	0,2	17,8	10,6	19,9	4,3	80,8	24.993	3
Redenção	PA	2,3	19,1	43,9	0,0	17,9	0,6	9,0	5,6	64,3	63.251	2
Redenção Serra	SP	0,0	13,0	37,8	0,6	26,3	0,0	17,0	4,2	81,8	4.047	3
Redenção Gurguéia	PI	1,5	15,4	23,0	0,0	31,7	1,7	23,7	2,1	85,8	7.781	4

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Reduto	MG	0,0	10,7	24,3	0,0	51,4	0,0	11,8	1,8	78,4	5.991	3
Regeneração	PI	0,2	16,1	28,0	0,0	13,8	14,4	22,8	4,2	82,9	17.471	4
Regente Feijó	SP	3,3	26,1	42,4	0,0	11,6	0,2	13,5	2,3	61,8	16.998	2
Reginópolis	SP	1,4	23,6	33,0	0,2	21,8	0,0	14,3	3,1	61,3	4.742	1
Registro	SP	3,3	23,8	37,4	0,2	11,7	0,3	16,6	5,5	67,9	53.752	1
Relvado	RS	0,1	5,5	17,1	0,0	60,0	6,6	10,7	0,0	53,1	2.294	5
Remanso	BA	2,7	15,2	22,0	0,1	24,1	10,7	17,7	5,4	76,8	36.257	4
Remigio	PB	1,0	14,0	28,8	0,1	16,7	12,7	21,2	5,4	77,7	14.914	3
Renascença	PR	1,4	8,1	25,0	0,0	49,0	2,5	10,4	3,5	78,8	6.959	5
Reriutaba	CE	0,8	12,5	20,1	0,0	35,6	3,3	26,1	1,2	84,1	21.224	4
Resende	RJ	3,2	29,8	46,0	0,1	2,5	0,2	15,2	2,6	56,1	104.549	1
Resende Costa	MG	2,0	14,5	30,7	0,2	24,9	1,9	21,1	3,9	83,1	10.336	3
Reserva	PR	0,6	11,6	26,4	0,0	34,9	4,3	16,9	4,8	85,0	23.977	4
Reserva Cabaçal	MT	1,7	18,4	25,2	0,0	30,4	2,0	12,9	4,7	77,8	2.418	3
Reserva Iguaçu	PR	2,3	13,8	33,4	0,3	30,3	0,9	7,5	8,2	78,5	6.678	4
Resplendor	MG	1,9	15,1	29,0	0,0	25,3	0,7	23,8	3,6	77,1	16.975	3
Ressaquinha	MG	0,2	10,6	38,4	0,0	24,0	0,3	20,1	4,7	84,1	4.557	3
Restinga	SP	0,4	19,0	41,0	0,0	26,2	0,0	8,7	3,4	72,8	5.584	2
Restinga Seca	RS	4,5	15,3	27,9	0,0	26,3	0,8	21,7	2,3	76,9	16.400	3
Retirolândia	BA	1,4	15,2	28,8	0,0	21,8	7,1	21,9	3,6	80,6	10.891	3
Riachinho	MG	1,3	14,9	24,5	0,0	29,8	12,5	12,7	3,6	90,1	7.973	5
Riachinho	TO	0,4	11,1	15,9	0,0	20,8	29,8	14,4	3,0	96,3	3.670	6
Riacho Frio	PI	3,1	15,6	17,2	0,0	53,7	0,1	9,2	0,3	82,1	4.321	5
Riacho Cruz	RN	0,0	11,7	19,7	0,0	0,0	21,9	34,7	12,0	86,2	2.667	5
Riacho Almas	PE	1,1	9,3	34,0	0,2	22,1	9,5	21,6	2,3	76,8	18.142	3
Riacho S.na	BA	1,0	11,1	20,8	0,0	18,3	11,5	25,9	10,1	85,2	28.643	5
Riacho S.na	RN	0,0	12,1	19,1	0,3	4,4	29,9	29,0	5,2	86,2	4.200	5
Riacho S. Antônio	PB	0,0	9,0	38,0	0,0	38,8	1,6	7,5	5,1	89,1	1.334	3
Riacho Cavalos	PB	0,8	9,7	26,4	0,4	36,5	6,5	16,6	2,4	84,0	8.064	5
Riacho Machados	MG	1,3	7,6	21,4	0,0	27,9	12,1	19,0	10,2	94,6	9.358	5
Riachuelo	RN	1,1	13,7	30,3	0,3	9,3	12,7	21,2	11,3	83,2	5.760	4
Riachuelo	SE	0,0	20,8	37,8	0,2	6,5	0,6	22,0	10,8	79,1	8.337	2
Riachão	MA	1,2	12,3	16,9	0,0	36,2	6,0	20,2	6,3	84,8	20.983	5
Riachão	PB	0,0	13,9	22,9	0,0	27,1	10,8	17,5	6,6	86,3	2.793	4
Riachão Neves	BA	0,0	12,6	17,8	0,0	26,2	6,2	18,4	18,7	87,6	21.917	4
Riachão Bacamarte	PB	1,8	10,0	36,1	0,0	12,6	2,8	35,3	1,4	75,0	3.948	2
Riachão Dantas	SE	0,3	10,4	13,7	0,0	45,4	3,7	22,1	4,3	86,8	19.202	4
Riachão Jacuípe	BA	2,5	16,4	34,2	0,3	18,7	7,1	15,2	3,5	74,7	31.633	3
Riachão Poço	PB	0,3	13,0	21,6	0,0	30,1	0,5	21,4	12,3	83,3	3.694	4
Rialma	GO	5,8	23,2	41,2	0,1	9,8	0,2	15,3	2,9	63,1	10.210	2
Rianópolis	GO	2,0	18,5	41,6	0,0	17,4	0,6	16,2	3,3	76,2	4.364	1
Ribamar Fiquene	MA	2,2	13,7	13,3	0,0	34,8	5,0	15,2	10,3	81,5	6.488	5

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Ribas Rio Pardo	MS	4,1	18,5	34,2	0,0	35,1	0,1	5,7	1,8	64,0	16.790	2
Ribeira	SP	3,1	14,4	31,9	0,0	21,9	5,5	16,9	4,4	85,9	3.507	4
Ribeira Amparo	BA	1,1	10,3	19,8	0,1	41,6	2,3	22,4	1,7	86,3	13.903	3
Ribeira Piauí	PI	0,0	12,1	16,6	0,0	3,4	50,3	14,2	2,8	92,5	3.879	6
Ribeira Pombal	BA	1,9	12,5	30,5	0,1	21,6	8,4	18,8	6,1	74,4	46.270	3
Ribeiro Gonçalves	PI	3,9	11,6	30,2	0,2	23,1	9,9	16,3	0,5	71,7	5.722	4
Ribeirão	PE	1,7	13,2	26,8	0,1	17,8	0,9	26,6	11,7	75,0	41.853	3
Ribeirão Bonito	SP	3,2	14,8	34,9	0,0	29,9	0,1	13,2	2,8	65,5	11.246	3
Ribeirão Branco	SP	2,6	8,1	24,7	0,0	47,5	0,6	9,1	6,8	90,9	21.231	4
Ribeirão Cascalheira	MT	1,4	15,6	19,8	0,1	41,9	1,5	8,2	10,4	75,3	8.866	4
Ribeirão Claro	PR	3,2	13,4	27,9	0,0	36,2	1,5	16,7	0,5	73,1	10.903	3
Ribeirão Corrente	SP	3,5	8,1	27,6	0,0	50,8	0,0	7,6	2,3	74,4	3.881	3
Ribeirão Grande	SP	1,8	10,3	32,3	0,0	31,7	2,0	13,3	5,1	85,8	7.390	4
Ribeirão Pires	SP	2,6	26,7	50,2	0,1	0,2	0,1	14,7	4,6	47,5	104.508	2
Ribeirão Preto	SP	4,7	37,5	39,3	0,1	1,2	0,0	13,7	2,7	36,7	504.923	1
Ribeirão Vermelho	MG	1,8	20,4	29,8	0,0	8,6	0,0	35,9	3,3	61,8	3.621	1
Ribeirão Neves	MG	1,3	21,6	58,1	0,0	0,7	0,1	12,1	5,6	78,0	246.846	2
Ribeirão Largo	BA	0,5	8,4	13,6	0,0	57,8	2,5	12,9	3,8	84,4	15.303	3
Ribeirão Pinhal	PR	3,5	14,1	24,9	0,1	39,3	0,3	14,7	1,9	82,4	14.341	3
Ribeirão Sul	SP	1,2	16,2	31,1	0,0	34,6	1,2	13,2	2,0	72,7	4.497	3
Ribeirão Índios	SP	0,0	15,0	22,4	0,0	45,2	0,0	13,3	3,3	80,5	2.222	3
Ribeirãozinho	MT	0,6	28,0	23,9	0,0	31,5	1,1	5,9	8,9	64,9	1.980	1
Ribeirópolis	SE	1,1	16,5	33,6	0,0	23,3	6,0	17,0	2,5	73,1	15.439	3
Rifaina	SP	1,9	21,7	48,0	0,0	8,8	0,6	16,5	1,6	64,9	3.325	2
Rincão	SP	1,3	16,5	41,4	0,1	21,0	0,0	14,3	5,3	67,5	10.330	2
Rinópolis	SP	2,9	16,3	28,4	0,1	33,1	0,0	15,8	2,2	73,7	10.255	3
Rio Acima	MG	0,9	18,5	56,0	0,4	1,9	0,3	18,0	2,3	76,2	7.658	2
Rio Azul	PR	1,4	8,8	18,9	0,0	52,1	1,9	14,5	1,6	83,8	13.023	5
Rio Bananal	ES	1,9	11,4	17,0	0,4	54,9	3,2	10,6	0,7	76,3	16.324	5
Rio Bom	PR	4,2	13,9	18,0	0,0	46,4	0,3	16,4	0,8	78,3	3.612	4
Rio Bonito	RJ	4,7	19,9	48,0	0,1	6,7	0,2	15,7	3,3	68,2	49.691	1
Rio Bonito Iguaçu	PR	0,1	5,0	12,5	0,0	67,5	2,3	7,4	4,3	88,7	13.791	6
Rio Branco	AC	2,1	30,0	41,2	0,2	5,4	0,9	13,1	5,2	55,8	253.059	1
Rio Branco	MT	1,1	23,9	26,6	0,0	23,0	1,4	17,3	5,4	70,6	5.092	1
Rio Branco Ivaí	PR	0,0	11,4	24,0	0,0	42,3	0,4	15,6	6,2	91,5	3.815	4
Rio Branco Sul	PR	1,6	15,9	47,9	0,1	9,2	7,2	13,6	4,3	77,9	29.341	3
Rio Brilhante	MS	6,5	16,9	33,0	0,0	27,5	1,5	10,8	2,6	65,3	22.640	1
Rio Casca	MG	4,7	15,1	34,1	0,0	18,7	0,0	23,2	3,4	82,0	15.260	3
Rio Claro	RJ	1,4	19,8	40,9	0,4	17,1	0,9	14,5	5,0	73,4	16.228	3
Rio Claro	SP	2,9	28,7	46,9	0,1	2,9	0,0	15,7	2,2	40,2	168.218	1
Rio Crespo	RO	4,8	15,1	11,9	0,0	48,2	12,4	2,8	4,6	62,9	2.937	5
Rio Doce	MG	5,0	11,0	27,7	0,0	28,9	0,0	23,2	1,9	78,8	2.318	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Rio Espera	MG	1,1	7,8	21,6	0,0	33,8	6,1	26,9	2,4	91,8	6.942	5
Rio Formoso	PE	0,3	13,5	26,3	0,0	24,7	2,5	21,1	11,3	80,7	20.764	3
Rio Fortuna	SC	3,3	12,7	30,0	0,4	38,2	0,8	10,7	0,6	62,5	4.320	1
Rio Grande	RS	2,4	26,5	36,7	0,1	5,0	0,3	24,4	3,8	61,1	186.544	1
Rio Grande Serra	SP	0,7	17,3	58,5	0,1	0,3	0,0	14,8	7,6	68,8	37.091	2
Rio Grande Piauí	PI	0,0	14,7	37,6	0,0	28,6	4,1	13,6	0,9	74,9	6.131	3
Rio Largo	AL	0,4	20,9	35,0	0,2	7,9	0,2	22,9	11,5	82,0	62.510	3
Rio Manso	MG	1,5	9,1	28,3	0,0	40,2	1,3	17,5	2,0	84,6	4.646	3
Rio Maria	PA	3,6	15,6	33,3	0,0	30,2	0,3	7,3	3,9	68,6	17.498	1
Rio Negrinho	SC	4,1	20,5	54,8	0,0	6,3	0,0	11,2	2,6	64,3	37.707	2
Rio Negro	MS	5,3	22,0	24,1	0,2	30,2	1,6	10,0	6,5	72,0	5.432	3
Rio Negro	PR	3,7	22,6	40,3	0,2	11,9	0,8	17,0	1,8	64,4	28.710	1
Rio Novo	MG	3,7	14,7	40,6	0,2	16,1	0,7	21,0	2,8	72,6	8.550	1
Rio Novo Sul	ES	2,5	10,5	41,0	0,4	28,9	1,2	13,7	1,7	75,6	11.271	3
Rio Paranaíba	MG	1,4	12,8	18,6	0,0	52,6	0,4	9,5	3,0	70,4	11.734	3
Rio Pardo	RS	2,3	17,7	32,7	0,4	20,8	1,3	19,7	4,7	70,6	37.783	3
Rio Pardo Minas	MG	0,7	8,8	20,5	0,2	45,6	4,5	16,0	3,0	93,6	27.237	5
Rio Piracicaba	MG	1,9	10,8	41,0	0,0	10,2	3,1	28,1	4,6	79,7	14.138	3
Rio Pomba	MG	3,5	19,6	36,4	0,0	15,0	1,3	19,5	3,5	69,7	16.359	1
Rio Preto	MG	2,4	19,3	34,4	0,0	25,4	1,8	13,9	2,1	77,7	5.142	3
Rio Preto Eva	AM	0,6	14,5	28,4	0,1	31,8	3,8	7,6	7,6	82,4	17.582	5
Rio Quente	GO	4,3	15,8	48,3	0,0	26,1	0,0	1,5	3,0	51,7	2.097	1
Rio Real	BA	1,9	12,4	25,1	0,0	34,7	2,5	18,7	3,7	78,7	33.260	3
Rio Rufino	SC	0,9	8,3	16,8	0,0	34,3	2,6	20,2	14,3	86,5	2.414	5
Rio Sono	TO	0,7	12,8	16,4	0,0	22,7	26,0	13,6	5,9	92,4	6.089	6
Rio Tinto	PB	0,3	14,5	29,6	0,2	17,8	3,6	24,6	9,3	76,3	22.311	3
Rio Verde	GO	5,2	23,8	41,9	0,2	15,3	0,3	9,2	3,0	52,9	116.552	1
Rio Verde MT	MS	5,5	16,7	37,7	0,1	24,7	1,3	11,1	2,7	70,9	18.138	3
Rio Vermelho	MG	1,6	9,6	18,2	0,0	49,0	1,7	17,7	2,1	89,8	14.905	4
Rio Conceição	TO	0,0	26,9	21,8	0,0	6,7	8,1	17,4	2,8	88,2	1.189	3
Rio Antas	SC	2,5	7,3	30,3	0,1	45,4	1,8	11,4	0,1	69,2	6.129	3
Rio Flores	RJ	1,2	18,7	37,5	0,1	19,2	0,0	19,8	3,4	80,5	7.625	3
Rio Ostras	RJ	3,1	23,0	50,1	0,2	3,0	0,0	14,9	4,7	61,2	36.419	2
Rio Pedras	SP	3,1	16,0	53,4	0,2	10,9	0,4	11,1	4,1	56,2	23.494	2
Rio Contas	BA	1,0	12,0	22,2	0,2	25,4	9,5	22,4	5,9	73,0	13.935	4
Rio Janeiro	RJ	3,6	36,6	34,2	0,1	0,2	0,0	20,0	4,3	43,6	5.857.904	1
Rio Antônio	BA	0,3	12,0	21,2	0,0	8,9	35,1	16,9	4,9	83,0	14.637	6
Rio Campo	SC	3,1	9,3	29,4	0,2	38,4	3,4	12,6	1,5	69,5	6.522	4
Rio Fogo	RN	0,4	8,9	24,0	0,1	25,2	12,1	19,2	8,7	85,8	9.217	4
Rio Oeste	SC	5,0	10,1	28,0	0,0	44,7	0,9	10,9	0,1	55,5	6.730	1
Rio Pires	BA	0,8	10,6	26,5	0,0	20,2	14,4	20,1	4,9	73,8	12.010	4
Rio Prado	MG	1,9	14,1	20,3	0,0	23,1	14,3	23,3	2,7	87,1	5.390	5

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Rio Sul	SC	6,6	28,6	47,5	0,1	2,9	0,8	11,2	1,3	46,8	51.650	1
Rio Bois	TO	2,4	20,5	25,6	0,0	23,6	0,9	17,3	7,5	79,0	2.269	3
Rio Cedros	SC	5,2	19,6	49,0	0,2	9,3	1,2	13,3	1,1	56,3	8.939	2
Rio Índios	RS	0,8	4,0	6,0	0,0	70,4	6,1	12,0	0,6	84,4	4.702	6
Riolândia	SP	3,6	13,6	30,9	0,1	33,0	0,3	12,3	5,6	79,1	8.560	3
Riozinho	RS	2,5	12,4	47,0	0,0	23,1	3,3	10,6	0,5	74,2	4.071	2
Riqueza	SC	4,0	8,5	11,3	0,0	62,2	2,6	9,7	0,3	69,8	5.166	5
Ritópolis	MG	1,7	10,6	34,9	0,0	21,7	0,1	26,8	4,0	82,3	5.423	3
Riversul	SP	1,5	14,6	26,4	0,0	22,3	0,9	23,8	9,7	84,8	7.192	3
Roca Sales	RS	2,4	15,0	40,4	0,1	22,9	2,4	15,0	0,3	55,3	9.284	1
Rochedo	MS	1,8	18,7	30,1	0,3	32,2	2,0	10,9	3,2	77,3	4.358	3
Rochedo Minas	MG	1,0	9,0	39,3	0,0	21,9	0,8	22,5	3,5	77,5	1.907	3
Rodeio	SC	3,7	18,4	58,1	0,0	6,2	0,1	10,5	1,2	45,2	10.380	2
Rodeio Bonito	RS	2,6	23,8	27,3	0,0	29,9	0,6	15,3	0,3	70,3	5.751	1
Rodeiro	MG	3,6	15,7	48,2	0,0	12,4	1,4	16,1	0,9	76,5	5.375	2
Rodelas	BA	1,0	14,0	21,1	0,0	36,5	4,2	15,8	6,8	65,5	6.260	4
Rodolfo Fernandes	RN	1,5	15,0	26,6	0,0	15,6	5,0	28,3	4,1	81,8	4.467	3
Rodrigues Alves	AC	0,1	12,8	12,9	0,0	37,4	14,8	7,2	11,9	88,6	8.093	6
Rolante	RS	4,8	15,1	54,7	0,0	11,2	1,1	11,8	0,8	66,3	17.851	2
Rolim Moura	RO	3,5	21,6	36,4	0,0	25,3	1,0	7,8	3,4	63,8	47.382	1
Rolândia	PR	5,0	23,8	45,9	0,1	13,0	0,0	9,9	1,8	59,3	49.410	2
Romaria	MG	7,0	18,0	15,8	0,8	43,4	0,0	10,4	3,6	79,7	3.737	3
Romelândia	SC	2,0	11,5	14,1	0,0	57,5	2,0	10,9	2,0	83,3	6.491	5
Roncador	PR	3,3	12,5	25,8	0,2	31,2	3,4	17,2	5,8	85,6	13.632	4
Ronda Alta	RS	3,6	17,3	29,9	0,1	29,3	1,5	15,1	2,4	72,9	10.051	4
Rondinha	RS	0,8	14,4	20,9	0,0	53,4	1,1	9,0	0,3	56,3	6.107	4
Rondon	PR	2,5	16,9	35,6	0,0	31,3	0,6	9,4	2,4	71,4	8.527	2
Rondon Pará	PA	4,8	12,7	39,9	0,0	26,2	1,4	8,0	6,0	71,7	39.870	3
Rondonópolis	MT	4,9	27,0	42,0	0,1	8,8	0,3	10,4	5,4	55,4	150.227	1
Roque Gonzales	RS	1,7	11,7	20,2	0,0	37,6	11,1	15,9	1,0	81,8	7.799	5
Rorainópolis	RR	0,9	18,7	30,0	0,1	22,2	9,7	5,6	12,4	77,0	17.393	4
Rosana	SP	2,5	24,9	43,2	0,1	11,8	0,9	10,8	5,4	64,9	24.229	1
Roseira	SP	1,5	24,9	48,8	0,2	6,1	0,7	13,8	2,0	72,7	8.577	2
Rosário	MA	1,0	18,2	32,6	0,2	7,8	15,6	14,9	9,5	82,0	33.665	4
Rosário Oeste	MT	1,4	20,5	24,4	0,0	27,0	5,1	14,8	5,4	77,7	18.755	3
Rosário Limeira	MG	2,5	5,2	23,5	0,0	46,0	3,8	14,2	4,9	88,6	3.869	5
Rosário Catete	SE	0,3	20,0	38,4	0,0	8,8	0,5	29,8	2,1	75,2	7.102	2
Rosário Ivaí	PR	0,2	14,0	20,6	0,0	36,4	6,8	15,9	5,5	89,0	6.585	5
Rosário Sul	RS	4,6	21,8	34,3	0,0	12,7	0,7	23,3	1,7	74,9	41.058	1
Roteiro	AL	0,8	10,0	22,1	0,0	37,0	3,5	13,6	11,8	88,0	6.985	4
Rubelita	MG	0,1	9,3	14,8	0,0	23,6	10,8	27,1	10,7	94,8	10.199	5
Rubiataba	GO	5,3	18,5	34,2	0,1	22,1	0,2	14,8	2,0	67,8	18.087	1

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Rubim	MG	2,7	13,2	27,5	0,4	24,8	3,9	23,3	3,5	92,1	9.666	4
Rubinéia	SP	0,0	27,4	36,7	0,0	14,7	0,9	19,3	1,0	67,2	2.615	2
Rubiácea	SP	1,9	12,7	33,2	0,0	38,1	0,0	12,0	2,1	73,7	2.337	3
Rurópolis	PA	1,4	12,8	16,6	0,0	57,3	1,7	8,6	1,5	78,4	24.660	5
Russas	CE	1,4	17,8	34,9	0,1	16,3	2,2	20,4	6,6	69,0	57.320	1
Ruy Barbosa	BA	1,1	15,9	22,2	0,4	14,5	10,3	24,1	10,4	78,8	29.026	4
Ruy Barbosa	RN	0,6	17,0	17,3	0,0	12,7	30,4	18,5	3,2	87,9	3.686	5
Sabará	MG	1,3	24,9	51,2	0,2	1,1	0,1	16,4	4,0	67,2	115.352	2
Sabino	SP	2,2	19,1	28,6	0,0	33,3	1,3	12,2	3,3	65,5	4.951	1
Sabinópolis	MG	2,5	13,6	27,6	0,2	29,3	1,3	22,2	3,1	86,0	16.269	4
Saboeiro	CE	1,5	6,8	18,5	0,0	5,7	40,7	19,5	7,0	88,2	16.226	6
Sabáudia	PR	2,5	16,8	36,9	0,0	31,4	0,0	9,9	1,6	75,3	5.413	2
Sacramento	MG	5,3	14,3	40,7	0,0	25,3	0,5	12,1	1,3	62,2	21.334	1
Sagrada Família	RS	0,9	11,9	10,7	0,0	59,9	3,9	12,1	0,6	87,7	2.648	6
Sagres	SP	0,8	8,7	22,1	0,0	46,8	0,4	20,1	1,2	86,6	2.439	3
Sairé	PE	1,3	7,3	19,2	0,0	42,8	5,0	19,6	4,4	77,6	13.649	3
Saldanha Marinho	RS	0,7	14,5	29,9	0,0	39,4	0,1	13,4	1,4	69,8	3.195	3
Sales	SP	2,3	18,4	32,0	0,0	27,8	0,0	14,9	3,3	72,6	4.563	2
Sales Oliveira	SP	0,7	24,1	39,8	0,0	20,2	0,1	11,7	1,5	54,4	9.325	2
Salesópolis	SP	2,4	15,7	42,0	0,0	22,0	0,5	13,4	2,2	69,0	14.357	1
Salete	SC	2,8	13,4	43,9	0,0	25,6	1,0	9,4	2,8	73,4	7.163	3
Salgadinho	PB	0,0	12,3	24,2	0,0	20,0	21,0	16,9	4,5	84,4	2.823	5
Salgadinho	PE	0,0	14,8	22,1	0,0	25,4	16,9	19,3	1,2	83,3	7.139	5
Salgado	SE	0,8	12,9	24,1	0,0	38,5	3,9	14,2	5,2	81,5	18.876	4
Salgado Filho	PR	2,9	8,6	25,9	0,0	45,7	2,3	11,6	2,4	85,2	5.338	5
Salgado S. Félix	PB	0,2	13,5	19,7	0,0	25,7	11,4	26,6	2,2	83,8	12.046	4
Salgueiro	PE	1,8	20,8	32,5	0,2	8,4	4,1	21,8	10,0	71,2	51.571	1
Salinas	MG	2,2	16,3	34,6	0,1	22,8	2,7	17,1	3,9	85,7	36.720	3
Salinas Margarida	BA	0,7	15,3	27,9	0,3	26,6	6,3	19,4	3,4	81,8	10.377	4
Salinópolis	PA	1,6	13,5	59,0	0,1	8,7	0,9	9,0	5,6	75,3	33.449	2
Salitre	CE	0,7	12,7	26,3	0,0	31,1	8,5	15,3	4,5	88,3	13.925	5
Salmourão	SP	1,1	13,8	20,0	0,0	50,0	0,5	13,0	1,6	77,6	4.401	3
Saloá	PE	1,5	13,0	14,5	0,3	22,0	26,3	19,0	3,2	80,2	15.006	5
Saltinho	SC	0,9	6,5	13,5	0,0	55,6	11,1	10,8	1,3	74,7	4.298	6
Saltinho	SP	6,1	23,3	51,9	0,2	7,6	0,7	9,2	0,4	31,8	5.799	1
Salto	SP	2,4	24,5	53,1	0,1	1,5	0,1	14,2	3,3	49,7	93.159	2
Salto Grande	SP	5,5	14,8	37,3	0,1	17,4	0,1	20,8	3,3	73,5	8.444	1
Salto Veloso	SC	5,3	12,1	43,0	0,0	27,1	0,8	9,0	1,0	57,1	3.910	1
Salto Divisa	MG	1,5	14,3	30,9	0,0	26,0	0,1	22,4	3,6	88,5	6.779	3
Salto Pirapora	SP	1,0	16,4	46,4	0,1	7,2	0,2	20,3	7,5	65,4	35.072	2
Salto Céu	MT	2,7	12,7	16,7	0,0	45,4	3,9	11,7	5,1	72,3	4.675	4
Salto Itararé	PR	2,4	10,8	22,0	0,0	40,6	2,2	18,8	2,4	83,7	5.549	5

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Salto Jacuí	RS	2,5	14,5	44,6	0,0	16,2	1,5	11,5	4,4	75,5	12.948	3
Salto Lontra	PR	2,6	11,9	29,8	0,0	38,3	1,9	12,8	2,2	77,2	12.757	4
Salvador	BA	3,1	33,9	38,2	0,2	0,3	0,1	17,0	6,7	58,7	2.443.107	1
Salvador Missões	RS	0,0	10,5	28,8	0,0	49,2	1,2	8,2	0,0	69,9	2.665	3
Salvador Sul	RS	7,4	13,5	34,8	0,1	30,4	4,8	7,9	0,5	53,9	6.913	1
Salvaterra	PA	2,2	16,4	26,4	0,5	30,5	5,5	13,5	3,5	81,1	15.118	4
Sambaíba	MA	0,5	13,5	13,3	0,0	27,8	21,0	19,5	4,4	86,7	5.261	6
Sampaio	TO	0,7	12,1	31,3	0,0	9,0	13,6	19,5	9,5	94,7	2.801	5
Sananduva	RS	5,6	14,5	28,0	0,1	35,1	2,0	13,1	1,5	64,0	14.744	4
Sanclerlândia	GO	1,4	21,9	31,7	0,0	23,3	2,1	11,7	5,6	72,3	7.530	3
Sandolândia	TO	1,4	12,8	17,8	0,0	52,2	0,2	13,3	1,0	71,9	3.332	3
Sandovalina	SP	0,0	21,3	30,7	0,0	29,0	0,4	11,3	6,8	71,9	3.089	3
Sangão	SC	6,0	7,9	62,9	0,1	13,6	0,2	7,8	1,1	66,6	8.128	2
Sanharó	PE	5,0	12,9	20,4	0,0	27,6	8,0	21,2	4,8	72,6	15.879	4
S. Adélia	SP	3,6	15,8	46,8	0,0	20,1	0,2	11,0	2,1	60,0	13.449	2
S. Albertina	SP	2,1	13,3	33,5	0,0	21,6	0,9	25,4	2,7	71,9	5.586	3
S. Amélia	PR	2,8	9,8	21,0	0,0	51,3	1,8	12,1	1,3	86,4	4.407	3
S. Branca	SP	0,4	24,6	49,0	0,0	8,5	0,0	12,6	4,2	62,1	13.010	2
S. Brígida	BA	0,6	7,9	14,0	0,0	21,8	29,0	20,1	6,2	88,3	17.354	6
S. Bárbara	BA	0,9	13,7	21,0	0,2	27,9	12,7	19,8	3,6	82,9	17.933	4
S. Bárbara	MG	3,3	17,5	42,0	0,0	8,4	0,9	23,2	3,8	75,3	24.180	1
S. Bárbara d'Oeste	SP	2,6	24,4	54,8	0,0	1,1	0,1	13,9	2,4	46,2	170.078	2
S. Bárbara Goiás	GO	6,4	15,8	44,5	0,0	14,4	0,0	13,6	3,9	75,7	4.963	2
S. Bárbara Leste	MG	4,3	6,7	12,6	0,0	55,6	0,3	14,4	6,2	82,8	7.349	4
S. Bárbara Mte Verde	MG	5,1	8,7	27,3	0,0	27,9	0,7	23,0	6,3	77,8	2.366	3
S. Bárbara Pará	PA	0,1	16,9	42,9	0,3	13,4	0,6	13,2	10,1	79,8	11.378	3
S. Bárbara Sul	RS	2,7	20,5	32,7	0,0	25,4	1,0	14,3	3,4	71,2	10.003	1
S. Bárbara Tugúrio	MG	1,8	8,9	29,6	0,3	35,1	3,4	19,1	1,2	91,6	4.827	4
S. Carmem	MT	5,8	11,4	44,0	0,0	32,2	0,4	1,5	2,4	52,0	3.660	2
S. Cecília	PB	1,6	10,0	18,5	0,0	31,4	14,3	20,5	3,5	92,0	6.862	5
S. Cecília	SC	2,3	14,1	50,8	0,1	14,1	0,0	13,8	2,8	79,8	14.802	2
S. Cecília Pavão	PR	2,7	14,3	24,5	0,4	37,8	1,4	16,7	2,1	83,8	4.064	4
S. Clara d'Oeste	SP	0,0	16,0	37,8	0,0	31,4	0,4	13,1	1,2	70,1	2.123	3
S. Clara Sul	RS	1,6	16,8	38,6	0,1	32,8	1,8	7,8	0,2	61,1	4.806	1
S. Cruz	PB	1,0	14,8	17,5	0,0	14,8	24,5	23,4	3,4	79,7	6.471	5
S. Cruz	PE	0,9	9,1	14,0	0,0	12,7	17,7	21,0	24,6	88,4	11.264	6
S. Cruz	RN	0,7	19,2	29,1	0,0	10,5	7,1	21,7	11,0	72,7	31.294	3
S. Cruz Cabralia	BA	2,5	23,4	33,1	0,0	22,4	1,5	8,1	7,9	67,4	23.888	1
S. Cruz Baixa Verde	PE	0,2	9,4	19,9	0,1	36,4	7,5	24,9	1,4	80,2	10.859	4
S. Cruz Conceição	SP	4,7	18,3	42,2	0,3	21,6	0,0	12,4	0,5	54,4	3.531	2
S. Cruz Esperança	SP	5,3	18,0	30,8	0,0	38,4	0,8	4,6	2,1	65,4	1.796	3
S. Cruz Vitória	BA	0,7	16,0	24,2	0,0	34,3	0,3	23,4	0,7	83,4	7.025	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
S. Cruz Palmeiras	SP	4,0	14,5	41,3	0,0	25,5	0,0	12,1	2,4	60,0	25.556	2
S. Cruz Goiás	GO	6,7	11,1	18,9	0,0	54,2	0,2	8,4	0,4	62,3	3.470	3
S. Cruz Minas	MG	3,4	18,2	51,5	0,2	0,9	0,4	21,4	3,7	78,5	7.042	2
S. Cruz Mte Castelo	PR	5,0	14,7	26,3	0,1	34,1	0,2	17,0	2,1	77,9	8.578	3
S. Cruz Salinas	MG	0,0	9,9	14,5	0,0	13,7	24,0	18,0	18,7	95,1	4.801	6
S. Cruz Arari	PA	1,4	10,5	12,0	0,0	23,5	0,0	25,1	27,0	91,5	5.621	5
S. Cruz Capibaribe	PE	6,8	13,6	64,6	0,1	3,8	0,7	7,4	2,2	44,9	59.048	2
S. Cruz Escalvado	MG	0,4	5,4	14,2	0,0	33,8	6,2	29,7	6,8	92,3	5.378	5
S. Cruz Piauí	PI	1,8	16,0	24,0	0,6	26,2	5,3	21,5	3,4	78,0	5.776	3
S. Cruz Rio Pardo	SP	3,8	19,6	45,5	0,1	13,5	0,2	14,9	2,2	54,6	40.919	2
S. Cruz Sul	RS	4,9	28,5	36,4	0,1	10,5	1,1	15,9	2,2	50,6	107.632	1
S. Cruz Milagres	PI	0,0	18,1	15,9	0,1	9,9	13,7	31,8	8,3	90,7	3.334	4
S. Efigênia Minas	MG	0,2	7,3	37,1	0,0	16,8	4,4	24,1	6,2	90,6	4.924	4
S. Ernestina	SP	0,4	11,2	42,4	0,0	30,9	0,0	10,9	1,8	60,2	5.741	2
S. Filomena	PE	0,0	6,7	11,3	0,0	14,1	20,1	28,2	12,2	90,5	12.115	6
S. Filomena	PI	5,5	11,3	26,1	0,0	36,6	11,3	7,7	1,2	82,3	6.031	5
S. Filomena MA	MA	2,1	10,3	15,7	0,5	50,7	6,6	12,7	1,4	84,6	4.667	5
S. Fé	PR	5,7	15,8	30,4	0,2	33,4	0,1	12,2	2,0	71,9	8.870	3
S. Fé Goiás	GO	0,3	17,3	32,3	0,0	35,6	0,0	7,8	5,8	69,8	4.083	2
S. Fé Minas	MG	0,0	12,4	15,9	0,0	45,5	0,4	15,6	8,8	91,7	4.192	5
S. Fé Araguaia	TO	0,6	15,4	21,6	0,0	31,1	2,4	12,5	15,5	82,8	5.507	4
S. Fé Sul	SP	4,4	28,0	42,0	0,0	5,2	0,3	16,0	3,3	56,9	26.512	1
S. Gertrudes	SP	0,4	17,3	64,0	0,0	3,0	0,0	10,1	4,0	50,6	15.906	2
S. Helena	MA	1,3	15,6	20,5	0,1	34,1	7,8	16,2	3,8	83,2	30.860	5
S. Helena	PB	0,6	13,1	22,8	0,0	27,1	6,0	25,4	3,8	78,8	6.170	3
S. Helena	PR	3,4	16,5	37,1	0,0	26,8	1,7	10,2	3,6	69,3	20.491	3
S. Helena	SC	1,9	7,8	16,8	0,0	60,6	4,7	7,7	0,4	77,5	2.588	5
S. Helena Goiás	GO	2,9	20,3	39,6	0,0	22,7	0,3	8,8	2,6	64,2	34.545	2
S. Helena Minas	MG	1,9	15,0	18,4	0,0	26,9	14,8	18,3	4,6	93,8	5.753	5
S. Inês	BA	1,3	14,1	34,8	0,8	18,8	1,0	24,0	5,2	76,7	11.027	2
S. Inês	MA	2,7	24,3	39,2	0,1	7,9	1,7	16,9	6,4	70,3	68.321	1
S. Inês	PB	0,0	8,8	12,8	0,0	34,2	19,6	20,3	4,4	91,7	3.548	5
S. Inês	PR	2,7	18,4	19,7	0,0	43,1	0,0	13,1	2,9	79,0	2.099	3
S. Isabel	GO	2,2	15,3	22,5	0,0	41,0	3,8	12,5	1,8	74,3	3.592	3
S. Isabel	SP	3,0	17,6	57,0	0,2	3,8	0,1	13,1	4,5	61,7	43.740	2
S. Isabel Ivaí	PR	2,9	14,0	32,1	0,1	26,6	1,2	19,6	3,0	76,7	9.154	3
S. Isabel Pará	PA	1,0	18,5	39,5	0,3	16,8	0,7	10,0	11,1	78,3	43.227	3
S. Isabel Rio Negro	AM	0,0	17,1	10,8	0,0	11,3	35,5	12,5	10,9	88,5	10.561	6
S. Izabel Oeste	PR	2,5	11,4	26,7	0,0	41,5	1,6	13,7	1,7	76,5	11.711	4
S. Juliana	MG	5,4	15,3	28,1	0,0	35,1	0,1	11,5	3,5	67,5	8.078	1
S. Leopoldina	ES	0,3	7,8	14,7	0,2	60,6	1,9	12,5	1,8	83,4	12.463	5
S. Luz	PI	1,4	18,9	28,6	0,0	35,9	1,1	13,7	0,5	87,1	4.780	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
S. Luzia	BA	0,0	11,1	18,8	0,0	47,3	0,2	15,9	6,3	84,5	16.061	3
S. Luzia	MA	1,6	8,0	15,1	0,0	50,1	5,4	14,7	3,4	86,9	69.271	5
S. Luzia	MG	1,5	24,6	54,2	0,1	0,6	0,0	12,9	5,3	69,9	184.903	2
S. Luzia	PB	1,3	18,9	41,6	0,0	9,2	1,5	20,5	6,6	69,7	14.012	2
S. Luzia D'Oeste	RO	1,1	12,3	20,1	0,3	45,5	2,8	11,0	3,4	77,3	11.603	4
S. Luzia Itanhhy	SE	0,1	12,9	17,7	0,0	44,4	4,2	16,8	2,5	92,3	13.948	5
S. Luzia Norte	AL	0,0	17,5	34,9	0,0	17,5	2,8	12,8	10,6	91,0	6.388	3
S. Luzia Paruá	MA	1,1	13,2	19,7	0,0	41,5	1,1	14,6	8,5	87,1	20.058	5
S. Luzia Pará	PA	0,7	10,0	23,7	0,2	33,5	10,0	14,4	7,0	91,2	19.400	5
S. Lúcia	PR	2,7	10,3	26,0	0,0	41,6	4,2	13,5	0,9	74,2	4.126	5
S. Lúcia	SP	1,3	12,2	39,1	0,0	31,6	0,2	13,4	2,2	70,5	7.853	2
S. Margarida	MG	1,1	8,6	15,3	0,1	59,0	1,6	10,0	2,5	82,2	13.754	4
S. Maria	RN	1,8	9,0	28,7	0,0	21,2	3,0	23,2	11,9	81,6	3.778	3
S. Maria	RS	4,2	33,2	35,6	0,2	2,9	0,4	20,3	2,8	50,5	243.611	1
S. Maria Madalena	RJ	1,8	17,7	42,0	0,0	22,8	0,4	14,3	0,9	78,2	10.476	2
S. Maria Boa Vista	PE	1,0	10,5	15,5	0,0	49,9	7,8	10,5	4,7	74,6	36.914	5
S. Maria Serra	SP	2,7	14,7	29,6	0,0	38,9	0,0	9,6	1,0	64,8	4.673	2
S. Maria Vitória	BA	1,4	13,4	26,5	0,2	15,9	3,9	18,3	19,1	77,4	41.261	3
S. Maria Barreiras	PA	3,5	9,6	12,6	0,0	46,6	13,2	8,0	5,8	78,4	10.955	5
S. Maria Itabira	MG	0,9	17,9	33,9	0,0	16,8	0,1	27,3	2,9	86,6	10.346	3
S. Maria Jetibá	ES	2,8	8,5	18,6	0,1	58,7	1,7	5,3	3,5	79,1	28.774	5
S. Maria Cambucá	PE	1,0	7,5	21,1	0,0	5,2	40,1	20,7	4,1	85,5	11.739	6
S. Maria Herval	RS	1,5	9,1	48,1	0,2	27,0	1,9	9,8	0,0	58,6	5.891	2
S. Maria Oeste	PR	1,0	10,5	19,6	0,0	48,0	6,1	9,9	3,0	90,8	13.639	5
S. Maria Pará	PA	1,9	12,2	35,2	0,1	26,8	1,7	12,5	4,9	75,5	20.850	3
S. Maria Salto	MG	0,4	16,0	24,9	0,0	27,6	4,1	21,1	4,3	88,9	5.438	4
S. Maria Suaçuí	MG	4,8	10,9	24,6	0,0	34,8	3,1	17,7	3,8	86,8	14.350	4
S. Maria TO	TO	0,6	13,3	26,9	0,0	11,1	26,2	14,0	3,9	89,3	2.226	5
S. Mariana	PR	2,9	15,3	27,5	0,1	35,0	0,1	17,3	1,8	74,2	13.470	3
S. Mercedes	SP	2,6	15,7	23,9	0,0	21,8	0,1	23,1	6,1	78,1	2.803	3
S. Mônica	PR	0,0	12,2	21,7	0,0	40,8	0,0	21,0	3,0	88,8	3.190	3
S. Quitéria	CE	1,9	12,4	26,9	0,0	14,0	22,0	19,8	2,8	82,1	42.375	5
S. Quitéria MA	MA	1,5	11,9	14,6	0,1	41,3	15,0	14,2	1,4	87,5	28.150	6
S. Rita	MA	0,8	11,7	27,6	0,0	13,1	14,5	19,2	12,9	84,9	24.922	5
S. Rita	PB	0,5	18,3	42,1	0,1	6,9	0,5	20,2	10,5	73,5	115.844	2
S. Rita d'Oeste	SP	0,2	11,4	25,6	0,0	35,4	0,0	23,1	2,4	76,3	2.695	3
S. Rita Caldas	MG	4,0	10,0	25,9	0,0	45,3	0,0	10,7	3,2	70,8	9.500	3
S. Rita Cássia	BA	0,7	10,1	21,9	0,2	26,3	7,4	16,7	12,6	84,2	24.026	5
S. Rita Ibitipoca	MG	4,2	8,3	25,1	0,0	30,8	2,7	18,3	3,2	86,7	3.847	4
S. Rita Jacutinga	MG	2,3	14,2	29,0	0,8	30,6	0,9	19,2	2,7	74,2	5.218	3
S. Rita Minas	MG	3,1	14,1	25,6	0,3	38,6	0,5	15,0	2,6	85,9	5.795	3
S. Rita Araguaia	GO	4,9	18,3	35,0	0,0	19,9	0,5	14,2	6,8	70,5	5.087	1

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
S. Rita Itueto	MG	2,4	6,6	9,1	0,3	64,5	0,2	12,5	2,0	85,8	6.061	5
S. Rita Novo Destino	GO	2,1	10,6	16,4	0,0	57,0	0,0	9,2	4,1	85,0	3.025	3
S. Rita Pardo	MS	3,3	19,6	23,1	0,0	45,1	0,2	6,8	1,2	76,6	6.640	3
S. Rita Passa Quatro	SP	4,1	28,2	36,7	0,1	11,9	0,2	15,5	3,0	41,9	26.138	1
S. Rita Sapucaí	MG	4,9	22,5	36,4	0,2	19,7	0,0	13,2	1,6	64,5	31.264	1
S. Rita TO	TO	0,0	19,4	16,4	0,0	51,1	3,6	6,0	3,4	81,7	1.852	4
S. Rosa	RS	3,9	27,5	39,7	0,1	9,7	1,0	15,3	2,3	62,4	65.016	1
S. Rosa Serra	MG	0,4	19,9	23,7	0,0	44,8	0,7	7,7	2,5	66,1	3.114	2
S. Rosa Goiás	GO	3,2	10,2	23,7	0,0	36,4	1,7	18,4	6,4	82,0	3.548	3
S. Rosa Lima	SC	0,0	13,3	22,8	0,0	43,1	1,1	5,3	3,1	64,5	2.007	4
S. Rosa Lima	SE	0,0	11,9	36,4	0,0	28,0	0,0	15,8	2,9	83,8	3.595	3
S. Rosa Viterbo	SP	3,3	20,6	39,3	0,0	11,9	0,0	20,3	3,8	59,2	21.435	2
S. Rosa Piauí	PI	1,4	14,2	22,0	0,2	13,1	19,9	20,1	8,3	88,2	5.223	5
S. Rosa Purus	AC	0,0	29,5	7,8	0,0	25,9	2,3	11,6	22,9	92,9	2.246	5
S. Rosa Sul	SC	2,7	9,0	36,6	0,0	34,3	1,7	11,9	3,1	71,6	7.810	3
S. Rosa TO	TO	0,0	27,4	20,1	0,0	9,7	9,9	11,5	17,2	90,6	4.316	5
S. Salete	SP	3,0	11,9	16,6	0,0	47,7	0,0	16,6	0,0	71,4	1.379	4
S. Teresa	ES	4,9	12,1	24,4	0,1	46,3	1,2	9,2	0,9	64,6	20.622	3
S. Teresinha	BA	0,7	11,1	19,1	0,1	33,5	5,2	25,4	2,9	81,5	8.696	4
S. Teresinha	PB	1,0	13,8	26,3	0,0	16,6	13,0	22,4	6,1	83,7	4.728	3
S. Tereza	RS	0,0	6,6	24,7	0,0	46,6	4,4	14,2	1,5	50,4	1.768	4
S. Tereza Goiás	GO	1,0	25,2	27,1	0,0	20,7	0,0	19,2	6,8	76,3	4.697	1
S. Tereza Oeste	PR	2,7	15,2	45,3	0,0	21,8	0,0	10,7	4,0	76,9	10.754	2
S. Tereza TO	TO	0,0	24,1	20,7	0,4	15,9	19,4	11,8	7,8	88,3	2.114	5
S. Terezinha	MT	0,0	17,8	20,7	0,0	27,2	3,1	8,6	21,4	81,6	6.270	4
S. Terezinha	PE	1,9	13,9	26,6	0,2	9,8	22,4	21,0	2,8	80,6	10.251	4
S. Terezinha	SC	1,1	8,4	15,4	0,0	45,3	3,2	10,0	0,1	88,1	8.840	5
S. Terezinha Goiás	GO	4,3	18,8	30,2	0,2	28,7	0,4	15,3	1,6	80,4	12.015	3
S. Terezinha Itaipu	PR	5,9	21,5	48,2	0,3	8,6	0,2	9,4	5,0	63,2	18.368	1
S. Terezinha Progres.	SC	0,0	6,3	8,5	0,0	59,5	11,6	9,4	0,3	73,9	3.416	6
S. Terezinha TO	TO	0,0	12,6	29,5	0,0	17,8	19,3	16,5	4,2	95,7	2.455	5
S. Vitória	MG	5,9	17,8	29,8	0,0	30,0	0,0	11,4	4,6	74,3	16.365	3
S. Vitória Palmar	RS	4,8	23,7	31,5	0,0	17,4	0,4	17,8	3,2	72,3	33.304	1
Santaluz	BA	2,2	10,8	34,8	0,0	24,8	1,4	18,9	7,1	78,5	30.955	3
Santana	AP	1,0	28,0	44,9	0,2	5,6	0,5	10,9	8,3	71,3	80.439	1
Santana	BA	1,2	12,1	24,6	0,0	24,6	7,1	18,9	10,0	75,9	24.139	4
Santana Boa Vista	RS	0,5	14,9	16,7	0,4	21,4	12,9	28,1	3,5	85,1	8.621	5
Santana Ponte Pensa	SP	6,7	8,6	30,8	0,0	37,1	0,7	14,9	0,0	65,1	1.894	1
Santana Vargem	MG	2,4	11,9	19,3	0,8	57,1	0,0	6,2	0,6	66,6	7.521	3
Santana Cataguases	MG	3,5	13,2	29,7	0,0	25,4	0,6	24,2	2,9	77,7	3.360	3
Santana Mangueira	PB	0,3	11,4	11,3	0,0	46,4	11,4	18,0	0,7	90,1	5.930	5
Santana Parnaíba	SP	5,2	29,1	47,0	0,0	0,7	0,0	8,0	8,4	53,6	74.828	1

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Santana Pirapama	MG	1,6	10,8	21,1	0,0	32,9	4,6	22,9	3,8	87,6	8.616	4
Santana Acaraú	CE	2,2	12,1	24,1	0,3	28,4	11,3	16,6	4,3	84,1	26.198	5
Santana Araguaia	PA	0,9	14,9	30,5	0,1	29,9	10,3	3,9	8,0	76,2	31.218	4
Santana Cariri	CE	1,2	7,7	21,5	0,0	15,9	26,2	19,7	6,2	87,8	16.847	5
Santana Deserto	MG	1,6	13,5	40,6	0,0	18,9	0,0	19,3	6,1	80,1	3.774	2
Santana Garambéu	MG	2,7	12,3	22,1	1,1	17,8	5,5	20,0	7,0	87,7	1.982	5
Santana Ipanema	AL	1,2	14,0	22,1	0,0	29,0	6,2	19,7	7,3	80,0	41.485	4
Santana Itararé	PR	1,4	11,3	23,8	0,0	38,2	1,1	20,0	3,9	80,0	5.638	4
Santana Jacaré	MG	3,5	12,7	26,3	0,0	40,5	0,0	15,9	0,4	81,1	4.408	3
Santana Livramento	RS	4,9	28,3	34,3	0,2	10,3	0,6	17,6	3,1	67,0	90.849	1
Santana Manhauçu	MG	1,5	8,6	13,9	0,0	62,9	0,4	11,5	0,8	84,3	8.607	4
Santana MA	MA	0,1	4,9	7,7	0,0	42,5	13,5	27,4	3,3	92,6	10.944	6
Santana Matos	RN	0,0	12,7	19,8	0,1	12,3	16,4	31,4	5,2	85,1	15.987	4
Santana Mundaú	AL	2,4	8,7	11,4	0,0	46,1	5,7	20,8	4,2	85,9	11.534	5
Santana Paraíso	MG	0,7	19,0	48,6	0,0	5,6	0,3	18,2	7,7	81,2	18.155	2
Santana Piauí	PI	9,0	4,8	13,0	0,0	35,9	0,0	25,5	7,3	86,7	4.595	4
Santana Riacho	MG	1,1	11,1	40,4	0,0	14,1	2,8	19,8	7,4	83,1	3.739	3
Santana Seridó	RN	0,0	18,7	36,2	0,0	19,0	0,0	24,7	1,3	75,6	2.377	2
Santana S. Francisco	SE	2,7	19,3	25,4	0,0	20,0	6,0	19,5	6,6	85,4	6.135	3
Santana Garrotes	PB	2,0	11,8	21,4	0,0	38,4	1,3	23,2	1,5	85,9	7.975	4
Santana Mtes	MG	1,6	5,7	23,8	0,4	30,3	3,4	27,3	5,7	93,6	3.944	4
Santanópolis	BA	1,5	9,6	15,2	0,2	24,6	27,9	18,8	2,3	85,5	8.644	5
Santarém	PA	1,9	20,8	34,6	0,2	14,3	4,0	13,6	6,1	76,0	262.538	1
Santarém	PB	1,8	14,7	28,1	0,0	24,3	11,1	16,9	0,5	88,7	2.568	4
Santarém Novo	PA	0,0	17,0	25,1	0,0	29,3	3,6	13,0	6,3	84,8	5.434	5
Santiago	RS	5,2	25,6	34,7	0,1	13,0	1,6	17,7	2,0	64,5	52.138	1
Santiago Sul	SC	0,8	4,5	22,1	0,0	38,7	21,0	9,2	3,7	83,3	1.696	6
S. Afonso	MT	3,1	13,5	22,6	0,0	29,0	1,9	14,7	14,2	78,1	3.098	4
S. Amaro	BA	1,5	14,7	38,1	0,1	11,5	1,3	26,2	6,4	69,5	58.414	2
S. Amaro Imperatriz	SC	4,0	22,9	55,3	0,0	2,2	0,1	10,5	1,5	55,5	15.708	2
S. Amaro Brotas	SE	1,4	7,9	35,7	0,0	17,4	5,8	21,8	9,2	80,2	10.670	3
S. Amaro MA	MA	0,0	8,9	9,4	0,0	37,9	14,3	18,8	9,8	94,9	9.612	6
S. Anastácio	SP	5,1	22,5	35,1	0,2	16,0	0,0	16,1	4,9	66,9	20.749	1
S. André	PB	1,6	9,9	19,0	0,0	45,2	3,0	20,1	0,9	81,2	2.800	4
S. André	SP	3,5	33,9	40,8	0,1	0,1	0,0	16,7	4,0	35,6	649.331	1
S. Antônio	RN	0,7	12,4	29,5	0,2	11,3	14,6	22,3	8,7	77,8	20.107	4
S. Antônio Alegria	SP	2,7	16,5	21,7	0,0	38,9	0,0	12,8	0,4	66,3	5.764	1
S. Antônio Barra	GO	0,5	13,3	30,4	0,1	41,9	0,2	6,6	4,7	71,3	4.052	3
S. Antônio Patrulha	RS	2,7	19,8	44,9	0,1	9,8	2,9	16,8	2,6	70,9	37.035	2
S. Antônio Platina	PR	4,9	21,8	35,5	0,0	21,2	0,2	12,7	2,9	69,9	39.943	1
S. Antônio Missões	RS	1,6	17,1	22,5	0,0	29,7	5,0	18,6	5,2	81,7	12.691	4
S. Antônio Goiás	GO	7,5	23,6	33,9	0,0	18,8	0,0	9,6	1,6	59,7	3.106	1

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
S. Antônio Jesus	BA	3,5	23,2	39,0	0,1	11,0	0,5	16,4	5,0	61,5	77.368	1
S. Antônio Lisboa	PI	2,5	9,5	18,3	0,0	47,5	4,3	14,9	1,4	65,0	5.154	4
S. Antônio Posse	SP	2,7	17,1	49,1	0,0	16,5	0,0	9,9	2,9	59,4	18.124	2
S. Antônio Pádua	RJ	3,3	18,0	48,2	0,1	11,0	0,3	16,2	2,2	74,9	38.692	2
S. Antônio Amparo	MG	2,3	13,9	25,6	0,0	42,7	0,8	12,3	2,3	83,4	16.109	3
S. Antônio Aracanguá	SP	0,9	19,7	39,8	0,0	25,9	0,2	8,4	5,1	71,5	6.929	2
S. Antônio Aventur.	MG	0,0	11,9	28,4	0,0	36,4	0,7	17,5	2,5	81,9	3.606	3
S. Antônio Caiuá	PR	0,7	12,0	20,6	0,0	47,8	0,4	17,3	1,1	82,8	2.878	3
S. Antônio Descoberto	GO	0,9	18,8	55,5	0,3	3,1	0,4	11,2	9,1	77,1	51.897	2
S. Antônio Gramma	MG	2,2	7,5	28,0	0,0	37,9	0,4	21,5	2,6	88,1	4.377	3
S. Antônio Itambé	MG	0,0	11,0	14,5	0,0	53,7	1,0	19,3	0,5	95,1	4.588	4
S. Antônio Içá	AM	0,2	8,9	10,2	0,0	33,0	20,0	11,1	16,6	92,1	28.213	6
S. Antônio Jacinto	MG	0,8	9,8	25,0	0,0	19,5	13,9	24,3	6,2	92,9	12.144	5
S. Antônio Jardim	SP	2,6	13,1	27,5	0,0	45,2	0,5	10,0	0,7	68,7	6.154	3
S. Antônio Leverger	MT	0,7	19,1	23,2	0,1	24,8	2,6	14,8	10,5	76,7	15.435	4
S. Antônio Mte	MG	5,1	19,7	48,2	0,0	17,7	0,4	7,0	0,9	55,4	23.473	2
S. Antônio Palma	RS	2,7	12,1	19,6	0,0	34,4	3,0	8,2	0,3	62,2	2.207	4
S. Antônio Paraíso	PR	2,4	23,9	12,3	0,0	33,2	1,0	17,0	10,1	78,3	2.790	4
S. Antônio Pinhal	SP	4,2	16,2	47,7	0,0	19,9	0,0	9,7	1,6	68,3	6.328	1
S. Antônio Planalto	RS	0,0	17,2	23,9	0,0	46,3	0,0	11,6	1,0	71,2	2.001	3
S. Antônio Retiro	MG	0,0	3,4	9,4	0,0	43,2	17,9	12,0	8,1	94,7	6.655	6
S. Antônio R. Abaixo	MG	5,1	14,6	27,8	0,0	25,2	3,2	23,5	0,5	77,3	1.823	3
S. Antônio Sudoeste	PR	2,7	13,8	33,2	0,0	32,8	1,4	14,0	2,0	79,5	17.870	4
S. Antônio Tauá	PA	1,0	14,3	26,5	0,0	28,3	5,2	18,3	4,7	84,5	19.835	4
S. Antônio Lopes	MA	0,9	12,0	12,1	0,0	57,4	1,1	15,1	1,0	86,7	14.253	5
S. Antônio Milagres	PI	0,0	20,6	18,7	0,8	23,8	3,7	25,3	6,0	88,7	1.876	4
S. Augusto	RS	4,7	20,4	30,5	0,2	22,7	1,8	14,5	4,5	75,5	14.426	4
S. Cristo	RS	3,7	17,7	25,5	0,0	37,4	4,3	10,2	1,3	70,5	14.890	4
S. Estêvão	BA	1,4	12,2	31,4	0,0	20,8	12,0	17,3	4,9	77,7	41.145	4
S. Expedito	SP	1,0	19,6	30,8	0,0	23,1	1,2	19,0	5,4	70,8	2.526	3
S. Expedito Sul	RS	2,3	12,3	9,5	0,0	54,1	1,7	16,9	2,6	79,1	2.683	5
S. Hipólito	MG	0,0	20,0	22,5	0,0	28,3	0,0	20,2	9,0	89,5	3.488	4
S. Inácio	PR	6,7	14,9	26,5	0,0	35,8	0,1	13,6	2,3	73,4	5.188	3
S. Inácio Piauí	PI	0,0	15,0	29,7	0,6	25,6	4,2	20,0	1,8	76,0	3.447	3
S. Ângelo	RS	3,2	28,3	36,1	0,1	6,7	1,4	19,8	3,2	61,6	76.745	1
Santos	SP	6,1	37,1	29,5	0,1	0,3	0,0	23,3	3,2	25,1	417.983	1
Santos Dumont	MG	2,6	16,5	37,4	0,1	6,2	0,8	31,3	3,8	69,5	46.789	1
Santópolis Aguapeí	SP	0,4	14,6	31,2	0,0	34,3	0,4	14,8	3,4	81,1	3.816	3
Sapeaçu	BA	1,2	12,1	22,5	0,2	23,4	2,1	27,4	8,6	72,8	16.450	3
Sapezal	MT	5,0	23,0	35,0	0,0	26,6	0,2	3,0	4,8	35,1	7.866	1
Sapiranga	RS	4,4	23,7	58,7	0,0	1,3	0,3	10,1	0,8	58,9	69.189	2
Sapopema	PR	1,2	10,7	27,2	0,0	34,9	1,0	21,3	2,5	88,6	6.872	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Sapucaia	PA	1,1	22,7	29,1	0,2	32,3	0,5	5,0	1,2	62,6	3.796	2
Sapucaia	RJ	3,2	17,9	38,6	0,0	14,3	0,4	20,9	3,6	70,7	17.157	1
Sapucaia Sul	RS	2,5	24,5	51,0	0,1	0,3	0,2	17,4	3,6	58,7	122.751	2
Sapucaí-Mirim	MG	1,0	10,9	44,0	0,0	24,4	2,3	12,2	3,2	74,7	5.455	2
Sapé	PB	0,7	13,5	29,9	0,1	18,1	2,3	21,5	11,7	82,3	47.353	3
Saquarema	RJ	3,0	18,7	50,8	0,0	4,2	0,0	17,8	4,1	67,7	52.461	1
Sarandi	PR	2,2	17,7	62,1	0,0	2,9	0,0	9,5	5,3	74,4	71.422	2
Sarandi	RS	5,0	18,8	43,4	0,2	15,7	0,4	12,7	2,7	65,0	18.162	1
Sarapuí	SP	2,0	14,9	44,0	0,0	18,1	0,0	18,2	2,1	75,1	7.805	3
Sardoá	MG	0,0	14,4	37,8	0,0	11,5	5,9	21,8	7,7	87,2	4.775	4
Sarutaiá	SP	0,9	13,8	28,6	0,0	35,9	0,0	16,9	3,9	84,1	3.739	3
Sarzedo	MG	0,7	22,7	54,2	0,2	5,7	0,3	12,8	2,6	71,7	17.274	2
Satuba	AL	0,3	25,5	39,9	0,1	7,9	0,5	14,1	11,7	78,5	12.555	3
Satubinha	MA	0,2	12,2	10,6	0,2	39,2	19,6	11,3	6,4	89,3	10.995	6
Saubara	BA	2,6	14,9	36,4	0,1	18,8	5,1	19,5	2,7	73,8	10.193	3
Saudade Iguaçu	PR	6,2	7,3	27,5	0,0	43,5	3,8	8,6	2,1	73,3	4.608	5
Saudades	SC	2,4	12,8	21,5	0,0	52,6	1,7	7,7	0,7	70,7	8.324	4
Saúde	BA	0,3	13,0	24,8	0,0	18,3	5,9	26,1	11,6	79,3	11.488	3
Schroeder	SC	2,7	19,5	55,8	0,0	6,9	1,1	12,1	1,0	48,1	10.811	2
Seabra	BA	2,4	12,5	25,5	0,1	28,2	12,0	13,0	5,5	74,9	39.422	4
Seara	SC	3,5	16,3	40,6	0,0	28,5	1,6	8,7	0,4	58,4	16.484	1
Sebastianópolis Sul	SP	2,2	13,4	35,1	0,0	31,4	1,2	14,9	2,0	68,5	2.546	2
Sebastião Barros	PI	1,7	5,3	9,9	0,8	57,4	7,2	15,3	0,9	90,1	4.524	5
Sebastião Laranjeiras	BA	1,8	11,5	18,3	0,3	49,2	2,0	12,8	2,4	78,4	9.283	4
Sebastião Leal	PI	0,0	8,1	27,7	0,0	36,4	7,2	19,3	1,3	87,5	3.835	4
Seberi	RS	3,5	14,2	23,0	0,0	38,8	4,9	14,6	0,6	77,9	11.349	4
Sede Nova	RS	2,1	8,3	17,6	0,0	46,2	3,6	20,8	1,5	80,2	3.208	5
Segredo	RS	3,1	10,4	11,4	0,0	60,3	1,6	11,4	1,2	84,2	6.911	5
Selbach	RS	5,8	15,0	28,7	0,6	36,5	0,0	12,3	1,1	53,2	4.861	1
Selvira	MS	1,5	17,7	38,5	0,5	21,8	0,0	15,0	4,9	71,1	6.085	2
Sem-Peixe	MG	0,3	8,3	20,2	0,0	25,9	15,2	26,0	3,9	88,1	3.170	5
Sena Madureira	AC	1,3	16,0	22,5	0,0	32,3	10,1	11,8	3,3	82,3	29.420	5
Sen. Alexandre Costa	MA	0,3	14,4	9,0	0,0	57,4	0,3	16,9	1,4	84,4	8.571	5
Sen. Amaral	MG	3,2	10,6	18,0	0,0	51,7	1,1	7,7	7,1	81,0	5.128	5
Sen. Canedo	GO	0,8	19,3	60,2	0,4	2,5	0,0	9,8	4,8	71,0	53.105	2
Sen. Cortes	MG	0,0	12,7	18,0	0,0	46,9	2,7	15,4	3,5	88,2	2.000	4
Sen. Elói Souza	RN	1,4	11,2	23,4	0,4	17,9	16,0	20,6	8,7	83,9	5.028	4
Sen. Firmino	MG	2,1	16,9	25,8	0,0	24,9	3,4	21,8	2,5	82,9	6.598	3
Sen. Georgino Avel.	RN	0,5	21,1	41,3	0,0	16,6	0,3	16,3	4,0	78,4	3.302	2
Sen. Guiomard	AC	0,8	17,7	27,5	0,1	30,8	2,6	12,4	6,9	68,8	19.761	3
Sen. José Bento	MG	1,5	12,7	22,7	0,0	48,1	0,0	11,3	1,4	65,3	2.452	3
Sen. José Porfirio	PA	1,3	8,8	22,3	0,1	49,8	6,5	5,6	4,9	83,9	15.721	5

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Sen. La Rocque	MA	1,5	11,5	19,1	0,0	34,8	14,3	14,2	3,3	83,9	16.242	5
Sen. Modest. Gonçalv.	MG	1,5	9,7	29,4	0,8	18,8	23,2	14,5	0,6	93,6	5.190	6
Sen. Pompeu	CE	1,0	15,1	23,5	0,5	16,8	14,1	27,0	1,6	75,3	27.225	4
Sen. Rui Palmeira	AL	0,1	8,1	11,6	0,0	15,3	47,5	11,2	6,1	92,1	11.979	6
Sen. Salgado Filho	RS	1,9	8,9	23,0	0,0	54,8	4,1	6,9	0,4	86,5	2.927	5
Sen. Sá	CE	0,5	12,6	25,3	2,1	17,2	22,3	15,8	3,1	89,4	5.605	5
Sengés	PR	1,3	12,0	49,8	0,6	17,5	1,0	13,2	3,4	81,3	17.778	2
Senhor Bonfim	BA	3,5	18,1	36,4	0,2	9,4	3,8	21,3	6,5	66,2	67.723	1
Senhora Oliveira	MG	1,6	7,3	29,4	0,0	23,5	12,0	22,7	3,5	93,2	5.643	4
Senhora Porto	MG	2,5	11,2	20,0	0,0	32,4	9,7	15,4	4,8	89,6	3.520	5
Senhora Remédios	MG	0,5	9,3	25,9	0,0	25,7	11,1	18,8	7,8	90,9	10.277	5
Sentinela Sul	RS	1,8	11,2	29,0	0,5	33,8	3,8	16,8	3,0	79,5	4.892	3
Sento Sé	BA	0,1	11,1	13,5	0,0	40,6	3,6	19,1	11,4	85,9	32.461	4
Serafina Corrêa	RS	3,9	21,8	42,6	0,2	16,1	1,4	11,7	1,7	47,3	10.894	1
Sericita	MG	2,4	8,3	11,0	0,0	54,5	1,7	20,0	2,1	80,0	6.990	5
Seridó	PB	0,3	8,6	26,1	0,0	18,2	27,2	14,0	5,4	88,6	9.106	5
Seringueiras	RO	0,0	9,6	18,5	0,0	67,8	1,3	2,4	0,5	72,9	11.655	5
Seritinga	MG	4,6	11,3	26,9	0,0	34,2	0,0	19,8	3,2	83,0	1.738	3
Seropédica	RJ	1,3	22,6	48,9	0,2	2,7	0,4	16,3	5,9	71,1	65.260	2
Serra	ES	2,1	25,7	51,5	0,2	1,2	0,1	13,1	5,5	66,4	321.181	2
Serra Alta	SC	0,8	11,4	25,0	0,0	49,4	1,7	11,1	0,0	68,6	3.330	3
Serra Azul	SP	4,1	18,2	36,3	0,0	23,3	0,0	15,1	1,8	69,4	7.446	2
Serra Azul Minas	MG	5,7	12,0	22,8	0,0	44,2	3,1	12,2	0,0	85,0	4.238	5
Serra Branca	PB	1,3	13,6	28,4	0,1	24,0	0,0	29,9	2,8	71,9	12.275	1
Serra Dourada	BA	1,1	9,5	18,0	0,0	26,5	9,7	26,0	6,2	83,1	18.347	4
Serra Grande	PB	5,0	5,1	21,3	0,0	51,1	2,2	14,5	0,6	74,9	2.855	4
Serra Negra	SP	7,4	19,5	47,8	0,2	12,3	0,1	10,8	0,9	39,1	23.851	1
Serra Negra Norte	RN	1,0	9,5	35,7	0,3	21,8	3,6	21,0	7,1	71,9	7.543	3
Serra Preta	BA	0,5	7,9	24,1	0,1	19,6	16,0	25,4	5,8	82,4	17.726	4
Serra Redonda	PB	0,2	11,0	31,3	0,0	11,6	11,7	31,6	2,2	78,2	7.307	3
Serra Talhada	PE	1,7	17,0	32,1	0,0	18,7	5,1	21,2	3,7	71,4	70.912	3
Serra Raiz	PB	0,0	9,0	21,8	0,5	9,2	21,6	32,9	5,0	86,9	3.436	4
Serra Saudade	MG	0,0	20,1	22,5	0,0	43,4	0,0	8,6	3,0	69,0	873	3
Serra S. Bento	RN	0,0	11,6	26,5	0,0	4,9	39,8	12,3	4,9	87,0	5.870	6
Serra Mel	RN	0,0	11,3	35,0	0,0	33,3	2,1	14,2	3,4	77,2	8.237	3
Serra Navio	AP	0,2	24,4	48,0	0,0	2,0	7,1	4,5	11,3	75,3	3.293	3
Serra Ramalho	BA	1,0	10,9	15,8	0,2	28,5	22,9	12,2	7,2	87,0	32.600	6
Serra Salitre	MG	4,6	13,9	21,2	0,1	49,1	0,8	7,0	1,2	70,4	9.390	3
Serra Aimorés	MG	2,6	16,1	30,5	0,2	22,0	1,0	22,4	5,1	86,6	8.182	3
Serrana	SP	3,5	21,3	46,5	0,0	15,2	0,1	8,2	2,6	63,7	32.603	2
Serrania	MG	1,3	13,2	33,6	0,0	42,3	0,0	8,1	0,8	75,9	7.504	3
Serrano MA	MA	0,0	12,0	9,2	0,0	58,7	2,3	14,6	3,1	93,1	9.120	6

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Serranos	MG	0,5	4,5	25,6	0,0	40,9	0,4	25,9	0,3	88,4	2.071	3
Serranópolis	GO	5,8	15,2	21,8	0,1	45,8	0,0	7,0	3,9	63,4	6.447	3
Serranópolis Minas	MG	1,5	3,4	16,4	0,0	60,4	0,7	13,7	3,8	93,5	4.038	4
Serranópolis Iguaçu	PR	1,6	10,9	27,6	0,0	44,7	3,7	11,0	0,1	74,9	4.740	4
Serraria	PB	0,0	15,4	17,6	0,0	24,4	13,2	23,3	5,6	84,4	6.678	4
Serrinha	BA	1,8	15,4	32,9	0,1	16,3	10,5	15,2	6,8	75,6	83.206	3
Serrinha	RN	0,5	6,7	18,3	0,0	27,3	13,9	22,9	10,1	88,2	7.253	5
Serrinha Pintos	RN	1,7	16,9	18,7	0,5	6,8	26,2	26,1	3,1	80,2	4.295	5
Serrita	PE	1,3	8,8	17,3	0,0	43,3	8,7	18,1	2,5	82,8	17.848	5
Serro	MG	2,1	11,6	29,3	0,0	26,6	7,0	18,4	4,2	89,3	21.012	4
Serrolândia	BA	1,7	9,6	27,3	0,0	19,1	11,2	21,9	9,2	79,5	12.616	4
Sertaneja	PR	5,2	13,6	34,3	0,2	27,5	0,2	15,1	4,0	74,6	6.521	3
Sertanópolis	PR	6,8	17,8	39,0	0,1	23,6	0,1	10,9	1,3	66,7	15.147	1
Sertânia	PE	1,1	11,8	26,3	0,0	12,4	8,6	28,4	10,9	76,3	31.657	3
Sertão	RS	3,8	14,7	24,8	0,0	35,9	0,3	16,9	2,4	63,7	7.466	1
Sertão S.na	RS	1,9	9,5	23,1	0,0	46,5	1,0	16,4	1,6	72,9	5.272	4
Sertãozinho	PB	0,0	17,0	27,8	0,0	11,3	19,9	20,3	3,8	84,2	3.444	4
Sertãozinho	SP	6,1	23,5	45,5	0,1	9,6	0,0	12,0	2,2	45,9	94.664	1
Sete Barras	SP	3,1	11,7	23,2	0,0	38,5	0,7	14,0	7,4	82,2	13.908	4
Sete Lagoas	MG	4,1	24,0	49,4	0,0	2,3	0,1	16,3	3,0	65,4	184.871	2
Sete Quedas	MS	1,1	20,2	34,6	0,0	30,7	0,1	11,9	1,3	70,8	10.936	3
Sete Setembro	RS	1,1	6,1	13,7	0,0	52,5	2,8	21,4	0,9	86,4	2.357	5
Setubinha	MG	0,1	7,2	15,0	0,0	61,1	6,5	8,6	1,5	92,0	9.291	5
Severiano Melo	RN	1,7	10,3	19,7	0,1	38,5	3,7	20,9	4,6	85,8	10.579	4
Severiano Almeida	RS	2,9	12,5	21,1	0,1	55,4	2,4	5,7	0,0	64,5	4.153	5
Severínia	SP	0,6	15,5	40,8	0,0	27,5	0,0	11,7	3,9	73,1	13.605	2
Siderópolis	SC	3,7	21,3	45,9	0,2	8,3	0,7	16,6	1,9	49,7	12.082	2
Sidrolândia	MS	3,0	12,9	39,0	0,0	25,1	4,5	8,7	5,9	69,9	23.483	3
Sigefredo Pacheco	PI	0,1	11,3	19,6	0,0	42,6	7,8	16,3	1,2	91,7	9.046	5
Silva Jardim	RJ	1,5	16,6	41,5	0,0	18,1	0,3	14,2	6,5	77,9	21.265	3
Silvanópolis	TO	0,0	16,3	31,5	0,0	24,8	4,0	15,0	7,1	82,3	4.725	3
Silveira Martins	RS	0,0	16,5	31,7	0,3	32,9	2,4	14,5	0,3	71,4	2.571	4
Silveiras	SP	3,4	21,9	26,2	0,0	31,7	0,3	15,3	0,6	75,7	5.378	3
Silveirânia	MG	0,0	12,8	21,9	0,0	34,3	0,0	26,7	4,1	88,2	2.138	4
Silves	AM	0,0	18,2	23,6	0,0	30,8	13,5	10,2	3,1	87,7	7.785	5
Silvianópolis	MG	5,5	11,6	23,6	0,3	43,0	0,3	13,8	1,1	66,1	5.855	3
Silvânia	GO	3,5	10,7	36,3	0,1	34,9	0,8	10,5	2,9	68,0	20.339	3
Simolândia	GO	0,3	14,1	33,6	0,3	11,1	1,1	23,1	11,6	89,6	6.219	3
Simonésia	MG	1,4	9,0	14,4	0,0	56,8	3,6	12,2	2,5	84,9	16.875	5
Simplicio Mendes	PI	2,7	12,9	32,6	0,6	24,6	3,2	19,8	2,9	73,5	10.966	3
Simão Dias	SE	1,3	11,6	28,8	0,1	25,1	6,1	21,3	3,1	79,3	36.957	3
Simão Pereira	MG	0,4	19,0	53,0	0,0	13,0	0,0	13,7	1,0	76,1	2.479	2

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Simões	PI	2,0	6,4	17,2	0,1	45,7	7,6	16,4	4,6	85,1	13.621	5
Simões Filho	BA	1,6	21,9	47,5	0,1	2,3	0,1	16,0	9,8	78,0	94.066	2
Sinimbu	RS	2,2	7,4	15,1	0,1	54,2	5,5	14,1	1,4	77,9	10.210	5
Sinop	MT	4,9	23,5	56,8	0,1	7,6	0,2	4,1	2,0	45,2	74.831	2
Siqueira Campos	PR	5,0	14,3	39,1	0,1	20,5	0,2	18,7	1,6	75,7	16.000	1
Sirinhaém	PE	1,0	10,8	30,9	0,0	24,5	0,3	22,5	9,1	85,0	33.046	3
Siriri	SE	1,3	16,7	33,7	0,0	21,3	4,6	15,5	5,2	77,2	6.914	3
Sobradinho	BA	1,9	23,9	30,4	0,3	17,3	0,9	14,8	9,4	68,4	21.325	1
Sobradinho	RS	3,9	19,6	29,7	0,1	24,3	1,0	17,7	3,4	71,2	16.328	1
Sobrado	PB	0,4	6,0	19,5	0,0	40,0	15,7	14,3	3,8	83,2	6.885	5
Sobral	CE	1,7	21,8	46,7	0,1	6,7	2,1	15,0	5,5	67,8	155.276	2
Sobralia	MG	0,6	8,3	29,9	0,0	19,3	0,1	31,8	9,3	90,7	6.284	3
Socorro	SP	4,9	15,7	43,1	0,1	11,5	0,5	14,1	1,8	53,2	32.704	1
Socorro Piauí	PI	0,3	13,9	15,4	0,0	11,8	35,1	16,9	4,7	87,1	4.675	6
Soledade	PB	1,1	14,7	36,3	0,0	10,1	11,9	20,0	5,7	76,8	12.061	3
Soledade	RS	3,6	18,6	44,7	0,0	14,5	1,0	15,2	2,0	69,4	29.727	1
Soledade Minas	MG	0,9	17,9	35,0	0,0	23,6	0,5	19,5	2,4	79,6	5.155	3
Solidão	PE	1,4	8,9	21,2	0,2	7,3	40,3	16,1	4,3	87,5	5.532	6
Solonópole	CE	1,1	14,0	18,4	0,2	30,9	4,6	28,3	2,1	77,6	16.902	3
Solânea	PB	1,2	12,4	21,1	0,0	16,5	12,3	28,9	7,2	78,2	30.658	4
Sombrio	SC	6,6	15,4	50,0	0,0	13,2	0,3	13,1	1,3	65,3	22.962	2
Sonora	MS	4,2	19,2	37,9	0,0	24,9	3,4	6,9	3,5	66,4	9.543	3
Sooretama	ES	2,2	9,9	24,3	0,0	51,3	0,0	8,3	4,1	82,9	18.269	3
Sorocaba	SP	3,3	29,3	44,9	0,1	0,5	0,1	17,5	3,5	43,9	493.468	1
Sorriso	MT	10,4	18,7	47,8	0,0	15,5	0,1	4,9	2,3	41,2	35.605	1
Sossêgo	PB	1,0	12,7	16,4	0,0	13,2	39,3	15,7	1,6	89,2	2.598	6
Soure	PA	4,4	18,3	28,8	0,6	22,3	1,0	15,0	8,2	80,5	19.958	3
Sousa	PB	2,0	20,4	35,0	0,1	13,7	2,3	18,8	6,7	68,9	62.635	1
Souto Soares	BA	1,2	9,7	20,5	0,0	36,3	11,7	13,9	6,5	80,0	14.795	5
Sucupira	TO	1,1	26,5	12,7	0,0	48,3	0,0	4,6	6,8	78,8	1.476	3
Sucupira Norte	MA	0,3	10,4	15,7	0,0	23,4	31,0	14,6	3,2	87,0	10.378	6
Sucupira Riachão	MA	2,9	11,2	25,7	0,0	33,3	9,8	12,5	2,2	84,6	4.287	4
Sud Mennucci	SP	3,3	19,0	40,7	0,1	22,0	0,0	13,1	1,7	70,6	7.365	2
Sul Brasil	SC	0,0	9,5	12,0	0,0	65,6	1,1	11,7	0,0	83,0	3.116	6
Sulina	PR	1,3	9,9	22,4	0,0	50,2	1,9	12,4	0,8	80,0	3.918	5
Sumaré	SP	1,7	23,6	56,5	0,0	1,3	0,0	11,3	4,9	52,6	196.723	2
Sumidouro	RJ	0,9	9,6	19,0	0,1	58,1	1,6	8,9	1,3	73,5	14.176	4
Sumé	PB	1,3	12,9	32,6	0,0	19,1	1,8	29,4	2,7	79,1	15.035	3
Surubim	PE	1,4	17,3	35,0	0,0	10,3	9,5	20,8	3,8	69,3	50.331	1
Sussuapara	PI	0,5	15,0	24,0	0,2	15,6	17,8	20,1	3,4	80,7	5.042	4
Suzano	SP	2,4	25,0	51,4	0,0	2,1	0,1	12,8	5,4	61,8	228.690	2
Suzanópolis	SP	1,7	16,3	25,0	0,0	31,7	0,3	18,4	6,4	74,9	2.790	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Sátiro Dias	BA	0,0	6,2	17,4	0,0	28,9	21,2	21,8	4,2	87,8	17.251	6
S. Benedito	CE	2,9	9,9	29,1	0,0	26,1	6,1	21,2	4,3	80,9	39.894	4
S. Benedito Rio Preto	MA	0,0	10,6	10,8	0,0	21,1	36,7	15,1	3,7	93,0	16.442	6
S. Benedito Sul	PE	0,1	10,1	6,9	0,3	37,2	3,3	30,9	10,3	89,0	10.477	4
S. Bentinho	PB	2,0	14,3	28,2	0,0	15,4	10,8	24,6	4,0	82,1	3.589	3
S. Bento	MA	1,1	13,4	18,1	0,0	37,1	4,6	22,0	3,0	83,3	31.819	5
S. Bento	PB	4,0	9,5	57,3	0,2	9,5	1,5	13,1	3,4	72,2	26.225	2
S. Bento Abade	MG	1,3	16,8	26,7	0,0	43,3	0,0	9,4	1,8	84,0	3.737	3
S. Bento Norte	RN	1,9	14,6	17,2	0,0	32,6	4,8	15,5	11,6	82,7	3.443	4
S. Bento Sapucaí	SP	4,6	15,1	41,2	0,0	20,4	0,9	15,4	1,7	70,7	10.355	1
S. Bento Sul	SC	6,4	24,7	54,4	0,0	2,2	0,5	9,5	1,5	51,3	65.437	2
S. Bento TO	TO	0,0	9,9	24,8	0,4	19,7	7,8	19,2	17,9	87,5	3.738	4
S. Bento Trairi	RN	0,5	15,0	22,6	0,0	13,6	15,1	27,2	6,0	85,5	3.244	4
S. Bento Una	PE	1,7	11,5	24,1	0,0	29,2	8,8	18,0	6,1	79,8	45.585	4
S. Bernardino	SC	0,4	4,0	13,0	0,0	64,6	7,0	8,4	2,6	76,0	3.140	6
S. Bernardo	MA	1,6	11,5	15,3	0,2	18,0	24,6	18,7	8,7	90,2	22.720	6
S. Bernardo Campo	SP	3,8	33,9	44,6	0,1	0,1	0,0	12,2	4,5	39,1	703.177	1
S. Bonifácio	SC	2,2	8,6	35,6	0,0	29,5	2,2	21,1	0,8	77,3	3.218	3
S. Borja	RS	3,4	23,7	37,4	0,1	11,8	0,2	16,6	5,5	74,3	64.869	1
S. Braz Piauí	PI	0,4	10,0	29,1	0,5	39,9	1,3	16,8	1,8	83,3	4.192	4
S. Brás	AL	0,2	15,0	25,7	0,0	27,6	5,9	18,6	6,7	82,4	6.551	4
S. Brás Suaçuí	MG	3,1	13,8	26,7	0,0	19,8	0,8	30,7	4,7	76,0	3.282	3
S. Caetano Odivelas	PA	2,9	17,3	22,5	0,0	36,8	1,5	11,1	3,4	84,9	15.595	4
S. Caetano Sul	SP	8,1	45,3	26,8	0,1	0,0	0,0	17,6	1,4	17,2	140.159	1
S. Caitano	PE	1,1	11,9	31,5	0,1	12,7	14,6	18,3	8,6	76,4	33.426	3
S. Carlos	SC	5,1	14,2	27,4	0,0	38,9	0,7	11,3	0,9	56,4	9.364	4
S. Carlos	SP	4,1	30,8	43,3	0,2	3,4	0,1	14,8	2,0	39,9	192.998	1
S. Carlos Ivaí	PR	6,8	15,7	44,7	0,0	22,8	0,3	8,9	0,9	71,7	5.904	2
S. Cristovão Sul	SC	0,0	7,1	48,8	0,0	15,9	1,2	16,9	3,4	85,6	4.504	3
S. Cristóvão	SE	1,4	27,9	38,4	0,2	4,9	0,5	16,5	8,9	67,4	64.647	2
S. Desidério	BA	0,4	12,6	24,6	0,3	30,6	2,5	17,2	11,8	76,4	19.006	4
S. Domingos	BA	4,0	11,2	27,1	0,0	34,0	0,6	18,6	4,4	78,9	8.618	2
S. Domingos	GO	0,3	10,9	20,0	0,0	27,3	10,0	21,9	6,9	87,7	9.636	5
S. Domingos	SC	3,4	16,1	27,8	0,0	38,1	0,9	11,2	2,1	65,7	9.540	4
S. Domingos	SE	1,0	12,4	30,7	0,0	35,4	4,6	15,1	0,7	81,7	9.260	3
S. Domingos Dores	MG	1,3	6,6	10,1	0,0	69,7	1,2	9,4	1,0	83,4	5.192	4
S. Domingos Pombal	PB	1,8	4,5	19,6	0,0	32,7	11,6	26,4	2,3	82,5	2.498	4
S. Domingos Araguaia	PA	3,2	13,5	23,8	0,0	40,3	0,6	12,7	4,1	81,1	20.005	4
S. Domingos Azeitão	MA	1,0	9,5	25,8	0,0	23,4	24,6	12,6	2,0	86,1	6.289	5
S. Domingos Capim	PA	1,7	12,3	11,8	1,7	7,2	5,1	8,6	3,8	88,5	27.405	5
S. Domingos Cariri	PB	0,0	12,7	24,3	0,0	37,9	6,5	16,2	2,4	71,9	2.189	3
S. Domingos MA	MA	1,1	10,4	20,8	0,0	48,1	5,3	12,4	1,5	77,6	33.049	5

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
S. Domingos Norte	ES	3,9	10,9	20,4	0,0	45,7	3,5	12,5	3,0	78,7	7.687	4
S. Domingos Prata	MG	2,0	12,2	32,8	0,0	23,2	3,3	22,1	3,7	83,1	17.642	3
S. Domingos Sul	RS	2,2	14,7	44,6	0,0	25,7	0,6	6,8	3,1	45,3	2.831	1
S. Felipe	BA	0,3	5,6	22,3	0,4	35,7	8,6	23,1	3,7	74,6	20.228	4
S. Felipe D'Oeste	RO	1,4	9,8	11,3	0,0	65,6	2,1	7,0	2,3	78,4	7.056	5
S. Fernando	RN	1,5	19,4	22,2	0,0	27,5	2,3	23,2	3,9	76,1	3.234	2
S. Fidélis	RJ	2,7	19,8	31,9	0,0	17,9	0,5	24,2	2,4	74,9	36.789	1
S. Francisco	MG	1,5	13,2	25,2	0,1	23,7	5,9	19,2	9,2	91,4	52.553	5
S. Francisco	PB	2,2	12,7	25,9	0,0	27,8	10,4	20,0	0,4	86,6	3.464	4
S. Francisco	SE	0,0	20,5	31,8	0,0	25,3	1,5	17,4	3,4	80,4	2.532	2
S. Francisco	SP	1,2	17,0	20,5	0,0	46,1	0,0	14,9	0,3	74,1	2.863	3
S. Francisco Assis	RS	2,3	15,0	26,7	0,0	27,2	2,3	21,2	4,8	84,3	20.810	4
S. Francisco Assis Pi	PI	0,0	9,6	19,1	0,0	40,1	21,0	9,0	0,7	92,1	3.806	6
S. Francisco Goiás	GO	2,6	15,8	29,4	0,2	33,1	1,2	12,3	3,7	75,0	6.132	3
S. Franc. Itabapoana	RJ	1,3	12,6	31,4	0,2	33,2	0,4	14,8	5,5	88,8	41.475	4
S. Francisco Paula	MG	2,1	8,3	25,6	0,0	47,2	2,0	13,5	1,1	84,3	6.533	3
S. Francisco Paula	RS	1,9	16,5	39,3	0,0	17,7	2,5	17,3	3,1	71,1	19.725	1
S. Francisco Sales	MG	5,3	14,0	27,1	0,0	37,5	0,0	10,2	4,4	72,3	5.274	3
S. Francisco Brejão	MA	5,6	17,2	18,0	0,0	37,5	4,7	9,9	5,7	77,8	7.062	4
S. Francisco Conde	BA	0,7	20,7	40,3	0,3	6,2	1,6	16,3	13,3	80,0	26.282	3
S. Francisco Glória	MG	2,1	7,2	15,7	0,0	48,1	5,2	15,8	1,3	80,0	5.696	4
S. Francisco Guaporé	RO	0,9	11,9	28,6	0,3	51,3	0,6	2,2	1,5	54,9	11.085	4
S. Francisco MA	MA	0,3	8,2	12,7	0,3	16,5	42,6	16,8	2,5	88,3	12.854	6
S. Francisco Oeste	RN	1,3	21,4	29,6	0,0	7,6	15,8	18,4	5,4	83,3	3.480	4
S. Francisco Pará	PA	1,3	11,8	18,6	0,1	37,6	5,6	13,8	5,6	82,8	14.245	5
S. Francisco Piauí	PI	0,0	9,6	15,3	0,2	16,1	29,9	25,5	3,0	87,3	6.442	5
S. Francisco Sul	SC	3,0	23,5	43,4	0,2	4,4	0,5	19,5	3,8	61,5	32.301	2
S. Félix	BA	1,1	13,9	34,3	0,2	16,5	0,6	27,3	5,8	76,9	13.699	3
S. Félix Balsas	MA	1,1	13,7	14,3	0,0	49,4	4,9	12,9	1,6	80,1	5.144	5
S. Félix Minas	MG	0,0	11,3	17,7	0,0	29,2	8,1	18,8	10,7	88,0	3.454	5
S. Félix Araguaia	MT	3,5	24,4	26,7	0,0	22,3	5,3	7,7	9,9	69,8	10.687	4
S. Félix Coribe	BA	1,1	15,7	36,0	0,2	18,0	8,8	14,6	4,1	73,3	11.758	3
S. Félix Piauí	PI	0,0	18,2	29,3	0,0	17,9	10,3	21,2	3,1	78,1	3.397	3
S. Félix TO	TO	1,7	14,5	17,0	0,0	9,5	1,2	14,2	41,9	95,0	1.269	5
S. Félix Xingu	PA	2,2	10,4	19,2	0,1	30,0	8,4	15,0	6,2	69,0	34.621	4
S. Gabriel	BA	1,0	10,7	18,7	0,2	30,1	3,1	19,2	16,7	83,9	18.687	4
S. Gabriel	RS	3,6	23,5	32,5	0,2	12,3	1,5	21,3	4,8	72,7	62.249	1
S. Gabriel Cachoeira	AM	0,9	24,5	11,8	0,4	5,2	14,8	8,7	31,3	79,3	29.947	6
S. Gabriel Palha	ES	5,4	16,6	36,5	0,3	30,3	0,1	9,4	1,1	70,2	26.588	1
S. Gabriel Oeste	MS	12,4	18,1	41,1	0,0	18,0	0,5	6,1	2,7	52,6	16.821	1
S. Geraldo	MG	3,5	11,2	40,6	0,1	15,4	3,1	23,3	2,0	76,2	7.716	3
S. Geraldo Piedade	MG	3,3	8,7	25,4	0,0	24,8	6,5	20,4	10,2	90,9	5.015	5

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
S. Geraldo Araguaia	PA	1,1	13,7	16,2	0,0	44,0	3,3	17,5	3,2	80,1	27.646	5
S. Geraldo Baixo	MG	1,8	7,6	25,8	0,0	39,1	0,7	20,5	3,5	88,0	2.864	4
S. Gonçalo	RJ	1,7	30,2	44,2	0,1	0,5	0,0	17,5	4,7	60,0	891.119	2
S. Gonçalo Abaeté	MG	2,0	18,1	24,1	0,0	37,1	0,1	14,1	3,0	77,5	5.432	3
S. Gonçalo Amarante	CE	0,7	13,4	39,6	0,2	15,0	4,7	17,8	7,6	92,3	35.608	3
S. Gonçalo Amarante	RN	0,5	19,7	48,7	0,1	4,4	0,6	15,7	9,5	82,2	69.435	2
S. Gonçalo Gurguéia	PI	2,2	19,6	10,5	0,0	43,4	6,2	14,1	3,9	81,4	2.322	5
S. Gonçalo Pará	MG	2,1	13,2	49,9	0,0	11,4	0,6	17,5	4,0	75,3	7.969	2
S. Gonçalo Piauí	PI	0,1	22,1	30,0	0,9	15,5	5,7	22,9	2,1	83,0	4.249	3
S. Gonçalo R. Abaixo	MG	1,1	11,3	41,7	0,0	14,8	1,0	25,4	4,4	84,7	8.462	3
S. Gonçalo Rio Preto	MG	0,8	16,4	28,0	0,0	15,5	18,7	13,1	3,9	86,0	2.963	5
S. Gonçalo Sapucaí	MG	2,9	16,2	33,2	0,1	27,8	0,2	15,9	2,5	71,9	22.308	3
S. Gonçalo Campos	BA	1,7	16,9	39,5	0,0	11,6	5,9	20,3	3,8	74,8	27.000	3
S. Gotardo	MG	6,3	15,1	30,1	0,1	37,6	0,1	8,0	2,1	59,8	27.631	1
S. Jerônimo	RS	2,0	22,2	31,2	0,0	15,2	2,6	22,5	4,1	65,7	20.283	1
S. Jerônimo Serra	PR	1,1	12,7	19,8	0,0	46,2	2,8	13,7	3,5	85,1	11.750	5
S. Joaquim	SC	6,5	16,6	27,9	0,1	30,1	1,4	13,8	2,5	74,0	22.836	3
S. Joaquim Barra	SP	4,0	24,2	41,8	0,0	11,2	0,1	14,3	2,9	54,9	41.587	2
S. Joaquim Bicas	MG	1,2	13,1	52,4	0,0	9,2	0,1	18,4	3,9	79,3	18.152	2
S. Joaquim Mte	PE	1,7	7,7	17,4	0,3	27,1	17,9	20,6	7,0	81,0	20.124	5
S. Jorge	RS	0,0	9,8	35,3	0,0	39,4	0,4	13,2	0,0	63,3	2.875	3
S. Jorge d'Oeste	PR	2,2	11,1	34,0	0,0	39,1	1,8	11,2	0,5	74,3	9.307	3
S. Jorge Ivaí	PR	9,5	7,4	30,7	0,3	37,6	0,0	12,5	1,6	66,8	5.590	1
S. Jorge Patrocínio	PR	2,3	12,8	21,9	0,1	48,8	1,5	11,0	0,6	84,5	6.604	5
S. José	SC	4,5	38,1	40,2	0,1	0,4	0,0	14,0	2,1	39,2	173.559	1
S. José Barra	MG	0,8	19,9	36,4	0,0	29,0	0,4	11,1	1,9	66,1	6.053	3
S. José Bela Vista	SP	1,2	13,3	29,6	0,0	40,9	0,4	9,4	2,8	77,4	8.075	3
S. José Boa Vista	PR	1,7	9,8	21,0	0,0	36,4	1,0	25,1	5,1	83,8	6.978	5
S. José Coroa Grande	PE	1,7	12,9	29,9	0,3	12,1	1,2	26,2	14,9	78,7	13.971	3
S. José Lagoa Tapada	PB	1,6	12,1	17,4	0,0	32,2	9,5	24,7	1,8	88,1	7.184	4
S. José Laje	AL	0,8	17,7	21,4	0,0	26,4	1,0	22,7	9,2	82,0	21.071	3
S. José Lapa	MG	1,4	21,3	56,2	0,1	4,7	0,1	11,5	3,7	68,3	15.000	2
S. José Safira	MG	0,0	13,9	46,0	0,0	15,3	3,7	14,1	7,0	92,6	3.894	3
S. José Tapera	AL	0,4	9,6	17,3	0,0	7,4	41,4	17,6	6,0	90,5	28.240	6
S. José Varginha	MG	0,7	11,0	25,6	0,3	45,9	1,3	11,8	1,2	80,4	3.225	4
S. José Vitória	BA	1,0	13,2	18,8	0,0	30,4	0,6	27,0	8,9	82,5	6.210	3
S. José Missões	RS	0,4	13,8	10,3	0,0	55,5	1,2	17,8	1,1	87,2	3.000	6
S. José Palmeiras	PR	1,7	15,3	20,7	0,0	43,3	2,1	14,4	1,2	82,9	4.102	4
S. José Caiana	PB	4,3	11,9	13,0	0,0	55,3	2,3	11,8	0,9	88,6	5.737	5
S. José Espinharas	PB	0,6	12,8	22,7	0,0	22,9	4,6	23,6	11,7	84,6	5.109	3
S. José Mipibu	RN	1,5	17,3	34,8	0,0	15,9	1,7	19,8	8,0	74,0	34.912	3
S. José Piranhas	PB	2,9	11,3	21,1	0,0	25,6	11,9	24,1	2,3	80,2	18.401	4

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
S. José Princesa	PB	0,0	8,9	10,4	0,0	37,4	26,4	16,0	0,6	83,6	4.970	5
S. José Ribamar	MA	1,3	24,2	43,6	0,0	6,8	0,7	12,6	10,5	80,9	107.384	1
S. José Ubá	RJ	1,8	17,0	23,1	0,2	46,6	0,2	9,4	1,8	82,1	6.413	4
S. José Alegre	MG	0,9	18,3	33,3	0,0	28,6	0,0	16,6	0,2	74,2	3.802	3
S. José Barreiro	SP	2,2	12,1	41,9	0,0	24,4	0,0	15,9	3,3	77,7	4.143	3
S. José BelMte	PE	1,0	9,9	18,3	0,0	37,8	4,7	26,9	1,3	82,9	31.652	4
S. José Bonfim	PB	0,6	8,4	20,0	0,0	20,8	21,8	22,9	5,4	86,8	2.838	5
S. José Brejo Cruz	PB	0,8	13,2	37,7	0,0	23,7	3,5	12,6	8,5	84,4	1.532	3
S. José Calçado	ES	2,4	17,9	22,7	0,1	29,4	0,1	24,8	2,6	77,1	10.481	3
S. José Campestre	RN	0,6	11,7	25,5	0,0	17,7	13,6	20,9	8,7	80,1	11.982	5
S. José Cedro	SC	5,2	13,6	28,4	0,0	40,9	3,3	7,0	1,0	65,9	13.678	4
S. José Cerrito	SC	0,9	12,2	17,8	0,0	39,4	6,1	17,7	3,3	85,0	10.393	5
S. José Divino	MG	0,2	8,1	23,8	0,4	36,5	5,9	22,9	0,6	89,5	3.863	4
S. José Divino	PI	1,8	12,6	19,8	0,0	24,0	18,8	20,8	2,2	90,1	4.881	5
S. José Egito	PE	1,2	12,9	31,0	0,4	12,7	15,1	20,6	5,9	75,7	29.468	3
S. José Goiabal	MG	2,2	12,2	30,4	0,0	25,8	0,4	25,4	2,8	86,9	6.009	3
S. José Herval	RS	1,4	17,6	24,9	0,0	27,5	1,6	24,8	1,3	77,0	2.530	3
S. José Hortêncio	RS	4,1	14,5	50,1	0,0	20,7	0,9	9,4	0,2	62,4	3.387	2
S. José Inhacorá	RS	1,7	5,7	20,8	0,0	60,8	4,4	6,0	0,2	83,6	2.402	5
S. José Jacuri	MG	0,1	9,9	17,3	0,0	48,5	1,3	19,9	3,1	86,7	6.789	4
S. José Jacuípe	BA	0,3	12,6	28,5	0,0	30,1	4,8	17,1	6,7	81,9	9.233	3
S. José Mantimento	MG	0,0	17,5	10,4	0,0	13,3	0,0	32,1	20,4	84,7	2.379	4
S. José Norte	RS	2,3	14,1	16,2	0,2	42,2	0,7	18,4	4,9	83,6	23.796	4
S. José Ouro	RS	4,1	19,7	28,9	0,3	22,9	2,2	18,9	1,9	70,8	7.051	1
S. José Peixe	PI	0,0	14,6	16,9	0,0	27,5	10,0	24,6	6,4	85,8	3.825	5
S. José Piauí	PI	0,0	7,5	10,7	0,0	24,1	21,9	24,5	10,6	85,1	6.706	5
S. José Povo	MT	0,3	24,5	18,6	0,0	38,0	2,4	11,6	4,3	73,2	3.056	3
S. José Rio Claro	MT	5,1	20,5	41,4	0,0	22,7	0,6	4,7	3,5	61,1	12.740	1
S. José Rio Pardo	SP	6,5	21,1	41,5	0,4	13,9	0,1	13,8	2,1	53,1	50.077	1
S. José Rio Preto	SP	5,7	33,7	42,4	0,1	1,4	0,0	13,1	2,5	39,5	358.523	1
S. José Sabugi	PB	3,4	12,9	38,0	0,0	16,8	3,5	21,0	3,6	80,1	3.903	2
S. José Seridó	RN	2,1	13,2	27,3	0,0	37,1	2,4	15,5	0,9	58,5	3.777	1
S. José Vale Rio Pret	RJ	3,3	15,7	44,5	0,1	18,7	0,2	12,2	3,2	74,8	19.278	3
S. José Xingu	MT	1,6	22,3	26,2	0,0	27,1	0,2	2,9	14,4	65,5	5.944	3
S. José Ausentes	RS	1,2	7,2	28,2	0,0	50,6	0,0	11,6	0,4	85,0	3.104	3
S. José Basílios	MA	1,0	7,2	13,9	0,0	61,2	0,2	15,3	1,2	89,2	7.432	5
S. José Campos	SP	3,8	32,3	44,1	0,1	0,6	0,1	13,9	4,5	43,9	539.313	1
S. José Cordeiros	PB	0,8	14,7	14,6	0,0	45,8	2,6	18,9	2,6	82,0	4.136	5
S. José Pinhais	PR	3,4	24,6	53,7	0,1	3,3	0,3	9,9	3,3	56,1	204.316	2
S. José Quatro Marcos	MT	1,9	19,8	33,0	0,1	29,8	0,7	9,0	4,3	68,8	19.693	1
S. José Ramos	PB	1,3	8,9	21,1	0,0	43,0	5,2	18,0	2,6	84,8	4.900	4
S. João	PE	0,3	8,0	14,8	0,1	53,9	4,4	17,3	1,2	83,4	19.967	5

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
S. João	PR	3,4	12,9	25,4	0,0	37,3	3,0	15,6	1,9	73,5	11.207	4
S. João Batista	MA	0,0	12,1	8,1	0,2	43,8	8,3	22,6	4,4	93,0	19.497	6
S. João Batista	SC	8,4	18,8	55,3	0,1	4,5	0,6	10,3	1,6	50,6	14.861	2
S. João Batista Glória	MG	4,8	10,8	33,8	0,0	31,6	0,0	12,5	2,7	70,2	6.271	3
S. João Evangelista	MG	1,6	17,3	25,0	0,0	31,3	1,4	18,3	4,8	88,7	15.526	4
S. João Nepomuceno	MG	3,7	18,2	48,6	0,0	8,5	0,6	18,3	1,5	67,7	23.786	2
S. João d'Aliança	GO	5,7	13,1	25,0	0,0	26,7	2,1	19,8	6,5	79,1	6.736	3
S. João Baliza	RR	1,2	30,0	24,5	0,0	20,4	11,4	6,5	5,4	74,5	5.091	4
S. João Barra	RJ	1,3	14,5	40,4	0,3	14,4	0,3	19,3	4,7	77,9	27.682	3
S. João Boa Vista	SP	4,8	27,9	43,5	0,1	6,3	0,0	15,0	1,9	46,3	77.387	1
S. João Canabrava	PI	6,5	9,8	12,5	1,1	6,0	37,5	23,2	2,4	86,3	4.240	6
S. João Fronteira	PI	0,2	10,4	22,0	0,1	14,3	33,4	15,4	3,8	86,7	4.886	6
S. João Lagoa	MG	2,9	7,2	19,2	0,0	41,5	7,8	17,0	4,3	90,4	4.400	5
S. João Mata	MG	0,4	14,3	25,1	0,0	50,4	0,0	9,9	0,0	68,5	2.752	3
S. João Paraúna	GO	6,3	16,7	26,6	0,0	33,3	0,0	15,5	1,5	68,7	2.024	1
S. João Ponta	PA	0,0	11,2	20,7	0,5	17,6	2,6	17,4	19,3	85,2	4.035	5
S. João Ponte	MG	0,4	7,1	14,8	0,2	50,1	3,6	18,5	4,0	93,3	26.028	5
S. João Serra	PI	0,5	9,7	16,1	0,0	30,2	18,2	19,4	5,8	90,4	6.675	5
S. João Urtiga	RS	1,6	13,1	16,6	0,0	52,7	1,9	13,6	0,5	79,1	4.929	5
S. João Varjota	PI	0,0	9,6	18,7	0,3	35,8	20,6	12,4	2,4	88,0	4.375	5
S. João Duas Pontes	SP	5,9	20,1	27,6	0,0	28,2	0,6	14,6	1,5	77,3	2.660	3
S. João Missões	MG	0,5	9,5	14,3	0,3	25,3	29,3	12,8	7,6	96,7	10.473	6
S. João Iracema	SP	3,9	19,4	30,4	0,0	29,9	1,0	13,5	1,8	81,2	1.671	3
S. João Meriti	RJ	1,6	27,3	47,3	0,1	0,1	0,0	17,2	5,8	64,9	449.476	2
S. João Pirabas	PA	1,1	12,9	23,6	0,0	22,5	9,9	15,8	13,5	87,7	17.484	5
S. João del Rei	MG	3,6	26,1	38,4	0,2	4,7	0,1	23,8	2,2	64,4	78.616	1
S. João Araguaia	PA	1,1	9,5	15,2	0,0	38,2	11,3	13,4	9,3	90,3	12.247	5
S. João Arraial	PI	0,7	11,3	24,5	0,0	44,1	8,9	8,8	0,4	86,2	5.734	5
S. João Caiuá	PR	2,3	14,7	23,7	0,0	43,4	0,0	11,6	4,3	82,3	6.091	3
S. João Cariri	PB	0,0	17,6	22,7	0,0	30,5	0,6	25,0	2,3	74,5	4.703	3
S. João Carú	MA	1,3	7,1	11,7	0,0	49,4	14,2	9,1	6,1	88,7	13.495	6
S. João Itaperiú	SC	4,9	8,4	29,9	0,0	45,1	0,6	9,7	0,6	65,2	3.161	3
S. João Ivaí	PR	3,2	13,5	25,8	0,0	36,6	0,5	14,6	4,0	77,3	13.196	3
S. João Jaguaribe	CE	1,0	9,1	22,9	0,0	25,8	4,6	33,8	2,2	70,8	8.650	3
S. João Manhuaçu	MG	2,9	9,4	20,9	0,9	54,7	0,0	9,5	0,6	83,3	8.716	4
S. João Manteninha	MG	1,1	14,3	26,3	1,8	21,1	1,7	20,3	5,9	79,6	4.406	3
S. João Oeste	SC	1,7	10,1	14,0	0,0	63,7	1,1	9,3	0,2	77,1	5.789	5
S. João Oriente	MG	2,0	12,0	26,1	0,0	31,1	1,1	23,5	3,8	83,1	8.492	3
S. João Pacuí	MG	0,5	6,0	19,0	0,0	41,5	2,4	23,9	6,4	95,6	3.664	5
S. João Paraíso	MA	1,3	12,4	16,3	0,3	21,5	14,5	14,2	4,9	79,8	10.365	5
S. João Paraíso	MG	0,8	12,3	27,3	0,0	31,1	6,0	14,6	4,1	92,5	21.010	5
S. João Pau d'Alho	SP	0,5	22,9	26,7	0,0	22,6	0,6	24,7	2,1	79,6	2.180	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
S. João Piauí	PI	2,0	17,2	31,2	0,4	16,9	11,8	15,0	4,6	75,2	17.670	4
S. João Polêsine	RS	2,9	17,1	27,3	0,7	34,0	4,5	11,4	1,9	55,8	2.745	4
S. João Rio Peixe	PB	0,3	14,6	18,9	0,0	23,8	8,9	29,9	3,5	82,4	17.661	4
S. João Sabugi	RN	0,2	20,9	24,2	0,0	17,5	10,7	20,1	6,3	67,3	5.698	3
S. João Soter	MA	0,4	8,1	8,6	0,3	57,2	4,7	19,2	1,1	90,1	14.834	6
S. João Sul	SC	3,0	10,4	21,7	0,0	50,8	2,1	10,8	0,8	77,4	6.784	4
S. João Tigre	PB	0,0	8,8	24,5	0,0	51,6	2,7	9,6	2,4	87,4	4.481	5
S. João Triunfo	PR	1,7	7,3	14,9	0,0	59,7	3,0	12,1	1,1	87,2	12.479	5
S. João Patos	MA	0,5	14,5	38,2	1,0	11,5	11,0	17,3	4,4	73,4	23.182	3
S. Julião	PI	1,5	12,3	20,6	0,7	20,2	6,4	23,5	13,3	80,8	5.700	4
S. Leopoldo	RS	4,5	27,7	48,5	0,1	0,3	0,1	15,5	3,0	54,9	193.547	1
S. Lourenço	MG	5,2	23,8	47,7	0,1	2,0	0,0	17,6	3,1	58,3	36.927	1
S. Lourenço Mata	PE	1,0	18,9	43,3	0,2	3,2	0,7	23,6	8,6	81,1	90.402	3
S. Lourenço Serra	SP	1,0	20,2	54,0	0,0	3,3	0,0	11,4	7,5	69,7	12.199	2
S. Lourenço Oeste	SC	3,2	14,6	43,4	0,1	26,9	2,5	8,4	0,6	62,6	19.647	1
S. Lourenço Piauí	PI	0,2	8,6	19,0	0,0	48,8	2,6	18,7	2,1	87,3	4.274	5
S. Lourenço Sul	RS	3,6	15,6	26,2	0,1	33,9	2,4	15,4	2,3	71,5	43.691	4
S. Ludgero	SC	5,3	16,7	53,0	0,0	14,1	1,0	8,6	1,1	58,6	8.587	2
S. Luis Piauí	PI	0,0	8,3	14,5	0,0	5,4	28,8	31,4	11,0	83,0	2.488	5
S. Luiz	RR	0,6	26,2	31,3	0,0	18,9	4,2	8,1	9,5	76,1	5.311	4
S. Luiz Gonzaga	RS	3,0	21,9	34,4	0,3	15,9	1,2	19,0	2,8	69,1	39.553	1
S. Luís	MA	2,2	34,0	40,6	0,2	1,1	0,3	14,2	6,6	66,0	870.028	1
S. Luís Gonzaga MA	MA	0,1	9,0	9,9	0,0	33,0	27,1	17,7	3,0	89,3	23.230	6
S. Luís Mtes Belos	GO	5,0	21,7	38,3	0,0	13,5	0,0	17,3	3,5	66,3	26.383	1
S. Luís Curu	CE	0,6	20,3	29,6	0,2	16,7	4,3	21,8	5,7	79,7	11.497	3
S. Luís Paraitinga	SP	3,1	14,9	39,7	0,1	19,0	1,1	16,9	2,8	69,2	10.429	1
S. Luís Quitunde	AL	0,4	12,4	26,4	0,0	29,4	1,2	20,1	10,0	84,1	29.543	3
S. Luíz Norte	GO	2,0	19,0	27,6	0,0	33,6	0,0	12,2	3,2	79,0	4.089	3
S. Mamede	PB	0,6	14,4	32,4	0,1	15,1	4,6	25,1	6,9	76,8	8.018	3
S. Manoel Paraná	PR	0,6	12,7	31,5	0,0	45,3	0,0	5,7	4,2	75,0	2.072	3
S. Manuel	SP	4,3	18,1	42,8	0,0	17,5	0,1	14,0	2,1	58,0	36.545	2
S. Marcos	RS	5,4	16,7	53,3	0,1	12,8	0,0	10,0	1,0	45,3	18.958	2
S. Martinho	RS	4,2	10,3	28,1	0,1	38,5	2,3	13,1	2,4	66,6	6.321	4
S. Martinho	SC	3,0	11,6	20,1	0,0	53,4	4,2	6,6	0,6	62,2	3.274	5
S. Martinho Serra	RS	1,1	12,2	14,5	0,4	40,5	3,0	24,8	2,6	85,9	3.246	5
S. Mateus	ES	2,9	18,4	36,3	0,3	24,2	0,7	11,3	4,8	73,6	90.460	3
S. Mateus MA	MA	1,0	12,9	32,6	0,1	21,2	7,9	16,6	7,5	81,7	34.859	4
S. Mateus Sul	PR	1,5	16,1	31,1	0,2	28,1	2,3	16,0	3,8	73,4	36.569	3
S. Miguel	RN	0,6	12,9	20,5	0,3	3,5	30,4	24,3	6,7	81,9	20.124	5
S. Miguel Arcanjo	SP	2,0	14,5	34,3	0,1	34,8	0,4	9,2	3,4	71,1	30.798	3
S. Miguel Baixa Gde	PI	0,0	9,3	29,0	0,0	35,8	0,0	25,5	0,4	87,7	2.030	3
S. Miguel Boa Vista	SC	0,0	5,7	11,0	0,0	60,2	2,9	19,5	0,6	86,7	2.018	6

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
S. Miguel Matas	BA	1,4	7,9	19,3	0,0	49,0	4,1	15,9	1,6	71,4	10.020	4
S. Miguel Missões	RS	3,7	9,8	17,8	0,0	47,3	5,3	13,6	2,1	80,2	7.682	5
S. Miguel Taipu	PB	0,3	9,6	19,3	0,0	50,8	2,7	15,9	1,1	87,5	6.086	4
S. Miguel Touros	RN	2,8	9,5	18,9	0,2	32,1	22,1	11,8	1,9	87,1	7.580	6
S. Miguel Aleixo	SE	0,4	16,8	16,0	0,0	37,3	9,6	16,5	2,7	85,8	3.447	5
S. Miguel Anta	MG	1,7	10,6	18,5	0,0	44,9	0,7	16,7	5,1	83,2	6.641	4
S. Miguel Araguaia	GO	4,4	18,8	37,0	0,0	23,2	0,8	8,5	6,5	69,3	22.793	1
S. Miguel Fidalgo	PI	0,0	8,1	6,7	0,0	18,6	25,9	26,8	13,8	95,2	2.991	6
S. Miguel Guamá	PA	2,6	11,6	38,6	0,1	23,3	3,7	9,7	4,6	81,3	41.366	3
S. Miguel Guaporé	RO	1,4	9,2	15,4	0,0	60,1	6,8	5,1	2,1	72,8	23.874	5
S. Miguel Iguaçu	PR	4,9	16,4	35,7	0,2	25,0	0,6	11,1	5,3	69,1	24.432	1
S. Miguel Oeste	SC	6,7	26,9	39,8	0,2	12,0	1,2	10,9	1,3	57,6	32.324	1
S. Miguel Passa 4	GO	8,9	13,9	19,3	0,0	49,7	0,0	6,3	1,9	67,4	3.481	4
S. Miguel Tapuio	PI	0,6	7,0	17,3	0,0	44,7	6,0	20,0	3,8	87,3	18.808	5
S. Miguel TO	TO	0,5	12,1	25,8	0,0	11,4	28,8	15,3	4,5	93,9	8.486	6
S. Miguel Campos	AL	1,6	19,8	35,7	0,2	16,0	0,2	16,9	9,0	72,8	51.456	2
S. Miguel Milagres	AL	0,4	18,1	21,1	0,0	19,3	2,7	18,0	14,1	80,7	5.860	3
S. Nicolau	RS	3,1	12,2	19,6	0,0	33,6	4,3	23,9	3,1	89,7	6.406	5
S. Patrício	GO	2,5	12,9	20,9	0,0	33,2	2,3	19,8	4,8	81,0	1.835	3
S. Paulo	SP	4,2	37,2	40,5	0,1	0,1	0,0	12,3	4,4	40,1	10.435.546	1
S. Paulo Missões	RS	1,8	7,3	13,7	0,1	59,2	1,8	14,6	0,7	84,5	7.187	5
S. Paulo Olivença	AM	0,4	6,2	6,1	0,0	28,1	42,7	6,8	3,2	91,9	23.113	6
S. Paulo Potengi	RN	1,8	11,3	35,3	0,1	13,5	5,8	21,2	9,1	75,4	13.822	3
S. Pedro	RN	0,9	12,6	29,1	0,0	13,8	12,8	20,4	10,4	82,6	6.776	4
S. Pedro	SP	3,4	19,5	51,6	0,6	7,0	0,3	14,7	2,3	52,5	27.897	2
S. Pedro Aldeia	RJ	2,2	22,9	51,1	0,1	2,5	0,2	15,9	4,7	65,6	63.227	2
S. Pedro Cipa	MT	0,0	16,4	28,5	0,0	39,5	1,5	10,4	3,8	63,2	3.495	2
S. Pedro Serra	RS	3,7	15,4	47,6	0,0	22,9	0,6	6,1	0,3	61,4	2.843	2
S. Pedro União	MG	1,2	14,6	16,3	0,0	57,5	0,5	8,9	0,2	67,7	5.618	3
S. Pedro Água Branca	MA	2,7	16,1	19,0	0,0	44,9	0,3	14,4	2,1	80,2	10.927	3
S. Pedro Alcântara	SC	0,0	19,9	45,5	0,0	4,4	9,6	17,0	1,1	55,3	3.584	2
S. Pedro Butiá	RS	3,3	12,0	24,8	0,0	50,6	1,8	5,4	0,0	69,2	2.862	4
S. Pedro Iguaçu	PR	0,7	10,4	25,8	0,0	44,2	3,0	13,2	2,7	82,1	7.277	4
S. Pedro Ivaí	PR	3,5	12,7	35,9	0,3	33,0	0,3	10,4	3,2	78,2	9.473	3
S. Pedro Paraná	PR	0,6	12,6	27,5	1,2	37,4	0,2	17,4	2,1	80,2	2.738	3
S. Pedro Piauí	PI	0,9	18,4	25,4	0,0	26,3	3,0	23,4	2,4	82,3	12.510	3
S. Pedro Suaçuí	MG	0,0	11,2	19,6	0,3	32,6	10,1	24,1	2,2	90,5	6.081	5
S. Pedro Sul	RS	2,9	17,9	29,4	0,0	23,2	2,5	22,3	0,9	75,0	16.989	3
S. Pedro Turvo	SP	2,4	14,0	25,1	0,0	41,8	0,4	14,6	1,5	74,7	6.888	3
S. Pedro Crentes	MA	0,0	9,2	19,2	0,0	20,5	25,7	18,7	5,5	87,9	4.197	6
S. Pedro Ferros	MG	2,3	17,1	26,1	0,0	29,5	0,7	20,5	3,7	81,1	9.239	3
S. Rafael	RN	0,5	8,4	20,8	0,2	27,9	6,6	26,2	8,6	75,6	8.201	4

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
S. Raimundo Nonato	PI	3,2	17,3	37,3	0,0	24,5	2,3	12,0	2,7	69,7	26.890	1
S. Raim. Mangabeiras	MA	0,8	14,3	25,0	0,0	16,2	15,7	18,0	9,2	81,5	14.870	5
S. Raim. Doca Bezerra	MA	0,5	15,6	12,3	0,0	31,7	3,8	11,4	0,7	88,5	6.671	5
S. Roberto	MA	0,0	16,5	13,5	0,0	26,5	23,0	12,5	6,4	93,1	4.400	6
S. Romão	MG	0,0	19,3	24,0	0,0	22,7	10,1	18,8	4,6	87,9	7.783	5
S. Roque	SP	3,0	22,4	50,6	0,2	2,7	0,1	14,6	3,6	51,5	66.637	2
S. Roque Minas	MG	3,1	13,9	23,7	0,0	46,5	0,2	7,3	5,0	63,4	6.325	3
S. Roque Canaã	ES	2,0	9,5	29,7	0,0	47,8	1,0	8,1	1,3	73,9	10.395	3
S. Salvador TO	TO	2,6	14,2	20,8	0,0	49,0	1,3	6,7	5,5	89,5	2.740	4
S. Sebast.	AL	1,0	8,4	16,7	0,0	38,0	11,0	16,7	7,5	85,6	29.124	5
S. Sebast.	SP	3,7	21,2	57,2	0,0	1,5	0,1	11,3	3,8	53,2	58.038	2
S. Sebast. Amoreira	PR	2,6	15,0	27,5	0,1	32,6	0,5	15,8	5,5	80,6	8.548	3
S. Sebast. Bela Vista	MG	2,0	16,2	33,7	0,0	35,4	0,0	10,7	2,0	74,6	4.311	2
S. Sebast. Boa Vista	PA	1,9	18,3	38,0	0,2	17,6	2,8	13,3	5,5	88,6	17.664	3
S. Sebast. Grama	SP	4,2	17,6	25,0	0,0	42,3	0,0	9,9	1,0	70,3	12.454	3
S. Seb. Vargem Aleg	MG	0,6	13,7	18,1	0,0	52,6	0,0	11,6	3,4	88,4	2.632	4
S. Sebast. Lagoa Ro	PB	0,4	13,7	25,9	0,0	18,8	19,9	16,3	4,8	79,4	10.055	5
S. Sebast. Alto	RJ	0,2	17,2	25,4	0,0	33,6	0,3	16,8	1,9	78,3	8.402	3
S. Sebast. Anta	MG	0,6	8,2	15,2	0,0	47,0	0,8	18,9	4,8	87,8	4.779	4
S. Sebast. Caí	RS	4,0	23,0	44,5	0,0	7,3	0,4	17,9	1,4	60,1	19.700	2
S. Sebast. MA	MG	3,0	6,8	14,9	0,1	44,2	10,8	16,8	3,0	93,4	11.604	5
S. Sebast. Oeste	MG	0,0	12,6	31,1	0,0	41,2	1,2	10,1	1,0	77,9	4.656	3
S. Sebast. Paraíso	MG	4,5	21,3	38,7	0,0	20,6	0,2	12,6	1,5	57,1	58.335	2
S. Sebast. Passé	BA	0,9	15,0	41,5	0,0	8,4	1,7	22,2	8,5	69,4	39.960	2
S. Sebast. Rio Preto	MG	0,7	17,4	28,0	0,0	19,7	0,0	31,2	3,1	78,2	1.779	2
S. Sebast. Rio Verde	MG	1,5	19,4	17,5	0,0	32,5	0,0	26,3	2,7	68,7	1.976	4
S. Sebast. TO	TO	0,5	20,2	20,5	0,0	10,7	26,8	11,3	6,3	94,0	3.669	5
S. Sebast. Uatumã	AM	0,2	15,3	20,6	0,0	36,8	11,2	8,3	6,9	85,8	7.414	6
S. Sebast. Umbuzeiro	PB	0,0	13,7	29,0	0,0	33,6	2,0	19,2	2,6	75,0	2.894	3
S. Sepé	RS	3,5	17,3	34,0	0,0	19,0	0,8	20,0	4,8	73,8	24.621	3
S. Simão	GO	3,9	23,1	39,4	0,2	11,1	0,4	15,5	6,0	67,8	13.552	1
S. Simão	SP	1,2	22,0	38,8	0,0	14,5	0,2	18,5	3,6	58,3	13.675	1
S. Thomé Letras	MG	3,2	13,6	47,0	0,5	18,2	0,1	13,1	2,6	75,4	6.204	3
S. Tiago	MG	3,5	11,3	33,1	0,0	33,4	0,3	16,2	2,0	82,4	10.245	3
S. Tomás Aquino	MG	1,2	11,7	21,5	0,0	55,0	0,0	8,6	1,8	71,0	7.303	3
S. Tomé	PR	1,6	12,9	33,3	0,0	38,3	0,1	11,6	2,2	84,1	5.045	3
S. Tomé	RN	0,1	12,0	26,8	0,0	8,7	23,5	20,7	7,8	80,3	10.798	5
S. Valentim	RS	3,2	9,9	21,1	0,2	48,9	3,1	11,8	0,8	76,7	4.109	5
S. Valentim Sul	RS	4,2	14,9	15,9	0,0	41,6	10,4	11,4	0,3	50,2	2.140	4
S. Valério Natividade	TO	1,7	16,0	27,2	0,2	29,0	9,3	10,8	4,0	82,1	5.054	4
S. Valério Sul	RS	2,4	16,2	28,4	1,6	34,7	5,4	10,5	0,7	84,6	2.625	5
S. Vendelino	RS	0,8	11,7	49,1	0,0	18,9	0,0	17,5	0,0	47,4	1.682	2

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
S. Vicente	RN	0,2	16,3	20,6	0,0	14,9	20,6	21,1	5,5	80,7	5.633	4
S. Vicente	SP	2,3	27,5	44,9	0,2	0,4	0,0	17,7	6,1	52,0	303.551	2
S. Vicente Ferrer	MA	0,3	14,5	11,3	0,9	27,6	16,3	14,8	1,3	87,3	18.406	6
S. Vicente Ferrer	PE	1,1	10,5	25,8	0,3	31,8	1,2	21,3	7,5	80,6	16.004	3
S. Vicente Minas	MG	2,8	18,0	37,3	0,0	16,9	0,2	20,2	4,4	77,5	6.163	3
S. Vicente Sul	RS	2,6	16,3	27,5	0,0	26,9	3,9	19,8	2,9	75,2	8.336	3
Sério	RS	3,6	8,3	19,3	0,0	54,9	5,9	8,0	0,0	78,4	2.706	5
Sítio Novo	MA	0,6	11,8	12,6	0,3	31,3	20,4	18,4	4,2	79,3	15.114	5
Sítio Novo	RN	0,0	12,6	19,0	0,4	4,6	30,7	24,3	8,3	88,4	4.448	5
Sítio Novo TO	TO	0,3	21,1	17,7	0,2	12,2	26,1	15,7	6,6	91,0	9.488	6
Sítio d'Abadia	GO	4,4	11,0	21,1	0,0	33,0	9,1	14,7	4,2	86,5	2.681	5
Sítio Mato	BA	0,3	7,9	18,0	0,0	30,4	22,4	12,8	7,9	88,4	11.752	6
Sítio Quinto	BA	0,6	8,2	6,5	0,0	51,6	13,5	18,3	1,3	82,1	17.031	5
Tabaporã	MT	4,3	10,5	35,7	0,0	43,1	0,2	3,9	2,0	71,5	10.842	3
Tabapuã	SP	3,0	14,3	33,7	0,0	33,1	0,1	12,8	2,6	70,3	10.493	2
Tabatinga	AM	0,7	25,0	27,4	0,0	21,8	4,9	11,2	7,3	72,1	37.919	4
Tabatinga	SP	4,5	12,0	26,7	0,1	41,8	0,3	11,1	1,9	69,6	12.990	3
Tabaí	RS	1,8	13,0	38,6	0,0	25,6	3,4	15,7	0,5	72,7	3.563	3
Tabira	PE	0,6	10,2	29,6	0,0	12,7	21,9	20,0	4,7	77,5	24.065	5
Tabocas Brejo Velho	BA	0,3	10,3	17,6	0,2	26,0	21,1	18,3	5,4	80,5	12.619	5
Taboleiro Grande	RN	1,5	12,7	29,7	0,0	31,5	7,9	10,5	6,3	75,4	2.029	3
Taboão Serra	SP	2,4	34,0	48,6	0,1	0,5	0,0	7,8	5,8	48,7	197.644	2
Tabuleiro	MG	2,3	8,8	34,4	0,3	27,2	2,7	19,0	4,5	87,5	4.572	3
Tabuleiro Norte	CE	0,9	14,6	29,2	0,2	24,2	3,7	22,7	3,7	67,9	27.098	3
Tacaimbó	PE	0,4	8,3	21,2	0,0	27,2	18,0	20,5	3,6	82,2	13.207	5
Tacaratu	PE	0,8	9,5	34,1	0,0	10,9	18,2	17,9	8,5	83,2	17.096	5
Taciba	SP	5,4	14,6	32,0	0,6	26,5	0,7	14,5	5,3	74,2	5.221	3
Tacuru	MS	0,6	13,0	19,7	0,0	45,2	5,1	12,2	3,9	84,3	8.717	3
Taguatinga	TO	1,4	14,7	28,3	0,0	23,3	4,0	17,9	10,0	78,6	13.169	3
Taguai	SP	3,3	12,8	40,7	0,0	28,7	0,0	12,5	1,4	71,9	7.468	3
Taiacu	SP	4,0	12,6	21,9	0,0	47,1	0,0	11,6	2,4	70,7	5.619	3
Tailândia	PA	2,3	13,3	43,4	0,3	18,9	2,2	8,1	9,9	73,8	38.435	3
Taiobeiras	MG	3,6	14,3	38,3	0,1	19,7	4,0	15,2	4,4	87,1	27.347	3
Taipas TO	TO	0,0	19,5	27,8	0,0	10,4	24,5	16,9	0,2	88,0	1.713	5
Taipu	RN	0,1	13,2	26,1	0,0	23,1	1,4	22,1	14,1	86,8	11.531	3
Taió	SC	4,1	16,7	37,8	0,0	23,4	1,5	12,4	2,2	59,4	16.257	1
Taiúva	SP	6,0	18,9	32,7	0,0	28,8	0,0	12,2	1,6	60,2	5.506	1
Talismã	TO	1,1	16,9	27,7	0,0	27,0	2,2	6,5	17,2	82,5	2.306	3
Tamandaré	PE	1,2	9,8	30,6	0,5	11,4	6,6	23,7	14,0	81,1	17.281	3
Tamarana	PR	2,5	12,4	33,0	0,0	31,7	5,1	9,5	4,9	81,6	9.713	4
Tambaú	SP	4,7	19,8	49,5	0,2	13,3	0,1	9,8	2,0	63,1	22.258	2
Tamboara	PR	1,1	20,4	21,8	0,0	33,6	0,2	20,5	1,9	74,1	4.255	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Tamboril	CE	0,4	8,1	20,1	0,0	16,2	23,3	28,8	2,7	87,7	25.973	5
Tamboril Piauí	PI	0,0	18,1	18,2	0,0	45,8	2,9	14,6	0,4	82,1	2.413	5
Tanabi	SP	4,3	21,7	38,3	0,1	17,1	0,4	14,8	2,5	61,5	22.587	1
Tangará	RN	0,3	13,0	27,3	0,1	13,8	12,5	22,7	10,2	82,1	12.118	4
Tangará	SC	3,4	11,3	33,1	0,0	39,6	0,6	9,1	2,5	64,2	8.754	4
Tangará Serra	MT	4,6	24,9	41,7	0,2	15,4	2,0	6,7	3,4	52,6	58.840	1
Tanguá	RJ	1,4	19,4	48,3	0,1	3,9	0,1	18,7	6,4	77,9	26.057	2
Tanhaçu	BA	0,9	9,5	21,3	0,0	45,6	1,8	18,0	2,3	74,7	20.559	3
Tanque Novo	BA	0,5	5,7	28,8	0,1	28,8	15,3	14,0	6,2	79,3	15.771	5
Tanque d'Arca	AL	0,2	8,0	14,7	0,0	22,1	12,6	24,0	12,3	84,9	6.594	5
Tanque Piauí	PI	0,0	16,2	13,0	0,0	35,2	20,3	13,8	1,6	88,5	2.318	6
Tanquinho	BA	1,2	12,8	29,1	0,0	12,9	5,8	21,9	14,7	77,2	7.460	3
Taparuba	MG	2,3	10,0	22,0	0,0	39,1	1,7	21,6	2,3	88,3	3.225	3
Tapauá	AM	0,9	8,8	17,0	0,0	27,0	16,1	8,7	11,9	92,9	20.595	6
Tapejara	PR	4,1	16,6	37,5	0,0	30,5	0,0	9,3	1,9	79,9	13.120	2
Tapejara	RS	6,2	17,8	38,7	0,1	23,8	1,0	11,3	1,1	66,0	15.115	1
Tapera	RS	4,2	18,2	40,4	0,2	17,6	0,4	17,2	1,5	63,6	10.564	1
Taperoá	BA	0,0	11,3	15,3	0,0	53,0	0,6	10,7	7,7	84,5	15.933	5
Taperoá	PB	0,3	14,5	22,1	0,1	11,4	19,5	23,9	7,5	82,4	13.299	5
Tapes	RS	5,4	17,6	40,3	0,2	13,3	0,6	17,9	3,8	71,0	16.291	1
Tapira	MG	0,0	14,1	34,1	0,0	43,0	0,0	7,1	1,7	61,9	3.327	3
Tapira	PR	5,3	11,6	23,3	0,2	39,8	1,0	15,5	3,3	79,5	6.282	4
Tapiramutá	BA	2,7	11,7	20,2	0,1	45,9	0,4	13,1	4,0	82,9	17.061	3
Tapiratiba	SP	2,0	13,6	42,9	0,1	22,0	0,1	17,4	1,5	64,5	12.942	2
Tapirai	MG	2,4	17,7	15,8	0,0	49,3	2,4	10,9	0,9	77,7	1.900	4
Tapirai	SP	1,8	16,2	45,8	0,1	17,1	0,8	10,8	4,7	73,4	8.570	3
Tapurah	MT	6,2	13,5	32,4	0,1	24,2	6,9	6,3	8,2	56,4	11.561	1
Taquara	RS	5,2	22,2	49,2	0,1	4,1	1,4	14,5	2,6	56,3	52.825	2
Taquaral	SP	2,4	18,4	26,2	0,0	38,8	0,0	12,9	1,4	71,5	2.722	2
Taquaral Goiás	GO	2,5	15,5	25,7	1,0	14,7	0,4	24,0	8,6	80,2	3.587	3
Taquarana	AL	0,4	6,3	16,9	0,0	33,2	8,3	22,4	11,4	85,2	17.046	5
Taquaraçu Minas	MG	0,9	9,0	29,1	0,4	36,1	0,4	12,7	4,2	82,8	3.529	3
Taquari	RS	2,5	20,2	44,8	0,3	10,0	1,0	17,9	2,4	61,3	25.887	2
Taquaritinga	SP	3,1	20,8	37,7	0,0	19,8	0,0	12,5	5,2	61,6	52.065	1
Taquaritinga Norte	PE	2,4	14,7	38,5	0,0	21,0	2,2	15,5	3,1	63,4	19.757	2
Taquarituba	SP	4,6	16,1	37,1	0,0	23,2	0,6	14,8	3,2	74,0	21.982	1
Taquarivaí	SP	0,7	15,6	39,3	0,0	31,7	0,2	7,7	4,8	87,8	4.473	3
Taquarussu	MS	0,0	20,7	20,6	0,0	42,5	0,0	12,5	3,1	78,3	3.493	3
Taquaruçu Sul	RS	0,7	14,4	10,3	0,0	58,9	6,0	9,1	0,6	79,6	2.921	5
Tarabai	SP	0,7	16,2	47,2	0,0	16,5	0,4	14,6	3,2	82,4	5.786	2
Tarauacá	AC	2,6	16,3	22,0	0,1	20,1	15,1	15,0	6,2	85,3	26.037	5
Tarrafas	CE	0,9	8,0	14,7	0,0	1,2	40,6	21,5	13,1	88,2	9.213	6

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Tartarugalzinho	AP	0,7	20,4	27,4	0,0	25,3	4,2	7,2	13,8	83,7	7.121	5
Tarumirim	MG	1,7	11,6	18,3	0,5	28,6	7,2	26,2	4,8	88,7	14.488	5
Tarumã	SP	3,3	12,4	37,1	0,0	30,3	0,1	11,8	4,8	70,2	10.743	2
Tasso Fragoso	MA	0,8	12,7	23,7	0,0	41,1	3,8	13,5	1,6	82,0	6.393	5
Tatuí	SP	4,5	21,6	46,6	0,0	4,7	0,0	18,8	3,0	54,7	93.430	2
Taubaté	SP	3,7	30,0	42,6	0,1	1,4	0,0	17,5	4,1	44,2	244.165	1
Tauá	CE	2,1	11,7	21,9	0,0	33,5	7,7	21,4	1,4	76,7	51.948	4
Tavares	PB	0,4	8,2	18,2	0,0	43,8	7,6	19,8	2,1	87,1	13.584	5
Tavares	RS	1,4	10,5	17,1	0,0	54,8	1,2	11,9	2,2	81,3	5.342	5
Tefé	AM	0,8	18,4	27,8	0,1	30,7	3,6	9,7	8,1	78,5	64.457	4
Teixeira	PB	2,7	14,9	31,3	0,0	9,5	19,2	17,6	3,5	80,6	11.953	4
Teixeira Soares	PR	1,3	15,8	25,9	0,0	35,0	2,2	16,3	2,7	77,6	8.192	4
Teixeira Freitas	BA	3,9	24,1	39,3	0,1	11,9	0,2	13,3	6,5	59,0	107.486	2
Teixeiras	MG	2,9	14,9	29,5	0,0	23,5	2,0	22,4	4,7	81,6	11.149	3
Teixeirópolis	RO	1,5	6,8	17,8	0,0	61,1	3,3	7,5	1,9	75,5	5.618	5
Tejupá	SP	2,7	6,9	15,4	0,0	63,7	0,1	9,7	1,5	85,4	5.336	4
Tejuçuoca	CE	1,1	9,0	27,1	0,2	9,4	19,6	20,4	12,6	89,6	13.519	5
Telha	SE	0,5	14,3	28,0	0,0	29,5	0,0	15,0	12,7	88,5	2.638	3
Telêmaco Borba	PR	3,1	18,3	51,5	0,1	4,0	0,2	18,6	3,4	66,3	61.238	2
Ten. Ananias	RN	0,2	9,8	24,3	0,0	6,7	21,8	23,8	12,8	86,0	8.875	5
Ten. Laurentino Cruz	RN	0,9	19,0	25,3	0,4	30,1	4,1	17,7	2,6	77,7	4.412	3
Ten. Portela	RS	2,7	15,2	28,6	0,0	33,0	3,9	14,6	1,7	79,1	14.343	4
Tenório	PB	0,0	13,3	45,4	0,0	13,6	0,0	19,7	6,6	79,5	2.473	2
Teodoro Sampaio	BA	1,3	15,0	23,5	0,1	18,2	9,4	25,1	6,9	81,9	8.884	3
Teodoro Sampaio	SP	2,3	18,5	32,6	0,0	20,4	0,6	17,3	7,9	78,3	20.003	3
Teofilândia	BA	1,5	9,8	30,5	0,2	9,4	12,8	27,1	8,6	83,0	20.432	4
Teolândia	BA	0,5	8,1	13,6	0,0	45,9	1,7	16,5	11,2	85,5	13.141	5
Teotônio Vilela	AL	1,2	10,5	30,5	0,0	26,4	2,4	13,8	14,9	85,2	36.881	3
Terenos	MS	1,8	15,3	30,7	0,1	33,6	2,4	9,8	5,8	73,4	11.662	3
Teresina	PI	2,4	32,2	41,8	0,1	2,8	0,7	14,4	4,6	54,5	715.360	1
Teresina Goiás	GO	0,0	14,6	35,7	0,0	11,0	5,2	17,0	15,0	83,3	2.585	3
Teresópolis	RJ	3,7	20,9	48,3	0,2	8,6	0,1	15,0	2,2	58,7	138.081	1
Terezinha	PE	0,6	5,5	10,6	0,0	23,6	31,7	20,3	7,6	89,2	6.463	6
Terezópolis Goiás	GO	0,6	12,9	50,8	0,7	23,8	0,9	6,1	3,5	73,3	5.083	2
Terra Alta	PA	1,4	13,8	19,2	0,0	34,5	3,3	18,6	7,6	84,0	8.261	5
Terra Boa	PR	3,0	14,1	36,1	0,0	30,0	0,2	15,2	1,4	76,5	14.640	2
Terra Nova	BA	0,2	11,7	35,7	0,0	9,5	0,7	27,6	14,1	79,1	12.875	2
Terra Nova	PE	1,2	11,2	20,8	0,0	47,2	3,3	14,1	2,1	73,7	7.518	4
Terra Nova Norte	MT	1,7	17,4	32,9	0,4	27,8	3,1	9,7	5,5	74,3	14.384	3
Terra Rica	PR	4,5	13,8	33,6	0,4	32,9	0,5	12,0	1,8	76,2	13.797	3
Terra Roxa	PR	4,2	14,1	33,0	0,0	32,5	0,5	12,8	2,7	73,6	16.300	3
Terra Roxa	SP	3,2	15,4	30,3	0,0	37,8	0,1	10,4	2,5	73,3	7.752	2

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Terra Santa	PA	0,4	14,4	28,0	0,3	19,9	6,6	15,1	10,7	84,9	14.592	4
Terra Areia	RS	2,9	14,1	35,2	0,1	22,7	3,5	16,1	4,3	72,9	11.453	3
Tesouro	MT	6,9	21,3	32,6	0,3	23,4	0,0	13,1	2,3	65,5	3.130	1
Teutônia	RS	4,1	23,4	45,1	0,0	14,8	0,8	10,7	0,8	50,5	22.891	2
Teófilo Otoni	MG	3,5	24,8	36,7	0,4	10,1	1,6	17,8	4,3	75,5	129.424	1
Theobroma	RO	0,4	8,2	10,0	0,0	62,8	7,1	5,8	4,9	79,4	11.355	6
Tianguá	CE	4,6	14,0	30,6	0,0	28,1	3,9	15,5	3,0	80,2	58.069	3
Tibagi	PR	2,2	12,3	30,1	0,1	37,1	3,8	10,4	3,2	86,0	18.434	3
Tibau	RN	1,3	13,9	49,1	0,0	16,2	1,1	11,9	4,8	75,4	3.197	2
Tibau Sul	RN	2,9	12,7	40,5	0,0	22,8	1,3	15,9	3,9	69,5	7.749	3
Tietê	SP	7,0	19,4	52,5	0,1	5,9	0,3	12,1	2,1	42,5	31.710	1
Tigrinhos	SC	0,0	7,5	9,3	1,8	68,3	5,9	6,5	0,0	83,0	1.878	6
Tijucas	SC	5,0	19,8	49,3	0,2	6,2	0,6	15,5	3,2	57,5	23.499	2
Tijucas Sul	PR	2,8	14,1	29,7	0,5	25,1	6,6	13,2	2,3	80,4	12.260	3
Timbaúba	PE	2,0	14,9	34,5	0,2	12,9	3,8	24,3	7,1	75,7	56.906	3
Timbaúba Batistas	RN	0,0	15,2	39,7	0,4	9,2	7,3	20,6	3,7	67,3	2.189	1
Timbiras	MA	0,2	9,2	17,4	0,3	25,8	25,5	18,1	2,2	89,1	26.401	6
Timburi	SP	1,8	21,5	21,8	0,0	35,7	0,0	13,1	4,8	75,1	2.731	3
Timbé Sul	SC	6,0	12,5	26,2	0,1	41,9	1,9	10,4	1,0	63,1	5.323	4
Timbó	SC	6,8	23,8	54,8	0,0	2,5	0,2	10,8	0,5	38,1	29.358	2
Timbó Grande	SC	2,4	10,9	40,4	0,1	18,8	12,4	11,0	3,2	89,0	6.501	4
Timon	MA	1,0	23,1	44,5	0,1	5,1	3,6	17,1	4,9	72,1	129.692	2
Timóteo	MG	2,7	25,2	38,3	0,4	1,3	0,3	28,0	3,2	56,2	71.478	1
Tiradentes	MG	4,3	15,8	56,2	0,4	5,9	0,0	15,1	2,1	67,3	5.759	2
Tiradentes Sul	RS	1,4	6,2	6,9	0,0	64,1	6,3	12,4	1,3	83,8	7.497	6
Tiros	MG	1,8	11,6	25,8	0,0	41,6	0,1	15,7	2,7	74,2	7.571	3
Tobias Barreto	SE	1,6	15,4	37,7	0,1	15,2	6,8	17,6	4,5	76,3	43.172	3
Tocantins	MG	3,3	16,3	40,7	0,4	19,3	0,6	17,5	1,0	74,7	15.005	1
Tocantinópolis	TO	0,9	20,4	34,4	0,0	11,0	4,6	18,8	7,5	81,3	22.777	3
Tocantínia	TO	0,1	19,3	24,6	0,0	8,0	21,7	17,6	8,7	88,2	5.788	5
Tocos Moji	MG	0,6	8,7	20,9	0,4	55,4	2,7	10,3	0,9	81,1	3.821	5
Toledo	MG	2,5	7,1	28,8	0,0	43,9	1,9	12,4	3,4	74,7	5.222	4
Toledo	PR	4,6	22,5	45,7	0,1	13,5	0,2	11,0	2,0	60,0	98.200	2
Tomar Geru	SE	0,3	10,0	28,3	0,0	36,2	8,9	13,7	1,7	90,2	12.840	4
Tomazina	PR	2,0	12,4	20,4	0,0	44,3	5,5	14,2	1,2	84,2	9.931	4
Tombos	MG	7,7	14,5	19,9	0,2	31,2	0,8	20,0	2,2	74,7	11.652	3
Tomé-Açu	PA	2,6	12,4	36,0	0,0	22,8	5,8	7,6	6,5	76,3	47.404	3
Tonantins	AM	0,6	7,9	15,8	0,0	52,5	10,9	7,5	4,1	91,3	15.512	6
Toritama	PE	3,3	8,9	74,4	0,0	4,6	0,4	5,5	0,9	40,6	21.800	2
Torixoréu	MT	1,9	17,8	24,0	0,0	27,8	8,8	15,7	2,6	69,8	4.832	3
Toropi	RS	0,4	8,5	8,5	0,0	58,5	11,3	12,3	0,6	81,6	3.196	6
Torre Pedra	SP	1,1	13,1	35,2	0,0	4,9	0,9	29,8	10,3	77,4	2.144	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Torres	RS	6,9	26,5	39,8	0,1	6,0	1,4	15,4	2,7	59,3	30.880	1
Torrinha	SP	2,8	18,4	38,2	0,0	27,0	0,3	10,6	2,0	54,7	8.837	1
Touros	RN	1,7	9,3	17,5	0,0	36,0	5,8	19,4	9,9	83,7	27.879	4
Trabiju	SP	0,5	17,1	24,4	0,0	43,4	0,0	12,1	1,4	71,7	1.380	3
Tracuateua	PA	0,4	7,6	10,8	0,1	51,5	4,8	20,3	4,6	91,3	22.743	6
Tracunhaém	PE	0,5	14,3	35,8	0,3	12,7	1,4	22,6	8,3	83,0	12.394	2
Traipu	AL	0,3	9,2	10,1	0,2	13,8	37,3	19,1	9,0	91,9	24.255	6
Trairi	CE	2,1	11,2	29,2	0,0	29,7	7,1	17,7	2,1	86,1	44.527	4
Trairão	PA	1,8	8,4	19,8	0,7	41,9	11,1	5,3	4,2	80,4	13.902	5
Trajano Morais	RJ	1,7	20,4	28,5	0,0	28,0	1,1	16,3	2,2	82,6	10.212	3
Tramandaí	RS	4,2	23,4	47,0	0,3	2,6	0,5	15,8	5,0	62,9	31.040	1
Travesseiro	RS	2,1	9,7	23,7	0,0	48,5	6,9	7,3	0,0	61,4	2.349	4
Tremedal	BA	0,6	5,6	23,9	0,2	18,5	21,5	24,5	4,6	82,8	21.200	5
Tremembé	SP	3,4	27,6	44,5	0,2	2,8	0,4	15,4	5,1	52,2	34.823	1
Treviso	SC	1,7	16,1	56,7	0,4	7,6	3,9	10,4	0,4	57,1	3.144	2
Treze Tilias	SC	4,6	13,2	38,0	0,0	29,0	4,3	9,8	0,2	57,8	4.840	1
Treze Maio	SC	6,0	10,2	49,1	0,0	24,1	1,7	7,9	0,1	63,1	6.716	1
Trindade	GO	1,4	21,6	52,8	0,1	5,2	0,1	12,0	4,1	67,5	81.457	2
Trindade	PE	1,3	12,0	47,8	0,0	10,8	1,8	17,2	8,2	75,7	21.930	3
Trindade Sul	RS	1,9	10,6	17,0	0,0	36,8	12,2	17,8	3,7	84,7	5.922	5
Triunfo	PB	0,3	12,5	18,6	0,1	29,8	14,9	21,2	1,1	80,6	9.053	5
Triunfo	PE	1,1	14,3	21,3	0,1	23,5	11,1	24,6	3,7	72,8	15.362	4
Triunfo	RS	2,6	16,7	38,5	0,0	21,0	1,0	16,1	4,1	66,2	22.166	1
Triunfo Potiguar	RN	0,5	9,0	23,5	0,0	10,8	14,4	26,9	14,2	85,5	3.663	4
Trizidela Vale	MA	1,0	16,1	36,6	0,0	14,3	1,7	25,1	3,3	75,9	16.402	3
Trombas	GO	0,0	23,3	25,3	2,2	27,4	1,6	13,9	5,1	76,3	3.434	3
Trombudo Central	SC	5,0	15,8	50,0	0,0	12,2	0,2	15,1	1,3	66,6	5.795	2
Três Arroios	RS	4,1	8,9	18,2	0,0	55,4	4,1	8,5	0,2	68,1	3.144	5
Três Barras	SC	2,3	14,2	50,6	0,7	11,1	0,3	14,2	6,2	76,1	17.124	3
Três Barras Paraná	PR	3,0	9,0	25,4	0,0	47,2	1,0	13,0	1,3	80,9	11.822	5
Três Cachoeiras	RS	8,5	11,3	45,0	0,1	19,3	3,0	11,0	1,3	63,6	9.523	1
Três Corações	MG	3,3	23,1	42,9	0,0	12,4	0,0	14,0	2,9	65,0	65.291	1
Três Coroas	RS	7,7	17,9	60,0	0,1	2,0	1,6	8,5	1,1	56,3	19.430	2
Três Forquilhas	RS	1,5	12,4	19,7	0,0	46,0	7,0	11,0	0,9	79,9	3.239	5
Três Fronteiras	SP	1,5	17,5	40,5	0,5	17,1	1,0	20,2	1,3	69,1	5.159	2
Três Lagoas	MS	4,2	24,5	41,1	0,2	9,5	0,1	16,3	3,6	56,8	79.059	2
Três Marias	MG	3,2	23,6	45,0	0,1	8,8	0,5	14,9	3,7	71,3	23.568	2
Três Palmeiras	RS	0,0	16,6	20,2	0,0	47,5	1,0	12,9	1,4	78,8	4.620	4
Três Passos	RS	2,8	22,9	34,2	0,1	20,2	3,9	13,9	1,5	65,2	24.656	1
Três Pontas	MG	4,2	17,1	33,6	0,0	32,0	0,0	10,6	1,4	69,0	51.024	3
Três Ranchos	GO	1,1	14,7	50,2	0,0	4,5	1,8	18,9	7,0	73,5	2.831	2
Três Rios	RJ	3,3	23,7	44,3	0,1	2,2	0,1	22,2	3,4	67,0	71.976	2

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Três Maio	RS	5,5	20,4	33,5	0,2	22,9	2,8	13,3	0,8	67,5	24.136	1
Tubarão	SC	7,0	30,4	41,3	0,2	2,1	0,3	16,7	1,6	47,5	88.470	1
Tucano	BA	0,7	12,9	23,1	0,1	29,1	2,9	22,6	8,2	82,2	50.948	4
Tucumã	PA	2,4	17,7	28,0	0,0	31,9	2,7	4,9	9,7	58,8	25.309	4
Tucunduva	RS	4,3	17,9	32,8	0,0	29,7	2,1	11,7	1,5	62,3	6.305	1
Tucuruí	PA	2,0	25,1	48,2	0,1	9,4	1,3	7,4	5,6	65,9	73.798	1
Tufilândia	MA	0,0	11,4	17,4	0,0	25,8	25,7	12,1	7,5	92,2	5.527	6
Tuiuti	SP	1,4	10,9	44,8	0,0	27,4	0,0	13,2	1,2	65,0	5.083	2
Tumiritinga	MG	1,4	7,7	34,5	0,0	28,1	6,0	18,5	3,1	89,6	5.831	4
Tunas	RS	0,3	7,8	17,7	0,0	59,3	2,7	11,8	0,4	90,2	4.310	5
Tunas Paraná	PR	0,0	14,4	45,5	0,0	12,5	3,3	18,3	4,7	84,0	3.611	3
Tuneiras Oeste	PR	1,9	10,6	22,2	0,0	50,8	0,8	12,1	1,6	82,3	9.013	3
Tuntum	MA	1,1	12,8	18,0	0,0	46,4	5,0	15,3	1,3	84,4	35.411	5
Tunápolis	SC	3,2	9,9	19,6	0,0	54,2	0,2	12,1	0,0	73,2	4.777	4
Tupaciguara	MG	6,3	17,3	32,1	0,0	22,6	0,4	14,0	5,8	73,2	23.117	3
Tupanatinga	PE	0,9	7,3	13,1	0,0	25,6	27,4	17,9	7,4	88,9	20.801	6
Tupanci Sul	RS	0,0	14,7	13,6	0,0	48,3	2,3	21,1	0,0	75,5	1.728	5
Tupanciretã	RS	4,1	17,9	33,7	0,0	19,3	1,5	19,9	3,2	77,1	20.947	3
Tupandi	RS	0,9	14,5	44,9	0,0	29,3	2,5	3,8	1,6	54,1	2.958	1
Tuparendi	RS	3,1	15,9	25,6	0,0	39,4	3,6	11,7	0,3	68,6	9.542	4
Tuparetama	PE	0,4	13,8	25,7	0,0	8,0	13,8	28,6	9,0	75,4	7.766	3
Tupi Pta	SP	5,3	22,8	31,4	0,2	17,9	0,4	18,3	3,0	61,6	13.286	1
Tupirama	TO	4,1	18,0	48,8	0,0	13,9	10,4	3,1	1,7	84,1	1.179	4
Tupiratins	TO	0,0	7,5	43,8	2,1	20,0	0,5	7,4	16,3	89,3	1.365	3
Tupã	SP	5,7	26,2	41,1	0,1	5,6	0,1	17,3	3,0	57,7	63.333	1
Tupãssi	PR	1,8	13,7	31,4	0,2	31,9	0,8	15,0	5,1	69,7	8.018	3
Turiação	MA	0,3	9,9	12,0	0,0	56,4	6,0	12,0	2,8	88,9	31.289	6
Turilândia	MA	0,0	6,7	15,4	0,8	35,5	23,5	13,5	4,0	90,6	17.231	6
Turiúba	SP	0,0	18,8	21,8	0,0	40,5	0,0	18,0	0,3	71,0	1.895	2
Turmalina	MG	3,1	15,7	30,5	0,0	25,4	3,7	16,8	3,7	89,1	15.655	4
Turmalina	SP	0,0	17,4	27,6	0,0	38,6	0,3	13,2	0,5	70,8	2.366	3
Tururu	CE	0,1	13,9	22,9	0,0	12,9	14,6	22,7	12,6	88,9	11.498	5
Turuçu	RS	0,3	7,6	35,6	0,0	41,4	3,3	9,2	1,9	80,0	3.710	3
Turvelândia	GO	4,4	9,4	36,4	0,0	33,0	0,0	11,7	4,9	74,5	3.524	2
Turvo	PR	3,4	10,8	34,3	0,0	29,9	6,8	11,1	3,7	87,1	14.530	4
Turvo	SC	5,6	17,5	30,6	0,3	34,5	0,2	9,3	1,6	50,6	10.887	1
Turvolândia	MG	4,2	10,0	20,9	0,0	54,5	0,9	7,0	0,6	76,2	4.243	3
Turvânia	GO	5,4	15,8	31,1	0,0	30,5	0,0	14,7	2,1	67,4	5.134	3
Tutóia	MA	1,0	9,6	19,2	0,0	24,0	13,7	26,4	5,6	87,9	37.728	5
Uarini	AM	0,8	12,7	9,1	0,8	18,7	9,7	5,0	3,9	85,6	10.254	5
Uauá	BA	0,9	14,4	18,6	0,3	27,3	5,9	29,2	2,8	80,2	26.517	4
Ubaitaba	BA	2,5	14,3	30,8	0,4	24,8	1,0	18,8	6,9	75,6	23.854	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Ubajara	CE	4,1	10,7	23,6	0,2	40,0	2,7	16,1	2,3	77,9	27.095	3
Ubaporanga	MG	1,0	10,3	21,4	0,5	44,2	1,3	17,4	3,3	86,8	11.902	4
Ubarana	SP	2,9	22,9	29,5	0,0	31,9	0,3	9,1	3,3	76,0	4.220	2
Ubatuba	SP	3,7	21,6	55,1	0,5	2,5	0,2	10,4	5,4	61,6	66.861	2
Ubatã	BA	1,6	18,3	26,6	0,4	17,6	1,2	24,0	9,3	77,9	21.803	3
Ubaí	MG	0,6	10,3	27,1	0,7	25,1	12,6	15,2	7,7	93,7	10.774	5
Ubaíra	BA	0,8	11,0	18,6	0,0	43,4	3,2	17,9	3,9	77,0	21.227	4
Uberaba	MG	4,5	28,9	44,4	0,1	5,1	0,1	13,6	2,3	49,1	252.365	1
Uberlândia	MG	4,4	32,4	45,3	0,1	2,9	0,1	11,2	2,8	50,5	501.214	1
Ubirajara	SP	1,3	18,1	23,7	0,0	36,2	2,2	15,0	1,4	76,6	4.156	3
Ubiratã	PR	2,6	17,0	36,2	0,0	17,2	0,8	22,3	3,1	78,1	22.593	3
Ubiretama	RS	2,2	5,6	10,0	0,0	69,2	5,2	7,7	0,0	88,0	2.677	6
Ubá	MG	3,6	23,3	49,9	0,1	3,6	0,2	15,5	2,8	66,5	85.065	2
Uchoa	SP	0,7	21,2	34,7	0,0	25,2	0,1	14,0	3,4	65,4	9.035	2
Uibaí	BA	0,9	11,9	25,3	0,0	30,4	3,8	16,1	11,3	74,9	13.614	3
Uiramutã	RR	0,2	10,0	10,1	0,7	17,2	28,3	3,5	27,6	93,8	5.802	6
Uirapuru	GO	3,0	21,3	23,8	0,0	33,6	3,4	7,6	7,3	87,4	3.043	4
Uiraúna	PB	2,6	16,5	28,9	0,1	17,2	6,6	24,3	2,5	76,8	13.681	3
Ulianópolis	PA	1,5	13,4	41,3	0,1	29,2	2,7	2,9	4,1	73,5	19.254	2
Umari	CE	0,5	15,0	16,3	0,3	5,7	20,4	27,5	14,4	85,8	7.435	5
Umarizal	RN	2,1	16,0	31,5	0,3	8,3	12,3	21,5	7,5	76,7	11.092	3
Umbaúba	SE	0,9	16,2	35,8	0,1	24,6	1,0	16,9	3,4	79,8	19.214	3
Umburanas	BA	1,8	5,3	16,7	0,4	46,7	2,0	19,3	6,6	87,3	14.140	5
Umburatiba	MG	2,2	9,3	25,7	0,0	31,2	0,4	22,9	5,2	91,0	2.872	3
Umbuzeiro	PB	1,6	9,9	19,3	0,0	21,2	19,4	22,5	5,6	86,7	9.192	5
Umirim	CE	0,9	10,7	28,4	0,0	13,9	14,1	23,2	8,7	87,7	17.343	4
Umuarama	PR	6,1	26,4	43,7	0,1	9,0	0,1	11,7	1,9	59,4	90.690	1
Una	BA	1,3	9,9	15,4	0,2	54,1	0,9	10,2	7,7	81,7	31.261	3
Unai	MG	6,4	20,3	36,0	0,1	21,0	1,5	10,1	4,3	71,5	70.033	1
Uniflor	PR	0,0	15,9	23,6	0,0	48,4	0,0	9,4	2,7	76,8	2.362	3
Unistalda	RS	0,9	10,1	14,5	0,0	39,3	6,6	19,5	9,1	88,0	2.644	5
União	PI	0,5	11,1	31,6	0,0	27,8	6,1	18,5	4,1	85,5	39.801	4
União Pta	SP	1,2	16,9	19,9	0,0	45,9	0,3	11,0	3,3	75,6	1.354	3
União Serra	RS	2,2	7,8	13,0	0,0	62,3	5,0	9,6	0,0	58,3	1.908	5
União Vitória	PR	5,2	22,4	45,4	0,1	6,2	0,7	17,1	2,6	64,3	48.522	1
União Minas	MG	1,6	9,0	20,9	0,0	50,0	0,4	6,8	9,3	78,9	4.638	3
União Oeste	SC	8,4	13,7	11,8	0,0	56,4	1,8	6,7	1,1	63,0	3.391	5
União Sul	MT	5,2	13,5	58,3	0,0	20,2	0,0	0,2	0,9	39,6	4.196	2
União Palmares	AL	1,6	13,1	30,1	0,1	23,7	2,3	20,3	7,7	78,2	58.620	3
Upanema	RN	0,9	10,8	25,7	0,0	9,8	16,2	24,1	12,3	82,9	10.991	4
Urandi	BA	1,0	8,9	27,2	0,3	34,7	3,2	18,3	6,2	78,4	16.076	3
Uraí	PR	6,1	15,1	25,7	0,0	31,5	0,7	17,6	2,7	73,6	11.876	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Urbano S.s	MA	0,0	13,9	11,1	0,0	15,7	32,8	18,2	8,1	90,8	17.603	6
Uru	SP	0,0	31,4	27,2	0,0	26,0	0,7	13,6	0,0	73,5	1.404	2
Uruana	GO	5,6	14,1	34,3	0,0	31,2	0,7	9,5	2,8	72,3	13.938	1
Uruana Minas	MG	0,0	9,0	20,5	0,9	33,6	3,9	10,7	21,3	92,6	3.263	5
Uruará	PA	0,5	8,4	17,2	0,0	48,5	5,7	11,4	3,1	59,9	45.201	5
Uruaçu	GO	5,2	20,4	37,0	0,2	16,8	0,3	14,6	4,5	71,2	33.530	1
Urubici	SC	4,0	16,7	24,4	0,0	35,3	1,3	14,0	1,6	75,2	10.252	4
Uruburetama	CE	0,7	13,5	38,9	0,2	25,0	4,0	15,8	1,9	82,1	16.444	3
Urucará	AM	0,8	12,7	18,3	0,0	41,7	9,9	12,1	4,0	87,9	18.372	6
Urucuia	MG	0,9	10,3	19,1	0,1	33,5	4,5	17,7	12,4	92,7	9.615	5
Urucurituba	AM	0,1	15,2	16,4	0,4	19,2	23,4	17,9	6,8	89,0	12.264	6
Urucânia	MG	2,2	12,0	34,8	0,0	29,5	0,2	15,9	3,1	86,5	10.375	3
Uruguaiana	RS	3,5	27,5	42,9	0,3	7,4	0,2	12,4	4,7	68,2	126.936	1
Uruoca	CE	0,6	8,6	20,8	0,0	31,4	7,4	26,8	4,0	88,6	11.479	5
Urupema	SC	2,5	14,6	17,6	0,0	46,5	0,0	15,1	2,2	77,7	2.527	5
Urupá	RO	1,3	10,3	13,8	0,0	49,3	10,5	13,1	1,7	77,4	14.880	5
Urupês	SP	4,9	16,4	37,7	0,0	22,7	0,4	15,2	2,3	63,9	11.833	2
Urussanga	SC	4,0	23,9	45,9	0,0	7,3	1,4	15,9	1,1	45,7	18.727	2
Urutaí	GO	0,7	30,7	18,2	0,0	36,0	0,0	11,5	2,9	65,0	3.104	1
Uruçuca	BA	0,2	16,4	20,9	0,0	24,0	0,4	28,6	8,4	78,6	20.323	3
Uruçuí	PI	1,2	16,8	22,5	0,3	34,6	4,7	16,1	3,2	79,5	17.011	4
Urânia	SP	3,0	18,1	33,5	0,0	26,6	0,4	15,5	2,5	69,7	8.825	1
Utinga	BA	0,2	13,4	20,1	0,0	39,9	2,3	16,0	7,9	81,4	16.889	4
Vacaria	RS	3,9	20,1	41,0	0,1	14,4	0,4	16,7	2,6	62,3	57.341	1
Vale Real	RS	2,7	13,1	60,8	0,0	14,0	0,7	8,7	0,0	49,7	4.340	2
Vale Verde	RS	1,8	8,2	20,3	0,0	50,1	0,7	18,1	0,7	76,2	3.101	4
Vale Anari	RO	2,0	6,2	11,8	0,0	73,7	1,4	2,4	2,1	61,5	7.737	6
Vale Paraíso	RO	1,6	8,7	14,2	0,0	51,0	2,4	12,1	9,6	69,1	9.863	5
Vale Sol	RS	1,3	5,0	9,3	0,0	66,1	6,7	11,3	0,4	76,0	10.558	5
Valente	BA	2,6	15,2	31,4	0,1	24,2	5,7	16,3	3,6	76,2	19.145	3
Valentim Gentil	SP	4,4	15,5	57,7	0,0	8,7	0,0	10,6	1,2	62,9	8.605	2
Valença	BA	2,6	16,7	30,1	0,1	26,6	2,0	15,9	4,3	70,6	77.509	3
Valença	RJ	2,8	23,9	40,1	0,1	5,4	0,1	22,8	3,9	67,0	66.308	1
Valença Piauí	PI	0,9	21,1	23,7	0,1	14,2	12,4	22,2	3,7	70,8	19.887	4
Valinhos	SP	6,0	30,0	46,0	0,0	3,3	0,0	12,6	1,4	31,8	82.973	1
Valparaíso	SP	1,0	20,9	38,2	0,3	20,8	0,6	13,7	4,2	68,2	18.574	2
Valparaíso Goiás	GO	2,1	33,8	46,8	0,1	0,4	0,0	10,4	5,0	51,6	94.856	1
Vanini	RS	2,8	11,9	19,9	0,0	44,7	4,2	7,3	0,0	64,4	1.887	4
Vargem	SC	4,2	3,3	21,4	0,0	54,3	1,7	11,2	1,3	73,7	3.225	5
Vargem	SP	2,0	14,6	57,1	0,0	8,9	0,3	14,1	2,8	63,1	6.975	2
Vargem Alegre	MG	0,1	15,6	22,2	0,0	24,8	0,4	27,5	9,5	89,9	6.544	3
Vargem Alta	ES	3,3	11,1	34,2	0,0	40,9	0,3	8,3	1,1	75,9	17.376	3

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Vargem Bonita	MG	0,8	20,3	19,7	0,0	37,2	0,0	14,9	6,1	77,3	2.212	3
Vargem Bonita	SC	1,8	14,1	43,9	0,0	27,3	0,1	8,6	1,0	75,1	5.158	3
Vargem Grande	MA	0,3	10,1	14,3	0,0	48,0	2,6	21,4	3,1	90,1	34.707	5
Vargem Grande Pta	SP	2,5	27,3	51,8	0,4	1,3	0,0	8,1	7,5	57,4	32.683	2
V. Gde Rio Pardo	MG	0,0	8,9	24,0	0,0	36,3	3,7	18,6	8,6	93,7	4.457	5
Vargem Grande Sul	SP	4,6	16,9	40,7	0,0	21,7	0,1	13,6	1,9	58,3	36.302	2
Vargeão	SC	6,7	10,0	31,5	0,0	42,2	0,7	7,5	1,1	66,8	3.526	4
Varginha	MG	5,8	27,7	42,9	0,2	7,1	0,2	13,6	2,1	52,8	108.998	1
Varjota	CE	2,4	10,4	31,3	0,2	26,0	3,6	23,8	1,8	76,5	16.593	3
Varjão	GO	2,1	14,2	27,8	0,0	35,1	0,1	19,2	1,4	68,6	3.519	2
Varjão Minas	MG	1,3	10,4	32,0	0,1	48,2	0,0	5,5	0,8	78,3	4.701	3
Varre-Sai	RJ	2,9	14,3	23,9	0,0	42,0	1,5	12,2	2,7	82,8	7.854	3
Varzedo	BA	0,1	9,7	14,8	0,0	40,8	8,1	20,8	5,4	81,0	8.673	4
Varzelândia	MG	1,0	13,2	18,7	0,0	15,3	20,6	22,4	8,6	92,8	19.169	5
Vassouras	RJ	2,8	22,3	45,6	0,1	5,9	0,3	17,1	5,0	68,3	31.451	1
Vazante	MG	3,3	19,8	34,3	0,3	19,1	0,4	17,9	3,6	69,3	18.928	1
Venda Nova Imigrante	ES	5,3	19,4	32,1	0,0	31,7	0,9	9,0	0,8	64,1	16.165	1
Venha-Ver	RN	0,0	9,9	13,4	0,0	15,1	42,6	14,8	3,8	92,0	3.422	6
Ventania	PR	1,1	9,5	40,5	0,0	28,2	2,8	12,5	3,6	87,2	8.024	3
Venturosa	PE	3,5	9,4	22,3	0,0	34,2	4,0	21,7	5,0	77,2	13.462	3
Venâncio Aires	RS	2,4	16,5	35,2	0,1	27,5	2,2	14,6	1,1	65,4	61.234	1
Vera	MT	7,1	12,4	57,1	0,0	16,0	0,0	4,3	2,5	49,6	9.055	2
Vera Cruz	BA	1,7	17,1	41,0	0,1	8,4	1,0	18,0	9,8	80,7	29.750	3
Vera Cruz	RN	2,0	11,5	35,6	0,1	29,5	2,2	16,6	2,5	74,4	8.522	3
Vera Cruz	RS	2,8	14,8	34,8	0,1	26,5	1,3	16,2	3,3	68,7	21.300	3
Vera Cruz	SP	5,0	24,7	31,4	0,3	23,5	0,6	13,0	0,9	61,6	11.085	1
Vera Cruz Oeste	PR	2,0	13,5	36,1	0,0	28,6	1,1	12,6	5,4	80,8	9.651	3
Vera Mendes	PI	0,0	14,5	11,0	0,0	33,4	20,6	18,1	2,3	89,5	2.907	6
Veranópolis	RS	3,9	24,8	46,5	0,0	8,8	0,9	13,2	0,7	45,8	19.466	1
Verdejante	PE	0,2	11,9	18,3	0,0	20,4	11,8	33,5	3,5	80,9	8.846	4
Verdelândia	MG	0,2	6,9	18,8	0,0	40,4	1,4	21,7	9,7	96,8	7.179	5
Vereda	BA	0,4	10,5	20,7	0,2	27,4	3,4	24,7	11,8	76,9	7.450	3
Veredinha	MG	1,8	16,9	19,4	0,0	30,4	7,7	19,8	3,4	91,7	5.257	5
Vermelho Novo	MG	1,2	7,5	13,5	0,0	51,6	13,7	12,3	0,2	83,8	4.572	5
Vertente Lério	PE	0,0	11,0	21,0	0,2	5,2	36,6	20,6	5,2	87,0	8.536	6
Vertentes	PE	1,5	11,5	32,9	0,2	17,6	5,9	22,1	8,3	73,7	14.957	3
Verê	PR	2,4	10,1	21,9	0,2	47,4	2,8	12,2	2,4	69,4	8.721	4
Veríssimo	MG	1,5	14,2	25,4	0,0	45,6	0,5	9,9	1,2	66,7	2.959	3
Vespasiano	MG	1,9	22,2	53,5	0,0	0,7	0,0	13,5	7,0	73,5	76.422	2
Vespasiano Correa	RS	0,0	4,3	18,2	0,0	62,5	0,0	15,0	0,0	58,8	2.209	4
Viadutos	RS	4,4	9,3	18,2	0,0	50,4	4,7	13,0	0,0	63,6	6.087	5
Viamão	RS	1,5	26,2	48,7	0,1	2,7	0,5	15,6	4,0	64,6	227.429	2

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Viana	ES	0,9	19,6	54,7	0,0	6,3	0,2	12,8	4,9	74,1	53.452	2
Viana	MA	0,4	12,6	21,2	0,1	37,7	7,4	16,9	3,1	83,3	44.190	5
Vianópolis	GO	4,7	18,5	36,1	0,0	26,2	1,1	10,2	3,0	58,2	11.300	1
Vicente Dutra	RS	2,0	12,3	10,9	0,0	58,5	4,1	11,4	0,9	87,6	6.128	6
Vicentina	MS	1,4	14,8	21,8	0,0	36,5	2,6	20,3	1,1	74,6	5.779	3
Vicentinópolis	GO	2,2	15,6	34,1	0,0	35,3	0,0	6,9	5,2	66,6	6.015	3
Victor Graeff	RS	3,8	13,3	19,2	0,0	54,1	0,0	8,2	0,3	53,6	3.924	4
Vicência	PE	1,3	14,0	22,9	0,0	28,6	2,0	24,1	6,6	83,4	28.820	3
Vidal Ramos	SC	2,7	10,0	12,2	0,4	64,3	1,0	7,8	0,0	67,0	6.279	5
Videira	SC	4,6	22,1	47,3	0,0	13,2	0,0	10,9	0,7	53,4	41.589	2
Vieiras	MG	1,3	11,8	13,4	0,0	58,8	0,8	12,1	0,9	76,0	3.952	4
Vieirópolis	PB	0,0	7,5	17,9	0,0	16,3	22,9	28,2	6,6	87,5	4.672	5
Vigia	PA	1,4	14,4	34,2	0,1	20,1	3,2	17,5	6,5	79,8	40.176	3
Vila Alta	PR	4,8	17,8	19,9	0,0	44,1	0,5	11,6	1,3	82,5	3.783	4
Vila Bela Sant Trin	MT	5,6	14,2	18,5	0,0	40,9	2,6	8,0	8,7	76,1	12.665	4
Vila Boa	GO	2,3	17,1	30,7	0,0	34,2	0,3	10,4	3,3	86,2	3.287	3
Vila Flor	RN	0,0	11,4	36,3	0,0	22,5	0,1	18,6	11,1	80,3	2.528	3
Vila Flores	RS	8,1	14,3	43,2	0,0	17,6	1,1	10,4	0,3	57,5	3.086	2
Vila Lângaro	RS	2,5	9,6	14,5	0,0	61,2	1,2	10,9	0,0	74,3	2.277	5
Vila Maria	RS	3,3	10,0	32,1	0,4	40,1	1,9	9,3	0,0	53,2	4.173	1
Vila Nova Piauí	PI	7,6	9,0	10,4	0,0	56,9	4,9	10,3	0,9	83,0	2.906	5
Vila Nova Sul	RS	4,0	10,9	26,8	0,0	26,7	4,8	23,1	3,8	81,0	4.263	4
Vila Nova Martírios	MA	0,5	11,7	13,2	0,0	60,1	2,3	10,0	2,2	83,0	6.705	4
Vila Pavão	ES	5,1	7,4	16,6	0,2	59,1	1,9	8,9	0,8	82,5	8.330	5
Vila Propício	GO	1,3	8,0	16,8	0,0	43,6	4,3	14,1	4,6	88,9	4.492	4
Vila Rica	MT	3,5	14,2	32,2	0,0	34,7	3,4	5,3	6,1	70,8	15.583	3
Vila Valério	ES	1,8	7,5	10,1	0,0	70,6	1,4	6,5	2,0	78,1	13.875	5
Vila Velha	ES	5,2	33,6	41,0	0,1	0,7	0,0	15,9	3,1	46,4	345.965	1
Vilhena	RO	4,2	28,3	46,6	0,2	9,0	0,2	7,3	2,6	52,5	53.598	1
Vinhedo	SP	8,3	29,1	46,6	0,0	2,5	0,1	10,2	2,6	29,6	47.215	1
Viradouro	SP	4,0	21,8	39,4	0,0	21,1	0,1	11,1	2,1	63,1	15.962	2
Virgem Lapa	MG	1,0	9,0	22,0	0,0	24,9	10,7	23,2	5,7	90,2	13.672	5
Virginópolis	MG	1,9	14,9	30,2	0,0	27,9	3,0	19,1	1,5	86,2	10.827	3
Virgolândia	MG	1,0	11,4	22,5	0,0	21,6	14,8	20,2	8,5	91,8	6.112	5
Virgínia	MG	1,2	10,0	23,9	0,3	38,9	0,7	18,1	5,9	85,1	8.699	4
Virmond	PR	1,3	14,0	16,0	0,0	50,8	4,6	10,8	0,7	76,8	4.052	5
Visconde Rio Branco	MG	3,3	18,2	47,3	0,1	7,9	0,6	19,3	1,9	74,7	32.598	2
Viseu	PA	0,4	9,0	14,0	0,0	42,2	9,6	15,7	8,7	91,7	51.090	6
Vista Alegre	RS	2,1	15,6	27,8	0,0	42,3	3,1	8,5	0,0	75,5	2.996	4
Vista Alegre Alto	SP	3,8	17,3	44,1	0,0	27,9	0,0	5,9	0,8	48,3	4.754	2
Vista Alegre Prata	RS	0,5	10,7	17,2	0,0	57,0	5,6	7,5	0,2	57,9	1.618	5
Vista Gaúcha	RS	2,2	8,4	10,4	0,0	65,2	3,9	9,3	0,6	75,1	2.725	5

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Vista Serrana	PB	3,0	12,2	50,5	0,0	13,4	6,3	13,6	1,0	60,2	3.121	2
Vitor Meireles	SC	3,0	10,0	16,9	0,0	56,9	6,2	6,5	0,5	69,4	5.519	5
Vitorino	PR	1,5	11,9	35,7	0,2	34,3	0,3	12,8	3,4	67,7	6.285	3
Vitorino Freire	MA	0,2	10,1	23,8	0,0	35,6	7,1	18,2	3,4	81,7	27.462	4
Vitória	ES	6,6	39,2	32,3	0,2	0,7	0,1	17,2	2,9	40,0	292.304	1
Vitória Brasil	SP	3,1	7,9	27,2	0,0	47,7	0,0	11,3	1,3	79,6	1.675	3
Vitória Conquista	BA	3,6	22,2	42,3	0,2	11,5	0,8	14,2	4,5	58,0	262.494	2
Vitória Missões	RS	0,0	11,7	16,1	0,0	40,1	11,4	17,1	2,9	87,6	3.979	5
Vitória S. Antão	PE	2,6	16,2	37,7	0,1	13,3	0,7	19,5	9,0	68,1	117.609	1
Vitória Jari	AP	0,0	16,0	43,9	0,0	10,8	0,0	8,4	19,8	83,1	8.560	3
Vitória Mearim	MA	1,0	12,7	23,7	0,0	46,2	2,9	11,5	1,9	80,2	29.953	5
Vitória Xingu	PA	3,6	9,2	17,8	0,6	29,5	6,3	13,1	15,3	78,3	11.142	5
Viçosa	AL	0,7	16,2	23,7	0,2	24,1	4,0	15,1	16,0	79,8	26.263	4
Viçosa	MG	4,5	26,8	39,4	0,4	8,5	0,2	16,7	2,2	63,4	64.854	1
Viçosa	RN	0,0	18,8	23,5	0,0	1,9	23,5	31,7	0,7	88,3	1.521	4
Viçosa Ceará	CE	1,1	10,4	17,8	0,2	34,5	13,9	17,5	4,1	87,3	45.427	5
Volta Grande	MG	3,4	14,2	32,0	0,4	24,5	0,2	21,1	3,9	74,6	4.919	3
Volta Redonda	RJ	3,4	27,7	40,1	0,2	0,4	0,0	23,8	4,0	53,7	242.063	1
Votorantim	SP	1,5	22,1	51,3	0,1	0,7	0,1	19,8	3,2	52,2	95.925	2
Votuporanga	SP	5,6	27,7	45,4	0,1	3,8	0,1	14,1	2,0	49,1	75.641	1
Várzea	PB	2,1	18,4	31,5	2,5	9,6	15,6	15,5	3,6	74,2	2.051	3
Várzea	RN	0,5	11,2	28,1	0,2	14,3	12,8	22,4	8,6	81,2	8.238	4
Várzea Alegre	CE	1,3	14,1	28,1	0,2	9,3	21,8	21,8	2,9	78,5	34.844	4
Várzea Branca	PI	2,0	4,4	16,0	0,3	38,9	26,3	8,7	2,2	91,4	5.203	6
Várzea Grande	MT	2,8	29,6	50,5	0,1	2,9	0,2	8,3	4,5	58,5	215.298	2
Várzea Grande	PI	0,6	9,3	30,5	0,0	29,7	8,6	18,6	1,0	80,6	4.475	4
Várzea Nova	BA	2,3	13,7	20,8	0,1	38,7	0,9	17,3	5,1	81,7	14.154	3
Várzea Pta	SP	1,5	20,3	58,0	0,0	0,2	0,1	13,5	4,8	54,1	92.800	2
Várzea Palma	MG	1,5	16,7	40,5	0,0	16,4	1,5	15,2	6,7	83,2	31.641	3
Várzea Roça	BA	1,0	10,2	21,3	0,0	31,1	12,8	15,1	6,8	84,3	13.633	5
Várzea Poço	BA	1,4	13,3	23,4	0,0	24,4	4,7	24,1	6,4	74,6	7.515	3
Wagner	BA	1,7	13,6	21,1	0,0	37,7	2,6	17,7	5,4	79,0	8.976	4
Wall Ferraz	PI	0,0	4,3	16,0	0,1	52,6	5,8	19,9	0,5	89,5	3.983	5
Wanderley	BA	0,3	8,5	17,0	0,0	46,1	2,0	17,4	6,6	84,2	13.649	4
Wanderlândia	TO	2,2	15,7	28,9	0,0	32,8	3,0	12,3	2,5	82,4	10.273	3
Wenceslau Braz	MG	4,5	24,1	25,2	0,0	24,0	0,5	17,9	2,1	79,6	2.596	3
Wenceslau Braz	PR	2,5	16,9	30,1	0,1	23,2	0,7	20,4	5,4	74,1	19.559	4
Wenceslau Guimarães	BA	2,4	11,6	13,7	0,0	45,5	2,3	15,7	5,2	85,8	23.926	4
Witmarsum	SC	3,6	8,2	28,6	0,0	52,1	1,4	5,9	0,1	72,8	3.251	4
Xambioá	TO	2,1	14,9	35,7	0,0	24,2	6,1	12,8	3,5	80,3	12.137	3
Xambrê	PR	1,6	14,2	20,1	0,0	41,9	2,1	17,7	1,8	81,4	6.500	4
Xangri-lá	RS	6,3	20,1	59,2	0,0	0,7	0,0	9,9	3,7	64,2	8.197	2

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Xanxerê	SC	6,3	21,5	43,9	0,1	12,1	0,9	11,5	3,2	60,9	37.429	1
Xapuri	AC	1,1	20,4	23,1	0,0	34,6	1,6	14,8	4,1	74,6	11.956	4
Xavantina	SC	5,0	4,7	18,8	0,0	62,2	3,4	4,7	0,2	72,7	4.404	5
Xaxim	SC	2,6	17,4	46,7	0,4	20,6	0,9	9,5	1,4	63,8	22.857	1
Xexéu	PE	0,7	13,3	23,7	0,0	20,7	1,1	25,9	14,0	86,1	13.597	3
Xinguara	PA	3,2	20,7	34,9	0,1	28,1	0,4	7,9	3,6	61,4	35.365	1
Xique-Xique	BA	1,3	13,4	26,5	0,0	21,3	7,4	18,6	11,3	82,7	44.718	5
Zabelê	PB	0,3	20,4	32,0	0,0	25,3	2,4	17,4	1,2	82,2	1.853	2
Zacarias	SP	0,7	16,1	28,9	0,0	25,9	0,0	21,4	6,9	74,8	1.947	2
Zortêa	SC	0,0	10,6	57,0	0,0	12,3	3,1	9,5	4,6	70,7	2.633	2
Zé Doca	MA	1,3	13,6	24,8	0,1	32,7	4,4	16,5	4,4	84,5	46.134	4
Água Azul Norte	PA	0,9	9,0	10,8	0,0	38,7	4,2	15,5	17,6	69,4	22.084	5
Água Boa	MG	2,5	8,6	16,9	0,0	49,0	5,8	11,0	1,5	90,0	17.956	5
Água Boa	MT	4,3	18,1	32,7	0,3	30,7	3,3	5,6	4,7	61,7	16.737	1
Água Branca	AL	0,4	10,3	21,5	0,0	24,4	20,8	17,7	4,4	82,2	19.294	5
Água Branca	PB	0,8	13,7	18,2	0,2	12,2	32,0	19,5	3,3	87,8	8.377	6
Água Branca	PI	0,7	21,2	36,3	0,1	11,6	6,2	18,2	3,6	76,4	14.517	3
Água Clara	MS	4,8	17,3	39,1	0,0	28,9	0,1	6,5	2,6	63,2	11.015	2
Água Comprida	MG	7,7	16,6	24,8	0,0	41,0	0,8	6,6	2,4	58,8	2.092	3
Água Doce	SC	7,0	17,8	22,4	0,4	32,8	6,7	8,9	2,7	63,8	6.843	4
Água Doce MA	MA	1,4	4,1	8,5	0,0	26,3	26,7	26,4	6,4	90,6	9.703	6
Água Doce Norte	ES	2,2	11,1	17,1	0,3	46,7	1,5	16,9	4,2	86,5	12.835	4
Água Fria	BA	0,5	10,1	14,9	0,0	23,8	18,2	29,3	2,8	88,1	14.966	5
Água Fria Goiás	GO	0,0	9,5	16,1	0,0	34,2	4,3	16,9	17,8	84,4	4.469	4
Água Limpa	GO	0,5	19,9	24,9	0,0	31,8	0,0	15,9	4,0	66,9	2.200	3
Água Nova	RN	0,0	12,8	26,9	0,0	0,0	32,3	19,5	8,6	89,1	2.678	6
Água Preta	PE	0,2	9,2	15,0	0,0	22,2	2,5	32,1	18,1	86,7	28.814	3
Água Santa	RS	1,4	6,8	18,8	0,0	62,9	1,3	8,3	0,5	70,7	4.127	5
Águas Belas	PE	1,2	10,0	17,8	0,1	21,5	19,8	20,0	7,4	85,7	36.641	5
Águas Formosas	MG	3,2	10,6	32,3	0,0	22,9	2,0	23,1	5,7	88,1	17.845	4
Águas Frias	SC	0,0	6,6	11,3	0,5	69,0	1,2	9,7	0,0	64,0	2.525	6
Águas Lindas Goiás	GO	0,6	18,9	65,4	0,1	1,0	0,1	7,5	5,9	73,1	105.746	2
Águas Mornas	SC	0,8	9,9	45,7	0,0	30,5	0,8	11,2	1,0	65,3	5.390	3
Águas Vermelhas	MG	2,1	11,7	33,6	0,0	22,3	3,2	16,5	10,6	89,3	11.878	4
Águas Prata	SP	4,2	17,3	30,7	0,3	20,3	0,0	21,0	2,3	55,1	7.131	1
Águas Chapecó	SC	1,6	9,9	21,9	0,0	50,3	1,3	12,5	1,1	69,4	5.782	4
Águas Lindóia	SP	6,3	17,1	55,2	0,1	5,4	0,1	11,8	3,0	46,1	16.190	2
Águas S. Bárbara	SP	5,2	20,2	37,1	0,0	19,1	0,6	13,2	4,2	56,9	5.224	1
Águas S. Pedro	SP	15,9	27,8	36,7	0,0	0,4	0,0	14,5	1,9	29,8	1.883	1
Águia Branca	ES	2,6	6,5	17,0	0,1	56,0	1,8	13,6	2,3	79,0	9.599	4
Álvares Florence	SP	4,7	10,6	29,4	0,0	34,2	0,8	13,9	2,7	68,9	4.316	3
Álvares Machado	SP	4,2	18,0	49,8	0,1	10,5	0,3	11,4	4,9	67,4	22.661	2

ANEXO C - Estrutura social dos municípios - Brasil 2000

Município	UF	% Empregador	% Profissional	% Massa Não Agr	% Não Rem Não Agr	% Massa Agr	% Não Rem Agr	% Sem Ocup Com Rnd	% Sem Ocup Sem Rnd	% Inferior + Infimo	População Total	Perfil Social
Álvaro Carvalho	SP	0,0	14,4	30,9	0,0	29,0	0,7	14,4	9,6	85,0	4.109	3
Áurea	RS	0,4	9,3	17,7	0,0	58,1	3,2	11,1	0,1	81,4	3.889	5
Ângulo	PR	4,7	10,4	34,6	0,0	37,8	0,5	9,5	2,5	77,0	2.840	3
Érico Cardoso	BA	0,0	7,8	12,9	0,1	17,6	22,8	32,9	4,2	82,0	12.305	5
Óbidos	PA	0,9	12,2	23,2	0,2	37,4	6,1	13,4	4,3	86,1	46.490	5
Óleo	SP	2,1	10,2	30,0	0,1	44,4	0,2	11,4	1,6	75,3	2.994	3

ANEXO D – Distribuição espacial dos municípios segundo tipologia municipal e tamanho populacional – Brasil 2000

Cartografia das classes sociais

